



ASSEMBLEIA GERAL ANUAL DE 13 DE ABRIL DE 2018 - 12 HORAS

PRIMEIRO PONTO DA ORDEM DE TRABALHOS

PROPOSTA

O Conselho de Administração
da
Corticeira Amorim, S.G.P.S., S.A.,

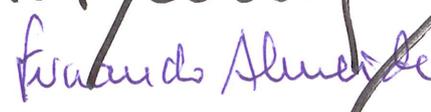
propõe

que os Senhores Acionistas deliberem aprovar o relatório de gestão e as contas do exercício de dois mil e dezassete.

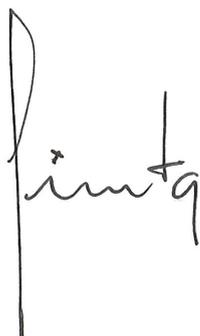
Meladas - Mozelos - Santa Maria da Feira
19 de fevereiro de 2018

Corticeira Amorim, S.G.P.S., S.A.
O Conselho de Administração







CORTICEIRA AMORIM, S.G.P.S., S.A.
Sociedade Aberta
Edifício Amorim
Rua de Meladas, N° 380 - Apartado 20
4536-902 MOZELOS VFR - PORTUGAL
Telef. 22 747 5400 - Fax: 22 747 5410/11
E-mail: corticeira.amorim@amorim.com

Capital Social: € 133.000.000,00
Pessoa Colectiva e Matricula N° 500 077 797
Conservatória do Registo Comercial de Santa Maria da Feira



AMORIM

CORTICEIRA AMORIM

**Relatório e Contas
Individuais (Auditadas)
Ano 2017**

RELATÓRIO DE GESTÃO

Senhores Acionistas,

A CORTICEIRA AMORIM, SGPS, S.A., Sociedade Aberta, vem, nos termos da lei, apresentar o Relatório Individual de Gestão:

1. EVOLUÇÃO MACROECONÓMICA EM 2017

1.1. Apreciação Global

O ano 2017 foi marcado pelo crescimento acentuado, abrangente e sincronizado a nível mundial, registando-se o melhor desempenho desde a crise de 2008. A expansão cíclica iniciada a meio de 2016 registou aceleração e conduziu a revisões sucessivas em alta das previsões económicas. Quer as economias desenvolvidas quer as emergentes registaram níveis de atividade acima do ano anterior. Estima-se que a Economia Mundial tenha crescido em torno de 3,7%, cerca de meio ponto percentual acima do observado em 2016. O ano caracterizou-se ainda pela subida do preço do petróleo e dos restantes fatores energéticos. As *commodities* observaram, genericamente, valorizações moderadas. O ano foi dominado pela entrada em funções da nova Administração norte-americana. Na Europa, teve lugar um conjunto de processos eleitorais. Os receios de instabilidade política, subida ao poder de forças menos consensuais e implementação de medidas populistas foram, genericamente, anulados. Na China realizou-se o 19º Congresso do Partido Comunista Chinês. O ano foi ainda dominado pela renegociação (ainda em curso) de acordos comerciais de longa data como o que existe entre a União Europeia e o Reino Unido e o NAFTA. Ainda assim, a retoma do comércio internacional foi evidente - terá crescido em torno de 4,7%. A política monetária manteve-se globalmente acomodaticia. A China terá mantido o nível de crescimento que evidenciava antes; o Brasil e Rússia terão ultrapassado o mau momento de 2016 e regressado a uma trajetória de crescimento; Índia e México terão registado expansão, mas em ritmo inferior ao observado antes e ao que era previsto para 2017. Os preços dos ativos bolsistas mantiveram a tendência altista, suportados por expectativas positivas relativamente aos resultados empresariais, normalização gradual das condições de financiamento muito favoráveis e baixa volatilidade esperada. As taxas de juro de longo prazo mantiveram, genericamente, níveis baixos em face da evolução no ciclo económico. O ano de 2017 foi ainda caracterizado pela valorização do Euro relativamente às moedas principais. No caso do USD, não obstante continuar a ser a moeda dominante no comércio internacional e nas transações cambiais, a tendência foi de perda generalizada.

A **Zona Euro**, por sua vez, terá registado expansão em torno de 2,4%, também aqui sendo visível uma aceleração face ao ritmo do ano precedente - a taxa de crescimento terá sido, inclusive, a mais elevada desde 2007. O ritmo da expansão surpreendeu em alta e aconteceu em paralelo com a atenuação do risco político, uma melhoria significativa da perceção do risco da dívida soberana e o reforço da solidez das empresas. O crescimento económico terá encontrado suporte na recuperação gradual do mercado trabalho (o desemprego terá diminuído de 10,0% para 9,2% e o emprego terá recuperado para níveis acima dos observados no período anterior à crise financeira internacional) e no andamento forte da procura doméstica; terá beneficiando, adicionalmente, da procura acrescida proveniente dos parceiros externos - o crescimento da Europa de Leste terá excedido 5,0% - e de condições financeiras extremamente favoráveis. A inflação terá registado 1,5%, claramente acima do observado no ano anterior, mas aquém da meta das autoridades monetárias.

Os **Estados Unidos** terão registado um crescimento em torno de 2,3%, um ritmo quase 1,0% superior ao observado em 2016, mas em linha com o previsto há um ano atrás. Foi o oitavo ano consecutivo de expansão. A evolução na parte final do ano foi particularmente favorável assim compensando a desconfiança e deceção que se foi impondo nos meses iniciais quanto à capacidade de a Administração Trump ser consequente quer ao nível de planos de obras

públicas quer na implementação de medidas fiscais. Assistiu-se a uma recuperação do investimento. O mercado laboral manteve a evolução positiva que já registava, com o desemprego a terminar o ano a 4,1%, muito próximo do pleno emprego. A inflação aumentou tendo superado marginalmente os 2,0%. O final de 2007 foi marcado pela aprovação do *The Cuts and Jobs Act*, o plano fiscal gizado pela Administração Trump.

O **Japão** terá crescido 1,8% em 2017, a taxa mais acentuada desde 2013. Com a economia suportada pelo consumo privado, terá terminado o ano registando um ritmo de crescimento positivo, assim garantindo o período mais longo de expansão continuada desde os anos 80 do século passado - oito trimestres seguidos de incremento da atividade. A evolução registada acalenta a expectativa de ter ultrapassado em definitivo a estagnação de décadas e conseguir conduzir a variação de preços para algo próximo da meta dos 2,0%. O espectro da deflação terá sido anulado definitivamente.

O contexto macro do **Reino Unido** foi dominado, novamente, pelo tema Brexit e pelo ruído político associado - negociações com a União Europeia e impacto no contexto político doméstico, pontuado que foi pela convocação de eleições antecipadas para junho. Este contexto determinou oscilações nos indicadores de sentimento e que, em última instância, determinaram um ritmo de crescimento inferior ao de 2016 e que se estima em torno de 1,7%.

A **Austrália** terá observado em 2017 um abrandamento suave face ao ritmo de crescimento anterior. Estima-se que tenha registado um aumento de 2,2% a nível do Produto.

As **economias emergentes e em vias de desenvolvimento** terão superado o crescimento do ano anterior, ao evidenciar uma expansão próxima de 4,7%.

A **China** terá crescido marginalmente acima do nível de 2016, estimando-se um ritmo de expansão de 6,8%. Terá registado uma evolução na segunda metade do ano acima do antecipado e seguindo tendência crescente.

A **Índia**, outra economia de referência do continente asiático, terá abrandado para algo em torno de 6,7%; o **Brasil**, por seu turno, terá saído da recessão, apresentando, estima-se, um crescimento de 1,1%; o **México**, refletindo os efeitos de instabilidade quanto ao quadro institucional que regula as relações com os Estados Unidos (NAFTA, fronteira) terá abrandado para um nível de expansão em torno de 2,0%; enquanto isso, a **Rússia**, capitalizando a valorização a nível dos fatores energéticos, beneficiando de uma gestão do sector bancário muito rigorosa e de uma política monetária prudente, terá regressado ao crescimento económico, garantido uma evolução em torno de 1,8%; a **África Sul**, confrontada com instabilidade política, afetada pela descida de notação de rating e ameaça de revisões adicionais, registou um crescimento marginalmente inferior a 1,0%.

Durante 2017, a Reserva Federal norte-americana manteve o processo de normalização monetária que iniciou em 2015, tendo incrementado por três vezes as taxas de juro. A divergência de postura face a outras autoridades monetárias foi notória na primeira metade do ano. Contudo, na segunda metade de 2017, observou-se nas restantes Economias Desenvolvidas uma predisposição para iniciar o processo de redução das medidas monetárias extraordinárias, culminando com uma tomada de posição conjunta na reunião de Bancos Centrais ocorrida em julho, em Sintra, Portugal. Não obstante, o Banco de Inglaterra e o Banco do Canadá foram os únicos a implementar subidas de taxa de juro. As alterações centraram-se, sobretudo, na forma como a realidade foi sendo percecionada e no anúncio de futuras alterações. Nas Economias Emergentes, ainda que não existindo uma atuação uniforme, registou-se uma diminuição gradual das taxas de juro diretoras, sendo de salientar os casos do Brasil e da Rússia. OPEP e produtores *ex-cartel*, nomeadamente a Rússia, deram cumprimento ao controlo de níveis de produção que haviam acordado, assim determinando uma gestão minuciosa da oferta petrolífera. Em novembro último, renovaram esse compromisso e o preço seguiu tendência ascendente. A inflação registou uma evolução aquém do antecipado: um comportamento não linear, tendo observado incremento nos primeiros seis meses, para depois regressar a movimentos de desaceleração; nas Economias Desenvolvidas, ainda que registando níveis superiores aos de 2016, manteve-se aquém das metas de controlo de preços enquanto os níveis de atividade económica aceleravam e o desemprego seguia tendência generalizada de diminuição; nas Economias Emergentes e em Desenvolvimento, a inflação seguiu tendência de estabilidade com alguns casos particulares - Brasil e Rússia - em que se observou uma diminuição notória.

1.2. Portugal

Portugal registou em 2017 o quarto ano consecutivo de crescimento económico. Depois de uma das mais severas crises económico-financeiras que a economia portuguesa atravessou nas últimas décadas, a assistiu-se a uma recuperação sustentada ao nível dos indicadores de sentimento e confiança. O crescimento estimado terá rondado os 2,7%, um ritmo superior ao registado pela média da Zona Euro, algo que já não se verificava desde 1999. O crescimento, o maior acentuado desde 2000, terá sido impulsionado pelo consumo privado e pelo investimento, garantindo assim um maior contributo relativo da procura interna, mas também pelas exportações. O ano foi ainda marcado pela subida, por parte de duas agências de rating, da notação de Portugal para *investment grade*, o que se traduziu numa tendência descendente ao nível das taxas de juro da dívida pública e, por consequência, nos referenciais para os restantes agentes económicos. O turismo terá mantido (e até mesmo acelerado) o comportamento robusto que apresentava em 2016, alcançando valores recorde em 2017 em número de turistas estrangeiros (um crescimento de 11,6% nos primeiros onze meses do ano). Este sector representa cerca de 68% da balança de serviços, 7% do VAB nacional e 10% do emprego direto. Relativamente às exportações totais, o peso terá sido inclusivamente incrementado.

O consumo privado apresentou crescimento robusto refletindo a recuperação do emprego, do rendimento disponível e também da concessão de crédito bancário (crédito ao consumo). O investimento, por seu turno, observou incremento significativo, marcando assim uma distinção evidente face ao ritmo apresentado nos três anos anteriores e determinando uma alteração no padrão de crescimento que se vinha registando. A variação desta componente terá sido garantida na quase totalidade pelo sector privado. Pela primeira vez em muitos anos, a taxa de incremento das exportações terá ultrapassado a das importações de bens e serviços (evidenciando o aumento significativo das importações de bens industriais e bens de capital). Ainda assim, o excedente comercial terá evidenciado ligeira degradação; não obstante o bom momento dos principais parceiros comerciais, o saldo da balança de bens deteriorou-se e não foi compensado pelo aumento do excedente dos serviços. O sector imobiliário deu sinais de aceleração durante o ano, em especial nos dois últimos trimestres; a procura por ativos imobiliários registou incremento acentuado, gerando um crescendo de transações; os volumes de nova produção de crédito à habitação aumentaram; registou-se um aumento do preço das habitações residenciais e não residenciais. O esforço de consolidação das contas públicas prosseguiu em 2017 e Portugal garantiu a saída do Procedimento por Défices Excessivos. Estima-se que o défice orçamental tenha diminuído para níveis em torno de 1,4% do PIB. A capacidade de financiamento da economia portuguesa observou redução face a 2016 - o saldo conjunto das balanças corrente de capital foi, estima-se, de 1,5% do PIB. Há a realçar, ainda assim, que 2017 representou o sexto ano consecutivo em que as necessidades líquidas de financiamento face ao exterior registaram excedente. O mercado de trabalho registou uma dinâmica muito favorável ao longo do ano - o emprego cresceu a ritmo superior ao da atividade económica, o que se traduziu em aumento da força laboral. O desemprego manteve a tendência descendente já evidente em anos anteriores. Terá registado um mínimo de 7,8% em dezembro ou 8,1% no 4º trimestre (taxas sem correção de sazonalidade); a taxa média no ano terá sido de 8,9%, taxa que compara com 11,1% em 2016. A inflação, por sua vez, terá observado incremento ao longo do ano ainda que seguindo comportamento volátil - a taxa de 1,6% em 2017 tem subjacente um máximo desde outubro de 2012 a 2,0% em abril (decorrente do efeito Páscoa e subida inputs energéticos) e um mínimo de 0,9% em junho e julho. Manteve-se a dinâmica moderada a nível salarial.

2. ATIVIDADE DO GRUPO CORTICEIRA AMORIM

2.1 Sumário da Atividade

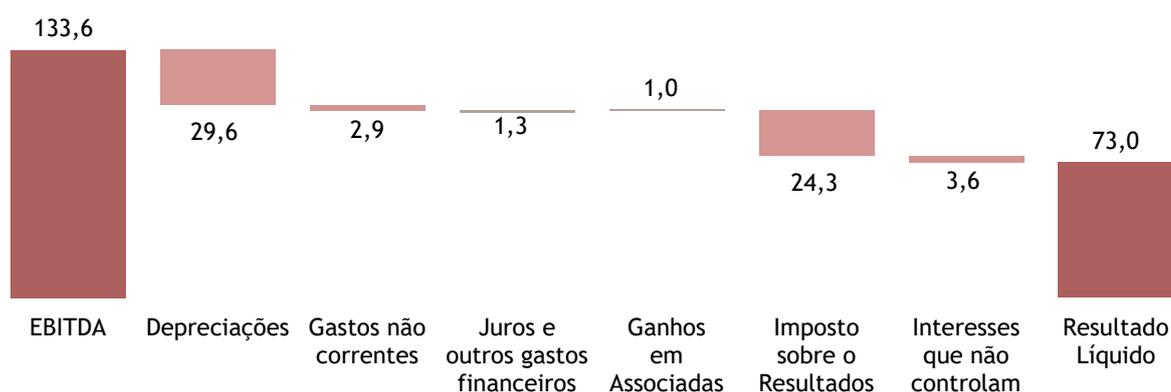
O ano 2017 foi marcado pela aquisição, em julho, do Grupo Bourrassé, que ajudou a que as vendas consolidadas ultrapassassem pela primeira vez os 700 M€, uma subida de 9,4% face a 2016. Mesmo excluindo o efeito da consolidação da atividade das empresas adquiridas, o aumento das vendas foi de 5,3%. Em menor escala a Sodiliège contribuiu com os resultados da sua atividade para o último trimestre do ano. Mesmo excluindo o efeito da consolidação destas sociedades, as vendas consolidadas registaram o melhor ano de sempre, tendo atingido os 701,6 M€, uma subida de 9,4% face a 2016.

O rácio EBITDA/Vendas elevou-se aos 19,0%. Este rácio encontra-se praticamente ao mesmo nível do ano anterior (19,1%). Saliente-se que, se se excluísse a atividade das empresas que foram adquiridas, o rácio seria de 19,6%, o que demonstra uma melhoria na *performance* nas atividades já existentes na Corticeira Amorim.

O resultado líquido da Corticeira Amorim atingiu os 73,0 M€. Se se excluir o efeito líquido da alienação da US Floors, Inc. do resultado de 2016, representaria um aumento de 0,3% relativamente ao ano anterior.

2.2 Indicadores da Atividade

Apresenta-se de seguida os principais indicadores consolidados da CORTICEIRA AMORIM no exercício de 2017:



(Valores em milhões de euros)

3. CONTA DE RESULTADOS

A estrutura de custos da Holding teve algum incremento relativamente ao exercício anterior. O valor de gastos com pessoal e fornecimento e serviços externos atingiu os 2.270 mil euros (K€), o que compara com o valor de 1.807 K€ de 2016. Registe-se o aumento dos custos com pessoal que passaram de 1.351 K€ em 2016 para 1.763 K€ em 2017.

Durante o exercício foram obtidos dividendos no valor de 60 M€ das subsidiárias Amorim & Irmãos, SGPS, S.A., Amorim Natural Cork, S.A., Amorim Cork Composites, S.A., Amorim Cork Research, Lda. e Amorim Revestimentos, S.A. Em 2016, os dividendos recebidos foram de 52 milhões de euros distribuídos pela subsidiária Amorim & Irmãos, SGPS, S.A., Amorim Natural Cork, S.A., Amorim Cork Composites, S.A. e Amorim Revestimentos, S.A.

Em termos de função financeira propriamente dita, há a registar um aumento verificado nos juros suportados, tendo estes atingido os 539 K€ euros (2016: 452 K€). Os juros obtidos por empréstimos às subsidiárias também tiveram um acréscimo neste exercício tendo atingido os 878 K€ (2016: 684 K€).

O resultado antes de impostos no exercício em apreço foi positivo e ascendeu a 54.252 K€ (2016: +49.514 K€).

Após o registo do imposto sobre os resultados, no total de 239 K€ a favor da empresa (2016: +1.825 K€), o resultado líquido foi positivo de 54.491 K€ (2016: +51.339 K€).

4. DEMONSTRAÇÃO DA POSIÇÃO FINANCEIRA

O total do ativo atingiu o valor de 417 M€, 83 M€ acima do fecho do ano anterior. O aumento mais significativo resultou da compra da participação remanescente na Amorim Revestimentos, S.A., que era detida pela subsidiária Amorim Cork Composites, S.A., por 40 M€. Com esta operação a CORTICEIRA AMORIM passou a deter 100% da Amorim Revestimentos, S.A. à semelhança do que acontece com as empresa-mãe das principais Unidades de Negócio do grupo. A variação remanescente nas participações financeiras resulta, essencialmente, de aumentos de capital social e do reconhecimento de imparidades em algumas das subsidiárias. A restante variação é explicada pelo aumento dos financiamentos concedidos às subsidiárias da CORTICEIRA AMORIM.

O passivo teve um aumento de cerca de 63 M€, apesar da diminuição da dívida bancária em 8 M€. O aumento dos financiamentos concedidos por subsidiárias em 26 M€, dos impostos a pagar às subsidiárias do perímetro do R.E.T.G.S. em 5 M€ e o crédito da Amorim Cork Composites, S.A. de 40 M€, justificam o aumento do passivo.

No final de 2017, o Capital Próprio registava o efeito favorável dos resultados do exercício (+54,5 M€) e, em sentido contrário, o efeito da distribuição de 34,6 M€ de dividendos, ascendendo a 291 M€ (2016: 272 M€).

5. PERSPETIVAS FUTURAS

5.1. Envolvente macroeconómica

5.1.1. Apreciação global

Após um desempenho menos dinâmico em 2016, a **Economia Mundial** deverá acelerar em 2017 para um crescimento em torno de 3,4%. O ritmo de crescimento deverá aumentar sobretudo pelo contributo das economias emergentes. É significativo que, entre outubro do ano transato e a apreciação mais recente elaborada pelo FMI, quer as previsões para 2017 quer ainda para 2018 (aceleração para 3,6%) não tenham sofrido revisão - o melhor desempenho das economias desenvolvidas na segunda metade de 2016 permite uma expectativa mais favorável para 2017 e que compensará, estima-se, as perspetivas marginalmente menos favoráveis entretanto avançadas a nível das economias emergentes e em vias de desenvolvimento. Na base do maior otimismo encontra-se o pressuposto de que a nova administração norte-americana implementará um conjunto de estímulos fiscais (numa economia em crescimento) e de uma normalização mais célere das condições monetárias, sobretudo nos EUA, em face de pressões inflacionistas decorrentes de procura mais vigorosa. E, contudo, a diversidade de projeções possíveis, tendo em conta a falta de definição concreta das políticas da administração Trump, é acentuada.

O comércio internacional deverá crescer a um ritmo duplo face ao observado em 2016, com especial ênfase nas economias emergentes; os preços do petróleo deverão manter-se suportados, em face dos acordos alcançados para limitar a produção; Índia e México deverão evidenciar expansão a um ritmo superior ao de 2016 mas aquém do que era antecipado – reflexo do cancelamento de meios de pagamento no combate à corrupção no primeiro caso, e impacto da postura da presidência Trump, no segundo; o Brasil, por sua vez, deverá refletir a fragilidade

económica recente, condições financeiras globais menos expansionistas e a própria evolução menos favorável da América Latina (e.g. México e Venezuela); a Rússia, estima-se, deverá regressar ao crescimento económico; a China, por sua vez, deverá apresentar uma evolução mais favorável do que o antecipado há apenas alguns meses, fruto dos estímulos entretanto implementados, ainda que a gestão do endividamento empresarial excessivo represente um desafio significativo. Os riscos pendentes sobre a evolução mundial surgem balanceados – aos sinais de intensificação de posturas protecionistas, de consideração de agendas mais domésticas, de instabilidade geopolítica e de eventual aperto mais acentuado de condições financeiras a nível mundial, contrapõe-se a consideração de efeitos positivos decorrentes de estímulos mais significativos quer nos Estados Unidos quer na China.

A nível europeu, o calendário eleitoral é muito intenso, condicionando o cenário económico e a confiança dos diversos agentes; expectativas crescentes de anulação antecipada dos estímulos monetários podem conduzir a aumento do prémio de risco de algumas economias; as negociações sobre a saída do Reino Unido da UE dominarão a conjuntura, enquanto os fluxos migratórios continuam a representar desafios críticos. Procuram-se, sobretudo, confirmações depois dos choques vividos em 2016, da subida do preço do petróleo, da subida da inflação na parte final do ano transato, e do impacto que ambos tiveram na evolução das condições financeiras a prazo longo.

5.1.2. Portugal

Em 2018 Portugal deverá registar um crescimento económico em torno de 2,3%, desacelerando marginalmente face ao observado no ano anterior. Considerando o ritmo da atividade registado em 2017, serão dois anos consecutivos de crescimento acima de 2,0%, uma evolução ímpar. Menor desemprego e aumento adicional das exportações líquidas, em especial do sector automóvel, deverão, antecipa-se, suportar a atividade económica. O aumento de atividade estará, ainda assim, dependente, e em primeira linha, da evolução da procura doméstica. A recuperação continuada do emprego e o aumento do rendimento disponível deverão beneficiar o consumo privado. Em contraste com anos anteriores, o consumo público deverá contribuir positivamente para a expansão da economia. Não obstante as intenções reveladas pelos agentes económicos, em particular as empresas, antecipa-se um menor crescimento (e contributo) do investimento. O crescimento acima do esperado ao nível dos principais parceiros comerciais poderá contribuir para um desempenho extra ao nível da procura externa. A consolidação de Portugal como destino turístico representa, acredita-se, um fator positivo adicional. O elevado stock de crédito com imparidades que o sistema bancário doméstico ainda evidencia, a consolidação em curso da atividade bancária, a par do elevado nível absoluto da dívida pública e do processo de normalização monetária traduzem-se em desafios. O défice público deverá manter-se abaixo de 1,5% do PIB garantindo moderada consolidação fiscal. A política fiscal deverá ser moderadamente expansionista - o descongelamento das carreiras dos funcionários públicos implicará, perspectiva-se, um aumento estrutural da despesa. Após a inversão de tendência observada em 2017, estima-se que o rácio dívida pública/PIB venha a seguir tendência descendente. Estima-se que o excedente da balança comercial venha a diminuir ligeiramente em 2018. O agregado das balanças corrente e de capital deverá, entretanto, registar evolução positiva, conduzindo, antecipa-se, a um excedente em torno de 2,3% do PIB. Pelo sétimo ano consecutivo, garantirá uma capacidade positiva de financiamento da economia. Os indicadores prospetivos do sector imobiliário apontam para a manutenção da tendência de melhoria da atividade da construção. A inflação deverá evidenciar um ritmo similar ao de 2017, em torno de 1,5%. O emprego, estima-se, deverá crescer em ritmo superior ao da economia. Assim, o desemprego deverá manter a tendência de diminuição que regista desde 2013. Este indicador poderá registar níveis marginalmente inferiores a 8,0%.

5.1.3. Resultados

Estando prevista a distribuição de dividendos significativos por parte de participadas da CORTICEIRA AMORIM, que mais que compensarão os custos de estrutura e o saldo de financiamento, prevê-se que o exercício de 2018 termine com um resultado positivo.

6. VALORES MOBILIÁRIOS PRÓPRIOS

Não se registaram quaisquer operações com ações próprias pelo que, no final do exercício em apreço, a CORTICEIRA AMORIM não detinha ações próprias.

7. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

Tendo em conta o resultado líquido positivo, apurado segundo as contas individuais no final do exercício de 2017, no valor de € 54 490 619,19 (cinquenta e quatro milhões, quatrocentos e noventa mil, seiscentos e dezanove euros e dezanove cêntimos), o Conselho de Administração da CORTICEIRA AMORIM propõe que os Senhores Acionistas deliberem aprovar que o referido resultado líquido positivo, no valor de € 54 490 619,19 (cinquenta e quatro milhões, quatrocentos e noventa mil, seiscentos e dezanove euros e dezanove cêntimos), tenha a seguinte aplicação:

- para Reserva Legal: € 2.724.531,00 (dois milhões, setecentos e vinte e quatro mil, quinhentos e trinta e um euros);

- para Dividendos: € 24.605.000,00 (vinte e quatro milhões, seiscentos e cinco mil euros), correspondente a um valor de € 0,185 (dezoito cêntimos e meio) por ação;

- para Reservas Livres: € 27.161.088,19 (vinte e sete milhões, cento e sessenta e um mil, oitenta e oito euros e dezanove cêntimos).

8. EVENTOS SUBSEQUENTES

Conforme comunicação ao mercado de 10 de janeiro de 2018 a CORTICEIRA AMORIM, SGPS, S.A., através da sua participada AMORIM BARTOP - Investimentos e Participações, S.A. - que integra a Unidade de Negócios (UN) Rolhas, desenvolvendo e produzindo rolhas capsuladas para o segmento de bebidas espirituosas - celebrou um acordo para a aquisição da sociedade ELFVERSON & Co AB, com sede em Pårýd, Suécia.

Nos termos do acordo celebrado, são adquiridos 70% do capital social da ELFVERSON & Co AB, pelo montante de cerca de 5,5 M€. Sobre os restantes 30% recai uma opção de venda por parte da vendedora (a sociedade sueca Vätterledens Invest AB) e uma opção de compra por parte da AMORIM BARTOP - Investimentos e Participações, S.A., exercíveis a partir de 2020, por um preço que, tendo por base o valor já pago pelos primeiros 70%, dependerá ainda da evolução da performance da ELFVERSON & Co AB nos próximos anos.

Para além deste evento e até à data de emissão este relatório, não ocorreram outros factos relevantes que possam vir a afetar materialmente a posição financeira e os resultados futuros da CORTICEIRA AMORIM e do conjunto das empresas filias incluídas na consolidação.

9. DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIDADE

Em cumprimento do estabelecido na alínea c) do número 1 do artigo 245.º do Código dos Valores Mobiliários, os membros do Conselho de Administração declaram que, tanto quanto é do seu conhecimento, as contas anuais e demais documentos de prestação de contas, foram elaborados em conformidade com as normas contabilísticas aplicáveis, dando uma imagem verdadeira e apropriada do ativo e do passivo, da situação financeira e dos

resultados da CORTICEIRA AMORIM, SGPS, S.A. e das empresas incluídas no perímetro de consolidação. Declaram ainda que o relatório de gestão expõe fielmente a evolução dos negócios, do desempenho e da posição da CORTICEIRA AMORIM, SGPS, S.A. e das empresas incluídas no perímetro de consolidação, contendo o referido relatório um capítulo especial onde se expõem os principais riscos e incertezas do negócio.

10. FECHO DO RELATÓRIO

O Conselho de Administração aproveita esta oportunidade para expressar o seu reconhecimento:

- aos Acionistas e Investidores, pela confiança inequívoca que têm manifestado;
- às Instituições de Crédito, pela importante colaboração prestada;
- ao Conselho Fiscal e ao Revisor Oficial de Contas pelo rigor e qualidade da sua atuação.

A todos os Colaboradores, cuja disponibilidade e empenho tanto têm contribuído para o desenvolvimento e crescimento das empresas participadas pela CORTICEIRA AMORIM, aqui lhes manifestamos o nosso sentido apreço.

Mozelos, 19 de fevereiro de 2018

O Conselho de Administração da CORTICEIRA AMORIM, SGPS, S.A.

António Rios de Amorim
Presidente

Nuno Filipe Vilela Barroca de Oliveira
Vice-Presidente

Fernando José de Araújo dos Santos Almeida
Vogal

Cristina Rios de Amorim Baptista
Vogal

Luísa Alexandra Ramos Amorim
Vogal

Juan Ginesta Viñas
Vogal

ANEXO AO RELATÓRIO DE GESTÃO

1. CAPITAL SOCIAL E PARTICIPAÇÕES QUALIFICADAS NO CAPITAL SOCIAL DO EMITENTE, CALCULADAS NOS TERMOS DO ARTIGO 20.º DO CÓDIGO DOS VALORES MOBILIÁRIOS

O capital social da CORTICEIRA AMORIM cifra-se em 133 milhões de euros, representado por 133 milhões de ações ordinárias, nominativas, de valor nominal de 1 euro, que conferem direito a dividendos.

Estão admitidas à negociação na NYSE Euronext Lisbon - Sociedade Gestora de Mercados Regulamentados, S.A. a totalidade das ações emitidas pela Sociedade.

Distribuição do capital pelos acionistas:

Acionista	Ações Detidas (quantidade)	Participação (%)	Direitos de Voto (%)
Participações Qualificadas:			
Amorim – Investimentos e Participações, SGPS, S.A.	67.830.000	51,000%	51,000%
Investmark Holdings, B.V.	18.325.157	13,778%	13,778%
Amorim International Participations, B.V.	13.414.387	10,086%	10,086%
<i>Freefloat</i>	33.430.456	25,136%	25,136%
Total	133.000.000	100,000%	100,000%

Nos quadros seguintes encontra-se a identificação das pessoas singulares ou coletivas que, direta ou indiretamente, são titulares de participações qualificadas (art. 245º-A, nº 1, als. c) e d) e art. 16º), com indicação detalhada da percentagem de capital e de votos imputáveis e da fonte e causa de imputação.

Acionista	Nº de ações	% Capital social com direito de voto
Amorim - Investimentos e Participações, SGPS, S.A. (a)(b)		
Diretamente	67 830 000	51,000%
Total imputável	67 830 000	51,000%

(a) Em dezembro de 2017, foi registada a fusão, na modalidade de fusão por incorporação, da Amorim Capital, S.A. (sociedade detida a 100% pela incorporante, a Amorim - Investimentos e Participações, SGPS, S.A.) na Amorim - Investimentos e Participações, SGPS, S.A.

(b) O capital da Amorim - Investimentos e Participações, SGPS, S.A. é integralmente detido por três sociedade, a Amorim Holding Financeira, SGPS, S.A. (5,63%), a Amorim Holding II, SGPS, S.A. (44,37%) e a Amorim - Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A. (50%) sem que nenhuma delas tenha participação de domínio na sociedade, terminando por isso nesta, a cadeia de imputação, nos termos do Artº 20º do Cod.VM. O capital social e direitos de voto das referidas três sociedades, por seu turno, é detido, respetivamente, no caso das duas primeiras, direta e indiretamente (através da Imoeuro SGPS, S.A. e da Oil Investment0, B.V.) pela Herança (indivisa) do Senhor Américo Amorim, mulher e filhas do Senhor Américo Amorim, e, no caso da terceira, pelo Senhor António Ferreira de Amorim, mulher e filhos.

Acionista	Nº de ações	% Capital social com direito de voto
Investmark Holding BV		
Diretamente	18 325 157	13,778%
Total imputável	18 325 157	13,778%

Acionista Great Prime S.A. (c)	Nº de ações	% Capital social com direito de voto
Diretamente	-	-
Através da Investmark Holding BV, que domina a 100%	18 325 157	13,778%
Total imputável	18 325 157	13,778%

Herança de Américo Ferreira de Amorim	Nº de ações	% Capital social com direito de voto
Diretamente	-	-
Através da acionista Great Prime, S.A., que domina a 85% (c)	18 325 157	13,778%
Total imputável	18 325 157	13,778%

(c) O capital social da Great Prime, S.A. é integralmente detido por três sociedades (API Amorim Participações Internacionais, SGPS, S.A. (33,33%), Vintage Prime, SGPS, S.A. (33,33%) e Stockprice, SGPS, S.A. (33,33%)). A Herança (indivisa) do Senhor Américo Amorim detém 85% do capital social de cada uma destas três sociedades, sendo as herdeiras legitimárias do Senhor Américo Amorim a sua mulher e as suas três filhas.

Acionista Amorim International Participations, BV	Nº de ações	% Capital social com direito de voto
Diretamente	13 414 387	10,086%
Total imputável	13 414 387	10,086%

Acionista Amorim, Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A. (d)	Nº de ações	% Capital social com direito de voto
Diretamente	-	-
Através da Amorim International Participations BV, que domina a 100%	13 414 387	10,086%
Total imputável	13 414 387	10,086%

(d) O capital da Amorim, Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A. é detido pelo Senhor António Ferreira de Amorim, mulher e filhos, não detendo qualquer deles uma participação de domínio da sociedade.

2. INFORMAÇÃO PREVISTA NOS ARTIGOS 447.º e 448.º DO CÓDIGO DAS SOCIEDADES COMERCIAIS

2.1 - Ações CORTICEIRA AMORIM detidas e/ou transacionadas diretamente pelos membros dos órgãos sociais da Sociedade

Durante o exercício de 2017, os membros dos órgãos sociais não transacionaram qualquer título representativo do capital social da Sociedade. A 31 de dezembro de 2017, não detinham ações da Corticeira Amorim.

2.2 - Ações CORTICEIRA AMORIM detidas e/ou transacionadas por sociedades nas quais os membros dos órgãos sociais da Sociedade exerçam funções de administração ou fiscalização

- i. Em resultado da fusão por incorporação, em dezembro de 2017, da sociedade Amorim Capital, S.A. na sociedade Amorim Investimentos e Participações, SGPS, S.A. (que dominava integralmente a incorporada), a Amorim Investimentos e Participações, SGPS, S.A. passou a ser diretamente titular de 67.830.000 ações representativas de 51% do capital social e direitos de voto da Corticeira Amorim, que já lhe eram imputáveis por força do n.º 1, alínea b) do artigo 20º do Código dos valores mobiliários, alterando-se assim, e em consequência da fusão, o título de imputação da participação da Corticeira Amorim à Amorim Investimentos e Participações, SGPS, S.A.

António Rios de Amorim (Presidente do Conselho de Administração da Corticeira Amorim), Nuno Filipe Vilela Barroca de Oliveira (Vice-Presidente do Conselho de Administração da Corticeira Amorim), Cristina Rios de Amorim Baptista e Luísa Alexandra Ramos Amorim (Vogais do Conselho de Administração da Corticeira Amorim) são, respetivamente, Vogal, Vogal, Vice-Presidente e Vogal do Conselho de Administração da Amorim Investimentos e Participações, SGPS, S.A.

À data da referida fusão, António Rios de Amorim (Presidente do Conselho de Administração da Corticeira Amorim) e Luísa Alexandra Ramos de Amorim (Vogal do Conselho de Administração da Corticeira Amorim) eram, respetivamente, Presidente e Vogal do Conselho de Administração da Amorim Capital, S.A.

- ii. A sociedade Amorim Investmark Holdings B.V., na qual Luísa Alexandra Ramos de Amorim, Vogal do Conselho de Administração da Corticeira Amorim, exerce o cargo de *Director*, é titular de 18.325.157 ações representativas de 13,778% do capital social, às quais correspondem 13,778% dos direitos de voto da Corticeira Amorim, SGPS, S.A.

A titularidade registada a 31 de dezembro de 2017, referida nos pontos i., ii. e iii. permanece inalterada à data da emissão deste relatório.

2.3 - Relação dos Acionistas titulares de mais de um décimo do capital social da Empresa

- i. A sociedade Amorim Investimentos e Participações, S.A. era detentora de 67.830.000 ações da CORTICEIRA AMORIM, correspondentes a 51% do capital social e a 51% dos direitos de voto;
- ii. A sociedade Investmark Holdings, B.V. era detentora de 18.325.157 ações da CORTICEIRA AMORIM, correspondentes a 13,778% do capital social e a 13,778% dos direitos de voto;
- iii. A sociedade Amorim International Participations, B.V. era detentora de 13.414.387 ações da CORTICEIRA AMORIM, correspondentes a 10,086% do capital social e a 10,086% dos direitos de voto.

A titularidade referida nos pontos i., ii. e iii. registava-se a 31 de dezembro de 2017, mantendo-se inalterada à data da emissão deste relatório.

2.4 - Transações de Dirigentes

Em cumprimento do disposto nos números 6 e 7 do artigo 14.º do Regulamento CMVM n.º 5/2008 e conforme comunicações recebidas das pessoas/entidades abrangidas por esta norma, informa-se que, no ano de 2017, além

da operação relatada em 2.2 i. acima, não foram realizadas transações de ações da CORTICEIRA AMORIM por entidades relacionadas com os seus Dirigentes.

Não houve transação de instrumentos financeiros relacionados com a Corticeira Amorim, quer pelos seus Dirigentes, quer pelas sociedades que dominam a CORTICEIRA AMORIM, quer pelas pessoas estritamente relacionadas com aqueles.

Mozelos, 19 de fevereiro de 2018

O Conselho de Administração da CORTICEIRA AMORIM, SGPS, S.A.

António Rios de Amorim
Presidente

Nuno Filipe Vilela Barroca de Oliveira
Vice-Presidente

Fernando José de Araújo dos Santos Almeida
Vogal

Cristina Rios de Amorim Baptista
Vogal

Luísa Alexandra Ramos Amorim
Vogal

Juan Ginesta Viñas
Vogal

DEMONSTRAÇÃO DA POSIÇÃO FINANCEIRA

(Valores expressos em milhares de euros)	Notas	31 dez. 2017	31 dez. 2016
ATIVO			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	7	37	58
Investimentos em subsidiárias	5	294.065	249.824
Outros ativos financeiros		49	47
Empresas do grupo	6	77.250	42.050
Impostos diferidos		-	33
		371.401	292.012
Ativo corrente			
Empresas do grupo	6	32.315	38.596
Imposto sobre o rendimento	8	10.292	508
Outras contas a receber	9	2.971	3.008
Gastos a reconhecer		24	25
Caixa e depósitos bancários	10	22	6
		45.624	42.143
Total do Ativo		417.025	334.155
CAPITAL PRÓPRIO			
Capital social		133.000	133.000
Prémios de emissão		38.893	38.893
Reservas legais		18.770	16.203
Outras reservas		41.918	27.726
Excedentes de revalorização		4.052	4.052
Outras variações no capital próprio		339	339
	11	236.972	220.213
Resultado líquido do período		54.491	51.339
Total do capital próprio		291.463	271.552
PASSIVO			
Passivo não corrente			
Provisões	13	8.799	9.197
Dívida remunerada	14	35.000	35.000
		43.799	44.197
Passivo corrente			
Fornecedores		26	30
Empresas do grupo	6	45.361	602
Dívida remunerada	14	35.544	17.250
Imposto sobre o rendimento	8	-	72
Outras contas a pagar	15	832	452
		81.763	18.406
Total do passivo		125.562	62.603
Total do capital próprio e do passivo		417.025	334.155

O Contabilista Certificado

O Conselho de Administração

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS POR NATUREZAS

(Valores expressos em milhares de euros)	Notas	2017	2016
RENDIMENTOS E GASTOS			
Ganhos/perdas imputados de subsidiárias	17	56.477	51.382
Fornecimentos e serviços externos	18	-507	-456
Gastos com o pessoal	19	-1.763	-1.351
Outros rendimentos e ganhos		10	4
Outros gastos e perdas	21	-163	-127
Resultados antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		54.054	49.452
Gastos/reversões de depreciação e amortização		-21	-21
Resultados operacionais (antes de gastos de financiamento e impostos)		54.033	49.431
Rendimentos financeiros	22	878	696
Gastos financeiros	22	-659	-613
Resultados antes de impostos		54.252	49.514
Imposto sobre os resultados	23	239	1.825
Resultado líquido		54.491	51.339

O Contabilista Certificado

O Conselho de Administração

DEMONSTRAÇÃO DO RENDIMENTO INTEGRAL

(Valores expressos em milhares de euros)	2017	2016
Resultado líquido do período	54.491	51.339
<i>Itens que não serão reclassificados para resultados</i>		
Ganho na venda das ações próprias	-	-
Outros rendimentos integrais do período	-	-
Rendimentos integrais totais do período	54.491	51.339
O Contabilista Certificado	O Conselho de Administração	

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

(Valores expressos em milhares de euros)	2017	2016
ATIVIDADES OPERACIONAIS:		
Pagamentos a fornecedores	-490	-431
Pagamentos ao pessoal	-1.260	-1.089
Fluxo gerado pelas operações	-1.750	-1.520
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento	-3.150	-7.308
Outros recebimentos/pagamentos relativos à atividade operacional	-423	-403
Fluxos das atividades operacionais	-5.323	-9.231
ATIVIDADES DE INVESTIMENTO:		
Recebimentos provenientes de:		
Investimentos financeiros	115.240	163.439
Juros e rendimentos similares	623	648
Dividendos	59.675	54.955
	175.538	219.042
Pagamentos respeitantes a:		
Investimentos financeiros	-153.381	-161.749
Fluxos das atividades de investimento	22.157	57.293
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO:		
Recebimentos provenientes de:		
Empréstimos obtidos	95.644	74.275
Pagamentos respeitantes a:		
Empréstimos obtidos	-77.565	-90.820
Juros e gastos similares	-533	-742
Dividendos	-34.578	-31.917
	-112.676	-123.479
Fluxos das atividades de financiamento	-17.032	-49.204
Varição de caixa e seus equivalentes	-198	-1.142
Caixa e seus equivalentes no início do período	-1.139	3
Caixa e seus equivalentes no fim do período	-1.337	-1.139

O Contabilista Certificado

O Conselho de Administração

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO

Valores expressos em milhares de euros.

Ano de 2016	Saldo inicial	Afetação do resultado de 2015	Distribuição de dividendos	Resultado líquido de 2016	Saldo final
Capital social	133.000	-	-	-	133.000
Prémios de emissão de ações	38.893	-	-	-	38.893
Reservas de reavaliação	4.052	-	-	-	4.052
Reservas legais	14.294	1.909	-	-	16.203
Reservas livres	23.372	14.994	-10.640	-	27.726
Resultados transitados	-	21.280	-21.280	-	-
Outras variações no capital próprio	339	-	-	-	339
Resultado líquido	38.183	-38.183	-	51.339	51.339
Total do Capital Próprio	252.134	0	-31.920	51.339	271.552

Ano de 2017	Saldo inicial	Afetação do resultado de 2016	Distribuição de dividendos	Resultado líquido de 2017	Saldo final
Capital social	133.000	-	-	-	133.000
Prémios de emissão de ações	38.893	-	-	-	38.893
Reservas de reavaliação	4.052	-	-	-	4.052
Reservas legais	16.203	2.567	-	-	18.770
Reservas livres	27.726	24.832	-10.640	-	41.918
Resultados transitados	-	23.940	-23.940	-	-
Outras variações no capital próprio	339	-	-	-	339
Resultado líquido	51.339	-51.339	-	54.491	54.491
Total do Capital Próprio	271.552	0	-34.580	54.491	291.463

O Contabilista Certificado

O Conselho de Administração

NOTAS ÀS CONTAS INDIVIDUAIS

1 - NOTA INTRODUTÓRIA

A CORTICEIRA AMORIM, S.G.P.S., S.A. (adiante designada apenas por CORTICEIRA AMORIM, designação que poderá também abranger o conjunto da CORTICEIRA AMORIM SGPS e suas participadas) resultou da transformação da CORTICEIRA AMORIM, S.A., numa sociedade gestora de participações sociais ocorrida no início de 1991 e cujo objeto é a gestão das participações do Grupo Amorim no setor da cortiça.

As empresas participadas direta e indiretamente pela CORTICEIRA AMORIM têm como atividade principal a fabricação, comercialização e distribuição de todos os produtos de cortiça.

A CORTICEIRA AMORIM não detém direta ou indiretamente interesses em propriedades onde se faça o cultivo e exploração do sobreiro, árvore fornecedora da cortiça, principal matéria-prima usada nas suas unidades transformadoras. A aquisição da cortiça faz-se num mercado aberto, onde interagem múltiplos agentes, tanto do lado da procura como da oferta.

A atividade do grupo CORTICEIRA AMORIM estende-se desde a aquisição e preparação da cortiça, até à sua transformação num vasto leque de produtos derivados de cortiça. Abrange também a comercialização e distribuição, através de uma rede própria presente em todos os grandes mercados mundiais.

A CORTICEIRA AMORIM é uma empresa Portuguesa com sede em Mozelos, Santa Maria da Feira, com as ações representativas do seu capital social de 133.000.000 Euros cotadas na Euronext Lisbon - Sociedade Gestora de Mercados Regulamentados, S.A.

A sociedade Amorim Capital, S.A. era detentora, à data de 31 de dezembro de 2016, de 67.830.000 ações da CORTICEIRA AMORIM, correspondentes a 51% do capital social. Em virtude da fusão dessa sociedade com Amorim - Investimentos e Participações, SGPS, S.A., essas ações passaram a ser detidas por esta sociedade. Desta forma, a sociedade Amorim - Investimentos e Participações, SGPS, S.A. era detentora, à data de 31 de dezembro de 2017, de 67.830.000 ações da CORTICEIRA AMORIM, correspondentes a 51% do capital social. A CORTICEIRA AMORIM é incluída no perímetro de consolidação da Amorim - Investimentos e Participações, SGPS, S.A., sendo esta a sua empresa-mãe e controladora. A Amorim - Investimentos e Participações, SGPS, S.A. é detida a 100% pela Família Amorim.

Estas demonstrações financeiras individuais foram aprovadas em Conselho de Administração do dia 19 de fevereiro de 2018. Os acionistas têm a capacidade de alterar as demonstrações financeiras após a data de emissão.

Exceto quando mencionado, os valores monetários referidos nestas Notas são apresentados em milhares de euros (mil euros = k euros = K€).

2 - REFERENCIAL CONTABILÍSTICO

As demonstrações financeiras individuais foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da Empresa, em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS), tal como adotado na União Europeia, em vigor no final de 2017. Estas têm por base o custo histórico, exceto os instrumentos financeiros, os quais são registados de acordo com a IAS 39.

1 Impacto da adoção das alterações às normas que se tornaram efetivas a 1 de janeiro de 2017:

- a) **IAS 7** (alteração), ‘Revisão às divulgações’ (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2017). Esta alteração introduz uma divulgação adicional sobre as variações dos passivos de financiamento, desagregados entre as transações que deram origem a movimentos de caixa e as que não, e a forma como esta informação concilia com os fluxos de caixa das atividades de financiamento da Demonstração do Fluxo de Caixa. A adoção desta alteração não teve impacto significativo nas demonstrações financeiras individuais da Entidade.
- b) **IAS 12** (alteração), ‘Imposto sobre o rendimento - Reconhecimento de impostos diferidos ativos sobre perdas potenciais’ (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2017). Esta alteração clarifica a forma de contabilizar impostos diferidos ativos relacionados com ativos mensurados ao justo valor, como estimar os lucros tributáveis futuros quando existem diferenças temporárias dedutíveis e como avaliar a recuperabilidade dos impostos diferidos ativos quando existem restrições na lei fiscal. A adoção desta alteração não teve impacto nas demonstrações financeiras individuais da Entidade.
- c) **IFRS 12** (emendas) - Divulgações de interesses em outras entidades (incluída nas melhorias anuais relativas ao ciclo 2014-2016). Clarifica que os requisitos de divulgação da IFRS 12, para além dos previstos nos parágrafos B10 a B16, são aplicáveis aos interesses de uma entidade em subsidiárias, joint-ventures ou associadas (ou parte do seu interesse em joint-ventures ou associadas) que sejam classificadas (ou que estejam incluídas num grupo para venda que esta classificado) como detidas para venda. A adoção desta emenda não teve impacto nas demonstrações financeiras individuais da Entidade.

2 Normas (novas e alterações) publicadas, cuja aplicação é obrigatória para períodos anuais que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2018, que a União Europeia já endossou:

- a) **IFRS 9** (nova), ‘Instrumentos financeiros’ (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2018). A IFRS 9 substitui os requisitos da IAS 39, relativamente: (i) à classificação e mensuração dos ativos e passivos financeiros; (ii) ao reconhecimento de imparidade sobre créditos a receber (através do modelo da perda esperada); e (iii) aos requisitos para o reconhecimento e classificação da contabilidade de cobertura
- b) **IFRS 15** (nova), ‘Rédito de contratos com clientes’ (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2018). Esta nova norma aplica-se apenas a contratos para a entrega de produtos ou prestação de serviços, e exige que a entidade reconheça o rédito quando a obrigação contratual de entregar ativos ou prestar serviços é satisfeita e pelo montante que reflete a contraprestação a que a entidade tem direito, conforme previsto na “metodologia das 5 etapas”.
- c) **Alterações à IFRS 15**, ‘Rédito de contratos com clientes’ (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2018). Estas alterações referem-se às indicações adicionais a seguir para determinar as obrigações de desempenho de um contrato, ao momento do reconhecimento do rédito de uma licença de propriedade intelectual, à revisão dos indicadores para a classificação da relação principal versus agente, e aos novos regimes previstos para simplificar a transição.
- d) **IFRS 16** (nova), ‘Locações’ (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2019). Esta nova norma substitui o IAS 17, com um impacto significativo na contabilização pelos locatários que são agora obrigados a reconhecer um passivo de locação refletindo futuros pagamentos da locação e um ativo de “direito de uso” para todos os contratos de locação, exceto certas locações de curto prazo e de ativos de baixo valor. A definição de um contrato locação também foi alterada, sendo baseada no “direito de controlar o uso de um ativo identificado”.
- e) **IFRS 4** (alteração), ‘Contratos de seguro (aplicação da IFRS 4 com a IFRS 9)’ (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2018). Esta alteração atribui às entidades que negociam contratos de

seguro a opção de reconhecer no Outro rendimento integral, em vez de reconhecer na Demonstração dos resultados, a volatilidade que pode resultar da aplicação da IFRS 9 antes da nova norma sobre contratos de seguro ser publicada. Adicionalmente é dada uma isenção temporária à aplicação da IFRS 9 até 2021 às entidades cuja atividade predominante seja a de seguradora. Esta isenção é opcional e não se aplica às demonstrações financeiras consolidadas que incluam uma entidade seguradora.

- f) **IFRS 1**, Adoção pela primeira vez das IFRS (emenda, incluída nas melhorias anuais relativas ao ciclo 2014-2016). Elimina a isenção de curto prazo prevista para os adotantes pela primeira vez nos parágrafos E3-E7 da IFRS 1, porque já serviu o seu propósito (que estavam relacionados com isenções de algumas divulgações de instrumentos financeiros previstas na IFRS 7, isenções ao nível de benefícios de empregados e isenções ao nível das entidades de investimento).
- g) **IAS 28**, Investimentos em associadas e entidades conjuntamente controladas (emenda, incluída nas melhorias anuais relativas ao ciclo 2014-2016). Vem clarificar que: i) Uma empresa que é uma empresa de capital de risco, ou outra entidade qualificável, pode escolher, no reconhecimento inicial e investimento a investimento, mensurar os seus investimentos em associadas e/ou jointventures ao justo valor através de resultados; ii) Se uma empresa que não é ela própria uma entidade de investimento detém um interesse numa associada ou joint-venture que é uma entidade de investimento, a empresa pode, na aplicação do método da equivalência patrimonial, optar por manter o justo valor que essas participadas aplicam na mensuração das suas subsidiárias. Esta opção é tomada separadamente para cada investimento na data mais tarde entre o reconhecimento inicialmente do investimento nessa participada; essa participada tornar-se uma entidade de investimento; e essa participada passar a ser uma empresa-mãe.
- h) Emendas à **IFRS 10** - Demonstrações financeiras consolidadas e **IAS 28** - Investimentos em associadas e empreendimentos conjuntos. Estas emendas vêm eliminar um conflito existente entre as referidas normas, relacionado com a venda ou com a contribuição de ativos entre o investidor e a associada ou entre o investidor e o empreendimento conjunto. Em dezembro de 2015 o IASB decidiu diferir a data de aplicação desta emenda até que sejam finalizadas quaisquer emendas que resultem do projeto de pesquisa sobre o método da equivalência patrimonial.

Impactos estimados

A adoção destas normas não terá impactos significativos nas demonstrações financeiras individuais da Entidade.

3 Normas (novas e alterações) e interpretações publicadas, cuja aplicação é obrigatória para períodos anuais que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2017, mas que a União Europeia ainda não endossou:

3.1 - Normas

- a) **IAS 40** (alteração) ‘Transferência de propriedades de investimento’ (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2018). Esta alteração ainda está sujeita ao processo de endosso pela União Europeia. Esta alteração clarifica que os ativos só podem ser transferidos de e para a categoria de propriedades de investimentos quando exista evidência da alteração de uso. Apenas a alteração da intenção da gestão não é suficiente para efetuar a transferência.
- b) **IFRS 2** (alteração), ‘Classificação e mensuração de transações de pagamentos baseados em ações’ (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2018). Esta alteração ainda está sujeita ao processo de endosso pela União Europeia. Esta alteração clarifica a base de mensuração para as transações de pagamentos baseados em ações liquidadas financeiramente (“cash-settled”) e a contabilização de modificações a um plano de pagamentos baseado em ações, que alteram a sua classificação de liquidado

financeiramente (“Cash-settled”) para liquidado com capital próprio (“equity-settled”). Para além disso, introduz uma exceção aos princípios da IFRS 2, que passa a exigir que um plano de pagamentos baseado em ações seja tratado como se fosse totalmente liquidado com capital próprio (“equity-settled”), quando o empregador seja obrigado a reter um montante de imposto ao funcionário e pagar essa quantia à autoridade fiscal.

- c) **IFRS 9** (alteração), ‘Elementos de pré-pagamento com compensação negativa’ (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2019). Esta alteração ainda está sujeita ao processo de endosso pela União Europeia. Esta alteração introduz a possibilidade de classificar ativos financeiros com condições de pré-pagamento com compensação negativa, ao custo amortizado, desde que se verifique o cumprimento de condições específicas, em vez de ser classificado ao justo valor através de resultados.
- d) **IAS 28** (alteração), ‘Investimentos de longo-prazo em associadas e empreendimentos conjuntos’ (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2019). Esta alteração ainda está sujeita ao processo de endosso pela União Europeia. Esta alteração clarifica que os investimentos de longo-prazo em associadas e empreendimentos conjuntos (componentes do investimento de uma entidade em associadas e empreendimentos conjuntos), que não estão a ser mensurados através do método de equivalência patrimonial, são contabilizados segundo a IFRS 9, estando sujeitos ao modelo de imparidade das perdas estimadas, antes de qualquer teste de imparidade ao investimento como um todo.
- e) **Melhorias às normas 2015 - 2017** (a aplicar aos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2019). Este ciclo de melhorias ainda está sujeito ao processo de endosso pela União Europeia. Este ciclo de melhorias afeta os seguintes normativos: IAS 23, IAS 12, IFRS 3 e IFRS 11.
- f) **IFRS 17** (nova), ‘Contratos de seguro’ (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2021). Esta norma ainda está sujeita ao processo de endosso pela União Europeia. Esta nova norma substitui o IFRS 4 e é aplicável a todas as entidades que emitam contratos de seguro, contratos de resseguro e contratos de investimento com características de participação discricionária. A IFRS 17 baseia-se na mensuração corrente das responsabilidades técnicas, a cada data de relato. A mensuração corrente pode assentar num modelo completo (“building block approach”) ou simplificado (“premium allocation approach”). O reconhecimento da margem técnica é diferente consoante esta seja positiva ou negativa. A IFRS 17 é de aplicação retrospectiva.

3.2 - Interpretações

- a) **IFRIC 22** (nova), ‘Operações em moeda estrangeira e contraprestação antecipada’ (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2018). Esta interpretação ainda está sujeita ao processo de endosso pela União Europeia. Trata-se de uma interpretação à IAS 21 ‘Os efeitos de alterações em taxas de câmbio’ e refere-se à determinação da “data da transação” quando uma entidade paga ou recebe antecipadamente a contraprestação de contratos denominados em moeda estrangeira. A “data da transação” determina a taxa de câmbio a usar para converter as transações em moeda estrangeira.
- b) **IFRIC 23** (nova), ‘Incerteza sobre o tratamento de Imposto sobre o rendimento’ (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2019). Esta interpretação ainda está sujeita ao processo de endosso pela União Europeia. Trata-se de uma interpretação à IAS 12 - ‘Imposto sobre o rendimento’, referindo-se aos requisitos de mensuração e reconhecimento a aplicar quando existem incertezas quanto à aceitação de um determinado tratamento fiscal por parte da Administração fiscal relativamente a Imposto sobre o rendimento. Em caso de incerteza quanto à posição da Administração fiscal sobre uma transação específica, a entidade deverá efetuar a sua melhor estimativa e registar os ativos ou passivos por imposto sobre o rendimento à luz da IAS 12, e não da IAS 37 - “Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes”, com

base no valor esperado ou o valor mais provável. A aplicação da IFRIC 23 pode ser retrospectiva ou retrospectiva modificada.

Não se estimam impactos significativos decorrentes da adoção futura destas normas, alterações e interpretações nas demonstrações financeiras individuais da CORTICEIRA AMORIM.

3 RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

As principais políticas usadas na preparação das demonstrações financeiras individuais foram consistentemente usadas em todos os períodos apresentados nestas demonstrações e de que se apresenta em seguida um resumo.

• *Investimentos em subsidiárias e associadas*

Consideram-se subsidiárias, todas as entidades sobre as quais a CORTICEIRA AMORIM tem controlo. A CORTICEIRA AMORIM controla quando está exposta a, ou tem direitos sobre, os retornos variáveis gerados, em resultado do seu envolvimento com a entidade, e tem capacidade de afetar esses retornos variáveis através do poder que exerce sobre as atividades da entidade.

Na aquisição de subsidiárias é seguido o método de compra. O custo de aquisição é mensurado pelo justo valor dos ativos dados em troca, dos passivos assumidos e dos interesses de capital próprio emitidos para o efeito. Os custos de transação incorridos são contabilizados como gastos nos períodos em que os custos são incorridos e os serviços são recebidos, com exceção dos custos da emissão de valores mobiliários representativos de dívida ou de capital próprio, que devem ser reconhecidos em conformidade com a IAS 32 e a IAS 39. Os ativos identificáveis adquiridos e os passivos assumidos na aquisição serão mensurados inicialmente pelo justo valor à data de aquisição. O excesso do custo de aquisição relativamente ao justo valor da participação da CORTICEIRA AMORIM nos ativos identificáveis adquiridos, o goodwill, é reconhecido como parte do investimento financeiro na subsidiária.

Consideram-se associadas, todas as entidades sobre as quais a CORTICEIRA AMORIM exerce influência significativa mas não possui controlo, geralmente com participações entre 20% e 50% dos direitos de voto.

Os investimentos em subsidiárias e associadas são, inicialmente, valorizados ao custo de aquisição adicionado de eventuais despesas de compra. Subsequentemente, as participações financeiras são mensuradas ao custo de aquisição deduzido de perdas de imparidade, se existentes, sendo o respetivo ajuste considerado uma perda do exercício.

Os dividendos recebidos de subsidiárias e associadas são registados como rendimento do exercício quando deliberados pela Assembleia Geral.

Os investimentos em subsidiárias e associadas são avaliados em cada exercício quanto a possíveis indícios de imparidade.

• *Imparidade de ativos não financeiros*

Os ativos são avaliados para efeitos de imparidade sempre que um acontecimento ou alteração de circunstâncias indicie que o seu valor possa não ser recuperável. São reconhecidas perdas de imparidade pela diferença entre o valor contabilístico e o valor recuperável. O valor recuperável corresponde ao montante mais elevado entre o justo valor menos custos de venda e o valor de uso do ativo. Os ativos não financeiros relativamente aos quais tenham sido reconhecidas perdas de imparidade são revistos a cada data de reporte para reversão dessas perdas.

- **Conversão cambial**

As demonstrações financeiras são apresentadas em moeda funcional de apresentação de contas da CORTICEIRA AMORIM, o Euro.

As transações em moedas diferentes do Euro são convertidas na moeda funcional utilizando as taxas de câmbio à data das transações. Os ganhos ou perdas cambiais resultantes do pagamento/recebimento das transações bem como da conversão pela taxa de câmbio à data do balanço, dos ativos e dos passivos monetários denominados em moeda estrangeira, são reconhecidos nos resultados do exercício.

- **Clientes e outras contas a receber**

As dívidas de clientes e outras a receber são inicialmente mensuradas ao justo valor, sendo subsequentemente mensuradas ao custo amortizado, ajustadas por eventuais perdas por imparidade de modo a que reflitam o seu valor realizável. As referidas perdas são registadas na conta de resultados no exercício em que se verificarem.

Os valores a médio e longo prazo são atualizados usando uma taxa de desconto semelhante à taxa de juro de financiamento do devedor para períodos semelhantes.

As dívidas de clientes e outras contas a receber são desreconhecidas quando os direitos ao recebimento dos fluxos monetários originados por esses investimentos expiram ou são transferidos, assim como todos os riscos e benefícios associados à sua posse.

- **Caixa e equivalentes a caixa**

O montante incluído em “Caixa e depósitos bancários” é composto pelos valores de caixa, depósitos à ordem e a prazo e outras aplicações de tesouraria com vencimento inferior a três meses, para os quais os riscos de alteração de valor não é significativo. Na Demonstração de Fluxos de Caixa, o valor de “Caixa e equivalentes a caixa” inclui ainda os valores a descoberto de contas de depósitos bancários que estão incluídos no passivo corrente em “Financiamentos obtidos”.

- **Imparidade de ativos financeiros**

A Empresa avalia a cada data de reporte a existência de imparidade nos ativos financeiros ao custo amortizado.

Um ativo financeiro está em imparidade se eventos ocorridos após o reconhecimento inicial tiverem um impacto nos *cash flows* futuros estimados do ativo que possa ser razoavelmente estimado.

A perda por imparidade corresponde à diferença entre o valor contabilístico e o valor esperado dos *cash flows* futuros (excluindo perdas futuras que não tenham sido incorridas), descontadas à taxa de juro efetiva do ativo no momento do reconhecimento inicial. O montante apurado é reduzido ao valor contabilístico do ativo e a perda reconhecida na Demonstração dos Resultados.

- **Fornecedores e outras contas a pagar**

As dívidas a fornecedores e relativas a outros credores diversos são registadas inicialmente ao justo valor e subsequentemente mensuradas ao custo amortizado de acordo com o método da taxa de juro efetiva. São classificadas como passivo corrente exceto se a CORTICEIRA AMORIM tiver o direito incondicional de diferir o seu pagamento por mais de um ano após a data de reporte.

Os passivos são desreconhecidos quando as obrigações subjacentes se extinguem pelo pagamento, são canceladas ou expiram.

• *Dívida remunerada*

Inclui o valor dos empréstimos onerosos obtidos. Os empréstimos obtidos são reconhecidos inicialmente ao seu justo valor. Os empréstimos são subsequentemente apresentados ao custo amortizado, de acordo com o método da taxa de juro efetiva; qualquer diferença entre os recebimentos (líquidos de custos de transação) e o valor amortizado é reconhecida na demonstração de resultados ao longo do período do empréstimo, utilizando o método da taxa efetiva.

Os juros e outros encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos são reconhecidos como gasto à medida que são incorridos, de acordo com o princípio da especialização dos exercícios.

• *Impostos diferidos e imposto sobre o rendimento*

O imposto sobre o rendimento do exercício compreende o imposto corrente e o imposto diferido. O imposto corrente é determinado com base no resultado líquido contabilístico ajustado de acordo com a legislação fiscal.

A Sociedade é tributada pelo regime especial de determinação da matéria coletável (RETGS) em relação às sociedades do grupo em que a CORTICEIRA AMORIM é dominante, consignado pelo artigo 69.º do código do IRC.

O valor do imposto corrente, positivo ou negativo, é calculado por cada empresa filial, com base na sua situação fiscal individual, e imputado à CORTICEIRA AMORIM (empresa dominante do grupo do RETGS).

O cálculo da estimativa para impostos é efetuado com base na matéria coletável consolidada das seguintes empresas (incluídas no RETGS):

- Corticeira Amorim, SGPS, S.A.
- All Clousures In, S.A.
- Amorim Bartop - Investimentos e Participações, S.A.
- Amorim Compcork, Lda.
- Amorim Cork Composites, S.A.
- Amorim Cork Research, Lda.
- Amorim Cork Services, Lda.
- Amorim Cork Ventures, Lda.
- Amorim Florestal, S.A.
- Amorim Flooring - Soluções Inovadoras de Cortiça, S.A.
- Amorim Industrial Solutions - Imobiliária, S.A.
- Amorim Irmãos, S.A.
- Amorim Irmãos, SGPS, S.A.
- Amorim Isolamentos, S.A.
- Amorim Natural Cork, S.A.
- Amorim Revestimentos, S.A.
- Amorim Top Series, S.A.
- Equipar - Participações Integradas, S.G.P.S., Lda.
- Portocork Internacional, S.A.
- Sociedade Portuguesa de Aglomerados de Cortiça, Lda.

Os resultados positivos ou negativos, que resultam dos ajustamentos da consolidação fiscal, são da responsabilidade da empresa consolidante.

Os impostos diferidos são calculados com base no método da responsabilidade do balanço e refletem as diferenças temporárias entre o montante dos ativos e passivos para efeitos de reporte contabilístico e os respetivos montantes para efeitos de tributação.

Os ativos e passivos por impostos diferidos são calculados e anualmente avaliados às taxas de tributação em vigor ou anunciadas para estarem em vigor à data expectável da reversão das diferenças temporárias.

Os ativos por impostos diferidos são reconhecidos unicamente quando existem expectativas razoáveis de lucros fiscais futuros suficientes para a sua utilização. No final de cada exercício é efetuada uma reapreciação dos ativos por impostos diferidos, sendo os mesmos desreconhecidos sempre que deixe de ser provável a sua utilização futura.

Os passivos por impostos diferidos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis, exceto as relacionadas com i) o reconhecimento inicial do goodwill; ou ii) o reconhecimento inicial de ativos e passivos, que não resultem de uma concentração de atividades empresariais, e que à data de transação não afetem o resultado contabilístico ou fiscal. Contudo, no que se refere às diferenças temporárias tributáveis relacionadas com investimentos em subsidiárias, estas não são reconhecidas na medida em que: i) a empresa mãe tem capacidade para controlar o período da reversão da diferença temporária; e ii) é provável que a diferença temporária não reverta num futuro próximo.

Os impostos diferidos são registados como gasto ou rendimento do exercício, exceto se resultarem de valores registados diretamente em capital próprio, situação em que o imposto diferido é também registado na mesma rubrica.

- **Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes**

São reconhecidas provisões quando a CORTICEIRA AMORIM tem uma obrigação presente, legal ou implícita, resultante de um evento passado, e seja provável que desse facto resulte uma saída de recursos e que esse montante seja estimado com fiabilidade.

Não são reconhecidas provisões para perdas operacionais futuras. São reconhecidas provisões para reestruturação sempre que para essa reestruturação haja um plano detalhado e tenha havido comunicação às partes envolvidas.

Quando existe uma obrigação presente, resultante de um evento passado, mas da qual não é provável que resulte uma saída de recursos, ou esta não pode ser estimada com fiabilidade, essa situação é tratada como um passivo contingente, o qual é divulgado nas demonstrações financeiras, exceto se considerada remota a possibilidade de saída de recursos.

Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados quando for provável a existência de um influxo económico futuro de recursos.

- **Locação**

Sempre que um contrato indicie a transferência substancial dos riscos e dos benefícios inerentes ao bem em causa para a CORTICEIRA AMORIM, a locação será classificada como financeira. Todas as outras locações são consideradas como operacionais, sendo os respetivos pagamentos registados como custos do exercício.

- **Instrumentos financeiros derivados**

A Corticeira Amorim utiliza instrumentos financeiros derivados, tais como contratos de câmbio à vista e a prazo, opções e *swaps*, somente para cobertura dos riscos financeiros a que está exposta. A CORTICEIRA AMORIM não utiliza instrumentos financeiros para especulação. A empresa adota a contabilização de acordo com contabilidade de cobertura (*hedge accounting*) respeitando integralmente o disposto nos normativos respetivos. A negociação dos instrumentos financeiros derivados é realizada pelo departamento de tesouraria central (Sala de Mercados), obedecendo a normas aprovadas pela respetiva administração. Os instrumentos financeiros derivados são reconhecidos no balanço ao seu justo valor.

No que diz respeito ao reconhecimento, a contabilização faz-se da seguinte forma:

Cobertura de Justo Valor

Para as relações de cobertura classificadas como cobertura de justo valor e que são determinadas pertencerem a uma cobertura eficaz, ganhos ou perdas resultantes de remensurar o instrumento de cobertura ao justo valor são reconhecidos em resultados, juntamente com variações no justo valor do item coberto que são atribuíveis ao risco coberto.

Cobertura de Fluxos de Caixa

Para as relações de cobertura classificadas como cobertura de fluxos de caixa e que são determinadas pertencerem a uma cobertura eficaz, ganhos ou perdas no justo valor do instrumento de cobertura são reconhecidas no capital próprio, sendo transferidos para resultados no período em que o respetivo item coberto afeta resultados; a parte ineficaz será reconhecida diretamente nos resultados.

• *Eventos subsequentes*

Os eventos após a data da demonstração da posição financeira que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam nessa data são refletidos nas demonstrações financeiras. Os eventos após a data da demonstração da posição financeira que proporcionem informação sobre condições que ocorram após a mesma data são divulgados no anexo às demonstrações financeiras, se materiais.

• *Capital Próprio*

As ações ordinárias são classificadas como capital próprio.

Sempre que são adquiridas ações da CORTICEIRA AMORIM, os montantes pagos pela aquisição são reconhecidos em capital próprio a deduzir ao seu valor, numa linha de “Ações Próprias”.

• *Estimativas e pressupostos críticos*

No decurso dos registos contabilísticos necessários à determinação do valor do património e do rédito a CORTICEIRA AMORIM faz uso de estimativas e pressupostos relativos a eventos cujos efeitos só serão plenamente conhecidos em exercícios futuros. Na sua maioria tem-se verificado que os valores registados foram confirmados no futuro. Todas as variações que, eventualmente, surjam serão registadas nos exercícios em que se determinem os seus efeitos definitivos.

As estimativas mais relevantes nas presentes demonstrações financeiras referem-se às provisões constituídas para processos e outras contingências fiscais, as quais têm por base a melhor estimativa da gestão das perdas que poderão existir no futuro associadas a esses processos e a valorização dos investimentos em subsidiárias, cuja análise do valor recuperável assenta nas perspetivas de *cash flows* futuros dessas entidades.

4 GESTÃO DE RISCO FINANCEIRO

A atividade da CORTICEIRA AMORIM está exposta a vários riscos financeiros, nomeadamente risco de mercado, risco de liquidez e risco de capital.

- **Risco de mercado**

A exposição da CORTICEIRA AMORIM ao risco de mercado traduz-se na sua exposição ao risco de taxa de juro.

A 31 de dezembro de 2017, tal como no final de 2016, do total da dívida remunerada, 25 milhões de euros venciam juros a taxa fixa. O risco de taxa de juro resulta, essencialmente, dos empréstimos obtidos não correntes a taxa variável, os quais representavam no final de exercício cerca de 14% do total dos financiamentos obtidos (2016: 19%). À data de 31 de dezembro de 2017, por cada 0,1% de variação nas taxas de juro de empréstimos denominadas em euros, o efeito no resultado líquido da CORTICEIRA AMORIM seria cerca de 71 K€ (52 K€ em 2016).

- **Risco de Liquidez**

O departamento de tesouraria da CORTICEIRA AMORIM analisa regularmente os *cash flows* previsionais de modo a assegurar que existe liquidez suficiente para o grupo satisfazer as suas necessidades operacionais e, em simultâneo, dar cumprimento às obrigações associadas às varias linhas de financiamento. Os excedentes de liquidez são investidos em depósitos remunerados de curto prazo. Os *cash flows* não descontados estimados pela maturidade contratual, para os passivos financeiros (derivados e não derivados) em aberto à data de relato financeiro são apresentados abaixo:

	Até 1 ano	A mais de 1 e até 2 anos	A mais de 2 e até 4 anos	A mais de 4 anos	Total
Dívida remunerada	17.250	-	10.000	25.000	52.250
Fornecedores	30	-	-	-	30
Empresas do grupo	602	-	-	-	602
Outras contas a pagar	452	-	-	-	452
Total a 31 de dezembro de 2016	18.334	-	10.000	25.000	53.334

	Até 1 ano	A mais de 1 e até 2 anos	A mais de 2 e até 4 anos	A mais de 4 anos	Total
Dívida remunerada	35.544	5.000	10.000	20.000	70.544
Fornecedores	26	-	-	-	26
Empresas do grupo	45.361	-	-	-	45.361
Outras contas a pagar	832	-	-	-	832
Total a 31 de dezembro de 2017	81.763	5.000	10.000	20.000	116.763

A cobertura do risco de liquidez, definida como a capacidade para responder a responsabilidades assumidas, é feita, no essencial, pela existência de um conjunto de linhas de crédito imediatamente disponíveis. Estas facilidades asseguram à CORTICEIRA AMORIM uma capacidade de liquidar posições num prazo bastante curto, permitindo a necessária flexibilidade na condução dos seus negócios.

- **Risco de capital**

O objetivo primordial da Administração é assegurar a continuidade das operações, proporcionando uma adequada remuneração aos Acionistas e os correspondentes benefícios aos restantes *Stakeholders* da CORTICEIRA AMORIM. Para a prossecução deste objetivo é fundamental uma gestão cuidadosa dos capitais empregues no negócio, procurando assegurar uma estrutura ótima dos mesmos, conseguindo desse modo a necessária redução do seu custo. No sentido de manter ou ajustar a estrutura de capitais considerada adequada, a Administração pode propor à Assembleia Geral dos Acionistas as medidas consideradas necessárias e que podem passar por ajustar o *pay-out* relativo aos dividendos a distribuir, transacionar ações próprias, aumentar o capital social por emissão de ações e venda de ativos entre outras medidas.

O indicador utilizado para monitorar a estrutura de capitais é o rácio de Autonomia Financeira. A Administração tem considerado 40% como sendo o valor indicativo de uma estrutura ótima, atendendo às características da Empresa e do setor económico em que se enquadra. Considera ainda que, conforme as condições objetivas da conjuntura económica em geral e do setor em particular, aquele rácio, para o conjunto das empresas do Grupo, não deverá desviar-se significativamente do intervalo 40%-50%. No entanto, em termos de contas individuais, este rácio apresentou valores mais elevados, conforme segue:

	2017	2016
Capital Próprio a 31 de dezembro	291.463	271.552
Ativo a 31 de dezembro	417.025	334.155
Autonomia Financeira	70%	81%

5 INVESTIMENTOS EM SUBSIDIÁRIAS

	31 dez. 2017	31 dez. 2016
Saldo inicial	249.824	246.749
Aumentos	52.400	8.954
Diminuições	-8.159	-5.879
Saldo final	294.065	249.824

- **AUMENTOS**

Em 2017, os aumentos referem-se:

	Valor
Aquisição de participações sociais:	
27,27% da Amorim Revestimentos, S.A.	40.000
100% da Amorim Cork Services, Lda.	(*) 950
20% da Amorim Isolamentos, S.A.	500
Aumento do capital social das subsidiárias:	
Amorim Cork Composites, S.A.	2.000
Amorim Cork Research, Lda.	2.000
Amorim Cork Services, Lda.	2.000
Amorim & Irmãos, SGPS, S.A.	2.000
Amorim Natural Cork S.A.	2.000
Amorim Cork Ventures, Lda.	950
Total	52.400

(*) Inclui 900 K€ de prestações suplementares.

A CORTICEIRA AMORIM constituiu a sociedade Supplier Portal Limited, com sede em Hong Kong, com o capital social de 1 Dólar de Hong Kong (12 cêntimos do euro).

Em 2016, os aumentos referem-se:

- à compra da participação em 26% nas sociedades: Postya - Consultadoria e Marketing, Lda., pelo valor de 1,3 K€ e Vatrya - Consultadoria e Marketing, Lda., pelo valor de 953 K€;
- a prestações acessórias, sujeitas ao regime das prestações suplementares, efetuadas à Amorim Cork Composites, S.A., no valor de 8.000 K€.

- **DIMINUIÇÕES**

Em 2017, as diminuições referem-se ao reembolso de prestações suplementares efetuadas à Amorim & Irmãos, SGPS, S.A. (4.860 K€) e a imparidades nas Empresas: Amorim Cork Services, Lda. (2.150 K€); Vatrya - Consultadoria e Marketing, Lda. (373 K€) e Amorim Cork Ventures, Lda. (776 K€). De referir que foi reduzida a provisão de 100 K€ para perdas na subsidiária Amorim Cork Ventures, Lda. pelo que a referida redução se consubstancia numa reclassificação da provisão para imparidade nesta subsidiária (ver nota 13).

Em 2016, as diminuições referem-se ao reembolso de prestações acessórias efetuadas à Amorim & Irmãos, SGPS, S.A. (5.340 K€), ao reembolso de prestações suplementares efetuadas à Amorim Cork Research, Lda. (339 K€) e a imparidades nas seguintes subsidiárias: Amorim Cork Ventures, Lda. (50 KE); General Investissements & Participations - Ginpar - S.A.(150 K€).

Indicam-se, abaixo, as participações da Empresa em subsidiárias, nenhuma cotada em bolsa, em 31 de dezembro de 2017 e de 2016.

Empresas	Sede	31 dez. 2017			31 dez. 2016		
		Valor	% de Participação	Capital Próprio	Valor	% de Participação	Capital Próprio
Amorim & Irmãos, SGPS, S.A.	S. Mª. Lamas	8.344	100%	209.903	6.344	100%	214.061
Amorim Brasil – C.I.I.E.A.C., Lda.	Brasil	0	99,00%	0	0	99,00%	0
Amorim Cork Composites, S.A.	Mozelos	42.076	100%	55.818	40.076	100%	114.881
Amorim Cork Research, Lda.	Mozelos	2.430	100%	4.341	430	100%	4.393
Amorim Cork Services, Lda.	Mozelos	800	100%	1.166	-	-	-41
Amorim Cork Ventures, Lda.	Mozelos	174	99,95%	666	0	99%	-167
Amorim Isolamentos, SA	Vendas Novas	500	20%	9.901	-	-	9.364
Amorim Natural Cork, SA	Mozelos	52.056	100%	67.280	50.056	100%	64.821
Amorim Revestimentos, SA	S.P.Oleiros	80.000	100%	92.633	40.000	72,73%	78.352
General Inv. & Participa. Ginpar – S.A.	Marrocos	54	99,76%	58	54	99,76%	62
Postya–Consultadoria e Marketing, Lda	Funchal	1	26%	415	1	26%	433
Supplier Portal Limited	Hong Kong	0	100%	0	-	-	-
Vatrya–Consultadoria e Marketing, Lda	Funchal	580	26%	3.682	953	26%	3.680
		187.015			137.914		

Os valores apresentados correspondem ao custo de aquisição das participadas, exceto nos casos em que tenham sido registadas perdas por imparidade e que se apresentam no quadro abaixo (valores em 31 de dezembro de 2017 e de 2016).

	31 dez. 2017				31 dez. 2016			
	Custo de Aquisição	Prestações Suplementares	Imparidade	Valor Líquido	Custo de Aquisição	Prestações Suplementares	Imparidade	Valor Líquido
Amorim Brasil – C.I.I.E.A.C., Lda.	40	904	944	0	40	904	944	0
Amorim Cork Services, Lda.	2.050	900	2.150	800	50	-	50	0
Amorim Cork Ventures, Lda.	1.000	-	826	174	-	-	-	-
General Inv. & Participa-Ginpar-S.A.	204	-	150	54	204	-	150	54
Vatrya–Consultadoria e Marketing, Lda.	953	-	373	580	953	-	-	953

A rubrica ‘Investimentos em subsidiárias’ inclui, ainda, prestações acessórias, sujeitas ao regime das prestações suplementares à Amorim Cork Composites, S.A. e à Amorim & Irmãos, SGPS, S.A., conforme segue:

	31 dez. 2017	31 dez. 2016
Amorim Cork Composites, SA	52.050	52.050
Amorim & Irmãos, SGPS, SA	55.000	59.860
	107.050	111.910

A avaliação da existência de indícios de imparidade nos investimentos financeiros, a 31 de dezembro de 2017, foi realizada tendo em conta o desempenho das participadas e os planos de negócios existentes. Os testes de imparidade realizados quando necessário tiveram por base projeções de fluxos de caixa para um período de 4 anos. A taxa de desconto considerada foi de 7,8% e a taxa de crescimento na perpetuidade de 2%.

No exercício de 2017 foram reconhecidas imparidades de 3.299 K€, sendo que 100 K€ consubstanciam a reclassificação da provisão para perdas na Amorim Cork Ventures, Lda. em imparidade, conforme referido nesta nota, em Diminuições.

Das análises de sensibilidade realizadas, considerando uma variação razoável dos pressupostos, não resultariam perdas adicionais.

6 EMPRESAS DO GRUPO

i) Ativo não corrente

Refere-se aos suprimentos concedidos a subsidiárias, no montante global de 77.250 K€, em 2016 e 42.050 K€, em 2017. O detalhe destes suprimentos por empresa encontra-se na nota 24.

ii) Ativo corrente

	31 dez. 2017	31 dez. 2016
Dívidas a receber de filiais:		
- Relativas a empréstimos concedidos	18.990	23.590
- Relativas a juros de empréstimos	481	190
- Relativas a impostos do R.E.T.G.S.	12.844	14.816
	32.315	38.596

O detalhe de valores por empresa encontra-se na nota 24.

iii) Passivo corrente

	31 dez. 2017	31 dez. 2016
Dívidas a pagar a filiais:		
- Amorim Cork Composites, S.A. (*)	40.000	-
- Relativas a impostos do R.E.T.G.S.	5.361	602
	45.361	602

(*) Respeita ao valor de compra de 27,27% da Amorim Revestimentos, S.A. Esta dívida foi liquidada em janeiro de 2018.

O detalhe de valores por empresa encontra-se na nota 24.

Todos os empréstimos concedidos a subsidiárias e obtidos de subsidiárias vencem juros à taxa de mercado.

As dívidas a receber e a pagar relativas a impostos do R.E.T.G.S. (Regime Especial de Tributação dos Grupos de Sociedades), referem-se à estimativa do imposto apurado por cada uma das empresas do perímetro do regime, tal como referido na Nota 3, na parte que trata “Impostos diferidos e imposto sobre o rendimento”.

7 ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

	Saldo líquido inicial	Adições	Amortizações	Saldo líquido final
Equipamento de transporte	58	-	21	37

8 IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO

i) Ativo corrente

O imposto sobre o rendimento refere-se ao IRC do exercício estimado receber do Estado e apurado no âmbito do R.E.T.G.S. (exercício 2017: 10.292 K€ e exercício 2016: 508 K€).

ii) Passivo corrente

	31 dez. 2017	31 dez. 2016
Imposto a pagar ao Estado		
IRC do exercício de 2015 (R.E.T.G.S.)	-	72

O imposto (IRC) do exercício de 2015 resulta de uma alteração ao apuramento do IRC do exercício de 2014 (RETGS) que teve repercussão no apuramento do IRC do exercício de 2015 (RETGS) ao nível da dedução de benefícios fiscais no valor de 72 K€.

As estimativas do IRC do R.E.T.G.S. dos exercícios de 2017 e 2016, resumem-se ao seguinte:

Os saldos da estimativa de IRC do R.E.T.G.S. (ativos ou passivos) refletem o saldo com o Estado resultante da imputação o imposto estimado por cada uma das empresas que estão dentro do perímetro regime, tal como referido na Nota 3, na parte que trata “Impostos diferidos e imposto sobre o rendimento”.

9 OUTRAS CONTAS A RECEBER

	31 dez. 2017	31 dez. 2016
Estado:		
Crédito (PERES)	2.748	2.748
Imparidade	-2.748	-2.748
Impostos a receber de participadas	2.946	2.946
Juros de empréstimos a subsidiárias (*)	25	61
Outros	0	1
	2.971	3.008

(*) Periodização económica do exercício. O detalhe de valores por empresa encontra-se na nota 24.

O crédito a receber das participadas resulta de impostos pagos na adesão ao Plano Especial de Redução do Endividamento ao Estado (PERES) relativos a contingências de IRC já provisionadas nas participadas em exercícios anteriores.

10 FLUXOS DE CAIXA

i) Discriminação dos componentes de caixa e seus equivalentes

Rubrica	31 dez. 2017	31 dez. 2016
Numerário	2	3
Depósitos bancários imediatamente disponíveis	20	3
Equivalentes a caixa:		
Descobertos bancários	-1.359	-1.145
Caixa e seus equivalentes	-1.337	-1.139
Disponibilidades constantes na Demonstração da Posição Financeira:		
Caixa	2	3
Depósitos bancários	20	3
	22	6

ii) Outras informações

A 31 de dezembro de 2017, havia um total de 23.140 K€ de facilidades de créditos não utilizados (15.355 K€, em 31 de dezembro de 2016).

11 CAPITAL E RESERVAS

• Capital social

O capital social da Empresa está representado por 133.000.000 de ações nominativas, escriturais, de valor nominal unitário de um euro, cada, que conferem direito a dividendos.

O Conselho de Administração pode decidir aumentar o capital social, por uma ou mais vezes, nas modalidades permitidas por lei, até ao montante de 250 milhões de euros.

• Ações próprias

Em 31 de dezembro de 2017 a Empresa não detém ações próprias nem adquiriu ou alienou ações próprias durante o ano de 2017.

Em 31 de dezembro de 2016 a Empresa não detém ações próprias nem adquiriu ou alienou ações próprias durante o ano de 2016.

• Reserva legal e Prémio de emissão

A Reserva Legal e o Prémio de Emissão estão sujeitos ao regime da reserva legal e só podem ser utilizadas para (Art.º 296 do CSC):

- cobrir a parte do prejuízo acusado no balanço do exercício que não possa ser coberto pela utilização de outras reservas;
- cobrir a parte dos prejuízos transitados do exercício anterior que não possa ser coberto pelo lucro do exercício nem pela utilização de outras reservas;
- incorporação no capital.

- **Outras reservas**

Em 2017 as outras reservas dizem respeito a Reservas Livres, tal como em 2016.

- **Dividendos**

i) Em 2017 a CORTICEIRA AMORIM aprovou distribuir os seguintes dividendos:

- Em 7 de abril de 2017, no montante de 23.940 K€, a que corresponde o valor do dividendo de 18 cêntimos por cada ação. Estes dividendos ficaram disponíveis para pagamento a partir do dia 26 de abril de 2017;
- Em 29 de novembro de 2017, no montante de 10.640 K€, a que corresponde o valor do dividendo de 8 cêntimos por cada ação. Estes dividendos ficaram disponíveis para pagamento no dia 14 de dezembro de 2017.

ii) Em 2016 a CORTICEIRA AMORIM aprovou distribuir os seguintes dividendos:

- Em 30 de março de 2016, no montante de 21.280 K€, a que corresponde o valor do dividendo de 16 cêntimos por cada ação. Estes dividendos ficaram disponíveis para pagamento a partir do dia 28 de abril de 2016;
- Em 28 de novembro de 2016, no montante de 10.640 K€, a que corresponde o valor do dividendo de 8 cêntimos por cada ação. Estes dividendos ficaram disponíveis para pagamento no dia 16 de dezembro de 2016.

- **Outras variações no capital próprio**

O montante de 339 milhares de euros respeita a ganhos obtidos na alienação de ações próprias, em exercícios anteriores.

12 RESULTADO LÍQUIDO POR AÇÃO

O resultado líquido por ação é calculado atendendo ao número médio do exercício das ações emitidas deduzidas das ações próprias. Não havendo direitos de voto potenciais, o resultado por ação básico não difere do diluído.

	31 dez. 2017	31 dez. 2016
Ações emitidas	133.000.000	133.000.000
Nº médio de ações próprias	0	0
Nº médio de ações em circulação	133.000.000	133.000.000
Resultado líquido (milhares de euros)	54.491	51.339
Resultado por ação (euros)	0,4097	0,3860

13 PROVISÕES

	Ano 2017	Ano 2016
Provisões para processos fiscais:		
Saldo inicial	9.097	12.757
Aumentos	-	352
Diminuições	-297	-4.012
Saldo final	8.800	9.097
Outras provisões:		
Saldo inicial	100	0
Aumentos	-	100
Diminuições	-100	-
Saldo final	0	100
Total de provisões:	8.800	9.197

Foram reduzidas, no exercício, provisões para processos fiscais no montante de 297 K€, relativos a processos de imposto sobre o rendimento. A diminuição de outras provisões em 100 K€ refere-se à provisão para perdas na Amorim Cork Ventures, Lda. que se consubstancia numa reclassificação de provisão para imparidade (ver nota 5).

Em 2016, as diminuições de provisões para processos fiscais referem-se, essencialmente, à reversão das provisões para impostos que foram pagos na adesão ao Programa Especial de Redução do Endividamento ao Estado (PERES), aprovado pelo Decreto-Lei nr.º 67/2016, de 3 de novembro, com o benefício do perdão de juros e custas.

Os processos em aberto, tanto em fase judicial como em fase graciosa, referem-se aos exercícios de 2008, 2009, 2010 e 2014. O exercício de 2015 foi o último exercício revisto pelas autoridades fiscais portuguesas.

Estes processos têm origem, basicamente, em questões relacionadas com a prestação de garantias não remuneradas entre empresas do Grupo, com a dedutibilidade de juros de sociedades gestoras de participações sociais (SGPS), com a não aceitação de gastos como gastos fiscais e com perdas relativas a liquidações de subsidiárias.

A natureza dos valores reclamados é relativa a liquidações de IRC.

O valor das provisões para impostos refere-se a processos fiscais em aberto, em fase judicial ou não, bem como a situações que poderão vir a ser questionadas em inspeções futuras.

No final de cada exercício, é efetuada uma análise dos processos fiscais em curso, sendo o desenvolvimento processual dos mesmos tido em conta e, assim, aferida a necessidade de provisionar novas situações, ou de reverter, ou reforçar provisões já existentes. As provisões correspondem a situações que, pelo seu desenvolvimento processual, ou pela doutrina/jurisprudência entretanto surgida, indiciam uma probabilidade de terem um desfecho desfavorável para a CORTICEIRA AMORIM e em que, a verificar-se tal desfecho, o exfluxo pode ser estimado com fiabilidade.

De notar que durante o exercício não houve desenvolvimentos dignos de registo nos processos referidos atrás.

O valor dos processos fiscais em aberto à data de fecho das contas de 2017 montava aos 8.800 K€ (9.279 K€ em 2016), os quais se encontram totalmente provisionados.

O total do passivo contingente é resultante dos processos fiscais não provisionados e eleva-se a 1.576 K€ (1.817 K€ em 2016).

Conforme referido no relatório de 2013, nesse exercício a CORTICEIRA AMORIM aderiu ao regime de regularização de dívidas fiscais e à segurança social (RERD) instituído pelo DL 151-A/2013. O valor pago à data elevou aos 1.491 milhares de euros. Em 2016 a Empresa aderiu ao Plano Especial de Redução do Endividamento ao Estado (PERES) tendo feito pagamentos de 5.694 K€. Desse montante 2.946 K€ é relativo a montantes de IRC provisionados nas participadas. A regularização dessas dívidas não implica o abandono da defesa dos processos, os quais, agora, são

considerados pela CORTICEIRA AMORIM como processos a seu favor, continuando a pugnar pelo que considera a sua razão.

Para além desses processos a seu favor, a CORTICEIRA AMORIM tem um largo número de outros processos a seu favor, os quais se referem, no essencial, a pagamentos relativos a tributações autónomas, PEC, derrama estadual e benefícios fiscais. O valor destes processos monta aos 1,5 milhões de euros (1,3 milhões de euros em 2016), valor esse que não se encontra registado como integrando o seu ativo.

Considera-se adequado o montante de 8.800 K€ de provisões existentes para fazer face a contingências relativas a impostos.

14 DÍVIDA REMUNERADA

No final do exercício a dívida remunerada corrente tinha a seguinte composição:

	31 dez. 2017	31 dez. 2016
Papel comercial	-	8.000
Empréstimos da banca	36.360	36.145
Empréstimos de subsidiárias	34.184	8.105
	70.544	52.250

A dívida remunerada com vencimento a médio e longo prazo (passivo não corrente) refere-se a empréstimos da banca e assume o valor de 35 milhões de euros, em 31 de dezembro de 2017 e de 2016.

Tanto no final de 2017 como no final de 2016 a totalidade desta dívida era denominada em euros e vence juros a taxa variável, com exceção de 25 milhões de euros que vencem juros a taxa fixa. O gasto médio registado no período para o conjunto das linhas de crédito utilizadas situou-se nos 1% (2016: 1,1%).

A empresa contratou diversos programas de emissões de papel comercial:

	2017	2016
Montante global contratado em 31 de dezembro	20.000	20.000
Montante utilizado em 31 de dezembro	0	8.000
Prazo médio ponderado das emissões	9 dias	10 dias

A 31 de dezembro de 2017, a maturidade da dívida remunerada não corrente era a seguinte:

A mais de 1 ano	A mais de 2 e menos de 5 anos	A mais de 5 anos	Total
5.000	15.000	15.000	35.000

À data de fecho de contas de 2017, a CORTICEIRA AMORIM tinha linhas de financiamento cuja documentação contratual de suporte incluía *covenants* genericamente usados neste tipo de contratos, nomeadamente: *cross-default*, *pari passu* e, em alguns casos, *negative pledge*, e rácios financeiros (associados às demonstrações financeiras consolidadas).

A CORTICEIRA AMORIM tinha utilizado naquela data linhas de crédito às quais estavam associados *covenants* financeiros (com base nas contas consolidadas do grupo). Estes consubstanciavam-se, essencialmente, no cumprimento de rácios que permitem acompanhar a situação financeira consolidada da empresa, nomeadamente a sua capacidade para garantir o serviço da dívida. O rácio mais utilizado era o que relaciona a Dívida com o EBITDA gerado pela Sociedade (Dívida remunerada líquida/EBITDA corrente). Também os rácios que relacionam o EBITDA

com os juros suportados (EBITDA corrente/Juros líquidos) e o valor dos Capitais Próprios com o Total do Balanço (Autonomia Financeira) estão presentes em alguns dos contratos.

A 31 de Dezembro de 2017, estes rácios registavam os seguintes valores consolidados:

Dívida remunerada líquida / EBITDA corrente	0,69
EBITDA corrente / juros líquidos	135,9
Autonomia Financeira	52,9%

Os rácios acima mencionados cumpriam larga e integralmente as exigências constantes dos contratos que formalizavam as referidas linhas de crédito. Na eventualidade do seu não cumprimento, haveria a possibilidade de tal circunstância conduzir ao reembolso antecipado dos montantes tomados.

Para além do referido cumprimento informa-se que a capacidade de assegurar o serviço de dívida estava ainda reforçada pela existência, à data de 31 de dezembro de 2017, de 23.140 K€ de facilidades de crédito não utilizadas.

15 OUTRAS CONTAS A PAGAR

	31 dez. 2017	31 dez. 2016
Estado e outros entes públicos	106	91
Acionistas (dividendos não reclamados)	17	14
Remunerações e encargos patronais sobre remunerações (*)	320	91
Juros e outros encargos de financiamentos (**)	360	219
Outras dívidas a pagar	29	37
	832	452

(*) Periodização económica do exercício. Vencem para pagamento em 1 de janeiro do ano seguinte.

(**) Periodização económica do exercício. Inclui 169 K€ de juros de empréstimos de subsidiárias (26 K€ em 2016) que vencem para pagamento no ano seguinte e o detalhe do valor por empresa encontra-se na nota 24.

Os saldos indicados, acima, na linha “Estado e outros entes públicos”, são compostos como segue:

	31 dez. 2017	31 dez. 2016
Impostos retidos na fonte	52	34
Contribuições para a Segurança Social	48	33
Outros	6	24
	106	91

16 CLASSIFICAÇÃO DOS ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS

Os ativos financeiros inserem-se, essencialmente, na categoria de empréstimos e contas a receber. Por sua vez os passivos financeiros são passivos a custo amortizado.

i) Ativos financeiros

Ativos financeiros em 31 dez. 2016	Empréstimos concedidos e contas a receber	Ativos disponíveis para venda	Total
Outros ativos financeiros	-	47	47
Empresas do grupo	80.646	-	80.646
Outras contas a receber	3.008	-	3.008
Caixa e depósitos bancários	6	-	6
	83.660	47	83.707

Ativos financeiros em 31 dez. 2017	Empréstimos concedidos e contas a receber	Ativos disponíveis para venda	Total
Outros ativos financeiros	-	49	49
Empresas do grupo	109.565	-	109.565
Outras contas a receber	2.971	-	2.971
Caixa e depósitos bancários	22	-	22
	112.558	49	112.607

ii) Passivos financeiros

<i>Passivos financeiros a custo amortizado</i>	31 dez. 2016	31 dez. 2017
Dívida remunerada	52.250	70.544
Fornecedores	30	26
Empresas do grupo	602	45.361
Outras contas a pagar	452	832
	53.334	116.763

17 GANHOS E PERDAS IMPUTADOS DE SUBSIDIÁRIAS

	2017	2016
Ganhos:		
Dividendos/lucros recebidos das subsidiárias:		
Amorim & Irmãos, SGPS, S.A.	31.800	25.000
Amorim Cork Composites, S.A.	10.260	5.000
Amorim Natural Cork, S.A.	7.100	19.500
Amorim Revestimentos S.A.	6.182	2.182
Amorim Cork Research, Lda.	4.333	-
	59.675	51.682
Perdas:		
Imparidades nas subsidiárias:		
Amorim Cork Services, Lda.	2.150	-
Amorim Cork Ventures, Lda.	775	50
Vatrya – Consultadoria e Marketing, Lda.	373	-
General Inv. & Participa. Ginpar – S.A.	-	150
	3.298	200
Provisão para responsabilidades em subsidiárias:		
Amorim Cork Ventures, Lda.	(*) - 100	100
Ganho líquido	56.477	51.382

(*) A redução da provisão consubstancia uma reclassificação para imparidade nesta subsidiária.

18 FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

	2017	2016
Trabalhos especializados	250	212
Rendas e alugueres	127	130
Deslocações e estadas	56	25
Honorários	16	16
Combustíveis	14	14
Comunicação e sistemas informáticos	13	17
Representação	9	7
Contencioso e notariado	8	18
Artigos para oferta	7	6
Conservação e reparação	3	5
Outros	4	6
	<u>507</u>	<u>456</u>

19 GASTOS COM O PESSOAL

	2017	2016
Remunerações dos órgãos sociais:		
Conselho de Administração	936	619
Conselho Fiscal	41	41
Remunerações do pessoal	510	435
Encargos sobre remunerações	258	237
Outros gastos com o pessoal	18	19
	<u>1.763</u>	<u>1.351</u>
Número médio de pessoas remuneradas	17	15
Número final de pessoas remuneradas	17	15

Em 2017 e em 2016, a remuneração atribuída aos Membros da Assembleia foi de 13 mil euros. Estas remunerações foram registadas na Conta de Fornecimentos e Serviços Externos, em Honorários.

20 REMUNERAÇÃO DO REVISOR OFICIAL DE CONTAS

Em 2017 a Empresa mudou de Revisor Oficial de Contas. Terminado o mandato da Pricewaterhousecoopers & Associados - Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda. (PWC SROC), foi eleito Revisor Oficial de Contas a Ernest & Young Audit & Associados - SROC, S.A. (EY SROC) para o mandato de 2017-2019.

Em 2017, a remuneração atribuída ao Revisor Oficial de Contas foi de 36,2K€.

Em 2016, a remuneração atribuída ao Revisor Oficial de Contas foi de 54 K€.

A remuneração do Revisor Oficial de Contas é registada na Conta de Fornecimentos e Serviços Externos, em Trabalhos Especializados.

Em 2017, para além da prestação de serviços de auditoria, a EY SROC prestou serviços de revisão limitada das demonstrações financeiras consolidadas para o período de seis meses findo em 30 de junho de 2017 e de revisão independente do relatório de sustentabilidade.

Em 2016, não foram prestados pela PWC SROC ou empresas da sua rede outros serviços para além de auditoria.

21 OUTROS GASTOS E PERDAS

	2017	2016
Donativos	79	49
Quotizações	59	30
Despesas não identificadas	17	2
Serviços bancários	3	35
Outros	5	11
	163	127

Os donativos foram concedidos às seguintes instituições:

	2017	2016
Fundação Albertina Ferreira de Amorim	76	47
Fundação Terras de Santa Maria	3	-
Outros	-	2
	79	49

22 GASTOS E RENDIMENTOS FINANCEIROS

	2017	2016	
Juros e rendimentos similares obtidos:			
Juros obtidos, referentes a empréstimos concedidos a filiais (*)	878	684	
Juros obtidos de aplicações de tesouraria em bancos	0	1	
Ganho no justo valor de <i>swap</i> de taxa de juro	-	11	
	(1)	878	696
Juros e gastos similares suportados:			
Juros referentes a empréstimos obtidos de subsidiárias (*)	285	119	
Juros de financiamentos bancários	232	248	
Juros de papel comercial	16	13	
Juros de obrigações	-	41	
Outros juros	6	31	
Comissões e imposto de selo	120	161	
	(2)	659	613
Gasto líquido de financiamento	[(2) - (1)]	-219	-83

(**) O detalhe de valores por empresa encontra-se na nota 24.

23 IMPOSTO SOBRE OS RESULTADOS

	2017	2016
Imposto de tributações autónomas	-63	-46
Crédito de imposto utilizado no R.E.T.G.S.	466	385
Reforço da provisão para impostos do R.E.T.G.S.	-	-352
Redução da provisão para impostos do R.E.T.G.S.	297	-
Restituição de IRC de 2007	4	-
Insuficiência/excesso de estimativa de impostos do R.E.T.G.S.	-465	1.838
Imposto sobre o rendimento	239	1.825

Os resultados antes de impostos evoluíram para os seguintes resultados fiscais, como segue:

	2017	2016
Resultado antes de impostos	54.252	49.514
Acréscimos:		
Imparidades em subsidiárias	3.299	300
Outros	50	55
Deduções:		
Dividendos	59.675	51.682
Redução de provisões	100	-
Majoração de donativos e de quotizações	44	16
Outras	-	4
Resultado fiscal	-2.218	-1.833
Crédito de imposto	466	385

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais da CORTICEIRA AMORIM e das filiais com sede em Portugal estão sujeitas a revisão e possibilidade de correção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos nos termos gerais.

A Administração da CORTICEIRA AMORIM entende que as correções resultantes de revisões ou inspeções por parte das autoridades fiscais, àquelas declarações de impostos não terão um efeito significativo nas demonstrações financeiras apresentadas a 31 de dezembro de 2017.

24 SALDOS E TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

O total de remunerações de curto prazo do pessoal chave da CORTICEIRA AMORIM atingiu no exercício o valor de 770 k€ (626 k€, em 2016). O valor de benefícios pós-emprego, outros benefícios de longo prazo, benefícios de cessação de emprego e de pagamentos com base em ações, é nulo.

No final do ano os saldos a receber de partes relacionadas eram os seguintes:

	31 dez. 2017	31 dez. 2016
• Suprimentos a subsidiárias:		
Amorim Natural Cork, S.A.	45.000	30.000
Amorim & Irmãos, SGPS, S.A.	20.000	-
Amorim Cork Composites, S.A.	7.750	7.750
Amorim Revestimentos, S.A.	4.500	3.750
Amorim Cork Ventures, Lda.	-	550
	77.250	42.050
• Empréstimos a subsidiárias (OT):		
Amorim Natural Cork, S.A.	14.840	16.590
Amorim & Irmãos, SGPS, S.A.	4.000	-
Amorim Cork Services, Lda.	150	-
Amorim & Irmãos, S.A.	-	7.000
(OT – Operações de Tesouraria)	18.990	23.590

31 dez. 2017

31 dez. 2016

	31 dez. 2017	31 dez. 2016
• Juros de suprimentos a subsidiárias:		
Amorim Natural Cork, S.A.	308	20
Amorim & Irmãos, SGPS, S.A.	92	-
Amorim Cork Composites, S.A.	78	70
Amorim Revestimentos, S.A.	3	33
Amorim & Irmãos, S.A.	-	64
Amorim Cork Ventures, Lda.	-	3
	481	190
• Impostos de subsidiárias (R.E.T.G.S.):		
Amorim & Irmãos, S.A.	9.867	8.808
Amorim Florestal, S.A.	2.705	2.194
Amorim Compocork, Lda.	223	7
Amorim Isolamentos, S.A.	49	241
Amorim Revestimentos, S.A.	-	2.800
Amorim Cork Composites, S.A.	-	723
Amorim Natural Cork, S.A.	-	39
Amorim Ind. Solutions – Imobiliária, S.A.	-	4
	12.844	14.816
• Devedores por acréscimos de rendimentos:		
(Juros que vencem no próximo ano)		
Amorim & Irmãos, SGPS, S.A.	18	49
Amorim Natural Cork, S.A.	7	12
	25	61
Total	109.590	80.707

No final do ano os saldos a pagar a entidades relacionadas eram os seguintes:

	31 dez. 2017	31 dez. 2016
• Fornecedores:		
Subsidiárias:		
Amorim Cork Services, Lda.	6	10,5
Amorim Revestimentos, S.A.	0,5	0,6
Amorim & Irmãos, S.A.	0,3	1
Amorim Cork Composites, S.A.	0,3	0,6
Outras entidades relacionadas:		
Amorim Viagens e Turismo, Lda.	0,5	-
Amorim Serviços e Gestão, S.A.	0,3	-
	7,9	12,7
• Empréstimos de subsidiárias:		
Amorim Revestimentos, S.A.	25.350	5.800
Amorim Cork Composites, S.A.	6.500	2.250
Amorim Cork Research, Lda.	2.250	-
Vatrya - Consultadoria e Marketing, Lda.	84	55
	34.184	8.105

● Impostos de subsidiárias (R.E.T.G.S.):		
Amorim Flooring - Sol.Inov.de Cortiça, S.A.	1.667	-
Equipar – Part. Integradas, SGPS, Lda.	1.511	3
Amorim & Irmãos, SGPS, S.A.	708	206
Amorim Revestimentos, S.A.	381	-
Amorim Cork Research, Lda.	277	206
Amorim Top Series, SA	268	-
Amorim Cork Services, Lda.	214	68
Amorim Cork Composites, S.A.	109	-
All Closures In, S.A.	91	77
Amorim Bartop - Inv. e Participações, S.A.	69	-
Amorim Cork Ventures, Lda	27	41
Amorim Ind. Solutions – Imobiliária, S.A.	27	-
Amorim Natural Cork, S.A.	10	-
Portocork Internacional, S.A.	2	1
	5.361	602

● Credores pela venda de partes sociais:		
Amorim Cork Composites, S.A.	40.000	-

(Esta dívida respeita à compra de 27,27% da sociedade Amorim Revestimentos, S.A. e foi liquidada em janeiro de 2018)

● Credores por acréscimos de gastos:		
(Juros que vencem no próximo ano)		
Amorim Revestimentos, S.A.	143	20
Amorim Cork Composites, S.A.	19	1
Amorim Cork Research, Lda.	7	-
Vatrya - Consultadoria e Marketing, Lda.	0	5
	169	26

Total	79.721,9	8.745,7
--------------	-----------------	----------------

As transações com partes relacionadas, realizadas durante o ano, foram as seguintes:

	2017	2016
● Fornecimentos e serviços:		
De subsidiárias:		
Amorim Revestimentos, SA	90	91
Amorim Cork Services, Lda	60	72
Amorim Cork Composites, SA	3	3
De outras entidades relacionadas:		
OSI-Sist. Informáticos e Electrotécnicos, Lda	8	14
Amorim Viagens e Turismo, Lda	43	12
Quinta Nova de N.ª Senhora do Carmo, SA	4	4
	208	196
● Compra de partes sociais a subsidiárias:		
À Amorim Cork Composites, S.A.:		
27,27% da Amorim Revestimentos, S.A.	40.000	-
2% da Amorim Cork Services, Lda.	1	-
À Amorim Cork Research, Lda.:		
98% da Amorim Cork Services, Lda.	(*) 949	-
	40.950	0

(*) Inclui 900 K€ de prestações suplementares.

• Juros de financiamentos de subsidiárias:		
Amorim Revestimentos, S.A.	238	23
Amorim Cork Composites, S.A.	32	68
Amorim Cork Research, Lda.	12	3
Amorim Natural Cork, S.A.	1	-
Amorim Cork Services, Lda.	1	-
Vatrya - Consultadoria e Marketing, Lda.	1	11
Amorim Ind. Solutions – Imobiliária, S.A.	-	11
Amorim Isolamentos, S.A.	-	3
	285	119
• Juros de financiamentos a subsidiárias:		
Amorim Natural Cork, S.A.	362	75
Amorim Florestal, S.A.	193	340
Amorim & Irmãos, SGPS, S.A.	111	-
Amorim & Irmãos, S.A.	104	155
Amorim Cork Composites, S.A.	80	71
Amorim Revestimentos, S.A.	20	33
Amorim Cork Services, Lda.	3	5
Amorim Cork Ventures, Lda.	3	3
Amorim Isolamentos, SA	2	2
	878	684

25 RESPONSABILIDADES DA EMPRESA POR GARANTIAS PRESTADAS

À data de 31 de dezembro de 2017 e de 2016 encontravam-se prestadas as seguintes garantias:

Beneficiário	Motivo	31 dez.2017 Valor	31 dez.2016 Valor
- Autoridade Tributária e Aduaneira	Processos relativos a impostos	-	1.086
- Instituições financeiras	Confortos a linhas de crédito e garantias bancárias a empresas interligadas	86.636	61.290
		86.636	62.376

A empresa domina totalmente as sociedades a seguir indicadas, pelo que assume, relativamente a essas sociedades, as responsabilidades previstas no Código das Sociedades Comerciais:

- ◆ Amorim & Irmãos, SGPS, S.A.
- ◆ Amorim Cork Composites, S.A.
- ◆ Amorim Cork Research, Lda.
- ◆ Amorim Cork Services, Lda.
- ◆ Amorim Natural Cork, S.A.
- ◆ Amorim Revestimentos, S.A.
- ◆ Supplier Portal Limited

26 INFORMAÇÕES REQUERIDAS POR DIPLOMAS LEGAIS

Informação relativa ao número 4 do artigo 5.º do Decreto- Lei n.º 318/94 de 24 de Dezembro.

i) Relação dos créditos concedidos durante o ano de 2017 e respetivas posições devedoras à data de 31 de dezembro de 2017:

➤ Amorim & Irmãos, S.A.	
Saldo no início do ano	7.000 K€
Crédito concedido em abril	28.000 K€
Reembolsos	35.000 K€
Saldo em 31 de dezembro	0 K€
➤ Amorim & Irmãos, SGPS, S.A.	
Saldo no início do ano	0 K€
Crédito concedido em julho	24.000 K€
Reembolsos	0 K€
Saldo em 31 de dezembro	24.000 K€
➤ Amorim Cork Composites, S.A.	
Saldo no início do ano	7.750 K€
Crédito concedido em maio	3.500 K€
Reembolsos	3.500 K€
Saldo em 31 de dezembro	7.750 K€
➤ Amorim Cork Services, Lda.	
Saldo no início do ano	0 K€
Crédito concedido:	
Em fevereiro	500 K€
Em março	250 K€
Em maio	250 K€
Em dezembro	150 K€
Reembolsos	1.000 K€
Saldo em 31 de dezembro	150 K€
➤ Amorim Cork Ventures, Lda.	
Saldo no início do ano	550 K€
Crédito concedido	0 K€
Reembolsos	550 K€
Saldo em 31 de dezembro	0 K€
➤ Amorim Isolamentos, S.A.	
Saldo no início do ano	0 K€
Crédito concedido em janeiro	400 K€
Reembolsos	400 K€
Saldo em 31 de dezembro	0 K€

➤ Amorim Florestal, S.A.	
Saldo no início do ano	0 K€
Crédito concedido:	
Em janeiro	8.790 K€
Em março	2.880 K€
Em abril	8.000 K€
Em maio	5.600 K€
Em junho	5.670 K€
Em julho	7.950 K€
Em agosto	7.200 K€
Em dezembro	3.500 K€
Reembolsos	49.590 K€
Saldo em 31 de dezembro	0 K€
➤ Amorim Natural Cork, S.A.	
Saldo no início do ano	46.590 K€
Crédito concedido em dezembro	29.840 K€
Reembolsos	16.590 K€
Saldo em 31 de dezembro	59.840 K€
➤ Amorim Revestimentos, S.A.	
Saldo no início do ano	3.750 K€
Crédito concedido dezembro	4.500 K€
Reembolsos	3.750 K€
Saldo em 31 de dezembro	4.500 K€

ii) - Relação dos créditos obtidos durante o ano de 2017 e respetivas posições credoras à data de 31 de dezembro de 2017:

➤ Amorim Cork Composites, S.A.	
Saldo no início do ano	2.250 K€
Crédito obtido:	
Em janeiro	269 K€
Em fevereiro	981 K€
Em julho	1.000 K€
Em agosto	2.000 K€
Em setembro	4.500 K€
Em outubro	4.500 K€
Em novembro	500 K€
Pagamentos	9.500 K€
Saldo em 31 de dezembro	6.500 K€
➤ Amorim Cork Research, Lda.	
Saldo no início do ano	0 K€
Crédito obtido:	
Em janeiro	1.800 K€
Em maio	200 K€
Em julho	1.050 K€
Em dezembro	1.000 K€
Pagamentos	1.800 K€
Saldo em 31 de dezembro	2.250 K€

➤ Amorim Cork Services, Lda.	
Saldo no início do ano	0 K€
Crédito obtido em julho	1.000 K€
Pagamentos	1.000 K€
Saldo em 31 de dezembro	0 K€
➤ Amorim Natural Cork, S.A.	
Saldo no início do ano	0 K€
Crédito obtido em dezembro	6.160 K€
Pagamentos	6.160 K€
Saldo em 31 de dezembro	0 K€
➤ Amorim Revestimentos, S.A.	
Saldo no início do ano	5.800 K€
Crédito obtido:	
Em janeiro	1.300 K€
Em março	31.000 K€
Em junho	27.000 K€
Em julho	1.000 K€
Em novembro	1.000 K€
Em dezembro	600 K€
Pagamentos	42.350 K€
Saldo em 31 de dezembro	25.350 K€
➤ Vatrya - Consultadoria e Marketing, Lda.	
Saldo no início do ano	55 K€
Crédito obtido em julho	84 K€
Pagamentos	55 K€
Saldo em 31 de dezembro	84 K€

Mozelos, 19 de fevereiro de 2018

O Contabilista Certificado

O Conselho de Administração

Certificação Legal das Contas

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas de Corticeira Amorim, SGPS, S.A. (a Entidade), que compreendem a Demonstração da Posição Financeira em 31 de dezembro de 2017 (que evidencia um total de 417.025 milhares de euros e um total de capital próprio de 291.463 milhares de euros, incluindo um resultado líquido de 54.491 milhares de euros), a Demonstração de Resultados por Naturezas, a Demonstração do Rendimento Integral, a Demonstração das Alterações no Capital Próprio e a Demonstração dos Fluxos de Caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira de Corticeira Amorim, SGPS, S.A. em 31 de dezembro de 2017, o seu desempenho financeiro e os seus fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data, de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro, tal como adotadas na União Europeia.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras" abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Matérias relevantes de auditoria

As matérias relevantes de auditoria são as que, no nosso julgamento profissional, tiveram maior importância na auditoria das demonstrações financeiras do ano corrente. Essas matérias foram consideradas no contexto da auditoria das demonstrações financeiras como um todo, e na formação da opinião, e não emitimos uma opinião separada sobre essas matérias.

Descrevemos de seguida as matérias relevantes de auditoria do ano corrente:

1. Valorização/imparidade dos investimentos em subsidiárias

Descrição dos riscos de distorção material mais significativos

O montante escriturado dos Investimentos em subsidiárias, a 31 de dezembro de 2017, ascende a 294.065 milhares de euros, representando 71% do total do ativo da Entidade.

O risco de imparidade dos Investimentos em subsidiárias, mensurados ao custo, foi considerado uma matéria relevante porque o montante escriturado é significativo no total do ativo e porque o cálculo do valor recuperável dos investimentos, caso existam indicadores de imparidade, é complexo,

Síntese da nossa resposta aos riscos de distorção material mais significativos

A nossa abordagem de auditoria incluiu a execução dos seguintes procedimentos:

- ▶ Avaliação da existência de indícios de imparidade na valorização dos investimentos em subsidiárias;
- ▶ Obtenção e análise dos testes de imparidade, nos casos aplicáveis, incluindo a análise dos pressupostos utilizados nos modelos de avaliação aprovados pelo Conselho de Administração, nomeadamente as projeções de fluxos de caixa, a taxa de desconto, a taxa de inflação e a taxa de crescimento na perpetuidade;

Descrição dos riscos de distorção material mais significativos

Incluindo o uso de estimativas e a utilização de pressupostos quanto a, por exemplo, condições futuras de mercado e económicas, quotas de mercado, rédito e evolução de margens.

Síntese da nossa resposta aos riscos de distorção material mais significativos

- ▶ A validação dos cálculos aritméticos do modelo utilizado; e
- ▶ A realização de análises de sensibilidade, focadas em alterações possíveis nas variáveis mais críticas, como sejam a taxa de crescimento das vendas, a variação na taxa de desconto e a taxa de crescimento na perpetuidade.

Também aferimos sobre a adequabilidade das divulgações aplicáveis (IAS 27 e IAS 36), incluídas nas Notas 3 e 5 das notas às demonstrações financeiras.

2. Provisões e contingências

Descrição dos riscos de distorção material mais significativos

Conforme divulgado na Nota 13 das notas às demonstrações financeiras, a Entidade identificou diversas contingências de natureza fiscal e legal. São registadas provisões para contingências fiscais e legais sempre que se considera que é provável um desfecho desfavorável, de acordo com o preconizado no IAS 37. A avaliação da probabilidade de desfecho é suportada no parecer de assessores jurídicos e fiscais.

A 31 de dezembro de 2017 o montante de provisões apresentado nas demonstrações financeiras ascende a 8.800 milhares de euros. A estimativa das eventuais quantias a depender requer um elevado grau de julgamento por parte do Conselho de Administração e é por isso considerada uma matéria relevante.

Síntese da nossa resposta aos riscos de distorção material mais significativos

A nossa abordagem de auditoria incluiu a execução dos seguintes procedimentos:

- ▶ Procedemos à compreensão e avaliação dos processos de monitorização de contingências fiscais, bem como revimos toda a documentação existente;
- ▶ Analisámos os processos fiscais que se encontram em curso, bem como as potenciais contingências fiscais, com o apoio dos nossos especialistas fiscais;
- ▶ Inquirimos o Conselho de Administração e os diretores das áreas legal e fiscal sobre as bases das suas estimativas e julgamentos;
- ▶ Analisámos as respostas aos pedidos de informação efetuados aos advogados externos; e
- ▶ Avaliámos a consistência dos critérios utilizados face aos exercícios anteriores.

Também aferimos sobre a adequabilidade das divulgações aplicáveis (IAS 37), incluídas nas Notas 3 e 13 das notas às demonstrações financeiras.

Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- ▶ preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro, tal como adotadas na União Europeia;
- ▶ elaboração do Relatório de Gestão, incluindo o Relatório de Governo Societário, nos termos legais e regulamentares;
- ▶ criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro;

- ▶ adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- ▶ avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira da Entidade.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- ▶ identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- ▶ obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- ▶ avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- ▶ concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- ▶ avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- ▶ comunicamos com os encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria;
- ▶ das matérias que comunicamos aos encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização, determinamos as que foram as mais importantes na auditoria das demonstrações financeiras do ano corrente e que são as matérias relevantes de auditoria. Descrevemos essas matérias no nosso relatório, exceto quando a lei ou regulamento proibir a sua divulgação pública; e
- ▶ declaramos ao órgão de fiscalização que cumprimos os requisitos éticos relevantes relativos à independência e comunicamos todos os relacionamentos e outras matérias que possam ser percecionadas como ameaças à nossa independência e, quando aplicável, as respetivas salvaguardas.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do Relatório de Gestão com as demonstrações financeiras, e as verificações previstas no n.º 4 e n.º 5 do artigo 451 do Código das Sociedades Comerciais, bem como a verificação de que a demonstração não financeira foi apresentada.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o Relatório de Gestão

Dando cumprimento ao artigo 451, n.º 3, al. e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o Relatório de Gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e apreciação sobre a Entidade, não identificámos incorreções materiais.

Sobre a demonstração não financeira prevista no artigo 66-B do Código das Sociedades Comerciais

Dando cumprimento ao artigo 451, n.º 6, do Código das Sociedades Comerciais, informamos que a Entidade incluiu no seu Relatório Anual Consolidado a demonstração não financeira prevista no artigo 66-B do Código das Sociedades Comerciais.

Sobre o Relatório de Governo Societário

Dando cumprimento ao artigo 451, n.º 4, do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o Relatório de Governo Societário inclui os elementos exigíveis à Entidade nos termos do artigo 245-A do Código dos Valores Mobiliários, não tendo sido identificadas incorreções materiais na informação divulgada no mesmo, cumprindo o disposto nas al. c), d), f), h), i) e m) do referido artigo.

Sobre os elementos adicionais previstos no artigo 10 do Regulamento (UE) n.º 537/2014

Dando cumprimento ao artigo 10 do Regulamento (UE) n.º 537/2014 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de abril de 2014, e para além das matérias relevantes de auditoria acima indicadas, relatamos ainda o seguinte:

- ▶ Fomos eleitos auditores da Entidade pela primeira vez na assembleia geral de acionistas realizada em 7 de abril de 2017 para um mandato compreendendo os exercícios de 2017 a 2019;
- ▶ O órgão de gestão confirmou-nos que não tem conhecimento da ocorrência de qualquer fraude ou suspeita de fraude com efeito material nas demonstrações financeiras. No planeamento e execução da nossa auditoria de acordo com as ISA mantivemos o ceticismo profissional e concebemos procedimentos de auditoria para responder à possibilidade de distorção material das demonstrações financeiras devido a fraude. Em resultado do nosso trabalho não identificámos qualquer distorção material nas demonstrações financeiras devido a fraude;
- ▶ Confirmamos que a opinião de auditoria que emitimos é consistente com o relatório adicional que preparámos e entregámos ao órgão de fiscalização da Entidade nesta data; e
- ▶ Declaramos que não prestámos quaisquer serviços proibidos nos termos do artigo 77, n.º 8, do Estatuto da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas e que mantivemos a nossa independência face à Entidade durante a realização da auditoria.

Porto, 16 de março de 2018

Ernst & Young Audit & Associados - SROC, S.A.
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas
Representada por:



Rui Manuel da Cunha Vieira - ROC n.º 1154
Registado na CMVM com o n.º 20160766

CORTICEIRA AMORIM, S.G.P.S., SA

RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL – EXERCÍCIO DE 2017

Senhores Accionistas,

Nos termos da Lei e do mandato que nos conferiram, submetemos à vossa apreciação o Relatório sobre a actividade fiscalizadora desenvolvida e damos o nosso Parecer sobre o Relatório de Gestão e as Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas apresentadas pelo Conselho de Administração da CORTICEIRA AMORIM, S.G.P.S., SA relativamente ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2017.

I - ACTIVIDADE DESENVOLVIDA

O Conselho Fiscal acompanhou regularmente a evolução da actividade da Sociedade e das suas principais subsidiárias e vigiou pela observância da Lei e do Contrato de Sociedade, tendo procedido à fiscalização da administração da Sociedade, da eficácia dos sistemas de gestão de riscos, de controlo interno e de auditoria interna e da preparação e divulgação da informação financeira individual e consolidada. Além disso, procedeu à monitorização da regularidade dos registos contabilísticos, da exactidão dos documentos de prestação de contas individuais e consolidadas e das políticas contabilísticas e critérios valorimétricos adoptados pela sociedade, por forma a verificar que os mesmos conduzem a uma adequada expressão do património e dos seus resultados individuais e consolidados e fluxos de caixa.

No exercício das suas competências, o Conselho Fiscal reuniu regularmente com os representantes da Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, no sentido de acompanhar os trabalhos de auditoria efectuados, desde a fase de planeamento até às respectivas conclusões, para além de avaliar a sua independência. Nesta vertente, o Conselho Fiscal analisou as propostas que lhe foram presentes para prestação de serviços que não de auditoria pela Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, tendo aprovado aquelas que respeitavam a serviços permitidos, não afectavam a independência da Sociedade de Revisores Oficiais de Contas e cumpriam os demais requisitos legais. Como lhe compete, o Conselho acompanhou as transações realizadas com accionistas detentores de participações qualificadas, tendo também acompanhado o funcionamento do sistema de participação de irregularidades.

O Conselho reuniu igualmente com os representantes departamentais com funções de relevo na preparação das contas individuais e consolidadas, bem assim como com o Auditor Interno e com os responsáveis pelos Serviços Jurídicos, de todos tendo recebido total colaboração. O Conselho Fiscal reuniu igualmente com o Conselho de Administração e com a Comissão Executiva, de quem obteve esclarecimento para todas as questões suscitadas, bem como uma compreensão dos planos e objectivos da Sociedade.

O Conselho Fiscal analisou as Certificações Legais das Contas e Relato Sobre as Auditorias das Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas relativas ao exercício de 2017, que compreendem a Demonstração Consolidada e Individual da Posição Financeira em 31 de Dezembro de 2017, a Demonstração Individual e Consolidada dos Resultados por Naturezas, a Demonstração Individual e Consolidada do Rendimento Integral, a Demonstração Individual e Consolidada das Alterações no Capital Próprio e a Demonstração Individual e Consolidada dos Fluxos de Caixa e os respectivos anexos, documentos esses que não apresentam quaisquer reservas. O Conselho Fiscal analisou igualmente (1) a Confirmação de Independência e (2) o Relatório Adicional, que lhe foram remetidos pela Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, ambos reportados à data da conclusão dos trabalhos de auditoria.

O Conselho Fiscal analisou também o Relatório de Governo da Sociedade, competindo-lhe apenas atestar se o mesmo inclui todos os elementos referidos no art nº 245-A do Código de Valores Mobiliários, o que o Conselho Fiscal verificou.

II - PARECER

No âmbito das competências do Conselho Fiscal, declara-se que, tanto quanto é do nosso conhecimento e convicção, os documentos de prestação de contas atrás referidos, foram preparados em conformidade com as normas contabilísticas aplicáveis, dando uma imagem verdadeira e apropriada do activo e do passivo, da situação financeira e dos resultados da CORTICEIRA AMORIM, S.G.P.S., SA e do GRUPO por ela liderado, e que o relatório de gestão expõe fielmente a evolução dos negócios, do desempenho e da posição do GRUPO, contendo uma adequada descrição dos principais riscos e incertezas com que se defrontam. Atesta-se ainda que o Relatório do Governo da Sociedade, inclui os elementos referidos no art 245-A do Código de Valores Mobiliários.

Nestes termos, tendo em consideração as diligências desenvolvidas, os pareceres e as informações recebidas do Conselho de Administração, dos Serviços da Sociedade, do Revisor Oficial de Contas e Auditor Externo, o Conselho Fiscal é de parecer que:

1. Nada obsta à aprovação do Relatório de Gestão Individual e Consolidado relativo ao exercício de 2017;
2. Nada obsta à aprovação das Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas do exercício de 2017;
3. Nada obsta à aprovação da proposta de aplicação de resultados apresentada pelo Conselho de Administração, que se encontra devidamente fundamentada.

Mozelos, 19 de Março de 2018

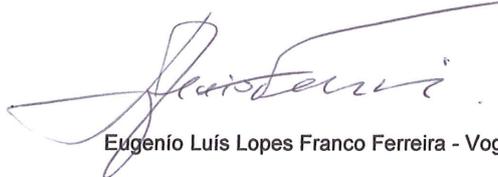
O Conselho Fiscal



Manuel Carvalho Fernandes - Presidente



Ana Paula Africano de Sousa e Silva - Vogal



Eugenio Luis Lopes Franco Ferreira - Vogal



Sobre a Corticeira Amorim S.G.P.S., S.A.:

Tendo iniciado a sua atividade no século XIX, a Corticeira Amorim tornou-se na maior empresa transformadora de produtos de cortiça do mundo, gerando um volume de negócios superior a 700 milhões de euros em mais de 100 países, através de uma rede de dezenas de empresas subsidiárias. Investindo milhões de euros anualmente em I&D, a Corticeira Amorim é uma empresa empenhada na promoção desta matéria-prima única, desenvolvendo um portefólio variado de produtos 100% naturais que são usados por algumas das indústrias mais tecnológicas e exigentes do mundo, como são exemplo as indústrias de vinhos & espirituosos, aeroespacial, automóvel, construção, desporto, design de interiores e de moda.

A abordagem da Corticeira Amorim à escolha de matérias-primas e os seus processos de produção sustentáveis estão na base de uma interdependência singular entre a indústria e um importante ecossistema, o montado - um exemplo paradigmático em termos de desenvolvimento social, económico e ambiental sustentável.



AMORIM

Corticeira Amorim, SGPS, S.A.
Sociedade Aberta
Edifício Amorim I
Rua de Meladas, n.º 380
4536-902 Mozelos VFR
Portugal

corticeira.amorim@amorim.com

www.corticeiraamorim.com

Instagram: [@Amorimcork](https://www.instagram.com/Amorimcork)

Capital Social: € 133 000 000,00

Matriculada na Conservatória do Registo

Comercial de Santa Maria da Feira - Portugal

Nº de Registo e NIPC: PT 500 077 797



ASSEMBLEIA GERAL ANUAL DE 13 DE ABRIL DE 2018 - 12 HORAS

SEGUNDO PONTO DA ORDEM DE TRABALHOS

PROPOSTA

O Conselho de Administração
da
Corticeira Amorim, S.G.P.S., S.A.,

propõe

que os Senhores Acionistas deliberem aprovar o relatório consolidado de gestão e as contas consolidadas do exercício de dois mil e dezassete.

Meladas - Mozelos - Santa Maria da Feira
19 de fevereiro de 2018

Corticeira Amorim, S.G.P.S., S.A.
O Conselho de Administração

Luís Almeida

Luís Almeida

CORTICEIRA AMORIM, S.G.P.S., S.A.
Sociedade Aberta
Edifício Amorim
Rua de Meladas, N° 380 - Apartado 20
4536-902 MOZELOS VFR - PORTUGAL
Telef. 22 747 5400 - Fax: 22 747 5410/11
E-mail: corticeira.amorim@amorim.com

Capital Social: € 133.000.000,00
Pessoa Colectiva e Matricula N° 500 077 797
Conservatória do Registo Comercial de Santa Maria da Feira



ASSEMBLEIA GERAL ANUAL DE 13 DE ABRIL DE 2018 - 12 HORAS

TERCEIRO PONTO DA ORDEM DE TRABALHOS

PROPOSTA

O Conselho de Administração
da
Corticeira Amorim, S.G.P.S., S.A.,

propõe

que os Senhores Acionistas deliberem aprovar o Relatório do Governo Societário do exercício de dois mil e dezassete.

Meladas - Mozelos - Santa Maria da Feira
19 de fevereiro de 2018

Corticeira Amorim, S.G.P.S., S.A.
O Conselho de Administração

Enunciado Almeida

com

CORTICEIRA AMORIM, S.G.P.S., S.A.
Sociedade Aberta

Edifício Amorim
Rua de Meladas, N° 380 - Apartado 20
4536-902 MOZELOS VFR - PORTUGAL
Telef. 22 747 5400 - Fax: 22 747 5410/11
E-mail: corticeira.amorim@amorim.com

Capital Social: € 133.000.000,00
Pessoa Colectiva e Matrícula N° 500 077 797
Conservatória do Registo Comercial de Santa Maria da Feira



ASSEMBLEIA GERAL ANUAL DE 13 DE ABRIL DE 2018 - 12 HORAS

QUARTO PONTO DA ORDEM DE TRABALHOS

PROPOSTA

O Conselho de Administração
da
Corticeira Amorim, S.G.P.S., S.A.,

propõe

que os Senhores Acionistas deliberem aprovar o relatório de informação não financeira -
relatório de sustentabilidade do exercício de dois mil e dezassete.

Meladas - Mozelos - Santa Maria da Feira
19 de fevereiro de 2018

Corticeira Amorim, S.G.P.S., S.A.
O Conselho de Administração


Fernando Almeida







CORTICEIRA AMORIM, S.G.P.S., S.A.
Sociedade Aberta
Edifício Amorim
Rua de Meladas, N° 380 - Apartado 20
4536-902 MOZELOS VFR - PORTUGAL
Telef. 22 747 5400 - Fax: 22 747 5410/11
E-mail: corticeira.amorim@amorim.com



AMORIM

CORTICEIRA AMORIM

Relatório Anual
Consolidado
2017



Índice

Mensagem do Presidente

Em Memória

Órgãos Sociais

Organograma

Presença no Mundo

Principais Eventos

Relatório Consolidado de Gestão

Relatório sobre o Governo Societário

Relatório de Sustentabilidade

Demonstrações Financeiras Consolidadas

Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas

Mensagem do Presidente

Caro Acionista,

O ano 2017 foi marcado pelo crescimento acentuado, abrangente e sincronizado a nível mundial, registando-se o melhor desempenho desde a crise de 2008. A retoma do comércio internacional foi evidente. O ritmo da expansão surpreendeu em alta e, em paralelo com a atenuação do risco político, uma melhoria significativa da perceção do risco da dívida soberana, o reforço da solidez das empresas e a recuperação gradual do mercado trabalho.

Portugal registou o quarto ano consecutivo de crescimento económico, assistindo-se a uma recuperação sustentada ao nível dos indicadores de confiança; um crescimento impulsionado pelo consumo privado e pelo investimento, garantindo assim um maior contributo relativo da procura interna, mas também pelas exportações. O ano foi ainda marcado pela subida da notação de *rating* de Portugal para *investment grade*, o que se traduziu numa tendência descendente ao nível das taxas de juro da dívida pública e, por consequência, nos referenciais para os restantes agentes económicos.

O ano 2017 foi o melhor ano de sempre da Corticeira Amorim em termos de vendas consolidadas, que se cifraram em 702 milhões de euros, impulsionadas quer pelo crescimento orgânico quer pelo efeito da integração da Bourrassé e da Sodiliège (Rolhas), adquiridas no segundo semestre de 2017.

A Unidade de Negócios (UN) Rolhas, que continua a ser a principal força motriz deste crescimento; está em níveis de produção nunca antes atingidos, reforçando a oferta e as vendas em todos os segmentos de negócios (vinho, espumosos e espirituosos); na UN Revestimentos, que registou um ritmo de crescimento de vendas superior ao registado em 2016, assumem-se novos desafios: uma nova prensa e sofisticada tecnologia de *digital printing* possibilitam o desenvolvimento de uma gama de produtos realmente inovadores; as UN Aglomerados Compósitos e Isolamentos mantiveram um bom nível de atividade e de resultados, percorrendo os caminhos sempre difíceis da reorganização interna que, sem dúvida, as tornarão mais aptas e capazes para os desafios futuros. A UN Matérias-Primas que vem desenvolvendo a sua atividade de *procurement* de cortiça numa conjuntura de aumento de preços, tem registado níveis de rentabilidade crescentes graças à implementação com sucesso de um vasto programa de medidas de eficiência operacional.

A Organização empenha-se continuamente em fazer mais e melhor com menos, pelo que melhoria da eficiência operacional é continua; de facto, a um EBITDA de 133,6 M (+9,2%) corresponde um elevado rácio EBITDA/Vendas de 19,0%, praticamente em linha com o registado em 2016, apesar de se terem integrado as sociedades adquiridas que registam, ainda, níveis de rentabilidade inferiores aos da Corticeira Amorim. A função financeira continuou a usufruir da continua redução das taxas de juro, apesar do aumento do endividamento decorrente da aquisição da Bourrassé e, em menor escala, da Sodiliège. O resultado líquido consolidado da Corticeira Amorim atingiu os 73 milhões de euros.

Estamos no início de um novo ciclo que nos apresentará sucessivamente novos desafios. O nosso desígnio mantém-se: crescer rentavelmente com excelentes *performances*. Um desígnio perfeitamente ao nosso alcance - desenvolvemos uma atividade singular, crescentemente valorizada; as condições internas estão criadas; a competência e motivação de toda a Equipa são evidentes.

E este é, também, um propósito perfeitamente alinhado com as necessidades de um Planeta cujos limites estão, sabemos bem, sob constante stresse. Cumpre-nos, pois, continuar a crescer de forma cada vez mais eficiente. Os princípios e as práticas de sustentabilidade sempre foram intrínsecos à atividade da Corticeira Amorim, existindo uma interdependência entre a indústria e o ecossistema, que produz riqueza e preserva o ambiente, ao mesmo tempo que cria emprego e atua contra a desertificação em zonas muitas vezes associadas a solos pobres e duras condições climatéricas.

A integração das matérias de desenvolvimento sustentável na nossa estratégia adiciona valor a curto, médio e longo prazos, valor que se traduz não só na vantagem competitiva que decorre da diferenciação da Organização e do vasto leque de produtos e serviços que disponibiliza, mas também no incremento da eficiência dos processos, da inovação e da atração de talento.

No exercício em apreço, reforçámos este nosso compromisso. Iniciámos o alinhamento da estratégia de sustentabilidade com a ambição estabelecida pelos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas; e retomámos o reporte anual das práticas de sustentabilidade, que passa a integrar o Relatório Anual da Corticeira Amorim, facultando informação mais transparente e completa de todas as componentes que contribuem para o sucesso da Organização.

Termino, em meu nome e de todo o Conselho de Administração, com uma palavra de sincero reconhecimento ao profissionalismo e empenho de todos os Colaboradores e de apreço a todos os demais *Stakeholders* pela confiança e motivação.

Cordiais cumprimentos,

António Rios de Amorim
Presidente e CEO

Em Memória



**“Somos aquilo que fazemos consistentemente.
Assim, a excelência não é um ato, mas sim um hábito.”**

AMÉRICO FERREIRA DE AMORIM (1934 - 2017)

Com grande pesar, despedimo-nos, em julho de 2017, de Américo Amorim, o carismático líder que presidiu ao Grupo Corticeira Amorim durante décadas, sendo o percussor da profissionalização, da modernização, da inovação e da sustentabilidade, não só do Grupo, mas de todo o setor da cortiça.

Aqui evocamos a sua capacidade visionária, o seu trabalho, ambição e empenho. Um homem ímpar, brilhante, tenaz e concretizador que deixa história nos negócios, em Portugal e no mundo.

E, aqui, reiteramos o nosso compromisso e firme propósito de honrar a sua memória e manter a exemplaridade dos seus princípios e da sua conduta empreendedora.

De todos nós, um saudoso “Até Sempre!”

Órgãos Sociais

Conselho de Administração

António Rios Amorim
Presidente

Nuno Filipe Vilela Barroca de Oliveira
Vice-Presidente

Fernando José de Araújo dos Santos Almeida
Vogal

Cristina Rios de Amorim Baptista
Vogal

Luísa Alexandra Ramos Amorim
Vogal

Juan Ginesta Viñas
Vogal

Mesa da Assembleia Geral

Augusto Fernando Correia de Aguiar-Branco
Presidente

Rita Jorge Rocha e Silva
Secretário

Conselho Fiscal

Manuel Carvalho Fernandes
Presidente

Ana Paula Africano de Sousa e Silva
Vogal

Eugénio Luís Lopes Franco Ferreira
Vogal

Durval Ferreira Marques
Suplente

Revisor Oficial de Contas

Efetivo: ERNST & YOUNG AUDIT & ASSOCIADOS - SROC, S.A., representado por Rui Manuel da Cunha Vieira ou por Rui Abel Serra Martins

Suplente: Pedro Jorge Pinto Monteiro da Silva e Paiva

Organigrama

MATÉRIAS-PRIMAS	ROLHAS	I&D, INOVAÇÃO
Amorim Florestal, S.A.	Amorim & Irmãos, S.G.P.S., S.A.	
Aprovisionamento	Produção	Distribuição
Amorim Florestal, S.A. Ponte de Sôr – Portugal	Amorim & Irmãos, S.A. Santa Maria de Lamas – Portugal	Amorim & Irmãos, S.A. Unid. Ind. Distribuição Santa Maria de Lamas – Portugal
Amorim Florestal, S.A. Coruche – Portugal	Amorim Top Series, S.A. Argoncilhe – Portugal	Trefnos Australia, Pty Ltd Adelaide – Austrália
Amorim Florestal, S.A. Abrantes – Portugal	Amorim & Irmãos, S.A. Unid. Ind. Valada Valada – Portugal	Amorim Australasia Adelaide – Austrália
Amorim Florestal, S.A. Unid. Ind. Salteiros Ponte de Sôr – Portugal	Amorim & Irmãos, S.A. Unid. Ind. Coruche Coruche – Portugal	Amorim Cork Italia, S.p.A. Conegliano – Itália
Amorim Florestal España, S.L. Algeciras – Espanha	Amorim & Irmãos, S.A. Unid. Ind. Champanhe Santa Maria de Lamas – Portugal	Amorim Cork Deutschland, GmbH Bingen am Rhein – Alemanha
Amorim Florestal España, S.L. San Vicente de Alcántara – Espanha	Amorim & Irmãos, S.A. Unid. Ind. Portocork Santa Maria de Lamas – Portugal	Amorim Cork Bulgaria, EOOD Sofia – Bulgária
Amorim Florestal Mediterrâneo, S.L. San Vicente de Alcántara – Espanha	Amorim & Irmãos, S.A. Unid. Ind. Salteiros Ponte de Sôr – Portugal	Amorim Cork America, Inc. Napa Valley, CA – EUA
Comatral – Compagnie Marocaine de Transformation du Liège, S.A. Skhirat – Marrocos	S.A.S. Sodillège Merpins – Portugal	ACIC – USA LLC Napa Valley, CA – EUA
S.N.L. – Societé Nouvelle du Liège, S.A. Tabarka – Tunísia	Socori, S.A. Rio Meão – Portugal	Amorim France, S.A.S. Eysines, Bordeaux – França
S.I.B.L. – S.A.R.L. Jijel – Argélia	Francisco Oller, S.A. Girona – Espanha	Amorim France S.A.S. Unid. Ind. Sobeti Cognac – França
Augusta Cork, S.L. San Vicente de Alcántara – Espanha	Trefnos, S.L. Girona – Espanha	Amorim France S.A.S. Unid. Ind. Champfleury Champfleury – França
		Victor y Amorim, S.L. Navarrete (La Rioja) – Espanha
		Amorim Cork España S.L. San Vicente de Alcántara – Espanha
		Hungarokork Amorim, Rt. Veresegyház – Hungria
		Korken Schiesser, GmbH Viena – Áustria
		Portocork America, Inc. Napa Valley, CA – EUA
		Amorim Cork South Africa (PTY) Ltd. Cidade do Cabo – África do Sul
		Corchera Gomez Barris, SA Santiago – Chile
		Corpach - Bourasse, S.A. Santiago – Chile
		Wine Packaging & Logistic, SA Santiago – Chile
		Industria Corchera, S.A. Santiago – Chile
		Societé Nouvelle des Bouchons Trescasses, S.A. Le Boulou – França
		I.M. «Moldamorim», S.A. Chisinau – Moldávia
		Amorim Cork Beijing, Ltd. Pequim – China
		S.A. Oller et Cie Reims – França
		Corchos de Argentina, S.A. Mendoza – Argentina
		Agglotap S.A. Girona – Espanha
		Sagrera et Cie Reims – França
		Trefnos Italia SRL Treviso – Itália
		Trefnos USA Fairfield, CA – EUA
		Trefnos Australia Adelaide – Austrália
		Bouchons Prioux S.A.R.L. Epernay – França
		Amorim Top Series France S.A.S. Cognac – França
		S.A.S. Ets Christian Bourasse Tosse – França

AGLOMERADOS COMPÓSITOS

Amorim Cork Composites, S.A.

Amorim Cork Composites, S.A.
Mozelos – Portugal

Amorim Compork, Lda.
Mozelos – Portugal

Amorim Industrial Solutions Imobiliária,
S.A.
Corroios – Portugal

Corticeira Amorim France, S.A.S.
Lavardac – França

Chinamate (Xi'an) Natural
Products Co. Ltd.
Xi'an – China

Amosealtex Cork Co., Ltd
Xangai – China

Amorim Cork Composites, Inc.
Trevor, WI – EUA

Amorim (UK) Limited
West Sussex – Reino Unido

Amorim Cork Composite, LLC
Moscovo – Rússia

REVESTIMENTOS

Amorim Revestimentos, S.A.

Produção

Amorim Revestimentos, S.A.
S. Paio de Oleiros – Portugal

Amorim Revestimentos, S.A.
Lourosa – Portugal

Distribuição

Amorim Benelux B.V.
Tholen – Holanda

Amorim Deutschland GmbH & Co. KG
Delmenhorst – Alemanha

Amorim Flooring Austria GmbH
Viena – Áustria

Amorim Flooring (Switzerland) AG
Zug – Suíça

Amorim Revestimientos, S.A.
Barcelona – Espanha

Dom Korkowy, Sp. Zo.o
Cracóvia – Polónia

Amorim Flooring North America
Hanover, MD – EUA

Cortex Korkvertriebs GmbH
Nürnberg – Alemanha

Timberman Denmark A/S
Hadsund – Dinamarca

Amorim Flooring UK, Limited
Manchester – Reino Unido

Amorim Flooring Rus, LLC
Moscovo – Rússia

Amorim Flooring Sweden AB
Mölnådal – Suécia

ISOLAMENTOS

Amorim Isolamentos, S.A.

Amorim Isolamentos, S.A.
Mozelos – Portugal

Amorim Isolamentos, S.A.
Silves – Portugal

Amorim Isolamentos, S.A.
Vendas Novas – Portugal

Presença no Mundo

10

Unidades Industriais
Matérias-Primas

20

Unidades Industriais
Soluções de Cortiça

47

Empresas
de Distribuição

10

Joint Ventures

254

Principais Agentes



Países	África do Sul	Alemanha	Arábia Saudita	Argélia	Argentina	Austrália	Áustria	Azerbaijão	Bélgica	Bielorrússia	Bósnia	Brasil	Bulgária	Cabo Verde	Canadá	Cazaquistão	Chile	China	Chipre	Coreia do Sul	Costa Rica	Crimeia	Croácia	Dinamarca	Egito	Emirados Árabes Unidos	Escócia	Eslovénia	Espanha	Estónia	EUA	Filipinas	Finlândia	França	Geórgia, Arménia e Azerbaijão	Grécia	
UI Matérias Primas				1																																	
UI Soluções de Cortiça																													3								
Empresas de Distribuição	1	3			1	1	1						1				3	1						1				4	5			10					
Joint Ventures					1												2	1						1				1						1			
Principais Agentes	2	29	3			2	5	1	4	1	1	5	2	1	1	1	1	6	1	12	1	1	1	1	1	4	1	1	14	2	13	3	2	23	1	4	

● Localização Geográfica  Unidades Industriais Matérias-Primas  Unidades Industriais Soluções de Cortiça



País	Unidades Industriais Matérias-Primas	Unidades Industriais Soluções de Cortiça
Holanda		
Hong Kong		
Hungria		
Índia		
Irão		
Islândia		
Israel		
Itália		
Japão		
Jordânia		
Kuwait		
Letónia		
Libano		
Lituânia, Estónia e Letónia		
Malásia		
Malta		
Manila		
Marrocos		
México		
Mocambique		
Moldávia		
Montenegro		
Noruega		
Paquistão		
Peru		
Polónia		
Portugal		
Quirguistão		
Reino Unido		
Rep. Checa		
Rep. Dominicana		
Rússia		
Sérvia, Macedónia, Montenegro		
Singapura		
Síria		
Suécia		
Suíça		
Tailândia		
Tunísia		
Turquia		
Ucrânia		
Uruguai		

Principais Eventos

JANEIRO

Amorim Revestimentos apresenta novas coleções Wicanders na Domotex, em Hanôver (Alemanha). As novas linhas de pavimentos Vintage e Fusion e a nova gama de revestimentos de parede Brick, inspiradas nas tendências do *design* de interiores, apresentam-se como uma excelente sugestão para criação de ambientes personalizados e reforçam a oferta de visuais de cortiça da marca.

Amorim Cork Ventures apresenta Sugo Cork Rugs, a primeira coleção de tapetes de cortiça do mundo. A nova marca é propriedade da *startup* TD Cork e a novidade chega através de um inovador método de produção, que recupera técnicas tradicionais de tecelagem e que resulta na criação de uma nova coleção de tapetes, versáteis e funcionais, com as mais-valias que resultam da incorporação de cortiça - como o isolamento térmico e acústico, conforto, propriedades anti-alérgicas, entre outras.

Prancha de *snowboard* em cortiça vence prémio internacional ISPO Brand New 2017. A inovadora prancha de *snowboard* foi desenvolvida pela empresa suíça Anticonf com a tecnologia Next Core©, com cortiça fornecida pela Amorim Cork Composites. Leveza, maior flexibilidade e credenciais sustentáveis foram os atributos que convenceram o júri daquele que é o principal concurso da indústria de artigos desportivos.

FEVEREIRO

NDtech recebe prémios nas áreas de Sustentabilidade e de Inovação tecnológica. A tecnologia NDtech foi distinguida em dois certames internacionais. O Prémio de Sustentabilidade 2017 foi atribuído no âmbito da exposição Nieder-Olm, na Alemanha, onde são distinguidos produtos, sistemas e serviços que apoiam viticultores. O júri, além dos requisitos de sustentabilidade, avalia a aplicabilidade direta da solução desenvolvida. Por sua vez, na 21.ª edição da Enomaq - NDtech recebeu o Prémio Inovação Tecnológica. Lançada em 2016, esta é uma tecnologia de ponta, de controlo de qualidade concebida para as rolhas naturais e que introduz, pela primeira vez, uma triagem individual nas linhas de produção, assegurando assim a eliminação de qualquer rolha de cortiça contaminada por 2,4,6 triclo-roanisól (TCA).

MARÇO

Amorim Revestimentos investe 10 M€ no reforço da capacidade de produção de pavimentos Hydrocork. Esta decisão reflete a grande receptividade do mercado a Hydrocork, em inúmeras geografias, que culminou num crescimento de vendas muito rápido e que faz deste produto um dos que apresenta, na história da Corticeira Amorim, a mais rápida penetração de mercado. A nova tecnologia permitirá à empresa aumentar a capacidade de produção industrial de pavimentos em quatro milhões de m².

Helix conquista Constellation, a maior produtora de vinhos do mundo. O inovador *packaging* de vinho combina uma rolha ergonómica de cortiça e uma garrafa de vidro com uma rosca interna no gargalo, e que dispensa o uso de saca-rolhas, foi selecionado para o lançamento nos EUA da nova gama Callie Collection. Os vinhos da Callie Collection, com um PVP nos EUA de 13.99 dólares, destacam-se pelos aromas e sabores frescos típicos da Costa Central de Califórnia e o seu portefólio inclui três vinhos: Pinot Grigio, Chardonnay e um *blend* tinto de alta qualidade.

Corticeira Amorim vence Prémio Nacional de Agricultura, na categoria de Projeto Inovação - Grandes Empresas. Na base do prémio está o Projeto de Intervenção Florestal que, desenvolvido em estreita parceria com produtores florestais, instituições de investigação e entidades políticas locais, visa assegurar a manutenção, preservação e valorização das florestas de sobre e, conseqüentemente, a produção contínua de cortiça de qualidade. O Prémio Nacional de Agricultura promove, incentiva e premeia os casos de sucesso da Agricultura e Agroindústria, Florestas e

Pecuária, valorizando a aposta no aumento de competitividade, inovação e internacionalização dos produtos nacionais, e é uma organização conjunta do BPI, Correio da Manhã e Jornal de Negócios.

Instalação de cortiça na abertura do Museu de História Natural em Tel Aviv. “Blocks” é uma instalação de cortiça com 50 m², da autoria de Rona Meyuchas-Koblenz, *designer* israelita sediada em Londres, fundadora e diretora do Kukka Studio. Esta instalação, desenvolvida com o apoio da Amorim Cork Composites e do British Council de Israel, esteve em exibição no âmbito da Fresh Paint Contemporary Art & Design Fair, o maior evento de arte de Israel, que atrai anualmente mais de 30 mil visitantes dos círculos profissionais de curadores, colecionadores, media, apaixonados de arte e *design*, sendo também aberta ao público em geral.

MAIO

ASPORTUGUESAS com nova coleção. As solas de cor branca, preta ou beringela destacam-se na primeira marca de *flip-flops* de cortiça do mundo que, através da *startup* Ecochic - incubada e participada pela Amorim Cork Ventures -, chegaram ao mercado em 2016. A novidade da coleção ultrapassa amplamente a questão estética, uma vez que os modelos agora apresentados são feitos a partir de um novo compósito de cortiça, de maior elasticidade e compressibilidade, o que resulta num conforto acrescido para o consumidor.

Produtora sul-africana Anthonij Rupert Wyne seleciona Helix para os seus vinhos. Anthonij Rupert Wyne é uma conceituada produtora de vinho sul-africana, reconhecida pelo seu compromisso com o meio ambiente, a que se junta uma dedicação singular com a inovação. Tudo isso é personificado na gama de oito vinhos Protea, com embalagens únicas, projetadas com o objetivo de *upcycling*, agora engarrafada com o disruptivo conceito de *packaging* Helix. A mais-valia de Helix prende-se com o facto de assegurar todos os benefícios da cortiça e do vidro em termos de qualidade, sustentabilidade e imagem *premium*, com a novidade de uma abertura simples e de uma fácil reinserção da rolha.

Novo revestimento primário de pavimentos ACM 30, da Amorim Cork Composites, obtém Certificação IMO/MED. Desenvolvida especificamente para a indústria marítima, esta solução garante o cumprimento de requisitos de segurança contra incêndios nos mais diversos tipos de embarcações, mais especificamente em navios com bandeira, como iates e navios de cruzeiro e passageiros. Este compósito de cortiça, especialmente desenvolvido para o nivelamento e carenagem do pavimento da embarcação, é duas a cinco vezes mais leve do que as soluções alternativas. O isolamento térmico do convés dos navios é outra das grandes vantagens deste produto extremamente versátil, que se adapta facilmente a diversos tipos de estruturas de pavimento.

Revestimentos de parede Brick, da Wicanders, distinguidos na Tektónica com o Prémio Portugal Constrói 2107, pelo seu importante papel na afirmação da identidade portuguesa. Esta nova gama inova na apresentação dos revestimentos de parede de cortiça, tendo essa evolução sido reconhecida numa das principais feiras de construção de Portugal. Lançada no início do ano, Brick é uma coleção que evoca os espaços nova-iorquinos de inspiração industrial, onde os tijolos à vista se misturam com o cimento, tubos e outros objetos de metal, tendo sido desenvolvida com o objetivo de facilitar a transformação versátil deste tipo de espaços.

Cortiça apresentada em nova instalação do MAAT - Museu de Arte, Arquitetura e Tecnologia, em Lisboa. A Corticeira Amorim é uma das empresas parceiras do projeto APQHome - MAAT que, ao longo de cerca de meio ano, convidou a uma experiência imersiva neste espaço. Da autoria de Ana Pérez-Quiroga, este apresenta-se como o projeto artístico mais extenso da autora, que estudou os materiais passíveis de serem integrados, com sucesso, no mesmo. Para o pavimento, foi selecionada uma gama com visual de cortiça da Wicanders, de tonalidade branca, e inúmeras soluções técnicas da Amorim Cork Composites.

Flip-flops ASPORTUGUESAS juntam grupos Amorim e Kyaia. A *startup* Ecochic, incubada da Amorim Cork Ventures e detentora da primeira marca de *flip-flops* de cortiça do mundo, anunciou um importante investimento do grupo Kyaia que lidera, a partir de Guimarães, o setor nacional do calçado. A entrada deste novo sócio é de grande importância para o crescimento internacional da marca pelo *know-how* acrescido que o grupo Kyaia aportará em matéria de produção, logística e rede de distribuição dos *flip-flops*.

Amorim Cork Composites organiza a Assembleia Geral da MMFA - Multilayer Modular Flooring Association, associação da qual é membro. Durante dois dias, 75 profissionais das principais empresas europeias produtoras de pavimentos discutiram o estado da arte desta indústria, as tendências e inovações para o setor, em áreas que abrangeram as novas tecnologias, categorias de produtos, certificação e investigação & desenvolvimento. Neste evento, a tipologia de pisos LVT - Luxury Vinyl Tile esteve em destaque. Os compósitos de cortiça são um exemplo de materiais que podem ser adicionados na produção de pisos LVT com vantagens de *performance* a diversos níveis, seja o isolamento térmico e acústico, a estabilidade dimensional, o conforto adicional que confere ao utilizador final ou a leveza que confere ao produto final.

NDtech distinguida no 14º Encontro Nacional de Inovação COTEC. A inovadora tecnologia NDtech, desenvolvida pela Corticeira Amorim para o controlo de rolhas naturais, foi distinguida com uma Menção Honrosa no âmbito do Prémio Produto Inovação COTEC-ANI 2017. O anúncio foi realizado durante o 14º Encontro Nacional de Inovação que teve lugar na CEIIA, em Matosinhos, um encontro presidido pelo Presidente da República Portuguesa, Marcelo Rebelo de Sousa. Com um elevado nível de precisão, NDtech é capaz de detetar qualquer rolha de cortiça que apresente mais de 0,5 nanogramas/litro (partes por trilião) de TCA, removendo-a automaticamente da linha de produção.

JUNHO

Amorim Cork Composites lança moldação 3D em cortiça. A inovação contemplou o desenvolvimento de um novo compósito de cortiça e a adaptação das próprias técnicas de moldação para que, pela primeira vez, se recorra a tecnologia de moldação 3D para processar industrialmente a cortiça.

Pavimento de cortiça na Bienal de Veneza. O trabalho dos arquitetos italianos Carlo Scarpa e Franco Albini foi o mote da inspiração de Leonor Antunes para a conceção de uma instalação para a 57ª Bienal de Veneza, no centro histórico de Arsenale. Para o efeito, a artista portuguesa escolheu um pavimento com visual de cortiça da Wicanders, num projeto artístico em que Leonor Antunes homenageia as remodelações realizadas pelos dois conceituados arquitetos em diversos museus italianos, assim como em outros edifícios com ligações à cultura e às artes. À semelhança do trabalho apresentado no CAPC, também na Bienal de Veneza, Leonor Antunes apresentou um conjunto de esculturas suspensas sobre o pavimento que reforçam o apelo único da cortiça e a forma como esta se interliga harmoniosamente com materiais como o couro e o latão, de utilização recorrente nos seus trabalhos.

Uma Praça de cortiça no Verão do CCB - Centro Cultural de Belém, uma iniciativa da Garagem Sul. Na edição de 2017, a Praça CCB foi concebida pelo arquiteto José Neves, que usou o aglomerado de cortiça expandida, um material 100% natural, fornecido pela Amorim Isolamentos. A instalação deu corpo à transformação do lugar e colocou os visitantes a experimentar a natureza dos materiais. A projeção semanal na Praça CCB de documentários sobre arquitetura e música foi o pretexto para oferecer uma construção multifacetada que conjuga vários usos, um espaço lúdico e de permanência, às pessoas que visitam o CCB durante os meses de Verão.

JULHO

Anúncio de acordo com vista à aquisição da sociedade ETABLISSEMENTS CHRISTIAN BOURRASSÉ, detentora do capital da sociedade SOCORI - SOCIEDADE DE CORTIÇAS DE RIOMEÃO, S.A. e da sociedade CORPACK BOURRASSÉ S.A., um grupo que conta com uma equipa de cerca de 450 colaboradores que produz e distribui mais de 700 milhões de rolhas, vendidas a mais de 3300 clientes (diretos e indiretos), sobretudo em França, Espanha, Itália e Chile.

Através desta operação, a Corticeira Amorim adquire uma marca de forte reconhecimento e prestígio internacionais, reforçando a sua presença no mercado e acrescentando dimensão e valor ao seu projeto empresarial.

Pavilhão de Portugal acolhe a maior instalação efémera de cortiça alguma vez feita no mundo, um projeto liderado pelo conceituado arquiteto Manuel Aires Mateus, no âmbito da 3.ª edição do Archi Summit, palco do único encontro de arquitetos, engenheiros e designers realizado em Portugal. Para que tudo ganhasse forma, o gabinete de Manuel Aires Mateus, juntamente com os SAMI de Setúbal, co-autores da obra, traçaram um objetivo ambicioso: cobrir dois mil metros quadrados, precisamente a totalidade da área exterior do Pavilhão de Portugal, com cortiça. Esta área

corresponde à conhecida “pala” do Pavilhão de Portugal, uma obra projetada pelo galardoado Álvaro Siza Vieira para a Expo 98.

Nova startup da Amorim Cork Ventures aplica cortiça em equipamentos de refrigeração. Revolucionar a indústria da refrigeração comercial com uma inovadora solução com cortiça é o objetivo da Grōwancork. A solução EIC - Easy Insulation Cork compreende um chassi em aglomerado de cortiça expandida, revestido com chapas metálicas, que pode ser aplicado em equipamentos de refrigeração como alternativa ecológica aos atuais injetados com poliuretano. Dada a sua composição, EIC apresenta inúmeras vantagens face aos produtos tipicamente usados: cortiça 100% natural, dispensa o cliente de investir em moldes e é passível de ser reciclado, mantendo as características técnicas e dimensionais por várias décadas.

SETEMBRO

Anúncio de acordo com vista à aquisição da sociedade S.A.S. SODILIÈGE, empresa especializada na produção e distribuição de rolhas capsuladas (*bartops*) para bebidas alcoólicas e espirituosas tais como o *cognac* e o *armagnac*.

Através desta operação, a Corticeira Amorim adquire uma empresa implementada na importante zona de produção de Cognac, com um portefólio de produtos reconhecido pela sua qualidade, consistência e diversidade e uma carteira de clientes de relevo no segmento de produção de espirituosos, reforçando a sua presença neste mercado geográfico e neste promissor segmento de negócio.

Amorim Cork Composites lança dois novos compósitos de última geração para a indústria marítima. O ACM49, um compósito de cortiça com borracha, foi desenvolvido para revestimentos de convés em embarcações marítimas profissionais e recreativas, plataformas de piscina, pontões e centros de bem-estar; e o ACM94 especialmente pensado para ser usado como revestimento de convés em navios de luxo, plataformas e piscinas. A combinação de cortiça com borrachas especificamente selecionadas para este efeito assegura um conjunto de mais-valias muito relevante, nomeadamente uma cobertura durável e antiderrapante, uma estética invejável, sendo ainda fácil de manter e de limpar. Para além de uma aderência extraordinária, os novos materiais têm grande versatilidade estética e propiciam total conforto, um conforto que advém das propriedades hápticas da cortiça, que garante uma agradável suavidade ao toque, mesmo nos dias mais quentes.

Architects@Wicanders 2017: uma iniciativa da Amorim Revestimentos, organizada com a curadoria do arquiteto Nuno Grande, que, na primeira edição, juntou 50 arquitetos, de 16 nacionalidades. Com uma ampla programação, que decorreu entre a sede da empresa e o grande Porto, o evento desenvolveu-se em torno de três painéis principais: “Jornada pela Wicanders” [apresentação da marca *premium* de pavimentos da Amorim Revestimentos, incluindo portefólio, obras de referência e vetores diferenciadores deste tipo de pavimentos], “Jornada pela Cortiça” [Importância do material no desempenho técnico dos pavimentos, a que se juntam robustas credenciais de sustentabilidade] e “Jornada pela Arquitetura Contemporânea do Porto”.

Rolha de cortiça influencia a perceção da qualidade do vinho. Experiência científica, feita pela Universidade de Oxford, e considerando o mesmo vinho, demonstra uma mais-valia de 15% associada ao vedante natural, quando comparado com *screwcap*. Os participantes consideraram que o vinho tem melhor qualidade depois de ouvirem o som da rolha de cortiça no momento em que se abre uma garrafa. Estas conclusões resultaram de uma experiência sensorial inovadora, tendo cada participante provado dois vinhos idênticos e atribuído uma pontuação, isto enquanto escutava, ou o som de uma rolha de cortiça a sair da garrafa, ou o som de uma cápsula de alumínio. Seguidamente, foi pedido que abrissem as garrafas e as classificassem de novo. Desta experiência, foi também possível concluir que um vinho vedado com rolha é mais apropriado para a celebração (+20%) e mais incitador ao espírito de festa (+16%).

OUTUBRO

Tate Modern reveste-se a cortiça. “Hyundai Commission: SUPERFLEX: One, Two, Three Swing!”

No Turbine Hall, o icónico espaço da Tate destinado a projetos de grandes dimensões, foram aplicados cerca de 5000 m² de um inovador compósito de cortiça que, ao contrário de outros materiais previamente testados, conseguiu responder a requisitos específicos e muito exigentes em termos de absorção de impactos de grande amplitude [prevendo quedas de dois a três metros de altura] e de resistência ao desgaste [na edição do ano passado o Turbine

Hall recebeu cerca de três milhões de visitantes]. Esta é a maior instalação com cortiça a ser apresentada no Reino Unido, um trabalho liderado pelos SUPERFLEX, um coletivo dinamarquês internacionalmente reconhecido pelos seus interesses em torno dos espaços urbanos e da forma como, através da arte, interpelam a autenticidade da sociedade.

NOVEMBRO

Prémio “Amorim Taster of the Year” entregue a Piotr Pietras, *Sommelier* principal no Launceston Place em Londres, que passa a integrar o restrito leque de cinco *sommeliers* que este ano obtiveram a nomeação de *Master Sommelier*, um grupo que a nível mundial é inferior a 250 profissionais. *Expert* de vinho desde há seis anos, Piotr Pietras começou o seu percurso na área no Sheraton Poznan Hotel, na Polónia, nos últimos dois anos foi nomeado o Melhor *Sommelier* Polaco e conquistou, entre outros, o segundo lugar na competição de Melhor *Sommelier* Europeu.

Voluntários da Corticeira Amorim plantam 2500 sobreiros na Herdade da Fundação Maria Clementina Falcão de Campos, em Ponte de Sor. À semelhança das ações promovidas em anos anteriores, cerca de 100 voluntários da Corticeira Amorim plantaram 2500 sobreiros, uma iniciativa também viabilizada com o apoio da Amorim Florestal, que disponibilizou os sobreiros para este efeito, e da Quercus que, no âmbito do Projeto Floresta Comum, cedeu as ferramentas utilizadas pelos voluntários nesta ação. Com esta florestação, os voluntários da Corticeira Amorim terão contribuído, desde 2011, para a plantação em Portugal de cerca de 18500 árvores autóctones, com especial preponderância de sobreiros.

DEZEMBRO

Terminal de Cruzeiros de Lisboa, da autoria do arquiteto Carrilho da Graça, com inovadora solução de betão com cortiça. O novo betão estrutural desenvolvido com o apoio da Amorim Cork Composites, da Secil e do Itecons é 40% mais leve do que o betão corrente. A cortiça é introduzida em granulados, de diferentes dimensões, o que permite diminuir a massa do material, sem deixar de manter as reações entre os vários elementos químicos que constituem o betão que, desta forma, continua estrutural, mas mais leve. Com a obra concluída, o Terminal é um edifício marcante, que se diferencia por uma fachada que revela os grânulos de cortiça, um efeito conseguido pelo desgaste da superfície exterior do betão.

Relatório Consolidado de Gestão

Senhores Acionistas,

A CORTICEIRA AMORIM, S.G.P.S., S.A., Sociedade Aberta, vem, nos termos da lei, apresentar o Relatório Consolidado de Gestão reportado ao exercício económico findo em 31 de dezembro de 2017:

1. EVOLUÇÃO MACROECONÓMICA EM 2017

1.1. Apreciação Global

O ano 2017 foi marcado pelo crescimento acentuado, abrangente e sincronizado a nível mundial, registando-se o melhor desempenho desde a crise de 2008. A expansão cíclica iniciada a meio de 2016 registou aceleração e conduziu a revisões sucessivas em alta das previsões económicas. Quer as economias desenvolvidas quer as emergentes registaram níveis de atividade acima do ano anterior. Estima-se que a Economia Mundial tenha crescido em torno de 3,7%, cerca de meio ponto percentual acima do observado em 2016. O ano caracterizou-se ainda pela subida do preço do petróleo e dos restantes fatores energéticos. As *commodities* observaram, genericamente, valorizações moderadas. O ano foi dominado pela entrada em funções da nova Administração norte-americana. Na Europa, teve lugar um conjunto de processos eleitorais. Os receios de instabilidade política, subida ao poder de forças menos consensuais e implementação de medidas populistas foram, genericamente, anulados. Na China realizou-se o 19º Congresso do Partido Comunista Chinês. O ano foi ainda dominado pela renegociação (ainda em curso) de acordos comerciais de longa data como o que existe entre a União Europeia e o Reino Unido e o NAFTA. Ainda assim, a retoma do comércio internacional foi evidente - terá crescido em torno de 4,7%. A política monetária manteve-se globalmente acomodaticia. A China terá mantido o nível de crescimento que evidenciava antes; o Brasil e Rússia terão ultrapassado o mau momento de 2016 e regressado a uma trajetória de crescimento; Índia e México terão registado expansão, mas em ritmo inferior ao observado antes e ao que era previsto para 2017. Os preços dos ativos bolsistas mantiveram a tendência altista, suportados por expectativas positivas relativamente aos resultados empresariais, normalização gradual das condições de financiamento muito favoráveis e baixa volatilidade esperada. As taxas de juro de longo prazo mantiveram, genericamente, níveis baixos em face da evolução no ciclo económico. O ano de 2017 foi ainda caracterizado pela valorização do Euro relativamente às moedas principais. No caso do USD, não obstante continuar a ser a moeda dominante no comércio internacional e nas transações cambiais, a tendência foi de perda generalizada.

A **Zona Euro**, por sua vez, terá registado expansão em torno de 2,4%, também aqui sendo visível uma aceleração face ao ritmo do ano precedente - a taxa de crescimento terá sido, inclusive, a mais elevada desde 2007. O ritmo da expansão surpreendeu em alta e aconteceu em paralelo com a atenuação do risco político, uma melhoria significativa da perceção do risco da dívida soberana e o reforço da solidez das empresas. O crescimento económico terá encontrado suporte na recuperação gradual do mercado trabalho (o desemprego terá diminuído de 10,0% para 9,2% e o emprego terá recuperado para níveis acima dos observados no período anterior à crise financeira internacional) e no andamento forte da procura doméstica; terá beneficiando, adicionalmente, da procura acrescida proveniente dos parceiros externos - o crescimento da Europa de Leste terá excedido 5,0% - e de condições financeiras extremamente favoráveis. A inflação terá registado 1,5%, claramente acima do observado no ano anterior, mas aquém da meta das autoridades monetárias.

Os **Estados Unidos** terão registado um crescimento em torno de 2,3%, um ritmo quase 1,0% superior ao observado em 2016, mas em linha com o previsto há um ano atrás. Foi o oitavo ano consecutivo de expansão. A evolução na parte final do ano foi particularmente favorável assim compensando a desconfiança e decepção que se foi impondo nos meses iniciais quanto à capacidade de a Administração Trump ser conseqüente quer ao nível de planos de obras públicas quer na implementação de medidas fiscais. Assistiu-se a uma recuperação do investimento. O mercado laboral manteve a evolução positiva que já registava, com o desemprego a terminar o ano a 4,1%, muito próximo do pleno

emprego. A inflação aumentou tendo superado marginalmente os 2,0%. O final de 2007 foi marcado pela aprovação do *The Cuts and Jobs Act*, o plano fiscal gizado pela Administração Trump.

O **Japão** terá crescido 1,8% em 2017, a taxa mais acentuada desde 2013. Com a economia suportada pelo consumo privado, terá terminado o ano registando um ritmo de crescimento positivo, assim garantindo o período mais longo de expansão continuada desde os anos 80 do século passado - oito trimestres seguidos de incremento da atividade. A evolução registada acalenta a expectativa de ter ultrapassado em definitivo a estagnação de décadas e conseguir conduzir a variação de preços para algo próximo da meta dos 2,0%. O espectro da deflação terá sido anulado definitivamente.

O contexto macro do **Reino Unido** foi dominado, novamente, pelo tema Brexit e pelo ruído político associado - negociações com a União Europeia e impacto no contexto político doméstico, pontuado que foi pela convocação de eleições antecipadas para junho. Este contexto determinou oscilações nos indicadores de sentimento e que, em última instância, determinaram um ritmo de crescimento inferior ao de 2016 e que se estima em torno de 1,7%.

A **Austrália** terá observado em 2017 um abrandamento suave face ao ritmo de crescimento anterior. Estima-se que tenha registado um aumento de 2,2% a nível do Produto.

As **economias emergentes e em vias de desenvolvimento** terão superado o crescimento do ano anterior, ao evidenciar uma expansão próxima de 4,7%.

A **China** terá crescido marginalmente acima do nível de 2016, estimando-se um ritmo de expansão de 6,8%. Terá registado uma evolução na segunda metade do ano acima do antecipado e seguindo tendência crescente.

A **Índia**, outra economia de referência do continente asiático, terá abrandado para algo em torno de 6,7%; o **Brasil**, por seu turno, terá saído da recessão, apresentando, estima-se, um crescimento de 1,1%; o **México**, refletindo os efeitos de instabilidade quanto ao quadro institucional que regula as relações com os Estados Unidos (NAFTA, fronteira) terá abrandado para um nível de expansão em torno de 2,0%; enquanto isso, a **Rússia**, capitalizando a valorização a nível dos fatores energéticos, beneficiando de uma gestão do sector bancário muito rigorosa e de uma política monetária prudente, terá regressado ao crescimento económico, garantido uma evolução em torno de 1,8%; a **África Sul**, confrontada com instabilidade política, afetada pela descida de notação de rating e ameaça de revisões adicionais, registou um crescimento marginalmente inferior a 1,0%.

Durante 2017, a Reserva Federal norte-americana manteve o processo de normalização monetária que iniciou em 2015, tendo incrementado por três vezes as taxas de juro. A divergência de postura face a outras autoridades monetárias foi notória na primeira metade do ano. Contudo, na segunda metade de 2017, observou-se nas restantes Economias Desenvolvidas uma predisposição para iniciar o processo de redução das medidas monetárias extraordinárias, culminando com uma tomada de posição conjunta na reunião de Bancos Centrais ocorrida em julho, em Sintra, Portugal. Não obstante, o Banco de Inglaterra e o Banco do Canadá foram os únicos a implementar subidas de taxa de juro. As alterações centraram-se, sobretudo, na forma como a realidade foi sendo percecionada e no anúncio de futuras alterações. Nas Economias Emergentes, ainda que não existindo uma atuação uniforme, registou-se uma diminuição gradual das taxas de juro diretoras, sendo de salientar os casos do Brasil e da Rússia. OPEP e produtores *ex-cartel*, nomeadamente a Rússia, deram cumprimento ao controlo de níveis de produção que haviam acordado, assim determinando uma gestão minuciosa da oferta petrolífera. Em novembro último, renovaram esse compromisso e o preço seguiu tendência ascendente. A inflação registou uma evolução aquém do antecipado: um comportamento não linear, tendo observado incremento nos primeiros seis meses, para depois regressar a movimentos de desaceleração; nas Economias Desenvolvidas, ainda que registando níveis superiores aos de 2016, manteve-se aquém das metas de controlo de preços enquanto os níveis de atividade económica aceleravam e o desemprego seguia tendência generalizada de diminuição; nas Economias Emergentes e em Desenvolvimento, a inflação seguiu tendência de estabilidade com alguns casos particulares - Brasil e Rússia - em que se observou uma diminuição notória.

1.2. Portugal

Portugal registou em 2017 o quarto ano consecutivo de crescimento económico. Depois de uma das mais severas crises económico-financeiras que a economia portuguesa atravessou nas últimas décadas, a assistiu-se a uma recuperação sustentada ao nível dos indicadores de sentimento e confiança. O crescimento estimado terá rondado os 2,7%, um ritmo superior ao registado pela média da Zona Euro, algo que já não se verificava desde 1999. O crescimento, o maior acentuado desde 2000, terá sido impulsionado pelo consumo privado e pelo investimento, garantindo assim um maior contributo relativo da procura interna, mas também pelas exportações. O ano foi ainda marcado pela subida, por parte de duas agências de rating, da notação de Portugal para *investment grade*, o que se traduziu numa tendência descendente ao nível das taxas de juro da dívida pública e, por consequência, nos referenciais para os restantes agentes económicos. O turismo terá mantido (e até mesmo acelerado) o comportamento robusto que apresentava em 2016, alcançando valores recorde em 2017 em número de turistas estrangeiros (um crescimento de 11,6% nos primeiros

onze meses do ano). Este sector representa cerca de 68% da balança de serviços, 7% do VAB nacional e 10% do emprego direto. Relativamente às exportações totais, o peso terá sido inclusivamente incrementado.

O consumo privado apresentou crescimento robusto refletindo a recuperação do emprego, do rendimento disponível e também da concessão de crédito bancário (crédito ao consumo). O investimento, por seu turno, observou incremento significativo, marcando assim uma distinção evidente face ao ritmo apresentado nos três anos anteriores e determinando uma alteração no padrão de crescimento que se vinha registando. A variação desta componente terá sido garantida na quase totalidade pelo sector privado. Pela primeira vez em muitos anos, a taxa de incremento das exportações terá ultrapassado a das importações de bens e serviços (evidenciando o aumento significativo das importações de bens industriais e bens de capital). Ainda assim, o excedente comercial terá evidenciado ligeira degradação; não obstante o bom momento dos principais parceiros comerciais, o saldo da balança de bens deteriorou-se e não foi compensado pelo aumento do excedente dos serviços. O sector imobiliário deu sinais de aceleração durante o ano, em especial nos dois últimos trimestres; a procura por ativos imobiliários registou incremento acentuado, gerando um crescendo de transações; os volumes de nova produção de crédito à habitação aumentaram; registou-se um aumento do preço das habitações residenciais e não residenciais. O esforço de consolidação das contas públicas prosseguiu em 2017 e Portugal garantiu a saída do Procedimento por Défices Excessivos. Estima-se que o défice orçamental tenha diminuído para níveis em torno de 1,4% do PIB. A capacidade de financiamento da economia portuguesa observou redução face a 2016 - o saldo conjunto das balanças corrente de capital foi, estima-se, de 1,5% do PIB. Há a realçar, ainda assim, que 2017 representou o sexto ano consecutivo em que as necessidades líquidas de financiamento face ao exterior registaram excedente. O mercado de trabalho registou uma dinâmica muito favorável ao longo do ano - o emprego cresceu a ritmo superior ao da atividade económica, o que se traduziu em aumento da força laboral. O desemprego manteve a tendência descendente já evidente em anos anteriores. Terá registado um mínimo de 7,8% em dezembro ou 8,1% no 4º trimestre (taxas sem correção de sazonalidade); a taxa média no ano terá sido de 8,9%, taxa que compara com 11,1% em 2016. A inflação, por sua vez, terá observado incremento ao longo do ano ainda que seguindo comportamento volátil - a taxa de 1,6% em 2017 tem subjacente um máximo desde outubro de 2012 a 2,0% em abril (decorrente do efeito Páscoa e subida inputs energéticos) e um mínimo de 0,9% em junho e julho. Manteve-se a dinâmica moderada a nível salarial.

2. ATIVIDADES OPERACIONAIS POR UNIDADES DE NEGÓCIO (UN)

As empresas que integram o perímetro da Corticeira Amorim encontram-se estruturadas por Unidades de Negócio (UN), com referências às quais se dá conta dos aspetos mais relevantes ocorridos durante o exercício de 2017.

2.1. Matérias-Primas

A UN **Matérias-Primas** atingiu em 2017 um EBITDA de 22,4 milhões de euros (M€), mais 4 M€ do que em 2016. Para esta variação destacam-se os seguintes factos:

- Unidade de discos para vinhos espumosos, com um aumento do resultado de 80%, fruto da concentração em 2017 da atividade numa única unidade industrial e com incorporação dos ganhos de escala inerentes. De realçar a consolidação dos projetos de investimento para o aumento da eficiência operacional e energética.
- Unidade de discos para vinhos tranquilos, com um aumento do resultado de 9%, graças sobretudo ao aumento de procura. O investimento efetuado em equipamentos que permitem aferir de forma mais objetiva os defeitos da cortiça e as alterações aos métodos de tratamento sensorial dos discos têm permitido dar uma maior confiança ao produto;
- Unidades preparadoras de cortiça com uma redução do resultado de 15%. O facto determinante para a quebra da rentabilidade esteve no aumento dos preços de consumo. Apesar dos aumentos de preço nas compras dos anos anteriores, os preços de venda para as unidades a jusante mantiveram-se inalterados. Este setor continuou a ser de mão-de-obra intensiva, tendo sido efetuados novos desenvolvimentos no processo de automatização de parte das operações, com avanços relevantes, no entanto, não houve implementação de técnicas que permitissem aumentar de forma disruptiva a produtividade do mesmo. Foram, também, desenvolvidos equipamentos tecnologicamente avançados e adaptados a trabalhar especificamente com a cortiça que estão em teste e que permitirão, no futuro, melhorar de forma muito significativa a produtividade desta operação.
- Nos países do Norte de África, apesar do aumento de preços na adjudicação de Marrocos, foi possível obter um resultado superior, fruto da maior rentabilidade nas operações e da utilização de novos métodos para descontaminação de rolhas, permitindo, por um lado, fazer um melhor aproveitamento da cortiça e, por

outro lado, aumentar o preço médio de venda do *mix*. A salientar ainda os investimentos efetuados nas unidades da Tunísia e Marrocos no final do ano, que permitirão obter ganhos de produtividade relevantes;

- De destacar também o contributo positivo do setor dos granulados com um aumento significativo da atividade e melhoria dos rendimentos (associado ao maior/melhor aproveitamento da cortiça).

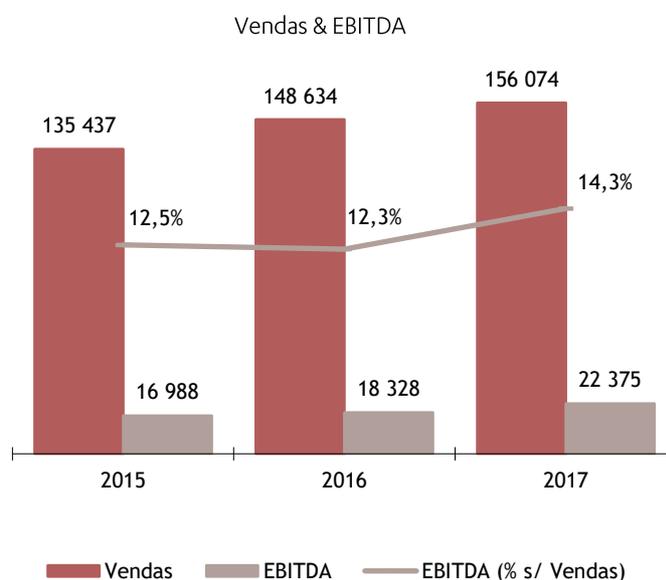
Relativamente à campanha de compras de cortiça de 2017, a UN manteve-se dinâmica e proactiva no mercado. Tal como na campanha de 2016, em 2017 foi aprovionada uma quantidade superior de cortiça em relação ao consumo estimado, situação que permite encarar os próximos anos com confiança, apesar de se ter registado um aumento de 11% nos preços de aquisição da amadia, com as restantes matérias-primas cortiça (virgem e apara) a seguirem tendência semelhante.

A UN promoveu o desenvolvimento de mercados não tradicionais de compra de cortiça, promovendo o seu desenvolvimento, mercados viáveis para, complementarmente a Portugal e Espanha, fazer face às necessidades de aprovisionamento nos anos seguintes.

O ano 2017 foi, ainda, de preparação da migração de SAP: as empresas da UN Matérias-Primas de Portugal e Espanha serão as primeiras do Grupo Corticeira Amorim a efetuar esta migração. Cumprindo o calendário que estava definido no arranque do projeto, foram desenhados dos novos processos, parametrizações e desenvolvimentos do novo sistema e foram realizados os testes integrados de validação, preparando o caminho para a migração que será concretizada em 2018.

Mesmo não detendo ativos florestais próprios, o âmbito da sua missão de *procurement* de matérias-primas cortiça para toda a Corticeira Amorim, a UN lidera também um projeto a longo prazo que visa assegurar a manutenção, preservação e valorização das florestas de sobre e, conseqüentemente, a produção contínua de cortiça de qualidade. Desenvolvido em estreita parceria com produtores florestais, instituições de investigação e entidades públicas locais, o Projeto de Intervenção Florestal procura criar conhecimento científico, nele baseando novas técnicas e processos, e difundir e promover novas práticas que permitam reduzir o primeiro ciclo de extração de cortiça, melhorar a genética e a reprodução vegetativa do sobreiro, combater pragas e doenças, conforme melhor detalhado no capítulo 3. do Relatório de Gestão. Várias iniciativas estão a decorrer no Ribatejo/Alentejo, em Portugal, e na zona da Catalunha, em Espanha.

O mercado de matérias-primas para trituração tem registado, desde setembro de 2017, um incremento de preços significativo e crescente.



(valores em milhares de euros)

2.2. Rolhas

Em 2017 assistiu-se a uma redução da produção mundial de vinho de cerca de 8,2%, face ao valor de 2016. Historicamente foi uma baixa produção, especialmente na Europa Ocidental devido a condições climáticas desfavoráveis (seca e frio). Países como Itália (que, mesmo assim e pelo terceiro ano consecutivo, assume a posição de terceiro maior produtor do mundo), França, Espanha e Alemanha registaram diminuições da produção, enquanto Portugal, Roménia, Hungria e Áustria registaram crescimentos.

O maior crescimento de produção registou-se nos EUA; na América do Sul, a produção também aumentou em comparação com os níveis baixos registados em 2016, particularmente na Argentina e Brasil; no Chile a produção manteve-se baixa. A produção australiana cresceu; a da Nova Zelândia manteve um nível muito bom apesar de um ligeiro decréscimo.

No mercado de vedantes, o impacto desta produção será sentido mais tarde, aquando do engarrafamento.

Globalmente, o mercado da indústria do vinho está em alta, embora com margens inferiores; o consumo tende a concentrar-se nos segmentos mais altos: luxo, *ultra premium*, *super premium* e, conseqüentemente, há uma clara deslocação dos produtores para estes segmentos.

Ao nível do consumo, os EUA permanecem o maior consumidor mundial de vinho e deverá crescer ainda mais nos próximos anos. O consumo na China deverá crescer mais rápido do que nos EUA, enquanto se espera alguma estabilidade no mercado do Reino Unido.

Durante o ano 2017 a UN manteve-se focada na consolidação da *performance* técnica e sensorial, na melhoria do nível de serviço e na execução dos projetos de eficiência operacional. As atividades de I&D e de desenvolvimento da estrutura produtiva foram, também, prioridades. A infraestrutura de apoio ao negócio, muito orientada para o cliente, continua a ser desenvolvida e reforçada, nomeadamente com a implementação de inovadoras ferramentas de apoio ao negócio e à tomada de decisão.

No exercício em apreço, a UN continuou numa trajetória de crescimento, associada a alguns factos importantes:

- Crescimento da procura, essencialmente em mercados onde a UN tem uma forte presença;
- Aumento da procura no segmento *high-end*, a potenciar a venda de produtos de maior valor acrescentado, em particular as rolhas naturais e o serviço NDTech;
- Sistemática consistência qualitativa e sensorial a estabilizar confiança do mercado, potenciando alargamento da base de clientes;
- Capacidade de desenvolvimento e lançamento de soluções inovadoras no mercado, dinamizando parcerias e proximidade aos clientes;
- Capacidade produtiva, técnica e de distribuição de rolhas para espumosos, a permitir acompanhar o crescimento deste segmento;
- Restruturação do negócio de espirituosos a permitir aumentar a presença em mercados importantes;
- Sistematização de práticas de melhoria contínua, com ganhos de eficiência e serviço, que permitem alavancar o crescimento da oferta;
- Adequação da capacidade produtiva às exigências de serviço do mercado.

Em 2017 a UN Rolhas registou vendas de 477,1 M€, um crescimento de 12,8% (incluindo a Bourrassé e a Sodiliège, adquiridas em 2017) face a período homólogo de 2016.

Em termos comparáveis, isto é, sem o efeito da inclusão da Bourrassé e da Sodiliège, registou-se um crescimento de vendas de 6,7% em valor (+28,3 M€) e 6,8% em quantidade, atingindo 4,7 mil milhões de rolhas vendidas (mais 300 milhões que em 2016), melhorando o *mix* de vendas e reforçando posições nos vários segmentos de negócio.

De registar um crescimento importante nos mercados tradicionais - França, Itália, Espanha e Portugal - e um reforço da posição concorrencial no Chile e nos EUA; alguma estabilidade de crescimento na Argentina e dos países de Leste em geral; Alemanha com alguma quebra de vendas em valor, fundamentalmente devido ao *downgrade* da qualidade nos últimos anos.

De salientar os seguintes factos relevantes para o crescimento da atividade:

- A crescente notoriedade da UN, alavancada, sobretudo, pelo sucesso do lançamento do NDTech e pelas garantias que o produto oferece;
- O alinhamento estratégico com o mercado, disseminado a todas as áreas funcionais da UN, com responsabilização e desempenho;
- A adequação da gama de produtos e do *pricing* às necessidades do mercado, do cliente e do respetivo produto;
- Um conhecimento completo de toda a cadeia de valor e a consolidação da verticalização na utilização da matéria-prima;
- Implementação generalizada de práticas de melhoria contínua, quer ao nível dos processos, quer ao nível das pessoas;
- Aumento da capacidade de autofinanciamento a potenciar investimentos em áreas estratégicas para a sustentabilidade do negócio.

Por segmentos de negócios e em termos comparáveis, isto é, excluindo os efeitos decorrentes da consolidação da Bourrassé e da Sodiliège, há a destacar:

- No **segmento vinhos tranquilos** o crescimento foi de 7,3% em valor (18,9 M€), salientando-se os mercados de França, Itália, Espanha, Chile e Portugal, que representaram 86% do crescimento total. Face a um crescimento moderado do consumo mundial de cerca de 0,3%, variando muito consoante o segmento, a UN reforçou, mais uma vez, a sua posição concorrencial, quer nos mercados ditos tradicionais, quer nos novos mercados de forte potencial de crescimento.
- As vendas de **Rolhas Naturais** registaram um crescimento de 8,6%, face ao período homólogo. De destacar o importante contributo das rolhas NDTech, com um crescimento de 16,5 M€ face ao período homólogo. Produto essencial para a sustentabilidade do negócio e para o reforço da imagem do vedante de cortiça como a melhor opção de obturação;
- As vendas de **Rolhas Neutrocork** registaram um crescimento de 11,7%, face ao período homólogo. No segmento de vinhos tranquilos tem sido o produto com o maior crescimento, apresentando um forte potencial. Com uma consistência físico-mecânica e sensorial assinaláveis, revelou-se uma excelente solução para vinhos de baixa e média rotação, tendo uma relação custo/qualidade economicamente atrativa para o mercado. Excelente posicionamento nos EUA, Itália, França, Chile e Espanha, onde os argumentos de inovação e consistência são fortemente valorizados. Têm contribuído de forma determinante para o combate aos vedantes alternativos e também para a valorização do segmento;
- As vendas de **Rolhas Twin Top** cresceram 1,7%, face a período homólogo. Destinadas a vinhos tranquilos, são uma solução de excelente desempenho físico-mecânico, que pode ser usada em vinhos de guarda. As rolhas Twin Top Evo são um produto adequado às exigências sensoriais e físico-mecânicas, com maior potencial de guarda. Atualmente, é um produto sobre forte pressão de preço que, fruto das evoluções qualitativas introduzidas, mesmo assim tem vindo a crescer a taxas moderadas.
- No **segmento dos espirituosos**, assiste-se, por todo o mundo, a um aumento da popularidade destas bebidas, tendo como *drivers* a socialização e a experimentação. A evolução galopante deste sector e o aparecimento de novos produtos, únicos e distintivos, revela-se um enorme desafio para a UN. A inspiração, a capacidade de *design* e o serviço passaram a ser *key drivers* para acompanhar a disrupção permanente que caracteriza este segmento. Os clientes surgem, com novos produtos e com necessidade de soluções distintivas, que face à capacidade de desenvolvimento que a UN possui, potencia de forma considerável uma *win-win business relationship*. Neste segmento, a UN registou um aumento de vendas 16%, face a período homólogo.

De salientar o aparecimento de novos mercados e o crescimento acentuado de mercado emergentes, fruto de um importante trabalho de prospecção. A UN está presente em 74 países, sendo o potencial de crescimento enorme, face às expectativas de mercado, baseadas em hábitos de consumo.

Em setembro de 2017, a UN reforçou a capacidade neste segmento, com a aquisição da S.A.S. Sodiliège, sociedade localizada na zona de Cognac, que produz e distribui rolhas capsuladas para bebidas alcoólicas e espirituosas tais como o cognac e o armagnac; possui um portefólio de rolhas capsuladas de elevada qualidade e diversidade, produzindo rolhas à medida das especificações dos seus clientes, com cápsulas em materiais distintos como o metal (zamac ou estanho), o vidro, a madeira, a porcelana ou o plástico; com esta operação, reforça-se a presença da UN neste mercado geográfico e neste promissor segmento de negócio.

Já no início de 2018, a UN Rolhas adquiriu também uma participação de 70% no capital da sociedade sueca Elfverson Co AB que produz tops de madeira de alta qualidade para rolhas capsuladas, utilizados pelos grandes grupos da indústria de bebidas espirituosas; com esta operação a UN passou a deter uma participação relevante numa empresa com um portefólio de produtos *premium* e uma carteira de clientes de relevo que pretende desenvolver, reforçando também as fontes de abastecimento de tops de madeira de reconhecida qualidade, o que permitirá acompanhar o crescimento das necessidades dos seus clientes no segmento das rolhas capsuladas.

- Em geral, o mercado global dos **vinhos espumosos** responde ao crescimento consistente da procura de vinhos de baixo teor alcoólico e adequado a qualquer momento. A UN registou, neste segmento, um crescimento de 5,1%, face ao período homólogo de 2016, com um contributo decisivo de Espanha e Itália.

Atualmente, produz-se vinho espumante em todo o mundo e, independentemente da tendência de consumo de vinho em geral, o consumo de espumosos tem uma tendência bastante positiva de crescimento. Tornou-se um produto universal, bebido em qualquer ocasião e pelos vários estratos sociais, sendo um caso sério de sucesso e com forte potencial para esta UN.

Relativamente às principais rubricas operacionais e rácios de negócio, em termos comparáveis, isto é, excluindo os efeitos decorrentes da consolidação da Bourrassé e da Sodiliège, salienta-se:

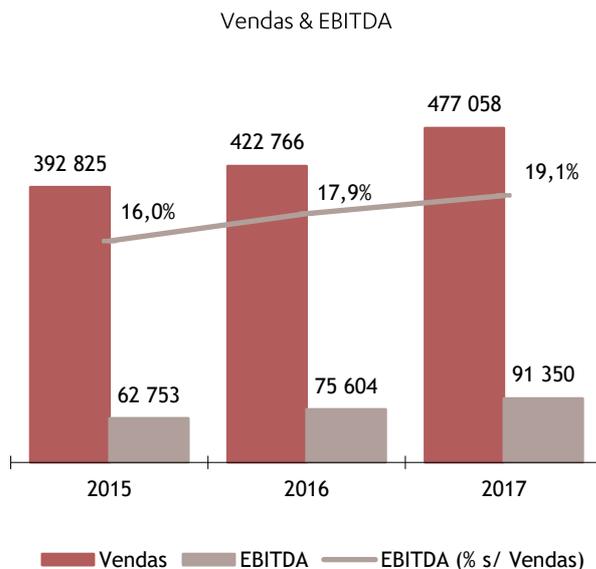
- **A margem bruta** registou um crescimento de 11,3% face ao período homólogo. O efeito vendas representa 60% do incremento, sendo a melhoria do *mix* de produtos responsável pelo restante. A melhor utilização da matéria-prima, potenciada por alterações tecnológicas, e a industrialização permanente do processo produtivo ao nível do manuseamento do produto contribuíram também para um melhor desempenho deste indicador. Com impacto negativo, a registar o aumento do custo dos produtos químicos.

- Os custos operacionais registaram um aumento de 7,7% face ao período homólogo. O acréscimo de atividade e o esforço de estabilização de novas linhas de produto explicam uma parte substancial desta evolução. O atraso na implementação das medidas de eficiência operacional programadas para 2017 também condicionou este indicador. Por outro lado, houve necessidade de reforçar estruturas e competências para garantir a sustentabilidade do crescimento, que se tem verificado na UN. Com este aumento, degradou-se ligeiramente o rácio de custos sobre vendas face ao período homólogo, passando de 26,5% para 26,7%. Os principais incrementos registam-se nas rubricas de custos variáveis, nomeadamente nas comissões, trabalhos especializados, eletricidade e conservação e reparação. Para garantir níveis de serviço de excelência, foi alterado o processo logístico, com um impacto importante nos custos de transporte. De registar ainda um incremento nas amortizações, decorrente do forte investimento dos últimos anos, destacando-se o processo produtivo de rolhas NDTech.

Apesar da pressão sobre os custos operacionais, o programa de eficiência operacional, acabou por atenuar e permitir, mesmo assim, o controlo dos custos de produção, obtendo uma melhoria ligeira no indicador de produtividade, com o rácio de custos *cash* sobre a margem bruta a baixar de 54,6% em 2016 para 53,6% em 2017, sobretudo pelo efeito do significativo aumento da margem bruta.

- O EBITDA teve um aumento 19% e o EBIT de 18,4%, face ao período homólogo, em resultado do aumento das vendas e da margem bruta. As diferenças de câmbio tiveram um impacto negativo de 1,6 milhão de euros.
- O investimento cifrou-se em 20,4 M€, materializando-se no reforço da capacidade produtiva, na modernização dos processos e no início do projeto de digitalização industrial.

Em termos globais, isto é, incluindo os efeitos da consolidação e da Bourrassé e da Sodiliège, o EBITDA atingiu 91,4 M€ e o rácio EBITDA/vendas cifrou-se em 19,1%, conforme ilustra o gráfico seguinte:



(valores em milhares de euros; valores 2017 incluem Bourrassé e Sodiliège))

Principais destaques do ano 2017:

- Clara liderança de mercado, com um crescimento de 6,8% em quantidade, num mercado de consumo que se prevê que cresça a uma média de 0,3% ao ano;
- Aquisição de 60% do Grupo Bourrassé, que complementa a estratégia de crescimento e verticalização do negócio da UN;
- Reforço da presença no negócio dos espirituosos, pela aquisição da S.A.S. Sodiliège, localizada na região de *Cognac*;
- Nos EUA, mercado onde a UN faz uma aposta estratégica, foi tomada decisão de construir uma fábrica de acabamentos e distribuição de rolhas, na região de Napa;
- Mercado australiano regressa à cortiça, com as rolhas a revelar um ganho importante frente aos vedantes alternativos;
- Lançamento de vários projetos de desenvolvimento de produto em parceria com os clientes, em todos os segmentos de negócio;
- Projeto Supply-Chain a ser implementado em toda a UN, visando incrementar níveis de serviço;
- NDTech atinge os objetivos de venda esperados para o ano 2017, graças à sua industrialização sistematizada, dentro dos níveis de eficiência esperados;
- Programa de eficiência energética a contribuir de forma importante para a cultura de Sustentabilidade que caracteriza a UN e toda a Corticeira Amorim;
- Lançamento do projeto de utilização mais eficiente da matéria-prima cortiça;
- Ao nível do I&D, foram iniciados vários projetos em parceria com entidades do mundo académico e industrial, para resolver de uma forma definitiva as questões sensoriais associadas à cortiça;
- Alargamento a toda a UN da gestão de processos e equipas numa lógica *Lean/Kaizen*, através do programa *Cork.mais 2.0*, que em 2017 introduziu a dimensão do Planeamento Estratégico;
- Arranque da implementação do projeto de digitalização do processo industrial, comumente designado por *Industry 4.0*;
- Processo de desenho do novo ERP SAP terminado e início da fase de implementação.

2.3. Revestimentos

Em 2017, as vendas totais da UN Revestimentos continuaram a registar crescimento, com uma evolução positiva de 3,8% face a 2016, atingindo os 121,5 M€, alicerçadas essencialmente nos produtos fabricados por esta UN.

Em termos de mercados geográficos, destaca-se a redução das vendas nos EUA para o cliente USFloors (sociedade anteriormente participada, alienada em 2016); a estabilidade do mercado russo e o crescimento verificado em todas as restantes geografias, em especial na Escandinávia e na Alemanha.

O crescimento das vendas continua assente no sucesso comercial das novas soluções, lançadas no início de 2015, inovadoras na associação das vantagens da incorporação de cortiça em soluções de *flooring* compósito que conferem aos produtos características à prova de água, sempre com *designs* modernos e atrativos, organizados em coleções que respondem às tendências da procura nos diferentes mercados.

Como suporte ao crescimento de vendas, destaca-se o reforço das equipas comerciais e a continuada aposta na dinâmica da AR Academy, com um papel chave no estreitamento das relações com *stakeholders* nas diversas geografias onde a UN desenvolve a sua atividade.

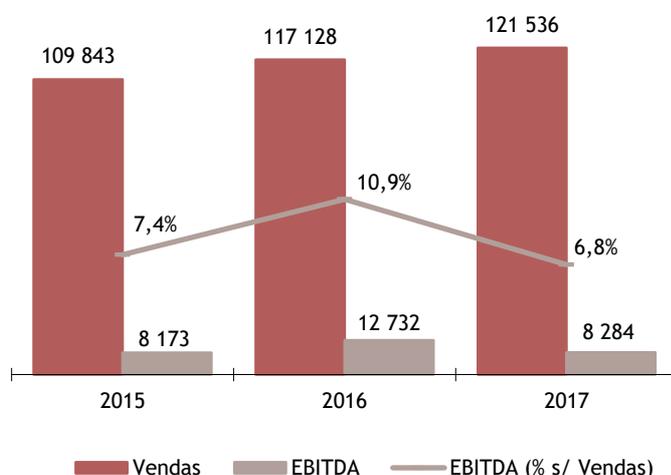
Trazendo a ecoeficiência e a sustentabilidade para o topo das vantagens competitivas, em 2017 foi alterada a forma como a UN Revestimentos apresenta os seus produtos no ponto de venda, privilegiando os referidos argumentos na comunicação com os mercados. Adicionalmente, foi lançado o projeto de interação digital com a preocupação de enquadramento futuro deste canal com a exploração dos canais tradicionais de promoção, divulgação, distribuição na indústria do *flooring*.

O negócio dos produtos comercializados, enquadrado como complemento da oferta da UN, registou uma evolução positiva de 6,6%, mantendo a capacidade competitiva da UN assente na rede de distribuição própria e na sua capacidade de *sourcing* deste tipo de material. Nesta área de *trade* continua a aposta nos produtos de maior valor acrescentado, posicionados em linha com os produtos fabricados pela UN Revestimentos.

Foi lançado um plano de adequação da estrutura, como resposta ao desafio da competitividade da UN num contexto de forte concorrência. Neste plano, foram envolvidas todas as áreas da UN, de onde resultou um conjunto de medidas de organização e alavancas de melhorias ao nível dos processos mais críticos: cadeia de abastecimento e inovação. Este plano de adequação foi extensível à subsidiária na Alemanha, assente em três pilares: adequação da oferta, modelo de distribuição e simplificação das áreas de suporte com exploração de sinergias com a sede em Portugal.

Como marcos relevantes e decorrentes da inovação, destaca-se a concretização do investimento na nova linha de soluções compósitas, criando condições para o alargamento da oferta de soluções técnicas com incorporação de cortiça e capacidade de resposta às crescentes tendências de soluções resistentes à água, no seguimento do desenvolvimento das vendas do inovador Hydrocork, lançado no início de 2015 e que em 2017 já se destacou como a terceira linha de produtos mais vendida. Adicionalmente, o investimento numa nova linha *state of the art* de *digital printing*, veio alargar a diversidade de visuais e incrementando o realismo dos mesmos, em soluções onde a cortiça tem um peso determinante e diferenciador.

Vendas & EBITDA



(valores em milhares de euros)

2.4. Aglomerados Compósitos

A UN Aglomerados Compósitos registou vendas de 98,8 M€, o que representa uma ligeira redução de 1,3% face aos 100,1 M€ de volume de negócios verificados no exercício de 2016. O efeito cambial nas vendas, negativo em aproximadamente 0,9 M€, explica 70% da evolução desfavorável.

O EBITDA registou uma descida de 11,6%, para 15,0 M€, ficando assim 2 M€ abaixo do valor apurado no ano anterior. Apesar da evolução dos resultados ter sido mais negativa do que o volume de negócios, levando a uma deterioração da margem EBITDA que, ainda assim, ascendeu a 15,2% sobre as vendas.

Nos segmentos prioritários, assim classificados em resultado do seu acentuado *fit* estratégico, o comportamento foi misto. Os principais impactos negativos verificaram-se nos segmentos *Furnishing* e *Sports Surfaces* segmentos onde é mais elevada a dimensão e a concentração dos clientes, implicando uma maior dependência.

Graças ao alargamento da rede comercial e à maior focalização de recursos já existentes em geografias prioritárias, registou-se um crescimento de vendas em vários países menos explorados em diferentes segmentos; o trabalho de deteção e de conquista de novos clientes gerou um volume de negócios adicional face ao ano anterior. No entanto, nem os processos de desenvolvimento de mercados por réplica de estratégias já testadas nem o lançamento de novos produtos conduziram ao esperado crescimento da atividade. Assim, todas estas evoluções acabaram por ditar a obtenção de melhores resultados na Ásia do que propriamente na Europa ou América.

Em termos de rentabilidade, a deterioração face ao ano anterior fica a dever-se, essencialmente, ao efeito cambial nas vendas, o aumento do custo de incorporação de algumas das principais matérias-primas não cortiça, bem como um *mix* de vendas menos favorável.

Os custos com as funções de Marketing & Vendas e de Suporte Industrial cresceram mais do que o previsto para o ano de 2017, com o reforço e reconfiguração das respetivas equipas, situação a que se juntou o acréscimo de recursos gastos em todo o programa de transformação organizacional, em implementação desde 2015, cujos benefícios associados perdurarão no futuro.

Respondendo aos desafios e necessidades decorrentes da atividade desenvolvida pela UN, abrangendo uma grande diversidade de segmentos, mercados e aplicações, foi desenvolvido um conjunto importante de iniciativas, com destaque para:

- Expansão geográfica da rede comercial, através do reforço da estrutura comercial e/ou da focalização mais efetiva de recursos, tendo em vista uma maior penetração em mercados de elevado potencial de crescimento;
- Desenho e lançamento de novos produtos, de acordo com o *roadmap* de inovação, respondendo às oportunidades de mercado identificadas, tendo em vista o crescimento e a geração de valor;
- Implementação de ferramentas de marketing digital com o objetivo de potenciar vendas;
- Implementação das primeiras fases do “Programa RIO”, que tem como propósito alavancar a eficiência da função de Operações, dotando-a de melhores condições organizativas, competências, processos e parcerias alinhadas com a estratégia de desenvolvimento da UN;
- Estudo e implementação de novas medidas de eficiência energética;
- Conceptualização da ACC Academy, a implementar em 2018, por forma a garantir a formalização e partilha criteriosa de conhecimento sobre segmentos, aplicações, materiais e tecnologias.
- Reforço de parcerias existentes;
- Continuação do mapeamento e início da ativação de uma rede de inovação à escala europeia;
- Abordagem para implementação de um projeto plurianual de transformação digital da operação industrial, visando melhor capacidade de sincronização e planeamento das linhas e, consequentemente, melhoria da produtividade e da competitividade;
- Início do investimento na i-Cork Factory: instalação de uma fábrica-piloto destinada à experimentação e utilização em pequena escala industrial de tecnologias inovadoras e disruptivas aplicáveis aos compósitos com cortiça, de forma a ganhar competências que permitam projetar a aplicação dessas novas tecnologias no futuro, redesenhando uma “nova indústria”.

Em 2017, o segmento **Indústria** registou um crescimento (+1,9%), depois de um decréscimo em 2016, aumentando ligeiramente a sua representatividade no portefólio da UN, situando-se agora em 40%.

De destacar o crescimento das vendas de *Multi-purpose Seals and Gaskets* (+15%) e de *Cork Specialists* (+9%), que recuperam das variações negativas registadas em 2016; e também de *Industrial Suppliers* (+15%), que repete o

crescimento do ano passado; com comportamento desfavorável destaque para o *Aerospace* (-28%), após um ano de crescimento singular (+60%); o *Industrial Packaging* (-16%); e o *Footwear* (-7%), que repete o desempenho de 2016.

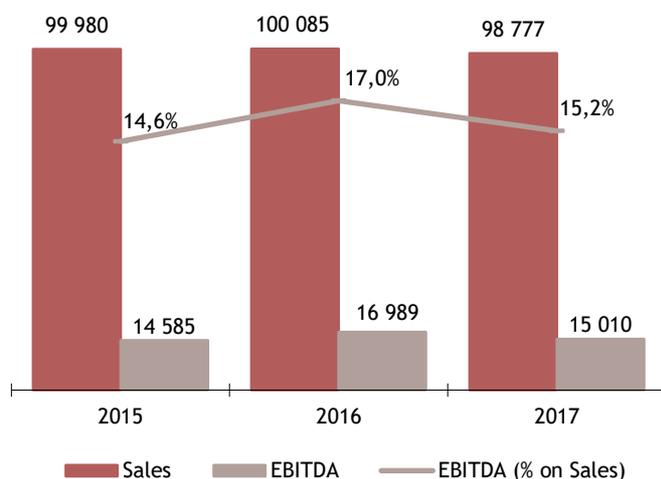
O segmento **Retalho** teve um desempenho maioritariamente negativo, registando uma redução do volume de negócios de 6,5%, que se refletiu na diminuição da respetiva representatividade (37%) no *mix*.

Para além do impacto muito significativo da não repetição de projetos *Furnishing* de anos anteriores (-1,5 M€ face a 2016), o desempenho global foi também afetado pelo desempenho do *Construction Specialty Retail* (-9%); *Home & Design Products* (-16%); e *Home & Office Specialty Retail* (-22%). Pela positiva, é de destacar o *Distributors of Flooring & Related Products* que, depois da evolução positiva de 2016, regista um novo crescimento em 2017.

O segmento **Construção** voltou a apresentar um crescimento (+4,5%), embora mais modesto que o alcançado no ano anterior e novamente muito centrado no segmento *Resilient & Engineered Flooring Manufacturers*. Destaque também para o crescimento do *Heavy Construction* (+14%). O crescimento deste segmento foi penalizado pela quebra no *Sports Surfaces*, responsável por um desvio negativo de vendas de quase 1,2 M€. O segmento Construção representou, em 2017, 22% do volume de negócios da UN.

A rentabilidade da UN foi também afetada por uma estrutura de custos um pouco mais aumentada, por força dos investimentos realizados em expansão geográfica, estrutura de suporte industrial e iniciativas transversais de cariz estratégico.

Vendas & EBITDA



(valores em milhares de euros)

2.5. Isolamentos

A **Unidade de Negócios Isolamentos** apresentou, no exercício de 2017, uma diminuição de 7,4% do volume de vendas face ao ano anterior. Na origem desta diminuição esteve uma opção estratégica do Grupo em não dar continuidade a vendas de triturado para a UN Aglomerados Compósitos. Em termos comparáveis, expurgando este efeito, registou-se um aumento de vendas de aproximadamente 4,7%. Este impacto positivo resulta essencialmente do expressivo crescimento das vendas dos produtos MDFachada (cerca de +49%).

A margem bruta do exercício registou uma quebra de 1 p.p. face a igual período do ano anterior. Em termos comparáveis, e uma vez que o negócio de triturado realizado em 2016 era de menor valor acrescentado, registou-se uma quebra de 4,7 p.p. Esta variação deve-se sobretudo ao aumento significativo do preço da matéria-prima.

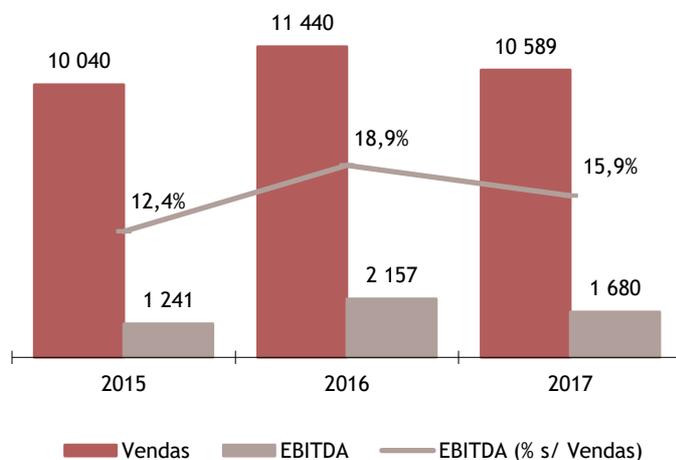
O EBITDA ascendeu a 1,7 M€, representando uma quebra de 22,1% face ao ano anterior. Esta evolução encontra-se significativamente associada à já referida quebra da margem bruta, ainda que se tenha verificado uma diminuição relevante dos custos operacionais, nomeadamente através de importante reversão de imparidades de dívidas para clientes.

Ao longo de 2017, a UN desenvolveu um conjunto de iniciativas visando potenciar a sua atividade e liderança na disponibilização de produtos e soluções do aglomerado de cortiça expandida, aumentando a sua notoriedade e a perceção do seu real valor. De realçar:

- Uma Praça no Verão no Centro Cultural de Belém (CCB): da autoria do arquiteto José Neves, que concebeu uma instalação em aglomerado de cortiça expandida, capaz de estimular os sentidos, reconstituir uma mecânica do espaço, dar corpo à transformação do lugar e criar uma oportunidade para experimentar a natureza dos materiais. Uma construção multifacetada que conjugou vários usos, num espaço lúdico e de permanência às pessoas que diariamente visitaram o CCB durante os meses de Verão;
- Instalação de cortiça, na singular pala do Pavilhão de Portugal no âmbito da 3.ª edição do Archi Summit. Projeto liderado pelo arquiteto Manuel Aires Mateus, que deu o mote para a maior exposição efémera de cortiça alguma vez feita no mundo, um projeto que envolveu cerca de 5 mil blocos de aglomerado de cortiça expandida, um material 100% natural, numa clara manifestação pela preservação do meio ambiente e do próprio sobreiro, a Árvore Nacional de Portugal.
- Associação da UN Isolamentos, através do fornecimento do seu aglomerado de cortiça expandida, ao lançamento de nova *startup* da Amorim Cork Ventures que aplica cortiça em equipamentos de refrigeração. A inovação com base na solução EIC - Easy Insulation Cork, agora apresentada, compreende um chassi em aglomerado de cortiça expandida, revestido com chapas metálicas, que pode ser aplicado em equipamentos de refrigeração como alternativa ecológica aos atuais injetados com poliuretano.
- Solução MDFACHADA WAVE em projeto da PROMONTORIO. Obra de renovação e reabilitação do edifício-sede da GS1 Portugal, contou com uma aplicação extensiva de aglomerado de cortiça expandida, MDFachada Wave, no seu interior.

No que respeita à eficiência operacional, a adoção de formas de trabalho mais eficientes, o controlo rigoroso dos custos e os investimentos efetuados nos últimos anos nas unidades fabris permitiram melhorar este indicador.

Vendas & EBITDA



(valores em milhares de euros)

3. PROJETO DE INTERVENÇÃO FLORESTAL

A alteração e, sobretudo, o agravamento das condições climáticas nas regiões onde se desenvolvem as florestas de sobreiros aportaram um novo conjunto de desafios para a gestão destes povoamentos que, mesmo sendo esta árvore tão generosa, exige apoio para continuar a produzir a cortiça.

Entre os principais desafios que as florestas de sobreiro e a produção de cortiça enfrentam, destacam-se:

- A taxa de sucesso das novas plantações;
- O sucesso da regeneração natural e do adensamento de povoamentos existentes;
- Pressão de outras espécies florestais concorrentes pela mesma área;
- Ataque de pragas e doenças com impacto na árvore ou na qualidade da cortiça.

Ciente desta necessidade de “apoiar” o sobreiro a Corticeira Amorim tem em curso desde 2013 o Projeto de Intervenção Florestal que tem um lema e um objetivo muito claro: cuidar do presente, construir o futuro.

Cuidar do Presente:

A Corticeira Amorim constituiu em 2017 um Gabinete de Apoio ao Produtor Florestal que tem como missão apoiar os produtores florestais na manutenção e intervenção nas suas florestas de sobreiro. Este gabinete é um instrumento de divulgação e sobretudo de extensão do conhecimento gerado pelas diversas equipas de investigação que trabalham na área de sobreiro e da cortiça.

Neste sentido, estão em fase final de elaboração um conjunto de protocolos com universidades nacionais e internacionais de forma a incorporar nos planos de gestão florestal recomendados para cada área aquilo que são neste momento as melhores práticas validadas por conhecimento científico.

Construir o Futuro:

A Corticeira Amorim está a financiar e a trabalhar em parceria com entidades do sistema científico nacionais e internacionais num conjunto de projetos de investigação que tem o objetivo muito claro de procurar respostas e soluções para os desafios que foram referidos anteriormente.

Dos projetos em curso, destacam-se:

- **Povoamentos de sobreiro com rega de instalação melhorada:** em 2001 um produtor florestal, aquando da instalação de um olival, decidiu plantar num terreno com menor qualidade alguns sobreiros que iriam beneficiar do mesmo tratamento do olival. A taxa de sucesso da plantação foi de 100% e em algumas árvores foi possível fazer a primeira extração de cortiça aos oito anos, muito antes dos 18 a 25 anos após plantação em sistema tradicional.

Baseado no sucesso desta experiência, a Corticeira Amorim desafiou uma equipa de investigação da Universidade a monitorizar este o povoamento já existente e sobretudo a instalar novos povoamentos de forma a compreender a importância da rega de instalação para garantir o sucesso da instalação e ocupação de espaço e o impacto da mesma no crescimento inicial das árvores. Os resultados que se estão a obter das parcelas experimentais são animadores, pois garante-se o pleno sucesso da instalação dos novos povoamentos, é uma tecnologia de instalação que poderá ser utilizada para adensar os povoamentos existentes e, sobretudo, garante-se a rápida ocupação do espaço pelas árvores reduzindo assim todos os problemas relacionados com erosão, evaporação e controle de vegetação.

Mesmo com as parcelas experimentais a serem alvo de detalhada monitorização, a Corticeira Amorim iniciou com alguns produtores florestais e instalação desta tecnologia em escala.

- **Genoma do sobreiro:** o genoma do sobreiro está sequenciado e em fase de publicação em revista científica internacional. A sequenciação do genoma é uma ferramenta essencial para atrair à investigação do sobreiro e da cortiça cientistas que atualmente não consideram a estas áreas nas suas prioridades de estudo e intervenção.

Estão já em curso alguns projetos de investigação para procurar identificar relações entre genes e algumas características das árvores/cortiça, como seja, a qualidade da cortiça, a resistência a pragas e doenças.

- **Melhoramento do sobreiro:** o ideal para a indústria seria que a cortiça produzida pelas florestas de sobreiro correspondesse qualitativamente às suas necessidades, isto claramente salvaguardando as questões da variabilidade genética dos povoamentos.

Neste sentido, a Corticeira Amorim lançou um projeto de seleção de sobreiros que, pelas suas características, se destacam dos restantes, as chamadas *árvores plus*. O objetivo deste projeto é criar um conjunto de povoamentos de árvores selecionadas que se cruzarão naturalmente entre elas (um pomar de semente selecionada), de forma a que as árvores nascidas a partir de semente oriunda deste povoamento tenham características distintas.

- **Cobrilha da cortiça:** entre as pragas que afetam as florestas de sobreiro, destaca-se o *coruebus undatus* (cobrilha da cortiça), um inseto que ataca a formação da cortiça diminuindo de forma significativa o valor da mesma. Em termos florestais este tipo de insetos pode ser combatido através da utilização de armadilhas para a sua captura, reduzindo a população com o consequente impacto na redução da afetação do ataque na formação da cortiça. O projeto em curso nesta área tem como objetivo encontrar um atraente eficaz para a utilização nestas armadilhas que potencie a captura dos insetos.

4. INOVAÇÃO, INVESTIGAÇÃO & DESENVOLVIMENTO DE PRODUTO

A génese da Corticeira Amorim encontra-se intrinsecamente ligada ao negócio da cortiça, sendo que, desde 1870, este constitui o core business deste grande grupo empresarial português. Atualmente a Corticeira Amorim surge como líder destacado no setor da cortiça a nível mundial, oferecendo um leque alargado de produtos de cortiça destinados a um conjunto diversificado de setores de atividade económica, entre os quais o vinho, a construção, o imobiliário e o turismo. A Corticeira Amorim é hoje um grupo empresarial multinacional que possui uma presença consolidada nos cinco continentes, através de dezenas de empresas.

Na sequência da sua trajetória de crescimento e de expansão da atividade económica e, em particular, da sua estratégia de negócio pró-ativa orientada para o investimento contínuo em investigação e desenvolvimento e inovação (I&D), cada uma das Unidades de Negócios da Corticeira Amorim desenvolveu ao longo do tempo competências próprias de I&D, em paralelo com um polo aglutinador de competências da componente I&D, incorporado na Amorim Cork Research.

4.1. Matérias-Primas

Em 2017, a Amorim Florestal deu continuidade aos projetos de desenvolvimento florestal (investigação e extensão) que têm como principal objetivo alterar o panorama atual da floresta de sobreiro, apostando em áreas como a redução do primeiro ciclo de extração, a melhoria do material vegetal de reprodução, o combate a pragas e doenças. Foram desenvolvidos estudos que permitiram alargar o conhecimento e definir de forma mais precisa os passos a dar. Foi, também, reforçada a equipa possibilitando um acompanhamento mais próximo dos projetos.

Entre os projetos em curso continua a ser dado maior destaque ao de micro-irrigação de sobreiros com o objetivo de assegurar grandes taxas de sucesso na plantação e acelerar o crescimento inicial da árvore reduzindo o tempo para o início da exploração da cortiça.

Os projetos da equipa interna de I&D, que continuou focada na erradicação dos defeitos sensoriais da cortiça, tiveram em 2017 resultados positivos e promissores, que dão boas indicações para o futuro. De acordo com os primeiros testes efetuados, podemos já concluir que existem soluções para em determinadas circunstâncias eliminar os defeitos sensoriais na cortiça. É preciso agora aprofundar o conhecimento e encontrar formas de industrializar a solução.

4.2. Rolhas

A questão do TCA, continua dentro dos principais temas de I&D da UN Rolhas, tendo 2017 sido um ano de grandes avanços na sua resolução. Assim, face aos resultados na extração de TCA, obtidos ao nível laboratorial a partir de diferentes tecnologias, foi tomada a decisão de avançar para o *upscale* industrial de algumas delas, no sentido de implementar uma solução definitiva para as rolhas de cortiça e os discos.

Paralelamente, a aplicação da tecnologia NDtech nas rolhas naturais, processo de análise de TCA rolha a rolha desenvolvido pela UN, correu com enorme sucesso, obtendo-se uma fiabilidade total, facto comprovado pelas análises internas e pela ausência de quaisquer problemas assinalados por parte dos clientes.

O evidente sucesso deste projeto está espelhado na necessidade de aumentar a capacidade de produção de rolhas NDtech, uma vez que a existente não responde a todas as necessidades e pedidos dos clientes. Foi, então, decidido avançar para a segunda fase do projeto, o NDtech 2.0, de forma a conseguir responder aos pedidos que surpreendentemente chegam não só para rolhas destinadas a vinhos *super premium*, mas também para vinhos de

gamas menos altas. Esta segunda fase vai aumentar significativamente a capacidade de fornecimento de rolhas com o serviço NDtech, melhorando também a qualidade tecnológica da solução de análise e reduzindo os custos de manutenção do sistema. Esta segunda fase será implementada em 2018, com o aumento de capacidade a registar-se logo no início do ano.

Para rolhas de Champanhe, o NDtech teve o seu ano zero, com as primeiras entregas junto de clientes alvo, produzidas a partir do protótipo semi-industrial. Os bons resultados conseguidos e a grande expectativa do mercado levaram à decisão da aquisição de uma linha de NDtech para Champanhe, a ser instalada no primeiro trimestre de 2018.

O NDtech foi a base para o desenvolvimento de um importante projeto que visa facilitar o fluxo de produção das rolhas naturais, nomeadamente a análise de TCA. De facto, esta análise é feita com base no método de referência ISO 20752, o que obriga a 24 horas de maceração das rolhas e a um tempo de análise cromatográfica de 14 minutos, sendo realizados mais de 1400 análises por dia. Pretende-se que, com a aplicação do NDtech ao controlo da qualidade das rolhas de cortiça, se reduzir em mais de 90% o tempo necessário para a análise. O projeto correu durante 2017 com muito bons resultados, iniciando-se a sua implementação industrial em janeiro de 2018.

A importância do uso de rolhas de cortiça em detrimento dos vedantes alternativos, cápsulas de rosca e sintéticos, continuou a ter atenção particular do I&D. O contínuo estudo da *performance* físico-mecânica, química e sensorial das rolhas levou à continuação de projetos em várias áreas nomeadamente permeabilidade, migração de elementos vestigiais, robustez das rolhas técnicas através da procura do melhor desempenho das colas e de outros tipos de granulados, conhecimento do desempenho das rolhas em condições extremas de armazenamento, etc.

De todos os projetos ligados à *performance*-físico-mecânica das rolhas, é de salientar aquele que estudou a humedificação das rolhas naturais, de importância relevante para a UN, pois os novos processos industriais têm contribuído para a redução significativa da humidade das rolhas. Com este projeto, foi adquirida conhecimento científico fundamental e, das várias tecnologias testadas, foi escolhida uma que será implementada industrialmente.

Também nas rolhas para vinhos espumosos foram desenvolvidos projetos de I&D com vista à melhoria do seu desempenho quer a nível físico-mecânico quer sensorial. Estes projetos decorreram quer internamente quer em colaboração com os principais clientes das rolhas de Champanhe. Atenção especial teve a rolha de *tirage*, projeto da UN Rolhas com vista à utilização da rolha de cortiça na fermentação do vinho em garrafa. Este projeto já levou ao aumento do uso da rolha de cortiça com este propósito e tem permitido uma aproximação a clientes de elevada reputação, que pretendem dar aos seus vinhos os fatores diferenciadores conferidos pela cortiça.

A inovação ao nível dos processos produtivos tem sido uma constante da UN Rolhas nos últimos anos, não tendo sido o ano de 2017 exceção, tendo sido implementados novos equipamentos para:

- aplanar pranchas de cortiça;
- fazer rabaneação automática;
- brocar pranchas de forma otimizada;
- fazer a marcação de rolhas quer a tinta quer a laser de forma inovadora;
- novos sistemas de inspeção eletrónica das rolhas marcadas e de rolhas técnicas com cadências otimizadas;
- novos processos para embalar rolhas e granulados e para despaletizar rolhas;
- melhoria dos equipamentos de tratamento de superfície das rolhas;
- máquinas completamente inovadoras para capsular.

É ainda de destacar, pela abrangência do projeto, o que otimiza a recolha dos dados dos equipamentos de produção de forma a melhorar a otimização dos mesmos.

Todos estes projetos, uns terminados e outros em execução, têm em vista o aumento da qualidade do produto final e o aumento da produtividade da UN.

A inovação tem sido também uma constante da unidade de rolhas capsuladas, onde todos os anos tem havido um aumento do número de projetos para novas soluções de capsulagem das diferentes bebidas espirituosas, destacando-se em 2017 edições limitadas para *whiskies* na Escócia e Irlanda, *bourbon* nos Estados Unidos, *vodka* na Austrália, *tequila* no México e *rum* na Venezuela. Este crescimento significativo no número de projetos obrigou à implementação de um sistema de gestão de projetos que permite uma muito mais eficiente comunicação, gestão e validação de cada um dos projetos em desenvolvimento.

4.3. Revestimentos

Em 2017 a UN Revestimentos lançou novas coleções de visuais nas gamas CorkComfort, Dekwall e Hydrocork PressFit.

Na gama Corkcomfort foram lançadas duas coleções: a coleção FUSION, composta por oito visuais, sob o lema *texture your space*. A essência desta coleção está na combinação de texturas de pedra e madeira com visual cortiça. A superfície de cortiça foi alterada recorrendo a processos de prensagem com pratos gravados com diferentes motivos, e posteriormente pintada de forma a permitir a obtenção de diferentes tons na superfície; e a coleção Vintage Stones, composta por seis visuais, sob o lema *Recreate the past as you see it in the present*, cuja superfície é uma combinação de visual cortiça com visual pedras: *Limestone*, *Concrete* e *Chabby Chic*. É uma coleção alinhada com o desejo do consumidor de trazer um toque de individualidade ao seu mundo. Foram utilizados visuais de cortiça alterados recorrendo à impressão digital.

Na gama Dekwall, utilizando a mesma técnica de prensagem e pintura que se utilizou na coleção FUSION, foi lançada a coleção BRICK, composta por seis visuais, sob o lema *Industrial Touch*, um toque industrial inspirado pela Nova York dos anos 50 e 60 do século passado, onde o tijolo exposto era misturado com reboco, mostrando tubos e objetos metálicos.

A solução técnica Hydrocork PressFit foi revista com introdução de novas dimensões que permitem instalações com o padrão espinha de peixe - Herringbone - muito procurado para áreas comerciais. Foram ainda introduzidos visuais pedra na dimensão de 615x295mm.

Em termos industriais, foi terminada a instalação da nova prensa de aglomeração que permitirá à UN Revestimentos a produção interna do *core* do atual Hydrocork PressFit, assim como a produção dos aglomerados-base para a nova geração de produtos em desenvolvimento. Foi também concluída a instalação da nova linha de impressão digital, que permitirá a utilização de ficheiros com uma resolução até 1000 dpi e, assim, reforçar a oferta de visuais ainda mais realistas na gama Artcomfort.

Continuou-se o desenvolvimento do projeto SUBERTECH que tem como objetivo o desenvolvimento de um aglomerado de cortiça resistente à água, 100% isento de PVC, emissões reduzidas, possível de ser maquinado, com desempenho acústico e térmico superior a qualquer HDF, WPC ou PVC maciço.

Foi iniciado o desenvolvimento de uma nova coleção de visuais com impressão digital para a gama Artcomfort, alinhada com as tendências do mercado, utilizando a possibilidade que a nova linha de impressão digital trouxe de imprimir o biselado e com uma resolução muito superior.

4.4. Aglomerados Compósitos

A UN Aglomerados Compósitos tem na inovação um dos seus principais pilares em virtude da sua missão se centrar no desenvolvimento de novos produtos e novas aplicações para melhor valorizar a cortiça.

Em 2017 a UN continuou a implementação e sistematização de processos iniciada no ano anterior, com especial destaque para o modelo informatizado e centralizado de gestão de projetos, mas também com o desenvolvimento de um *roadmap* de inovação para o próximo triénio, alinhado com os pilares de crescimento da UN.

Foi, também, a equipa de I&D foi reajustada e reforçada de modo a responder mais eficazmente quer ao nível dos projetos de inovação, quer ao apoio necessário às áreas comerciais e de produção.

Finalmente, destaca-se ainda o *kick-off* do projeto relativo à instalação de uma unidade piloto para a inovação, denominada *i.cork factory*, cuja missão passará por explorar novas tecnologias para a composição de cortiça com diferentes materiais e sob diferentes formatos, mais complexos, mas também com um nível superior de *performance*. A curto prazo a UN continuará a apostar em projetos com uma vertente importante de economia circular, nomeadamente na reutilização e reciclagem de subprodutos.

Em termos dos três diferentes *clusters* em que a empresa atua, destacam-se os seguintes projetos que configuram o empenho da UN na valorização da cortiça e ampliação do portefólio de materiais e aplicações:

Construção:

- Lançamento de um novo *underlayment* para pavimentos LVT com um nível de isolamento acústico >21 decibéis (Db), o que o posiciona como um dos melhores no mercado;
- Continuação do desenvolvimento de um *core* para pisos laminados 100% *waterproof* e sem PVC, o que representa uma inovação no setor, muito procurada pelos principais *players* deste mercado;

- Início do desenvolvimento de dois *cores* para pavimentos laminados, à base de PVC, visando áreas de negócio ainda não cobertas pela gama atual de produtos;
- Desenvolvimento de uma nova gama de *underscreeds* de elevado desempenho acústico e mecânico, com base em materiais provenientes da economia circular;
- Desenvolvimento de três novos materiais antivibráticos para elevadas cargas utilizados como elementos de desacoplamento em sistemas de construção.

Retalho:

- Desenvolvimento de novos materiais para *underlayment* para o setor do *do-it-yourself*.

Indústria:

- Desenvolvimento e lançamento de um novo material para *decking* primário de navios de grande porte, obedecendo a todas as certificações da International Maritime Organization (IMO) para a aplicação;
- Desenvolvimento de materiais para aplicação em *deck* final e que possam responder à escassez e custo elevado dos materiais atuais no mercado;
- Desenvolvimento e lançamento de um sistema de proteção térmica de depósitos de combustível poliméricos para a indústria automóvel;
- Desenvolvimento de novos materiais com base em cortiça, EVA e poliuretanos para o segmento do *footwear*, com base em princípios de leveza, termoconformação e compressibilidade.

4.5. Isolamentos

Em 2017 deu-se continuidade aos ciclos de desenvolvimento iniciados no ano anterior, relativos a projetos de I&D em consórcio, procurando manter o ritmo desta atividade na UN. Destes, são de destacar:

- O projeto **Coberturas Verdes**, que pretende conceber coberturas verdes e fachadas vivas (GRLF - Green Roofs and Living Façades) construídas com sistemas totalmente estruturados em aglomerado de cortiça expandida, um produto totalmente natural e amigo do ambiente;
- O projeto **Slimframe PV & Cork Skin**, com o objetivo de oferecer um sistema de fachada com características de isolamento e de aproveitamento de energia solar, o consórcio propõe-se a desenvolver uma solução que incorpore a utilização de isolamento em aglomerado de cortiça expandida em conjunto com vidro;
- O início do projeto **mcRICE**, centrado no desenvolvimento de compósitos multifuncionais sustentáveis produzidos a partir de casca de arroz e integrando cortiça, com o objetivo final de desenvolver produtos com elevado desempenho dinâmico, térmico e acústico.

Estes projetos enquadram-se na estratégia de desenvolvimento e inovação para a cortiça, através da criação de novas aplicações de valor acrescentado para a matéria-prima cortiça.

5. AMORIM CORK VENTURES

A atividade da Amorim Cork Ventures em 2017 incidiu sobretudo no desenvolvimento das *startups* em que participa.

Em 2017 foram lançadas três *startups* que neste ano realizaram as suas primeiras vendas:

- A TD CORK - Tapetes Decorativos com Cortiça, Lda.: empresa responsável pela conceção, produção e comercialização dos Sugo Cork Rugs® (www.sugocorkrugs.com) - a primeira marca de tapetes de cortiça, concebidos segundo métodos tradicionais de tecelagem, em que a inovação incide na solução de cortiça desenvolvida para ser trabalhada nos teares, a qual deu origem a um pedido de patente internacional. Após o lançamento, em janeiro de 2017, seguiu-se a prospeção comercial focada sobretudo nos profissionais de decoração de interiores e, com vista à sua internacionalização, os Sugo Cork Rugs marcaram presença em importantes certames do sector (na Ásia e Norte da Europa);
- Grōwancork - Estruturas Isoladas com Cortiça, Lda.: depois de uma vasta pesquisa de mercado, a cortiça apresentou-se como o melhor material para aplicar em chassis da refrigeração comercial. A solução desenvolvida pela empresa (EIC - Easy Insulation Cork) compreende um chassi em aglomerado de cortiça

expandida, revestido com chapas metálicas, que pode ser aplicado em equipamentos de refrigeração como alternativa ecológica e competitiva aos atuais injetados com poliuretano. A iniciativa foi anunciada em julho de 2017, com lançamento do website da empresa (www.growancork.com). A conclusão do investimento na linha de produção dotou a empresa de capacidade industrial para satisfazer o mercado-alvo da refrigeração comercial, ou seja, os fabricantes de vitrinas expositoras refrigeradas e aquecidas, murais e semi-murais, expositores refrigerados e aquecidos, centrais de refrigeração e ventilação, com forte incidência no canal HORECA, médias e grandes superfícies de distribuição alimentar.

- PrimaLynx - Sustainable Solutions, Lda.: Empresa anunciada no último mês de 2017, com o seu produto YogurtNest - uma iogurteira ecológica e multifunções, produzida em Portugal com materiais sustentáveis, como a cortiça e algodão. Com o YogurtNest, milhares de embalagens de plástico serão poupadas e fazer iogurte - com leite, leite sem lactose ou bebidas vegetais - torna-se uma tarefa rápida, tendo associada uma poupança significativa face às iogurteiras convencionais. O YogurtNest teve em 2017 como principal canal de vendas a sua loja on-line (www.yogurtnest.com) e comporta em si o desafio de comunicar um novo conceito e uma nova forma (mais saudável e amiga do ambiente) de produzir e consumir iogurte. Com uma comunicação e ação comercial dirigida sobretudo ao consumidor final, o ano de arranque caracterizou-se por uma boa receptividade do mercado português. A consolidação deste mercado e a internacionalização será o próximo desafio

Já no que diz respeito à Ecochic Portuguesas, a primeira *startup* a ser lançada pela Amorim Cork Ventures com a marca de chinelos *flip-flop* ASPORTUGUESAS, o ano fica marcado pela entrada, em maio de 2017, de um novo investidor - o Grupo Kyaia, detentor da marca Fly London, que lidera o sector do calçado português. A entrada deste novo sócio será de grande importância para o crescimento internacional da marca pelo *know-how* acrescido que o Grupo Kyaia aportará em matéria de produção, logística e rede de distribuição dos *flip-flops* ASPORTUGUESAS.

O ano fica também marcado pelo desenvolvimento da primeira coleção de Outono/Inverno (2018/19) d'ASPORTUGUESAS, que assim alarga o seu portefólio para um conceito de *ecofriendly footwear* disponível para todas as estações do ano, não se cingindo apenas período Primavera/Verão. A apresentação da coleção realizou-se já em 2018 numa das mais importantes feiras do sector, a Micam, tendo-se registado o *feedback* positivo do mercado.

6. ABORDAGEM À SUSTENTABILIDADE

Desenvolvimento sustentável

A Corticeira Amorim desenvolve a sua atividade com base na cortiça - uma matéria-prima 100% natural, extraída ciclicamente das árvores sem as danificar. A cortiça promove a sustentabilidade económica e social de zonas em risco de desertificação, favorecendo ainda a preservação do montado de sobro - um dos *hotspots* mundiais de biodiversidade, que presta inúmeros benefícios ambientais: seja na retenção de CO₂, em termos de proteção contra os incêndios, enquanto regulador do ciclo hidrológico dos solos ou evitando a sua erosão.

Pegada de carbono negativa

O sobreiro contribui largamente para o sequestro biológico de CO₂, utilizando as suas raízes, folhas, tronco e casca (cortiça) para o armazenar ao longo de toda a sua vida, que pode ultrapassar os 200 anos. Os produtos de cortiça mantêm esta capacidade de armazenamento ao longo de todo o seu ciclo de vida. A cortiça representa, por isso, um contributo importante na redução da pegada de carbono de produtos finais.

A Corticeira Amorim promoveu um estudo visando o cálculo e a verificação independente da sua pegada de carbono onde se concluiu que, considerando o efeito de sumidouro do montado de sobro, viabilizado pela extração da cortiça e pela indústria da cortiça, a atividade da empresa resulta um sequestro anual de carbono que supera em mais de 15 vezes as emissões de gases de efeito de estufa de toda a cadeia de valor.

Economia Circular

Em sintonia com uma forte motivação ambiental, a Corticeira Amorim procura constantemente otimizar o consumo de todos os materiais utilizados na produção, retirando daí as vantagens a nível ambiental e económico. No que diz respeito à matéria-prima cortiça tem implementado um processo produtivo integrado, através do qual assegura a reutilização de todos os subprodutos resultantes da transformação da cortiça. Tudo o que não pode ser reutilizado é reciclado, dando uma nova dimensão à velha máxima de Lavoisier uma vez que nada se perde, tudo regressa ao processo produtivo e se transforma. Na verdade, este conceito que atualmente está na base da Economia Circular

remonta, na Corticeira Amorim, a 1963, ano em que se criou uma empresa com o objetivo de valorizar os subprodutos da produção de rolhas de cortiça, que até então eram apenas residualmente aproveitados.

Assim, graças a uma contínua aposta em investigação, desenvolvimento e inovação, a Corticeira Amorim disponibiliza produtos de elevado valor acrescentado utilizados em indústrias tão diversas - e exigentes - como a aeroespacial, a construção, o design de interiores e de moda, assim como vinhos & espirituosos, que mantêm as características únicas e intrínsecas à cortiça.

Até os granulados mais pequenos são usados como uma importante fonte de energia. Atualmente, a principal fonte de energia da Corticeira Amorim, sobretudo nos processos produtivos, advém do pó de cortiça e de outras biomassas.

Sendo a cortiça um material que promove sinergias com outros materiais e subprodutos, além do aproveitamento total da cortiça, e sempre que é viável, opta pela utilização de materiais reciclados de outras indústrias poupando recursos naturais existentes no planeta e reduzindo os problemas associados à sua eliminação.

A empresa apoia também várias iniciativas para recolha e reciclagem da cortiça nos quatro continentes e, apesar de nenhuma árvore ser cortada durante todo o processo produtivo, alguns desses programas, particularmente o programa Green Cork em Portugal, revertem a favor da reflorestação de áreas em risco com árvores autóctones, em particular, sobreiros. No ano de 2017, foram recicladas nas unidades industriais da Empresa certificadas para o efeito, 342 toneladas de cortiça.

Serviços dos Ecossistemas

Embora não seja detentora de floresta, a Corticeira Amorim reconhece a gestão sustentável do montado de sobro como uma prioridade estratégica. Neste âmbito, procura sensibilizar os proprietários agroflorestais para a conservação dos montados de sobro e para a adoção de boas práticas que melhorem os serviços fundamentais que os ecossistemas prestam a toda a população, seja ao nível da retenção de carbono, da formação de solo, da regulação do ciclo da água ou da proteção da biodiversidade, estimulando as boas práticas agrícolas e florestais.

Foi, também, pioneira na obtenção dos primeiros certificados do Forest Stewardship Council (FSC®) de cadeia de custódia na indústria da cortiça. No final de 2017, a Corticeira Amorim tinha 31 estabelecimentos (industriais e/ou de distribuição) cuja cadeia de custódia estava já certificada de acordo com esta importante norma internacional.

Sistemas de Gestão

A Corticeira Amorim mantém a ênfase no alinhamento de diferentes subsistemas de gestão promotores de eficiência e a sua integração nas perspetivas estratégicas do *balanced scorecard* como importante garante do desenvolvimento sustentado da sociedade. Para garantir uma gestão efetiva dos aspetos ambientais e sociais, orientada para a concretização dos objetivos estratégicos, as empresas do Grupo implementaram as políticas e os sistemas de gestão mais adequados aos riscos não financeiros que as suas atividades integram ou às oportunidades emergentes nos mercados em que operam.

O ano de 2017 destaca-se pela consolidação deste importante alinhamento, com a renovação de certificações de diferentes subsistemas de gestão, nas diferentes empresas, nomeadamente:

- Na UN Rolhas: o SYSTECODE (Sistema de Acreditação das Empresas mediante o Código Internacional das Práticas Rolheiras, a ISO 50001 (relativo ao sistema de gestão da energia) e os diversos sistemas de gestão de segurança alimentar como a ISO 22000, FSSC 22000, HACCP, IFS Standard PAC Secure, IFS Broker e BRC;
- Na UN Aglomerados Compósitos: o PEFC (Programme for the Endorsement of Forest Certification) e OHSAS ISO 18001 (sistema de Gestão de Segurança e Higiene no Trabalho);
- Em diferentes UN do Grupo: a ISO 9001 (sistema de Gestão da Qualidade), ISO 14001 (sistema de Gestão Ambiental) e FSC (Forest Stewardship Council).

Apresenta-se de seguida um quadro resumo com esses sistemas de gestão, que não dispensa a consulta dos respetivos certificados.

Empresa (País)	Práticas Rolheiras			Qualidade	Ambiente	Energia	Segurança Alimentar					Produtos Florestais Cadeia de Custódia		Segurança e Higiene no Trabalho	
	SYSTECODE			ISO9001	ISO14001	ISO60001	ISO 22000	FSSC 22000	HACCP	IFS Standard	IFS Broker	BRC	FSC	PEFC	OHSAS ISO 18001
	Base	Premium	Excellence							PAC					
UN Matérias-Primas															
Amorim Florestal (Portugal)		x10		x13	x5								x10		
Augusta Cork (Espanha)		x													
Amorim Florestal España (Espanha)		x13											x11		
Comatral (Marrocos)		x													
Amorim Tunisie (Tunisia)		x													
UN Rolhas															
Amorim & Irmãos (Portugal)		x1	x2	X1	x6	x7	x8	x6	x14				x12		
Amorim Top Series (Portugal)		x	x	x	x13	x	x						x		
Francisco Oller (Espanha)		x		x	x		x						x		
Corchos de Argentina (Argentina)				x											
Amorim Australasia (Austrália)									x						
Korken Schiesser (Áustria)									x			x14			
Amorim Cork América (EUA)									x				x		
Portocork América (EUA)									x14				x		
Amorim Cork Deutschland (Alemanha)				x					x				x		
Amorim Cork Italia (Itália)		x	x	x								x	x		
Amorim Cork South Africa (África do Sul)												x	x		
Amorim France (França)		x	x	x3			x		x				x		
Amorim Top Series France (França)			x	x					x						
Portocork France (França)													x		
Portocork Itália (Itália)											x	x	x		
Hungarokork Amorim (Hungria)				x											
Industria Corchera (Chile)										x13					
Victor & Amorim (Espanha)								x13					x		
UN Revestimentos															
Amorim Revestimentos (Portugal)				x									x		
Amorim Revestimentos (Alemanha)													x		
Amorim Benelux (Holanda)													x		
Amorim Deutschland (Alemanha)													x		
Domkorkowy (Polónia)															
UN Aglomerados Compósitos															
Amorim Cork Composites (Portugal)	x			x	x								x	x	x
Amorim Cork Composites (EUA)				x											
Corticeira Amorim France (França)													x	x	
Amorim Compork (Portugal)													x	x	
UN Isolamentos															
Amorim Isolamentos (Portugal)				x4									x9		

UI - Unidades Industriais;

1) UI-Lamas, UI-Amorim Distribuição, UI-De Sousa, UI-Portocork, UI-Champcork, UI-Equipar, UI-VL; 2) UI-Amorim Distribuição, UI-Portocork, UI-Champcork, UI-Equipar; 3) UI-Eysines; 4) UI-Mozelos, UI-Silves; 5) UI-Coruche; 6) UI-Amorim Distribuição; 7) UI-Lamas, UI-Champcork, UI-De Sousa, UI-Equipar; 8) UI-De Sousa, UI-Equipar, UI-Champcork, UI-Portocork; 9) UI-Mozelos, UI-Vendas Novas; 10) UI-Ponte Sôr, UI-Coruche, UI-Salteiros; 11) UI-S V Alcantara; 12) UI-Lamas, UI-Amorim Distribuição, UI-Champcork, UI-Portocork, UI-De Sousa, UI-Equipar;

(13) - Em progresso; (14) - Prática assegurada

7. RECURSOS HUMANOS

Nas empresas da Corticeira Amorim o ano 2017 foi, mais uma vez, dominado pela conjuntura de crescimento orgânico e por aquisições, nomeadamente em termos de atividade produtiva. À semelhança de anos anteriores, mas ainda com maior intensidade, a necessidade de suportar as operações no que se refere à dotação dos recursos adequados obrigou a um foco muito específico nas atividades ligadas à gestão e adequação de efetivo, em particular nas áreas de recrutamento e de desenvolvimento de competências.

7.1. Indicadores Gerais de Recursos Humanos

Efetivo:

A Corticeira Amorim terminou o ano 2017 com 4248 colaboradores, mas contou com um efetivo médio de 4202 pessoas, tendo-se registado um número recorde superior a 450 admissões ao longo do ano e perto de 330 demissões. O efetivo nas empresas localizadas no estrangeiro manteve-se relativamente estável (efetivo no final de ano de 1167 colaboradores com efetivo médio 1180). A maior variação neste domínio verificou-se nas empresas localizadas em Portugal cujo efetivo, no seu conjunto, se cifrou no final do ano em 3081 e, em termos médios, em 3022.

Em Portugal, a idade média dos colaboradores é de 44 anos (43,7) e cerca de 25% são do género feminino e 75% masculino. Cerca de 45% dos colaboradores têm habilitações académicas equivalentes ao ensino secundário completo (26%) ou ao ensino superior (18%). Cerca de 56% têm habilitações equivalentes ao 3º ciclo de ensino básico (21%) ou inferior (35%).

Absentismo:

Um ano caracterizado por um nível de absentismo próximo dos 4% (4,2%), subindo ligeiramente face ao valor registado em 2016. As baixas médicas continuam a representar quase 70% das causas de absentismo (de longa duração:37%), sendo que a parentalidade e a sinistralidade representam cerca de 10% cada.

Sinistralidade:

Os indicadores mantêm-se estáveis relativamente a anos anteriores. Num ano de intensa atividade industrial, não se conseguiu diminuir quer o índice de frequência, quer o índice de gravidade geral na Corticeira Amorim. Esta será uma área de intervenção prioritária da Corticeira Amorim para o triénio 2018-2020 com um objetivo de redução do número de acidentes em mais de 50%.

7.2. Competências

O esforço ao nível do desenvolvimento de competências e de qualificações prosseguiu.

De assinalar o retomar do programa interno de Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências (RVCC) com realização conjunta a todas as Unidades de Negócio. Conta com o envolvimento de cerca de quatro dezenas de colaboradores, com vista à certificação do 3º ciclo do Ensino Básico ou do Ensino Secundário.

O esforço de formação global consubstanciou-se num volume de cerca de 45 000 horas. De destacar, como grandes contribuidores, a Escola de Melhoria Contínua da UN Rolhas (Programa Cork+) e o Programa RIO UN Aglomerados Compósitos (iniciado em 2017), ambos vocacionados para a área industrial, mais concretamente para a implementação de práticas de melhoria contínua nas áreas de operações industriais e logística.

Não menos importante foi a prossecução dos projetos formativos ao nível das áreas comerciais. De destacar a realização de um módulo de formação multimédia (*e-learning*) - o primeiro de uma serie de quatro - pela UN Aglomerados Compósitos, destinado principalmente à força de vendas e que, pela primeira vez, permite a realização de um mesmo programa em simultâneo em todas as empresas e em todos os locais do mundo.

De destacar também o projeto de constituição de um Centro para o Desenvolvimento do Conhecimento e das Competências, que permitirá a realização sistemática de programas de formação/ação “bandeira” do grupo, destinado a colaboradores de todas as empresas. Estes programas serão realizados essencialmente ao nível do acolhimento de jovens quadros, do conhecimento do negócio e da matéria prima-cortiça e também sobre áreas de gestão. Em 2017 inaugurou-se a atividade desta academia, com a realização da primeira edição do Programa *Knowledge for Growth*, um programa de gestão geral que contou com a colaboração da Católica Porto Business School, destinado a quadros médios e segundas linhas de direção.

7.3. Comunicação Interna

Tal como em anos transatos, a comunicação interna foi uma área de intervenção prioritária. Nos diversos segmentos de colaboradores (comerciais, operações, funções de suporte) e nos diferentes níveis hierárquicos procurou-se através de campanhas, de reuniões de projeto e de atividades de alinhamento diversas, manter o nível de informação, o alinhamento e o envolvimento desejável para garantir o compromisso dos colaboradores quer com a rotina diária de trabalho, quer com os projetos mais emblemáticos e com os objetivos de futuro e de sucesso das empresas.

8. PERFORMANCE BOLSISTA

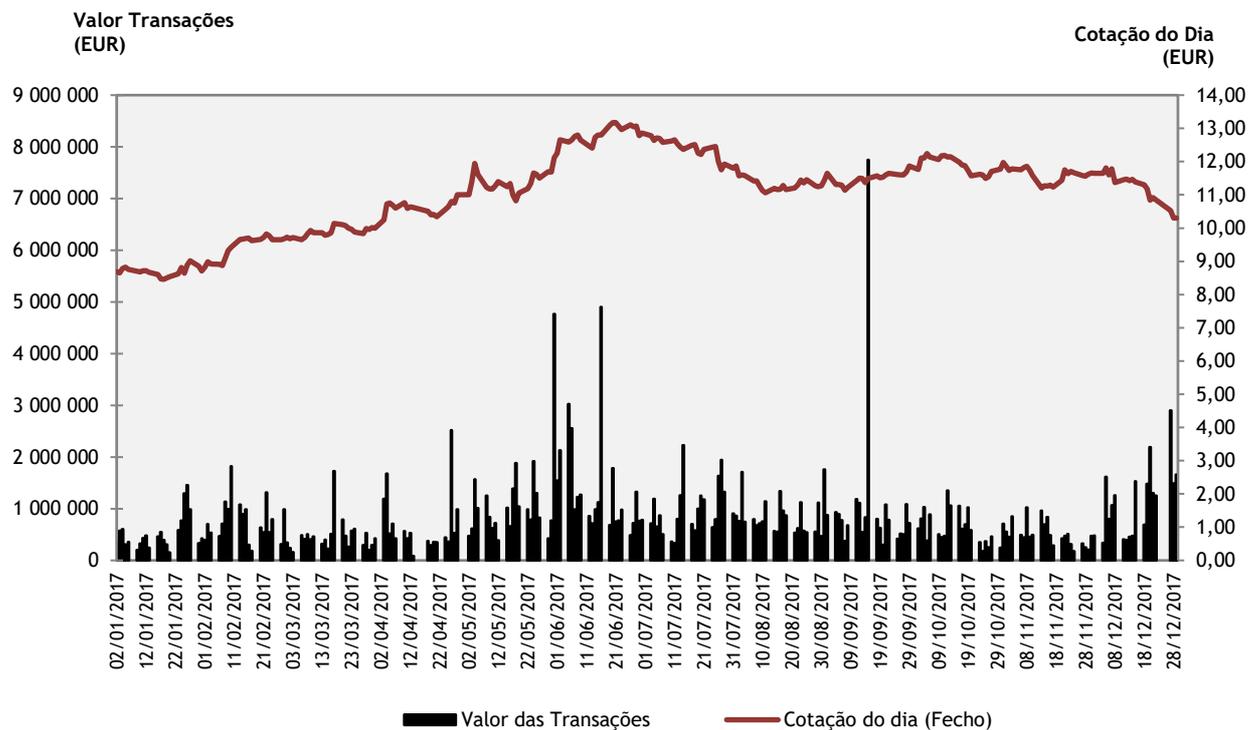
Atualmente, o capital social da Corticeira Amorim cifra-se em 133 M€, representado por 133 milhões de ações ordinárias de valor nominal de 1 euro, que conferem direito a dividendos. A admissão das ações da sociedade (então denominada Corticeira Amorim, S.A.) à cotação na BVLP - Bolsa de Valores de Lisboa e Porto ocorreu em 18 de abril de 1988, integrando o sistema de negociação contínuo nacional desde 11 de dezembro de 1991.

Nos termos e para os efeitos da Lei n.º 15/2017, de 3 de maio, e do Decreto-Lei n.º 123/2017, de 25 de setembro, o Conselho de Administração da Corticeira Amorim deliberou a conversão das ações ao portador representativas do capital da sociedade (código ISIN: PTCOR0AE0006) em ações nominativas; a respetiva conversão no sistema centralizado de negociação ocorreu em 26 de outubro.

No final do ano em apreço, a cotação das ações da Corticeira Amorim atingia os 10,30 euros, o que representa uma valorização de 21,18% face ao fecho de 2016. Foram transacionadas em bolsa cerca de 19,3 milhões de ações (+78,5% do que em 2016) em quase 90 mil negócios (+150,5% que em 2016) que ascenderam, no seu conjunto, a aproximadamente 217 M€ (+348,8% que em 2016).

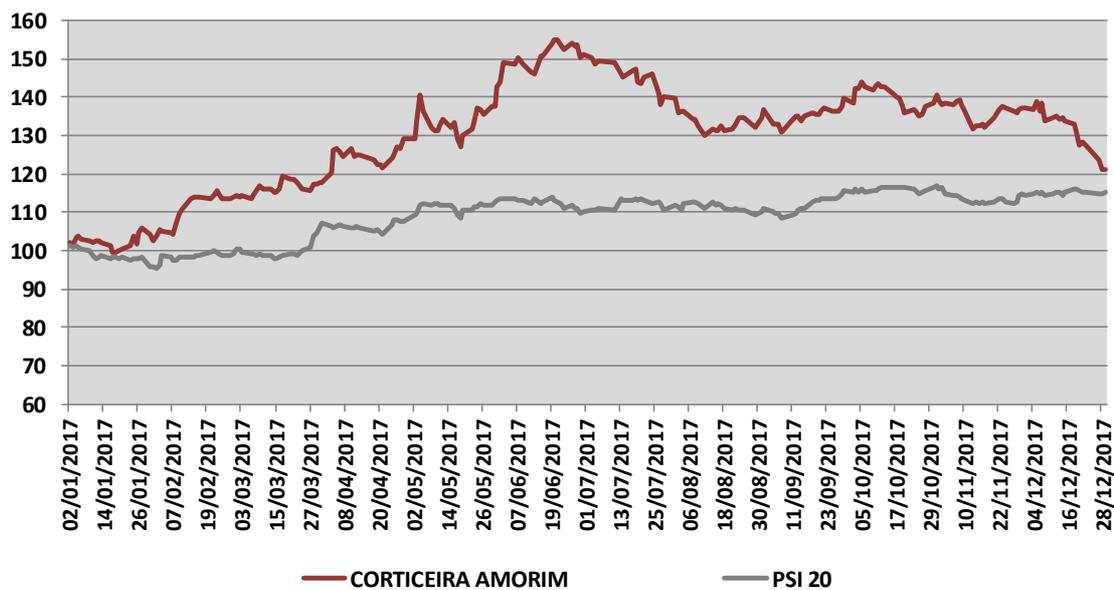
Em 2017, a cotação média de transação foi de 11,067 euros por ação (7,30 euros em 2016); a máxima atingida foi de 13,30 euros por ação, e registou-se no dia 22 de dezembro; a mínima foi de 8,18 euros e ocorreu em 17 de janeiro; a amplitude percentual cifrou-se em 62,59%.

Os gráficos abaixo ilustram a performance bolsista da Corticeira Amorim:



Fonte: Euronext

CORTICEIRA AMORIM versus PSI20



Fonte: Euronext

Evolução de indicadores bolsistas:

	2013	2014	2015	2016	2017
Quantidades de ações Transacionadas	2 184 858	3 481 685	12 693 424*	10 801 324	19 290 907
Cotações (€):					
Máxima	2,40	3,65	6,29	9,899	13,300
Média	2,04	2,85	4,34	7,303	11,067
Mínima	1,56	2,20	2,99	5,200	8,180
De fecho do ano	2,21	3,02	5,948	8,500	10,300
Frequência Negocial	89,3%	96,1%	98,8%	100%	100%
Capitalização bolsista no fecho do ano (milhões €)	293,93	401,66	791,08	1 130,50	1 369,90

Fonte: Euronext

*inclui 7 399 262 ações transacionadas em execução de ABB.

Principais anúncios da Corticeira Amorim em 2017:

22 de fevereiro: Resultados consolidados da atividade desenvolvida no exercício de 2016

Vendas da Corticeira Amorim aumentam 6% para os 641 M€, destacando-se:

- EBITDA aumenta 22% para os 122 M€;
- Alienação da US Floors com ganho líquido de 30 M€;
- Resultado líquido sem efeito da alienação da US Floors atinge os 73 M€, mais 32% que em 2015.

7 de abril: Anúncio do pagamento de um dividendo bruto de 0,18 € por ação

15 de maio: Resultados consolidados na atividade desenvolvida no primeiro trimestre de 2017

Lucros trimestrais crescem 23,7% para 17,2 M€, destacando-se:

- Aumento de vendas de 9,6% nos primeiros três meses do ano, ultrapassando os 170 M€;
- EBITDA atinge 33,6 M€, o que representa um crescimento de 22%.

19 de julho: Anúncio de acordo com vista à aquisição da sociedade ETABLISSEMENTS CHRISTIAN BOURRASSÉ, detentora do capital da sociedade SOCORI - SOCIEDADE DE CORTIÇAS DE RIOMEÃO, S.A. e da sociedade CORPACK BOURRASSÉ S.A.

2 de agosto: Resultados consolidados da atividade desenvolvida no primeiro semestre de 2017

Vendas da Corticeira Amorim aumentam 6,2% no primeiro semestre, atingindo os 355 M€, destacando-se:

- EBITDA supera os 70 M€, um crescimento de 7,2%;
- Lucros no semestre aumentam 7,4% e atingem os 37,7 M€.

11 de setembro: Anúncio de acordo para a aquisição da sociedade S.A.S. SODILIÈGE

20 de outubro: Anúncio do processo de conversão das ações ao portador representativas do capital social da sociedade (código ISIN: PTCOR0AE0006) em ações nominativas

7 de novembro: Resultados consolidados da atividade desenvolvida no terceiro trimestre de 2017

As vendas da Corticeira Amorim continuam a aumentar impulsionadas pela área de Rolhas, destacando-se:

- Vendas consolidadas atingem os 531 M€, um aumento de 8,3%;
- Sem o efeito Bourrassé, o aumento das vendas ascenderia a 5,6%;
- EBITDA atinge os 105 M€, um crescimento de 10,4%;
- Resultado Líquido nos primeiros nove meses do ano supera os 56 M€, uma valorização de 2,1%.

29 e novembro: Anúncio do pagamento de um dividendo bruto extraordinário de 0,08€ por ação

9. RESULTADOS CONSOLIDADOS

9.1. Sumário da Atividade

O ano 2017 foi marcado pela aquisição, em julho, do Grupo Bourrassé, cuja inclusão no perímetro de consolidação possibilitaram que as vendas consolidadas ultrapassassem pela primeira vez os 700 M€, uma subida de 9,4% face a 2016. Mesmo excluindo o efeito da consolidação da atividade das empresas adquiridas (Bourrassé e Sodiliège), o aumento das vendas foi de 5,3%. Em menor escala, a Sodiliège contribui com os resultados da sua atividade para o último trimestre do ano.

Em termos cambiais, a desvalorização do USD face ao Euro teve reflexos no último trimestre do ano. Se até setembro o efeito cambial nas vendas foi positivo, no último trimestre essa tendência foi invertida sendo o impacto cambial nas vendas negativo em 1,8 M€ em 2017. A evolução do ZAR e do CLP contrabalançaram a evolução do USD.

Por UN, a variação das vendas não foi uniforme. A UN Rolhas, que consolidou a atividade das sociedades adquiridas, cresceu 12,8%. Sem a consolidação da atividade das sociedades adquiridas o crescimento das vendas da UN foi de 6,7%. A UN Matérias-Primas teve um crescimento em linha com o crescimento orgânico da UN Rolhas. A UN Revestimentos aumentou o ritmo de crescimento das vendas que tinha registado até setembro, terminando o ano com um crescimento de 3,8%. A UN Aglomerados Compósitos registou um decréscimo de vendas de 1,3%, ainda assim conseguindo limitar o ritmo de diminuição das vendas no último trimestre do ano.

O crescimento do EBITDA foi de 9,2%, em linha com o crescimento das vendas, tendo atingido os 133,6 M€.

O rácio EBITDA/Vendas elevou-se aos 19,0%. Este rácio encontra-se praticamente ao mesmo nível do ano anterior (19,1%). Saliente-se que se excluíssemos a atividade das empresas que foram adquiridas, o rácio seria de 19,3%, o que demonstra uma melhoria na performance nas atividades já existentes na Corticeira Amorim.

Apesar do aumento do endividamento do grupo, decorrente da aquisição da Bourrassé e, em menor escala, da Sodiliège, neste exercício ainda se verificou uma melhoria da função financeira decorrente de taxas de juro mais baixas.

Em termos de rubricas não recorrentes, salientam-se os gastos de transação para a aquisição das subsidiárias e os gastos da UN Revestimentos resultantes essencialmente da reestruturação necessária para acomodar o investimento na nova prensa e na subsidiária da Alemanha.

A diminuição da taxa efetiva de imposto sobre o rendimento, face à registada em 2016, deveu-se principalmente ao facto da alienação da US Floors, Inc., que ocorreu em 2016, ter sido realizada por uma subsidiária sediada nos EUA, onde o nível de tributação é mais elevado.

O resultado líquido consolidado da Corticeira Amorim atingiu os 73,0 M€; se se excluísse o efeito líquido da alienação da US Floors, Inc. do resultado de 2016, representaria um aumento de 0,3% relativamente ao ano anterior.

Em virtude da posição financeira bastante positiva, foi possível à Corticeira Amorim reforçar a distribuição de dividendos, cerca de 34,6 M€, valor que correspondeu a 26 cêntimos por ação.

9.2. Perímetro de consolidação

Conforme já referido, a Corticeira Amorim passou a consolidar as atividades da Bourrassé (seis meses) e da Sodiliège (três meses). Desta forma, as demonstrações financeiras referentes ao exercício de 2017 não são diretamente comparáveis com as do exercício de 2016. Os principais impactos destas aquisições estão refletidos nas notas anexas às contas.

9.3. Resultados Consolidados

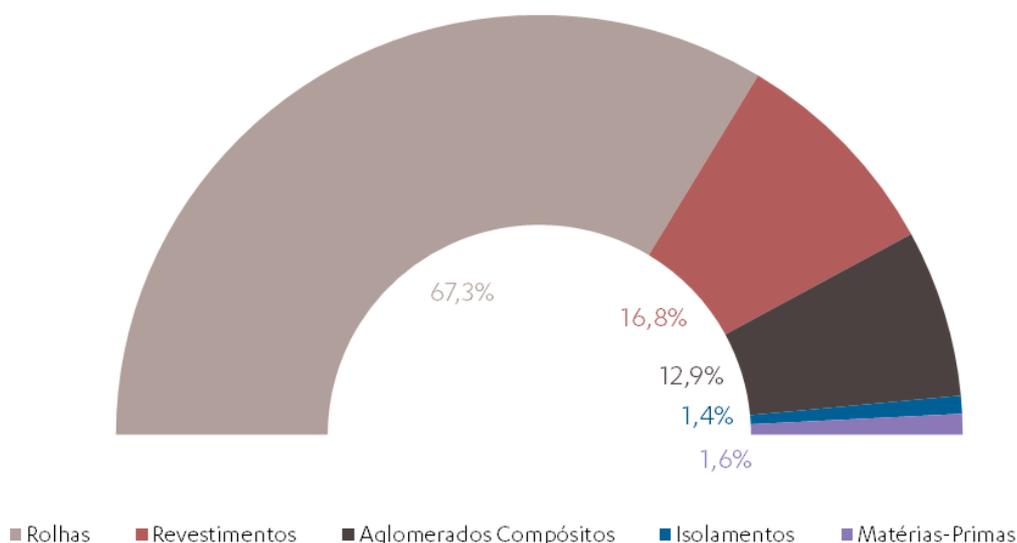
As vendas consolidadas atingiram os 701,6 M€, um valor superior em 9,4% ao registado no exercício de 2016 (641,4 M€). O efeito da variação de perímetro potenciou este aumento que seria de 5,3% caso não tivesse existido tal variação. O efeito cambial em 2017 foi negativo, ascendendo a -1,8 M€, tendo a desvalorização do câmbio do USD face ao Euro pesado de forma significativa nesta evolução. Saliente-se que esta desvalorização teve o impacto mais significativo no último trimestre do ano.

A UN Rolhas, que corresponde a 67,3% do total das vendas, foi o elemento chave para o crescimento das vendas da Corticeira Amorim. Saliente-se também que esta UN consolidada as empresas que foram adquiridas.

Na UN Revestimentos também se registou um crescimento de vendas, com o ritmo de crescimento a aumentar no último trimestre do ano. As UN Aglomerados Compósitos e Isolamentos não conseguiram manter o nível de vendas que registaram no ano anterior.

O peso relativo das vendas de cada UN no total do grupo reflete o aumento do peso da UN Rolhas (fruto das aquisições e do aumento das vendas) e a diminuição do peso da UN Aglomerados Compósitos.

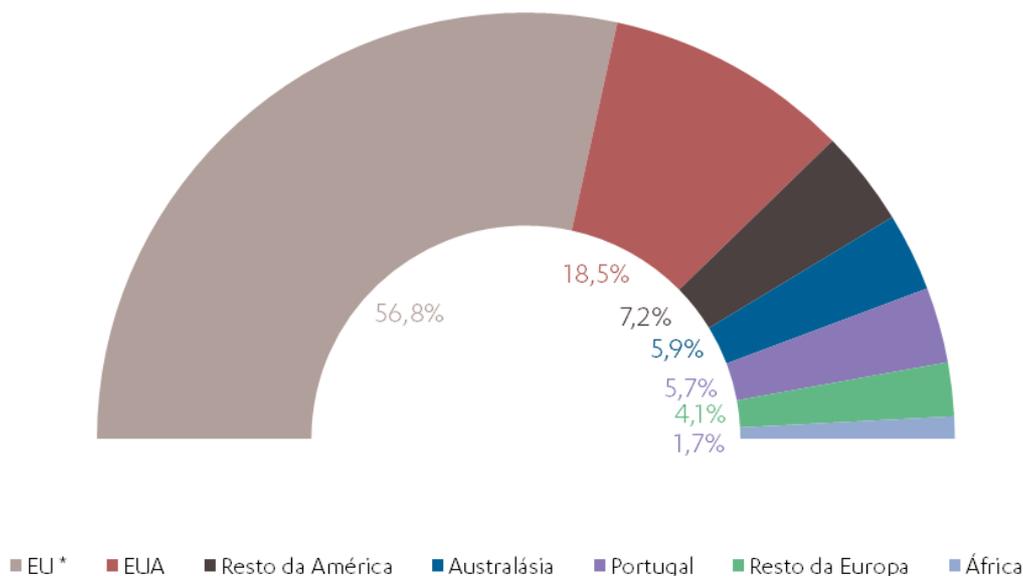
Vendas Consolidadas por Unidade de Negócios:



Não se verificaram alterações significativas dos principais mercados de destino das vendas do grupo. A consolidação da Bourrassé permitiu aumentar o peso do mercado Europeu assistindo-se a um ligeiro decréscimo do peso dos EUA que, mesmo assim, se mantiveram como principal destino das vendas apesar do efeito que a desvalorização cambial teve no valor das vendas.

Nos mercados da Europa há a destacar a evolução favorável das vendas em França (com efeito relevante da integração da Bourrassé), Espanha, Itália, Portugal e Dinamarca.

Vendas Consolidadas por Área Geográfica:



*exclui Portugal; inclui Suíça e Noruega.

A margem bruta (vendas mais variação de produção menos custo das matérias incorporadas) atingiu os 52,9% apresentando um ligeiro decréscimo relativamente ao ano anterior (53,2%). A variação de produção teve um registo positivo de cerca de 4,9 M€, que se se fez sentir essencialmente na UN Rolhas, refletindo alguma reposição de inventários após a otimização e racionalização da gestão de inventários que se efetuou no ano anterior.

Ao nível dos gastos operacionais verifica-se que o ritmo de crescimento dos gastos é superior ao das vendas. Esta situação justifica-se pela variação de perímetro (o peso dos custos operacionais nas vendas é superior nas empresas que foram adquiridas) e ao aumento dos fornecimentos e serviços externos. O aumento de cerca de 6,3 M€ (+5,5%) nos gastos com pessoal, sem variação de perímetro, ocorre num contexto em que o número médio de trabalhadores cresceu cerca de 3,6%. O acréscimo no número de trabalhadores verificou-se essencialmente nas UN Rolhas e Aglomerados Compósitos.

A rubrica de imparidades regista um valor significativo e resulta essencialmente da análise do valor recuperável de alguns projetos de desenvolvimento anteriormente capitalizados e da imparidade de um *site* industrial que se prevê realocar.

Em outros ganhos e gastos operacionais a variação é quase nula (-0,1 M€). Em 2016, o efeito das diferenças cambiais dos ativos a receber e dos passivos a pagar e respetivas coberturas de risco cambial ano passado resultou num ganho de 1,2 M€; em 2017 tal efeito implicou uma perda de 0,2 M€.

O valor do EBITDA corrente situou-se nos 133,6 M€, uma subida de 9,2% face a 2016. O rácio EBITDA/vendas para o exercício de 2016 atingiu os 19,0%, praticamente ao mesmo nível do ano anterior (19,1%). Considerando o mesmo

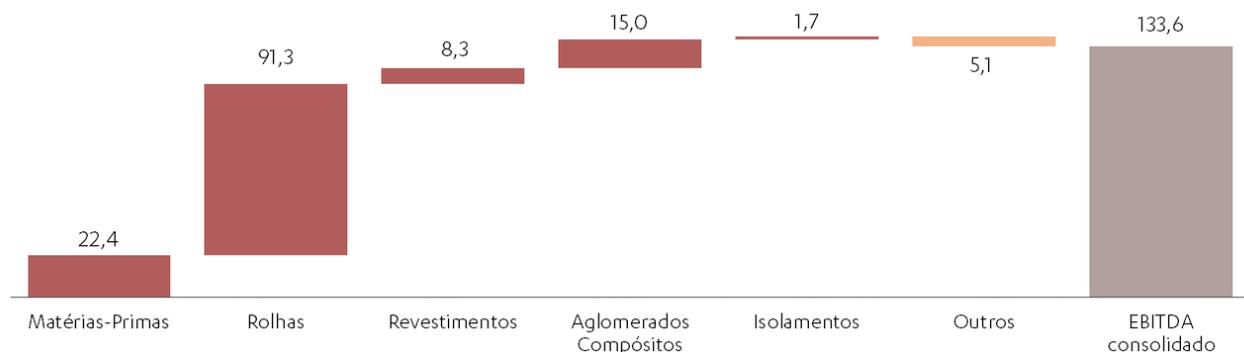
perímetro do ano anterior, o EBITDA foi de 130,5 M€ e o rácio EBITDA/vendas atingiria os 19,3%. A Bourrassé, que tem o impacto mais relevante na variação de perímetro, conforme era expectável, apresentou uma rentabilidade ainda inferior à da Corticeira Amorim.

Conforme divulgado no Relato por Segmentos, nem todos as UN tiveram crescimento do EBITDA no período. Pela positiva destaca-se a UN Rolhas cuja evolução do EBITDA permitiu melhorar a rentabilidade desta UN. As UN Revestimentos e Aglomerados Compósitos, que registaram uma diminuição do EBITDA, estão a tomar as medidas necessárias para reverter esta situação.

EBITDA/Vendas por Unidade de Negócios:

EBITDA/Vendas (%)	2015	2016	2017
Matérias-Primas + Rolhas	19,9%	21,9%	23,3%
Revestimentos	7,4%	10,9%	6,8%
Aglomerados Compósitos	14,6%	17,0%	15,2%
Isolamentos	12,4%	18,9%	15,9%
Consolidado	16,7%	19,1%	19,0%

Contribuição das Unidades de Negócios para o EBITDA consolidado:



(valores em milhões de euros)

O valor do EBIT foi de 104,0 M€, uma subida de 8,3%, em linha com o aumento do EBITDA.

Durante o período foram contabilizados gastos não recorrentes (0,5 M€) resultantes dos custos de transação da Bourrassé e Sodiliège. Adicionalmente, foram contabilizados gastos não recorrentes devido à reestruturação necessária para a preparação da UN Revestimentos para o investimento da nova prensa (2,4 M€).

O endividamento consolidado atingiu os 92,8 M€, sendo o aumento explicado essencialmente pela aquisição da Bourrassé e, em menor escala, da Sodiliège, sendo o custo com as aquisições de aproximadamente 31 M€. De notar que a inclusão destas novas subsidiárias no perímetro de consolidação implicou também a integração nas contas consolidadas da dívida que existia nestas empresas (no valor de 35,4 M€). Também com efeito no aumento do endividamento, o capex cifrou-se em 43,7 M€ (33,6 M€ em 2016). Apesar do aumento do endividamento, foi ainda possível registar uma melhoria da função financeira decorrente de taxas de juro mais baixas.

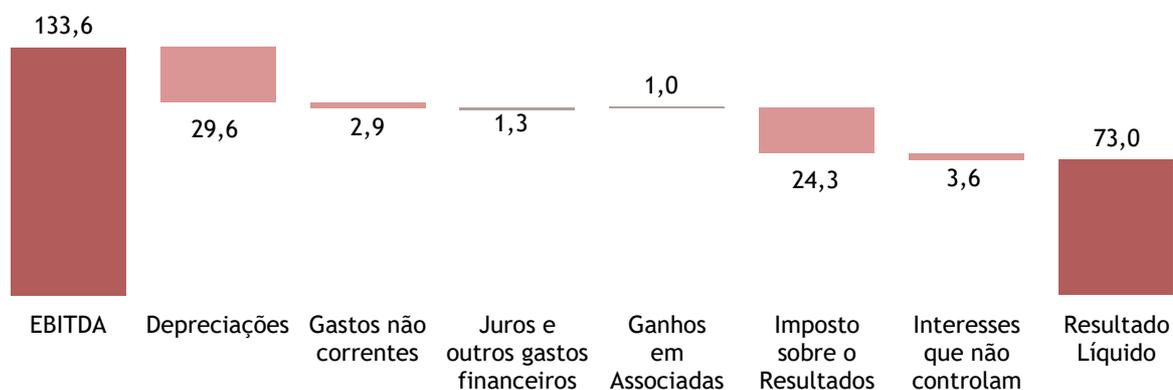
Em termos de ganhos em associadas o valor dos lucros apropriados pela Corticeira Amorim nas empresas em que não detém a maioria do capital social e/ou direitos de voto atingiu os 1,0 M€.

A carga fiscal relativa ao imposto sobre o rendimento de 2016 foi afetada pela alienação da US Floors, Inc., o que implicou um aumento da taxa efetiva de imposto. Em 2017 verificou-se a melhoria da respetiva taxa efetiva. Saliente-se também que não se registaram provisões para novos processos fiscais. De referir que a maioria dos processos fiscais se encontram totalmente provisionados. Os benefícios fiscais foram apurados, como usualmente, no último trimestre. Os principais benefícios reconhecidos são relativos ao SIFIDE - Sistema de Incentivos Fiscais à I&D Empresarial e ao RFAI - Regime Fiscal de Apoio ao Investimento, mantendo a Corticeira Amorim a política de reconhecimento condicionada à realização futura de objetivos.

Após uma estimativa de IRC de 24,3 M€, e da apropriação de 3,6 M€ de resultados para interesses que não controlam, o resultado líquido consolidado 2017 da Corticeira Amorim elevou-se aos 73,0 M€, uma descida de 28,9% face aos 102,7 M€ de 2016. Excluindo o efeito da alienação da US Floors, Inc. do resultado de 2016, registou-se em 2017 um aumento de 0,3% do resultado.

O quarto trimestre apresentou um resultado líquido de 16,7 M€.

Composição do Resultado Líquido:



(valores em milhões de euros)

10. DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DA POSIÇÃO FINANCEIRA

Ao nível da posição financeira é de salientar a variação das rubricas que resultam da alteração de perímetro: essencialmente Bourrassé, mas também da integração da Sodiliège. O total do balanço atingiu os 869,4 M€, uma subida de cerca de 143 M€ relativamente ao apresentado em 2016.

As variações decorrentes da integração da Bourrassé e Sodiliège nas grandes rubricas da demonstração da posição financeira em 31 de dezembro de 2017 foram as seguintes:

<u>Débito -Crédito</u>	<u>M€</u>
Ativo fixo tangível	20,7
Goodwill	9,8
Inventários	42,5
Clientes	12,1
Fornecedores	-4,9
Dívida financeira líquida	-36,0
<u>Passivo financeiro</u>	<u>-19,0</u>

O *goodwill* apresentado representa o valor remanescente que não foi possível identificar no justo valor dos ativos e passivos das empresas adquiridas.

Ao nível do capital próprio, a variação de 33 M€ decorre essencialmente dos resultados do período (73,0 M€), da distribuição de dividendos (34,6 M€) e dos efeitos da consolidação da Bourrassé. Os efeitos da consolidação da Bourrassé no capital próprio decorrem do reconhecimento dos interesses que não controlam relativos aos 40% da Bourrassé (13,1 M€) e da contrapartida do passivo financeiro (19,0 M€) decorrente do acordo para aquisição da participação adicional dos referidos 40%.

Excluindo o efeito da variação de perímetro, as maiores variações das rubricas do ativo foram ao nível dos inventários (+48 M€), em parte devido ao aumento bastante significativo do inventário de matérias-primas decorrente da campanha mais alargada de compra. A subida do ativo fixo tangível de cerca de 9,7 M€ resultou de um valor de CAPEX substancialmente mais elevado do que o valor das depreciações. O aumento de clientes acompanha o aumento das vendas (+13,6 M€). A redução de caixa e equivalente (que totalizam 17 M€ quando no ano anterior o valor era de 51 M€) está fortemente influenciada pelo valor das aplicações existentes no ano anterior resultantes da alinação da associada US Floors, Inc.

No passivo, o aumento (excluindo a variação de perímetro) resulta essencialmente de uma subida de 46,1 M€ em fornecedores (em contrapartida ao aumento de inventários), da subida de 56,9 M€ da dívida remunerada (para fazer face à aquisição da Bourrassé e da Sodiliège) e do registo do passivo financeiro (19,0 M€) do acordo para aquisição da participação adicional dos 40% da Bourrassé (classificado como passivo não corrente em outros empréstimos obtidos e credores diversos).

Em 31 de dezembro, a dívida remunerada líquida atingiu os 92,8 M€. Saliente-se o impacto da aquisição da Bourrassé e da Sodiliège (31,3 M€), da dívida que existia nestas sociedades e que passou a ser consolidada (35,4 M€) e do recebimento de subsídios governamentais (12,0 M€), para evolução da dívida do grupo. Ao nível do fundo de maneiço, excluindo a variação de perímetro, salienta-se o aumento dos inventários (aumento das matérias-primas resultante de uma campanha de compras bastante significativa), aumento do saldo de clientes decorrente do aumento das vendas e o aumento do saldo de fornecedores.

11. PRINCIPAIS INDICADORES CONSOLIDADOS

		2016	2017	Varição	4T16	4T17	Varição
Vendas		641 411	701 609	9,4%	150 554	170 139	13,0%
Margem Bruta – Valor		334 704	373 511	11,6%	78 529	89 079	13,4%
	1)	53,2%	52,9%	-0,34 p.p.	53,8%	51,5%	-2,32 p.p.
Gastos operacionais correntes	2)	238 667	269 516	12,9%	59 877	68 689	14,7%
EBITDA corrente		122 347	133 594	9,2%	26 901	28 242	5,0%
EBITDA/Vendas		19,1%	19,0%	-0,03 p.p.	17,9%	16,6%	-1,27 p.p.
EBIT corrente		96 037	103 995	8,3%	18 652	20 390	9,3%
Gastos não recorrentes	3)	4 353	2 913	-33,1%	623	1 341	-
Resultado líquido	4)	102 703	73 027	-28,9%	47 479	16 664	-64,9%
Resultado por ação		0,772	0,549	-28,9%	0,357	0,125	-64,9%
Dívida remunerada líquida		35 889	92 784	56 895	-	-	-
Dívida remunerada líquida/EBITDA (x)	5)	0,29	0,69	0,40 x	-	-	-
EBITDA/juros líquidos (x)	6)	108,6	135,9	-27,31 x	115,8	75,3	-40,48 x
Autonomia financeira	7)	58,7%	52,9%	-5,83 p.p.	-	-	-

(valores em milhares de euros)

1) Sobre o valor da produção.

2) Incluindo depreciações.

3) Valores referem-se a gastos com a aquisição da Bourrasé e da Sodiliège e a gastos de reestruturação na UN Revestimentos (2017) e a provisão relativa a processos judiciais laborais e alfandegários na Amorim Argentina, gastos a reconhecer relativo a negócios iniciados no exercício anterior e acerto referente a interesses que não controlam (2016).

4) Atribuível aos acionistas.

5) Considerou-se o EBITDA corrente dos 4 últimos trimestres.

6) Juros líquidos incluem o valor dos juros suportados de empréstimos deduzidos dos juros de aplicações (exclui Imposto de Selo e comissões).

7) Capital Próprio/Total de Balanço

12. ATIVIDADE DESENVOLVIDA PELOS MEMBROS NÃO EXECUTIVOS DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA CORTICEIRA AMORIM

Conforme preconizado pelo Código do Governo Societário, referencial de práticas recomendadas pela CMVM em matéria de estrutura e governo societário, informa-se sobre a atividade desenvolvida pelos Administradores não executivos da Corticeira Amorim.

Ao longo de 2017 os membros não executivos do Conselho de Administração participaram regularmente nas reuniões do Conselho de Administração, que, com uma periodicidade mensal, deliberaram e analisaram a evolução de todas as matérias indelegáveis e de todos os assuntos cuja relevância, materialidade e/ou criticidade tornou pertinente a sua inclusão na Agenda de Trabalhos do Conselho.

A organização administrativa das reuniões permitiu a todos os membros do Conselho - executivos e não executivos - uma preparação prévia adequada, fomentando-se a participação ativa de todos os membros no debate, análise e gizar de ações em prol da produtividade das reuniões e da eficiência da Organização. O calendário das reuniões ordinárias do Conselho de Administração foi acordado no final de 2016, para que todos os seus membros pudessem estar presentes. Até ao segundo dia útil anterior à realização de cada reunião, qualquer Administrador, incluindo os não executivos, teve oportunidade de solicitar a inclusão de pontos/assuntos a analisar em Conselho.

Encontra-se devidamente implementado um sistema de reporte da Comissão Executiva ao Conselho de Administração que garante o alinhamento das suas atuações e o tempestivo conhecimento de todos os membros do Conselho de Administração da forma como se desenvolve a atividade da Comissão Executiva.

Assim, além das matérias que, por lei ou pelos estatutos, são de exclusiva competência do Conselho de Administração, os membros não executivos conheceram e acompanharam:

- A evolução da atividade operacional e dos principais indicadores económico-financeiros de todas as UN que compõem a Corticeira Amorim;
- A informação relevante sobre a função financeira consolidada: financiamento, investimento, autonomia financeira e responsabilidades extrapatrimoniais;
- A atividade desenvolvida pelas várias áreas de suporte e respetivo impacto na Organização;
- A evolução das atividades de I&D;
- O processo de aquisição e/ou de constituição de novas empresas;
- O calendário de eventos e anúncios ao mercado e a divulgação de informação ao mercado;
- O calendário dos principais eventos da Corticeira Amorim e suas UN, sendo a Organização muitas vezes representada em eventos internacionais, tais como missões empresariais, por um ou mais membros não executivos do Conselho de Administração.

13. PERSPETIVAS FUTURAS

13.1. Envolveinte Macroeconómica

13.1.1. Apreciação Global

A **economia mundial** deverá registar em 2018 uma evolução acima do potencial de longo prazo, atingindo, estima-se, uma taxa de crescimento de 3,9%. O efeito *carry-over* do crescimento económico no final de 2017, com destaque para a Europa e Ásia, é expressivo. A expansão, antecipa-se, deverá mostrar-se abrangente, sustentada e sincronizada, beneficiando das alterações fiscais aprovadas nos Estados Unidos. A alteração nas previsões para 2018, entre outubro 2017 e janeiro 2018, mostra-se significativa - o maior contributo deverá vir das economias desenvolvidas, onde condições financeiras favoráveis e níveis elevados de confiança suportarão, estima-se, o andamento da procura, em particular o investimento. A inflação poderá surpreender em alta em 2018. Estima-se que, quer as economias desenvolvidas, quer as emergentes, registem ritmos superiores de variação de preços. A Reserva Federal dos EUA subiu taxas do USD cinco vezes desde dezembro 2015; em 2018 deverá incrementar os juros por mais três vezes. O contexto financeiro mundial deverá ser dominado pelo ajustamento a uma realidade nova - inflação, normalização da política monetária e fim da era de juros extremamente baixos. Estas alterações conduzirão, necessariamente, antecipa-se, a menor liquidez nos mercados financeiros. A ameaça (e eventual imposição) de medidas protecionistas a parceiros económicos, a renegociação de tratados comerciais e atuação verbal tendente a pressionar outras economias são

riscos que o posicionamento da Administração norte-americana não permite descartar. Ainda assim, estima-se que o comércio internacional venha a apresentar um ritmo de crescimento próximo do observado no ano transato - o contributo das economias desenvolvidas registará um incremento enquanto ao nível das emergentes o ritmo deverá ser menor do que o evidenciado em 2017. A diminuição do excedente da oferta, contrabalançado pelo aumento da produção nos Estados Unidos, deverá contribuir para a manutenção do petróleo em níveis sustentados. O contexto chinês deverá traduzir o esforço das autoridades centrais em diminuir os desequilíbrios decorrentes de excesso de capacidade instalada e concessão de crédito. No Brasil, o ano deverá ser marcado pelo processo eleitoral, pela diminuição de taxas de juro e queda da inflação. A África do Sul, por sua vez, deverá assistir a alterações políticas que permitirão o relançamento do processo de reformas estruturais e, em última instância, o dinamismo económico e a correção de desequilíbrios; garantir a independência de instituições e consolidar as finanças públicas surgem como metas. Na Rússia, onde haverá eleições presidenciais em março, a evolução económica estará dependente do preço petróleo; a credibilidade alcançada pelas autoridades monetárias permite antecipar a correta gestão das expectativas inflacionistas e a diminuição gradual das taxas de juro. Na Índia, estima-se um ritmo de crescimento superior ao registado nos dois últimos anos. No México, a conjuntura deverá ser dominada pelo processo eleitoral em curso e pelas renegociações do acordo NAFTA; beneficiará, antecipa-se, do aumento da procura com origem nos Estados Unidos. Os riscos pendentes sobre a evolução mundial surgem equilibrados - a recuperação cíclica pode mostrar-se mais robusta, com aumento de atividade e condições financeiras favoráveis a reforçarem-se mutuamente, num ciclo virtuoso; pelo contrário, valorizações elevadas dos ativos e prémios de risco comprimidos, a par de expectativas de baixa volatilidade, podem determinar uma correção nos mercados financeiros. A exposição das economias emergentes ao endividamento em dólares americanos é uma fragilidade. A reversão de partes da estrutura de cooperação multilateral e a consideração de políticas *inward-looking* representam fragilidades conjunturais. Continuarão as negociações entre a União Europeia e o Reino Unido e, assim, também as oscilações de sentimento sobre o Brexit, que poderão condicionar a *performance* económica.

A **Zona Euro** evidenciará em 2018 os efeitos decorrentes de um crescimento sólido ao longo de 2017, sobretudo de *momentum* acentuado na parte final do ano. As taxas de crescimento de diversos países-membros foram revistas em alta traduzindo o andamento mais favorável da procura doméstica, mas também do crescimento originado em parceiros comerciais externos ao bloco económico. A Espanha, crescendo acima do potencial, será uma exceção, ao incorporar o impacto da instabilidade política na Catalunha. O contexto económico mostra-se menos indefinido por comparação com o que há doze meses se observava - há processos eleitorais que se avizinham, mas quer em número quer em cenários possíveis, mostram-se menos condicionantes. A economia registará o impacto decorrente do início do processo de normalização monetária que o Banco Central Europeu pretende levar a cabo. As negociações sobre o relacionamento futuro com o Reino Unido manter-se-ão na ordem do dia - os agentes económicos buscam menor indefinição. O investimento, sobretudo privado, deverá aumentar; não obstante a revisão positiva recente, estima-se, ainda assim, que cresça ligeiramente menos do que em 2017, algo em torno de 2,2%.

Os **Estados Unidos**, antecipa-se, deverão crescer 2,7% em 2018, um ritmo superior ao apresentado no ano transato. A previsão foi alvo de revisão recente em alta devido ao nível forte de atividade registado em 2017 e, sobretudo, ao efeito na economia, sobretudo impulsionando consumo e investimento, da aprovação de conjunto de medidas fiscais - *The Jobs and Cuts Act*. O mercado de trabalho aproxima-se do pleno emprego e assim persistirá ao longo de 2018, antecipando-se um aumento das pressões salariais. Antecipa-se aumento das pressões inflacionistas. A conjuntura deverá ser marcada pelo aumento de volume de produção doméstica de crude para um valor recorde, o que elevará os Estados Unidos a uma das três posições cimeiras a nível mundial.

O **Reino Unido** deverá assistir a um abrandamento do nível de atividade económica. Enfrentará, e pelo segundo ano consecutivo, os desafios e vicissitudes políticas de um processo negocial difícil e moroso - a negociação da saída da União Europeia. A par deste contexto, também o quadro macroeconómico deverá apresentar desafios, desde o andamento da Inflação e a necessidade de garantir o seu controlo, à atração de capitais que assegurem o financiamento do défice elevado da balança de transações correntes. Estima-se que cresça 1,5%.

O **Japão**, por sua vez, terá terminado 2017 de forma positiva, dando continuidade ao período mais longo de crescimento desde a década de 80 do século XX. Ainda assim, e apesar do clima de alguma euforia, estima-se que 2018 seja um ano de crescimento mais moderado, algo em torno de 1,2%.

A **Austrália**, entretanto, poderá evidenciar menor estabilidade política. Beneficiando do andamento positivo do preço das *commodities*, deverá crescer 2,9%, uma aceleração face ao observado no ano anterior.

A **China**, por sua vez, deverá ver moderação a nível do crescimento, estimando-se algo em torno de 6,6%, 0,2% inferior ao ritmo prosseguido nos doze meses anteriores. A necessidade de gerir desequilíbrios macro e a evolução para um modelo de crescimento mais sustentável e qualitativo, determinam a prossecução de políticas prudentiais. A Índia deverá observar aceleração no ritmo de expansão. Estima-se que cresça 7,4%. A **Rússia**, beneficiando da evolução dos fatores energéticos e também da atuação prudente e credível da autoridade monetária, deverá assistir à consolidação da recuperação económica evidenciada em 2017. Registrará, entretanto, eleições presidenciais no primeiro trimestre do ano. Antecipa-se uma taxa de crescimento de 1,7%.

Ao nível da **América Latina**, prevê-se o reforço do ritmo de recuperação económica. Esta evolução, reflete o melhor contexto que caracteriza o México, beneficiando de maior procura com origem nos Estados Unidos, uma expansão mais sólida no Brasil que, em ano de eleições presidenciais, deverá crescer 1,9%, e a evolução positiva no preço das *commodities* que constituem uma parte significativa das exportações da região.

A **África do Sul**, por seu turno, deverá crescer em 2018 a um ritmo similar ao do ano anterior, algo marginalmente inferior a 1,0%. Após um ano de instabilidade política, ameaças de corte de notação de *rating* e suspeitas de captura do estado por interesses empresariais privados, o capital de confiança encontra-se exaurido. Tal como antes, muito reside na capacidade de manter a confiança de investidores internacionais e para isso muito contribuirá a apreciação pelas agências de *rating*.

13.1.2. Portugal

Em 2018 Portugal deverá registar um crescimento económico em torno de 2,3%, desacelerando marginalmente face ao observado no ano anterior. Considerando o ritmo da atividade registado em 2017, serão dois anos consecutivos de crescimento acima de 2,0%, uma evolução ímpar. Menor desemprego e aumento adicional das exportações líquidas, em especial do sector automóvel, deverão, antecipa-se, suportar a atividade económica. O aumento de atividade estará, ainda assim, dependente, e em primeira linha, da evolução da procura doméstica. A recuperação continuada do emprego e o aumento do rendimento disponível deverão beneficiar o consumo privado. Em contraste com anos anteriores, o consumo público deverá contribuir positivamente para a expansão da economia. Não obstante as intenções reveladas pelos agentes económicos, em particular as empresas, antecipa-se um menor crescimento (e contributo) do investimento. O crescimento acima do esperado ao nível dos principais parceiros comerciais poderá contribuir para um desempenho extra ao nível da procura externa. A consolidação de Portugal como destino turístico representa, acredita-se, um fator positivo adicional. O elevado stock de crédito com imparidades que o sistema bancário doméstico ainda evidencia, a consolidação em curso da atividade bancária, a par do elevado nível absoluto da dívida pública e do processo de normalização monetária traduzem-se em desafios. O défice público deverá manter-se abaixo de 1,5% do PIB garantindo moderada consolidação fiscal. A política fiscal deverá ser moderadamente expansionista - o descongelamento das carreiras dos funcionários públicos implicará, perspectiva-se, um aumento estrutural da despesa. Após a inversão de tendência observada em 2017, estima-se que o rácio dívida pública/PIB venha a seguir tendência descendente. Estima-se que o excedente da balança comercial venha a diminuir ligeiramente em 2018. O agregado das balanças corrente e de capital deverá, entretanto, registar evolução positiva, conduzindo, antecipa-se, a um excedente em torno de 2,3% do PIB. Pelo sétimo ano consecutivo, garantirá uma capacidade positiva de financiamento da economia. Os indicadores prospetivos do sector imobiliário apontam para a manutenção da tendência de melhoria da atividade da construção. A inflação deverá evidenciar um ritmo similar ao de 2017, em torno de 1,5%. O emprego, estima-se, deverá crescer em ritmo superior ao da economia. Assim, o desemprego deverá manter

a tendência de diminuição que regista desde 2013. Este indicador poderá registar níveis marginalmente inferiores a 8,0%.

13.2. Atividades Operacionais

13.2.1. Matérias-Primas

No ano de 2018, a Unidade de Negócios de Matérias-Primas irá manter o nível de atividade de 2017 nas unidades fabris de preparação, de discos e de trituração. Fruto das necessidades de mercado, prevê-se o aumento da atividade das unidades granuladoras e como resultado das adjudicações no Norte de África, também as unidades localizadas nesta geografia deverão aumentar a sua atividade.

Na sequência dos aumentos de preços da matéria-prima no mercado nos últimos anos, em 2018 os preços de transferência às unidades a jusante serão ajustados para níveis próximos dos de mercado.

Prevê-se que o resultado da UN para 2018 apresente um crescimento significativo, fruto da estratégia adotada, consumindo matérias-primas adquiridas em anos anteriores a preços competitivos e vendendo às unidades da cadeia de valor a preços de mercado.

O stock no arranque do ano de 2018 permite olhar para o futuro com tranquilidade. Para o nível de atividade atual, e tendo em conta as compras já efetuadas da campanha de 2018, é possível afirmar que a UN tem matéria-prima suficiente para trabalhar nos próximos dois anos sem risco de rutura nas entregas à cadeia de valor.

Tendo em conta este facto e a campanha de cortiça particular de 2018, espera-se este ano ter um nível de compras consentâneo com as necessidades das empresas da Corticeira Amorim, mantendo o equilíbrio entre a qualidade e o preço dos stocks.

A UN continuará a explorar zonas alternativas de compra de cortiça, prevendo-se ter nestas regiões uma participação bastante ativa em 2018.

Sendo a UN Matérias-Primas eminentemente industrial, o foco na eficiência operacional continuará a ser uma prioridade. Para além do controlo apertado das despesas e do acompanhamento próximo dos KPI industriais, pretende-se manter os projetos de modernização das unidades no Norte de África.

Tendo em vista a melhoria da eficiência operacional e a rentabilidade do produto, prevê-se ainda levar a cabo projetos em duas áreas com ganhos potenciais significativos: dar continuidade ao projeto de automatização da preparação e colocar em prática projetos nos setores dos discos que vão permitir aproveitar melhor a cortiça e reduzir o desperdício.

Em março de 2018 irá ser concretizada a migração de ERP nas entidades em Portugal e em Espanha da UN de Matérias-Primas. Esta migração, que ocorrerá em toda Corticeira Amorim, arrancará em 2018 nesta UN e vai possibilitar o planeamento e utilização dos recursos de uma forma mais eficiente, alinhada com aquelas que são as melhores práticas da indústria e, ainda, consolidar uma visão de Grupo, com uma implementação única em toda a Corticeira Amorim.

Este é um passo que se revela de extrema importância para a UN, dotando-a de mais informação, com mais qualidade, com menor esforço para a obter e com a possibilidade de consulta em tempo real. A alteração de ERP permitirá tomar mais e melhores decisões, tornando assim a UN Matérias-Primas mais eficiente e competitiva.

Em simultâneo, será reformulado todo o *Manufacturing Execution System* (MES) de controlo e gestão no chão de fábrica, que foi desenhado em sintonia com o novo ERP. As duas ferramentas em conjunto colocarão a UN no rumo da indústria 4.0, com a conexão de equipamentos com equipamentos e equipamentos com pessoas, permitindo a monitorização e conseqüente ajustamento da atividade industrial em tempo real.

Espera-se ainda que no próximo ano o projeto em curso de eliminação dos defeitos sensoriais possa evoluir, através do aprofundar do conhecimento existente e do desenvolvimento de soluções que permitam industrializar o tratamento de discos.

Preparando o futuro, a UN Matérias-Primas espera, ainda, dar passos sólidos nos projetos de investigação florestal que tem em curso, com uma aposta clara na micro-irrigação de sobreiros com o objetivo de assegurar grandes taxas de sucesso na plantação e acelerar o crescimento inicial da árvore reduzindo o tempo para o início da exploração da cortiça.

13.2.2. Rolhas

Em 2017, o volume de transações da indústria do vinho ficou abaixo do registado nos dois anos anteriores, particularmente entre as marcas de referência. No entanto, muitos fatores da dinâmica fundamental que alimentava os níveis elevados de investimento em 2015 e 2016 estiveram ainda presentes em 2017. Além disso, vinícolas de médio porte, tentando ganhar escala, compraram ativos de produção e áreas de vinhedo para criarem e reforçarem a capacidade e diversificarem as estratégias de *sourcing*. Investidores estrangeiros continuaram a mostrar grande interesse em ativos nos EUA, fora da sua zona natural, assistindo-se nomeadamente a empresas de vinho francês a investir na indústria vinícola dos EUA.

Em 2018 o continuado sucesso do segmento *premium* poderá desempenhar um papel central nas fusões e aquisições da atividade; estima-se que continue o processo de consolidação entre os principais *players*, apesar de se perspetivar um abrandamento do crescimento a dois dígitos nos segmentos *premium* em todas as bebidas alcoólicas. As tendências de consumo continuarão a favorecer vinhos com preços mais elevados, possivelmente em detrimento de vinhos com preços mais baixos. Esta tendência é parte de uma migração maior do consumidor em direção a produtos *premium* que reformulará a lógica de consumo.

O momento continuará a ser forte para a indústria do vinho, graças a uma economia saudável e a um período de crescimento sustentado no consumo de vinho *premium* e *ultra premium*. No entanto, há preocupações crescentes de que a indústria do vinho possa estar a experimentar o começo de uma mudança no comportamento do consumidor. A recente análise de dados da Nielsen entre as categorias bebidas alcoólicas de crescimento mais rápido (vinho *premium*, bebidas espirituosas *premium* e cerveja artesanal) mostra um crescimento decrescente nos últimos seis a 12 meses. Além disso, enquanto o mercado de vinho dos EUA continua a ser o maior do mundo e, embora continue a crescer no consumo total, o consumo *per capita* tem vindo a diminuir desde 2010.

Os vinhos no segmento *premium* continuarão a ter um crescimento da procura, assim como vinhos de luxo do segmento *high-end*. Estima-se assistir a aumentos ligeiros de preço nesses segmentos e, em sinal contrário, quebras de preço e consumo no segmento *popular*.

Em 2018 a UN Rolhas, continuará com uma estratégia de crescimento em todos os segmentos de negócio, suportado pelo alargamento da base de clientes, melhoria no nível de serviço e desenvolvimento de soluções para fazer face aos atuais desafios produto.

A estratégia continuará a privilegiar quatro vertentes fundamentais: crescimento sustentável, qualidade e inovação, excelência operacional e infraestruturas para a sustentabilidade do negócio.

Os desafios da melhoria da taxa de retenção de clientes e do nível de serviço serão suportados pelo aumento de disponibilidade de produto e pela estrutura de planeamento e de serviço ao cliente. No topo das prioridades continuarão as melhorias operacionais na utilização de matéria-prima, o objetivo de ganhar posições aos vedantes alternativos, com base os argumentos de sustentabilidade e fiabilidade do produto.

Neste contexto, UN Rolhas terá como prioridades:

- Garantir a oferta de produtos adequados às exigências do mercado, em termos sensoriais, para toda a gama de produtos, alargando a toda a produção;
- Potenciar crescimento de vendas na rede de distribuição internacional, garantindo fornecimento a partir de Portugal, com iguais padrões de serviço;
- Adequar a estrutura produtiva às exigências de crescimento do negócio;
- Continuar o processo de integração das empresas recentemente adquiridas (Bourrassé, Sodiliège e Elfverson) na UN;
- Aumentar a capacidade de execução dos projetos de eficiência operacional e de mudança tecnológica, de impacto disruptivo na Organização;
- Reforçar e desenvolver as competências para a sustentabilidade do negócio;
- Implementar conceito *Industry 4.0*, permitindo que as futuras fábricas inteligentes contribuam para tomada de decisão atempada e suportada;
- Implementar medidas para a utilização mais eficiente da matéria-prima cortiça;
- Implementar o novo ERP SAP e respetivos periféricos, tais como o *manufacturing execution system*;

- Aumentar a fiabilidade dos processos, continuando com o programa de melhoria contínua Cork.Mais 2.0;
- Implementar um novo modelo de gestão da inovação;
- Reforçar a competitividade pela liderança na eficiência operacional, ajustando a estrutura de custos à margem gerada;
- Consolidação da política e práticas de sustentabilidade: segurança, ambiente e energia;
- Reforço das parcerias e novas fontes de conhecimento.

13.2.3. Revestimentos

Para 2018 perspectiva-se a continuação do crescimento das vendas dos novos produtos da gama Hydrocork, da gama Authentica e das gamas tradicionais combinadas com as novas soluções *digital printing*, alavancadas por segmentos de mercado onde as características das soluções apresentadas que decorrem da tecnologia CORKTECH e da diversidade de visuais associada à resistência à água e às soluções ecológicas são determinantes.

De uma forma geral, a nova apresentação das gamas no ponto de venda, a introdução de novos visuais em sintonia com as tendências de gosto nas diversas geografias e o reforço na estrutura comercial sustentarão o crescimento das vendas, de forma global.

A Europa de Leste continuará a ser uma prioridade sendo que, fruto de uma nova abordagem comercial, o ano de 2017 representou o início da inversão da tendência negativa que se vinha registando nas vendas desde 2014.

Como suporte ao aumento de rentabilidade dos canais de distribuição, foram identificadas soluções que assentam no recurso a novos modelos integrados de logística e que têm como objetivo principal introduzir melhorias no balanceamento entre atividade produtiva e vendas, com ganhos simultâneos de eficiência que se espera sejam significativos ao nível dos custos de transporte e de stockagem a jusante da cadeia de abastecimento.

No âmbito industrial, decorrente da concretização dos investimentos realizados em 2017, com reforço da capacidade de produção e da capacidade para diversificação de produtos de *flooring*, serão desenvolvidas novas soluções técnicas que respondam às tendências do mercado extremamente competitivo característico da atual indústria de *flooring*, num contexto de adequação da utilização da cortiça em soluções compósitas.

No quadro global e a todos os níveis, a inovação continuará a ser um dos principais pilares de desenvolvimento de vantagens competitivas na UN Revestimentos estando projetados, para 2018, desenvolvimentos que reforçarão a posição da UN nos mercados.

13.2.4. Aglomerados Compósitos

Na trajetória de resultados da UN, não se prevê um ano particularmente bom em 2018: a conjuntura sectorial não é a mais favorável, designadamente no que diz respeito ao preço da cortiça, que deverá aumentar; também se espera que as principais matérias primas não cortiça - poliuretanos e borrachas - possam continuar a acentuar uma tendência de subida dos respetivos preços de mercado já verificada em 2017.

Por outro lado, a evolução cambial do EUR/USD, a que se tem vindo a assistir nos últimos meses, remete também para um cenário de menor valorização de uma importante fatia do negócio que é faturada em USD (perto de 40% em 2017), com impacto negativo claro nas vendas e nos resultados.

A UN Revestimentos passará, em 2018, a produzir internamente o componente de cortiça resistente à água atualmente utilizado num dos seus produtos. Trata-se de um material desenvolvido e fornecido pela UN Aglomerados Compósitos desde 2015 e a transferência da sua produção representará um forte impacto adicional a pesar sobre o desempenho antecipável da UN para o próximo ano.

A previsão é que os quatro efeitos combinados possam representar um impacto muito significativo na rentabilidade da UN, caso não seja rapidamente implementado um conjunto de ações e iniciativas desenhadas para conter a curto prazo os referidos efeitos conjunturais negativos com que a empresa se depara.

As principais iniciativas passam por:

- Gestão ainda mais proactiva do aprovisionamento das matérias primas, com estabelecimento de parcerias, diversificação das fontes e monitorização em tempo real das cadeias de abastecimento e das condições de mercado;

- Reposicionamento dos preços de venda, procurando salvaguardar a rentabilidade mínima necessária à adequada remuneração do capital investido;
- Adaptação do *product mix*, nas suas diferentes vertentes que, sem prejudicar as especificações e os requisitos das aplicações, permita de alguma forma minimizar a necessidade e a amplitude das revisões de preços;
- Reengenharia de formulações de materiais;
- Utilização mais eficiente das matérias-primas, otimizando rácios de rendimentos da cortiça e redução de custos de não qualidade;
- Rápida execução de investimentos que possibilitem tornar os processos industriais mais eficientes e competitivos;
- Gestão otimizada de recursos e custos operacionais de forma transversal nas várias áreas de responsabilidade.

A capacidade de implementar com sucesso estas e outras medidas, bem como a reação das diferentes geografias e segmentos de mercado às mesmas, acabarão por determinar fortemente o resultado final de 2018, no que diz respeito ao negócio existente, designadamente nas aplicações e segmentos onde a oferta de produtos da UN esteja mais pressionada por materiais alternativos.

Por outro lado, continuam a existir boas perspetivas de criação de negócio novo, com o desenvolvimento dos projetos de expansão geográfica (física e digital), réplica geográfica de modelos de negócio, lançamento oportuno de novos produtos e *market intelligence*.

O desafio de mais curto-prazo é, então, o da preservação de níveis de rentabilidade aceitáveis e consentâneos quer com o investimento atual, quer com o que será necessário fazer no futuro visando assegurar um futuro de sustentabilidade económica forte e duradoura, incrementando o rendimento económico da cortiça num sentido lato.

A aposta crescente na diferenciação das propostas de valor passa bastante pela diversificação de materiais que realcem e complementem as características ímpares da cortiça. Para tal será necessário criar as condições para acolher também novos processos e tecnologias.

13.2.5. Isolamentos

Esta UN perspetiva para 2018 um abrandamento do volume de vendas no segmento dos aglomerados de cortiça expandida, procurando, em alternativa, a colocação de novos produtos resultantes da obtenção de um maior rendimento da sua matéria-prima. Este posicionamento resulta do atual contexto de compra da matéria-prima.

Continuar-se-á a apostar na divulgação dos produtos realçando as vantagens técnicas e ecológicas sempre direcionadas às áreas geográficas e culturais sensíveis às questões relacionadas com o ambiente.

Manter-se-á a flexibilidade industrial e versatilidade do produto a pensar nas aplicações específicas e dar resposta às solicitações de projetos especiais, bem como em complementaridade a outras soluções de isolamento.

As características únicas dos produtos e soluções disponibilizadas por esta UN, de superior performance, naturais e ecológicas, bem como, a aposta em novas aplicações de aglomerado de cortiça expandida para fachadas e as soluções de isolamento para a reabilitação de edifícios - contribuem para uma maior visibilidade e utilização dos produtos da UN.

A implementação de um conjunto de iniciativas e ações alinhadas com a estratégia global permitirão alcançar os objetivos de crescimento rentável na generalidade dos produtos e otimizar o capital investido no negócio.

13.3. Resultados Consolidados

A variação do câmbio do USD face ao Euro e o preço de compra da cortiça são duas variáveis que condicionam as perspetivas para a *performance* da Corticeira Amorim em 2018. O preço da cortiça deverá continuar a aumentar, devido as menores quantidades disponíveis de cortiça na campanha 2018 e às crescentes necessidades de cortiça por parte do grupo. Estes fatores devem ser contrariados por uma adequada revisão das condições de comercialização dos produtos e soluções e, internamente, por medidas adicionais de eficiência operacional.

Os resultados consolidados da Corticeira Amorim de 2017 mantiveram a tendência de crescimento sustentado que vinha do passado. Ao nível daquela que é a atividade regular da Corticeira Amorim, medida por indicadores como o EBITDA e o rácio EBITDA/vendas, as condicionantes referidas são desafios para a melhoria dos resultados. Incrementar

as vendas, a eficiência operacional e a rentabilidade, melhorar e diversificar continuamente a oferta, chegar de forma eficaz aos mercados, valorizar os recursos humanos são medidas para contrariar os potenciais efeitos das duas variáveis anteriormente referidas.

A UN Rolhas continuará a procurar acompanhar e ultrapassar o crescimento do mercado de vinho, espumantes e espirituosos. O processo de integração da Bourrassé e da Sodiliège deverá levar a melhoria da rentabilidade destas empresas, favorecendo os indicadores consolidados da UN. No mercado dos espirituosos, a recente aquisição da Elferson permitirá acompanhar o crescimento das necessidades dos seus clientes no segmento das rolhas capsuladas.

A UN Aglomerados Compósitos deverá sentir o impacto das duas variáveis já referidas (câmbio EUR/USD e preço da cortiça), adicionado do efeito do aumento preço de compra das matérias-primas não cortiça e do não fornecimento interno para a UN Revestimentos. O desafio para manter os níveis de vendas e de rentabilidade da UN serão elevados.

A UN Revestimentos, após o ano menos favorável, deverá procurar reverter o caminho. O crescimento das vendas e a melhoria da rentabilidade são objetivos manifestos para esta UN. Os novos produtos da gama Hydrocork, da gama Authentica e das gamas tradicionais combinadas com as novas soluções *digital printing* devem ser a chave para atingir esse objetivo.

A UN Isolamentos implementará importantes medidas eficiência produtiva, estimando um obter um maior rendimento da matéria-prima utilizada.

14. RISCOS E INCERTEZAS DO NEGÓCIO

Ao longo da sua longa história - atravessando já três séculos, enfrentando com sucesso as profundas, mesmo radicais, transformações da sociedade, resistindo a duas Guerras Mundiais -, a Corticeira Amorim tem sabido diagnosticar correta e atempadamente os riscos e incertezas dos seus negócios, encarando-os firmemente como oportunidades e desafios.

As dificuldades por que passam algumas das grandes economias do mundo, em particular a conjuntura de instabilidade vivida na Europa de Leste, nomeadamente Rússia, continuam a afetar o desenvolvimento global da atividade económica, pelo que a Corticeira Amorim, como de resto todos os agentes económicos, continua a operar num clima económico incerto, que afeta alguns dos mercados de exportação:

I. O sector vinícola mundial - se a capacidade de recuperação dos consumos per capita na União Europeia permanece uma incógnita, também é certo que o exagerado declínio verificado durante os anos 90 do século XX e parte da década passada em países importantes como a França ou a Espanha parece ter estabilizado. Não esperando uma completa reversão na evolução das taxas de consumo de vinho na UE, poder-se-á vir a assistir a um reforço da qualidade dos produtos em detrimento da quantidade e frequência do consumo de vinho nestes países. Tal cenário seria positivo para os produtos rolha da cortiça da Corticeira Amorim, mas, também, pode pressupor uma maior aceitação de formatos de *packaging* onde a cortiça poderá ter um papel menos crucial. Neste sentido, a inovação deverá continuar a ser peça chave da estratégia de negócio.

Por outro lado, os EUA mantêm um peso significativo no mercado que continua a captar os esforços de todas as caves orientadas para a exportação. A sua dimensão e óbvia capacidade para acomodar preços *premium* fazem com que este mercado permaneça uma grande aposta para a dinamização do crescimento futuro da indústria do vinho, o que é positivo para a rolha de cortiça, dada a clara preferência do consumidor dos EUA por esta opção. Por outro lado, a um crescimento do mercado deverá corresponder também um crescimento na exigência de qualidade e consistência dos produtos de cortiça, aumentando a responsabilidade da Corticeira Amorim na liderança do sector. Para dar resposta a estas questões, a Corticeira Amorim continua a implementar uma política de Investigação & Desenvolvimento e Inovação que permite desenvolver um conjunto de rolhas capazes de, em qualidade, quantidade e preço, satisfazer as necessidades de qualquer produtor de vinho, em qualquer mercado.

Hoje, a gama de produtos disponibilizados pela UN garante a todos os produtores a possibilidade de usarem rolhas de cortiça, beneficiando da sua mais-valia em termos de sustentabilidade, valor acrescentado e retenção de CO₂, que permanecem fatores inequívocos de diferenciação do produto a nível mundial.

Outra questão importante é, também, a conveniência e a importância adicional que esta poderá vir a ganhar no futuro. A percepção desta tendência, há vários anos claramente sentida dentro da empresa, tem, no lançamento da inovadora proposta Helix, um exemplo claro dessa percepção. Com Helix e pela primeira vez, os consumidores podem disfrutar das vantagens técnicas, de sustentabilidade e de imagem premium associadas às rolhas de cortiça sem, no entanto, necessitarem de um saca-rolhas para abrirem as garrafas. Espera-se que este tipo de inovação facilite o consumo dos

vinhos target deste produto, de maior rotação, potenciando o consumo fracionado sem perda de qualidade. Durante 2017, Helix consolidou-se nos EUA, tendo também tido um desenvolvimento importante na África do Sul.

Por outro lado, o lançamento durante 2016 da tecnologia NDtech de deteção individual criou, como esperado, um sólido reforço da perceção de qualidade dos vinhos vedados com produtos Amorim. Esta tecnologia continua a ser a única no mercado com validações científicas internacionais. Durante 2017, a reação dos mercados e dos mais de mil produtores vinícolas que receberam rolhas NDtech foi claramente positiva e geradora de uma renovada atenção às capacidades da cortiça enquanto a primeira opção para enólogos e consumidores em todo o mundo. Tal reconhecimento reforça grandemente as expectativas do mercado sobre a capacidade da Corticeira Amorim em aumentar significativamente a capacidade produtiva e em alargar o âmbito do conceito de TCA não-detetável.

II. O sector da construção - o forte abrandamento da atividade deste sector, quer ao nível de novas construções quer ao nível da renovação de construções existentes, e a postecipação das decisões de compra do consumidor final, resultando no abrandamento da procura global dos produtos destinados a este sector, como sejam os revestimentos e os isolamentos térmicos e acústicos.

Este abrandamento global continuará a ser contrariado pelo aproveitamento das oportunidades de crescimento diagnosticadas, quer através do reforço da presença em mercados já identificados como de elevado potencial de crescimento, nomeadamente nos mercados emergentes, quer através de aumento de quota em mercados mais maduros. Estas oportunidades são fortemente reforçadas com o lançamento de novas coleções e do desenvolvimento do portefólio de produtos eventualmente com expansão da gama de produtos produzidos.

A crescente consciencialização do consumidor final para fatores de sustentabilidade será também certamente um fator de reforço para a escolha de revestimentos de cortiça, o que constituirá um importante motor de crescimento do volume de vendas.

A longo prazo, a performance da Corticeira Amorim poderá ainda ser influenciada pelos seguintes fatores, continuamente monitorizados e avaliados:

I. Volatilidade cambial - fator de potencial erosão das margens do negócio. No curto prazo, os efeitos da volatilidade cambial têm sido contrariados pela política ativa de substituição das moedas de faturação - no corrente exercício as vendas consolidadas em moedas não Euro representaram 32,3% da faturação para Clientes não Grupo, e pela política de cobertura do risco de câmbio consistentemente adotada (seja cobertura natural seja por contratação de instrumentos financeiros adequados); no longo prazo, a Corticeira Amorim tem-se empenhado no desenvolvimento de novos produtos/soluções de maior valor acrescentado, de forma a conseguir um *mix* de produtos capaz de ultrapassar estes constrangimentos. Assume-se, assim, um modelo organizativo orientado para a criação de valor para o negócio - *moving up the value chain*, ultrapassando este risco;

II. Alterações climáticas - potencial fator de redução de redução da matéria-prima disponível, na medida em que as alterações climáticas podem levar a um desequilíbrio no ecossistema que alberga o sobreiro, nomeadamente devido à ocorrência de secas severas, dificultando a sua propagação e crescimento.

Mas, mais importante, é a capacidade do sobreiro e da cortiça (matéria-prima e produtos) fixarem carbono, o que contribui para mitigar as emissões de gases com efeitos de estufa, origem das referidas alterações climáticas. Nesta matéria, um estudo coordenado pela da Universidade de Aveiro, concluído em 2015, não deixa dúvidas quanto ao importante papel do sobreiro e do ecossistema que o envolve: por cada tonelada de cortiça produzida, o montado sequestra mais de 73 toneladas de dióxido de carbono.

O sobreiro constitui a base de um sistema ecológico único no mundo, contribuindo para a sobrevivência de muitas espécies da fauna autóctone e para a salvaguarda do ambiente. Só existe em sete países da Bacia Mediterrânica Ocidental - Portugal, Espanha, França, Itália, Marrocos, Argélia e Tunísia, onde vem atuando como barreira ao avanço do deserto, porque suporta climas com reduzida pluviosidade, contribui para a fixação do solo e da matéria orgânica, diminuindo a erosão e aumentando a retenção de água.

Os produtos da Corticeira Amorim são também importantes sumidouros de carbono, que se mantêm durante todo o tempo de vida útil do produto. Como sugerem os investigadores e autores do estudo anteriormente mencionado “a utilização de produtos de cortiça contribui para a mitigação das alterações climáticas, quer pela sua capacidade de acumular carbono quer pelo facto de substituírem produtos alternativos mais intensivos do ponto de vista energético”.

A valorização industrial da cortiça extraída dos sobreiros é a maior garantia da preservação e desenvolvimento dos montados, permitindo a sua viabilidade económica. Hoje, o montado está no centro das atenções havendo legislação

específica para os proteger, vários programas de organizações não-governamentais que procuram preservar a floresta, melhorando e certificando as práticas de gestão florestais. É fundamental que haja desenvolvimento da subcultura capaz de promover este crucial papel do montado e, simultaneamente, alimentar o crescimento do mercado dos produtos de cortiça.

Assim, os factos atrás descritos constituirão uma oportunidade de diferenciação para os produtos de cortiça (fixação de CO₂ e aumento da sua utilização em isolamento térmico com o desenvolvimento da eco construção).

III. Desenvolvimento de vedantes substitutos - tal como em anos imediatamente anteriores, também em 2017 se manteve a tendência para a diminuição da utilização pelas caves destes vedantes, sobretudo no caso dos plásticos que continuam a perder quota de mercado em países chave. Quanto aos *screwcaps* manteve-se a diminuição do ritmo de crescimento destes vedantes artificiais, que agora se nota mais estável. Por outro lado, dados de mercado publicados em 2017 por várias empresas internacionais de *market research* reforçaram o papel da cortiça no crescimento e na rentabilidade das marcas que utilizam este vedante nos principais mercados de vinho do mundo.

Nos **EUA**, 72% das 100 principais marcas *premium* são seladas com cortiça (Nielsen USA, junho de 2017) e 97% dos consumidores afirmam que a cortiça é um indicador de vinho de alta ou alta qualidade (Wine Opinions, julho de 2017). Os consumidores de vinhos dos EUA estão dispostos a pagar um prémio de 3,87 USD por um vinho selado com cortiça. As vendas de vinhos selados com rolha de cortiça aumentaram 43% entre 2010-2017, enquanto as vendas de vinhos que apresentam outro tipo de vedantes registraram crescimento de 16% (Nielsen USA, junho de 2017).

No **Reino Unido**, as pesquisas realizadas pela Nielsen UK (outubro de 2017) analisaram as principais 1500 marcas de vinhos e concluíram que as garrafas de vinho seladas com cortiça natural se vendiam, em média, com um prémio de 1,52 GBP/garrafa face aos vinhos selados com *screwcap*. No caso dos vinhos tintos, uma garrafa selada com uma rolha natural pode ser vendida por um preço médio de 7,15 GBP, em comparação com 5,26 GBP para uma garrafa com *screwcap* - um preço superior a 36%. Os vinhos rolhados com cortiça gozam de um forte crescimento anual (+6,1%) que é ainda mais expressivo nos vinhos tintos (+11,3%). Pesquisas realizadas pela CGA (outubro de 2017) nas 30 maiores marcas de vinhos do Reino Unido revelaram 17% de crescimento anual para vinhos selados com cortiça, comparado a +9% com vedantes artificiais; os dados mostraram que o preço dos vinhos com cortiça aumentou em mais de 11% desde 2015, em comparação com +6% para os vinhos com vedantes artificiais. O volume de vinhos selados com cortiça aumentou 48% desde 2015, em comparação com apenas 10% para o volume dos vinhos selados com vedantes artificiais.

Esta clara preferência pela cortiça não se restringe aos EUA e ao Reino Unido. Também é espelhado em outros mercados importantes do vinho, como a China, França, Itália e Espanha.

Assiste-se ainda à tentativa, por parte de fabricantes de vedantes artificiais, de encontrar fórmulas mais consentâneas com as necessidades de micro-oxigenação do vinho produzido pelas diferentes caves em diferentes países. Se estas tentativas continuam a não ter grandes resultados, os esforços dos fabricantes de vedantes plásticos em encontrar fontes de matéria-prima alternativas ao petróleo continuou em 2017, com algum eco junto de alguns produtores vinícolas. Apesar destes esforços, o plástico continua associado a vinhos de gama baixa e de menor rentabilidade para o produtor e distribuidor.

No caso dos vedantes de rosca, estes permanecem ainda condicionados pelos seguintes fatores:

- O fenómeno de redução mantém-se como questão técnica relevante, mas assiste-se ao lançamento de *liners* para estes vedantes que tentam gerir as questões relativas ao ingresso de oxigénio;
- Ao nível de ganhos de quota de mercado, o ritmo de crescimento parece ter estabilizado, notando-se a completa ausência de comunicação estruturada para o mercado; permanecerá, pois, a ser mais uma questão de custo, do que imagem ou performance, a suportar estes vedantes.

Durante 2017, a Associação Portuguesa de Cortiça continuou a implementação da terceira campanha plurianual de promoção internacional da cortiça, dando especial atenção a mercados cruciais de elevado potencial como os EUA, Reino Unido, Alemanha, França, China, Espanha e Itália. Esta campanha conseguiu que mais de 260 *opinion makers* estejam a trabalhar na promoção da cortiça e dos seus produtos, incluindo alguns dos principais nomes do mundo do vinho. Paralelamente a este importante esforço educacional, foram criados 37 canais de *social media* para além de mais de 2500 artigos positivos publicados sobre a cortiça e quase uma hora de cobertura em televisão e rádio a nível internacional.

V. O surgimento de novos materiais - a Corticeira Amorim acompanha o desenvolvimento técnico dos materiais concorrentes, no que respeita ao cumprimento de certificações, requisitos, formatos, competitividade pelo preço e pela *performance*, só é possível na cortiça através do desenvolvimento de:

- Novos compósitos: que tenham na cortiça fator primordial de diferenciação, mas que permitam ultrapassar barreiras tecnológicas ou alavancar atributos do material base;
- Novas tecnologias: capazes de produzir os materiais compósitos com cortiça a partir de matérias-primas prime ou recicladas e em formatos exigidos pelo mercado, tanto para o consumo final ou para processos industriais.

A Corticeira Amorim está convicta que a valorização da cortiça e o reconhecimento das suas propriedades técnicas e ambientais permitirão a sua contínua e progressiva afirmação global, devendo, neste capítulo, continuar-se a desenvolver também a comunicação destas mais-valias da cortiça, tendo em curso estratégias concertadas de longo prazo, nomeadamente na UN Aglomerados Compósitos, que permitirão concretizar esta visão:

- Programa de economia circular, pretendendo recolher e reutilizar subprodutos industriais das áreas do calçado, automóvel, colchoaria ou têxtil;
- Programa de desenvolvimento tecnológico: recorrendo a novas tecnologias (sejam de *compounding*, espumação, injeção e moldação entre outras), desenvolver conhecimento e novos compósitos a partir de matérias primas *prime*;
- Reforço competências técnicas: desenvolvimento e crescimento de um núcleo de competências e rotinas em materiais poliméricos, incluindo poliolefinas, poliuretanos e outras espumas técnicas - um processo a desenvolver essencialmente nas equipas técnicas, mas também nas comerciais;
- Parcerias e *joint ventures*: com várias entidades que permitam alavancar e acelerar crescimento dos programas anteriores, tanto numa ótica de conhecimento para produção como na validação pelo mercado.

A atividade da Corticeira Amorim está exposta a uma variedade de riscos financeiros: risco de mercado (incluindo risco cambial e risco taxa de juro), risco de crédito, risco de liquidez e risco de capital. Nos termos da alínea e) do número 5, do artigo 508.º-C do Código das Sociedades Comerciais, os objetivos e as políticas da Sociedade em matéria de gestão destes riscos, incluindo as políticas de cobertura de cada uma das principais categorias de transações previstas para as quais é utilizada a contabilização de cobertura, e a exposição aos riscos de preço, de crédito, de liquidez e de fluxos de caixa encontram-se devidamente expostos na Nota “Gestão do Risco Financeiro” incluída nas Notas às Contas Consolidadas.

15. VALORES MOBILIÁRIOS PRÓPRIOS

Não se registaram quaisquer operações com ações próprias pelo que, no final do exercício em apreço, a Corticeira Amorim não detinha ações próprias.

16. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

Tendo em conta o resultado líquido positivo, apurado segundo as contas individuais no final do exercício de 2017, no valor de € 54 490 619,19 (cinquenta e quatro milhões, quatrocentos e noventa mil, seiscentos e dezanove euros e dezanove cêntimos), o Conselho de Administração propõe que os Senhores Acionistas deliberem aprovar que o referido resultado líquido positivo, no valor de € 54 490 619,19 (cinquenta e quatro milhões, quatrocentos e noventa mil, seiscentos e dezanove euros e dezanove cêntimos), tenha a seguinte aplicação:

- para Reserva Legal: € 2 724 531,00 (dois milhões, setecentos e vinte e quatro mil, quinhentos e trinta e um euros);
- para Dividendos: € 24 605 000,00 (vinte e quatro milhões, seiscentos e cinco mil euros), correspondente a um valor de € 0,185 (dezoito cêntimos e meio) por ação;
- para Reservas Livres: € 27 161 088,19 (vinte e sete milhões, cento e sessenta e um mil, oitenta e oito euros e dezanove cêntimos).

17. DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIDADE

Em cumprimento do estabelecido na alínea c) do número 1 do artigo 245.º do Código dos Valores Mobiliários, os membros do Conselho de Administração declaram que, tanto quanto é do seu conhecimento, as contas anuais e demais documentos de prestação de contas, foram elaborados em conformidade com as normas contabilísticas aplicáveis,

dando uma imagem verdadeira e apropriada do ativo e do passivo, da situação financeira e dos resultados da CORTICEIRA AMORIM, S.G.P.S., S.A. e das empresas incluídas no perímetro de consolidação. Declaram ainda que o relatório de gestão expõe fielmente a evolução dos negócios, do desempenho e da posição da CORTICEIRA AMORIM, S.G.P.S., S.A. e das empresas incluídas no perímetro de consolidação, contendo o referido relatório um capítulo especial onde se expõem os principais riscos e incertezas do negócio.

18. EVENTOS SUBSEQUENTES

Conforme comunicação ao mercado de 10 de janeiro de 2018 a CORTICEIRA AMORIM, S.G.P.S., S.A., através da sua participada AMORIM BARTOP - Investimentos e Participações, S.A - que integra a Unidade de Negócios (UN) Rolhas, desenvolvendo e produzindo rolhas capsuladas para o segmento de bebidas espirituosas - celebrou um acordo para a aquisição da sociedade ELFVERSON & Co AB, com sede em Påryd, Suécia.

Nos termos do acordo celebrado, são adquiridos 70% do capital social da ELFVERSON & Co AB, pelo montante de cerca de 5,5 M€. Sobre os restantes 30% recai uma opção de venda por parte da vendedora (a sociedade sueca Vätterledens Invest AB) e uma opção de compra por parte da AMORIM BARTOP - Investimentos e Participações, S.A., exercíveis a partir de 2020, por um preço que, tendo por base o valor já pago pelos primeiros 70%, dependerá ainda da evolução da performance da ELFVERSON & Co AB nos próximos anos.

Para além deste evento e até à data de emissão este relatório, não ocorreram outros factos relevantes que possam vir a afetar materialmente a posição financeira e os resultados futuros da Corticeira Amorim e do conjunto das empresas filias incluídas na consolidação.

19. AGRADECIMENTOS

O Conselho de Administração aproveita esta oportunidade para expressar o seu reconhecimento:

- Aos Acionistas e Investidores, pela confiança inequívoca que têm manifestado;
- Às Instituições de Crédito, pela importante colaboração prestada; e
- Ao Conselho Fiscal e ao Revisor Oficial de Contas pelo rigor e qualidade da sua atuação.

A todos os Colaboradores, cujo profissionalismo, disponibilidade e empenho contribuem para o desenvolvimento e crescimento das empresas participadas pela Corticeira Amorim, aqui lhes expressamos o nosso apreço.

Mozelos, 19 de fevereiro de 2018

O Conselho de Administração da CORTICEIRA AMORIM, S.G.P.S., S.A.

António Rios de Amorim
Presidente

Nuno Filipe Vilela Barroca de Oliveira
Vice-Presidente

Fernando José de Araújo dos Santos Almeida
Vogal

Cristina Rios de Amorim Baptista
Vogal

Luísa Alexandra Ramos Amorim
Vogal

Juan Ginesta Viñas
Vogal

Relatório do Governo Societário

Desde 1999, data em que a Comissão de Mercado de Valores Mobiliários (CMVM) publicou as primeiras recomendações relativas ao governo das sociedades cotadas, visando o aperfeiçoamento dos mecanismos de tutela dos investidores nos mercados de valores mobiliários, a Corticeira Amorim vem analisando o seu governo societário, comparando-o quer, por um lado, com o que se consideram as melhores práticas, quer, por outro lado, com as circunstâncias da sua atividade e os desafios a que tem de dar resposta e, na sequência, vem implementando um conjunto de medidas que, globalmente, têm tido como principais objetivos reforçar os sistemas internos de controlo e de fiscalização, ampliar a transparência, fomentar a participação dos Acionistas na vida da Sociedade e garantir a criação sustentada de valor para o Acionista.

O presente documento descreve as políticas e as práticas em matéria de governo societário adotadas pela Sociedade, fornecendo ainda uma avaliação qualitativa das mesmas por comparação com as boas práticas elencadas no Código do Governo Societário da CMVM.

No ponto 8. deste relatório, inclui-se também a informação prevista nos artigos 447.º e 448.º do Código das Sociedades Comerciais (CSC), nos números 6 e 7 do artigo 14.º do Regulamento CMVM n.º 5/2008 (transações de dirigentes), no artigo 3.º da Lei n.º 28/2009, de 19 de julho (política de Remunerações), na alínea r), n.º 1 do artigo 245º-A do Código dos Valores Mobiliários (diversidade nos órgãos de administração e de fiscalização) e no artigo 5.º da Lei n.º 62/2017, de 1 de agosto (representação equilibrada entre mulheres e homens nos órgãos de administração e de fiscalização).

PARTE I - INFORMAÇÃO OBRIGATÓRIA SOBRE ESTRUTURA ACIONISTA, ORGANIZAÇÃO E GOVERNO DA SOCIEDADE

A. ESTRUTURA ACIONISTA

I. Estrutura de capital

1. Estrutura de capital (capital social, número de ações, distribuição do capital pelos acionistas, etc.), incluindo indicação das ações não admitidas à negociação, diferentes categorias de ações, direitos e deveres inerentes às mesmas e percentagem de capital que cada categoria representa (art. 245.º-A, n.º 1, al. a)).

O capital social da Corticeira Amorim cifra-se em 133 milhões de euros, representado por 133 milhões de ações ordinárias, nominativas, de valor nominal de 1 euro, que conferem direito a dividendos.

Estão admitidas à negociação na Euronext Lisbon - Sociedade Gestora de Mercados Regulamentados, S.A. a totalidade das ações emitidas pela Sociedade.

Distribuição do capital pelos acionistas:

Acionista	Ações Detidas (quantidade)	Participação (%)	Direitos de Voto (%)
Participações Qualificadas:			
Amorim Investimentos e Participações, SGPS, S.A.	67 830 000	51,000%	51,000%
Investmark Holdings, B.V.	18 325 157	13,778%	13,778%
Amorim International Participations, B.V.	13 414 387	10,086%	10,086%
<i>Freefloat</i>	33 430 456	25,136%	25,136%
Total	133 000 000	100,000%	100,000%

2. Restrições à transmissibilidade das ações, tais como cláusulas de consentimento para a alienação ou limitações à titularidade de ações (art. 245.º-A, n.º 1, al. b)).

Não existem restrições à transmissibilidade das ações.

3. Número de ações próprias, percentagem de capital social correspondente e percentagem de direitos de voto a que corresponderiam as ações próprias (art. 245.º-A, n.º 1, al. a)).

A 31 de dezembro de 2016, a Corticeira Amorim não detinha ações próprias nem efetuou quaisquer transações ao longo de 2017, pelo que a 31 de dezembro de 2017 a sociedade não detinha ações próprias.

4. Acordos significativos de que a sociedade seja parte e que entrem em vigor, sejam alterados ou cessem em caso de mudança de controlo da sociedade na sequência de uma oferta pública de aquisição, bem como os efeitos respetivos, salvo se, pela sua natureza, a divulgação dos mesmos for seriamente prejudicial para a sociedade, exceto se a sociedade for especificamente obrigada a divulgar essas informações por força de outros imperativos legais (art. 245.º-A, n.º 1, al. j)).

Nos contratos de financiamento celebrados entre a Corticeira Amorim e várias Instituições de Crédito, a 31 de dezembro de 2017 existiam cláusulas de manutenção de controlo acionista da Corticeira Amorim em contratos cujos financiamentos perfaziam trinta e cinco milhões de euros (31-12-2016: quarenta e três milhões de euros). Em caso de alteração do controlo acionista, os contratos preveem a possibilidade - mas não a obrigação - de ser solicitado o reembolso antecipado dos montantes utilizados.

Não existem outros acordos nos termos descritos neste parágrafo.

5. Regime a que se encontre sujeita a renovação ou revogação de medidas defensivas, em particular aquelas que prevejam a limitação do número de votos suscetíveis de detenção ou de exercício por um único acionista, de forma individual ou em concertação com outros acionistas.

Os Estatutos da Sociedade não contemplam medidas deste tipo e, tanto quanto é do conhecimento da Corticeira Amorim, não existem quaisquer outras disposições e/ou medidas com idêntico objetivo.

6. Acordos parassociais que sejam do conhecimento da sociedade e possam conduzir a restrições em matéria de transmissão de valores mobiliários ou de direitos de voto (art. 245.º-A, n.º 1, al. g)).

Tanto quanto é do conhecimento da Corticeira Amorim, não existem quaisquer acordos parassociais que possam conduzir às mencionadas restrições.

II. Participações Sociais e Obrigações detidas

7. Identificação das pessoas singulares ou coletivas que, direta ou indiretamente, são titulares de participações qualificadas (art. 245.º-A, n.º 1, als. c) e d) e art. 16.º), com indicação detalhada da percentagem de capital e de votos imputável e da fonte e causas de imputação.

Acionista Amorim Investimentos e Participações, SGPS, S.A. (a)(b)	Nº de ações	% Capital social com direito de voto
Diretamente	67 830 000	51,000%
Total imputável	67 830 000	51,000%

(a) Em dezembro de 2017, foi registada a fusão, na modalidade de fusão por incorporação, da Amorim Capital, S.A. (sociedade detida a 100% pela incorporante, a Amorim Investimentos e Participações, SGPS, S.A.) na Amorim Investimentos e Participações, SGPS, S.A.

(b) O capital da Amorim Investimentos e Participações, SGPS, S.A. é integralmente detido por três sociedade, a Amorim Holding Financeira, SGPS, S.A. (5,63%), a Amorim Holding II, SGPS, S.A. (44,37%) e a Amorim - Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A. (50%) sem que nenhuma delas tenha participação de domínio na sociedade, terminando por isso nesta, a cadeia de imputação, nos termos do Art.º 20º do Cod.VM. O capital social e direitos de voto das referidas três sociedades, por seu turno, é detido, respetivamente, no caso das duas primeiras, direta e indiretamente (através da Imoeuro SGPS, S.A. e da Oil Investment O, B.V.) pela Herança (indivisa) do Senhor Américo Amorim, mulher e filhas do Senhor Américo Amorim, e, no caso da terceira, pelo Senhor António Ferreira de Amorim, mulher e filhos.

Acionista Investmark Holding BV	Nº de ações	% Capital social com direito de voto
Diretamente	18 325 157	13,778%
Total imputável	18 325 157	13,778%

Acionista Great Prime S.A. (c)	Nº de ações	% Capital social com direito de voto
Diretamente	-	-
Através da Investmark Holding BV, que domina a 100%	18 325 157	13,778%
Total imputável	18 325 157	13,778%

Herança de Américo Ferreira de Amorim	Nº de ações	% Capital social com direito de voto
Diretamente	-	-
Através da acionista Great Prime, S.A., que domina a 85% (c)	18 325 157	13,778%
Total imputável	18 325 157	13,778%

(c) O capital social da Great Prime, S.A. é integralmente detido por três sociedades (API Amorim Participações Internacionais, SGPS, S.A. (33,33%), Vintage Prime, SGPS, S.A. (33,33%) e Stockprice, SGPS, S.A. (33,33%)). A Herança (indivisa) do Senhor Américo Amorim detém 85% do capital social de cada uma destas três sociedades, sendo as herdeiras legítimas do Senhor Américo Amorim a sua mulher e as suas três filhas.

Acionista Amorim International Participations, BV	Nº de ações	% Capital social com direito de voto
Diretamente	13 414 387	10,086%
Total imputável	13 414 387	10,086%

Acionista	Nº de ações	% Capital social com direito de voto
Amorim, Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A. (d)		
Diretamente	-	-
Através da Amorim International Participations BV, que domina a 100%	13 414 387	10,086%
Total imputável	13 414 387	10,086%

(d) O capital da Amorim, Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A. é detido pelo Senhor António Ferreira de Amorim, mulher e filhos, não detendo qualquer deles uma participação de domínio da sociedade.

8. Indicação sobre o número de ações e obrigações detidas por membros dos órgãos de administração e de fiscalização.

a) Ações Corticeira Amorim detidas e/ou transacionadas diretamente pelos membros dos órgãos sociais da Sociedade:

- i. Durante o exercício de 2017 os membros dos órgãos sociais não transacionaram qualquer título representativo do capital social da Sociedade. A 31 de dezembro de 2017, não detinham ações da Corticeira Amorim.

b) Ações Corticeira Amorim detidas e/ou transacionadas por sociedades nas quais os membros dos órgãos sociais da Sociedade exerçam funções de administração ou fiscalização:

- i. Em resultado da fusão por incorporação, em dezembro de 2017, da sociedade Amorim Capital, S.A. na sociedade Amorim Investimentos e Participações, SGPS, S.A. (que dominava integralmente a incorporada), a Amorim Investimentos e Participações, SGPS, S.A. passou a ser diretamente titular de 67.830.000 ações representativas de 51% do capital social e direitos de voto da Corticeira Amorim, que já lhe eram imputáveis por força do n.º 1, alínea b) do artigo 20º do Código dos valores mobiliários, alterando-se assim, e em consequência da fusão, o título de imputação da participação da Corticeira Amorim à Amorim Investimentos e Participações, SGPS, S.A.

António Rios de Amorim (Presidente do Conselho de Administração da Corticeira Amorim), Nuno Filipe Vilela Barroca de Oliveira (Vice-Presidente do Conselho de Administração da Corticeira Amorim), Cristina Rios de Amorim Baptista e Luísa Alexandra Ramos Amorim (Vogais do Conselho de Administração da Corticeira Amorim) são, respetivamente, Vogal, Vogal, Vice-Presidente e Vogal do Conselho de Administração da Amorim Investimentos e Participações, SGPS, S.A.

À data da referida fusão, António Rios de Amorim (Presidente do Conselho de Administração da Corticeira Amorim) e Luísa Alexandra Ramos de Amorim (Vogal do Conselho de Administração da Corticeira Amorim) eram, respetivamente, Presidente e Vogal do Conselho de Administração da Amorim Capital, S.A.

- ii. A sociedade Amorim Investmark Holdings B.V., na qual Luísa Alexandra Ramos de Amorim, Vogal do Conselho de Administração da Corticeira Amorim, exerce o cargo de *Director*, é titular de 18.325.157 ações representativas de 13,778% do capital social, às quais correspondem 13,778% dos direitos de voto da Corticeira Amorim, SGPS, S.A.

A titularidade registada a 31 de dezembro de 2017, referida nos pontos i., ii. e iii. permanece inalterada à data da emissão deste relatório.

c) Relação dos Acionistas titulares de mais de um décimo do capital social da empresa:

- i. A sociedade Amorim Investimentos e Participações, S.A. era detentora de 67.830.000 ações da Corticeira Amorim, correspondentes a 51% do capital social e a 51% dos direitos de voto;
- ii. A sociedade Investmark Holdings, B.V. era detentora de 18.325.157 ações da Corticeira Amorim, correspondentes a 13,778% do capital social e a 13,778% dos direitos de voto;
- iii. A sociedade Amorim International Participations, B.V. era detentora de 13.414.387 ações da Corticeira Amorim, correspondentes a 10,086% do capital social e a 10,086% dos direitos de voto.

A titularidade referida nos pontos i., ii. e iii. registava-se a 31 de dezembro de 2017, mantendo-se inalterada à data da emissão deste relatório.

d) Transações de Dirigentes:

Em cumprimento do disposto nos números 6 e 7 do artigo 14.º do Regulamento CMVM n.º 5/2008 e conforme comunicações recebidas das pessoas/entidades abrangidas por esta norma, informa-se que, no segundo semestre de 2017, além da operação relatada em b) i. acima, não foram realizadas transações de ações da Corticeira Amorim por entidades relacionadas com os seus Dirigentes.

Não houve transação de instrumentos financeiros relacionados com a Corticeira Amorim, quer pelos seus Dirigentes, quer pelas sociedades que dominam a Corticeira Amorim, quer pelas pessoas estritamente relacionadas com aqueles.

9. Poderes especiais do órgão de administração, nomeadamente no que respeita a deliberações de aumento do capital (art. 245.º-A, n.º 1, al. i), com indicação, quanto a estas, da data em que lhe foram atribuídos, prazo até ao qual aquela competência pode ser exercida, limite quantitativo máximo do aumento do capital social, montante já emitido ao abrigo da atribuição de poderes e modo de concretização dos poderes atribuídos.

Compete ao Conselho de Administração da Corticeira Amorim o controlo efetivo e a orientação da atividade da Sociedade, sendo o órgão competente para a tomada de decisões de natureza estratégica, sendo também o órgão onde é realizado o acompanhamento dos aspetos mais importantes e relevantes da atividade, incluindo as matérias relevantes decididas, ou simplesmente analisadas, em sede de Comissão Executiva, assim se garantindo que a totalidade dos membros do Conselho de Administração tem efetiva capacidade de conhecer as medidas adotadas na sequência de decisões tomadas por este Conselho, bem como acompanhar a respetiva operacionalização e resultados.

Tal como preconiza o CSC, compete ao Conselho de Administração gerir as atividades da Sociedade e deliberar sobre qualquer assunto da administração da mesma, subordinando-se às deliberações da Assembleia Geral ou às intervenções do Conselho Fiscal, nos casos em que a Lei ou os Estatutos o determinarem.

Dessas competências constam, entre outras:

- Escolha do seu Presidente;
- Cooptação de Administradores;
- Pedido de convocação de Assembleias Gerais;
- Elaboração dos relatórios e contas anuais;
- Aquisição, alienação e oneração de bens imóveis; prestação de cauções e garantias pessoais ou reais pela sociedade;
- Abertura ou encerramento de estabelecimentos ou de partes importantes destes;
- Extensões ou reduções importantes da atividade da sociedade;
- Modificações importantes na organização da empresa;
- Estabelecimento ou cessação de cooperação duradoura e importante com outras empresas;
- Mudança de sede;
- Projetos de fusão, de cisão e de transformação de sociedade;
- Qualquer outro assunto sobre o qual algum Administrador requeira deliberação do Conselho de Administração.

Os Estatutos da Sociedade¹ atribuem ao Conselho de Administração as seguintes competências: o exercício de todos os poderes de direção, gestão, administração e representação da sociedade; transferir a sede da sociedade para qualquer outro local permitido por lei; criar, em qualquer parte do território nacional ou no estrangeiro, delegações, agências, sucursais, filiais, dependências, escritórios ou outras formas locais de representação da sociedade; adquirir, alienar e onerar, por qualquer forma, ações e títulos de dívida próprios da sociedade e quaisquer direitos, bem como fazer sobre umas e outros as operações que forem julgadas convenientes; adquirir, alienar, permutar e locar bens

¹ Os Estatutos da Sociedade preveem que, por resolução tomada por unanimidade dos membros integrantes deste órgão, o Conselho de administração possa deliberar sobre aumentos de capital, por uma ou mais vezes, nas modalidades permitidas por lei, até ao montante de duzentos e cinquenta milhões de euros, competindo-lhe ainda deliberar sobre os respetivos termos, condições, forma e prazos de subscrição e realização. No entanto, tal faculdade, nos termos da lei geral, não se encontra atualmente em vigor:

- A última atribuição de poderes ao Conselho de Administração foi dada pela Assembleia Geral de 2 de outubro de 2000, com a deliberação de alteração do artigo 8º, nº 1, do Pacto Social e a consequente escritura pública de 16 de outubro de 2000; o artigo 8º, nº 1 do Pacto Social não indica o prazo para o exercício dos poderes;
- O artigo 456º, nº 1, b) do Código das Sociedades Comerciais refere que o Pacto Social deve fixar o prazo, não excedente a cinco anos, durante o qual os poderes podem ser exercidos, sendo que, na falta de indicação, o prazo é de cinco anos; o nº 4 do mesmo artigo 456º CSC refere que a Assembleia Geral, deliberando com a maioria exigida para a alteração do Pacto Social, pode renovar os poderes ao Conselho de Administração;
- Não foram renovados esses poderes após outubro de 2005.

Informação adicional: não foram emitidos aumentos de capital ao abrigo dos poderes atribuídos ao conselho de administração em outubro de 2000.

imobiliários, por quaisquer atos ou contratos, bem como onerá-los, ainda que mediante a constituição de garantias reais; exercer e promover o exercício dos direitos da sociedade nas sociedades em que participe; adquirir, alienar, permutar, locar e onerar por qualquer forma bens mobiliários; negociar com instituições de crédito operações de financiamento; movimentar contas bancárias, depositar e levantar dinheiros, emitir, aceitar, subscrever e endossar cheques, letras, livranças, extratos de fatura e outros títulos de crédito; confessar, desistir ou transigir em quaisquer ações, bem como comprometer-se em árbitros; desempenhar as demais funções previstas neste contrato e na lei.

O Conselho de Administração pode delegar competências nos seguintes termos:

- Num ou mais Administradores ou numa Comissão Executiva a gestão corrente da Sociedade, fixando-lhe os limites da delegação e/ou encarregar algum ou alguns Administradores de se ocuparem de certas matérias da administração - neste âmbito são indelegáveis as matéria descritas nas alíneas a) a k);
- Em qualquer dos seus elementos ou numa Comissão Executiva a execução das decisões do próprio Conselho; a gestão corrente da sociedade e a competência para determinadas matérias de administração; definir o regime de funcionamento da Comissão Executiva - neste âmbito são indelegáveis as matérias descritas nas alíneas a), b), c), d), f), j) e k).

No que concerne especificamente a operações de aumento de capital, o Conselho de Administração pode, nos termos do artigo 8.º dos Estatutos da Sociedade, por resolução tomada por unanimidade dos seus membros, decidir aumentar o capital social, por uma ou mais vezes, nas modalidades permitidas por lei, até ao montante de duzentos e cinquenta milhões de euros, competindo-lhe fixar os respetivos termos e condições, bem como a forma e os prazos de subscrição e realização.

No exercício em apreço, o Conselho de Administração não deliberou qualquer aumento de capital da Sociedade.

10. Informação sobre a existência de relações significativas de natureza comercial entre os titulares de participações qualificadas e a sociedade.

A Sociedade não realizou qualquer negócio ou operação com titulares de participação qualificada ou entidades que com eles estejam em qualquer relação nos termos do artigo 20.º do CVM, fora das condições normais de mercado, enquadrando-se tais negócios na atividade corrente das partes contratantes. Os procedimentos aplicáveis a estas transações estão descritos nos pontos 89. a 91., a seguir apresentados.

B. ÓRGÃOS SOCIAIS E COMISSÕES

A Corticeira Amorim é a *holding* de um grupo económico com sede em Portugal, solidamente implantado internacionalmente, através de sociedades subsidiárias, participadas e joint-ventures. O vastíssimo portefólio de produtos e soluções que continuamente desenvolve responde a mercados e consumidores diversos.

Respondendo aos desafios que decorrem deste enquadramento, o governo da Corticeira Amorim preconiza uma política de diversidade na composição dos seus órgãos sociais, em particular do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal, como forma de:

- Promover a diversidade na composição do respetivo órgão;
- Potenciar o desempenho de cada membro e, no conjunto, de cada órgão;
- Estimular análises abrangentes, equilibradas e inovadoras; e, consequentemente, permitir processos de decisão e de controlo fundamentados e ágeis;
- Contribuir para o incremento da inovação e autorrenovação da Sociedade, para seu o desenvolvimento sustentável e criação de valor para os Acionistas e demais *Stakeholders* no longo prazo.

A Corticeira Amorim reconhece, pois, a necessidade de promover continuamente a diversidade nos seus órgãos sociais, em particular no Conselho de Administração e no Conselho Fiscal, nomeadamente nos seguintes aspetos:

- Habilitações académicas adequadas e experiência profissional relevante para o exercício do cargo societário específico e que, no conjunto do respetivo órgão social, permitam reunir as competências necessárias ao cabal desempenho das funções desse mesmo órgão;
- Inclusão de membros de faixas etárias diferentes, combinando o saber e a experiência de membros mais seniores com a inovação e a criatividade de membros mais jovens, por forma a permitir ao respetivo órgão orientar-se para uma visão inovadora do negócio e uma gestão prudente dos riscos;

- A promoção da diversidade de género e, consequentemente, um adequado balanceamento de sensibilidades e de estilo de tomada de decisão dentro do respetivo órgão.

Conforme melhor detalhado no ponto 15. deste relatório, a Sociedade adota o modelo de governação vulgarmente conhecido como «latino reforçado», que preconiza a separação entre os órgãos de administração e de fiscalização, bem como uma dupla fiscalização, composta por um conselho fiscal e por um revisor oficial de contas.

I. ASSEMBLEIA GERAL

a) Composição da mesa da assembleia geral

11. Identificação e cargo dos membros da mesa da assembleia geral e respetivo mandato (início e fim).

A Mesa da Assembleia Geral é constituída por um Presidente e um Secretário, cargos ocupados no corrente mandato (2017 a 2019) por:

Presidente: Augusto Fernando Correia de Aguiar-Branco

Secretário: Rita Jorge Rocha e Silva

Início do primeiro mandato: 24 de maio de 2014

Data da primeira renovação de mandato: 7 de abril de 2017

Termo do mandato em curso: 31 de dezembro de 2019, mantendo-se em funções até nova eleição nos termos legais.

Ao longo do exercício de 2017 não ocorreram alterações na composição da Mesa da Assembleia Geral.

b) Exercício do direito de voto

12. Eventuais restrições em matéria de direito de voto, tais como limitações ao exercício do voto dependente da titularidade de um número ou percentagem de ações, prazos impostos para o exercício do direito de voto ou sistemas de destaque de direitos de conteúdo patrimonial (Art. 245.º-A, n.º 1, al. f).

Não existem regras estatutárias que prevejam a existência de ações que não confirmem o direito de voto ou que estabeleçam que não sejam contados direitos de voto acima de certo número, quando emitidos por um só acionista ou por acionistas com ele relacionados. Os Estatutos não preveem mecanismos que visem provocar um desfasamento entre o direito ao recebimento de dividendos ou à subscrição de novos valores mobiliários e o direito de voto de cada ação ordinária.

A cada ação corresponde um voto.

O bloqueio de ações para participação na Assembleia Geral tem de ser efetuado com a antecedência mínima de cinco dias úteis sobre a data designada para a respetiva reunião. A mesma regra se aplica quando uma Assembleia Geral é retomada em data posterior, no caso de ocorrer a suspensão da sessão inicial da Assembleia Geral.

Os Estatutos da Sociedade consagram a possibilidade de emissão de voto por correspondência, rececionado na Sociedade até ao terceiro dia útil anterior ao da Assembleia Geral. A receção da declaração de voto deve ocorrer até às 18 horas ao terceiro dia útil anterior à data da realização da Assembleia Geral. Os votos transmitidos por correspondência valem como votos negativos relativamente a propostas apresentadas posteriormente à data em que esses votos tenham sido emitidos. A presença do Acionista na Assembleia Geral revoga o voto por este dado por correspondência.

Os Estatutos da Corticeira Amorim preveem a admissibilidade do voto por meios eletrónicos desde que se julguem reunidas as condições técnicas que permitam assegurar a verificação da autenticidade das declarações de voto e garantir a integridade e a confidencialidade do seu conteúdo. O voto transmitido por meios eletrónicos deve ser rececionado na Sociedade até ao terceiro dia útil anterior ao da Assembleia Geral, ficando este último sujeito à verificação pelo Presidente da Mesa da Assembleia Geral, previamente à convocação da Assembleia Geral, da existência de meios técnicos e de comunicação que garantam a segurança e fiabilidade do voto emitido. Caso o Presidente da Mesa conclua que se encontram reunidos os requisitos técnicos para o exercício do voto por meios eletrónicos, incluirá tal informação no Aviso Convocatório - o que não se verificou durante o ano de 2017. Os votos

transmitidos por meios eletrónicos valem como votos negativos relativamente a propostas apresentadas posteriormente à data em que esses votos tenham sido emitidos. A presença do Acionista na Assembleia Geral revoga o voto por este dado por correspondência ou por meio eletrónico.

A Corticeira Amorim disponibiliza aos Acionistas, na sua sede social (Rua de Meladas, n.º 380 - 4536-902 Mozelos) e no sítio de Internet (www.corticeiraamorim.com), um modelo para o exercício do direito de voto por correspondência. A solicitação do Acionista, a Sociedade poderá ainda facultar tal documento por e-mail.

13. Indicação da percentagem máxima dos direitos de voto que podem ser exercidos por um único acionista ou por acionistas que com aquele se encontrem em alguma das relações do n.º 1 do art. 20.º.

Os Estatutos não preveem qualquer limitação do número de votos que podem ser detidos ou exercidos por um único acionista, individualmente ou em concertação com outros Acionistas.

14. Identificação das deliberações acionistas que, por imposição estatutária, só podem ser tomadas com maioria qualificada, para além das legalmente previstas, e indicação dessas maiorias.

Os Estatutos da Sociedade consagram requisitos específicos relativamente a quóruns constitutivos/deliberativos para as seguintes situações:

- Limitação ou supressão do direito de preferência nos aumentos de capital - necessidade da presença na Assembleia Geral de Acionistas que representem, pelo menos, cinquenta por cento do capital social realizado;
- Destituição do membro do Conselho de Administração eleito ao abrigo das regras especiais do art. 392º do Código das Sociedades Comerciais - que contra a deliberação de destituição não tenham votado Acionistas que representem, pelo menos, vinte por cento do capital social;
- Exercício do direito de voto - a necessidade de possuir pelo menos uma ação com a antecedência mínima de cinco dias úteis sobre a data designada para a Assembleia Geral;
- Para que a Assembleia Geral convocada a requerimento de Acionistas possa deliberar - a necessidade da presença de Acionistas detentores de ações que totalizem, no mínimo, o valor exigido por lei para legitimar o pedido de convocação da reunião;
- Alteração da composição do Conselho de Administração - a necessidade de deliberação por maioria de Acionistas correspondente a dois terços do capital social;
- Dissolução da Sociedade - a necessidade de deliberação de Acionistas que detenham ações correspondentes a, pelo menos, oitenta e cinco por cento do capital social realizado.

II. ADMINISTRAÇÃO E SUPERVISÃO

a) Composição

15. Identificação do modelo de governo adotado.

A Sociedade adota o modelo de governação vulgarmente conhecido como «latino reforçado», que preconiza a separação entre os órgãos de administração e de fiscalização, bem como uma dupla fiscalização, composta por um conselho fiscal e por um revisor oficial de contas.

Considera o Conselho de Administração que a adoção deste modelo permite a existência de um órgão de fiscalização com poderes de fiscalização efetivos e reforçados, composto integralmente por membros sujeitos a um regime de incompatibilidades e a requisitos de independência amplos. Acresce que, sendo esta função atribuída a um órgão autónomo - o Conselho Fiscal, tal propicia um eficiente modelo de governo que divide claramente as competências dos diferentes órgãos, evitando a atribuição da função fiscalizadora a um conjunto de membros do Conselho de Administração que é, por lei, um órgão colegial.

É, pois, convicção do Conselho de Administração que, ponderando a situação específica da Corticeira Amorim, o modelo de governo adotado é adequado, na medida em que:

- Consubstancia uma estrutura de regras societárias e de boas práticas, propiciadoras, respetivamente, de maior transparência e de elevados níveis de profissionalismo e competência;
- Garante o alinhamento de interesses de toda a Organização, nomeadamente entre Acionistas, membros dos órgãos sociais, dirigentes e demais colaboradores da sociedade;
- Incentiva a participação dos Acionistas na vida da Sociedade;
- Fomenta a eficiência e a competitividade da Corticeira Amorim.

A Corticeira Amorim promove a reflexão interna sobre as estruturas e práticas de governo societário adotadas, comparando o seu grau de eficiência com eventuais mais-valias de implementação de outras práticas e/ou medidas preconizadas quer pelo Código do Governo Societário da CMVM, quer por outros organismos.

Em sede de Comissão Executiva, este é um tema analisado juntamente com as questões do desenvolvimento orgânico da Corticeira Amorim. A reflexão sobre a estrutura societária propriamente dita é realizada quer em Comissão Executiva - com a presença do representante para as relações com o mercado -, quer em Conselho de Administração.

16. Regras estatutárias sobre requisitos procedimentais e materiais aplicáveis à nomeação e substituição dos membros do Conselho de Administração (art. 245.º-A, n.º 1, al. h).

As regras aplicáveis à **designação e substituição** dos membros do órgão de administração são as previstas na Lei com as seguintes especificidades previstas nos Estatutos da Sociedade:

A eleição é realizada em listas, com especificação do cargo que competir a cada membro, sendo a votação feita em duas fases:

Primeira: procede-se à eleição isolada de um Administrador entre pessoas propostas em listas subscritas por grupos de Acionistas que reúnam entre 10% e 20% do capital social. Cada lista deve propor pelo menos duas pessoas elegíveis por cada um dos cargos a preencher, não podendo o mesmo acionista subscrever mais do que uma das listas. Se nesta eleição isolada forem apresentadas listas por mais de um grupo de Acionistas, a votação incidirá primeiro sobre o conjunto das listas, e, depois, sobre as pessoas indicadas na lista vencedora. As listas podem ser apresentadas até ao início da discussão, na Assembleia Geral, do ponto da ordem de trabalhos relativo à eleição dos membros do Conselho de Administração;

Segunda: a Assembleia Geral procede à eleição dos demais Administradores, podendo participar na respetiva deliberação todos os Acionistas presentes, tenham ou não subscrito ou votado qualquer das listas da primeira fase. A Assembleia Geral não pode proceder à eleição dos restantes Administradores enquanto não tiver sido eleita uma das pessoas propostas nas listas da primeira fase, salvo se não tiver sido proposta qualquer lista.

O mandato dos membros do Conselho de Administração dura por três anos civis. Findo o mandato, os Acionistas procedem obrigatoriamente à eleição dos membros do Conselho de Administração, que podem ser reeleitos uma ou mais vezes.

A Assembleia Geral Anual, aquando da votação do relatório de gestão, das contas do exercício e da aplicação dos resultados, pode deliberar a destituição dos membros do Conselho de Administração, sem que haja lugar ao pagamento de qualquer indemnização ou compensação aos Administradores assim destituídos, independentemente de, para justificação de tal destituição, ter ou não sido invocada justa causa. No entanto, este mecanismo não produzirá os seus efeitos quanto ao membro do Conselho de Administração eleito ao abrigo das regras especiais de eleição descritas na primeira fase acima, caso, contra a deliberação de destituição tomada independentemente da invocação de justa causa que a justifique, tenham votado Acionistas que representem, pelo menos, 20% do capital social.

Faltando definitivamente um administrador, e não havendo suplentes, deve proceder-se à sua substituição por cooptação, salvo se os administradores em exercício não forem em número suficiente para o conselho poder funcionar. Não havendo cooptação dentro de 60 dias a contar da falta, o conselho fiscal designa o substituto. A cooptação e a designação pelo conselho fiscal devem ser submetidas a ratificação na primeira assembleia geral seguinte.

Faltando administrador eleito ao abrigo das regras especiais da primeira fase, e não havendo suplente respetivo, procede-se a nova eleição, à qual se aplicam, com as necessárias adaptações, as regras especiais da primeira fase.

17. Composição do Conselho de Administração, com indicação do número estatutário mínimo e máximo de membros, duração estatutária do mandato, número de membros efetivos, data da primeira designação e data do termo de mandato de cada membro.

De acordo com os estatutos da Sociedade, a administração da sociedade é exercida por um Conselho de Administração composto por um Presidente, um Vice-Presidente e um a nove Vogais. No mandato em curso, o Conselho de Administração é composto por um Presidente, um Vice-Presidente e quatro Vogais, todos efetivos.

A duração estatutária do mandato do Conselho de Administração é de três anos civis.

Ao longo de 2017, o Conselho de Administração era composto por seis membros efetivos:

Presidente: António Rios de Amorim

Data da primeira designação para o Conselho de Administração: 29 de março de 1990

Data da primeira designação para Presidente do Conselho de Administração: 31 de março de 2001

Data do termo do atual mandato: 31 de dezembro de 2019 mantendo-se em funções até nova eleição nos termos legais.

Vice-Presidente: Nuno Filipe Vilela Barroca de Oliveira

Data da primeira designação para o Conselho de Administração: 28 de março de 2003

Data do termo do atual mandato: 31 de dezembro de 2019 mantendo-se em funções até nova eleição nos termos legais.

Vogal: Fernando José de Araújo dos Santos Almeida

Data da primeira designação para o Conselho de Administração: 31 de julho de 2009

Data do termo do atual mandato: 31 de dezembro de 2019 mantendo-se em funções até nova eleição nos termos legais.

Vogal: Cristina Rios de Amorim Baptista

Data da primeira designação para o Conselho de Administração: 20 de julho de 2012

Data do termo do atual mandato: 31 de dezembro de 2019 mantendo-se em funções até nova eleição nos termos legais.

Vogal: Luísa Alexandra Ramos Amorim

Data da primeira designação para o Conselho de Administração: 28 de março de 2003

Foi eleita para Vogal do Conselho de Administração na Assembleia Geral de Acionistas realizada em 4 de abril de 2013

Data do termo do atual mandato: 31 de dezembro de 2019 mantendo-se em funções até nova eleição nos termos legais.

Vogal: Juan Ginesta Viñas

Data da primeira designação para o Conselho de Administração: 20 de julho de 2012

Data do termo do atual mandato: 31 de dezembro de 2019 mantendo-se em funções até nova eleição nos termos legais.

18. Distinção dos membros executivos e não executivos do Conselho de Administração e, relativamente aos membros não executivos, identificação dos membros que podem ser considerados independentes.

O Conselho de Administração da Corticeira Amorim é composto por três membros executivos e por três membros não executivos, tendo mantido a sua constituição ao longo do exercício de 2017:

Membros Executivos:

Presidente: António Rios de Amorim

Vice-Presidente: Nuno Filipe Vilela Barroca de Oliveira

Vogal: Fernando José de Araújo dos Santos Almeida

Membros Não executivos:

Vogal: Cristina Rios de Amorim Baptista

Vogal: Luísa Alexandra Ramos Amorim

Vogal: Juan Ginesta Viñas

Nenhum dos membros não executivos é independente.

19. Qualificações profissionais e outros elementos curriculares relevantes de cada um dos membros do Conselho de Administração.

António Rios de Amorim (Presidente):

Presidente do Conselho de Administração e da Comissão Executiva da Corticeira Amorim desde março de 2001. Foi Administrador Delegado da Amorim & Irmãos (1996-2001), Administrador da Sociedade Figueira Praia (1993-2006), responsável operacional da Amorim - Empreendimentos Imobiliários - promotora dos projetos Torres de Lisboa e Arrábida Shopping (1993-1995), Administrador Executivo da Amorim Hotéis, S.A., com responsabilidade no desenvolvimento das cadeias Ibis e Novotel em Portugal. *Degree of Commerce* - Faculty of Commerce and Social Sciences - Universidade de Birmingham (1989) e, complementarmente, frequência do *The Executive Program in Business Administration: Managing the Enterprise* - Columbia University Graduate School of Business (1992), *Managerial Skills for International Business* - INSEAD (2001) e *Executive Program in Strategy and Organization* - Graduate School of Business Stanford University (2007). Foi associado da European Round Table of Industrialists - único grupo empresarial português a integrar esta associação (1991-1995). Presidente da Associação Portuguesa da Cortiça (2002-2012) e da Confédération Européenne du Liège (desde 2003). Em fevereiro de 2006 foi distinguido, por Sua Excelência o Senhor Presidente da República, com a Comenda de Grande-Oficial da Ordem de Mérito Agrícola, Comercial e Industrial.

Idade: 50 anos

Nuno Filipe Vilela Barroca de Oliveira (Vice-Presidente):

Licenciado em Administração e Gestão de Empresas pela Universidade Católica Portuguesa. Administrador não executivo da Corticeira Amorim, desde março de 2003 até setembro de 2005, passou a exercer funções executivas a partir desta data; atualmente é Vice-Presidente do Conselho de Administração.

Administrador não executivo de diversas empresas do Grupo Amorim (a partir de 2000).

Administrador executivo da Barrancarnes (2000-2005).

Após um ano na área comercial da Møre Codfish (Noruega), integrado no programa Comett e um estágio na Merrill Lynch (Londres), iniciou a sua atividade profissional no Grupo Banco Comercial Português onde, durante três anos, colaborou nas áreas de Estudos e Planeamento, Área Internacional e Fundos de Investimento.

Idade: 47 anos

Fernando José de Araújo dos Santos Almeida (Vogal)

Licenciado em Economia pela Faculdade de Economia da Universidade do Porto (1983/84). Em 1991 iniciou a sua atividade na Corticeira Amorim, desempenhando diversas funções em várias sociedades do Grupo. Em 2002 assumiu o cargo de Diretor de Desenvolvimento Organizativo e Planeamento e Controlo de Gestão da Corticeira Amorim.

Idade: 56 anos

Cristina Rios de Amorim Baptista (Vogal):

Licenciada em Economia pela Faculdade de Economia do Porto em 1991, tendo concluído o MBA em International Banking and Finance da University of Birmingham (Reino Unido) em 1992. Em 2001 realizou uma pós-graduação em Gestão Internacional na Universidade Católica Portuguesa.

Iniciou a atividade profissional em 1992, exercendo funções em instituições internacionais como: a S. G. Warburg España (Corporate Finance) em Madrid (1992), a N. M. Rothschild & Sons Limited (Corporate Finance) em Londres (1993), a Rothschild Asset Management Limited (Gestão de Ativos) em Londres (1993) e a Soserfin, S.A. (área de Direção de estudos económicos e de Research) em 1994. Exerceu o cargo de Vogal do Conselho de Administração da Fundação Casa da Música (2006 a Março de 2013) e da Fundação AEP (2009 a Abril de 2013).

Integrou os Quadros da Amorim Investimentos e Participações, SGPS, S.A. (holding do Grupo Amorim) em 1994, sendo atualmente Vice-Presidente e CFO do Grupo. Em 1997 assumiu o cargo de Representante para a Relação com o Mercado (IRO) da Corticeira Amorim, SGPS, SA. (cargo ocupado até final de 2017) e, em julho de 2012, o cargo de vogal do conselho de administração da mesma sociedade.

Em abril de 2017 foi eleita Vogal não Executivo do Conselho de Administração do Banco BPI, S.A.

Idade: 49 anos

Luísa Alexandra Ramos Amorim (Vogal):

Licenciada em Marketing pelo ISAG e Hotelaria pela EHTe e EHTP, completando diversas áreas de formação em Hotelaria pelo Centre International de Glion, em Marketing pela UCI Communication - Estados Unidos e Gestão na EGP Porto. Administradora da Amorim - Investimentos e Participações (desde 2002), da Quinta Nova - Nossa Senhora do Carmo (desde 2006) e, mais recentemente, da Amorim Negócios Internacionais (desde 2016). Foi Diretora executiva da Natureza, S.G.P.S (2002-2006), Diretora de Marketing da J. W. Burmester (2000-2002) e Membro da Direção Hoteleira na Amorim Hotéis e Serviços e na Sociedade Figueira Praia (1996-1997), altura em que iniciou funções no Grupo Amorim. Desempenhou funções no âmbito de Consultadoria de gestão na Deloitte & Touche, Porto (1998-2000).

Para além da atividade empresarial é fundadora e presidente da Associação Bagos d'Ouro (desde 2010) e foi Vogal do Conselho de Administração da Fundação Museu do Douro (2006-2011).

Idade: 44 anos

Juan Ginesta Viñas (Vogal):

Contando com uma vasta e ampla experiência profissional na área empresarial, desempenhou funções relevantes nas sociedades International Harvester (diretor comercial), DEMAG EO (diretor comercial), Hunter Douglas (diretor geral e responsável pelas unidades industriais do Brasil, Argentina e Chile) e Terras Domenech (administrador delegado e presidente), entre outras. É administrador da sociedade Trefinos, SL desde 1996.

Idade: 77 anos

20. Relações familiares, profissionais ou comerciais, habituais e significativas, dos membros do Conselho de Administração com acionistas a quem seja imputável participação qualificada superior a 2% dos direitos de voto.

Sociedades detentoras ou às quais são imputáveis participação qualificada superior a 2% dos direitos de voto da Corticeira Amorim, cujo órgão de administração integra administradores em exercício da Corticeira Amorim:

- O Conselho de Administração da Amorim Capital, S.A. (fusionada em dezembro de 2017 na Amorim Investimentos e Participações, SGPS, S.A.) integrava António Rios de Amorim e Nuno Filipe Vilela Barroca de Oliveira;
- O Conselho de Administração da Amorim Investimentos e Participações, SGPS, S.A. integra António Rios de Amorim, Nuno Filipe Vilela Barroca de Oliveira, Cristina Rios de Amorim Baptista e Luísa Alexandra Ramos Amorim;
- O Conselho de Administração da Great Prime, S.A. integra Luísa Alexandra Ramos Amorim;
- O órgão de administração da Investmark Holdings, B.V. integra Luísa Alexandra Ramos Amorim;
- O Conselho de Administração da Amorim - Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A. integra António Rios de Amorim e Cristina Rios de Amorim Baptista.

Américo Ferreira de Amorim (falecido) era pai de Luísa Alexandra Ramos Amorim (sendo esta uma das suas herdeiras legítimas) e sogro de Nuno Filipe Vilela Barroca de Oliveira.

António Ferreira de Amorim é pai de António Rios de Amorim e de Cristina Rios de Amorim Baptista.

Não existem relações comerciais habituais e significativas entre os membros do Conselho de Administração e os acionistas a quem seja imputável participação qualificada.

21. Organogramas ou mapas funcionais relativos à repartição de competências entre os vários órgãos sociais, comissões e/ou departamentos da sociedade, incluindo informação sobre delegações de competências, em particular no que se refere à delegação da administração quotidiana da sociedade.

Os Estatutos da Corticeira Amorim preveem e atualmente encontram-se em exercício os seguintes órgãos:

Mesa da Assembleia Geral

Composição e mandato conforme descrito no ponto 11. deste relatório.

Compete ao Presidente da Mesa da Assembleia Geral:

- Convocar as reuniões de assembleia geral - preparando a convocatória e promovendo a sua publicitação;
- Receber requerimentos de inclusão de assuntos na ordem do dia e, no caso de os deferir, publicitar os assuntos incluídos na ordem do dia pela mesma forma usada para a convocação;
- No caso de assembleias gerais virtuais (*ciber-assembleias, assembleias on-line e assembleias por teleconferência*), assegurar a autenticidade das declarações e a segurança das comunicações;
- Escolher o local de realização da assembleia geral dentro do território nacional, desde que as instalações da sede não permitam a reunião em condições satisfatórias;

- Presidir à assembleia geral, dirigir e orientar os trabalhos, nomeadamente, verificar as presenças e quórum, organizar a lista de presenças, declarar aberta a reunião, permitir, limitar ou recusar o uso da palavra, apresentar os votos por correspondência, apurar a totalidade dos votos e anunciar o resultado;
- Autorizar a presença na assembleia geral de 3^{os} estranhos à sociedade, podendo a assembleia revogar essa autorização;
- Suspender os trabalhos da assembleia geral, fixando logo o seu recomeço para data que não diste mais de 90 dias, não podendo a mesma sessão ser suspensa duas vezes;
- Encerrar a sessão, promover a redação da ata e assiná-la.

Compete ao Secretário da Mesa da Assembleia Geral:

- Ajudar o presidente da mesa na condução dos trabalhos, nomeadamente, na verificação das presenças e quórum, na organização da lista de presenças;
- Ler a ordem do dia constante da convocatória e os documentos remetidos à mesa durante a sessão;
- Tomar apontamentos para realização da ata;
- Proceder à contagem dos votos;
- Redigir a ata e assiná-la.

Conselho de Administração²

Composição e mandato conforme descrito no ponto 17. deste relatório; competências conforme descrito no ponto 9. deste relatório.

Comissão Executiva

Composição e mandato conforme descrito no ponto 28. deste relatório; competências conforme descrito no ponto 29. deste relatório.

Conselho Fiscal

Composição e mandato conforme descrito no ponto 31. deste relatório; competências conforme descrito nos pontos 37. e 38. deste relatório.

Revisor oficial de Contas

Composição, mandato e competências conforme descrito no ponto 39. deste relatório.

Comissão de Remunerações

Composição, mandato e competências conforme descrito no ponto 67. deste relatório.

² Os Estatutos da sociedade preveem a possibilidade de o Conselho de Administração ser assessorado por um a três Conselheiros, a designar pelo mesmo, de entre pessoas de reconhecido mérito e experiência, com mandatos coincidentes com os dos Administradores. Os Conselheiros do Conselho de Administração exercem funções de aconselhamento do Conselho de Administração relativamente a todas as matérias abordadas nas respetivas reuniões, apesar de não terem direito de voto nas deliberações tomadas.

No caso concreto da Corticeira Amorim, a inigualável experiência, visão de futuro e espírito empreender do Sr. Américo Ferreira de Amorim bem como o elevado conhecimento da fileira da cortiça do Sr. Joaquim Ferreira de Amorim foram um importante contributo para o desenvolvimento da Sociedade, assumindo um importante papel nas reuniões do Conselho no mandato 2014-2016, mantendo-se no cargo até 7 de abril de 2017, com a participação efetiva do Sr. Joaquim Ferreira de Amorim e a ausência do Sr. Américo Ferreira de Amorim, por motivos de saúde. O Conselho de Administração eleito em 7 de abril de 2017 para o mandato de 2017-2019 não designou Conselheiros do Conselho de Administração.

Estrutura de Gestão do Negócio

Tal como detalhadamente explicitado no ponto 9., compete ao Conselho de Administração gerir as atividades da Sociedade e deliberar sobre qualquer assunto da administração da mesma, subordinando-se às deliberações da Assembleia Geral ou às intervenções do Conselho Fiscal, nos casos em que a Lei ou os Estatutos o determinarem. Conforme previsto na Lei e nos Estatutos, o Conselho de Administração delegou a gestão corrente numa Comissão Executiva, conforme descrito nos pontos 28. e 29. deste relatório.

Os membros não executivos do Conselho de Administração participam regularmente nas reuniões do Conselho de Administração, que, com uma periodicidade mensal, deliberam e analisam a evolução de todas as matérias indelegáveis e de todos os assuntos cuja relevância, materialidade e/ou criticidade torna pertinente a sua inclusão na Agenda de Trabalhos do Conselho.

A organização administrativa das reuniões garante a todos os membros do Conselho - executivos e não executivos - uma preparação prévia adequada, fomentando-se a participação ativa de todos os membros no debate, análise e gizar de ações em prol da produtividade das reuniões e da eficiência da Organização. O calendário das reuniões ordinárias do Conselho de Administração é acordado no início de cada exercício económico, de forma a que todos os seus membros possam estar presentes. Até ao segundo dia útil anterior à realização de cada reunião, qualquer Administrador, incluindo os não executivos, tem oportunidade de solicitar a inclusão de pontos/assuntos a analisar em Conselho.

Encontra-se devidamente implementado um sistema de reporte da Comissão Executiva ao Conselho de Administração que garante o alinhamento das suas atuações e o tempestivo conhecimento de todos os membros do Conselho de Administração da forma como se desenvolve a atividade da Comissão Executiva. A Comissão Executiva presta, em tempo útil e de forma adequada ao pedido, todas as informações solicitadas por outros membros dos órgãos sociais e que se afigurem necessárias no âmbito das competências respetivas.

Assim, além das matérias que, por lei ou pelos estatutos, são de exclusiva competência do Conselho de Administração, os membros não executivos conhecem e acompanham:

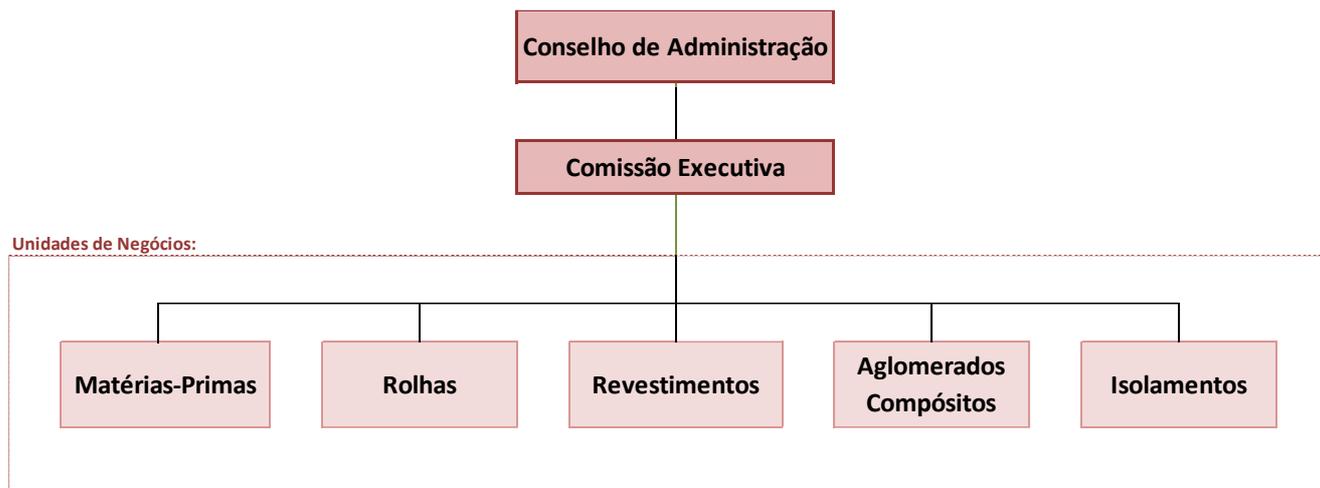
- A evolução da atividade operacional e dos principais indicadores económico-financeiros de todas as UN que compõem a Corticeira Amorim;
- A informação relevante sobre a função financeira consolidada: financiamento, investimento, autonomia financeira e responsabilidades extrapatrimoniais;
- A atividade desenvolvida pelas várias áreas de suporte e respetivo impacto na Organização;
- A evolução das atividades de investigação, desenvolvimento e inovação (IDI);
- O calendário dos principais eventos da Corticeira Amorim e suas UN, sendo a Organização muitas vezes representada em eventos internacionais, tais como missões empresariais, por um ou mais membros não executivos do Conselho de Administração.

A atividade operacional da Corticeira Amorim está estruturada em cinco Unidades de Negócios (UN)

Assumindo um modelo de gestão assente num conceito de *Holding* Estratégico-Operacional, as UN são coordenadas pela Comissão Executiva da Corticeira Amorim, a qual dispõe de amplos poderes de gestão, com exceção dos que por força legal ou estatutária estão reservados ao Conselho de Administração.

O alinhamento estratégico de toda a Organização é potenciado pela utilização da metodologia de *balanced scorecard* na Corticeira Amorim e nas suas UN. Neste âmbito, compete ao Conselho de Administração da Corticeira Amorim a aprovação dos objetivos e iniciativas estratégicas (i) transversais a toda a Organização, (ii) específicas da Corticeira Amorim e de cada UN.

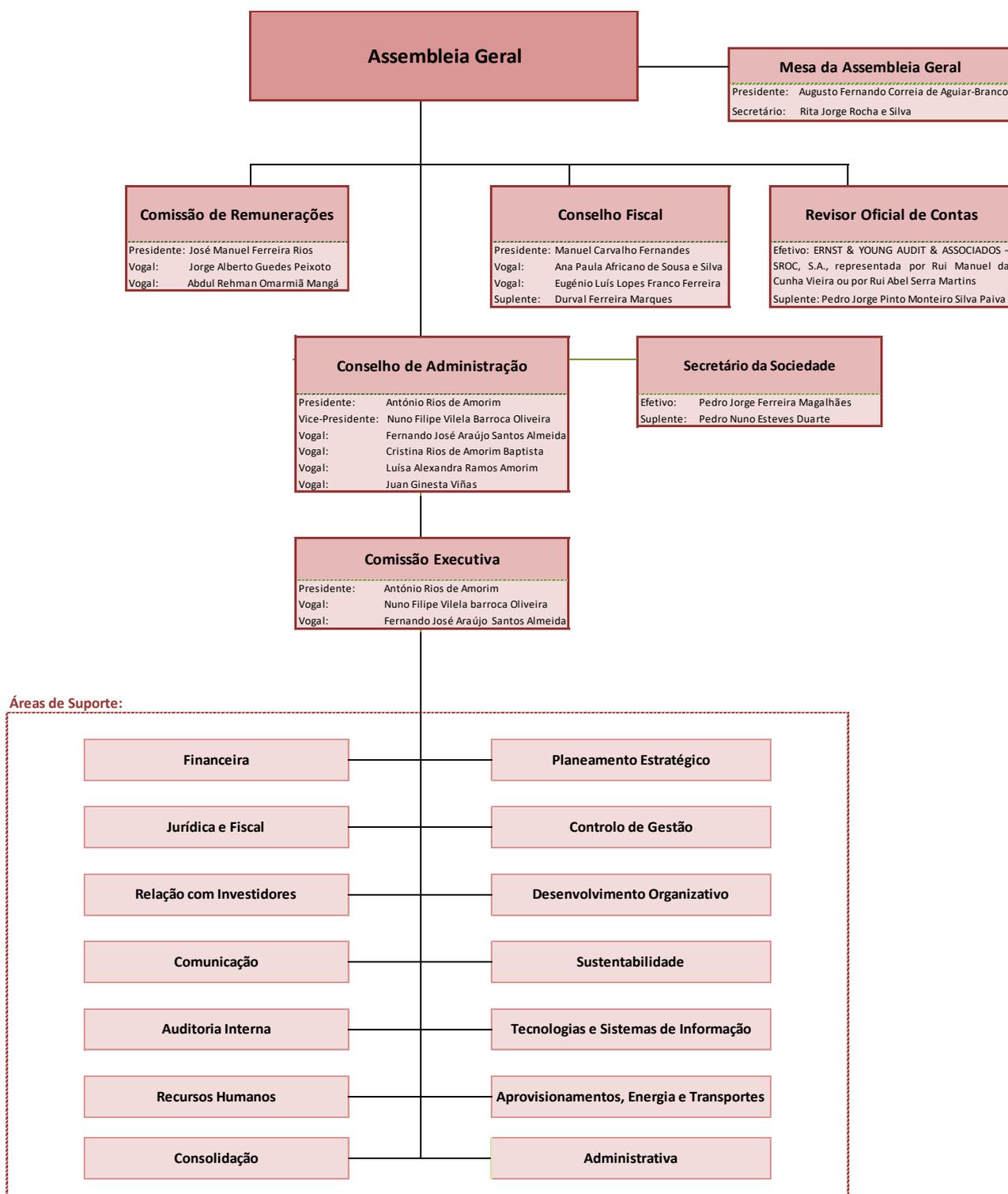
Cada UN dispõe de um Conselho de Administração composto por membros não executivos e por membros executivos onde se inclui o Diretor-Geral da UN, sendo o órgão competente para a decisão de todas as matérias consideradas relevantes. O esquema abaixo apresenta a forma como atualmente se encontra organizada a estrutura de gestão do negócio:



As **Áreas de Suporte** estão orientadas para o acompanhamento e coordenação da atividade das UN e das respetivas áreas funcionais, competindo à Comissão Executiva o respetivo acompanhamento, conforme ilustra o esquema abaixo.

As atividades das áreas de suporte são reportadas periodicamente à Comissão Executiva, sendo a sua atividade acompanhada por um Administrador Executivo. No ano em apreço, Nuno Barroca acompanhou a Auditoria Interna; Fernando Almeida: o Planeamento Estratégico, o Desenvolvimento Organizativo, as Tecnologias e Sistemas de Informação e o Controlo de Gestão; os restantes pelouros foram acompanhados por António Amorim.

Com a frequência julgada conveniente/adequada, quer o Administrador responsável pela Área de Suporte, quer a Comissão Executiva, quer o próprio Conselho de Administração podem suscitar - e fazem-no efetivamente - a inclusão da análise da atividade desenvolvida pelas Áreas de Suporte, analisando-se em Conselho a necessidade/oportunidade de novas atribuições ou estratégias.



b) Funcionamento

22. Existência e local onde podem ser consultados os regulamentos de funcionamento do Conselho de Administração.

O funcionamento do Conselho de Administração da Corticeira Amorim respeita escrupulosamente todas as regras de funcionamento a que se encontra sujeito, nomeadamente as previstas no Código das Sociedades Comerciais, nos Estatutos da Sociedade e nas normas regulamentares emanadas pela CMVM, o que consubstancia já um verdadeiro regulamento de funcionamento, adequado e propiciador do seu eficiente funcionamento em prol da salvaguarda do empenho deste órgão colegial na prossecução eficiente dos interesses da Sociedade e de todos os seus Acionistas.

Assim, embora não exista um regulamento interno formal escrito conforme referido neste ponto, considera a Corticeira Amorim que os princípios de boa prática empresarial fazem parte dos valores empresariais salvaguardados tanto pelos membros deste órgão societário como pelos restantes Colaboradores que o apoiam e/ou assessoram.

Atendendo a que tal regulamento não se encontra formalizado, também não está disponível no sítio da Sociedade. No entanto, todas as referidas regras de funcionamento que, por lei (Código das Sociedades Comerciais, Código dos Valores Mobiliários, Regulamentos e Instruções da CMVM) ou pelos Estatutos, são observadas pelo Conselho de Administração encontram-se disponíveis no sítio da CMVM (www.cmvm.pt) ou no da Sociedade (www.corticeiraamorim.com), respetivamente.

23. Número de reuniões realizadas e grau de assiduidade de cada membro do Conselho de Administração às reuniões realizadas.

Nos termos dos Estatutos da Sociedade, o Conselho de Administração reúne-se quando e onde o interesse social o exigir. Ao longo do exercício de 2017 realizaram-se 11 reuniões do Conselho de Administração, com a presença ou representação da totalidade dos membros deste Conselho. A assiduidade global foi de 100%; caso se expurgassem deste cálculo as representações de administradores, a assiduidade seria de 93,9%.

Fizeram-se representar por outro administrador: Cristina Rios de Amorim Baptista na reunião de 28 de julho; Luísa Alexandra Ramos Amorim na reunião de 8 de maio; e Juan Ginesta Viñas nas reuniões de 9 de janeiro e de 28 de julho. Os restantes membros do Conselho de Administração participaram presencialmente em todas as reuniões.

24. Indicação dos órgãos da sociedade competentes para realizar a avaliação de desempenho dos administradores executivos.

Nos termos dos estatutos da Sociedade, compete à Assembleia Geral ou a uma Comissão eleita por aquela deliberar sobre a avaliação de desempenho dos administradores executivos.

Tal como referido no ponto 67. deste relatório, encontra-se em exercício uma Comissão de Remunerações (triénio de 2017 a 2019), a quem compete realizar a avaliação referida neste ponto, fazendo-a efetivamente.

25. Critérios pré-determinados para a avaliação de desempenho dos administradores executivos.

Nos termos da declaração sobre a política de remunerações a atribuir ao Conselho de Administração aprovada na Assembleia Geral de Acionistas de 7 de abril de 2017, sob proposta da Comissão de Remunerações da Sociedade (ponto 69.), sempre que tal seja adequado e exequível, a remuneração deverá ser composta essencialmente por uma remuneração fixa, à qual acresça uma remuneração variável, atribuível aos membros executivos sob a forma de prémio de desempenho, que deve resultar da avaliação da performance de curto prazo e do contributo do desempenho anual para a sustentabilidade económica a médio/longo prazo da Organização. O montante efetivo da retribuição variável dependerá sempre da avaliação a realizar anualmente pela Comissão de Remunerações sobre o desempenho dos membros do Conselho de Administração, analisando o respetivo contributo quer para os resultados obtidos no exercício económico em apreço quer para o cumprimento das metas e implementação das estratégias definidas pela Sociedade a médio/longo prazo: a evolução dos resultados e o nível de concretização dos objetivos estratégicos de inovação, solidez financeira, criação de valor, competitividade e crescimento. O pagamento da componente variável da remuneração, se existir, poderá ter lugar, no todo ou em parte, após o apuramento das contas de exercício correspondentes a todo o mandato, havendo, portanto, a possibilidade de limitação da remuneração variável, no caso

de os resultados evidenciarem uma deterioração relevante do desempenho da Sociedade no último exercício apurado ou quando esta seja expectável no exercício em curso.

26. Disponibilidade de cada um dos membros, consoante aplicável, do Conselho de Administração, do Conselho Geral e de Supervisão e do Conselho de Administração Executivo, com indicação dos cargos exercidos em simultâneo em outras empresas, dentro e fora do grupo, e outras atividades relevantes exercidas pelos membros daqueles órgãos no decurso do exercício.

António Rios de Amorim (Presidente):

Empresa	Cargo Exercido
Grupo Corticeira Amorim	
<i>Amorim & Irmãos, S.A.</i>	<i>Presidente do Conselho de Administração</i>
<i>Amorim & Irmãos, S.G.P.S., S.A.</i>	<i>Presidente do Conselho de Administração</i>
<i>Amorim Bartop - Investimentos e Participações, S.A.</i>	<i>Presidente do Conselho de Administração</i>
<i>Amorim Comp Cork, Lda.</i>	<i>Gerente</i>
<i>Amorim Cork Composites, S.A.</i>	<i>Presidente do Conselho de Administração</i>
<i>Amorim Cork Research, Lda.</i>	<i>Gerente</i>
<i>Amorim Cork Services, Lda.</i>	<i>Gerente</i>
<i>Amorim Florestal España, S.L.</i>	<i>Presidente do Conselho de Administração</i>
<i>Amorim Florestal, S.A.</i>	<i>Presidente do Conselho de Administração</i>
<i>Amorim Flooring - Soluções Inovadoras de Cortiça, S.A.</i>	<i>Presidente do Conselho de Administração</i>
<i>Amorim Industrial Solutions - Imobiliária, S.A.</i>	<i>Presidente do Conselho de Administração</i>
<i>Amorim Isolamentos, S.A.</i>	<i>Presidente do Conselho de Administração</i>
<i>Amorim Natural Cork, S.A.</i>	<i>Presidente do Conselho de Administração</i>
<i>Amorim Revestimentos, S.A.</i>	<i>Presidente do Conselho de Administração</i>
<i>Amorim Tops Series, S.A.</i>	<i>Presidente do Conselho de Administração</i>
<i>Chapius, S.L.</i>	<i>Presidente do Conselho de Administração</i>
<i>Comatral - Compagnie Marocaine de Transformation du Liège, S.A.</i>	<i>Presidente do Conselho de Administração e Presidente da Mesa da Assembleia Geral</i>
<i>Compruss - Investimentos e Participações, Lda.</i>	<i>Gerente</i>
<i>Dom Korkowy, Sp. Zo.o</i>	<i>Vogal do Conselho de Administração</i>
<i>Equipar - Participações Integradas, SGPS, Lda.</i>	<i>Gerente</i>
<i>Francisco Oller, S.A.</i>	<i>Vogal do Conselho de Administração</i>
<i>Korken Schiesser GmbH</i>	<i>Presidente do Conselho de Administração</i>
<i>Olimpiadas Barcelona 92, S.L.</i>	<i>Presidente do Conselho de Administração</i>
<i>SIBL - Société Industrielle Bois Liège, S.A.R.L.</i>	<i>Gerente</i>
<i>Société Nouvelle des Bouchons Trescasses, S.A.</i>	<i>Diretor</i>
Outras Sociedades	
<i>Amorim - Investimentos e Participações, S.G.P.S., S.A.</i>	<i>Vogal do Conselho de Administração</i>
<i>Amorim - Serviços e Gestão, S.A.</i>	<i>Presidente do Conselho de Administração</i>
<i>Amorim - Viagens e Turismo, Lda.</i>	<i>Gerente</i>
<i>Amorim Desenvolvimento - Investimentos e Serviços, S.A.</i>	<i>Presidente do Conselho de Administração</i>
<i>Amorim Global Investors, SGPS, S.A.</i>	<i>Presidente do Conselho de administração</i>
<i>Amorim - Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A.</i>	<i>Vogal do Conselho de Administração</i>
<i>Clube de Tiro, Caça e Pesca a Alogal</i>	<i>Tesoureiro</i>
<i>Gierlings Velpor - Veludo Português, S.A.</i>	<i>Vogal do Conselho de Administração</i>
<i>OSI - Sistemas Informáticos e Electrotécnicos, Lda.</i>	<i>Gerente</i>
<i>QM1609 - Investimentos Imobiliários, S.A.</i>	<i>Presidente do Conselho de Administração</i>
<i>Quinta Nova de Nossa Senhora do Carmo, S.A.</i>	<i>Vogal do Conselho de Administração</i>

Nuno Filipe Vilela Barroca de Oliveira (Vice-Presidente):

Empresa	Cargo Exercido
Grupo Corticeira Amorim	
<i>Amorim & Irmãos, S.A.</i>	<i>Vice-Presidente do Conselho de Administração</i>
<i>Amorim & Irmãos, S.G.P.S., S.A.</i>	<i>Vogal do Conselho de Administração</i>
<i>Amorim Cork Composites, S.A.</i>	<i>Vogal do Conselho de Administração</i>
<i>Amorim Cork Ventures, Lda.</i>	<i>Gerente</i>
<i>Corecochik - Corking Shoes Investments, Lda</i>	<i>Gerente</i>
<i>Ecochic Portuguesas - Footwear and Fashion Products, Lda.</i>	<i>Gerente</i>
<i>Growancork - Estruturas Isoladas de Cortiça, Lda.</i>	<i>Gerente</i>
<i>Amorim Florestal, S.A.</i>	<i>Vogal do Conselho de Administração</i>
<i>Amorim Industrial Solutions - Imobiliária, S.A.</i>	<i>Vogal do Conselho de Administração</i>
<i>Amorim Isolamentos, S.A.</i>	<i>Vogal do Conselho de Administração</i>
<i>Amorim Natural Cork, S.A.</i>	<i>Vogal do Conselho de Administração</i>
<i>Amorim Revestimentos, S.A.</i>	<i>Vogal do Conselho de Administração</i>
<i>Amorim Revestimentos, S. A. Zweigniederlassung Delmenhorst</i>	<i>Vogal do Conselho de Administração</i>
Outras Sociedades	
<i>Amorim - Investimentos e Participações, S.G.P.S., S.A.</i>	<i>Vogal do Conselho de Administração</i>
<i>API - Amorim Participações Internacionais, S.G.P.S., S.A.</i>	<i>Vogal do Conselho de Administração</i>
<i>Casa das Heras - Empreendimentos Turísticos, S.A.</i>	<i>Vogal do Conselho de Administração</i>
<i>Imobis - Empreendimentos Imobiliários Amorim, S.A.</i>	<i>Vogal do Conselho de Administração</i>
<i>Mosteiro de Grijó - Empreendimentos Turísticos e Imobiliários, S.A.</i>	<i>Vogal do Conselho de Administração</i>
<i>OSI - Sistemas Informáticos e Electrotécnicos, Lda.</i>	<i>Gerente</i>
<i>Paisagem de Alqueva, S.A.</i>	<i>Vogal do Conselho de Administração</i>
<i>Quinta Nova de Nossa Senhora do Carmo, S.A.</i>	<i>Vogal do Conselho de Administração</i>
<i>SSA - Sociedade de Serviços Agrícolas, S.A.</i>	<i>Vogal do Conselho de Administração</i>

Fernando José de Araújo dos Santos Almeida (Vogal):

Empresa	Cargo Exercido
Grupo Corticeira Amorim	
<i>Amorim Cork Services, Lda.</i>	<i>Gerente</i>
<i>Amorim Revestimentos, S.A.</i>	<i>Vogal do Conselho de Administração</i>
<i>OSI - Sistemas Informáticos e Electrotécnicos, Lda.</i>	<i>Gerente</i>
<i>Vatrya - Consultoria e Marketing, Lda.</i>	<i>Gerente</i>

Cristina Rios de Amorim Baptista (Vogal):

Empresa	Cargo Exercido
Grupo Corticeira Amorim	
<i>Amorim & Irmãos, S.A.</i>	<i>Presidente da Comissão de Vencimentos</i>
Outras Sociedades	
<i>Amorim - Investimentos e Participações, S.G.P.S., S.A.</i>	<i>Vice-Presidente do Conselho de Administração</i>
<i>Amorim - Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A.</i>	<i>Vogal do Conselho de Administração</i>
<i>Banco BPI, S.A.</i>	<i>Vogal do Conselho de Administração</i>
Outras Instituições:	
<i>AEP - Associação Empresarial de Portugal</i>	<i>Membro do Conselho Geral, em representação de Amorim & Irmãos, S.A.</i>
<i>BCSD Portugal - Conselho Empresarial para o Desenvolvimento Sustentável</i>	<i>Membro da Direção</i>
<i>AEM - Associação de Empresas Emitentes de Valores Cotados em Mercado</i>	<i>Membro do Conselho Geral, em representação da Corticeira Amorim, SGPS, S.A.</i>

Vogal: Luísa Alexandra Ramos Amorim (Vogal):

Empresa	Cargo Exercido
Outras Sociedades	
<i>Actual, SGPS, S.A.</i>	<i>Presidente do Conselho de Administração</i>
<i>Amorim - Investimentos e Participações, SGPS, S.A.</i>	<i>Vogal do Conselho de Administração</i>
<i>Amorim - Serviços e Gestão, S.A.</i>	<i>Vogal do Conselho de Administração</i>
<i>Amorim - Viagens e Turismo, Lda.</i>	<i>Gerente</i>
<i>Amorim Capital, S.A.</i>	<i>Vogal do Conselho de Administração</i>
<i>Amorim Desenvolvimento - Investimentos e Serviços, S.A.</i>	<i>Vogal do Conselho de Administração</i>
<i>Amorim Global Investors, SGPS, S.A.</i>	<i>Vogal do Conselho de Administração</i>
<i>Amorim Negócios Internacionais, S.A.</i>	<i>Presidente do Conselho de Administração</i>
<i>Andorine, Lda.</i>	<i>Gerente</i>
<i>Bucozal - Investimentos Imobiliários e Turísticos, Lda.</i>	<i>Gerente</i>
<i>Época Global, SGPS, S.A.</i>	<i>Presidente do Conselho de Administração</i>
<i>Great Prime, S.A.</i>	<i>Vogal do Conselho de Administração</i>
<i>Investmark Holdings, B.V.</i>	<i>Director</i>
<i>OSI - Sistemas Informáticos e Electrotécnicos, Lda.</i>	<i>Gerente</i>
<i>Quinta Nova de Nossa Senhora do Carmo, S.A.</i>	<i>Presidente do Conselho de Administração</i>
<i>Vintage Prime, SGPS, S.A.</i>	<i>Vogal do Conselho de Administração</i>
<i>Warranties - SGPS, S.A.</i>	<i>Vogal do Conselho de Administração</i>
Outras Instuições	
<i>Associação Bagos D'Ouro - IPSS</i>	<i>Presidente da Direção</i>

Juan Ginesta Viñas (Vogal):

Empresa	Cargo Exercido
Grupo Corticeira Amorim	
<i>Trefinos, S.A.</i>	<i>Presidente do Conselho de Administração</i>
Outras Sociedades	
<i>Les Finques, S.A.</i>	<i>Administrador Único</i>

c) Comissões no seio do órgão de administração ou supervisão e administradores delegados

27. Identificação das comissões criadas no seio, consoante aplicável, do Conselho de Administração, do Conselho Geral e de Supervisão e do Conselho de Administração Executivo, e local onde podem ser consultados os regulamentos de funcionamento.

Existe uma Comissão Executiva, constituída por delegação de competências do Conselho de Administração. Embora não exista um regulamento de funcionamento formal e disponível para consulta, o funcionamento da Comissão Executiva respeita a todas as regras a que se encontra sujeita, nomeadamente as previstas no Código das Sociedades Comerciais, nos Estatutos da sociedade e nos procedimentos adotados internamente, o que consubstancia por si só um regulamento de funcionamento adequado e propiciador da implementação das melhores práticas, em salvaguarda da eficiência da sociedade e da criação de valor para o Acionista.

Tal como referido para o Conselho de Administração, acresce que os princípios de boa prática empresarial fazem parte dos valores salvaguardados tanto pelos membros desta Comissão como pelos restantes Colaboradores que o apoiam e/ou assessoram.

28. Composição da comissão executiva.

A Comissão Executiva é composta por três membros, um Presidente e dois Vogais:

- Presidente:** António Rios de Amorim
Vogal: Nuno Filipe Vilela Barroca de Oliveira
Vogal: Fernando José de Araújo dos Santos Almeida
O mandato da Comissão Executiva coincide com o do Conselho de Administração.

29. Indicação das competências de cada uma das comissões criadas e síntese das atividades desenvolvidas no exercício dessas competências.

A **Comissão Executiva** resulta da delegação de competências do Conselho de Administração - nos precisos termos previstos nos Estatutos e na Lei, conforme descrito no ponto 9. deste relatório, feita em proveito de uma maior agilização da administração e do acompanhamento mais próximo e contínuo, quer das várias estruturas da Sociedade (de gestão, operacionais ou de suporte), quer das próprias atividades operacionais e dos negócios.

Nos termos dos Estatutos da Corticeira Amorim, são competências da Comissão Executiva a execução das decisões do Conselho de Administração e a gestão corrente da sociedade, assistindo-lhe também competência para matérias de administração. Em 2017 a atividade da Comissão Executiva desenvolveu-se no quadro destas competências, tendo em vista:

- A gestão corrente da sociedade;
- A implementação das decisões tomadas em Conselho de Administração;
- O alinhamento da atividade das várias Unidades de Negócio que constituem a Sociedade, e análise do *reporting* respetivo;
- Estimativas orçamentais e definição de metas e objetivos;
- Ao nível dos recursos humanos: análise da evolução de indicadores, política e prioridades de formação, avaliação de desempenho, política salarial;
- O acompanhamento da evolução de fatores críticos de negócio, definição e implementação de medidas de gestão desses fatores (evolução dos preços dos principais *inputs*, taxas de juro e de câmbio);
- O acompanhamento e decisão sobre investimentos, financiamentos e assunção de responsabilidades;
- A definição do plano de atividades de auditoria interna e de controlo interno e reporte das principais conclusões;
- A definição da política e decisão sobre as ações prioritárias em matéria de Investigação, Desenvolvimento e Inovação;
- O acompanhamento da ação Corticeira Amorim: transações efetuadas, evolução da cotação, estimativas de analistas;
- A análise e reflexão sobre o modelo de governo societário e sua adequabilidade à sociedade e respetivos objetivos.

Encontra-se devidamente implementado um sistema de reporte desta Comissão ao Conselho de Administração que garante o alinhamento das suas atuações e o tempestivo conhecimento de todos os membros do Conselho de Administração da forma como se desenvolve a atividade da Comissão Executiva.

O Presidente da Comissão Executiva, simultaneamente Presidente do Conselho da Administração, remete, em tempo, ao Presidente do Conselho Fiscal as atas das respetivas reuniões.

A Comissão Executiva reuniu-se treze vezes ao longo de 2017, a assiduidade foi de 100% (em termos globais e individuais).

III. FISCALIZAÇÃO

a) Composição

30. Identificação do órgão de fiscalização correspondente ao modelo adotado.

A Sociedade adota o modelo de governação vulgarmente conhecido como «latino reforçado», com uma dupla fiscalização, composta por um conselho fiscal e por um revisor oficial de contas.

31. Composição do Conselho Fiscal, com indicação do número estatutário mínimo e máximo de membros, duração estatutária do mandato, número de membros efetivos, data da primeira designação e data do termo de mandato de cada membro.

Os estatutos determinam que o Conselho Fiscal é composto por três membros efetivos e um ou mais suplentes. No corrente mandato (2017-2019), o Conselho Fiscal é composto por três membros efetivos e um suplente:

Presidente: Manuel Carvalho Fernandes
Vogal: Ana Paula Africano de Sousa e Silva
Vogal: Eugénio Luís Lopes Franco Ferreira
Data da primeira designação para o Conselho Fiscal: 24 de março de 2014
Data da primeira reeleição para o Conselho Fiscal: 7 de abril de 2017
Termo do mandato: 31 de dezembro de 2019, mantendo-se em funções até nova eleição nos termos legais
Suplente: Durval Ferreira Marques
Data da primeira nomeação para o Conselho Fiscal: 28 de maio de 2007
Data da primeira designação para Suplente do Conselho Fiscal: 24 de março de 2014
Data da segunda designação para Suplente do Conselho Fiscal: 7 de abril de 2017
Termo do mandato: 31 de dezembro de 2019, mantendo-se em funções até nova eleição nos termos legais

32. Identificação dos membros do Conselho Fiscal que se considerem independentes, nos termos do art. 414.º, n.º 5 CSC.

Tanto quanto é do conhecimento da Sociedade, todos os membros efetivos do Conselho Fiscal cumprem os critérios de independência previstos no n.º 5 do artigo 414.º, bem como as regras de incompatibilidade previstas no n.º 1 do artigo 414.º-A e ambos do Código das Sociedades Comerciais.

O membro suplente deste Conselho, Durval Ferreira Marques é considerado não independente uma vez que não cumpre o critério previsto na alínea b), n.º 5 do artigo 414.º (após três mandatos como Presidente do Conselho Fiscal, foi eleito para suplente do mesmo órgão). Cumpre os restantes requisitos de independência bem como as regras de incompatibilidade referidas no parágrafo anterior.

33. Qualificações profissionais de cada um dos membros do Conselho Fiscal e outros elementos curriculares relevantes.

Manuel Carvalho Fernandes (Presidente):

Licenciado em Economia pela Faculdade de Economia da Universidade do Porto. MBA pela Kaholieke Universiteit te Leuven (Lovaina, Bélgica). Carreira profissional no sector financeiro (1979 - 1995) - Banco Português do Atlântico, Secretário de Estado do Tesouro (1986-1988), Presidente do Banco Comercial de Macau (1989-1995), da Companhia de Seguros Bonança (1992-1995) e da União dos Bancos Portugueses (1993-1995). Administrador do Banco Mais (1997-2011), Seguros Sagres (2006-2008), Finibanco (2004-2006). Presidente executivo da SGAL - Sociedade Gestora Alta de Lisboa (1998-2007).

Nos últimos cinco anos exerceu cargos de administração em várias sociedades (para além das referidas no ponto 36.): BANIF, SGPS, S.A., BANIF - Banco Internacional do Funchal, S.A., Tecnocrédito, SGPS, S.A., Banco MAIS, S.A., Finpro, SCR, S.A. e Finpro Unipessoal, Lda.

Ana Paula Africano de Sousa e Silva (Vogal):

Licenciada em Economia na Faculdade de Economia da Universidade do Porto. Grau de Doutor em Economia (especialidade de Economia Internacional) pela Universidade de Reading - Inglaterra, em 1995; equivalência ao grau de Doutor concedida pela Faculdade de Economia da Universidade do Porto em janeiro de 1996. Parte escolar do Mestrado em Economia, concluído em 1989, Faculdade de Economia do Porto. Foi técnica superior (a tempo parcial) no Gabinete de Estudos do Instituto Nacional de Estatística - Centro Regional do Porto - março de 1996 a fevereiro de 1998. Desenvolve atividade profissional na Faculdade de Economia do Porto onde é membro do Conselho Científico e onde leciona: Teoria e Política do Comércio Externo (Mestrado em Economia), Comércio Internacional (Mestrado de Economia e Gestão Internacional), Gestão Estratégica Internacional (MEGI), Economia Internacional (Licenciaturas de Economia e de Gestão); Integração Económica, Estudos Económicos Aplicados, Microeconomia e Macroeconomia (Licenciatura de Economia).

Acumula a sua atividade de docente com uma intensa atividade de científica (orientação de teses de doutoramento, dissertações de mestrado, participação em júris) e de publicações académicas.

Integra, como membro, a Associação Interuniversitária de Estudos Europeus em Portugal e a European Union Studies Association (Pittsburg, EUA).

Nos últimos cinco anos não exerceu cargos de administração.

Eugénio Luís Lopes Ferreira (Vogal):

Formação Académica e Profissional: licenciado em Economia na Faculdade de Economia - UP, em 1976, onde foi assistente em 1976/77, na cadeira de Matemática Financeira. Ao longo da carreira profissional frequentou inúmeras ações de formação em diversos países europeus e nos Estados Unidos; membro da Ordem dos Economistas e sócio do Instituto Português de Corporate Governance. Em 2016 cancelou voluntariamente a inscrição na Ordem dos Revisores Oficiais de Contas e na Ordem dos Contabilistas Certificados.

Experiência Profissional: é membro do Conselho Fiscal da NOS, SGPS, S.A.; desde 2009 até à data consultor em regime livre; 1977-2008: ingressou no escritório do Porto da então Price Waterhouse (PW), actual PricewaterhouseCoopers (PwC). Após uma breve passagem pelo escritório de Paris (1986), foi admitido como Partner em 1991, transferindo-se para o escritório de Lisboa em 1996. Integrou inicialmente o departamento de Auditoria e posteriormente os Transaction Services, tendo participado em inúmeras auditorias, projetos de consultoria, nomeadamente na área de transações e reorganizações de empresas. Como auditor, a extensão das responsabilidades incluíram, na maioria dos casos, o desempenho das funções de membro de Conselho Fiscal ou de Fiscal Único; em diferentes momentos desempenhou variadas funções internas na PW/PwC, nomeadamente (i) a chefia do escritório do Porto (1989-1998); (ii) responsabilidade territorial pela função técnica de auditoria e de gestão de riscos ("Technical Partner" e "Risk Management Partner"); (iii) responsabilidade pela função administrativa, financeira e informática interna ("Finance & Operations Partner"); (iv) responsabilidade pelo Departamento de Auditoria; (v) membro da Comissão Executiva ("Territory Leadership Team"); 1966-1976: iniciou a atividade numa pequena empresa do sector automóvel, interrompida entre 1971-1974 para cumprimento do Serviço Militar.

Nos últimos cinco anos não exerceu cargos de administração.

Durval Ferreira Marques (Suplente):

Licenciado em Economia pela Faculdade de Economia da Universidade do Porto, exerceu funções de docente no Ensino Técnico e de Assistente Técnico na Direção Geral do Banco de Angola. Ao longo de 25 anos ocupou, na África do Sul, cargos de administração em empresas dos setores financeiro, seguros, comunicação e indústria. Foi também representante da Associação Empresarial de Portugal na África do Sul e em Moçambique.

Nos últimos cinco anos não exerceu cargos de administração.

b) Funcionamento

34. Existência e local onde podem ser consultados os regulamentos de funcionamento do Conselho Fiscal.

Existe o **Regulamento do Conselho Fiscal da Sociedade** que está disponível em https://www.amorim.com/xms/files/Investidores/2_Orgaos_Sociais/2016_07_CA_RegCF.pdf

35. Número de reuniões realizadas e grau de assiduidade às reuniões realizadas de cada membro do Conselho Fiscal.

O Conselho Fiscal reúne sempre que for convocado pelo Presidente ou por outros dois membros do Conselho e, pelo menos, todos os trimestres nos termos do artigo 10º do regulamento deste órgão. Durante o ano de 2017 realizaram-se cinco reuniões do Conselho Fiscal, com a presença da totalidade dos seus membros. A assiduidade global e individual foi, pois, de 100%.

36. Disponibilidade de cada um dos membros do Conselho Fiscal, com indicação dos cargos exercidos em simultâneo em outras empresas, dentro e fora do grupo, e outras atividades relevantes exercidas pelos membros daqueles órgãos no decurso do exercício.

Manuel Carvalho Fernandes (Presidente):

Empresa	Cargo Exercido
Grupo AFSA, SGPS, S.A. - cargos de administração:	
AFSA, SGPS, S.A.	Administrador
COEPAR - Consultoria e Investimentos, S.A.	Administrador
S2IS - Serviços e Investimentos, SGPS, S.A.	Administrador
BRASILIMO - Investimentos Imobiliários no Brasil, SGPS, S.A.	Administrador
SSL - Serviços e Investimentos, S.A.	Administrador
QMETRICS - Serviços, Consultoria e Avaliação da Satisfação, S.A.	Administrador
SSL - Serviços e Investimentos, S.A.	Administrador
Outras sociedades - cargos de administração:	
Faceril - Fábrica de Cerâmica do Ribatejo, S.A.	Administrador
Coeprimob - promoção Imobiliária, S.A.	Administrador
Qdata, Lda.	Gerente
Quatenaire, S.A.	Administrador
Grupo AFSA, SGPS, S.A. - outros cargos:	
Douro Empreendimentos Imobiliários, Lda.	Conselho Consultivo
Brasilimo Empreendimentos Imobiliários, Lda.	Conselho Consultivo

Ana Paula Africano de Sousa e Silva (Vogal):

Instituição	Cargo Exercido
Universidade do Porto	Docente
Faculdade de Economia da Universidade do Porto	Membro do Conselho de Representantes e do Conselho Científico
Faculdade de Economia da Universidade do Porto	Membro da Comissão Científica do Mestrado em Economia e Gestão Internacional
Centro de Estudos Económicos e Financeiros (CEFUP)	Membro
Câmara Municipal de Espinho	Vereadora (não executiva) sem pelouro

Eugénio Luís Lopes Franco Ferreira (Vogal):

Empresa	Cargo Exercido
NOS, SGPS, S.A.	Membro do Conselho Fiscal

Desde 2009, exerce profissionalmente a função de consultor, em regime livre.

Durval Ferreira Marques (Suplente): não exerce funções em outras sociedades.

c) Competências e funções

37. Descrição dos procedimentos e critérios aplicáveis à intervenção do órgão de fiscalização para efeitos de contratação de serviços adicionais ao auditor externo.

Compete ao Conselho Fiscal monitorizar a independência do Revisor Oficial de Contas, designadamente no tocante à prestação de serviços adicionais.

De realçar que, com a entrada em vigor em 1 de janeiro de 2016 da Lei nº 140/2015, de 7 de setembro que aprovou o novo Estatuto da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas e da Lei nº 148/2015, de 9 de setembro que aprovou o Regime Jurídico da Supervisão de Auditoria, a prestação de serviços pelo Revisor Oficial de Contas ficou substancialmente limitada (um vasto conjunto de serviços proibidos legalmente e, para os serviços não proibidos, a respetiva prestação fica sujeita a aprovação prévia pelo Conselho Fiscal).

Assim, e sempre sujeitos a aprovação expressa do Conselho Fiscal, foram contratados outros serviços (e não serviços adicionais aos prestados pelo auditor externo) ao Revisor Oficial de Contas. Tais serviços compreendem essencialmente a revisão limitada das demonstrações financeiras intercalares para o período findo em 30 de junho de 2017, a revisão independente do relatório de informação não financeira - relatório de sustentabilidade 2017, due diligence financeira e fiscal e apoio no benchmarking e identificação de recomendações sobre a estratégia de uma das Unidades de Negócios da Corticeira Amorim.

No âmbito destes serviços:

- i. Nem o Revisor Oficial de Contas assume a liderança dos projetos subjacentes, a qual é sempre assumida pelo departamento apropriado da Corticeira Amorim,
- ii. Nem os representantes indicados para o cargo de Revisor Oficial de Contas da Corticeira Amorim colaboram nesses projetos;

não se colocando, portanto, questões relativas à independência da atuação do Revisor Oficial de Contas.

38. Outras funções dos órgãos de fiscalização.

Ao Conselho Fiscal compete, nos termos da Lei e do respetivo Regulamento de Funcionamento:

- Fiscalizar a administração da sociedade;
- Vigiar pela observância da lei e do contrato de sociedade;
- Verificar a regularidade dos livros, registos contabilísticos e documentos que lhe servem de suporte;
- Verificar, quando o julgue conveniente e pela forma que entenda adequada, a extensão da caixa e das existências de qualquer espécie de bens ou valores pertencentes à sociedade ou por ela recebidos em garantia, depósito ou outro título;
- Verificar a exatidão dos documentos de prestação de contas;
- Verificar se as políticas contabilísticas e os critérios valorimétricos adotados pela sociedade conduzem a uma correta avaliação do património e dos resultados;
- Elaborar anualmente relatório sobre a sua ação fiscalizadora e dar parecer sobre o relatório, contas e propostas apresentadas pela administração;
- Convocar a Assembleia Geral, quando o Presidente da Mesa o não faça, devendo fazê-lo;
- Fiscalizar a eficácia do sistema de gestão de riscos, do sistema de controlo interno e do sistema de auditoria interna, se existentes;
- Receber as comunicações de irregularidades apresentadas por acionistas, colaboradores da sociedade ou outros, dando-lhes o tratamento adequado;
- Analisar as comunicações de irregularidades recebidas, solicitando aos restantes órgãos sociais e estruturas da sociedade os esclarecimentos necessários às situações reportadas;
- Sugerir, na sequência da análise referida na alínea anterior, medidas acauteladoras da ocorrência dessas irregularidades e dar conhecimento delas ao Conselho de Administração e às entidades, internas ou externas, que cada situação concreta justifique, garantindo-se sempre a não divulgação da identidade dos comunicadores, exceto se estes expressamente o não pretenderem;
- Contratar a prestação de serviços de peritos que coadjuvem um ou vários dos seus membros no exercício das suas funções, devendo a contratação e a remuneração dos peritos ter em conta a importância dos assuntos a ele cometidos e a situação económica da sociedade, devendo previamente comunicar ao Conselho de Administração o âmbito e as condições da prestação de serviços a contratar;
- Apreciar e dar parecer prévio sobre as Transações com Titulares de Participações Qualificadas, nos termos de regulamento próprio;
- Suspender administradores quando:
 - as suas condições de saúde os impossibilitem temporariamente de exercer as funções;
 - outras circunstâncias pessoais obstem a que exerçam as suas funções por tempo presumivelmente superior a sessenta dias e solicitem ao Conselho Fiscal a suspensão temporária ou este entenda que o interesse da sociedade o exige;

- Declarar o termo das funções de administradores quando ocorra, posteriormente à sua designação, alguma incapacidade ou incompatibilidade que constituísse impedimento a essa designação e o administrador não deixe de exercer o cargo ou não remova a incompatibilidade superveniente no prazo de trinta dias;
- Cumprir as demais atribuições constantes da lei ou do contrato de sociedade.
- Apreciar o relatório de gestão, as contas do exercício, a certificação legal das contas ou de impossibilidade de certificação bem assim como o relatório adicional a preparar pelo Revisor Oficial de Contas nos termos do artigo 24º da Lei 148/2015;
- Se concordar com a certificação legal das contas ou com a declaração de impossibilidade de certificação, declará-lo expressamente no seu parecer;
- Se discordar da certificação legal das contas ou da declaração de impossibilidade de certificação, consignar no relatório as razões da sua discordância;
- Remeter o relatório e parecer ao Conselho de Administração, no prazo de quinze dias a contar da data em que tiver recebido os referidos elementos de prestação de contas;
- Emitir, no seu relatório e parecer, uma declaração de que, relativamente ao relatório de gestão, às contas anuais e demais documentos de prestação de contas exigidas por lei ou regulamento da CMVM, tanto quanto é do seu conhecimento, a informação foi elaborada em conformidade com as normas contabilísticas aplicáveis, dando uma imagem verdadeira e apropriada do ativo e do passivo, da situação financeira e dos resultados da sociedade e das empresas incluídas no perímetro da consolidação, e que o relatório de gestão expõe fielmente a evolução dos negócios, do desempenho e da posição da sociedade e das empresas incluídas no perímetro de consolidação, contém uma descrição dos principais riscos e incertezas com que se defrontam;
- Fiscalizar o processo de preparação e de divulgação de informação financeira e apresentar recomendações ou propostas para garantir a sua integridade;
- Selecionar os revisores oficiais de contas a propor à Assembleia Geral e recomendar justificadamente a preferência por um deles;
- Acompanhar a revisão de contas individuais e consolidadas, nomeadamente a sua execução, tendo em conta as eventuais constatações e conclusões da Comissão do Mercado de Valores Mobiliários;
- Verificar e acompanhar a independência do Revisor Oficial de Contas nos termos legais, incluindo a obtenção das confirmações escritas formais do revisor oficial de contas previstas nos artigos 63º e 78º do Estatuto da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas e, em especial, verificar a adequação e aprovar a prestação de outros serviços para além dos serviços de auditoria;
- Atestar se o relatório sobre a estrutura e práticas de governo societário divulgado inclui os elementos referidos no artigo 245º-A do Código de Valores Mobiliários.

IV. REVISOR OFICIAL DE CONTAS

39. Identificação do revisor oficial de contas e do sócio revisor oficial de contas que o representa.

O Revisor Oficial de Contas é composto por um membro efetivo e um suplente, qualquer deles revisor oficial de contas ou sociedade de revisores oficiais de contas.

Os membros deste órgão em exercício a 31 de dezembro de 2016 (eleitos para o mandato 2014 a 2016), mantiveram-se, nos termos legais, em exercício até nova eleição que ocorreu em 7 de abril de 2017. Nesse mandato a composição deste órgão era a seguinte:

Revisor Oficial de Contas Efetivo: Pricewaterhousecoopers & Associados - Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda., representado por José Pereira Alves (ROC) ou por António Joaquim Brochado Correia (ROC)

Suplente: Hermínio António Paulos Afonso (ROC)

A Assembleia Geral de Acionistas, realizada em 7 de abril de 2017 elegeu para o corrente mandato (2017-2019):

Revisor Oficial de Contas Efetivo: ERNST & YOUNG AUDIT & ASSOCIADOS - SROC, S.A., representado por Rui Manuel da Cunha Vieira ou por Rui Abel Serra Martins

Suplente: Pedro Jorge Pinto Monteiro da Silva e Paiva

Data do termo de mandato: 31 de dezembro de 2019, mantendo-se em funções até nova eleição nos termos legais.

Compete ao Revisor Oficial de Contas:

- Proceder a todos os exames e verificações necessários à revisão e certificação legais das contas da sociedade, devendo, designadamente verificar:
 - o A regularidade dos livros, registos contabilísticos e documentos que lhe servem de suporte;
 - o Quando o julgue conveniente e pela forma que entenda adequada, a extensão da caixa e as existências de qualquer espécie dos bens ou valores pertencentes à sociedade ou por ela recebidos em garantia, depósito ou por outro título;
 - o A exatidão dos documentos de prestação de contas;
 - o Se as políticas contabilísticas e os critérios valorimétricos adotados pela sociedade conduzem a uma correta avaliação do património e dos resultados;
- Comunicar, imediatamente, por carta registada, ao presidente do conselho de administração os factos de que tenha conhecimento e que considere revelarem graves dificuldades na prossecução do objeto da sociedade, designadamente reiteradas faltas de pagamento a fornecedores, protestos de título de crédito, emissão de cheques sem provisão, falta de pagamento de quotizações para a segurança social ou de impostos. Requerer ao presidente do conselho, no caso de este não ter respondido à carta ou da resposta ser considerada insatisfatória, a convocação do conselho de administração para reunir, com a sua presença, com vista a apreciar os factos e a tomar as deliberações adequadas. No caso da reunião não se realizar ou se as mediadas adotadas não forem consideradas adequadas à salvaguarda do interesse da sociedade, requerer, por carta registada, que seja convocada uma assembleia geral para apreciar e deliberar sobre os factos constantes das citadas cartas registadas e da ata da reunião do conselho acima referida.

40. Indicação do número de anos em que o revisor oficial de contas exerce funções consecutivamente junto da sociedade e/ou grupo.

A ERNST & YOUNG AUDIT & ASSOCIADOS - SROC, S.A. foi eleita em 7 de abril de 2017, para o mandato corrente (2017-2019), sendo este o primeiro ano do seu mandato.

Com a entrada em vigor da Lei nº 140/2015, 07/09 - Estatuto da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas - passou a estar legalmente previsto um período mínimo (dois anos) e um período máximo (no caso concreto da Corticeira Amorim, três mandatos) para o exercício de funções de revisão legal das contas pelo revisor oficial de contas, assim se implementando na Corticeira Amorim a rotação periódica (9 anos), obrigatória, do Revisor Oficial de Contas.

41. Descrição de outros serviços prestados pelo ROC à sociedade.

Durante o exercício em apreço, foram contratados à ERNST & YOUNG AUDIT & ASSOCIADOS - SROC, S.A., incluindo outras entidades pertencentes à mesma rede, pela Sociedade e sociedades que com esta se encontram em relação de grupo, serviços cuja natureza e valor se discriminam no seguinte quadro:

Natureza do Serviço	Auditoria e revisão de contas	Revisão de informação financeira intercalar e outros serviços de garantia de fiabilidade	Outros serviços	Total
EY SROC:				
Corticeira Amorim	22 200	14 000	0	36 200
Entidades que integram o grupo	111 400	0	0	111 400
Empresas da rede global EY:				
Corticeira Amorim	0	0	0	0
Entidades que integram o grupo	61 640	0	79 700	141 340
Total	195 240	14 000	79 700	288 940
<hr/>				
Corticeira Amorim	22 200	14 000	0	36 200
Entidades que integram o grupo	173 040	0	79 700	252 740
Total	195.240	14.000	79.700	288.940
	68%	5%	28%	100%

A rubrica de revisão de informação financeira intercalar e outros serviços de garantia de fiabilidade inclui a revisão limitada das demonstrações financeiras consolidadas para o período de seis meses findo em 30 de junho de 2017 e a revisão independente do relatório de informação não financeira - relatório de sustentabilidade.

Os outros serviços incluem serviços de *due diligence* financeira e fiscal e apoio no benchmarking e identificação de recomendações sobre a estratégia de uma das UN da Corticeira Amorim.

No âmbito destes serviços, estas Entidades não assumem a liderança dos projetos subjacentes, a qual é sempre assumida pelo departamento apropriado da Corticeira Amorim, não se colocando, portanto, questões relativas à independência da atuação das mesmas.

V. AUDITOR EXTERNO

42. Identificação do auditor externo designado para os efeitos do art. 8.º e do sócio revisor oficial de contas que o representa no cumprimento dessas funções, bem como o respetivo número de registo na CMVM.

A auditoria externa da Corticeira Amorim é feita pelo Revisor Oficial de Contas (identificação: ponto 39.).

43. Indicação do número de anos em que o auditor externo e o respetivo sócio revisor oficial de contas que o representa no cumprimento dessas funções exercem funções consecutivamente junto da sociedade e/ou do grupo.

Conforme descrito no ponto 40.

44. Política e periodicidade da rotação do auditor externo e do respetivo sócio revisor oficial de contas que o representa no cumprimento dessas funções.

Conforme descrito no ponto 40.

45. Indicação do órgão responsável pela avaliação do auditor externo e periodicidade com que essa avaliação é feita.

Conforme descrito no ponto 40.

46. Identificação de trabalhos, distintos dos de auditoria, realizados pelo auditor externo para a sociedade e/ou para sociedades que com ela se encontrem em relação de domínio, bem como indicação dos procedimentos internos para efeitos de aprovação da contratação de tais serviços e indicação das razões para a sua contratação.

Conforme descrito no ponto 41. (identificação de trabalhos) e no ponto 37. (procedimentos internos).

47. Indicação do montante da remuneração anual paga pela sociedade e/ou por pessoas coletivas em relação de domínio ou de grupo ao auditor e a outras pessoas singulares ou coletivas pertencentes à mesma rede e discriminação da percentagem respeitante aos seguintes serviços.

Conforme descrito no ponto 41.

C. ORGANIZAÇÃO INTERNA

I. Estatutos

48. Regras aplicáveis à alteração dos estatutos da sociedade (art. 245.º-A, n.º 1, al. h).

As regras aplicáveis à alteração dos Estatutos da Sociedade são as previstas na Lei com a seguinte especificidade prevista nos seus Estatutos: a Administração da Sociedade é exercida por um Conselho de Administração composto por um Presidente, um Vice-Presidente e um a nove Vogais, podendo esta disposição estatutária ser alterada apenas por deliberação de maioria de Acionistas correspondente a dois terços do capital social.

II. Comunicação de irregularidades

49. Meios e política de comunicação de irregularidades ocorridas na sociedade.

Compete ao Conselho Fiscal da Corticeira Amorim, nos termos do respetivo regulamento de funcionamento, receber as comunicações de irregularidades apresentadas por Acionistas, Colaboradores da Sociedade ou por outras pessoas/entidades, dando-lhes o tratamento adequado.

As comunicações deverão ser dirigidas ao:

Conselho Fiscal da CORTICEIRA AMORIM, SGPS, S.A.

Morada - Sede social da Sociedade: Rua de Meladas, n.º 380 - Apartado 20 - 4536-902 MOZELOS

Telefone: 22 747 54 00

assegurando a Sociedade que o conteúdo das comunicações recebidas é, em primeiro lugar, do conhecimento do Conselho Fiscal (a nenhum Colaborador da Sociedade está autorizada a abertura de correspondência dirigida especificamente a este órgão social ou a qualquer um dos seus membros individualmente identificados).

Compete ao Conselho Fiscal analisar as comunicações recebidas, solicitar aos restantes órgãos sociais e estruturas da Sociedade os esclarecimentos necessários à situação reportada, sendo competente para, face a cada situação concreta:

- Sugerir medidas acauteladoras de ocorrência de irregularidades;
- Dar conhecimento das irregularidades efetivas ao Conselho de Administração e às entidades, internas ou externas, que cada situação concreta justifique.

Em todo o processo se garante a não divulgação da identidade dos comunicadores, exceto se estes expressamente não pretendam tal tratamento.

É convicção da Corticeira Amorim que (i) a atribuição de tal competência ao Conselho Fiscal - órgão integralmente constituído por membros independentes, garantindo assim a análise e tratamento imparcial de irregularidades que possam ser comunicadas à Sociedade -, (ii) a não imposição da forma que deve assumir tal comunicação, deixando ao critério do declarante a utilização do suporte que julgue mais adequado a tal comunicação, (iii) a obrigação de se assegurar a proteção de dados (cumprindo escrupulosamente as indicações do declarante em matéria de confidencialidade) e de Colaboradores, constituem medidas que, mantendo a simplicidade da comunicação, salvagam os direitos quer do declarante quer dos Colaboradores da Sociedade e efetivamente promovem a investigação e o esclarecimento imparcial das situações declaradas.

III. Controlo interno e gestão de riscos

50. Pessoas, órgãos ou comissões responsáveis pela auditoria interna e/ou pela implementação de sistemas de controlo interno.

Tem competências nestas matérias o Departamento de Auditoria Interna.

51. Explicitação, ainda que por inclusão de organograma, das relações de dependência hierárquica e/ou funcional face a outros órgãos ou comissões da sociedade.

Estes Departamentos atuam na dependência do Conselho de Administração, via acompanhamento pela Comissão Executiva.

52. Existência de outras áreas funcionais com competências no controlo de riscos.

Ao nível do Conselho de Administração e da Comissão Executiva, o objetivo principal consiste na visão integrada dos fatores considerados críticos, pela rentabilidade e/ou riscos associados, para a criação sustentada de valor para a Sociedade e o Acionista.

A um nível operacional e pelas características específicas da atividade da Corticeira Amorim são identificados dois fatores críticos, cuja gestão é da responsabilidade das UN, nomeadamente os riscos de mercado e de negócio e o fator matéria-prima (cortiça).

53. Identificação e descrição dos principais tipos de riscos (económicos, financeiros e jurídicos) a que a sociedade se expõe no exercício da atividade.

Risco de mercado e de negócio das atividades operacionais:

A gestão dos riscos de mercado e do negócio começa por ser assegurada pelas quatro UN com intervenção no mercado de produtos finais da Corticeira Amorim, ou seja, as UN Rolhas, Revestimentos, Aglomerados Compósitos e Isolamentos.

No planeamento estratégico destas UN, suportado pela metodologia de *balanced scorecard*, são identificados os fatores chave para criação de valor seguindo numa lógica multiperspetiva, que engloba as perspetivas financeiras, de mercado/Clientes, de processos e infraestruturas. Nesta lógica, são definidos os objetivos estratégicos e respetivas metas, bem como as iniciativas a desenvolver para as atingir.

A metodologia adotada permite reforçar o alinhamento entre a estratégia delineada e o planeamento operacional onde se definem, para um horizonte temporal mais curto, as ações prioritárias a desenvolver para a redução de riscos e criação sustentada de valor. Nas UN estão implementados os processos que permitem o acompanhamento sistemático

daquelas ações, as quais são sujeitas a monitorização periódica e a apreciação mensal em sede de Conselho de Administração da UN.

Risco matéria-prima (cortiça):

Atenta a criticidade, transversal a todas as UN, deste fator, a gestão da compra, armazenagem e preparação da única variável comum a todas as atividades da Corticeira Amorim que é a matéria-prima (cortiça) encontra-se reunida numa UN autónoma, permitindo:

- A especialização de uma equipa exclusivamente dedicada à matéria-prima;
- O aproveitamento de sinergias e integração do processamento de todos os tipos de matéria-prima (cortiça) transformadas nas restantes unidades;
- Potenciar a gestão das matérias-primas numa ótica multinacional;
- Reforçar a presença junto dos países produtores;
- Manter registo histórico (cadastro) atualizado por unidade florestal produtora de cortiça;
- Reforçar o diálogo com a produção, promovendo a certificação florestal, o aumento da qualidade técnica do produto e desenvolver parcerias nas áreas de investigação e desenvolvimento aplicadas à floresta;
- Preparar, debater e decidir no seio do Conselho de Administração a orientação ou a política de aprovisionamento plurianual a desenvolver;
- Assegurar o *mix* de matéria-prima mais adequado às necessidades do mercado de produtos finais;
- Assegurar a prazo a estabilidade desta variável crítica para a atividade da Corticeira Amorim.

Risco Jurídico:

No que concerne aos riscos jurídicos, o principal risco da atividade da Corticeira Amorim e suas subsidiárias relaciona-se com potenciais alterações de legislação que possam ter impacto sobre as operações - nomeadamente legislação laboral, regulação ambiental, entre outras - que possam afetar a prossecução e rentabilidade das áreas de negócio em que a Organização desenvolve atividade.

A Direção Jurídica em cooperação com a área de Desenvolvimento Organizativo e Planeamento Estratégico procuram acautelar, por antecipação, tais alterações adaptando as práticas da Sociedade em consonância. A existência de inúmeras certificações, melhor detalhadas no Capítulo 6. do Relatório de Gestão (segurança alimentar, qualidade, ambiente, recursos humanos, etc.), assentes em procedimentos concebidos, implementados e auditados regular e rigorosamente pelas Entidades responsáveis pela emissão de tais certificações, garante a minimização de tal risco. Sempre que aplicável e possível, a Organização contrata seguros que mitigam as consequências de eventos incertos mas potencialmente desfavoráveis.

Na dependência do Conselho de Administração, via acompanhamento pela Comissão Executiva ou por Administrador Executivo, existem Áreas de Suporte com uma forte atuação na gestão de fatores críticos, incluindo a prevenção e deteção de riscos, sendo de destacar neste âmbito a intervenção das Áreas Financeira, Desenvolvimento Organizativo/Planeamento e Controlo de Gestão e Auditoria Interna.

Risco Financeiro:

Por ser uma das empresas portuguesas mais internacionalizadas, além da gestão dos riscos de liquidez e de taxa de juro, a Corticeira Amorim atribui especial atenção à gestão do risco cambial.

A Área Financeira enquanto responsável pela prevenção, monitorização e gestão dos referidos riscos, tem como principais objetivos o apoio na definição e implementação estratégica global ao nível financeiro e a coordenação da gestão financeira das diferentes UN. Encontra-se estruturada da seguinte forma:

- Direção Geral Financeira - área que coordena a função financeira ao nível central, isto é, responsável pelo desenvolvimento de políticas e medidas (a aprovar em Comissão Executiva) e sua implementação, pela interlocução global com as contrapartes financeiras, pela monitorização da evolução e pelo reporte periódico (Administrador que acompanha o pelouro; Comissão Executiva e Conselho de Administração);

- Responsáveis Financeiros que, ao nível das empresas, acompanham a evolução dos negócios gerindo a sua componente financeira de acordo com as políticas e medidas preconizadas, articulando a sua atuação com a DGF.

O alinhamento desta estrutura orgânica é garantido por:

- Informação diária e semanal e debate quinzenal sobre aos mercados financeiros e sobre evoluções económicas que possam ter impacto na atividade das empresas;
- Informação periódica (mensal) das condições globalmente contratadas;
- Reuniões trimestrais dos responsáveis financeiros - análise da situação específica e reflexão sobre medidas a implementar;
- Reporte e debate em sede de Conselho de Administração dos aspetos mais relevantes da Área Financeira (endividamento, capital investido, responsabilidades).

54. Descrição do processo de identificação, avaliação, acompanhamento, controlo e gestão de riscos.

O sistema de controlo interno e de gestão de riscos atualmente implementado na Sociedade resulta de um profundo e contínuo processo de aperfeiçoamento e reflexão interna na Sociedade, envolvendo quer o Conselho de Administração, em particular a sua Comissão Executiva, quer as várias áreas de suporte - nomeadamente a área de Desenvolvimento Organizativo e de Planeamento Estratégico, quer, quando pertinente, o apoio de consultores externos especializados.

De realçar também a área de Auditoria Interna cujo trabalho desenvolvido tem significativo impacto na redução dos riscos de funcionamento da Organização, sendo suas principais funções a avaliação e revisão dos sistemas de controlo interno, visando a otimização dos recursos e a salvaguarda do património, bem como o exame das atividades desenvolvidas, de forma a permitir aos órgãos de gestão um nível de segurança razoável de que os objetivos de negócio serão atingidos.

O sistema de reporte implementado, seja periódico seja pontual por iniciativa do Conselho de Administração, da Comissão Executiva ou dos responsáveis pela gestão, tem implícito quer mensurações quer avaliações objetivas de tais riscos que, sendo debatidos em Conselho de Administração ou Comissão Executiva, dão, se for o caso, lugar à definição de medidas adicionais ou corretivas cuja execução e impacto são objeto de *follow-up* no seio do órgão que as deliberou.

A evolução da atividade e a crescente complexidade do enquadramento em que os negócios se desenvolvem, motivam um atento acompanhamento dos sistemas implementados e, incorporando os contributos e opiniões quer do Conselho Fiscal quer do Revisor Oficial de Contas, que resulta em adoção de procedimentos mais eficazes sempre que tal se mostra aconselhável.

Nos termos do Regulamento do Conselho Fiscal, compete também a este órgão fiscalizar a eficácia do sistema de gestão de riscos, do sistema de controlo interno e do sistema de auditoria interna.

55. Principais elementos dos sistemas de controlo interno e de gestão de risco implementados na sociedade relativamente ao processo de divulgação de informação financeira (art. 245.º-A, n.º 1, al. m).

Relativamente à **preparação e divulgação de informação financeira - incluindo a consolidada**, a Sociedade promove a cooperação estreita entre todos os intervenientes no processo, de forma a que:

- A sua execução obedeça a todos os preceitos legais em vigor e às melhores práticas de transparência, relevância e fiabilidade;
- A sua verificação seja efetiva, quer por análise interna, quer por análise dos órgãos de fiscalização;
- A sua aprovação seja realizada pelo órgão social competente;
- A sua divulgação pública cumpra todos os requisitos legais e recomendatórios, nomeadamente os da CMVM, garantindo a seguinte ordem de divulgação: em primeiro lugar, no Sistema de Difusão de Informação da CMVM (www.cmvm.pt); em segundo, no sítio da Sociedade (www.corticeiraamorim.com); em terceiro, por uma vasta lista de contactos da comunicação social, portuguesa e estrangeira; em quarto, a Quadros da Corticeira Amorim e aos contactos constantes da base de dados de Acionistas, Investidores, Analistas e outros *Stakeholders*.

O processo de preparação da informação financeira, incluindo a consolidada, está dependente dos intervenientes no processo de registo das operações e dos sistemas de suporte. Existe um Manual de Procedimentos de Controlo Interno e um Manual Contabilístico implementados ao nível do Grupo. Estes manuais contêm um conjunto de políticas, regras e procedimentos destinados a (i) garantir que, no processo de preparação da informação financeira, são seguidos princípios homogéneos e (ii) a assegurar a qualidade e fiabilidade da informação financeira.

A implementação das políticas contabilísticas e procedimentos de controlo interno relacionados com a preparação da informação financeira é alvo de avaliação pela atividade da auditoria interna e externa.

Todos os trimestres, a informação financeira consolidada por Unidade de Negócios é avaliada, validada e aprovada pela Administração da Unidade de Negócios respetiva, procedimento consistentemente adotado por toas as Unidades de Negócio da Corticeira Amorim.

Antes da sua divulgação, a informação financeira consolidada da Corticeira Amorim é aprovada pelo Conselho de Administração e apresentada ao Conselho Fiscal.

Realça-se ainda que o referido Manual de Procedimentos de Controlo Interno contém um conjunto de regras destinadas a garantir que o processo de divulgação de informação financeira, incluindo a informação consolidada, garante a qualidade, transparência e equidade na disseminação da informação.

IV. Apoio ao Investidor

56. Serviço responsável pelo apoio ao investidor, composição, funções, informação disponibilizada por esses serviços e elementos para contacto.

A Corticeira Amorim assegura, através do **Departamento de Relações com o Mercado**, a existência de um permanente contacto com o Mercado, respeitando o princípio da igualdade de Acionistas e prevenindo as assimetrias no acesso à informação por parte dos Investidores.

Este Departamento, liderado pelo Representante para as Relações com o Mercado, reúne e coordena a colaboração de profissionais de outros departamentos (Controlo de gestão, Jurídico-fiscal, Administrativo-financeiro) da Corticeira Amorim em prol de uma resposta objetiva e tempestiva a todas as solicitações de investidores (atuais ou potenciais).

Funções:

O Departamento de Relações com o Mercado, supervisionado pelo Representante para as Relações com o Mercado da Corticeira Amorim exerce, designadamente, as seguintes funções:

- Divulgação periódica de análise da evolução da atividade da Sociedade e dos resultados obtidos, incluindo a coordenação e preparação da sua apresentação pública anual realizada a partir da sede da Sociedade (presencial ou em sistema de audioconferência);
- Divulgação de informação privilegiada;
- Divulgação de comunicações sobre participações qualificadas;
- Receção e centralização de todas as questões formuladas pelos investidores e esclarecimentos facultados;
- Participação em conferências, *roadshows* e reuniões com investidores e analistas.

Das ações desenvolvidas em 2017, no âmbito do contacto com investidores, destacam-se as seguintes:

- A apresentação da atividade e dos resultados anuais e semestrais, em sistema de audioconferência, fomentando assim a interação na divulgação daquela informação;
- Reuniões *one-on-one*, tanto em Portugal como no estrangeiro;
- Participação em *roadshows* internacionais;
- Reuniões nas instalações da Sociedade com investidores e equipas de analistas, aos quais foram apresentadas as principais unidades industriais.

A Corticeira Amorim tem vindo a utilizar as tecnologias de informação de que dispõe para divulgação periódica de informação económico-financeira, nomeadamente dos relatórios de análise da evolução da atividade e dos resultados obtidos, bem como na resposta a questões específicas levantadas pelos Investidores.

Tipo de informação disponibilizada (em português e em inglês):

- A firma, a qualidade de sociedade aberta, a sede e os demais elementos mencionados no artigo 171.º do Código das Sociedades Comerciais;
- Estatutos;
- Identidade dos titulares dos órgãos sociais e do representante para as relações com o mercado;
- Composição do Gabinete de Apoio ao Investidor, respetivas funções e meios de acesso;
- Documentos de prestação de contas, incluindo relatório sobre as estruturas e práticas do governo societário;
- Calendário semestral de eventos societários, divulgado no início de cada semestre;
- Convocatórias para a realização de Assembleia Geral, durante os 21 dias anteriores à data da Assembleia Geral;
- Propostas apresentadas para discussão e votação em Assembleia Geral, durante os 21 dias anteriores à data da Assembleia Geral;
- Modelo para exercício de voto não presencial;
- Modelo de procuração para representação dos Acionistas em Assembleia Geral;
- Informação anual, semestral e trimestral da atividade desenvolvida pela Sociedade;
- Principais indicadores financeiros e de atividade;
- Evolução da cotação;
- Comunicados divulgados: resultados, informação privilegiada, participações qualificadas no capital da Sociedade;
- Apresentações da atividade efetuadas a Analistas e Investidores.

A partir do início de 2009 passaram também a ser disponibilizadas as atas e informação estatística sobre as presenças dos Acionistas na Assembleia Geral, no prazo máximo de cinco dias úteis após a realização da Assembleia Geral.

Elementos para contato:

O acesso a este Departamento pode ser feito pelo telefone 22 747 54 00, pelo fax 22 747 54 07 ou pelo endereço de correio eletrónico corticeira.amorim@amorim.com.

57. Representante para as relações com o mercado.

A função de Representante para as Relações com o Mercado da Corticeira Amorim foi desempenhada até final de novembro de 2017, por Cristina Rios de Amorim Baptista. A 30 de novembro de novembro, o Conselho de Administração designou Ana Negrais de Matos para Representante para as Relações com o Mercado.

58. Informação sobre a proporção e o prazo de resposta aos pedidos de informação entrados no ano ou pendentes de anos anteriores.

A proporção de resposta aos pedidos de informação é de 100%; o prazo de resposta é, em média, de 24 horas (dias úteis), salvo casos de elevada complexidade (prazo de resposta médio de cinco dias úteis) que exigem a consulta a recursos externos à Sociedade e, portanto, dependentes dos prazos de resposta de tais recursos. Em 2017, estes casos representaram menos de 5% do total de pedidos de informação recebidos e não havia solicitações passíveis de resposta pendentes.

V. Sítio de Internet

59. Endereço.

A Corticeira Amorim disponibiliza no sítio www.corticeiraamorim.com um vasto conjunto de informação sobre a sua estrutura societária, sobre a sua atividade e sobre a evolução dos seus negócios.

60. Local onde se encontra informação sobre a firma, a qualidade de sociedade aberta, a sede e demais elementos mencionados no artigo 171.º do Código das Sociedades Comerciais.

<http://www.amorim.com/investidores/informacao-institucional/estruturas-juridica/>

61. Local onde se encontram os estatutos e os regulamentos de funcionamento dos órgãos e/ou comissões.

Estatutos:

<http://www.amorim.com/investidores/informacao-institucional/estruturas-juridica/>

Regulamento de funcionamento do Conselho Fiscal:

<http://www.amorim.com/investidores/informacao-institucional/orgaos-sociais/>

62. Local onde se disponibiliza informação sobre a identidade dos titulares dos órgãos sociais, do representante para as relações com o mercado, do Gabinete de Apoio ao Investidor ou estrutura equivalente, respetivas funções e meios de acesso.

Titulares dos órgãos sociais:

<http://www.amorim.com/investidores/informacao-institucional/orgaos-sociais/>

Representante para as relações com o mercado:

<http://www.amorim.com/investidores/informacao-institucional/>

Gabinete de Apoio ao Investidor, funções e meios de acesso:

<http://www.amorim.com/investidores/informacao-institucional/>

63. Local onde se disponibilizam os documentos de prestação de contas, que devem estar acessíveis pelo menos durante cinco anos, bem como o calendário semestral de eventos societários, divulgado no início de cada semestre, incluindo, entre outros, reuniões da assembleia geral, divulgação de contas anuais, semestrais e, caso aplicável, trimestrais.

Prestação de contas:

<http://www.amorim.com/investidores/relatorio-e-contas/>

<http://www.amorim.com/investidores/resultados/>

Calendário semestral de eventos societários:

<http://www.amorim.com/investidores/calendario-de-eventos/>

64. Local onde são divulgados a convocatória para a reunião da assembleia geral e toda a informação preparatória e subsequente com ela relacionada.

<http://www.amorim.com/investidores/informacao-institucional/assembleia-geral/>

65. Local onde se disponibiliza o acervo histórico com as deliberações tomadas nas reuniões das assembleias gerais da sociedade, o capital social representado e os resultados das votações, com referência aos 3 anos antecedentes.

<http://www.amorim.com/investidores/informacao-institucional/assembleia-geral/>

D. REMUNERAÇÕES

I. Competência para a determinação

66. Indicação quanto à competência para a determinação da remuneração dos órgãos sociais, dos membros da comissão executiva ou administrador delegado e dos dirigentes da sociedade.

Compete à Assembleia Geral de Acionistas nomear uma Comissão de Remunerações, ponderando a possibilidade e capacidade efetiva que os respetivos membros reúnem para, a todo o tempo do respetivo mandato, exercer de forma independente as funções que lhe estão atribuídas, isto é, na definição de políticas de remuneração dos membros dos órgãos sociais que promovam, numa perspetiva de médio e longo prazos, o alinhamento dos respetivos interesses com os da Sociedade.

A adoção da metodologia *balanced scorecard*, que pondera indicadores financeiros e não financeiros para a avaliação do desempenho, permite à Comissão de Remunerações aferir em cada exercício do grau de cumprimento objetivo dessas metas. Fundamenta, também, a elaboração das declarações da Comissão de Remunerações e do Conselho de Administração sobre a política de remunerações, respetivamente dos órgãos de administração e fiscalização e dos demais dirigentes, anualmente submetidas à apreciação da Assembleia Geral de Acionistas.

Assim, compete:

- À Comissão de Remunerações da Corticeira Amorim fixar as remunerações fixas e variáveis a atribuir membros do Conselho de Administração, fixando ainda a remuneração a atribuir aos membros dos restantes órgãos sociais;
- Ao Conselho de Administração da Corticeira Amorim fixar as remunerações fixas e variáveis a atribuir aos seus Dirigentes.

II. Comissão de remunerações

67. Composição da comissão de remunerações, incluindo identificação das pessoas singulares ou coletivas contratadas para lhe prestar apoio e declaração sobre a independência de cada um dos membros e assessores.

Nos termos dos estatutos, a Comissão de Remunerações é composta por três membros efetivos, que escolherão o respetivo Presidente.

A Assembleia Geral de Acionistas realizada em 7 de abril de 2017 elegeu a Comissão de Remunerações para o corrente mandato (2017-2019):

Presidente: José Manuel Ferreira Rios
Vogal: Jorge Alberto Guedes Peixoto
Vogal: Abdul Rehman Omarmiã Mangá

Fim do mandato: 31 de dezembro de 2019, mantendo-se em funções até nova eleição nos termos legais.

Não foram contratadas pessoas singulares ou coletivas para prestar apoio a esta Comissão.

A Comissão de Remunerações reuniu quatro vezes em 2017, com uma assiduidade global de 83,3%.

Compete a esta Comissão apresentar a Política de Remunerações a apresentar à Assembleia Geral de Acionistas relativamente à remuneração a auferir pelos membros da Mesa da Assembleia Geral, do Conselho Fiscal e pelo Revisor Oficial de Contas. Compete-lhe também deliberar sobre as remunerações de cada um dos administradores; sobre quais os administradores cuja remuneração consiste em participação nos lucros, bem como a percentagem destes atribuída a cada um.

Formalmente os membros que constituem a Comissão de Remunerações da Corticeira Amorim não devem ser considerados independentes relativamente ao Conselho de Administração. No entanto, é convicção geral - nomeadamente da Assembleia Geral de Acionistas que os elegeram para os respetivos cargos - que, além de reunirem competências técnicas adequadas, acumulam uma experiência, uma ponderação e uma ética que lhes permite cabalmente zelar pelos interesses que lhes estão cometidos.

68. Conhecimentos e experiência dos membros da comissão de remunerações em matéria de política de remunerações.

Os membros desta Comissão foram selecionados tendo em conta a sua larga experiência em gestão de recursos humanos, no acompanhamento e *benchmarking* das políticas de outras sociedades nestas matérias e o conhecimento da legislação laboral e das boas práticas remuneratórias.

Qualificações profissionais de cada um dos membros da Comissão de remunerações e outros elementos curriculares relevantes:

José Manuel Ferreira Rios (Presidente):

Licenciado em Economia pela Faculdade de Economia do Porto. Curso de Perito Averiguador em Danos Reais (2016) e frequência de vários cursos de Segurança e Recursos Humanos. Exerce, desde 1975, cargos de Administração em várias sociedades, o que inclui, entre outras, liderança de áreas de recursos humanos, contando com larga experiência na gestão de recursos humanos, definição de métricas de análise e avaliação de desempenho.

Atualmente ocupa também os cargos de Presidente da Assembleia Geral da Associação Portuguesa da Cortiça (APCOR); de vogal da Comissão de Fiscalização do Centro Tecnológico da Cortiça (CINCORK) e de vogal do Conselho Diretivo da Fundação Terras de Santa Maria.

Jorge Alberto Guedes Peixoto (Vogal):

Licenciado em Economia pela Faculdade de Economia do Porto.

Início de atividade profissional em 1969, como contabilista. Desde 1970 no Grupo Amorim, onde exerceu as funções de contabilista, diretor financeiro, diretor geral de UN e de administrador em várias empresas.

Experiência na gestão de recursos humanos e práticas remuneratórias, que advêm dos inúmeros cargos exercidos.

Abdul Rehman Omarmiã Mangá (Vogal):

Bacharel em Contabilidade pelo Instituto Comercial de Lourenço Marques, Moçambique. Exerceu funções de diretor administrativo do Grupo Cervejeiro Moçambicano e diretor geral das Unidades de Calçado após a independência de Moçambique, com responsabilidade direta na gestão dos Recursos Humanos. Diretor Administrativo da Ormac - Organização, Máquinas e Artigos para Calçado, SA, também com o pelouro dos Recursos Humanos.

Desde junho de 1988, diretor administrativo e responsável pelos recursos humanos da Amorim Investimentos e Participações, SGPS, SA.

III. Estrutura das remunerações

69. Descrição da política de remuneração dos órgãos de administração e de fiscalização a que se refere o artigo 2.º da Lei n.º 28/2009, de 19 de Junho.

Sob proposta apresentada pela Comissão de Remunerações da Sociedade, a Assembleia Geral de Acionistas realizada em 7 de abril de 2017 aprovou a seguinte política de remunerações:

- A remuneração dos **Membros da Mesa Assembleia Geral e do Conselho Fiscal** reveste a forma de senha de presença, devendo ser fixada para todo o mandato, tendo em conta as características da Sociedade e as práticas de mercado;
- A remuneração do **Revisor Oficial de Contas** reveste a forma de prestação de serviços, devendo ser fixada anualmente, tendo em conta as características da Sociedade e as práticas de mercado;
- Os **Membros do Conselho de Administração** da Sociedade devem ser remunerados tomando em consideração:
 - o estipulado nos acordos remuneratórios celebrados entre a Sociedade e cada Membro do Conselho de Administração;
 - a observância de princípios de equidade interna e de competitividade externa, tomando também em consideração o que os principais grupos económicos portugueses vêm divulgando relativamente às respetivas políticas e práticas remuneratórias;
 - sempre que tal seja adequado e exequível, tal remuneração deverá ser composta essencialmente por uma remuneração fixa atribuível a membros executivo e não executivos, à qual acresça uma remuneração variável atribuível aos membros executivos sob a forma de prémio de desempenho;
 - a atribuição da componente variável da remuneração prevista no ponto anterior deverá corresponder a um prémio, que resultará da avaliação da performance de curto prazo e do contributo do desempenho anual para a sustentabilidade económica a médio/longo prazo da Organização;
 - o montante efetivo da retribuição variável dependerá sempre da avaliação a realizar anualmente pela Comissão de Remunerações sobre o desempenho dos membros do Conselho de Administração, analisando o respetivo contributo quer para os resultados obtidos no exercício económico em apreço quer para o cumprimento das metas e implementação das estratégias definidas pela Sociedade a médio/longo prazo: a evolução dos resultados e o nível de concretização dos objetivos estratégicos de inovação, solidez financeira, criação de valor, competitividade e crescimento;
 - o pagamento da componente variável da remuneração, se existir, poderá ter lugar, no todo ou em parte, após o apuramento das contas de exercício correspondentes a todo o mandato, havendo, portanto, a possibilidade de limitação da remuneração variável, no caso de os resultados evidenciarem uma deterioração relevante do desempenho da Sociedade no último exercício apurado ou quando esta seja expectável no exercício em curso;
 - aos membros do Conselho de Administração está vedada a possibilidade de celebrar contratos, quer com a Sociedade, quer com as suas subsidiárias e/ou participadas, que possam mitigar o risco inerente à variabilidade da remuneração que lhes for fixada pela Sociedade.
- Não é política da Sociedade atribuir aos membros dos seus órgãos sociais:
 - planos de atribuição de ações, e/ou de opções de aquisição de ações ou com base nas variações do preço as ações;
 - sistema de benefícios de reforma.

70. Informação sobre o modo como a remuneração é estruturada de forma a permitir o alinhamento dos interesses dos membros do órgão de administração com os interesses de longo prazo da sociedade, bem como sobre o modo como é baseada na avaliação do desempenho e desincentiva a assunção excessiva de riscos.

É adotada integralmente a política de remunerações aprovada em Assembleia Geral e descrita no ponto 69.

71. Referência, se aplicável, à existência de uma componente variável da remuneração e informação sobre eventual impacto da avaliação de desempenho nesta componente.

É adotada integralmente a política de remunerações aprovada em Assembleia Geral e descrita no ponto 69. Os membros executivos do Conselho de Administração auferem de uma componente variável da remuneração que depende da avaliação do respetivo desempenho, em particular do respetivo contributo quer para os resultados obtidos no exercício económico em apreço quer para o cumprimento das metas e implementação das estratégias definidas pela Sociedade a médio/longo prazo (resultados, inovação, solidez financeira, criação de valor, competitividade e crescimento).

72. Diferimento do pagamento da componente variável da remuneração, com menção do período de diferimento.

É adotada integralmente a política de remunerações aprovada em Assembleia Geral e descrita no ponto 69. Nesses termos, o pagamento da componente variável da remuneração, se existir, poderá ter lugar, no todo ou em parte, após o apuramento das contas de exercício correspondentes a todo o mandato, havendo, portanto, a possibilidade de limitação da remuneração variável, no caso de os resultados evidenciarem uma deterioração relevante do desempenho da Sociedade no último exercício apurado ou quando esta seja expectável no exercício em curso.

Não se verificando, no exercício em apreço, a deterioração a que alude o parágrafo anterior, não se verificou diferimento do pagamento da componente variável.

73. Critérios em que se baseia a atribuição de remuneração variável em ações bem como sobre a manutenção, pelos administradores executivos, dessas ações, sobre eventual celebração de contratos relativos a essas ações, designadamente contratos de cobertura (*hedging*) ou de transferência de risco, respetivo limite, e sua relação face ao valor da remuneração total anual.

Não existe atribuição de remuneração variável em ações nos termos deste ponto.

74. Critérios em que se baseia a atribuição de remuneração variável em opções e indicação do período de diferimento e do preço de exercício.

Não existe atribuição de remuneração variável em opções nos termos deste ponto.

75. Principais parâmetros e fundamentos de qualquer sistema de prémios anuais e de quaisquer outros benefícios não pecuniários.

Para além do exposto nos pontos anteriores, não existem outros sistemas de prémios anuais ou outros benefícios não pecuniários.

76. Principais características dos regimes complementares de pensões ou de reforma antecipada para os administradores e data em que foram aprovados em assembleia geral, em termos individuais.

Não existem regimes complementares de pensões ou de reforma nos termos deste ponto.

Conforme referido no ponto 69. a Comissão de Remunerações da Corticeira Amorim submeteu à apreciação da Assembleia de Acionistas realizada em 7 de abril de 2017 (que a aprovou) a política de remunerações dos membros do Conselho de Administração, a qual expressamente refere não ser política de remuneração a atribuição dos benefícios referidos nesta nota.

Apesar de, à data deste relatório, não existirem sistemas de benefícios de reforma como os referidos nesta nota, entende a Sociedade que, a propor-se a sua implementação, a Assembleia Geral deve apreciar as características dos sistemas adotados e vigentes no exercício em causa (tal como apreciou a sua não atribuição).

IV. Divulgação das remunerações

77. Indicação do montante anual da remuneração auferida, de forma agregada e individual, pelos membros do órgão de administração da sociedade, proveniente da sociedade, incluindo remuneração fixa e variável e, relativamente a esta, menção às diferentes componentes que lhe deram origem.

No exercício de 2017, o conjunto de todos os membros do **Conselho de Administração** auferiu remunerações provenientes da Corticeira Amorim que ascenderam a 775 802,60 euros:

- o conjunto de membros executivos auferiu remunerações fixas que ascenderam a 549 717,60 euros (António Rios de Amorim: 239 239,20 euros; Nuno Filipe Vilela Barroca de Oliveira: 169 239,20; Fernando José de Araújo dos Santos Almeida: 141 239,20 euros) e variáveis - correspondentes a um prémio de desempenho decorrente da análise da evolução dos resultados e o nível de concretização dos seguintes objetivos estratégicos: inovação, solidez financeira, criação de valor, competitividade e crescimento - que ascenderam a 226 085,00 euros (António Rios de Amorim: 110 600,00 euros; Nuno Filipe Vilela Barroca de Oliveira: 55 600,00 euros; Fernando José de Araújo dos Santos Almeida: 59 885,00 euros);
- os membros não executivos deste órgão não auferiram qualquer remuneração pelo desempenho de funções no órgão de administração da Corticeira Amorim.

78. Montantes a qualquer título pagos por outras sociedades em relação de domínio ou de grupo ou que se encontrem sujeitas a um domínio comum.

No exercício de 2017, nenhum dos membros do Conselho de Administração auferiu remunerações provenientes de outras sociedades associadas ou participadas que consolidam na Corticeira Amorim.

As sociedades em relação de domínio com a Corticeira Amorim, SGPS, S.A. - pelo exercício de funções de administração nessas mesmas sociedades - pagaram remunerações a Cristina Rios de Amorim Baptista: fixa de 144 269,20 euros e a Luísa Alexandra Ramos Amorim: fixa de 63 000,00 euros.

79. Remuneração paga sob a forma de participação nos lucros e/ou de pagamento de prémios e os motivos por que tais prémios e/ou participação nos lucros foram concedidos.

A componente variável da remuneração dos membros do Conselho de Administração corresponde a um prémio de desempenho que decorre da verificação objetiva do grau de cumprimento das metas, objetivos e iniciativas estratégicos e ações prioritárias definidos no plano estratégico da Sociedade (horizonte temporal: três anos) e suas declinações anuais. Para este efeito, relevaram, entre outros, a análise da evolução dos resultados e o nível de concretização dos seguintes objetivos estratégicos: inovação, solidez financeira, criação de valor, competitividade e crescimento.

Os valores atribuídos aos membros do Conselho de Administração nos termos desta nota encontram-se desagregados no ponto 77.

80. Indemnizações pagas ou devidas a ex-administradores executivos relativamente à cessação das suas funções durante o exercício.

Não foram pagas nem são devidas quaisquer indemnizações a ex-Administradores relativamente à cessação das suas funções no exercício de 2017.

81. Indicação do montante anual da remuneração auferida, de forma agregada e individual, pelos membros do órgão de fiscalização da sociedade, para efeitos da Lei n.º 28/2009, de 19 de junho.

No exercício de 2017, o conjunto de todos os membros do **Conselho Fiscal** auferiu de retribuições totais que ascenderam a 40 800,00 euros (Manuel Carvalho Fernandes: 12 000,00; Ana Paula Africano de Sousa e Silva: 9600,00; Eugénio Luís Lopes Franco Ferreira: 9600,00; Durval Ferreira Marques: 9600,00 euros). Os membros do Conselho Fiscal não auferem, nos termos da política de remunerações descrita, retribuição variável.

82. Indicação da remuneração no ano de referência do presidente da mesa da assembleia geral.

O Presidente e o Secretário da Mesa da Assembleia Geral auferiram retribuições totais que ascenderam a 10 000,00 e 3000,00 euros, respetivamente.

V. Acordos com implicações remuneratórias

83. Limitações contratuais previstas para a compensação a pagar por destituição sem justa causa de administrador e sua relação com a componente variável da remuneração.

Não existem limitações contratuais nos termos deste ponto.

84. Referência à existência e descrição, com indicação dos montantes envolvidos, de acordos entre a sociedade e os titulares do órgão de administração e dirigentes, na aceção do n.º 3 do artigo 248.º-B do Código dos Valores Mobiliários, que prevejam indemnizações em caso de demissão, despedimento sem justa causa ou cessação da relação de trabalho na sequência de uma mudança de controlo da sociedade. (art. 245.º-A, n.º 1, al. l).

Não existem acordos nos termos deste ponto. A Sociedade não celebrou quaisquer acordos com titulares do Conselho de Administração ou Dirigentes que prevejam o pagamento de indemnizações em situações não exigidas por lei.

VI. Planos de atribuição de ações ou opções sobre ações (“stock options”)

85. Identificação do plano e dos respetivos destinatários.

Não existem planos de atribuição de ações ou opções sobre ações.

86. Caracterização do plano (condições de atribuição, cláusulas de inalienabilidade de ações, critérios relativos ao preço das ações e o preço de exercício das opções, período durante o qual as opções podem ser exercidas, características das ações ou opções a atribuir, existência de incentivos para a aquisição de ações e/ou o exercício de opções).

Nos termos da política de remunerações aprovada em Assembleia Geral e, conforme referido no ponto 85., não existem planos de atribuição de ações ou opções sobre ações.

Entende a Sociedade que, a propor-se a implementação de planos deste tipo, a Assembleia Geral deverá apreciar as características dos planos a adotar, bem como a sua concretização em cada exercício.

87. Direitos de opção atribuídos para a aquisição de ações (“stock options”) de que sejam beneficiários os trabalhadores e colaboradores da empresa.

Não existem.

88. Mecanismos de controlo previstos num eventual sistema de participação dos trabalhadores no capital na medida em que os direitos de voto não sejam exercidos diretamente por estes (art. 245.º-A, n.º 1, al. e)).

Não existem mecanismos de controlo deste tipo.

E. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

I. Mecanismos e procedimentos de controlo

89. Mecanismos implementados pela sociedade para efeitos de controlo de transações com partes relacionadas.

Todos os negócios realizados pela Sociedade com partes relacionadas respeitam o interesse da Sociedade e suas participadas, são analisados pelo órgão competente da Unidade de Negócios que é contraparte na transação e são realizados ou (i) a condições normais de mercado ou (ii) quando a especificidade das transações não permite determinar esse valor, utilizando o critério *cost plus*, com margens na faixa 2%-5%. Negócios de valor significativo (transação superior a 1 milhão de euros) ou, pela sua natureza, de especial relevância para a Sociedade, são analisados em Comissão Executiva e/ou Conselho de Administração.

Nos termos do regulamento sobre Transações com Titulares de Participações Qualificadas³ aprovado e em vigor desde 1 de agosto de 2014, a realização de transações com titulares de participação qualificada e/ou entidades relacionadas deve ser submetida a parecer prévio do Conselho Fiscal nos seguintes casos:

- i) Transações cujo valor por transação exceda um milhão de euros ou cujo valor acumulado no exercício exceda três milhões de euros. O parecer prévio do Conselho Fiscal não será necessário quando respeitar a contratos de execução continuada, ou a renovações em termos substancialmente semelhantes aos do contrato anteriormente em vigor;
- ii) Transações com um impacto significativo na atividade da Corticeira Amorim e/ou das suas Subsidiárias em função da sua natureza ou importância estratégica, independentemente do respetivo valor;
- iii) Transações realizadas, excecionalmente, fora das condições normais de mercado, independentemente do respetivo valor.

A avaliação a realizar no âmbito dos procedimentos de autorização e parecer prévio aplicáveis a transações com titulares de participação qualificada e/ou entidades relacionadas deve ter em conta, entre outros aspetos relevantes em função do caso concreto, o princípio do igual tratamento dos acionistas e demais *stakeholders*, a prossecução do interesse da Sociedade e, bem assim, o impacto, materialidade, natureza e justificação de cada transação.

O valor destas transações é divulgado anualmente no Relatório e Contas Consolidado da Corticeira Amorim (ponto 92. deste relatório).

90. Indicação das transações que foram sujeitas a controlo no ano de referência.

No exercício em apreço não houve operações sujeitas a parecer prévio do Conselho Fiscal.

91. Descrição dos procedimentos e critérios aplicáveis à intervenção do órgão de fiscalização para efeitos da avaliação prévia dos negócios a realizar entre a sociedade e titulares de participação qualificada ou entidades que com eles estejam em qualquer relação, nos termos do artigo 20.º do Código dos Valores Mobiliários.

Conforme descrito no ponto 89.

II. Elementos relativos aos negócios

92. Indicação do local dos documentos de prestação de contas onde está disponível informação sobre os negócios com partes relacionadas, de acordo com a IAS 24, ou, alternativamente, reprodução dessa informação.

³ Apesar do regulamento sobre Transações com Titulares de Participações Qualificadas aprovado e em vigor a partir de 1 de agosto de 2014 não está disponível para consulta pública, informa-se nesta nota 89. do teor relevante do mesmo.

As transações da Corticeira Amorim com empresas relacionadas resumem-se, no essencial, à prestação de serviços por parte de subsidiárias da AMORIM - INVESTIMENTOS E PARTICIPAÇÕES, S.G.P.S., S.A., (Amorim Serviços e Gestão, S.A., Amorim Viagens e Turismo, Lda., OSI - Sistemas Informáticos e Electrotécnicos, Lda.). O total das prestações de serviços destas empresas ao conjunto das empresas da Corticeira Amorim foi de 8 528 mil euros (2016: 8 110 mil euros); em sentido contrário realizaram-se transações que ascenderam a 96 mil euros (2016:134 mil euros).

As vendas da Quinta Nova, S.A., subsidiária da AMORIM - INVESTIMENTOS E PARTICIPAÇÕES, S.G.P.S., S.A., às empresas do universo Corticeira Amorim atingiram os 55 mil euros (2016: 72 mil euros); em sentido contrário, realizaram-se transações que ascenderam a 120 mil euros (2016: 86 mil euros).

As compras de cortiça amadia efetuadas no exercício a empresas detidas pelos principais acionistas indiretos da Corticeira Amorim atingiram o valor de 1430 mil euros (2016: 852 mil euros), correspondendo a menos de 2% das compras totais da matéria-prima cortiça.

PARTE II - AVALIAÇÃO DO GOVERNO SOCIETÁRIO

1. Identificação do Código de governo das sociedades adotado

Em matéria de governo societário, a Corticeira Amorim encontra-se sujeita (i) às disposições da lei vigente em Portugal, nomeadamente ao estipulado no Código das Sociedades Comerciais, no Código dos Valores Mobiliários e nos Regulamentos emanados pela CMVM, podendo este conjunto de documentos ser consultado no sítio da CMVM, em www.cmvm.pt; (ii) aos seus próprios Estatutos Sociais, disponíveis para consulta no sítio da Sociedade, em <http://www.amorim.com/investidores/informacao-institucional/estruturas-juridica/>; e, (iii) ao Código de Governo Societário 2013 emanado pela CMVM a que alude o Regulamento CMVM nº 41/2013, e que, mesmo sendo apenas um quadro recomendatório, constitui um importante referencial de boas práticas, que também se encontra disponível em www.cmvm.pt.

A Corticeira Amorim avalia as suas práticas tendo por referência o referido Código de Governo Societário, numa base de *comply or explain*, elaborando o presente relatório sobre as estruturas e práticas do seu governo societário por referência a todo o quadro normativo legal, estatutário e recomendatório a que se encontra sujeita.

2. Análise de cumprimento do Código de Governo das Sociedades adotado

I. VOTAÇÃO E CONTROLO DA SOCIEDADE

I.1. As sociedades devem incentivar os seus acionistas a participar e a votar nas assembleias gerais, designadamente não fixando um número excessivamente elevado de ações necessárias para ter direito a um voto e implementando os meios indispensáveis ao exercício do direito de voto por correspondência e por via eletrónica.

Adotada. Pontos: 12., 13. e 56.

I.2. As sociedades não devem adotar mecanismos que dificultem a tomada de deliberações pelos seus acionistas, designadamente fixando um quórum deliberativo superior ao previsto por lei.

Não adotada. Ponto 14.

Os Estatutos da Corticeira Amorim consagram um quórum constitutivo/deliberativo superior ao previsto na lei⁴ nas seguintes situações:

- Limitação ou supressão do direito de preferência nos aumentos de capital - necessidade da presença na assembleia geral de Acionistas que representem, pelo menos, cinquenta por cento do capital social realizado (artigo 7.º);
- Destituição do membro do Conselho de Administração eleito ao abrigo das regras especiais do artigo 392.º do CSC, que contra a deliberação de destituição não tenham votado Acionistas que representem, pelo menos, vinte por cento do capital social (artigo 17.º);
- Para que a Assembleia Geral convocada a requerimento de Acionistas possa deliberar - a necessidade da presença de Acionistas detentores de ações que totalizem, no mínimo, o valor exigido por lei para legitimar o pedido de convocação da reunião (artigo 22.º);
- Alteração da composição do Conselho de Administração - necessidade de deliberação por maioria de Acionistas correspondente a dois terços do capital social (artigo 24.º);
- Dissolução da Sociedade - necessidade de deliberação de Acionistas que detenham ações correspondentes a, pelo menos, oitenta e cinco por cento do capital social realizado (artigo 33.º).

Como resulta do exposto, o não cumprimento da Recomendação da CMVM e a imposição de quórum constitutivo/deliberativo superior ao previsto no Código das Sociedades confere aos Acionistas, particularmente aos detentores de reduzidas frações de capital, um papel relevante num conjunto de decisões que afetam de forma substancial a vida da Sociedade (dissolução), o seu modelo de governo (destituição do Administrador proposto pelos Acionistas minoritários e alteração da composição do Conselho de Administração), os direitos patrimoniais dos Acionistas (limitação ou supressão de direitos de preferência em aumentos de capital) e a adequada participação dos Acionistas em reuniões da Assembleia Geral por estes convocadas.

Assim, revista esta situação, considera-se que a manutenção destes requisitos se orienta para a promoção e proteção dos direitos e do papel dos Acionistas na condução de questões societárias relevantes - valores que o Código do Governo das Sociedades pretende proteger.

I.3. As sociedades não devem estabelecer mecanismos que tenham por efeito provocar o desfasamento entre o direito ao recebimento de dividendos ou à subscrição de novos valores mobiliários e o direito de voto de cada ação ordinária, salvo se devidamente fundamentados em função dos interesses de longo prazo dos acionistas.

Adotada. Ponto 12.

⁴ O Código das Sociedades Comerciais prevê os seguintes requisitos necessários à válida deliberação em assembleia geral:

Quórum (artigo 383.º):

1. A Assembleia Geral pode deliberar, em primeira convocação, qualquer que seja o número de Acionistas presentes ou representados, salvo o disposto no número seguinte ou no contrato.
2. Para que a Assembleia Geral possa deliberar, em primeira convocação, sobre a alteração do contrato de sociedade, fusão, cisão, transformação, dissolução da sociedade ou outros assuntos para os quais a lei exija maioria qualificada, sem a especificar, devem estar presentes ou representados Acionistas que detenham, pelo menos, ações correspondentes a um terço do capital social.
3. Em segunda convocação, a assembleia pode deliberar seja qual for o número de Acionistas presentes ou representados e o capital por eles representado.

Maioria (artigo 386.º):

1. A Assembleia Geral delibera por maioria dos votos emitidos, seja qual for a percentagem do capital social nela representado, salvo disposição diversa da lei ou do contrato; as abstenções não são contadas.
2. Na deliberação sobre a designação de titulares de órgãos sociais ou de revisores ou sociedades de revisores oficiais de contas, se houver várias propostas, fará vencimento aquela que tiver a seu favor maior número de votos.
3. A deliberação sobre algum dos assuntos referidos no nº 2 do artigo 383º deve ser aprovada por dois terços dos votos emitidos, quer a assembleia reúna em primeira quer em segunda convocação.
4. Se, na assembleia reunida em segunda convocação, estiverem presentes ou representados Acionistas detentores de, pelo menos, metade do capital social, a deliberação sobre algum dos assuntos referidos no nº 2 do artigo 383º pode ser tomada pela maioria dos votos emitidos.

I.4. Os estatutos das sociedades que prevejam a limitação do número de votos que podem ser detidos ou exercidos por um único acionista, de forma individual ou em concertação com outros acionistas, devem prever igualmente que, pelo menos de cinco em cinco anos, será sujeita a deliberação pela assembleia geral a alteração ou a manutenção dessa disposição estatutária - sem requisitos de quórum agravado relativamente ao legal - e que, nessa deliberação, se contam todos os votos emitidos sem que aquela limitação funcione.

Não aplicável. Os estatutos da Sociedade não preveem limitações ao número de votos que podem ser detidos ou exercidos por um acionista, de forma individual ou em concertação. **Ponto 13.**

I.5. Não devem ser adotadas medidas que tenham por efeito exigir pagamentos ou a assunção de encargos pela sociedade em caso de transição de controlo ou de mudança da composição do órgão de administração e que se afigurem suscetíveis de prejudicar a livre transmissibilidade das ações e a livre apreciação pelos acionistas do desempenho dos titulares do órgão de administração.

Parcialmente adotada. A Sociedade celebrou contratos de financiamento com possível reembolso antecipado em caso de mudança de controlo acionista. Não se encontram implementadas quaisquer medidas visando especificamente os efeitos descritos nesta recomendação. **Pontos 4. e 84.**

II. SUPERVISÃO, ADMINISTRAÇÃO E FISCALIZAÇÃO

II.1. SUPERVISÃO E ADMINISTRAÇÃO

II.1.1. Dentro dos limites estabelecidos por lei, e salvo por força da reduzida dimensão da sociedade, o conselho de administração deve delegar a administração quotidiana da sociedade, devendo as competências delegadas ser identificadas no relatório anual sobre o Governo da Sociedade.

Adotada. Pontos 27. a 29.

II.1.2. O Conselho de Administração deve assegurar que a sociedade atua de forma consentânea com os seus objetivos, não devendo delegar a sua competência, designadamente, no que respeita a: i) definir a estratégia e as políticas gerais da sociedade; ii) definir a estrutura empresarial do grupo; iii) decisões que devam ser consideradas estratégicas devido ao seu montante, risco ou às suas características especiais.

Adotada. Conforme melhor detalhado no **ponto 9.**, apenas a gestão corrente é delegável.

II.1.3. O Conselho Geral e de Supervisão, além do exercício das competências de fiscalização que lhes estão cometidas, deve assumir plenas responsabilidades ao nível do governo da sociedade, pelo que, através de previsão estatutária ou mediante via equivalente, deve ser consagrada a obrigatoriedade de este órgão se pronunciar sobre a estratégia e as principais políticas da sociedade, a definição da estrutura empresarial do grupo e as decisões que devam ser consideradas estratégicas devido ao seu montante ou risco. Este órgão deverá ainda avaliar o cumprimento do plano estratégico e a execução das principais políticas da sociedade.

Não aplicável. O modelo adotado pela Corticeira Amorim não inclui este órgão, conforme descrito no **ponto 15.** as competências de na definição de políticas e estratégias nos termos desta recomendação são da competência indelegável do Conselho de Administração. As competências de fiscalização são do Conselho Fiscal e do revisor Oficial de Contas, com as especificidades que decorrem do âmbito da respetiva atividade.

II.1.4. Salvo por força da reduzida dimensão da sociedade o Conselho de Administração deve criar as comissões que se mostrem necessárias para:

a) Assegurar uma competente e independente avaliação do desempenho dos administradores executivos e do seu próprio desempenho global, bem assim como das diversas comissões existentes;

Não adotada. Ponto 69.

b) Refletir sobre sistema estrutura e as práticas de governo adotado, verificar a sua eficácia e propor aos órgãos competentes as medidas a executar tendo em vista a sua melhoria.

Adotada. Ponto 15.

II.1.5. O Conselho de Administração deve fixar objetivos em matéria de assunção de riscos e criar sistemas para o seu controlo, com vista a garantir que os riscos efetivamente incorridos são consistentes com aqueles objetivos.

Adotada. Ponto 54.

II.1.6. O Conselho de Administração deve incluir um número de membros não executivos que garanta efetiva capacidade de acompanhamento, supervisão e avaliação da atividade dos restantes membros do órgão de administração.

Adotada. Ponto 18.

II.1.7. Entre os administradores não executivos deve contar-se uma proporção adequada de independentes, tendo em conta o modelo de governação adotado, a dimensão da sociedade e a sua estrutura acionista e o respetivo *freefloat*.

Não adotada.

Apesar do Conselho de Administração não integrar membros não executivos independentes, conforme recomendado pelo Código de Governo Societário, a existência de um sistema de dupla fiscalização efetivamente implementado na Sociedade - Conselho Fiscal e Revisor Oficial de Contas -, composto exclusivamente por membros independentes, **considera-se que os interesses visados por esta disposição se encontram devida e integralmente acautelados.** Acresce que, conjugada a observância de tal independência com o regime de responsabilidade que impende sobre os membros do Conselho Fiscal, se crê estarem reunidas as condições necessárias para garantir uma efetiva função fiscalizadora de elevado nível de isenção, rigor e independência.

II.1.8. Os administradores que exerçam funções executivas, quando solicitados por outros membros dos órgãos sociais, devem prestar, em tempo útil e de forma adequada ao pedido, as informações por aqueles requeridas.

Adotada. Ponto 15.

II.1.9. O presidente da comissão executiva deve remeter ao Presidente do Conselho de Administração e ao Presidente do Conselho Fiscal as convocatórias e as atas das respetivas reuniões.

Adotada. Ponto 29.

II.1.10. Caso o presidente do órgão de administração exerça funções executivas, este órgão deverá indicar, de entre os seus membros, um administrador independente que assegure a coordenação dos trabalhos dos demais membros não executivos e as condições para que estes possam decidir de forma independente e informada ou encontrar outro mecanismo equivalente que assegure aquela coordenação.

Não adotada.

O Conselho de Administração da Corticeira Amorim não inclui membros não executivos independentes, pelo que não é possível estabelecer a relação nos precisos termos previstos nesta recomendação.

No entanto, a Sociedade considera que **os procedimentos descritos no ponto 21. deste relatório constituem um sistema que, na prática, garante o cumprimento dos objetivos preconizados por esta recomendação.**

II.2. FISCALIZAÇÃO

II.2.1. Consoante o modelo aplicável, o presidente do Conselho Fiscal deve ser independente, de acordo com o critério legal aplicável, e possuir as competências adequadas ao exercício das respetivas funções.

Adotada. Pontos 31. a 33.

II.2.2. O órgão de fiscalização deve ser o interlocutor principal do auditor externo e o primeiro destinatário dos respetivos relatórios, competindo-lhe, designadamente, propor a respetiva remuneração e zelar para que sejam asseguradas, dentro da empresa, as condições adequadas à prestação dos serviços.

Adotada.

Compete ao Conselho Fiscal propor o Revisor Oficial de Contas e respetiva remuneração, no quadro da Política de Remunerações aprovada em Assembleia Geral de Acionistas.

II.2.3. O órgão de fiscalização deve avaliar anualmente o auditor externo e propor ao órgão competente a sua destituição ou a resolução do contrato de prestação dos seus serviços sempre que se verifique justa causa para o efeito.

Adotada. Pontos 38 e 40.

II.2.4. O órgão de fiscalização deve avaliar o funcionamento dos sistemas de controlo interno e de gestão de riscos e propor os ajustamentos que se mostrem necessários.

Adotada. Ponto 38.

II.2.5. A Comissão de Auditoria, o Conselho Geral e de Supervisão e o Conselho Fiscal devem pronunciar-se sobre os planos de trabalho e os recursos afetos aos serviços de auditoria interna e aos serviços que velem pelo cumprimento das normas aplicadas à sociedade (serviços de *compliance*), e devem ser destinatários dos relatórios realizados por estes serviços pelo menos quando estejam em causa matérias relacionadas com a prestação de contas a identificação ou a resolução de conflitos de interesses e a deteção de potenciais ilegalidades.

Adotada. Ponto 38.

O responsável pelo Departamento de Auditoria Interna reúne trimestralmente com o Conselho Fiscal da Sociedade, apresentando e discutindo o plano anual de trabalhos, os recursos afetos aos mesmos, e as ações empreendidas, nomeadamente através da preparação e discussão de um relatório que descreve a concretização de tal plano, os trabalhos realizados e as conclusões de tais ações.

II.3. FIXAÇÃO DE REMUNERAÇÕES

II.3.1. Todos os membros da Comissão de Remunerações ou equivalente devem ser independentes relativamente aos membros executivos do órgão de administração e incluir pelo menos um membro com conhecimentos e experiência em matérias de política de remuneração.

Não adotada. Ponto 67.

Formalmente os membros que constituem a Comissão de Remunerações da Corticeira Amorim não devem ser considerados independentes relativamente ao Conselho de Administração. No entanto, é convicção geral - nomeadamente da Assembleia Geral de Acionistas que os elegeu para os respetivos cargos - que, além de **reunirem competências técnicas adequadas, acumulam uma experiência, uma ponderação e uma ética que lhes permite cabalmente zelar pelos interesses que lhes estão cometidos.**

II.3.2. Não deve ser contratada para apoiar a Comissão de Remunerações no desempenho das suas funções qualquer pessoa singular ou coletiva que preste ou tenha prestado, nos últimos três anos, serviços a qualquer estrutura na dependência do órgão de administração, ao próprio órgão de administração da sociedade ou que tenha relação atual com a sociedade ou com consultora da sociedade. Esta recomendação é aplicável igualmente a qualquer pessoa singular ou coletiva que com aquelas se encontre relacionada por contrato de trabalho ou prestação de serviços.

Adotada. Não houve contratações nos termos previstos nesta recomendação.

II.3.3. A declaração sobre a política de remunerações dos órgãos de administração e fiscalização a que se refere o artigo 2º da Lei nº 28/2009, de 19 de junho, deverá conter, adicionalmente:

a) Identificação e explicitação dos critérios para a determinação da remuneração a atribuir aos membros dos órgãos sociais;

Não adotada.

A declaração sobre a política de remunerações, transcrita no Ponto 69. e elaborada de acordo com o previsto no artigo 2º da lei nº 28/2009, se 19 de junho, não inclui a informação prevista nesta recomendação.

b) Informação quanto ao montante máximo potencial, em termos individuais, e ao montante máximo potencial, em termos agregados, a pagar aos membros dos órgãos sociais, e identificação das circunstâncias em que esses montantes máximos podem ser devidos;

Não adotada. Conforme descrito no **ponto 69.**, a declaração sobre política de remunerações não contém esta informação.

c) Informação quanto à exigibilidade ou inexigibilidade de pagamentos relativos à destituição ou cessação de funções de administradores.

Não adotada. Conforme descrito no **ponto 69.**, a declaração sobre política de remunerações não contém esta informação.

Conclui-se que, não estando adotadas todas as práticas elencadas na recomendação II.3.3., considera-se que, conforme entendimento da Comissão de Mercados de Valores Mobiliários, a recomendação II.3.3. é não adotada.

II.3.4. Deve ser submetida à Assembleia Geral a proposta relativa à aprovação de planos de atribuição de ações, e/ou de opções de aquisição de ações ou com base nas variações do preço das ações, a membros dos órgãos sociais. A proposta deve conter todos os elementos necessários para uma avaliação correta do plano.

Não aplicável, uma vez que a Sociedade não instituiu nenhum plano de ações ou opções. **Pontos 69., 85. e 86.**

II.3.5. Deve ser submetida à Assembleia Geral a proposta relativa à aprovação de qualquer sistema de benefícios de reforma estabelecidos a favor dos membros dos órgãos sociais. A proposta deve conter todos os elementos necessários para uma avaliação correta do sistema.

Não aplicável, dado não existir um regime complementar de pensões ou de reforma antecipada a favor dos membros dos órgãos sociais. **Ponto 76.**

III. REMUNERAÇÕES

III.1. A remuneração dos membros executivos do órgão de administração deve basear-se no desempenho efetivo e desincentivar a assunção excessiva de riscos.

Adotada. Ponto 69.

Nos termos da política de remunerações referida no ponto 69., a atribuição da componente variável da remuneração corresponde a um prémio de desempenho, atribuível aos membros executivos do Conselho de Administração, que resulta avaliação da performance de curto prazo e do contributo do desempenho anual para a sustentabilidade económica a médio/longo prazo da Organização.

O seu montante efetivo dependerá sempre da avaliação a realizar anualmente, analisando o respetivo contributo quer para os resultados obtidos no exercício económico em apreço quer para o cumprimento das metas e implementação das estratégias definidas pela Sociedade a médio/longo prazo: a evolução dos resultados e o nível de concretização dos objetivos estratégicos de inovação, solidez financeira, criação de valor, competitividade e crescimento.

O pagamento da componente variável da remuneração, se existir, poderá ter lugar, no todo ou em parte, após o apuramento das contas de exercício correspondentes a todo o mandato, havendo, portanto, a possibilidade de limitação da remuneração variável, no caso de os resultados evidenciarem uma deterioração relevante do desempenho da Sociedade no último exercício apurado ou quando esta seja expectável no exercício em curso.

Está-lhes, ainda, vedada a possibilidade de celebrar contratos, quer com a Sociedade, quer com as suas subsidiárias e/ou participadas, que possam mitigar o risco inerente à variabilidade da remuneração que lhes for fixada pela Sociedade.

III.2. A remuneração dos membros não executivos do órgão de administração e a remuneração dos membros do órgão de fiscalização não deve incluir nenhuma componente cujo valor dependa do desempenho da sociedade ou do seu valor.

Adotada. Ponto 69.

III.3. A componente variável da remuneração deve ser globalmente razoável em relação à componente fixa da remuneração, e devem ser fixados limites máximos para todas as componentes.

Não adotada.

Realçando que a prática evidencia claramente a razoabilidade (**Ponto 77.**), em termos de valor absoluto e de proporção entre elas, da componente variável da remuneração face à componente fixa, existe apenas limite - imposto pelos Estatutos da Sociedade - para a parte que for deliberada como participação nos lucros que, para a globalidade do Conselho de Administração, não pode exceder os 3%.

III.4. Uma parte significativa da remuneração variável deve ser diferida por um período não inferior a três anos, e o direito ao seu recebimento deve ficar dependente da continuação do desempenho positivo da sociedade ao longo desse período.

Não adotada. Ponto 77.

Não tendo sido prática o diferimento nas condições especificadas nesta Recomendação, realça-se que a atribuição da componente variável da remuneração, que correspondem a um prémio de desempenho, aos:

- membros executivos do Conselho de Administração, resulta da avaliação da *performance* de curto prazo e do contributo do desempenho anual para a sustentabilidade económica a médio/longo prazo da Organização; podendo o seu o pagamento ter lugar, no todo ou em parte, após o apuramento das contas de exercício correspondentes a todo o mandato, havendo, portanto, a possibilidade de limitação da remuneração variável, no caso de os resultados evidenciarem uma deterioração relevante do desempenho da Sociedade no último exercício apurado ou quando esta seja expectável no exercício em curso;
- Dirigentes, resulta da verificação do grau de cumprimento das metas, objetivos e iniciativas estratégicos e ações prioritárias definidos num plano a três anos, com as respetivas declinações anuais, o que salvaguarda os interesses acautelados por esta recomendação, embora por prazo não superior a três anos.

III.5. Os membros do órgão de administração não devem celebrar contratos, quer com a sociedade, quer com terceiros, que tenham por efeito mitigar o risco inerente à variabilidade da remuneração que lhes for fixada pela sociedade.

Adotada. Ponto 69.

III.6. Até ao termo do seu mandato devem os administradores executivos manter as ações da sociedade a que tenham acedido por força de esquemas de remuneração variável, até ao limite de duas vezes o valor da remuneração total anual, com exceção daquelas que necessitem ser alienadas com vista ao pagamento de impostos resultantes do benefício dessas mesmas ações.

Não aplicável.

A sociedade não tem, nem nunca teve, esquemas de atribuição de ações como remuneração variável. A política de remunerações também não prevê esquemas de atribuição de ações como remuneração variável.

III.7. Quando a remuneração variável compreender a atribuição de opções, o início do período de exercício deve ser diferido por um prazo não inferior a três anos.

Não aplicável.

A sociedade não tem, nem nunca teve, esquemas de atribuição de ações como remuneração variável. A política de remunerações também não prevê esquemas de atribuição de ações como remuneração variável.

III.8. Quando a destituição de administrador não decorra de violação grave dos seus deveres nem da sua inaptidão para o exercício normal das respetivas funções, mas, ainda assim, seja reconduzível a um inadequado desempenho, deverá a sociedade encontrar-se dotada dos instrumentos jurídicos adequados e necessários para que qualquer indemnização ou compensação, além da legalmente devida, não seja exigível.

Adotada.

Não existe nenhum instrumento jurídico celebrado com administradores que obriguem a sociedade, nos casos previstos nesta recomendação, ao pagamento de qualquer indemnização ou compensação além do que é legalmente exigível.

IV. AUDITORIA

IV.1. O auditor externo deve, no âmbito das suas competências, verificar a aplicação das políticas e sistemas de remunerações dos órgãos sociais, a eficácia e o funcionamento dos mecanismos de controlo interno e reportar quaisquer deficiências ao órgão de fiscalização da sociedade.

Não adotada.

O mandato do Revisor Oficial de Contas não abrange a verificação das políticas e sistemas de remunerações implementados na Sociedade. **É convicção do Conselho de Administração que o sistema de gestão de remunerações atualmente implementado garante o cumprimento da política de remunerações aprovada em Assembleia Geral de Acionistas.**

Conforme **ponto 39**, todas as restantes tarefas são da competência deste órgão que, efetiva e diligentemente, as desenvolve.

IV.2. A sociedade ou quaisquer entidades que com ela mantenham uma relação de domínio não devem contratar ao auditor externo, nem a quaisquer entidades que com ele se encontrem em relação de grupo ou que integrem a mesma rede, serviços diversos dos serviços de auditoria. Havendo razões para a contratação de tais serviços - que devem ser aprovados pelo órgão de fiscalização e explicitadas no seu Relatório Anual sobre o Governo da Sociedade - eles não devem assumir um relevo superior a 30% do valor total dos serviços prestados à sociedade.

Adotada. Pontos 37. e 41.

IV.3. As sociedades devem promover a rotação do auditor ao fim de dois ou três mandatos, conforme sejam respetivamente de quatro ou três anos. A sua manutenção além deste período deverá ser fundamentada num parecer específico do órgão de fiscalização que pondere expressamente as condições de independência do auditor e as vantagens e os custos da sua substituição.

Adotada. Ponto 40.

V. CONFLITOS DE INTERESSES E TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

V.1. Os negócios da sociedade com acionistas titulares de participação qualificada, ou com entidades que com eles estejam em qualquer relação, nos termos do art. 20.º do Código dos Valores Mobiliários, devem ser realizados em condições normais de mercado.

Adotada. Pontos 89. e 92.

V.2. O órgão de supervisão ou de fiscalização deve estabelecer os procedimentos e critérios necessários para a definição do nível relevante de significância dos negócios com acionistas titulares de participação qualificada - ou com entidades que com eles estejam em qualquer uma das relações previstas no n.º 1 do art. 20.º do Código dos Valores Mobiliários -, ficando a realização de negócios de relevância significativa dependente de parecer prévio daquele órgão.

Adotada. Pontos 89. e 92.

VI. INFORMAÇÃO

VI.1. As sociedades devem proporcionar, através do seu sítio na Internet, em português e inglês, acesso a informações que permitam o conhecimento sobre a sua evolução e a sua realidade atual em termos económicos, financeiros e de governo.

Adotada. Pontos 59. a 65.

VI.2. As sociedades devem assegurar a existência de um gabinete de apoio ao investidor e de contacto permanente com o mercado, que responda às solicitações dos investidores em tempo útil, devendo ser mantido um registo dos pedidos apresentados e do tratamento que lhe foi dado.

Adotada. Ponto 56.

3. Análise de cumprimento de políticas e práticas de governo societário previstas em outros normativos:

I. Descrição da política de diversidade aplicada pela sociedade relativamente aos seus órgãos de administração e de fiscalização, designadamente, em termos de idade, sexo, habilitações e antecedentes profissionais, os objetivos dessa política de diversidade, a forma como foi aplicada e os resultados no período de referência (alínea r), nº 1 do artigo 245º-A do Código dos Valores Mobiliários)

Adotada. Parte I - introdução ao Capítulo B., pontos 19. e 26. (Conselho de Administração), e pontos 33. e 36. (Conselho Fiscal).

II. Representação equilibrada entre mulheres e homens nos órgãos de administração e de fiscalização das empresas cotadas em bolsa (artigo 5.º da Lei nº 62/2017, de 1 de agosto)

Adotada. Pontos 17. e 31.

Mozelos, 19 de fevereiro de 2018

O Conselho de Administração da CORTICEIRA AMORIM, S.G.P.S., S.A.

António Rios de Amorim
Presidente

Nuno Filipe Vilela Barroca de Oliveira
Vice-Presidente

Fernando José de Araújo dos Santos Almeida
Vogal

Cristina Rios de Amorim Baptista
Vogal

Luísa Alexandra Ramos Amorim
Vogal

Juan Ginesta Viñas
Vogal

Relatório de Sustentabilidade

Caro Stakeholder,

Há mais de uma década que vimos divulgando regularmente a estratégia, as políticas e o desempenho da Corticeira Amorim em matéria de sustentabilidade. Com o presente relatório, retomamos o reporte anual das práticas de gestão dos principais impactos económicos, ambientais e sociais incluindo-o no relatório anual consolidado, assim aumentando a difusão desta informação a um número mais alargado de *stakeholders* e, também, potenciando a divulgação de todas as vantagens ambientais, sociais e económicas dos produtos e soluções de cortiça, um raro exemplo de harmonia entre as necessidades do Homem e da Natureza.

A economia circular tem merecido uma crescente atenção por parte de governos, empresas e da sociedade em geral. Apesar do conceito subjacente não ser novo, apenas agora este novo modelo económico, que preconiza a otimização dos ciclos de vida dos produtos, é defendido como uma solução alternativa para minimizar consumos de materiais e de energia.

O ecossistema da cortiça, associado a uma extração cíclica que não danifica a árvore, com um processo produtivo integrado que não gera desperdícios, que estabelece sinergias com outros materiais e subprodutos, promovendo a reciclagem e a extensão da vida útil dos recursos, faz da Corticeira Amorim um exemplo ímpar de economia circular.

Distingue-nos a gestão verticalizada e integral da cortiça ao longo de todo o processo, valorizando a totalidade deste recurso natural renovável. Procuramos constantemente otimizar o consumo dos restantes materiais e, do que é rejeitado no processo produtivo, cerca de 90% tem como destino a valorização, com claras vantagens ambientais e económicas. O nosso *knowhow* aplica-se ainda em inúmeros projetos de investigação e inovação, visando novas combinações de cortiça com materiais passíveis de reciclagem, como espumas e outros polímeros das indústrias do calçado, automóvel ou da embalagem, desenvolvendo aplicações técnicas de elevado valor acrescentado.

Prosseguimos no apoio a várias iniciativas para recolha seletiva de rolhas de cortiça que decorrem, com sucesso, em várias partes do mundo; dinamizadas em parceria com ONG locais, parte dos seus proveitos apoiam causas importantes como a reflorestação, a educação ambiental e as áreas específicas de intervenção das ONG envolvidas. Em 2017 registou-se um acréscimo na incorporação da cortiça recuperada na produção de outros produtos e soluções de elevado valor acrescentado. Há, no entanto, ainda muito espaço para crescer.

Continuámos a empenhar-nos no uso eficiente da energia, reduzindo não só os custos económicos, mas também o impacto ambiental associado, nomeadamente a redução dos gases com efeito de estufa. Apostámos num eficiente *mix* energético, otimizando a fonte de energia endógena (o pó de cortiça, que satisfaz cerca de dois terços das necessidades energéticas) e alcançámos importantes melhorias nos processos, como atestam as certificações ISO 50001 e ISO 14001 obtidas em algumas das unidades industriais.

Este perfil de circularidade da Corticeira Amorim contribui de forma muito relevante para o Objetivo de Desenvolvimento Sustentável (ODS) número 12 - produção e consumo sustentáveis. No entanto, do cruzamento dos ODS com as áreas materiais de atuação da Organização, verificámos que a estratégia de sustentabilidade se encontra claramente alinhada com outros 10 ODS, nomeadamente, pela sua atuação precursora sobre a regeneração de capital natural; pelo papel fundamental enquanto empregador direto nas áreas geográficas onde desenvolve atividade; pela implementação de práticas de gestão de pessoas que permitem construir contextos de trabalho onde a pluralidade e a diferença são um fator de melhoria e inovação contínuas; pelo trabalho desenvolvido junto das comunidades e da cadeia de valor propagando, através do exemplo e das iniciativas de sensibilização, as práticas do desenvolvimento sustentável; pelo compromisso com a Investigação, Desenvolvimento & Inovação; pelo crescimento económico e pela preocupação com o equilíbrio social que acompanha os quase 150 anos de atividade da Organização.

Este é um caminho que vimos percorrendo de forma segura, consistente e com resultados assinaláveis; mas, ainda assim, uma caminhada interminável, cujo sucesso se alicerça na confiança e incentivo dos nossos *stakeholders* e no profissionalismo e competência de toda a Equipa da Corticeira Amorim - mais de 4200 de embaixadores da cortiça que levam a nossa mensagem e o nosso exemplo aos quatro cantos do mundo.

A todos, uma palavra de especial apreço.

Cordiais cumprimentos,

Cristina Rios de Amorim

Administradora e Diretora de Sustentabilidade

1. SOBRE O RELATÓRIO DE SUSTENTABILIDADE

Desde 2006 que a Corticeira Amorim publica regularmente o relatório de sustentabilidade - uma prática inédita no seu setor de atividade - promovendo a transparência, o aperfeiçoamento das suas práticas e potenciando a adoção de princípios de sustentabilidade quer na cadeia de valor quer junto dos seus principais *stakeholders*.

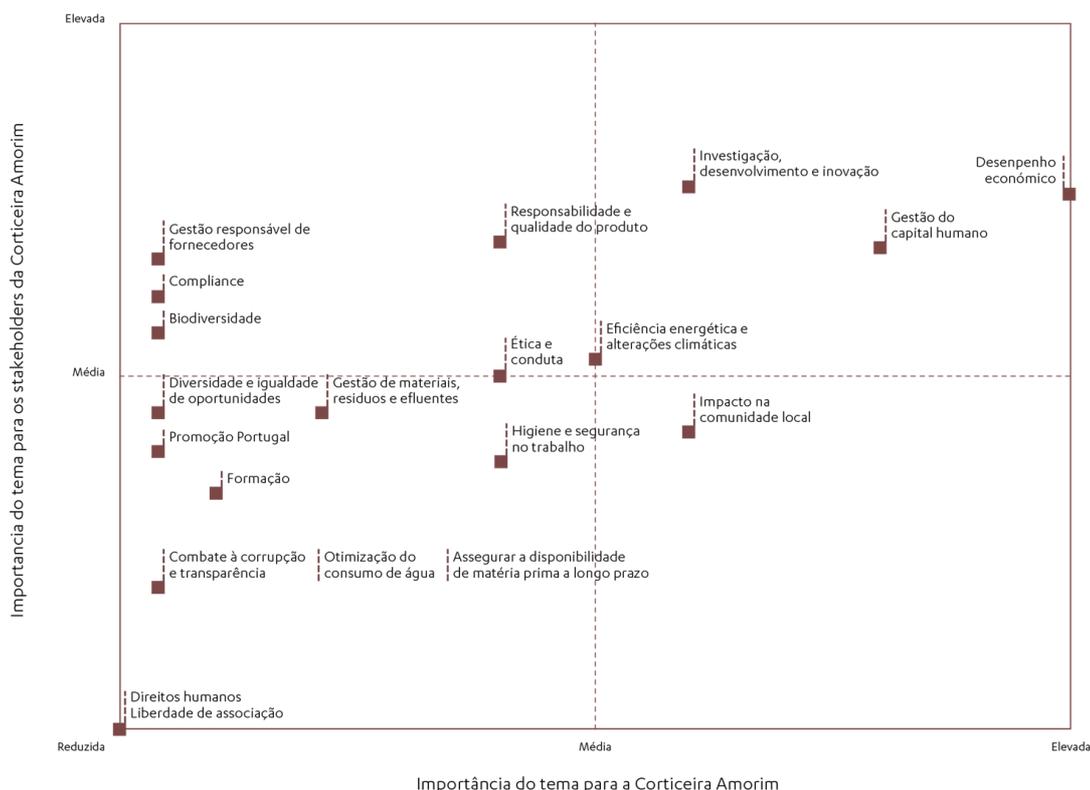
O presente relato, genericamente intitulado de Relatório de Sustentabilidade 2017, divulga o desempenho económico, social e ambiental do Grupo Corticeira Amorim nos anos 2016 e 2017 (perímetro indicado abaixo). O relatório foi elaborado de acordo com as mais recentes diretrizes da Global Reporting Initiative (GRI) - GRI Standards 2016, para o nível Core e dá resposta aos requisitos legais introduzidos pelo Decreto-Lei n.º 89/2017, de 28 de julho, sendo, nos termos do artigo 508.º-G do Código das Sociedades Comerciais, a Demonstração Não Financeira consolidada da Corticeira Amorim, SGPS, S.A.

Incluiu-se, sempre que possível, apropriado e relevante, informação de anos anteriores para os principais indicadores, de forma a permitir uma perspetiva da evolução da empresa.

O conteúdo deste relato é complementado com as informações constantes do Relatório Consolidado de Gestão, do Relatório do Governo Societário e do website da empresa - www.amorim.com -, de acesso público.

A Corticeira Amorim construiu uma matriz de materialidade com base nos resultados do processo de auscultação de *stakeholders* (realizado em 2015) e na importância dos vários temas de sustentabilidade relevantes para a Organização. Esta matriz ilustra a materialidade dos vários temas dos pilares social, ambiental e económico, e serviu de base à seleção da informação a considerar neste relatório.

Matriz de Materialidade – Corticeira Amorim



Assim, os temas mais relevantes para a Corticeira Amorim e para os seus *stakeholders* são: Desempenho Económico, Investigação & Desenvolvimento e Inovação, Eficiência Energética e Alterações Climáticas e Gestão do Capital Humano. Dada a importância para a Organização, os temas Biodiversidade (Gestão Sustentável do Sobreiro) e Higiene e Segurança no Trabalho foram considerados relevantes para efeitos deste relatório.

Durante o ano de 2018 a Corticeira Amorim pretende realizar nova consulta aos seus *stakeholders* de forma a atualizar a matriz de materialidade.

Para definição do universo de empresas abrangidas por este relatório foi adotado um critério que visa a inclusão de todas as unidades que geram impactos materiais relativamente aos aspetos atrás referidos. Deste modo, o âmbito do relatório não contempla a totalidade das empresas do Grupo Corticeira Amorim devido, em grande parte, à dificuldade de implementar sistemas de informação de sustentabilidade em empresas de menor dimensão. As empresas abrangidas por este relatório englobam 87% das unidades industriais e correspondem a 68% do número de colaboradores do Grupo Corticeira Amorim no final de 2017.

As metodologias de cálculo dos indicadores utilizadas como complemento às Diretrizes de Orientação das GRI Standards são apresentadas no capítulo 7. Notas Metodológicas. Sempre que os dados apresentados não se referem ao perímetro de base considerado, é fornecida tal indicação; sempre que os dados apresentados resultem de estimativas, são apresentados os pressupostos utilizados no seu cálculo.

A verificação da informação de sustentabilidade deste relatório esteve a cargo da Ernst & Young Audit & Associados, SROC, S.A.

Este documento está disponível em <https://www.amorim.com/sustentabilidade/relatorio-de-sustentabilidade/>, podendo qualquer esclarecimento ser solicitado à Corticeira Amorim, através do endereço eletrónico natural.choice@corticeira.amorim.com.

2. CARACTERIZAÇÃO DA CORTICEIRA AMORIM

2.1. Perfil da Organização

Empresas do Grupo

A Corticeira Amorim, SGPS, S.A. é uma sociedade gestora de participações sociais com sede em Mozelos, Santa Maria da Feira, estando as ações representativas do seu capital social, que atualmente se cifra em 133 000 000 euros, cotadas na Euronext Lisbon.

Estrutura Operacional

Organizada em cinco Unidades de Negócios (UN) - Matérias-Primas, Rolhas, Revestimentos, Aglomerados Compósitos e Isolamentos - a Corticeira Amorim opera em mais de 100 países em todos os continentes, ocupando o lugar de maior empresa mundial de cortiça e uma das mais internacionais empresas, no âmbito nacional.

A Corticeira Amorim assume um modelo de gestão assente no conceito de holding estratégico-operacional; as Unidades de Negócio são coordenadas pela Comissão Executiva - que dispõe de amplos poderes de gestão e é assistida por áreas de suporte orientadas para o acompanhamento e coordenação da atividade das UN, conforme se ilustra no esquema do capítulo B. Órgãos Sociais e Comissões, do Relatório do Governo Societário.

O alinhamento estratégico de toda a organização é potenciado pela utilização da metodologia de *balanced scorecard* na Corticeira Amorim e nas suas UN. Neste âmbito, compete ao Conselho de Administração da Corticeira Amorim a aprovação dos objetivos e iniciativas estratégicas (i) transversais a toda a organização, (ii) específicas da Corticeira Amorim e de cada UN.

Principais Produtos e Serviços

A Corticeira Amorim tem vindo a aprofundar o seu conhecimento sobre a matéria-prima cortiça, desenvolvendo um vasto portefólio de produtos e aplicações sustentáveis, que integram algumas das indústrias e organizações mais exigentes do mundo em termos de qualidade - como a aeroespacial, a construção e o design de interiores, assim como vinhos e espirituosos - sendo de salientar:

UN Rolhas: líder mundial na produção e fornecimento de rolhas de cortiça com uma produção que excede cinco mil milhões de unidades. O mais completo portefólio de vedantes naturais (rolhas para vinho, rolhas para vinhos efervescentes e rolhas para espirituosos) e uma rede de distribuição própria conferem-lhe uma posição ímpar no fornecimento da rolha ideal para qualquer segmento de vinho e em qualquer parte do mundo;

UN Revestimentos: líder mundial na produção e distribuição de pavimentos e revestimentos de paredes com incorporação de cortiça. A UN é reconhecida pela qualidade, inovação e características únicas das suas soluções para o design de interiores, que asseguram a combinação perfeita entre estética, bem-estar e durabilidade;

UN Aglomerados Compósitos: concentra as suas atividades na produção de granulados, aglomerados de cortiça e compósitos de cortiça. As propriedades naturais da cortiça, potenciadas pela junção com outros materiais, dão origem ao desenvolvimento de soluções de ponta para setores de atividade distintos, como a construção, a indústria do calçado, automóvel, aeroespacial, ferroviária, de transformadores elétricos, para a produção de artigos para design de interiores, entre outros;

UN Isolamentos: dedica-se à produção de materiais de isolamento de excelente desempenho técnico e rigorosamente 100% naturais. As características únicas do aglomerado de cortiça expandida conferem-lhe elevado grau de isolamento térmico, acústico e antivibrático - a que se junta uma durabilidade praticamente ilimitada -, sendo por isso um material de eleição para projetos de construção sustentável. Pelo seu apelo tátil, a solução tem sido progressivamente selecionada para o design de interiores.

Participação em Associações

As empresas do Grupo Corticeira Amorim integram órgãos sociais e participam ativamente em discussões em diversas associações e organizações, nacionais e internacionais, sobre temas de interesse para a sua área de atuação e para o desenvolvimento sustentável dos países onde atuam. Entre estas destaca-se:

Organização	Propósito	Representante Amorim
	Associação empresarial do setor da cortiça que representa, promove, divulga e investiga a indústria da cortiça portuguesa.	Vice-presidente da Direção e Presidente da Assembleia Geral
	Associação sem fins lucrativos, de utilidade pública, que agrega e representa empresas que se comprometem ativamente com a sustentabilidade, através da conceção de projetos interempresas que estimulam o desenvolvimento sustentável.	Vice-Presidente da Direção
	Entidade dinamizadora do pólo de competitividade e tecnologia das indústrias de base florestal com o objetivo de preservar a floresta e garantir o seu futuro, sem descuidar as questões ecológicas, sociais e económicas.	Secretário da Assembleia Geral e Vogal da Direção

	<p>Pessoa coletiva sem fins lucrativos cujo objeto é contribuir para a produção e divulgação de conhecimento no domínio da área dos resíduos; dinamizar ações que valorizem a cooperação entre as entidades com atuação na área dos resíduos; promover e apoiar atividades e projetos dos seus associados que contribuam para a prossecução do objeto da associação.</p>	<p>Vogal da Direção</p>
	<p>Agrega empresas, municípios, centros de investigação e desenvolvimento, associações empresariais e outras entidades que apostam na sustentabilidade enquanto mote para a inovação e competitividade.</p>	<p>Vogal da Direção</p>
	<p>Iniciativa da Universidade do Minho que agrega mais de 80 investigadores de áreas de conhecimento diversas - biologia, engenharia civil, eletrónica e de materiais, física e matemática - que tem como objetivo encontrar soluções para desafios sociais complexos associados à sustentabilidade.</p>	<p>Membro do Conselho Estratégico</p>

2.2. Pessoas e Cultura

Consciente da sua responsabilidade como *player* crucial nesta área de atividade, a Corticeira Amorim assume o seu papel de liderança, fomentando a ambição de desenvolver, de forma continuada, novas soluções de cortiça que acrescentem valor ao mercado, face a soluções convencionais, e que combinam de forma singular desempenho técnico, fator *premium* e singulares credenciais de sustentabilidade.

É um motivo de orgulho trabalhar com uma matéria-prima natural, tão versátil como os milhares de aplicações que origina e que, é convicção da Corticeira Amorim, continuará a gerar.

Mas são, de facto, os colaboradores da empresa, oriundos de todos os continentes que sustentam a estratégia de crescimento e inovação da Corticeira Amorim. Por esse facto, advoga-se uma política de pessoas que promove a ambição e o desafio, o empenho e a exigência, a cooperação e o trabalho em parceria. Desenvolver um ambiente de trabalho onde imperam a transparência na comunicação, a equidade interna e a diversidade de qualquer natureza é uma diretriz fundamental das políticas e práticas referente às pessoas e aos ambientes de trabalho.

Acredita-se que, para ir longe, depende-se de um conjunto de mulheres e de homens, de vários países, de diversificadas funções, todos convergindo para uma cultura partilhada onde a identificação com os produtos e o negócio deverá ser a realidade de todos.

Converge-se assim em torno de uma:

Missão:

Acrescentar valor à cortiça, de forma competitiva, diferenciada e inovadora, em perfeita harmonia com a Natureza.

Valores:

Orgulho - Orgulhamo-nos da tradição do nosso negócio, da nossa história enquanto empresa e do saber que acumulámos em anos de trabalho de diferentes gerações. Orgulhamo-nos de trabalhar com uma matéria-prima que vem da Terra, sustentável, com identidade, tradição, modernidade e inovação.

Ambição - Temos gosto no que fazemos, mobilizamo-nos para fazer sempre mais e melhor, captando novos Clientes, novos mercados e novas aplicações para a cortiça.

Iniciativa - Encontramos soluções para compromissos e desafios, reagindo rápida, eficaz e positivamente a diferentes circunstâncias e contextos, sempre focados no desenvolvimento do negócio e do setor.

Sobriedade - Celebramos vitórias e comemoramos sucessos internamente, privilegiando a discrição na nossa relação com o exterior, nunca esquecendo que devemos sempre aprender mais e fazer continuamente melhor.

Atitude - Estamos com a empresa nos bons e nos maus momentos, com o nosso esforço, empenho e disponibilidade, dando o melhor de nós e, sempre, respeitando Colegas, Clientes, Fornecedores, Acionistas e demais *stakeholders*, relevantes para a sustentabilidade da Corticeira Amorim.

Princípios e Políticas

As matérias de *governance*, risco e controlo interno da Corticeira Amorim são objeto de ampla e regular reflexão dentro da organização. Fruto do profissionalismo e ética dos seus dirigentes e quadros - e também da sua cultura -, alguns aspetos relacionados não se encontram formalmente redigidos e disponíveis publicamente.

Apesar de ser convicção de que se encontram plenamente acautelados os riscos a que a atividade da Sociedade está sujeita e salvaguardados os interesses dos seus *stakeholders*, atento o crescente ênfase e escrutínio de tais matérias, a Sociedade iniciou uma análise detalhada às suas atuais práticas, ainda a decorrer, visando, quando possível e adequado, a sua formalização e divulgação.

As políticas adotadas pela Corticeira Amorim refletem um conjunto de compromissos da empresa na área da ética e da responsabilidade económica, ambiental e social. Consubstanciam, no conjunto, as responsabilidades assumidas pelas diversas empresas no âmbito de um modelo de gestão que preconiza uma competitividade responsável e que se apresentam em mais detalhe em <https://www.amorim.com/sustentabilidade/sistema-de-gestao-integrado/politicas-e-sistemas-de-gestao/> e em <https://www.amorim.com/investidores/informacao-institucional/orgaos-sociais/>.

Código de Ética e Conduta Profissional

A Corticeira Amorim tem formalizado um Código de Ética e Conduta Profissional que norteia o comportamento profissional de todos os seus colaboradores e que é alvo de reflexão regular, a última das quais ocorreu em 2017. Atualmente abrange doze domínios:

- Utilização profissional dos ativos da organização;
- Sigilo e confidencialidade;
- Regras quanto à utilização das tecnologias de informação;
- Relações entre colaboradores;
- Comunidade;
- Corrupção/suborno;
- Clientes e fornecedores;
- Comunicação com o exterior;
- Imagem corporativa;
- Propriedade industrial;
- Proteção de dados;
- Direitos humanos/proibição do assédio.

Carta de Princípios do Conselho Empresarial para o Desenvolvimento Sustentável (BCSD)

A Corticeira Amorim subscreveu, em novembro de 2017, a Carta de Princípios do BCSD, que estabelece os princípios fundamentais de sustentabilidade que as empresas subscritoras voluntariamente adotam para si próprias e que procuram estender à sua cadeia de valor, na esfera da sua influência. A carta incentiva os subscritores a irem além do cumprimento das normas legais, adotando normas e práticas reconhecidas e alinhadas com padrões de gestão, éticos, sociais, ambientais e de qualidade, em qualquer contexto da economia global.

Assim, tal como os demais subscritores, a Corticeira Amorim:

- Reconhece a importância da partilha de informação sobre sustentabilidade junto das suas partes interessadas, respondendo e esclarecendo sobre dúvidas e preocupações nestes domínios, contribuindo para a sensibilização da importância e relevância de adoção de práticas sustentáveis;
- Considera a carta uma iniciativa aplicável a toda a cadeia de valor e procurará dialogar com os seus fornecedores diretos mais relevantes, de forma a encorajá-los a aderirem a esta mesma carta;
- Compromete-se com a ambição estabelecida pelos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas.

A carta pode ser consultada em:

http://www.bcsdportugal.org/wp-content/uploads/2017/12/Carta_Principios_BCSDPortugal.pdf

Direitos Humanos

A salvaguarda e o respeito pelos Direitos Humanos são prática básica da Corticeira Amorim, não se identificando casos de discriminação nem riscos de ocorrência de trabalho infantil, trabalho forçado ou compulsório ou restrições à liberdade de associação e sindicalização em nenhuma das atividades e operações desenvolvidas.

O trabalho realizado na cadeia de fornecedores da Corticeira Amorim ocorre em conformidade com estruturas institucionais e jurídicas. As condições de trabalho na cadeia de fornecedores da Corticeira Amorim satisfazem a legislação laboral em vigor em cada geografia onde seja desenvolvida a atividade. Mesmo não se identificando riscos na atividade da empresa e ao longo da cadeia de fornecimento nesta matéria, é objetivo da Corticeira Amorim continuar a adotar práticas que a diferenciam positivamente em matéria da salvaguarda dos direitos humanos, propagando - pelo exemplo e pelas iniciativas de sensibilização - essas práticas ao longo da cadeia de fornecimento. Assim, na metodologia da Corticeira Amorim para a avaliação de fornecedores, são incorporados, entre outros, Índices de Responsabilidade Social conforme detalhado no subcapítulo 2.3. Cadeia de Fornecedores e em <https://www.amorim.com/sustentabilidade/sistema-de-gestao-integrado/politicas-e-sistemas-de-gestao/>.

Corrupção e Suborno

A identificação e avaliação de riscos associados a corrupção e suborno em mercados onde a Corticeira Amorim atua é efetuada conjuntamente pela Comissão Executiva e pela Administração das UN, tendo por base as especificidades próprias de cada mercado, complementada por auditorias de processo de controlo interno, que avaliam a conformidade dos processos e identificam ineficiências.

A Corticeira Amorim tem definido um procedimento de comunicação de irregularidades, competindo ao Conselho Fiscal da Corticeira Amorim, órgão composto integralmente por membros independentes, nos termos do respetivo regulamento de funcionamento, receber as comunicações de irregularidades (dirigida ao Conselho Fiscal, via postal, para a sede da sociedade) apresentadas por acionistas, colaboradores ou por outras pessoas/entidades, dando-lhes o tratamento adequado, competindo-lhes ainda sugerir, na sequência da análise das irregularidades comunicadas, medidas acauteladoras da ocorrência dessas irregularidades.

Durante os exercícios de 2016 e 2017 não houve qualquer comunicação de irregularidades. Mais informação poderá ser consultada no capítulo C. Organização Interna, II. Comunicação de irregularidades do Relatório do Governo Societário.

Sistemas de Gestão da Corticeira Amorim

As certificações dos sistemas de gestão da Corticeira Amorim são consideradas fundamentais para a empresa garantir uma gestão efetiva dos aspetos ambientais e sociais, orientada para a concretização dos objetivos estratégicos. Com efeito, as diversas UN estão certificadas em diferentes sistemas de gestão mais adequados ao acautelamento e mitigação de riscos não financeiros que decorrem das suas atividades.

Os anos de 2016 e 2017 destacam-se pelo reforço desta prática, com a renovação de certificações de diferentes subsistemas de gestão nas diferentes empresas, conforme ilustra o quadro resumo do capítulo 6. Abordagem à Sustentabilidade do Relatório Consolidado de Gestão.

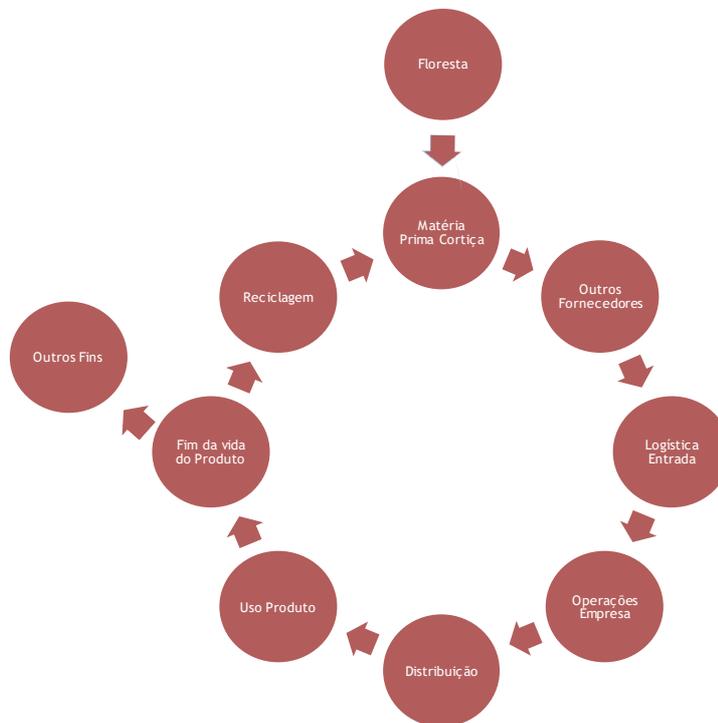


2.3.Cadeia de Fornecedores

Política de Compras

Refletindo o conjunto de compromissos na área da ética e da responsabilidade económica, ambiental e social referido no subcapítulo 2.2. Pessoas e Cultura, a Corticeira Amorim dá preferência, sempre que possível, a fornecedores que providenciem matéria-prima segundo boas práticas de sustentabilidade - quer no que diz respeito à sua origem, quer nos processos de exploração.

A Corticeira Amorim considera que, pela sua relevância, criticidade para o negócio e peso relativo na estrutura de custos da empresa, os fornecedores de matérias-primas (essencialmente cortiça) e de serviços de transporte são preponderantes na cadeia de valor.



Matéria-Prima (cortiça)

A gestão integrada do negócio é iniciada na UN Matérias-Primas. A missão desta Unidade de Negócio é garantir o aprovisionamento de todo o tipo de matérias-primas cortiça para as várias UNs da Corticeira Amorim e respetivas aplicações de mercado.

Embora não seja detentora de floresta, a Corticeira Amorim mantém uma relação muito próxima com os produtores de cortiça, fomentando, através da promoção de boas práticas de gestão florestal, a produção contínua de cortiça de qualidade e a correspondente rentabilidade do produtor.

Compete à UN Matérias-Primas preparar, debater e decidir a política de aprovisionamento plurianual da Corticeira Amorim.

A inovação de processos, num negócio percecionado como eminentemente tradicional, é uma permanente dimensão estratégica da UN e um fator determinante na competitividade do negócio.

A UN Matérias-Primas assume outras importantes missões, atuando de forma relevante sobre o conhecimento do montado e o incremento da qualidade da cortiça produzida. Entre outras ações, a UN promove a certificação florestal junto dos produtores, incluindo a certificação Forest Stewardship Council (FSC®) - esta UN foi uma das primeiras a receber esta acreditação. Caracteriza-a uma forte política de investigação e desenvolvimento florestal, sendo que a introdução de novas técnicas de produção de cortiça através de processos de rega de instalação melhorada é uma das áreas prioritárias de intervenção, com o objetivo de aumentar a qualidade e a quantidade de cortiça, de forma a assegurar a sustentabilidade do negócio.

Relativamente às compras de cortiça, estas são realizadas maioritariamente em Portugal (nomeadamente na região do Alentejo) o que se reflete num positivo impacto económico, tanto a nível regional como nacional.

Compras de cortiça (milhares de euros)

	2017	2016	2015
Portugal	197 785	162 015	148 752
Norte de África	9 373	14 562	12 981
Outras origens	55 313	55 127	41 338
Total	262 472	231 705	203 070

Transportes

A empresa possui um Departamento de Transportes, inserido na Direção Central de Compras, que se rege por valores de comprometimento, credibilidade, integridade (ética) e procura de excelência consagrados dessa direção, tendo como objetivos estratégicos:

- posicionamento da função compras como geradora de valor para a organização;
- otimização da estrutura de compras com vista à persecução de objetivos transversais à organização;
- abordagem diferenciada de acordo com a natureza da categoria e a natureza do processo;
- alinhamento da plataforma tecnológica com as necessidades em termos de processo e de informação de gestão.

A rubrica dos transportes transformou-se nos últimos anos num fator crítico do negócio tanto na sua vertente económica como ambiental devido, por um lado, ao aumento dos seus custos, afetado pelo aumento do preço dos combustíveis e, por outro, ao peso que tem nos consumos e emissões associadas à atividade a montante e a jusante da cadeia de valor. Esta situação impele a que novas soluções sejam encontradas de forma a evitar que este se torne num fator negativo da competitividade internacional do negócio da Corticeira Amorim.

Neste âmbito, diversas medidas têm sido encetadas, sendo de destacar a preferência, sempre que possível, pelo transporte de mercadorias por via marítima, em detrimento da via rodoviária, representando o primeiro o principal meio de transporte utilizado pela Empresa.

Procurement e Aprovisionamento

Para a gestão da compra de todos os materiais (não cortiça), serviços e empreitadas, incluindo transportes, a empresa tem uma Direção de Compras centralizada. A missão desta direção é gerir profissionalmente e numa ótica global a carteira de fornecedores, de forma a maximizar a criação sustentável de valor na Corticeira Amorim, procurando a excelência dos bens adquiridos e dos serviços prestados em permanente harmonia com os objetivos das empresas da Corticeira Amorim. Neste contexto a Corticeira Amorim privilegia o estabelecimento de parcerias estáveis e duradouras com os fornecedores, existindo um grau elevado de fidelização entre os principais fornecedores.

Pré-qualificação, Qualificação e Avaliação de Fornecedores

A empresa tem definida uma metodologia para a pré-qualificação, qualificação e avaliação de fornecedores, em que são incorporados índices de responsabilidade social (IRSoc) e de responsabilidade ambiental (IRAmb): um fornecedor será qualificado para fornecer a Corticeira Amorim em função da qualidade dos fornecimentos, dos prazos de entrega e dos seus índices de responsabilidade social e de responsabilidade ambiental.

- Metodologia de Avaliação do Índice de Responsabilidade Social (IRSoc)

O IRSoc é calculado em função da percentagem de requisitos cumpridos pelo fornecedor. Caso o fornecedor seja certificado pela norma NP 4469, terá 100% do IRSoc. Por cada requisito a que o fornecedor não se comprometa cumprir, ser-lhe-á retirado 25% ao IRSoc.

- Metodologia de Avaliação do Índice de Responsabilidade Ambiental (IRAmb)

O IRAmb é calculado em função da percentagem de requisitos cumpridos pelo fornecedor. Caso o fornecedor seja certificado pela norma ISO 14001, terá 100% do IRAmb. Por cada requisito a que o fornecedor não se comprometa, cumprir, ser-lhe-á retirado 25% ao IRAmb.

Se vier a ser detetado que o fornecedor não cumpre um ou mais requisitos constantes do seu compromisso, o seu IRSoc ou IRAmb será zero. Durante os anos de 2016 e 2017, entre os fornecedores avaliados, não foi detetado qualquer

incumprimento. Informação sobre os requisitos destes índices podem ser consultados em <https://www.amorim.com/sustentabilidade/sistema-de-gestao-integrado/politicas-e-sistemas-de-gestao/>.

3. GESTÃO E ESTRATÉGIA DA SUSTENTABILIDADE

3.1. Estrutura de Gestão da Sustentabilidade

A Corticeira Amorim mantém uma reflexão contínua sobre o seu governo societário, à luz do que são as boas práticas nacionais e internacionais nesta matéria, das circunstâncias da atividade que desenvolve e dos desafios a que tem de dar resposta. Deste modo, tem vindo a implementar um conjunto de medidas que, globalmente, visam reforçar os sistemas internos de controlo e de fiscalização, ampliar a transparência, fomentar a participação de todos *stakeholders* na vida da Sociedade e garantir a criação sustentada de valor para os mesmos.

As boas práticas de governo societário são um pilar do desenvolvimento sustentável da Corticeira Amorim. O Relatório do Governo Societário expõe de forma aprofundada a estrutura e práticas do governo societário, descrevendo-se no *website* <https://www.amorim.com/sustentabilidade/gestao-da-sustentabilidade/> as matérias consideradas relevantes ou complementares para o âmbito deste relato, designadamente:

- a escuta e envolvimento de *stakeholders*;
- a estrutura organizativa de suporte à gestão da sustentabilidade corporativa (SC).

O sistema de gestão integrado da sustentabilidade tem na sua base a missão e os valores da Corticeira Amorim preconizando:

A interação com *stakeholders*, nomeadamente, a sua regular auscultação é considerada fundamental para a validação das opções estratégicas e para a compreensão das expectativas quanto às matérias a monitorizar e a comunicar pela Corticeira Amorim. Apresenta-se no subcapítulo 3.2. Envolvimento com *Stakeholders* informação adicional sobre o último processo de auscultação de *stakeholders* promovido pela Corticeira Amorim.

A estratégia: o alinhamento estratégico de toda a organização é potenciado pela utilização da metodologia do *balanced scorecard*, competindo ao Conselho de Administração a aprovação dos objetivos estratégicos, iniciativas estratégicas e ações prioritárias. Da integração dos processos nas perspetivas estratégicas do *balanced scorecard* resulta o reforço das práticas de desenvolvimento sustentável, através do alinhamento de diferentes subsistemas de gestão promotores de eficiência, conforme se apresenta em: <https://www.amorim.com/sustentabilidade/sistema-de-gestao-integrado/politicas-e-sistemas-de-gestao/>.

As operações: as equipas responsáveis pela implementação das práticas de desenvolvimento sustentável em cada UN, sob um programa estruturado denominado Escolha Natural, implementam iniciativas e ações necessárias ao cumprimento dos objetivos definidos e monitorizam de forma regular o desempenho.

A estrutura de suporte: a estrutura organizativa possibilita a gestão e o alinhamento efetivo entre a estratégia, as políticas e as práticas de desenvolvimento sustentável. As áreas de suporte estão orientadas para a coordenação da atividade das UN e das respetivas áreas funcionais, competindo à Comissão Executiva o acompanhamento, conforme ilustra o esquema apresentado no capítulo B. Órgãos Sociais e Comissões, do Relatório do Governo Societário. A Sustentabilidade é acompanhada por António Rios de Amorim.

Gestão e Estratégia da Sustentabilidade no Grupo Corticeira Amorim:

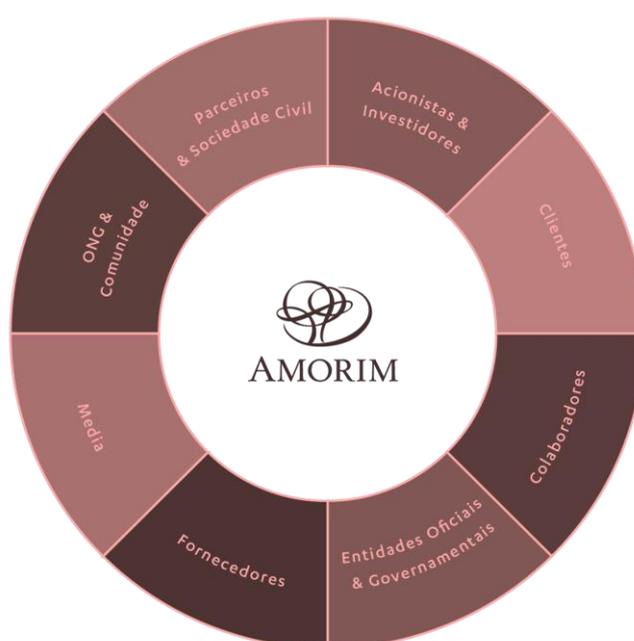


3.2. Envolvimento com Stakeholders

A Corticeira Amorim reconhece a importância de todos os seus *stakeholders* como elemento fundamental para o prosseguimento das suas atividades e para o sucesso alcançado pela empresa. A Corticeira Amorim considera, ainda, que todos os seus *stakeholders* são fundamentais no que respeita à validação das opções estratégicas, pelo que a gestão da sustentabilidade da Corticeira Amorim tem em conta as suas preocupações e expectativas quanto às matérias a monitorizar e a comunicar.

Os Stakeholders da Corticeira Amorim

As partes interessadas da Corticeira Amorim são todas aquelas, pessoas ou instituições, que afetam e/ou podem ser afetados pelas atividades, produtos ou serviços da organização e o desempenho a ela associado.



Principais Meios de Comunicação com os Stakeholders

A Corticeira Amorim procura gerir o envolvimento e a comunicação com os seus *stakeholders*, de forma a melhor compreender e responder às suas preocupações e expectativas. Para este efeito, utiliza um conjunto diferenciado de meios de comunicação, sintetizado na tabela seguinte. A utilização destes meios de comunicação é sujeita a uma revisão regular.

Acionistas e Investidores	Clientes	Colaboradores	Entidades Oficiais e Governamentais
Assembleia Geral de Acionistas	Website	Website	Website
Roadshows	Brochuras informativas	Intranet	Relatório & Contas
Website	Newsletter trimestral	Painéis informativos nas instalações da empresa	Relatório de Sustentabilidade
Relatório & Contas	Newsletter digital	Newsletter trimestral	Divulgação periódica de análise da evolução da atividade da Sociedade
Relatório de Sustentabilidade	Participação em feiras e eventos setoriais	Procedimentos e Políticas	Apoio a iniciativas / projetos
Informação de gestão	Programa de visitas dos departamentos comerciais	Reuniões gerais, setoriais, de equipa	Grupos de trabalho
Divulgação periódica de análise da evolução da atividade da Sociedade	Visitas às instalações da Corticeira Amorim	Inquéritos de satisfação	
Atendimento personalizado das solicitações de acionistas e investidores	Inquéritos de satisfação de clientes	Sistemas de gestão de performance	
Visitas às instalações da Corticeira Amorim	Protocolos de colaboração em matéria de I&D	Seminários e workshops diversos	
Newsletter trimestral	Relatório de Sustentabilidade	Organização de semanas temáticas e ações de sensibilização	
Newsletter digital		Divulgação periódica de análise da evolução da atividade da Sociedade	
Fornecedores	Media	ONG e Comunidade	Parceiros e Comunidade Civil
Website	Website	Website	Website
Visitas às instalações da Corticeira Amorim	Press releases	Visitas às instalações da Corticeira Amorim	Protocolos de colaboração em matéria de I&D
Reuniões e contactos periódicos	Relatório & Contas	Iniciativas de envolvimento com a comunidade local	Publicação de artigos técnicos
Consulta para seleção e avaliação de fornecedores	Relatório de Sustentabilidade	Colaboração em iniciativas de defesa do montado e da qualidade ambiental	Visitas às instalações da Corticeira Amorim
Programas de sensibilização e de apoio técnico	Divulgação periódica de análise da evolução da atividade da Sociedade	Ações de educação ambiental	Reuniões periódicas
Relatório de Sustentabilidade	Programas personalizados para jornalistas (visitas e entrevistas)	Relatório de Sustentabilidade	Relatório de Sustentabilidade
			Atendimento personalizado das solicitações de parceiros e comunidade civil

Auscultação de Stakeholders

A Corticeira Amorim tem definido um processo de auscultação regular e de envolvimento de stakeholders, que lhe possibilita a identificação das principais temáticas de sustentabilidade a serem consideradas como prioridades futuras, bem como a conceção de uma estratégia de envolvimento com os mesmos.

O mais recente processo de auscultação decorreu em 2015, tendo 95% da amostra auscultada considerado que a Corticeira Amorim é uma organização ativa no âmbito das questões de sustentabilidade, apresentando uma clara visão das suas responsabilidades. A metodologia e os resultados apresentam-se no relatório de sustentabilidade de 2015, disponível em https://www.amorim.com/xms/files/Sustentabilidade/Relatorios/Relat_sust_2015_web_protect.pdf.

Durante o ano de 2018, a Corticeira Amorim pretende realizar nova consulta aos seus stakeholders de forma a identificar os temas materiais de sustentabilidade.

3.3. Prioridades de Desenvolvimento Sustentável

As prioridades estratégicas identificadas pela Corticeira Amorim em matéria de desenvolvimento sustentável consistem na materialização das preocupações económicas, ambientais e sociais tendo em conta os resultados da auscultação de *stakeholders*, uma análise de *benchmarking*, os compromissos e políticas internas e o alinhamento com os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) das Nações Unidas.

Perante a necessidade identificada de despoletar um processo interno de reflexão com vista à introdução de melhorias na definição de objetivos em matéria de sustentabilidade e de dinâmicas organizativas com vista à sua persecução, a Sociedade iniciou uma análise detalhada às suas práticas, ainda a decorrer, pelo que se considera adequado não proceder no presente relatório à definição concreta de objetivos e metas para os anos seguintes.



Ambição estabelecida pelos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas

Aprovados por 193 países em setembro de 2015, os 17 ODS fazem parte da agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável da Organização das Nações Unidas e resultam do trabalho conjunto de governos e de cidadãos de todo o mundo para criar um novo modelo global para acabar com a pobreza, promover a prosperidade e o bem-estar de todos, proteger o ambiente e combater as alterações climáticas.

Durante o ano de 2017 a Corticeira Amorim reforçou o seu compromisso para com a ambição estabelecida pelos ODS através da subscrição da carta de princípios do BCSD (conforme se deu nota no subcapítulo 2.2. Pessoas e Cultura) e deu o primeiro passo no sentido de alinhar a sua estratégia de sustentabilidade de acordo com os 17 ODS, cruzando-os com as suas áreas materiais de atuação.

A estratégia de sustentabilidade da Corticeira Amorim encontra-se particularmente alinhada com 11 dos 17 ODS.

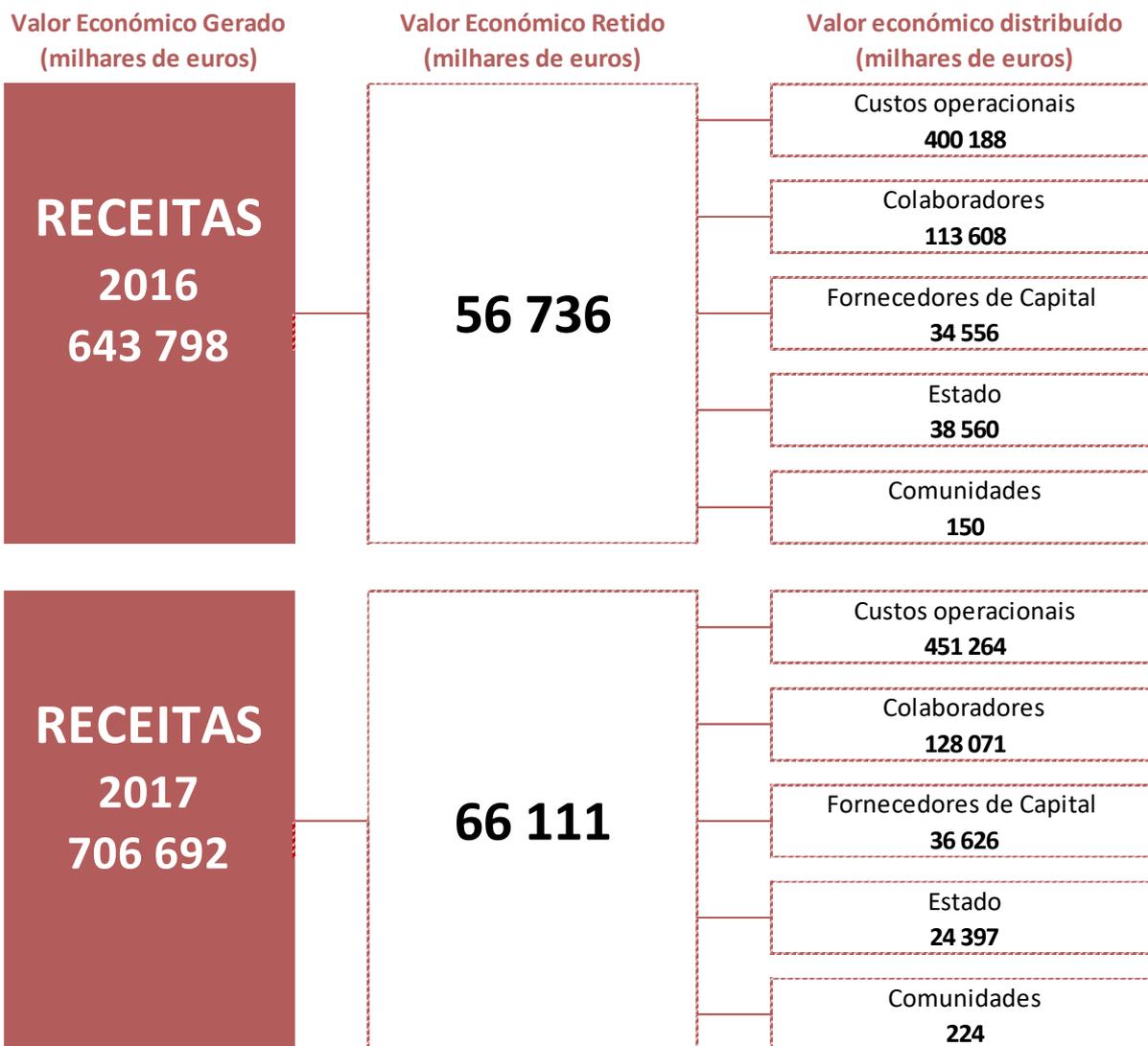
Áreas de atuação da Corticeira Amorim		Objetivos de Desenvolvimento Sustentável																
		1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17
E c o n ó m i c o	Desempenho económico								x									
	Investigação, desenvolvimento e inovação									x								
s o c i a l	Gestão do capital humano	x			x	x			x		x							
	Saúde, higiene e segurança				x													
A m b i e n t a l	Gestão sustentável do sobreiro																x	x
	Eficiência energética e alterações climáticas								x					x	x			
Global		1	0	1	1	1	0	1	2	1	1	0	1	2	0	1	0	0



4. PROMOVER A INVESTIGAÇÃO, DESENVOLVIMENTO E INOVAÇÃO E ALAVANCAR O DESEMPENHO ECONÓMICO

4.1. Desempenho Económico

Em 2017, a Corticeira Amorim gerou um valor económico de 706,7 M€, tendo 640,6 M€ sido distribuídos pelos vários *stakeholders*; em 2016 gerou um valor económico de 643,8 M€ e distribuiu 587,1 M€ pelos vários *stakeholders*.



De realçar que a Corticeira Amorim contribui, em todos os países em que opera e nos termos da legislação específica aplicável, para os regimes locais de segurança social que abrangem a totalidade dos seus colaboradores - tendo este montante ascendido a 20 M€ no exercício de 2017 e 17,8 M€ no exercício de 2016.

Rácio entre o salário mais baixo e o salário mínimo nacional

Tal como acontece na generalidade dos sectores, os níveis salariais dos diferentes segmentos de colaboradores são regulamentados pelas Contratações Coletivas de Trabalho. No caso de sector da Indústria da Cortiça, o salário mínimo acordado no contrato coletivo de trabalho é de 760,45 €. Em 2017, o rácio entre este salário e o salário mínimo nacional em Portugal foi de 1,37.

Na Corticeira Amorim para além do cumprimento integral das obrigações legais, a empresa atribui prémios e complementos salariais de natureza diversa, entre outras regalias.

Incentivos Financeiros

Focada em potenciar, de forma contínua, o desenvolvimento de novas soluções de cortiça, de grande valor acrescentado para o mercado, a Corticeira Amorim recebeu referente a subsídios de exploração cerca de 0,7 M€, nos anos de 2016 e 2017, destinados sobretudo ao apoio de projetos de Investigação, Desenvolvimento e Inovação.

4.2. Investigação, Desenvolvimento e Inovação

A Investigação, Desenvolvimento e Inovação (I&D+I) é assumida, em todas as UN da Corticeira Amorim, como um pilar estratégico de desenvolvimento do negócio e da criação de valor.

Com um foco absoluto na melhoria qualitativa, a empresa aprofunda conhecimentos que potenciam a otimização de processos e tecnologias de produção e que resultam na criação de novos produtos. Neste âmbito, a empresa - além de ter em todas as UN competências próprias de I&D+I - dispõe de uma estrutura transversal decisiva e autónoma, a Amorim Cork Research.

Atualmente, a I&D+I representa um investimento médio anual superior a sete milhões de euros e muito mais em tecnologia de última geração e processos de produção exclusivos.

Neste contexto, a empresa assume uma política de I&D+I, orientada pelos seguintes princípios:

- Desenvolver novos produtos e mercados para a cortiça;
- Procurar novas soluções tecnológicas, a nível de produto e de processos, em parceria com clientes, fornecedores e outras entidades;
- Reforçar a notoriedade das suas marcas com evolução constante da oferta em resposta às novas tendências de mercado e de consumo;
- Promover uma cultura de inovação, através de um ambiente propício à criatividade, espírito crítico e de iniciativa dos seus colaboradores, fomentando o trabalho em equipa e entreajuda transversal;
- Valorizar práticas inovadoras;
- Criar um ambiente de incentivo à ousadia, assumindo o risco e o insucesso como uma componente do processo de inovação;
- Providenciar formação contínua dos colaboradores no sentido da sua realização profissional e pessoal;
- Facilitar a comunicação, interna e externa, estabelecendo novos e melhorados canais para troca de informação;
- Procurar implementar as melhores práticas de gestão e monitorizar, de forma contínua, os seus processos, identificando oportunidades de melhoria.

Matérias-Primas

Através do Projeto de Intervenção Florestal, que visa reforçar a produtividade e qualidade das áreas florestais de sobreiro. Por outro lado, o departamento de I&D da UN Matérias-Primas estuda e desenvolve novos processos para reforço da qualidade e competitividade de produtos dos seus clientes (ou seja, as restantes UN da Corticeira Amorim).

Rolhas

O departamento de I&D+I da UN Rolhas tem centrado o seu foco no aumento do conhecimento da interação da rolha com o vinho, inovação de produto e consequente melhoria de qualidade das rolhas.

Revestimentos

No caso da UN Revestimentos, o significativo investimento em I&D+I tem resultado em novas soluções tecnológicas e num pioneirismo destacado em termos de desenvolvimento de coleções de pavimentos com incorporação de cortiça.

Aglomerados Compósitos

A UN Aglomerados Compósitos é um caso de sucesso quando se trata de reforçar as potencialidades da cortiça.

Da estratégia de aliar a I&D+I a processos de engenharia altamente qualificados nascem novos produtos e novas aplicações para materiais compostos à base de cortiça.

Isolamentos

O trabalho de I&D+I da UN Isolamentos tem por base o desafio da criação de produtos amigos do ambiente, produzidos industrialmente sem recurso a aditivos e com reduzido consumo energético, maioritariamente vocacionados para a construção sustentável.

Amorim Cork Ventures

A incubadora de negócios surgiu com o propósito de fomentar a criação/projeção de novos produtos e negócios com cortiça, orientados fundamentalmente para os mercados externos, proporcionando aos empreendedores o acesso não apenas a financiamento, como também a competências de gestão, know-how e redes de contactos em diferentes países. Para as quatro participadas, a Amorim Cork Ventures canalizou já um total acumulado de 409 mil euros de 2015 até ao final de 2017. Mais informações no capítulo 5. Amorim Cork Ventures do Relatório Consolidado de Gestão.

Amorim Cork Research

A Corticeira Amorim dispõe ainda de uma estrutura transversal que centraliza competências em áreas chave para a I&D+I de produtos e processos, numa abordagem complementar à das várias UN. O desenvolvimento destes projetos de Investigação & Desenvolvimento permitiu a definição de quatro soluções inovadoras em fase de exploração industrial, fabricando produtos que utilizam “know-how” desenvolvido pela Amorim Cork Research.

Durante 2016 e 2017 os gastos com projetos de investimento em curso da Amorim Cork Research atingiram os 1,1 M€ e 0,9 M€, respetivamente (0,9 M€ também em 2015).

Patentes

Nos anos 2006 e 2017 a Corticeira Amorim continuou com o reforço, sustentado, da proteção da propriedade intelectual, que se materializou com a submissão de pedidos para dezasseis novas patentes. A empresa posiciona-se, desta forma, como um importante parceiro à escala global e um exemplo de inovação em perfeita harmonia com a Natureza.

As principais atividades e projetos desenvolvidos em 2016 e 2017 estão detalhados no capítulo Inovação, Investigação & Desenvolvimento de Produto do Relatório Consolidado de Gestão relativo aos exercícios de 2017 e 2016, respetivamente.

5. PROMOVER A RESPONSABILIDADE AMBIENTAL

5.1. Eficiência Energética e Alterações Climáticas

O contributo da Corticeira Amorim para o combate às alterações climáticas passa por uma melhoria contínua na sua performance energética, com a consequente redução de emissão de gases com efeito de estufa.

O contributo da empresa passa também pela implementação de tecnologias e processos produtivos no desenvolvimento dos seus produtos, que garantem a otimização do rendimento da cortiça consumida em todo o ciclo industrial.

Adicionalmente, como um dos principais promotores de programas de reciclagem de cortiça à escala global, a Corticeira Amorim contribui também por esta via para o combate às alterações climáticas uma vez que ao estender-se o ciclo de vida da cortiça, através da reciclagem, atrasa-se a emissão do carbono retido na cortiça de volta para a atmosfera.

Metade do peso seco da cortiça é carbono, ou seja, aproximadamente 1,7g de carbono, por rolha natural ou 6,2g de CO₂.

No ano 2013, a Corticeira Amorim estabeleceu a sua política ambiental, comum a todas as UN e participadas. Em coerência com os seus princípios e práticas de gestão sustentável, a Corticeira Amorim, comprometeu-se a:

- Garantir o cumprimento dos requisitos legais, bem como de outros requisitos que a organização subscreva, aplicáveis aos aspetos ambientais das suas atividades, produtos e serviços;
- Controlar os aspetos ambientais significativos, contribuindo para a prevenção da poluição;
- Atuar proactivamente identificando, avaliando e tomando as medidas preventivas adequadas à minimização dos impactes ambientais específicos de cada atividade, utilizando, sempre que viável, as melhores práticas e tecnologias disponíveis.

Para concretizar estes compromissos, as diversas UN da Corticeira Amorim têm implementado diferentes sistemas de gestão, certificados por diversas normas conforme se descreve no capítulo 2.2. Pessoas & Cultura. Adicionalmente, salienta-se a existência de um Fórum de Eficiência Energética, que reúne, duas a três vezes por ano, os gestores de energia das diferentes UN e que tem como objetivo melhorar o desempenho e a eficiência dos processos. No ano de 2017 realizaram-se as 27ª e a 28ª edições deste fórum.

Sistema de Gestão Ambiental na UN Matérias Primas

O Sistema de Gestão Ambiental (SGA) da Amorim Florestal - Unidade Industrial (UI) de Coruche recebeu a certificação ISO 14001:2004 em agosto de 2016, um objetivo decorrente do compromisso de gestão ambiental assumido pela Corticeira Amorim em 2013 e que espelha as preocupações da organização com a adoção de princípios e de boas práticas de gestão sustentável.

O processo de implementação da ISO 14001 veio introduzir melhorias várias na UI de Coruche, como por exemplo, a instalação de uma caldeira a gás e biomassa mais eficiente, a intervenção para aumentar a altura das chaminés e a instalação de uma ETAR biológica para tratamento secundário dos efluentes líquidos. Foi ainda construído um novo telheiro junto à ETAR e bacias de retenção com ligação à terra para acondicionamento das cubas de álcool; foram instalados dois caudalímetros e um espectrofotómetro para analisar e monitorizar diariamente o CQO (Consumo Químico de Oxigénio) do efluente industrial. Foram também instaladas telhas translúcidas na zona de fabricação de discos, que além de permitirem uma redução setorial no consumo de energia, trazem luz natural que melhora e torna o trabalho nas áreas industriais mais agradável.

Neste processo, as maiores dificuldades estiveram relacionadas com o valor do investimento necessário, a relação com as entidades competentes no âmbito do licenciamento industrial e, no campo comportamental, a sensibilização dos colaboradores para a correta triagem de resíduos.

Além das melhorias estruturais e de conformidade legal, há também a salientar outros benefícios de natureza organizacional e comportamental. Foi elaborada, e mantém-se atualizada, uma matriz de aspetos ambientais, respetivo impacte no ambiente, avaliação de significância e contributos da empresa. Foram implementados processos Kaizen ambiental para monitorizar a evolução do SGA, e procedimentos para registo, avaliação e tratamento de não conformidades. Registou-se um aumento no número de horas de formação/sensibilização dos colaboradores em temas como o controlo e a triagem de resíduos.

Destes esforços e investimentos, entre outros já descritos, resultaram numa redução dos impactes ambientais decorrentes da atividade da empresa e o aumento da taxa de reciclagem.

Energia

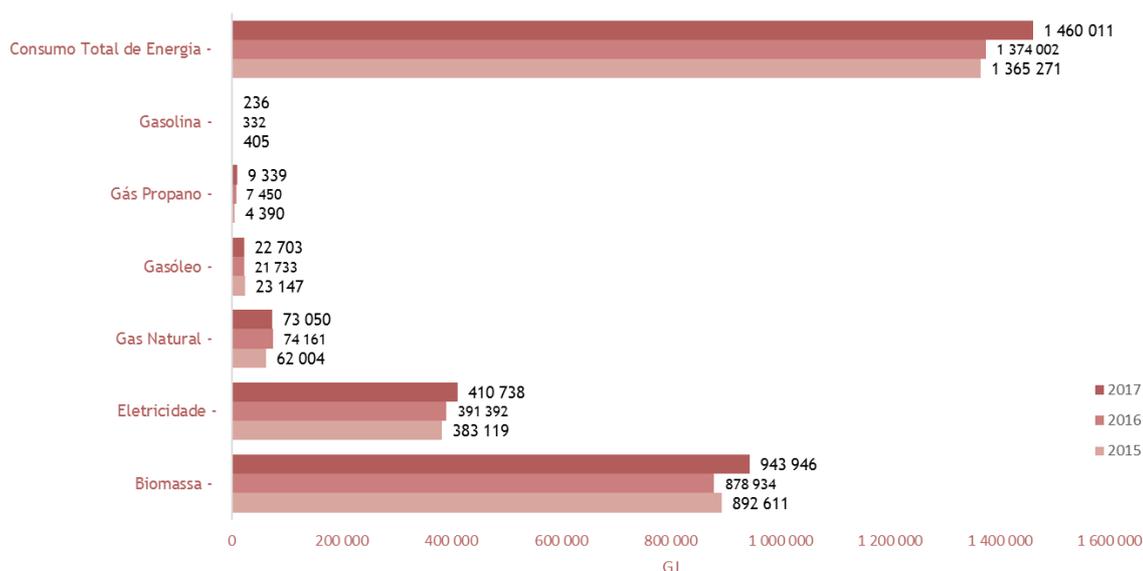
O consumo de energia na Corticeira Amorim, medido em GJ aumentou em 2016 e 2017 face a 2015, em linha com o aumento da atividade, mantendo-se praticamente inalterado o *mix* energético.

A Corticeira Amorim tem investido em melhorias de processo para que o seu recurso endógeno - pó de cortiça - continue a ser a sua principal fonte de energia, reduzindo assim o consumo de combustíveis provenientes de fontes não renováveis. Em 2017, 65% (64% em 2016 e 65% em 2015) da satisfação das necessidades energéticas foi feita através desta fonte de energia, considerada neutra em matéria de emissões de CO₂.

Em 2017, da energia consumida, 65% advém do pó de cortiça e de outras biomassas (64% em 2016)

Biomassa (GJ) -	943 946
Eletricidade (GJ) -	410 738
Gas Natural (GJ) -	73 050
Gasóleo (GJ) -	22 703
Gás Propano (GJ) -	9 339
Gasolina (GJ) -	236

Consumo Total de Energia (GJ) - 1 460 011



Intensidade Energética

	2017	2016	2015
Intensidade energética (GJ/M€ vendas)	2 161	2 142	2 257

Consciente dos custos significativos em termos económicos, bem como dos impactes ambientais relevantes, como a delapidação dos recursos naturais e as alterações climáticas, a Corticeira Amorim gere cuidadosamente a utilização de energia, procurando a melhoria da eficiência energética de forma a reduzir consumos e, consequentemente, os custos e impactes associados.

Assim, em 2016 e 2017 foram implementadas um conjunto de iniciativas com vista à racionalização dos consumos de energia: diretamente, através de ações relacionadas com a tecnologia e eficiência de equipamentos consumidores de energia (alteração e melhoria de sistemas de ar comprimido, iluminação, acionamentos, processos e energia térmica)

e, indiretamente, através da certificação do sistema de gestão de energia, a ISO 50001. A implementação desta norma permitiu às cinco unidades industriais da UN Rolhas que serviram de piloto à sua implementação, estabelecer sistemas e processos para melhoria do desempenho energético e para o uso e consumo de energia, nomeadamente favorecendo o uso mais eficiente das fontes de energia disponíveis. Consequentemente, reduziram-se as emissões de gases com efeito de estufa e outras emissões ambientais, bem como os custos associados.

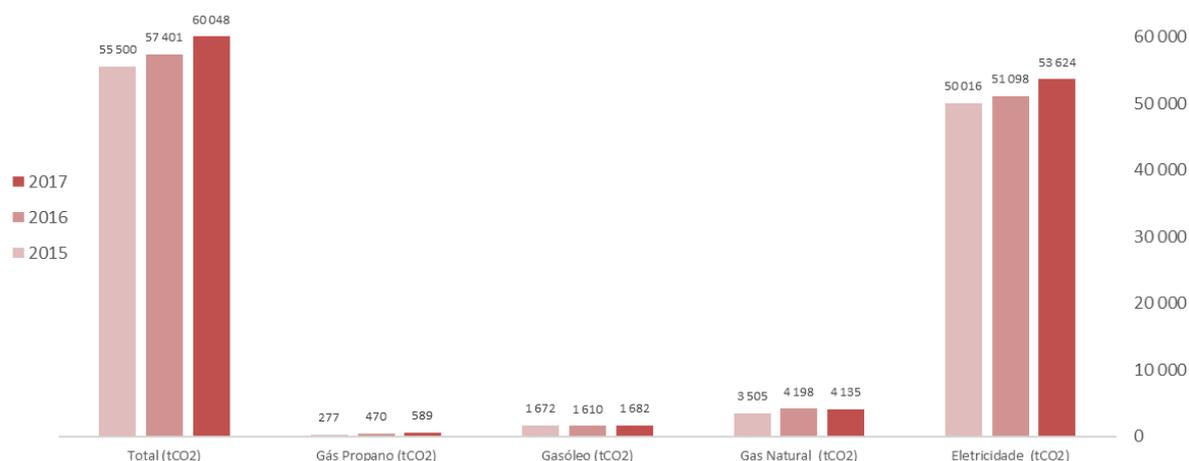
No total, foram investidos nos dois anos 1,8 M€ em medidas de eficiência energética, das quais resultou numa poupança de energia superior a 50 mil GJ, o que equivale a mais de 5 mil toneladas de emissões evitadas.

Emissões

Em termos relativos, apesar do aumento da atividade, a Corticeira Amorim registou para o período em análise uma diminuição da intensidade carbónica da atividade que atingiu, em 2017, as 88,9 toneladas de CO₂ por cada milhão de euros de vendas (89,5 toneladas CO₂ por cada milhão de euros de vendas em 2016).

Emissões CO₂ - 60 048 tCO₂

Intensidade Carbónica da Atividade - 88,9 tCO₂ / 1 milhão de € de vendas



Intensidade Carbónica

	2017	2016	2015
Intensidade Carbónica (t CO ₂ / M€ vendas)	88,9	89,5	91,8 *

* para efeitos comparativos recalculado conforme notas metodológicas

Para o cálculo das emissões de CO₂ associadas aos consumos de Gás Propano, Gás Natural e Gasóleo foram considerados os mesmos fatores de emissão utilizados no relatório de sustentabilidade de 2015.

No que respeita à eletricidade e de forma a alinhar com as recomendações do Protocolo de Gases com Efeito de Estufa - Normas Corporativas de Transparência e Contabilização do *World Resources Institute/World Business Council for Sustainable Development*, para o presente relato, alterou-se o critério, tendo sido calculadas as emissões indiretas de energia (âmbito 2) utilizando o método baseado na localização e o fator de emissão do SGCIE – Sistema de Gestão dos Consumos Intensivos de Energia, despacho 17313/2008. Caso fosse utilizado o método baseado no mercado as emissões indiretas de energia seriam 54 792 tCO₂ em 2017 e 41 485 tCO₂ em 2016 (2015: 54 453,8 tCO₂ - recalculado conforme informação mais recente do fator de emissão do fornecedor de energia).

Atividade a Montante e a Jusante da Cadeia de Valor

A Corticeira Amorim apurou pela primeira vez, em 2015, os consumos e emissões associados à atividade a montante e a jusante da cadeia de valor.

Os valores a seguir apresentados, consideram a parte mais importante da cadeia de valor para a atividade em Portugal, observando um âmbito mais alargado do que o considerado em 2015, nomeadamente considerando 95% dos transportes e distribuição a montante e a jusante (30% em 2015).

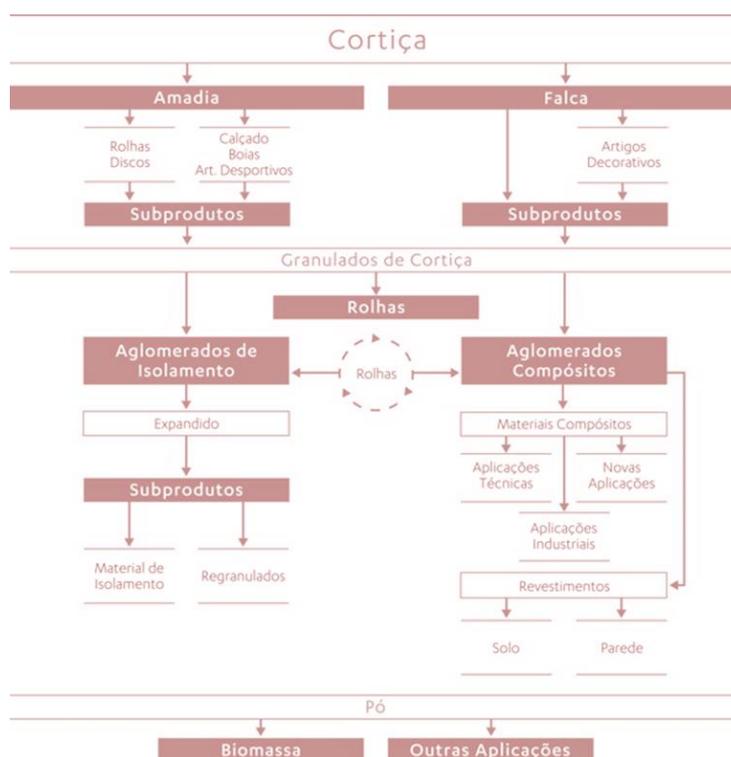
	2017		2016	
	Consumo fora da Organização (GJ) Âmbito Portugal	Emissões CO2 - Âmbito 3 (t CO2) Âmbito Portugal	Consumo fora da Organização (GJ) Âmbito Portugal	Emissões CO2 - Âmbito 3 (t CO2) Âmbito Portugal
Transporte e distribuição a montante	364 681	27 022	510 153	37 801
Resíduos gerados nas operações	3 199	237	4 020	298
Viagens de negócios	16 420	1 175	14 953	1 075
Transporte de colaboradores	32 458	2 405	29 536	2 188
Transporte e distribuição a jusante	911 767	67 072	879 941	65 203

Economia Circular

A otimização da utilização e consumo da cortiça em todo o ciclo produtivo é uma das estratégias preconizadas pela Corticeira Amorim. Os subprodutos gerados durante o processo produtivo das rolhas, ou a cortiça que não reúna características adequadas para a sua produção, são incorporados noutras aplicações de elevado valor acrescentado. A parte que não é passível de ser incorporada em produtos é valorizada como fonte de energia, a biomassa, considerada neutra em matéria de emissões de CO2.

Não existem, por isso, desperdícios ou resíduos de cortiça - nada se perde, tudo é valorizado. Mesmo a matéria-prima que resulta da manutenção das florestas de sobreiro (podas) é utilizada para soluções de revestimentos e isolamentos de cortiça e uma multiplicidade de outros fins.

O diagrama que se segue ilustra o processo de transformação da cortiça, adotado pela Corticeira Amorim, e algumas aplicações que resultam do seu aproveitamento integral, um caso paradigmático de Economia Circular.



Economia Circular na UN Aglomerados Compósitos

A gênese da criação da Amorim Cork Composites no seio da Corticeira Amorim encontra-se na valorização de subprodutos e outras fontes de cortiça que, pelas suas características técnicas, têm reduzido interesse para a produção de rolhas. Perante as oportunidades em alavancar a performance dos materiais compósitos desenvolvidos e produzidos na Amorim Cork Composites, esta unidade de negócio tem ampliado a sua ação para incorporação de outros subprodutos não cortiça, com especial incidência em espumas e outros polímeros das indústrias do calçado, automóvel ou da embalagem. Tratam-se especificamente de materiais como borrachas sintéticas, polietilenos, poliuretanos ou espumas EVA, que complementam a matéria cortiça no design de novas propostas de valor. As sinergias decorrentes da composição da cortiça com estes materiais permitem dar vida a novos produtos para uma panóplia de aplicações nos mais diversos segmentos.

Os próprios desperdícios decorrentes da atividade de produção da Amorim Cork Composites são também eles incorporados no processo produtivo. Este tem sido um percurso faseado, complementado por um maior conhecimento da matéria-prima de base - cortiça - e da forma de potenciar algumas das suas características, sempre com foco na performance e tecnologia que aporta ao produto e à aplicação. Por outro lado, este percurso tem também beneficiado do maior conhecimento na empresa dos modelos de negócio e fatores críticos de sucesso para beneficiar das características associadas à circularidade dos materiais.

O mais recente *underlay* criado pela Amorim Cork Composites em 2017 é um exemplo de um produto que reflete um ciclo de vida baseado em economia circular. Desenvolvido especificamente para pisos LVT - *Luxury Vinyl Tiles* -, este *underlay* combina cortiça com EVA proveniente da indústria do calçado. Desta forma, e num compósito inovador que junta cortiça e granulados de EVA, surge um *underlay* de elevada performance acústica e com capacidade de resistir à indentação (ISO 24343-1). Esta também se afigura como uma excelente opção para o nivelamento de substratos irregulares.

Com o novo *underlay*, produzido com base em materiais naturais e reciclados, poupam-se os recursos naturais existentes no Planeta, ao mesmo tempo que se minimizam os problemas relacionados com a deposição em aterros.

Na Amorim Cork Composites, os grandes desafios da utilização destas matérias-primas passam, por um lado, por garantir a sua homogeneidade e, por outro, por conseguir assegurar as quantidades necessárias para a atividade, mantendo os standards de controlo de qualidade para poder assegurar a oferta de valor do produto. No caso de materiais da economia circular e especialmente, com densidades muito baixas, frequentemente os custos logísticos inviabilizam economicamente a operação de valorização de subprodutos, pelo que a operação logística assume especial relevância.

Em termos de vantagens competitivas, destacam-se:

- a eliminação de resíduos
- a redução de custos das matérias-primas
- a exploração de novas oportunidades de negócio.

Neste sentido e, sempre com o foco no desenvolvimento de novos produtos numa lógica de economia circular, a Amorim Cork Composites iniciou em 2017 a criação de uma fábrica piloto na área de Inovação - *i.cork factory*. Nos próximos dois anos far-se-á um investimento em tecnologias e processos que têm como principal objetivo a incorporação de materiais provenientes da economia circular de outras indústrias, nomeadamente “espumas” de baixa, média e alta densidades. O objetivo é colocar em prática um programa de recolha, caracterização e ideação de novos produtos produzidos com base em materiais naturais e resíduos/subprodutos de outras indústrias, combinando-os com cortiça.

Produtos Ecoeficientes

A cortiça é a casca do sobreiro. Uma matéria-prima natural, retirada da árvore em ciclos de nove anos, sem nunca a danificar e que reúne um conjunto de propriedades que lhe conferem um caráter inigualável. É leve, impermeável, elástica e compressível, isolante térmico e acústico, tem uma combustão lenta e é muito resistente ao atrito. Além disso, é totalmente biodegradável, renovável, reciclável, reutilizável e passível de circular de forma contínua na economia.

“Além de ter um processo de extração com menos desperdício, e ter uma grande versatilidade nas suas aplicações, a cortiça é biodegradável, fácil de reutilizar e é resistente o suficiente para circular repetidamente na economia”

CIRCULATE by Ellen MacArthur Foundation

Circulate, 09/06/2015

A cortiça é uma excelente alternativa ecológica a materiais não renováveis de grande impacto e, num mundo em que a inovação e a ecologia andam de mãos dadas, este material desperta o interesse de cada vez mais setores que aproveitam as características da cortiça, criando novos produtos e soluções que contribuem, também por esta via, para a sociedade se adaptar, atenuar ou corrigir os impactos das alterações climáticas, a delapidação de recursos ou erosão ambiental, conduzindo à transição industrial para a economia de baixo carbono.

Resíduos

A Corticeira Amorim não considera o pó de cortiça como um resíduo, o qual é utilizado como fonte de energia. A empresa reconhece a importância da valorização dos resíduos com vista a prolongar o seu uso na economia e os benefícios associados nomeadamente, na redução da extração de matérias primas, poupança de energia e água, redução nas taxas de tratamento, bem como a diminuição dos impactos associados ao depósito em aterros e à incineração. Assim, em 2017 e 2016, 90% do total dos resíduos gerados foram valorizados através de agentes autorizados e apenas 10% foram eliminados.

% de resíduos valorizados 90%

% resíduos eliminados 10%

toneladas	2017	2016	2015
Resíduos Industriais Perigosos	282	249	278
Valorização	170	116	72
Eliminação	112	134	206
Resíduos Industriais não Perigosos	8 544	9 559	9 292
Valorização	7 811	8 683	8 368
Eliminação	733	876	925
Total	8 826	9 808	9 571

Reciclagem de cortiça

Uma das vantagens ambientais da reciclagem de cortiça reside no facto de este material incorporar carbono fixado pelos sobreiros, que aí se mantém durante todo o tempo de vida útil da mesma. Verifica-se, portanto, que o aumento do ciclo de vida da cortiça, através da reciclagem, atrasa a emissão desse carbono de volta para a atmosfera.

Embora não seja incorporada em rolhas, a cortiça reciclada pode ter uma segunda vida e integrar uma multiplicidade de outros fins, o que permite estender o ciclo de vida da cortiça e os seus benefícios ambientais.

As rolhas e outras aplicações de cortiça recolhidas são tratadas e trituradas numa das três unidades industriais da Corticeira Amorim licenciadas no território nacional para a reciclagem de cortiça, que depois de transformadas em granulados, voltam a integrar o processo produtivo nomeadamente de aglomerados compostos e de isolamento.

A empresa apoia várias iniciativas para recolha seletiva e reciclagem de rolhas de cortiça, conceito que teve origem em Portugal, onde, em 2008, arrancou o projeto Green Cork, uma parceria da Corticeira Amorim com a principal associação ambiental nacional, a Quercus. Depois estendeu-se a outros países, como Espanha, EUA e Canadá, França, Itália e Reino Unido, África do Sul e Austrália.

No ano de 2017 foram recicladas nas unidades industriais da empresa certificadas para o efeito 342 toneladas de cortiça (279 toneladas em 2016).



Green Cork é o programa português de recolha seletiva e reciclagem de rolhas, criado em 2008 em conjunto com a Quercus e outros parceiros. Foi concebido com o intuito de promover uma nova prática de reciclagem em Portugal - a das rolhas de cortiça - e, ao mesmo tempo, aumentar o período de retenção de CO2 associado à rolha de cortiça. Outro objetivo é sensibilização da opinião pública para as vantagens ambientais dos produtos de cortiça enquanto suporte de um ecossistema que presta inúmeros benefícios ambientais e que integra um dos hotspots mundiais de biodiversidade. O Green Cork, permite ainda o financiamento do projeto Floresta Comum, que assegura a plantação de árvores autóctones portuguesas, nomeadamente o sobreiro.

Desde a sua criação, o programa é responsável pela recolha de mais de 77,9 milhões de rolhas de cortiça que contribuíram para a plantação de quase 871 mil árvores em vários pontos do país.

Participar no Green Cork é simples, basta guardar as rolhas de cortiça e dirigir-se a qualquer ponto de recolha indicado em <http://www.greencork.org/participe/>.



O projeto ETICO nasceu em 2011 da vontade da Amorim Cork Itália de recuperar uma parte crescente dos milhões de rolhas de cortiça que todos os anos são usadas em Itália, visando assim recuperar uma matéria-prima 100% reciclável.

Ao longo dos anos, a Amorim Cork Itália envolveu instituições e associações por todo o território italiano. Atualmente, cerca de 1000 voluntários gerem mais do que 5000 pontos de recolha, distribuídos por toda a Itália.

O projeto chama-se ETICO porque, por cada tonelada de rolhas recolhidas e entregues à Amorim Cork Itália, a associação que as recolhe recebe um donativo para os seus projetos. Uma parte das contribuições provém da venda das rolhas às empresas que as transformam em granulado de cortiça, a que se junta outra parte da contribuição voluntária dada pela Amorim Cork Itália.

É graças aos muitos voluntários destas organizações que milhões de rolhas usadas ganham uma nova vida: em sentido figurado com o financiamento dos projetos de solidariedade, em sentido literal porque a cortiça, numa lógica de economia circular, depois de triturada, terá uma nova vida destinando-se, nomeadamente, ao mundo da construção sustentável, aplicado na produção de painéis isolamento com certificação FSC Recycled e ao mundo do *design*, como é o caso da empresa líder no *design* de mobiliário Riva1920 que, durante o Salone del Mobile 2017 em Milão, apresentou uma mesa feita de rolhas recicladas Amorim submersas em resina transparente.

O projeto ETICO é uma iniciativa única, reconhecido com o prémio especial de Legambiente e do evento Giacimenti Urbani.

Recentemente, o projeto ETICO lançou o prémio "Eticork - Amorim Loves the Planet" que visa reconhecer os projetos eco-solidários no campo enológico que se distinguem em Itália pela profundidade de intervenção e relevância no território. Em 2017, este prémio foi entregue à cave Carlo Pellegrino pela iniciativa "Together for Pantelleria". Após os incêndios que a ilha sofreu no ano 2017, esta importante cave mobilizou-se para arrecadar fundos e criar uma Reserva Natural Orientada, onde se reproduzirão espécies botânicas ameaçadas de extinção, uma herança inestimável para a ilha e para o mundo inteiro.

Desde o seu lançamento, o programa ETICO recolheu para reciclagem mais de 58,3 milhões de rolhas de cortiça.

<http://www.amorimcorkitalia.com/campagna-etico>



O projeto sustentável 'Korken fur Kork' criado pela instituição social Diakonie Kork Epilepsiezentrum, com o apoio da Amorim Cork Deutschland, permitiu a recolha e reciclagem de 2 milhões de rolhas de cortiça, promovendo em simultâneo a integração social de pessoas com necessidades especiais. Esta Iniciativa é viabilizada com o contributo dos clientes da Corticeira Amorim que devolvem as rolhas depois de utilizadas, rolhas estas que durante os últimos quatro anos até 2016 foram transformadas em novos produtos, como *memoboards* ou painéis de isolamento. Este processo conta com a intervenção de pessoas portadoras de deficiência, que cooperam nas oficinas do Diakonie Kork Epilepsiezentrum, um dos mais conhecidos centros para doentes epiléticos da Alemanha.

Este é um valioso contributo para a redução de resíduos e extensão da vida útil deste material natural, que eleva as propriedades sustentáveis da cortiça e, acima de tudo, uma forma da Amorim Cork Deutschland contribuir para o desenvolvimento da comunidade.



Num mundo cada vez mais globalizado, a formação parcerias entre organizações é uma mais-valia para tornar matérias relacionadas com a sustentabilidade uma realidade. O programa de reciclagem da Amorim France nasceu em 2009 com o objetivo de estreitar relações com os clientes enaltecendo as credenciais ambientais da rolha de cortiça, que tem a menor pegada de carbono entre os vedantes de vinho, aliando a proteção do ambiente ao apoio a diversas instituições de solidariedade e de saúde.

Desde o seu lançamento, o programa recolheu para reciclagem mais de 271,7 milhões de rolhas de cortiça e entre os principais contributos destaca-se a doação para causas relacionadas com a investigação sobre o cancro e ações de apoio social. www.ecobouchon.com



A Corticeira Amorim é parceira do ReCORK, o maior programa de reciclagem de rolhas de cortiça da América do Norte adotado, em 2008, pela empresa canadense de calçados SOLE. O projeto prevê que as rolhas recolhidas através da rede de mais de 3000 parceiros sejam encaminhadas para unidades responsáveis pela sua transformação e incorporadas posteriormente na produção de solas de sapatos da SOLE. Trata-se de uma aliança de empresas e indivíduos que trabalham juntos para criar mudanças ambientais, recolhendo e reutilizando rolhas de cortiça.

Desde o início do projeto foram já recolhidas mais de 75 milhões de rolhas de cortiça. <https://recork.org/>

5.2. Gestão Sustentável do Sobreiro e Biodiversidade

“A terra, se não for convertida numa qualquer riqueza, adaptada à limitação da própria terra, não tem sentido.

A força da floresta é um alimento que não tem preço... “

Américo Ferreira de Amorim

Gestão Sustentável do Montado de Sobreiro

Embora não seja detentora de floresta, a Corticeira Amorim reconhece a gestão sustentável do montado de sobreiro como uma prioridade estratégica.

A Empresa tem primado pelas suas abordagens inovadoras ao nível do Capital Natural. Um exemplo é a avaliação dos serviços ambientais do montado de sobreiro, à escala da propriedade, na qual se estabeleceram relações de causalidade entre as práticas de gestão agroflorestal e os serviços do ecossistema e se atribuiu um valor a esses mesmos serviços - 100 € / ano por hectare (mais informação em <https://www.amorim.com/sustentabilidade/abordagem/>)

A Corticeira Amorim está ciente do seu papel na viabilização do montado de sobreiro que - tendo em consideração um estudo do Centro de Estudos do Ambiente e do Mar da Universidade de Aveiro (CESAM) e do Instituto Superior de Agronomia (ISA), divulgado em 2016 - permite o sequestro de 73 toneladas de dióxido de carbono, por cada tonelada de cortiça produzida.

O contributo da Empresa para a manutenção, preservação e valorização do montado de sobreiro passa pelas seguintes linhas de orientação:

- Aumento do conhecimento sobre impacto ambiental dos produtos de cortiça e do ecossistema que estes viabilizam;
- Afirmação de soluções de cortiça e desenvolvimento do montado, enquanto garantes do ecossistema;
- Dinamização de ações de sensibilização internas e externas;
- Atuação proactiva na discussão de políticas e na proposta de medidas para a proteção do sobreiro, a preservação do montado, a promoção do setor da cortiça, a certificação de sistemas de gestão florestal e a remuneração dos serviços ambientais do montado. Neste âmbito, procura:
- Dinamizar a certificação FSC®, com a sensibilização de produtores florestais para a utilidade destes princípios e critérios para uma gestão florestal responsável;
- Sensibilizar os proprietários florestais para a conservação dos montados de sobreiro e para a adoção de boas práticas que melhorem os serviços fundamentais que os ecossistemas prestam a toda a população, seja ao nível da retenção de carbono, formação de solo, regulação do ciclo da água ou proteção da biodiversidade, estimulando as boas práticas de gestão florestal;
- Aderir oportunamente a plataformas que visam incentivar o consumo responsável de produtos florestais e travar a degradação de florestas de todo o mundo.

Aumento do conhecimento do impacto dos produtos de cortiça e do ecossistema que estes viabilizam

A Corticeira Amorim foi a primeira empresa do setor a promover a análise do impacto ambiental dos seus produtos, nomeadamente das rolhas, com a análise do ciclo de vida comparativo de rolhas de cortiça versus cápsulas de alumínio e vedantes de plástico, tendo sido concluído que as rolhas de cortiça são as mais amigas do ambiente. Mais informação em <https://www.amorim.com/sustentabilidade/sistema-de-gestao-integrado/abordagem-de-gestao/>.

No período de 2016 e 2017, é de salientar a realização de diversos estudos de análise de ciclo de vida e registo de declarações ambientais de produto (EPD - *Environmental Product Declaration*) sobretudo nas UN Revestimentos,

Aglomerados Compósitos e Isolamentos para soluções de cortiça direcionadas para o segmento da construção. Através destes estudos e declarações tem sido possível evidenciar o superior desempenho ambiental das soluções de cortiça, tendo por base normativos reconhecidos internacionalmente.

Análise ciclo vida das rolhas de cortiça naturais

O Estudo de Ciclo de Vida da rolha de cortiça natural, conduzido pela PriceWaterhouseCoopers, em conformidade com as normas de gestão ambiental ISO 14040 e ISO 14044, classificou a rolha de cortiça natural como a melhor alternativa para os produtores, distribuidores e retalhistas de vinhos que pretendem minimizar a pegada de carbono e adotar as melhores práticas em relação ao desempenho ambiental. De acordo com o estudo, a produção de cada rolha de cortiça natural está associada à retenção de 112g de CO₂, em claro contraste com a emissão de CO₂ imputada aos vedantes artificiais.

Análises de ciclo de vida em todas as soluções de pavimentos

Todas as soluções de pavimentos da UN Revestimentos têm declarações ambientais de desempenho, que têm como base análises de ciclo de vida (LCA). Estas declarações estão validadas e publicadas pelo Institut Bauen und Umwelt e. V. (IBU) em <http://ibu-epd.com/en/epd-program/published-epds/>. O IBU faz parte da ECO Platform, uma associação internacional sem fins lucrativos estabelecida pelos operadores europeus do programa, associações comerciais europeias do sector da construção e os profissionais de LCA.

Em 2017 a UN Revestimentos foi o primeiro fabricante da Europa a marcar todos os produtos com uma nova etiqueta “TÜV PROFICERT-product INTERIOR” indicando que cumprem os requisitos de diferentes países em termos de emissões para o ambiente:

- AgBB (DIBt) na Alemanha;
- Classe de emissões A+ em França;
- Regulamentação belga dos VOC nas emissões dos produtos de construção;
- LEED v4 (fora da América do Norte; LEED v4 para DESIGN DE EDIFÍCIOS E CONSTRUÇÃO, 5 de abril de 2016);
- BREEAM *International New Construction* 2016 (Manual Técnico SD233 1.0), Nível Exemplar;
- Classificação finlandesa M1 para produtos de construção (Finlândia);
- RAL UZ 120 (não para pavimentos em PVC), fevereiro de 2011 (Alemanha);
- Eco Label austríaco, Guideline UZ 56, revestimentos para pavimentos, versão 3.0, 1 de janeiro de 2015 (os requisitos para odor não estão incluídos).

Aglomerado de cortiça expandida

Numa análise de ciclo de vida comparativa entre os produtos da UN Isolamentos e os convencionais, o aglomerado de cortiça expandida destaca-se claramente no ponto de vista ambiental. Com durabilidade praticamente ilimitada, mantém todas as suas características ao longo da vida útil do produto, além de ser 100% natural e totalmente reciclável. É produzido industrialmente sem recurso a aditivos e necessita de um reduzido consumo energético, uma mais-valia ímpar que maximiza o seu impacto positivo no ambiente. No processo de produção da UN Isolamentos, o aproveitamento dos recursos naturais é prioritário - mais de 90% das suas necessidades energéticas são asseguradas pelo recurso a biomassa (pó de cortiça).

Certificados do Forest Stewardship Council (FSC®)

A Corticeira Amorim foi pioneira na obtenção dos primeiros certificados do Forest Stewardship Council (FSC®) de cadeia de custódia na indústria da cortiça, em 2004 e, numa antevisão das necessidades da indústria vinícola - destinatária do seu principal produto -, foi a primeira empresa de *packaging* do mundo a alcançar esta certificação. Entre outras iniciativas, a Corticeira Amorim foi responsável, entre 2008 e 2015, por um serviço de aconselhamento técnico - gratuito - a produtores florestais, que contemplou mais de 20 mil hectares de área florestal de sobreiro em Portugal, com vista à identificação e adoção de melhores práticas de gestão florestal do montado e da biodiversidade associada. Este serviço foi instituído com a adesão da Corticeira Amorim, em outubro de 2007, à Iniciativa *Business & Biodiversity* da Comissão Europeia, num protocolo feito em parceria com o ICNF (Instituto de Conservação da Natureza e das Florestas) e as ONG WWF e Quercus que previa, para além do mencionado serviço de aconselhamento técnico, medidas para a dinamização da investigação florestal e disseminação de boas práticas de gestão.

Hoje, continua focada no desenvolvimento de produtos de acordo com os princípios FSC®, mantendo o objetivo de manter a certificação nos termos desta conceituada norma internacional. No final de 2017, 31 estabelecimentos (industriais e/ou de distribuição) da Corticeira Amorim tinham a sua cadeia de custódia certificada de acordo com este normativo, fornecendo ao mercado garantias acrescidas de ética empresarial com preservação de recursos florestais.

Projeto de Intervenção Florestal

Todas as iniciativas do projeto intervenção florestal têm um objetivo comum: ter mais e melhor cortiça.

A Corticeira Amorim, apesar de não deter floresta de sobreiros, tem uma relação de proximidade com toda a fileira da cortiça, nomeadamente com os proprietários florestais. Neste âmbito, a empresa tem liderado um conjunto de iniciativas que visam sensibilizar a produção florestal para a importância de uma gestão cuidada do montado, essencial para a sustentabilidade de uma fileira que dá a Portugal a liderança mundial.

Em 2013, e num momento favorável para a Corticeira Amorim e para todo o setor - com as exportações de cortiça a atingirem níveis recorde -, a empresa estabeleceu um novo projeto de apoio ao Montado - o Projeto de Intervenção Florestal - com o intuito de assegurar a sua manutenção, preservação e valorização e, conseqüentemente, a produção contínua de cortiça de qualidade. O projeto foi muito bem acolhido por todos os intervenientes da fileira e desenvolve-se em parceria com produtores florestais, instituições de investigação, nacionais e internacionais, e com entidades públicas locais.

O Projeto de Intervenção Florestal tem como principais linhas de orientação: o desenvolvimento de sistemas de rega com instalação melhorada, a sequenciação do genoma do sobreiro, o melhoramento do sobreiro e o combate a pragas e a doenças.

Durante 2017 lançou-se a primeira plantação estruturada de 50 hectares de sobreiros que, face às restantes manchas de sobreiro existentes é inovadora uma vez que beneficia de um sistema de rega de instalação melhorada.

Na génese deste projeto esteve uma plantação experimental de sobreiros que Francisco de Almeida Garrett, proprietário da Herdade do Conqueiro, em Avis, Alentejo (Portugal), irrigou há alguns anos atrás. O sucesso desta experiência - alguns sobreiros foram descortaçados pela primeira vez com oito anos em vez do ciclo normal de 20/25 anos - motivou o contacto do proprietário com a Corticeira Amorim que, ciente da importância destes resultados, de imediato envolveu a Universidade de Évora, com o objetivo de colocar conhecimento científico numa experiência empírica feita com grande sucesso numa área em que ainda não se tinham conseguido resultados animadores. De facto, apesar de terem sido canalizados no passado diversos investimentos para as florestas de sobreiro nacionais, a verdade é que o ciclo normal de crescimento do sobreiro até permitir a primeira extração de cortiça com características adequadas à produção de rolhas naturais continua a estender-se por mais de quatro décadas, o que torna pouco atrativa a aposta nesta espécie florestal.

É neste contexto que a Corticeira Amorim gizou todo um plano estruturado para que, de uma forma sem precedentes, as florestas de sobreiro se possam desenvolver em todo o seu potencial, assegurando não só a preservação da área atual (736 mil hectares em Portugal), mas também a plantação de novas áreas de sobreiros, a Árvore Nacional de Portugal e uma espécie autóctone perfeitamente adaptada às condições de clima e do solo das regiões onde se encontra implantada. O objetivo é que, em 2030, cerca de um quarto de toda a cortiça produzida em Portugal provenha de novos povoamentos.

- Projeto de melhoramento do sobreiro e cruzamento de espécies:

Este projeto procura selecionar plantas apenas por cruzamento de espécies de forma natural e sem manipulação genética. O objetivo é ter árvores melhor adaptadas às condições de solo, clima e alterações climáticas e que produzam cortiça de qualidade.

Tempos mais curtos de crescimento do sobreiro é apenas um dos grandes eixos do Programa de Intervenção Florestal. Outro método envolve um processo simbiótico. Está atualmente em desenvolvimento um processo - micorriza - que envolve a aplicação de um fungo nas raízes dos sobreiros para aumentar a sua robustez e resistência.

Outro dos principais vetores do Projeto Intervenção Florestal está relacionado o sequenciamento do genoma do sobreiro, que é um passo importante para o setor, e abrirá novos campos na pesquisa aplicada de cortiça. O mapeamento do código genético do sobreiro irá tornar possível identificar marcadores genéticos para a qualidade da cortiça e desenvolver outros marcadores para identificar árvores resistentes a pragas e doenças.

Através deste processo, é possível chegar a uma seleção ideal de sobreiros, mantendo, contudo, a variabilidade genética. Por exemplo, a identificação de uma espécie que provou ser extremamente resistente à seca enquanto produz cortiça de qualidade superior, pode originar, através da polinização cruzada, novos espécimes com um consumo de água mais eficiente. Também a pesquisa orientada para o combate a pragas e doenças tem alcançado avanços. Em particular, na luta contra o *Coruebus Undatus*, a cobrilha da cortiça. Está em fase final de experimentação, já em aplicação real no campo, uma combinação de armadilhas e atraentes voláteis (feromonas) que permitirão o controle biorracional deste inseto diminuindo o número de árvores afetadas.

- Gabinete de Apoio aos Produtores Florestais:

Sob o lema “Cuidar do presente, criar o futuro” a Corticeira Amorim decidiu, no final de 2017, lançar as sementes para o que será o gabinete de apoio aos produtores florestais cujo objetivo é devolver a investigação florestal à sua base, ou seja, aos produtores. Pretende-se, assim, fazer uma extensão do conhecimento adquirido empírica e cientificamente, fazendo chegar ao terreno uma grande parte da investigação desenvolvida nesta área. Este projeto prevê, entre outras, as seguintes atividades:

- Visitas de campo;
- Sessões técnicas temáticas;
- Seminários;
- Manual de boas práticas para instalações de sobreiros com rega melhorada;
- Manual de boas práticas silvícolas;
- Glossário para comunicação uniforme.

Biodiversidade

As florestas de sobreiro são parte de um dos 36 *hotspots* mundiais de biodiversidade, a par com a Amazónia e a Savana Africana.

As áreas onde a Corticeira Amorim desenvolve a sua atividade não se localizam em zonas classificadas pelo Instituto de Conservação da Natureza e das Florestas (ICNF) como zonas protegidas, pelo que não há, a este nível, impacto significativo sobre a biodiversidade.

No que respeita ao ecossistema (montado de sobreiro), um aspeto de grande importância é o facto da extração de cortiça ter um efeito mínimo no armazenamento e no balanço de carbono. Ou seja, a exploração de cortiça no montado (atividade fundamental para a sua viabilidade) não afeta a função de sumidouro de carbono do ecossistema. Para este fator, muito contribui o facto do processo de extração de cortiça - descortiçamento - ser um processo altamente especializado que não danifica a árvore. O sobreiro vive em média 200 anos, durante o qual pode ser descortiado entre 15 e 18 vezes. O sobreiro é a única espécie de carvalho cuja casca se regenera após cada extração.

As florestas de sobreiros são importantes reservatórios de biodiversidade. A rede pan-europeia Natura 2000 para a conservação da natureza classifica o montado como muito importante para a conservação da biodiversidade.

“A flora da Bacia Ocidental do Mediterrâneo é “dramática”. As suas 22 500 espécies endémicas de plantas vasculares são quatro vezes superiores às encontradas no resto da Europa.”
Conservation International

Biologicamente falando, o montado é extremamente rico e variado, mas também extremamente vulnerável. Constitui a base de um sistema ecológico único no mundo, contribuindo para a sobrevivência de muitas espécies da fauna autóctone e para a salvaguarda do ambiente. Em muitos casos, são sistemas agroflorestais mistos, onde os sobreiros coexistem com a criação de gado e o cultivo de cereais.

Este ecossistema inclui desde várias espécies de formigas, abelhas, borboletas, lagartos e cobras, mamíferos mais vulgares como o veado e o javali até aos mais fascinantes e invulgares como o ginete, o saca-rabos ou o lince ibérico, a espécie de felino mais gravemente ameaçada de extinção do planeta.

Destaca-se ainda a elevada variedade de aves, algumas delas igualmente ameaçadas, como é o caso do abutre-negro, a cegonha preta ou a águia imperial.

Projeto Life + SUBER, Catalunha

Com início em 2014 e com duração de quatro anos decorre atualmente o Projeto LIFE + SUBER que pretende promover a conservação da floresta de sobreiro a manutenção de toda a cadeia de valor associada. O projeto é coordenado pelo Consórcio Florestal da Catalunha tendo ainda como entidades associadas, além da Amorim Florestal, o Centro Tecnológico Florestal da Catalunha, a Floresta Catalunha e o Centro de Propriedade Florestal da Catalunha. Esta iniciativa tem um orçamento total de mais de um milhão de euros e desenvolve-se com o apoio da Comissão Europeia, ao abrigo do programa LIFE +. É ainda cofinanciada pela Amorim Florestal Mediterrâneo, pelo Conselho Provincial de Barcelona e pelo Instituto Catalão do Solo e foi concebida com o objetivo de adequar a produção dos montados às alterações climáticas e de combater fenómenos como o *stress* hídrico, o crescimento de pragas e a maior frequência de incêndios florestais. As iniciativas focam principalmente a região da Catalunha (Espanha) e são compostas por três tipos de ações:

- **Ações de implementação:** num total de 40 povoamentos piloto demonstrativos, com diferentes técnicas inovadoras de gestão das florestas, desde a gestão irregular com limpezas seletivas, à plantação de

sobreiros, restauração de áreas degradadas e desinsetização massiva de *coraebus undatus*; paralelamente, será desenvolvido um conjunto de ferramentas com o intuito de melhorar o quadro político-normativo, com vista à adaptação deste tipo de florestas às alterações climáticas.

- **Ações de prossecução** para permitir atestar a eficácia das ações desenvolvidas e propor ajustes para melhorar as técnicas.
- **Ações de divulgação** para permitir transferir para os proprietários e gestores dos montados as técnicas e as ferramentas desenvolvidas no âmbito do projeto.

“A atividade da Corticeira Amorim é um exemplo de que é possível crescer e, em simultâneo, contribuir para uma economia neutra em carbono. A cadeia de valor da floresta, de sobreiro e de outras espécies, poderá dar um contributo crucial para que Portugal possa cumprir o compromisso assumido de alcançar uma economia neutra em carbono em 2050.”

António Rios de Amorim

6. PROMOVER O BEM-ESTAR

Do universo de colaboradores representado neste relato, mais de 96% pertencem a empresas de base industrial. Os indicadores exibidos neste capítulo são, por isso, influenciados pela predominância de atividades de gestão operacional devendo ser relativizados a esta expressão.

As empresas que não foram consideradas nesta análise e que representam - em numero de colaboradores - cerca de 32% da população, englobam predominantemente atividades de natureza comercial e de suporte ao negócio, o que iria conferir cambiantes diferentes a alguns indicadores.

6.1. Gestão do Capital Humano

A garantia do empenho e compromisso dos colaboradores é uma diretriz fundamental nas políticas e práticas da gestão de pessoas da Corticeira Amorim.

Assegurar um ambiente de trabalho seguro e saudável, promover o desenvolvimento das competências dos colaboradores num contexto desafiante e indutor da evolução profissional e pessoal dos seus colaboradores são objetivos concretos da atuação da empresa no domínio dos recursos humanos, tendo-se assistido ao longo dos últimos anos a uma crescente preocupação e conseqüente investimento nesta área de gestão.

A gestão dos recursos humanos, orientada para a concretização destes objetivos estratégicos, segue a política de gestão e motivação de pessoas que pode ser consultada em <https://www.amorim.com/sustentabilidade/sistema-de-gestao-integrado/politicas-e-sistemas-de-gestao/> e que:

- Adota e assume o princípio da liberdade de associação;
- Promove um ambiente de trabalho física, social e psicologicamente seguro e saudável, procurando continuamente evoluir através da adoção das melhores técnicas e práticas neste domínio;
- Fomenta a implementação dos princípios e a adoção dos comportamentos evocados no Código de Ética e Conduta Profissional e nos compromissos públicos assumidos com a sociedade em geral, que deverão caracterizar as relações internas entre colaboradores, bem como as interações destes com os diferentes *stakeholders*;
- Implementa práticas de gestão de pessoas no âmbito do recrutamento e do desenvolvimento de competências que promovem a não discriminação de qualquer natureza e a igualdade de oportunidades, construindo contextos de trabalho onde a pluralidade e a diferença sejam um fator de melhoria e inovação contínuas;
- Adota práticas de liderança pelo exemplo, que valorizam a aprendizagem e a evolução, e práticas de reconhecimento e de compensação baseadas no mérito e isentas de juízos de natureza discriminatória.

Emprego

Total de Colaboradores reportados 2017	-	2 899
Colaboradores do sexo feminino	-	25%
Colaboradores com contrato de efetivo permanente	-	82%
Colaboradores a tempo inteiro	-	98%
Colaboradores em Portugal	-	85%

A caracterização dos colaboradores da Corticeira Amorim mantém-se em 2016 e 2017 na generalidade dos indicadores exibidos em anos anteriores.

Note-se que os valores de efetivo registados são os mais elevados dos últimos três anos, refletindo a forte atividade de 2017 e mantendo a tendência de crescimento registada nos últimos anos.

A estrutura de contratação reflete o facto de se tratar predominantemente de operações industriais, cuja variação ao longo do ano tem impacto direto na taxa de rotatividade, de 12% em 2017 (11% em 2016).

Por outro lado, a prevalência de vínculos contratuais diretos e, dentro destes, os de efetivo permanente (82%) demonstra o compromisso efetivo da Corticeira Amorim com políticas de emprego que privilegiem a estabilidade e o compromisso de médio e longo prazo com a sua força de trabalho.

No que se refere à distribuição de género, os valores mantêm-se estáveis. A diversidade é um dos aspetos valorizados pela da Corticeira Amorim, suportado em políticas e práticas de não discriminação, nomeadamente no que se refere ao recrutamento e à progressão profissional. Neste âmbito, têm-se registado variações positivas nomeadamente no recrutamento de mão de obra qualificada, e que se tem traduzido no equilíbrio crescente de género na categoria de técnicos de suporte à gestão.

Numero total de colaboradores, por categoria profissional, por género e faixa etária

	Faixa Etária			Género	
	<30	30 a 50	>50	Feminino	Masculino
Administradores	0	9	13	0	22
Diretores	1	39	27	9	58
Chefes Departamento	0	39	23	16	46
Comerciais	15	68	32	25	90
Técnicos de Suporte à Gestão	78	104	22	84	120
Supervisores de Equipa	5	71	60	26	110
Administrativos	15	117	60	112	80
Técnicos de Manutenção, Qualidade e Logística	52	169	118	87	252
Operadores de Produção	229	932	601	378	1 384
Total 2015	316	1 611	876	692	2 111
Total 2016	364	1 539	965	716	2 152
Total 2017	395	1 548	956	737	2 162

Através da celebração de vínculos contratuais permanentes, a Corticeira Amorim tem vindo a privilegiar a contratação de colaboradores mais jovens, prática adotada na generalidade das várias funções na empresa; nas funções qualificadas, como a de Técnicos de Suporte à Gestão e Técnicos de Manutenção, Qualidade e Logística, esta medida também é importante visando a retenção de competências críticas para os negócios.

Em consequência, mantém-se em 2017 a tendência de rejuvenescimento da estrutura de forma a preparar a organização para os seus desafios futuros. A maioria dos colaboradores da Corticeira Amorim encontravam-se, no final do exercício, na faixa etária dos 30 aos 50 anos, sendo um dos objetivos baixar a média etária a médio prazo.

Nos últimos três anos, registou-se um volume elevado de novas entradas, ditado quer por efeito de variação da atividade industrial, quer pelos objetivos de qualificação e de capacitação em termos de novas competências, bem como a renovação de algumas estruturas. Assim, a taxa de rotatividade tem-se mantido estável. Verifica-se, todavia, uma capacidade de retenção superior (número de entradas sobre o número de saídas) no segmento feminino.

Numero e taxa de rotatividade e de novas contratações por faixa etária, género e região

	2017	2016	2015
Número de entradas	362	339	382
Taxa Novas Contratações	12%	12%	14%
<30	6%	5%	6%
30 a 50	6%	6%	7%
>50	1%	1%	1%
Feminino	3%	3%	2%
Masculino	10%	9%	11%
Portugal	9%	9%	12%
Resto do Mundo	3%	3%	2%
Número de saídas	344	323	309
Taxa Rotatividade	12%	11%	11%
<30	4%	3%	2%
30 a 50	5%	5%	5%
>50	3%	3%	4%
Feminino	2%	2%	3%
Masculino	10%	9%	8%
Portugal	9%	8%	8%
Resto do Mundo	3%	3%	3%

Relações Laborais

A liberdade de associação é um direito de todos os colaboradores, sendo exercido ativamente por 25% dos colaboradores da Corticeira Amorim abrangidos por este relatório. Com o objetivo de regulamentar em Portugal as condições de trabalho dos colaboradores estão estabelecidas, entre a APCOR e os sindicatos do setor, contratos coletivos de trabalho que abrangem 100% dos trabalhadores.

As diferentes empresas têm ainda os seus órgãos internos de representação dos colaboradores (Comissão Sindicais, Comissão de Trabalhadores, Comissão de Higiene e Segurança no Trabalho) que participam em várias instâncias no dia-a-dia de trabalho das empresas.

No âmbito das relações laborais, destaca-se a relevância da comunicação interna como elemento fundamental do envolvimento e compromisso dos colaboradores no dia a dia e nos projetos da empresa. Esta comunicação, materializada de diferentes formas, tem como propósito promover a clarificação, o alinhamento e foco nos objetivos, facilitar a implementação de decisões relacionadas com reestruturações e, simplesmente, valorizar e reforçar as competências, atitudes e comportamentos positivos e coerentes com a cultura de empresa.

Colaboradores exercem o direito de liberdade de associação **25%**

Colaboradores abrangidos por contratos coletivos de trabalho estabelecidos entre a APCOR e os sindicatos do setor (Portugal) **100%**

Formação e Educação

A necessidade de adequar qualificações e desenvolver competências é uma constante em todas as empresas e estruturas da Corticeira Amorim.

Desde as áreas industriais, com a implementação de novas tecnologias e novas formas de organização do trabalho e a consequente necessidade de recursos qualificados, passando pelas áreas comerciais com as normais exigências de mercados e clientes e culminando nos desafios colocados no âmbito da inovação, todos estes desafios encerram exigências de capacitação e de desenvolvimento de recursos humanos. Apesar dos picos e sucessivos recordes de atividade e, portanto, de ocupação, em 2016 e 2017, mantiveram-se os níveis de formação atingidos nos últimos anos.

No ano de 2017, destaca-se o retomar do projeto de Reconhecimento, Valorização e Certificação de Competências (RVCC) que permite aos colaboradores certificarem graus de ensino académico em contexto empresarial, podendo depois prosseguir para níveis de estudo superiores. Não sendo formação profissional na verdadeira aceção do termo, a valorização académica e pessoal dos colaboradores é vista como uma mais valia; apostar numa mão de obra escolarizada é um fator crítico de sucesso na Corticeira Amorim.

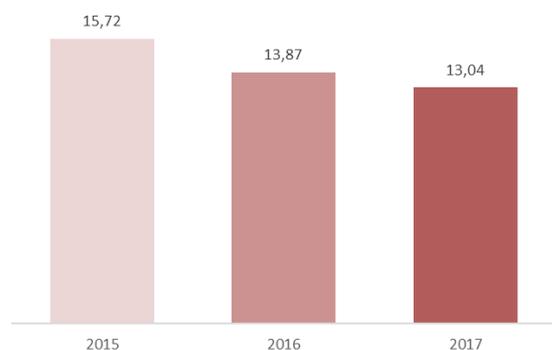
O desenvolvimento de competências profissionais é um outro eixo de investimento da empresa. Assim o atesta o volume de mais de 37 mil horas de formação em várias áreas, desde a adequação ao posto de trabalho até as do domínio comportamental, passando pela gestão, melhoria contínua, inovação e tecnologia.

Ainda assim, esta é claramente uma área identificada como passível de evolução. O investimento em formação tenderá a reforçar-se ainda mais no próximo triénio, nomeadamente ao nível das áreas produtivas.

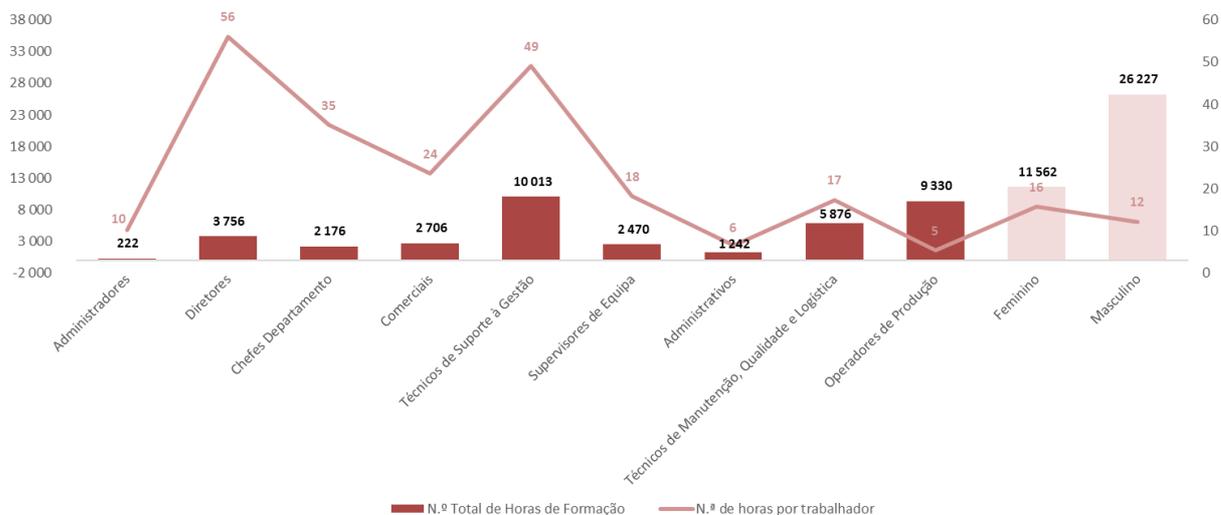
Horas de Formação 2017 **37 789**

Média de horas de formação por colaborador **13,04**

Média de horas de formação



Número médio de horas de formação por colaborador, discriminado por género e categoria profissional



Diversidade e Igualdade de Oportunidades e Não Discriminação

Conforme referido no subcapítulo 6.1. Gestão do Capital Humano, a Corticeira Amorim preconiza uma política de gestão e motivação de pessoas que promove a não discriminação de qualquer natureza, a igualdade de oportunidades no âmbito do recrutamento, na promoção e formação dos seus colaboradores, na remuneração e nas condições de trabalho. Assim, em qualquer situação, são critérios de equidade e de promoção do mérito que presidem a decisões e nunca fatores baseados no género, na idade, na raça ou religião.

A realidade da sociedade em geral e a assimetria de género que existe na ocupação de determinadas funções ou cargos nas diferentes organizações e instituições transporta-se, obviamente, para a realidade organizacional da Corticeira Amorim, fruto de sua existência centenária e não desenquadrada do seu contexto.

Igualdade de Remuneração entre Homens e Mulheres

A Corticeira Amorim tem práticas de gestão de pessoas assentes na avaliação do mérito e recompensa do desempenho. Neste sentido a empresa não restringe o acesso das mulheres a quaisquer cargos ou categorias profissionais, nem limita a evolução de remuneração por fatores que não sejam baseados nas competências e no desempenho efetivo.

Os rácios exibidos representam uma variação positiva no âmbito da equidade de género. As evoluções nesta matéria, pelo efeito do passado, demoram algum tempo a ser perceptíveis. No entanto, no espaço de três anos já é possível assinalar algumas variações. A única exceção é a categoria Comerciais onde há uma variação negativa. Tal situação explica-se pela distribuição geográfica das populações. Com uma população feminina ainda sub-representada, esta encontra-se maioritariamente em Portugal. A população de género masculino tem um peso muito maior em vários países da Europa ocidental e dos Estados Unidos, com níveis médios salariais muito superiores aos de Portugal. Assim, este facto distorce o rácio da remuneração que, feito país a país, seria muito mais equilibrado.

Rácio do salário entre mulheres e homens, por categoria profissional

	2017	2016	2015
Diretores	0,7	0,8	0,7
Chefes Departamento	0,8	0,7	0,7
Comerciais	0,5	0,6	0,6
Técnicos de Suporte à Gestão	0,9	0,8	0,8
Supervisores de Equipa	1,1	1,0	0,9
Administrativos	1,1	1,1	1,1
Técnicos de Manutenção, Qualidade e Logística	0,9	0,9	0,8
Operadores de Produção	1,0	1,0	1,0

Rácio da remuneração entre mulheres e homens, por categoria profissional

	2017	2016	2015
Diretores	0,7	0,8	0,7
Chefes Departamento	0,7	0,7	0,7
Comerciais	0,7	0,7	0,6
Técnicos de Suporte à Gestão	0,8	0,8	0,8
Supervisores de Equipa	1,0	0,9	0,9
Administrativos	1,1	1,0	1,1
Técnicos de Manutenção, Qualidade e Logística	0,8	0,8	0,8
Operadores de Produção	0,9	0,9	0,9

6.2. Saúde, Higiene e Segurança

O compromisso da Corticeira Amorim em matéria de Saúde, Higiene e Segurança (SHS) no trabalho é evidente nos investimentos que tem vindo a realizar, na revisão contínua dos planos de segurança e na monitorização da sua eficácia e adequação face aos riscos, reiterando a aposta na sensibilização e formação dos colaboradores. Estas iniciativas são fundamentais para a melhoria do desempenho da empresa nesta matéria.

Na área da SHS, as UN têm implementado planos estruturados que visam a melhoria contínua e sustentada práticas, prevenindo o risco, reduzindo ocorrências e mitigando efeitos, o que tem impacto positivo direto nos indicadores destas áreas. De realçar a validação e certificação externa segundo a norma internacional OHSAS 18001 numa das unidades da empresa e que abrange 16% dos colaboradores.

Para a Corticeira Amorim, o objetivo na área de Saúde e Segurança é ter empresas onde o bem-estar físico, social e psicológico dos seus colaboradores é uma constante. Assim sendo, a Corticeira Amorim estabeleceu como objetivos neste domínio:

- Melhorar o processo de avaliação de riscos e de implementação da Saúde e Segurança no Trabalho;
- Melhorar as condições de trabalho e de bem-estar dos colaboradores;
- Reduzir a taxa de acidentes de trabalho;
- Reduzir o número de dias perdidos por acidente e por doença profissional.

Índice de frequência de acidentes 2017	21,1
Taxa de doenças ocupacionais	1,62
Taxa de dias perdidos	547
Taxa de absentismo	3,4%
Acidentes Mortais	1*

* Acidente de viação *in itinere*

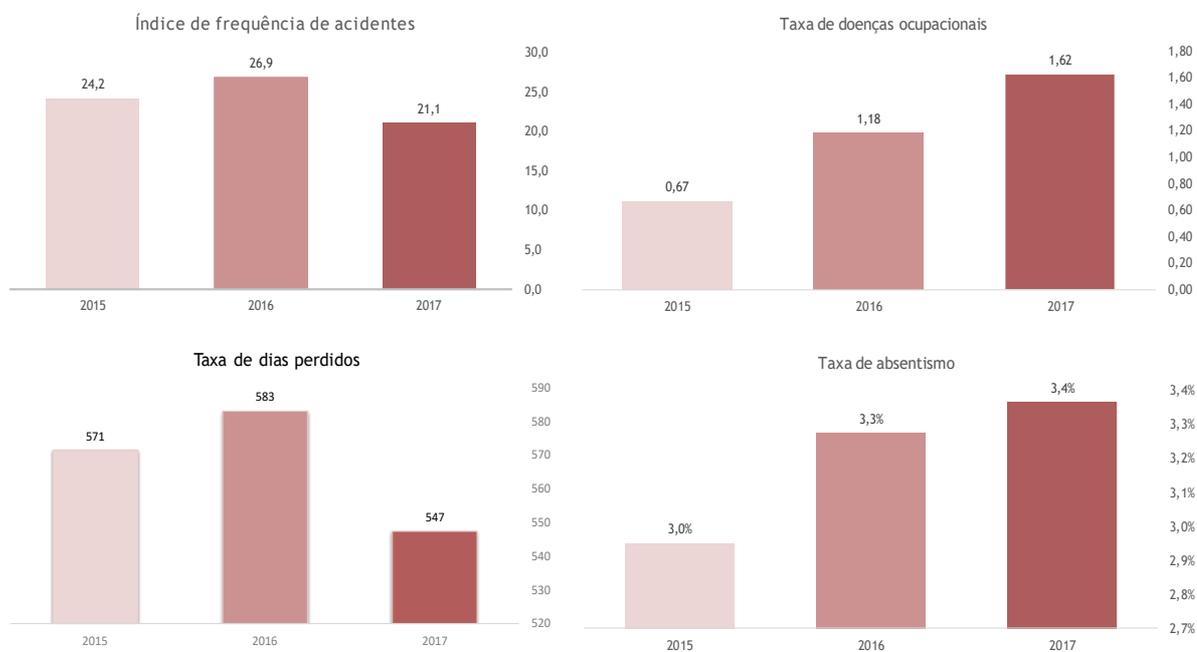
A Corticeira Amorim registou zero acidentes mortais nas suas instalações nos anos 2016 e 2017. No entanto, observou-se um óbito resultado de um acidente de viação *in itinere*.

Embora o número de acidentes de trabalho tenha decrescido no último ano e se tenha mantido estável em anos anteriores, essa variação não atinge os valores desejáveis estabelecidos como objetivo de médio prazo: ter reduzido o número de acidentes em mais de 50% no ano 2020.

Trata-se, pois, de uma intervenção a longo curso e em várias frentes que a Corticeira Amorim se dispôs a implementar, tendo já dado os primeiros passos nesse sentido no último trimestre de 2017.

Existe a consciência, também, que um desempenho de excelência neste domínio implica muito mais que investimentos em equipamentos e meios materiais; vive sobretudo de uma cultura de proteção à integridade física e ao bem-estar dos colaboradores, de práticas de exemplaridade por parte das chefias e por um investimento contínuo na formação e na responsabilização dos colaboradores por comportamentos e atitudes seguros no trabalho.

O absentismo tem-se mantido relativamente estável em valores situados entre os 3% e os 3,5%. Trata-se um valor que tem vindo a decrescer e abaixo do registado pela média de empresas de base industrial em Portugal.



Rácio de acidentes, doenças profissionais, dias perdidos, absentismo e número de óbitos relacionados com o trabalho, por género

	2017	2016	2015
Número de acidentes no local de trabalho	130	159	145
Feminino	21	32	24
Masculino	109	127	121
Nº de óbitos	1 *	0	0
Índice de frequência de acidentes	21,1	26,9	24,2
Feminino	14,3	22,1	15,7
Masculino	23,2	28,4	27,1
Taxa de doenças ocupacionais	1,62	1,18	0,67
Feminino	0,00	0,69	1,97
Masculino	2,13	1,34	0,22
Taxa de dias perdidos	547	583	571
Feminino	304	486	439
Masculino	623	614	616
Taxa de absentismo	3,4%	3,3%	3,0%
Feminino	4,3%	3,9%	4,3%
Masculino	3,1%	3,1%	2,5%

* Acidente de viação *in itinere*

2015, para efeitos comparativos recalculado conforme notas metodológicas

6.3. Bem-Estar dos Colaboradores

A Corticeira Amorim disponibiliza um conjunto de benefícios aos colaboradores que visam o seu bem-estar para além do tempo de trabalho e que têm impactos positivos na compatibilização e conciliação da vida pessoal e familiar, nomeadamente:

- No âmbito da saúde, e na maioria das empresas em Portugal, é disponibilizada, para além da medicina do trabalho, obrigatória, medicina curativa com a possibilidade de consultas pelo menos duas vezes por semana; adicionalmente, existe, um plano de vacinação antigripal para os colaboradores e vários rastreios de saúde (oftalmológicos, cardíacos, respiratórios, entre outros); as UN têm, ainda, protocolos com laboratórios de análises clínicas que realizam recolhas nas empresas e com farmácias que entregam medicamentos nas instalações;
- No âmbito da educação, anualmente, são disponibilizados subsídios escolares para todos os filhos de colaboradores e trabalhadores estudantes, para apoio à compra de material escolar. Adicionalmente, são também premiados os filhos de colaboradores, em todas as empresas de Portugal - que obtêm melhor aproveitamento escolar no final do terceiro ciclo do ensino básico e no secundário;
- As cantinas da empresa são acessíveis a familiares diretos do colaborador, permitindo ainda que o colaborador adquira refeições para levar para casa, facilitando assim, em alguns casos, a vida quotidiana.

6.4. Envolvimento com a Comunidade

A preocupação com o equilíbrio social acompanha os quase 150 anos de atividade da Corticeira Amorim, tendo sido uma das primeiras empresas a disponibilizar a todos os trabalhadores uma cantina e um médico no distante ano de 1938. O seu conceito de responsabilidade social não se esgota no círculo estrito dos seus colaboradores, mas estende-se à comunidade envolvente, procurando comprometê-los também nessa relação.

Programa Escolha Natural

O Programa Escolha Natural, lançado pela Corticeira Amorim em 2008, com ações que se renovam anualmente, tem como principais objetivos:

- sensibilizar os colaboradores e a sociedade em geral, enquanto cidadãos e responsáveis pelas gerações futuras, para a solidariedade social e para a adoção de comportamentos mais amigos do ambiente;
- fazer das práticas de desenvolvimento sustentável um fator de diferenciação positiva junto dos diferentes grupos de *stakeholders*.

Principais iniciativas desenvolvidas em 2016-2017

- Projeto de “mão em mão”

Iniciativa anual de intercâmbio de livros escolares que abrange todas as empresas em Portugal.

- Ações de educação ambiental

Colaboração com escolas desde o 1º ciclo até às escolas de negócio em Portugal e no estrangeiro. Através de sessões dinamizadas por colaboradores na própria escola ou com a visita de escolas às instalações da empresa, a iniciativa teve a participação de mais de 1.000 estudantes em 2017: 300 em ambiente escola e 700 em ambiente empresa.

- Programa Porto Futuro

Protocolo com a Camara Municipal do Porto e que privilegia a colaboração da Corticeira Amorim com um agrupamento de escolas da cidade para transpor algumas práticas de negócio para as escolas:

- Voluntariado no “*Junior Achievement*” - educação para o espírito empresarial e a educação financeira - participação de mais de 100 voluntários desde 2005;
 - Presença no Conselhos Gerais do Agrupamento Escolar;
 - Projetos diversos;
 - Doação de material informático, de revestimento e isolamento. Patrocínio de prémios de mérito.
- Semana da Sustentabilidade

Repete-se todos os anos próximo do dia 01 de junho - Dia Nacional do Sobreiro e tem como objetivo aumentar a consciencialização e a sensibilização dos Colaboradores e da Sociedade Civil para a sustentabilidade. Entre as principais ações destaca-se a realização de provas desportivas que procuram promover o desporto e hábitos saudáveis, em estreita colaboração com as comunidades locais; *workshops* e concursos diversos relacionados com os temas da sustentabilidade que convocam a um maior envolvimento com a Comunidade e chamam atenção para práticas que a Corticeira Amorim abraça diariamente.

- Fórum da Sustentabilidade 2017

No âmbito das atividades da semana da sustentabilidade da Corticeira Amorim, realizou-se o Fórum da Sustentabilidade. Este fórum pretendeu consciencializar e sensibilizar para os principais aspetos da sustentabilidade na atualidade e constituiu uma oportunidade para debater novas tendências, tendo-se realizado algum benchmarking com empresas externas.

- Caminhada solidária APCOR

Pelo segundo ano consecutivo a APCOR organizou, em 2017, uma caminhada solidária que contou com mais de 400 participantes. O valor das inscrições reverteu integralmente para a corporação Bombeiros Voluntários de Santa Maria da Feira.

- Reflorestação

Numa iniciativa conjunta Corticeira Amorim | Quercus, inserida no programa Floresta Comum, anualmente dezenas de voluntários da Corticeira Amorim mobilizam-se numa ação de plantação de árvores autóctones.

A Corticeira Amorim é parceira deste programa desde o seu lançamento, através do programa de reciclagem de rolhas Green Cork, que reverte na totalidade para o financiamento da preservação da floresta autóctone portuguesa.

Nos anos de 2016 e 2017 foram plantados cerca de 4500 sobreiros na região do Alentejo, uma das áreas do país onde se encontra uma grande mancha de florestas de sobreiro, com potencial efeito no reordenamento florestal.

Desde 2011, os voluntários da Corticeira Amorim plantaram cerca de 18 500 árvores, com preponderância de sobreiros.

- Outras iniciativas:

O envolvimento da empresa e dos colaboradores está patente em vários momentos que vão desde ações de voluntariado para a recuperação de espaços de escolas, de associações humanitárias, passando por campanhas internas de recolha de alimentos, de vestuário para posterior doação a instituições de caráter social, e por donativos em espécie a entidades cujas causas ou projetos sejam considerados meritórios. As empresas acarinham ainda o envolvimento de colaboradores num projeto interno de “Hortas Biológicas”, disponibilizando espaços dentro das suas instalações para o cultivo das hortas.

6.5.Mecenato e doações

Doações

A Corticeira Amorim tem vindo, ao longo dos anos, a prosseguir uma política de doações de material a instituições de reconhecido mérito e capacidade de intervenção social, sendo uma prática que, acrescentando um claro valor social e contribuindo para melhorar a qualidade da prestação de serviços de apoio por parte das organizações beneficiárias, tem vindo a ser prosseguida de forma contínua.

Nos anos de 2016 e 2017, diversas instituições - de solidariedade, públicas, privadas e associativas -, beneficiaram destas doações de bens diversos (produtos da Corticeira Amorim, materiais de escritório, informático ou de outra natureza).

Fundação Albertina Ferreira Amorim

A Corticeira Amorim é doador de referência da fundação Albertina Ferreira de Amorim, criada em 2008 e com Estatuto de Utilidade Pública desde finais de 2017, com o objetivo de promover a solidariedade e fomentar a valorização humana nas vertentes ética, religiosa, cultural e civilizacional. A Fundação atua prioritariamente em dois domínios distintos: apoio da investigação científica no âmbito do conhecimento sobre a matéria prima cortiça; apoio humanitário e social a causas e projetos da comunidade envolvente das empresas da Corticeira Amorim.

Nos anos de 2016 e 2017 foi um agente ativo com intervenções de âmbito social, humanitário e socorrista, através de apoio financeiro ou em género em cerca de 30 instituições, nomeadamente de inserção social, de acolhimento de

menores em risco e de apoio à terceira idade, corporações de bombeiros, unidades hospitalares, Liga Portuguesa Contra o Cancro, entre outras.

Outros apoios

A Corticeira Amorim é também parceira, desde a sua fundação, da Associação Bagos D'Ouro, uma instituição que se dedica a apoiar crianças e jovens carenciados do Douro, através do acompanhamento do seu percurso escolar e da criação de oportunidades para o desenvolvimento de projetos de vida de sucesso. É ainda sócia fundadora da Fundação Terras de Santa Maria, tendo um dos seus elementos no conselho diretivo da fundação e atribuindo anualmente um prémio ao melhor aluno na área de gestão do Instituto Superior de Entre Douro e Vouga (ISVOUGA).

7. NOTAS METODOLÓGICAS

7.1. Perímetro do Relatório de Sustentabilidade

Não tendo havido alterações materiais no universo das empresas que compõem o perímetro considerado em matérias de sustentabilidade, os indicadores referentes ao exercício de 2016 e 2017 são comparáveis com o de 2015.

No capítulo 4. Promover a Investigação, Desenvolvimento e Inovação e Alavancar o Desempenho Económico apresentam-se os valores consolidados da Corticeira Amorim (100% das empresas incluídas). Nos restantes capítulos, as empresas incluídas abrangem 87% das unidades industriais e correspondem a 68% do número de colaboradores do Grupo Corticeira Amorim no final de 2017 e que se apresentam no quadro abaixo:

Empresa	Localização	País	%
Matérias-Primas			
Amorim Florestal, S.A.	Ponte de Sôr	PORTUGAL	100%
Amorim Florestal España, SL	San Vicente Alcántara	ESPAÑA	100%
Amorim Florestal Mediterráneo, SL	Cádiz	ESPAÑA	100%
Augusta Cork, S.L.	San Vicente Alcántara	ESPAÑA	100%
Amorim Tunisie, S.A.R.L.	Tabarka	TUNÍSIA	100%
Société Nouvelle du Liège, S.A. (SNL)	Tabarka	TUNÍSIA	100%
Société Tunisienne d'Industrie Bouchonnaière	Tabarka	TUNÍSIA	55%
Comatral - C. de Maroc. de Transf. du Liège, S.A.	Skhirat	MARROCOS	100%
Rolhas			
Amorim & Irmãos, S.A.	Santa Maria Lamas	PORTUGAL	100%
Amorim Top Series, S.A.	Vergada	PORTUGAL	75%
Francisco Oller, S.A.	Girona	ESPAÑA	92%
Revestimentos			
Amorim Revestimentos, S.A.	S. Paio de Oleiros	PORTUGAL	100%
Amorim Benelux, BV	Tholen	HOLANDA	100%
Amorim Deutschland, GmbH - AR	Delmenhorts	ALEMANHA	100%
Amorim Flooring (Switzerland) AG	Zug	SUIÇA	100%
Amorim Flooring North America Inc.	Hanover - Maryland	E. U. AMÉRICA	100%
Amorim Flooring, SA	S. Paio de Oleiros	PORTUGAL	100%
Aglomerados Compósitos			
Amorim Cork Composites, S.A.	Mozelos	PORTUGAL	100%
Amorim Compcork, Lda	Mozelos	PORTUGAL	100%
Amorim Cork Composites Inc.	Trevor - Wisconsin	E. U. AMÉRICA	100%
Amorim Industrial Solutions - Imobiliária, S.A.	Corroios	PORTUGAL	100%
Isolamentos			
Amorim Isolamentos, S.A.	Vendas Novas	PORTUGAL	100%
Holding Cortiça			
Corticeira Amorim, SGPS, S.A.	Mozelos	PORTUGAL	100%
Amorim Cork Research, Lda.	Mozelos	PORTUGAL	100%
Amorim Cork Services, Lda.	Mozelos	PORTUGAL	100%
Amorim Cork Ventures, Lda	Mozelos	PORTUGAL	100%

7.2.Subcapítulo 4.1. Desempenho Económico

Os valores apresentados dizem respeito aos valores consolidados da Corticeira Amorim (100% das empresas incluídas).

As Receitas correspondem ao somatório das seguintes rubricas: Vendas e Prestação de Serviços; Proveitos Suplementares; Subsídios à Exploração; Trabalhos para a Própria Empresa; Outros Proveitos Operacionais; Proveitos e Ganhos Financeiros; Mais-valias com imobilizado (deduzidas das menos-valias).

Os Custos operacionais não incluem as amortizações.

O investimento na comunidade inclui apenas o valor de donativos em dinheiro e não inclui contribuições e donativos em espécie.

7.3.Capítulo 5. Promover a Responsabilidade Ambiental

Eficiência Energética e Aquecimento Global - Energia e Emissões

Para 2016 e 2017 utilizaram-se os fatores de conversão publicados pela APA - Agência Portuguesa do Ambiente, com exceção do fator de conversão referente ao pó de cortiça, que é um valor interno, utilizado no decorrer das auditorias no âmbito do SGCIE – Sistema de Gestão dos Consumos Intensivos de Energia:

Fonte de Energia	Unidade	Fator de Conversão
Gás Natural	GJ / 1000 m3	38,44
Gás Propano	GJ/t	48,45
Gasóleo	GJ/t	43,07
Gasolina	GJ/t	44
Biomassa (Pó de Cortiça)	GJ/t	15,7
Biomassa (Lenha)	GJ/t	15,6
Eletricidade	GJ/kWh	0,0036

Em 2016 e 2017 utilizaram-se os fatores de emissão publicados pela APA - Agência Portuguesa do Ambiente. No caso das emissões associadas ao consumo de eletricidade (método baseado no mercado), foi considerado a informação disponível à data de elaboração do relatório do fornecedor Endesa. No caso das emissões associadas ao consumo de eletricidade (método baseado na localização), foi considerada a referência do SGCIE – Sistema de Gestão dos Consumos Intensivos de Energia, despacho 17313/2008. Considerou-se pouco material as emissões localizadas fora de Portugal (cerca de 7%):

Fonte de Energia	Unidade	Fator de Emissão
Gás Natural	kg CO2/GJ	56,6
Gás Propano	kg CO2/GJ	63,1
Gasóleo	kg CO2/GJ	74,1
Gasolina	kg CO2/GJ	73,7
Biomassa (Pó de Cortiça)	kg CO2/GJ	0
Biomassa (Lenha)	kg CO2/GJ	0
Eletricidade - Fornecedor 2015	g CO2/ kwh	511,70
Eletricidade - Fornecedor 2016	g CO2/ kwh	381,58
Eletricidade - Fornecedor 2017	g CO2/ kwh	480,24
Eletricidade - Localização (Portugal)	g CO2/ kwh	470,00

Face à diversidade de aplicações e negócios da Corticeira Amorim, torna-se difícil a definição de um indicador que permita de forma clara observar a evolução das emissões de CO2 face ao nível de atividade. Ao longo do tempo procurou-se dar resposta a essa necessidade, analisando diferentes indicadores tendo-se, nos últimos anos, optado pelo rácio entre as emissões e o valor das vendas totais da Empresa. Este indicador apresenta algumas limitações, nomeadamente relacionado com as diferenças entre o perímetro considerado no numerador (mais restrito) e o perímetro considerado no denominador (mais amplo), que se tornam mais evidentes em anos de alterações materiais de perímetro. Em 2017, a Corticeira Amorim anunciou a aquisição de 60% do Grupo Bourrassé e de 100% da S.A.S. Sodiliège. Para manter a comparabilidade do indicador, excluiu-se o efeito destas aquisições no apuramento da intensidade energética e intensidade carbónica da atividade em 2017, considerando-se como valor de vendas consolidadas para esse ano 676 M€.

No caso do consumo de energia fora da organização, e dado que ainda não existem fatores de conversão na bibliografia que permitam apurar estes dados com rigor, a Corticeira Amorim realizou uma estimativa do consumo de energia com base no valor das emissões e dos fatores de emissão dos respetivos combustíveis, tendo sido necessário realizar algumas considerações. Por este motivo, o cálculo apresentado é uma estimativa, sendo propósito da Corticeira Amorim continuar a trabalhar para consolidar a metodologia utilizada.

Assim, foram consideradas as seguintes atividades e pressupostos:

- Transporte e distribuição a montante e transporte e distribuição a jusante: foi considerado a quantidade de produto comprado e vendido, que corresponde a 95% do total; fatores de emissão associados ao transporte dos produtos, por via marítima, aérea e/ou rodoviária;
- Resíduos gerados nas operações: foi considerado o total de resíduos produzidos e os resíduos enviados para os respetivos destinatários; fatores de emissão associados ao transporte rodoviário por tonelada transportada;
- Viagens de negócios: valores das emissões apurados pela agência de viagens;
- Transporte de colaboradores: foi feita a aferição das distâncias percorridas pelos colaboradores; fator de emissão associado ao transporte rodoviário pela distância percorrida pelos colaboradores no trajeto casa-trabalho-casa.

Todos os fatores de emissão considerados tiveram como fonte de informação os fatores publicados pelo *GHG Protocol*, a Agência Portuguesa do Ambiente, *Defra - Department for Environment, Food & Rural Affairs*.

7.4. Capítulo 6. Promover o Bem-Estar

Gestão do Capital Humano

Foi alterado o procedimento de cálculo do índice de frequência, taxa de doenças ocupacionais e taxa de dias perdidos de acordo com o *ILO Code of Practice*. As fórmulas consideradas são conforme segue:

- Índice de frequência = $N.^{\circ}$ acidentes / Horas potenciais de trabalho x 1000000.
- Taxa de doenças ocupacionais = $N.^{\circ}$ de casos de doenças ocupacionais / Horas potenciais de trabalho x 1000000.
- Taxa de dias perdidos = $N.^{\circ}$ de dias perdidos / Horas potenciais de trabalho x 1000000.
- Taxa de absentismo = Dias de ausência / Dias potenciais de trabalho.

Para o cálculo do Índice de frequência, apenas se consideram os acidentes que dão origem a dias perdidos.

Para a determinação dos dias perdidos, considera-se o número de dias úteis e começa-se a contar no dia seguinte ao da ocorrência do acidente até ao regresso ao trabalho do acidentado.

8. TABELA GRI

GRI ref.	Descrição	Valor / Localização da informação																																				
GRI 102 – DIVULGAÇÕES GERAIS																																						
PERFIL ORGANIZACIONAL																																						
102-1	Nome da organização	2. Caracterização da Corticeira Amorim - 2.1 Perfil da Organização																																				
102-2	Atividades, marcas, produtos e serviços	2. Caracterização da Corticeira Amorim - 2.1 Perfil da Organização																																				
102-3	Localização da sede da organização	2. Caracterização da Corticeira Amorim - 2.1 Perfil da Organização																																				
102-4	Número de países nos quais a organização opera e nome dos países nos quais as suas principais operações estão localizadas e/ou que são especialmente relevantes para os tópicos de sustentabilidade abordados no relatório	2. Caracterização da Corticeira Amorim - 2.1 Perfil da Organização Relatório Anual Consolidado 2017 - Presença no Mundo																																				
102-5	Tipo e natureza legal de propriedade	2. Caracterização da Corticeira Amorim - 2.1 Perfil da Organização																																				
102-6	Mercados servidos	2. Caracterização da Corticeira Amorim - 2.1 Perfil da Organização																																				
102-7	Dimensão da organização	2. Caracterização da Corticeira Amorim - 2.1 Perfil da Organização 6. Promover o Bem-Estar - 6.1 Gestão do Capital Humano, Emprego Relatório Anual Consolidado 2017 - Organigrama Relatório Consolidado de Gestão - 9. Demonstração Consolidada da Posição Financeira e 10. Principais Indicadores Económicos																																				
102-8	Número total de colaboradores, discriminados por contrato de trabalho e género	6. Promover o Bem-Estar - 6.1 Gestão do Capital Humano, Emprego Número de colaboradores por contrato de trabalho e por género																																				
		<table border="1"> <thead> <tr> <th></th> <th>2017</th> <th>2016</th> <th>2015</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Mulheres</td> <td>737</td> <td>716</td> <td>692</td> </tr> <tr> <td>Efetivos permanentes</td> <td>630</td> <td>622</td> <td>627</td> </tr> <tr> <td>Termo certo</td> <td>107</td> <td>94</td> <td>65</td> </tr> <tr> <td>Homens</td> <td>2 162</td> <td>2 152</td> <td>2 111</td> </tr> <tr> <td>Efetivos permanentes</td> <td>1 753</td> <td>1 739</td> <td>1 686</td> </tr> <tr> <td>Termo certo</td> <td>409</td> <td>413</td> <td>425</td> </tr> <tr> <td>TOTAL</td> <td>2 899</td> <td>2 868</td> <td>2 803</td> </tr> </tbody> </table>		2017	2016	2015	Mulheres	737	716	692	Efetivos permanentes	630	622	627	Termo certo	107	94	65	Homens	2 162	2 152	2 111	Efetivos permanentes	1 753	1 739	1 686	Termo certo	409	413	425	TOTAL	2 899	2 868	2 803				
	2017	2016	2015																																			
Mulheres	737	716	692																																			
Efetivos permanentes	630	622	627																																			
Termo certo	107	94	65																																			
Homens	2 162	2 152	2 111																																			
Efetivos permanentes	1 753	1 739	1 686																																			
Termo certo	409	413	425																																			
TOTAL	2 899	2 868	2 803																																			
		<table border="1"> <thead> <tr> <th colspan="4">Número de colaboradores por contrato de trabalho e por região</th> </tr> <tr> <th></th> <th>2017</th> <th>2016</th> <th>2015</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Portugal</td> <td>2 469</td> <td>2 447</td> <td>2 425</td> </tr> <tr> <td>Efetivos permanentes</td> <td>1 991</td> <td>1 966</td> <td>1 963</td> </tr> <tr> <td>Termo certo</td> <td>478</td> <td>481</td> <td>462</td> </tr> <tr> <td>Resto do Mundo</td> <td>430</td> <td>421</td> <td>378</td> </tr> <tr> <td>Efetivos permanentes</td> <td>392</td> <td>395</td> <td>350</td> </tr> <tr> <td>Termo certo</td> <td>38</td> <td>26</td> <td>28</td> </tr> <tr> <td>TOTAL</td> <td>2 899</td> <td>2 868</td> <td>2 803</td> </tr> </tbody> </table>	Número de colaboradores por contrato de trabalho e por região					2017	2016	2015	Portugal	2 469	2 447	2 425	Efetivos permanentes	1 991	1 966	1 963	Termo certo	478	481	462	Resto do Mundo	430	421	378	Efetivos permanentes	392	395	350	Termo certo	38	26	28	TOTAL	2 899	2 868	2 803
Número de colaboradores por contrato de trabalho e por região																																						
	2017	2016	2015																																			
Portugal	2 469	2 447	2 425																																			
Efetivos permanentes	1 991	1 966	1 963																																			
Termo certo	478	481	462																																			
Resto do Mundo	430	421	378																																			
Efetivos permanentes	392	395	350																																			
Termo certo	38	26	28																																			
TOTAL	2 899	2 868	2 803																																			
		<table border="1"> <thead> <tr> <th colspan="4">Número de colaboradores por tipo de emprego e por género</th> </tr> <tr> <th></th> <th>2017</th> <th>2016</th> <th>2015</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Mulheres</td> <td>737</td> <td>716</td> <td>692</td> </tr> <tr> <td>Tempo Inteiro</td> <td>727</td> <td>708</td> <td>689</td> </tr> <tr> <td>Tempo Parcial</td> <td>10</td> <td>8</td> <td>3</td> </tr> <tr> <td>Homens</td> <td>2 162</td> <td>2 152</td> <td>2 111</td> </tr> <tr> <td>Tempo Inteiro</td> <td>2 125</td> <td>2 129</td> <td>2 096</td> </tr> <tr> <td>Tempo Parcial</td> <td>37</td> <td>23</td> <td>15</td> </tr> <tr> <td>TOTAL</td> <td>2 899</td> <td>2 868</td> <td>2 803</td> </tr> </tbody> </table>	Número de colaboradores por tipo de emprego e por género					2017	2016	2015	Mulheres	737	716	692	Tempo Inteiro	727	708	689	Tempo Parcial	10	8	3	Homens	2 162	2 152	2 111	Tempo Inteiro	2 125	2 129	2 096	Tempo Parcial	37	23	15	TOTAL	2 899	2 868	2 803
Número de colaboradores por tipo de emprego e por género																																						
	2017	2016	2015																																			
Mulheres	737	716	692																																			
Tempo Inteiro	727	708	689																																			
Tempo Parcial	10	8	3																																			
Homens	2 162	2 152	2 111																																			
Tempo Inteiro	2 125	2 129	2 096																																			
Tempo Parcial	37	23	15																																			
TOTAL	2 899	2 868	2 803																																			
102-9	Cadeia de fornecedores da organização	2. Caracterização da Corticeira Amorim - 2.3. Cadeia de Fornecedores																																				
102-10	Alterações significativas ocorridas no decorrer do período coberto pelo relatório em relação à dimensão, estrutura, participação acionista ou cadeia de fornecedores da organização	Em 2017, a Corticeira Amorim anunciou a aquisição de 60% do Grupo Bourrassé e de 100% da S.A.S. Sodilège.																																				
102-11	Abordagem ao princípio da precaução	Relatório do Governo Societário - C. Organização Interna																																				
102-12	Cartas, princípios ou outras iniciativas desenvolvidas externamente de carácter económico, ambiental e social que a organização subscreve ou endossa	2. Caracterização da Corticeira Amorim - 2.2. Pessoas e Cultura																																				
102-13	Participação em associações e organizações nacionais ou internacionais de defesa	2. Caracterização da Corticeira Amorim - 2.1 Perfil da Organização, Participação em Associações																																				
ESTRATÉGIA																																						
102-14	Declaração do Presidente do Conselho de Administração sobre a relevância da sustentabilidade para a organização e a sua estratégia de sustentabilidade	Relatório Anual Consolidado 2017 - Mensagem do Presidente																																				
102-15	Principais impactos, riscos e oportunidades	Relatório Anual Consolidado 2017 - 13. Riscos e Incertezas do negócio																																				
ÉTICA E INTEGRIDADE																																						
102-16	Valores, princípios, padrões e normas de comportamento da organização	2. Caracterização da Corticeira Amorim - 2.2. Pessoas e Cultura																																				
102-17	Mecanismos para aconselhamento e preocupações sobre ética	2. Caracterização da Corticeira Amorim - 2.2. Pessoas e Cultura																																				
GOVERNANCE																																						
102-18	Estrutura de governo da organização, incluindo comissões subordinadas ao órgão de governação hierarquicamente mais elevado	3. Gestão e Estratégia da Sustentabilidade - 3.1 Estrutura de Gestão da Sustentabilidade Relatório do Governo Societário - B. Órgãos Sociais e Comissões, II. Administração e Supervisão, a) Composição																																				
102-24	Processos de seleção e nomeação para o mais alto órgão de governação e seus comités, bem como os critérios adotados para selecionar e nomear os membros do mais alto órgão de governação	Relatório do Governo Societário - B. Órgãos Sociais e Comissões																																				
ENVOLVIMENTO COM STAKEHOLDERS																																						
102-40	Lista de grupos de stakeholders da organização	3. Gestão e Estratégia da Sustentabilidade - 3.2. Envolvimento com Stakeholders																																				
102-41	Porcentagem de colaboradores abrangidos por acordos de contratação coletiva	6. Promover o Bem-Estar - 6.1 Gestão do Capital Humano, Relações Laborais																																				
102-42	Base para identificação e seleção de stakeholders	3. Gestão e Estratégia da Sustentabilidade - 3.2. Envolvimento com Stakeholders, Os Stakeholders da Corticeira Amorim																																				

GRI ref.	Descrição	Valor / Localização da informação
102-43	Abordagem adotada para envolvimento com os <i>stakeholders</i> , inclusive a frequência do envolvimento por tipo e por grupo	3. Gestão e Estratégia da Sustentabilidade - 3.2. Envolvimento com Stakeholders, Principais Meios de Comunicação com os Stakeholders
102-44	Principais questões e preocupações apontadas pelos <i>stakeholders</i> como resultado do processo de envolvimento e as medidas adotadas pela organização no tratamento das mesmas	3. Gestão e Estratégia da Sustentabilidade - 3.2. Envolvimento com Stakeholders, Auscultação de Stakeholders 3.3. Prioridades de Desenvolvimento Sustentável
PRÁTICA DE REPORTE		
102-45	Totalidade das entidades incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas	1. Sobre o Relatório de Sustentabilidade 7. Notas Metodológicas - 7.1. Perímetro do Relatório de Sustentabilidade
102-46	Processo adotado para definição do conteúdo do relatório e os limites dos tópicos	1. Sobre o Relatório de Sustentabilidade
102-47	Tópicos materiais identificados no processo de definição do conteúdo do relatório	1. Sobre o Relatório de Sustentabilidade
102-48	Reformulações de informações fornecidas em relatórios anteriores e as razões para tais reformulações	1. Sobre o Relatório de Sustentabilidade 7. Notas Metodológicas - 7.3. Capítulo 5. Promover a Responsabilidade Ambiental e 7.4. Capítulo 6. Promover o Bem-Estar
102-49	Alterações significativas em relação a períodos cobertos por relatórios anteriores quanto ao âmbito e ao limite dos Aspectos	1. Sobre o Relatório de Sustentabilidade 7. Notas Metodológicas - 7.1. Perímetro do Relatório de Sustentabilidade
102-50	Período coberto pelo relatório	1. Sobre o Relatório de Sustentabilidade
102-51	Data do relatório anterior mais recente	Relatório de Sustentabilidade 2015, referente aos anos de 2014 e 2015.
102-52	Ciclo de emissão de relatórios	Mensagem da Diretora de Sustentabilidade 1. Sobre o Relatório de Sustentabilidade
102-53	Contatos para questões sobre o relatório ou os seus conteúdos	1. Sobre o Relatório de Sustentabilidade
102-54	Declaração feita pela organização, se tiver preparado o relatório de acordo com os Standards da GRI e qual a opção escolhida	1. Sobre o Relatório de Sustentabilidade
102-55	Índice de conteúdo GRI	Presente tabela
102-56	Descrição da política e práticas correntes adotadas pela organização para submeter o relatório a uma verificação externa	1. Sobre o Relatório de Sustentabilidade
GRI 200 – DIVULGAÇÕES ECONÓMICAS		
TÓPICO MATERIAL: 201 - DESEMPENHO ECONÓMICO		
103 - Formas de Gestão	Formas de gestão genéricas	a – Os temas materiais da Corticeira Amorim, tiveram como base, o cruzamento dos resultados da auscultação de stakeholders com a perspetiva interna da Empresa. Com relação direta com o desempenho económico, o tema "Desempenho Económico" foi considerado um tema de materialidade elevada (matriz de materialidade – 1. Sobre o Relatório de Sustentabilidade). b – A Corticeira Amorim tem promovido ao longo dos anos diversas iniciativas relacionadas com o desempenho económico (4. Promover a I&D+I e Alavancar o Desempenho Económico - 4.1. Desempenho Económico). c – A Corticeira Amorim realiza a medição e monitorização dos indicadores associados a este aspeto e reporta-os neste relatório (4. Promover a I&D+I e Alavancar o Desempenho Económico - 4.1. Desempenho Económico).
201-1	Valor económico direto gerado e distribuído	4. Promover a I&D+I e Alavancar o Desempenho Económico - 4.1. Desempenho Económico
201-2	Implicações financeiras e outros riscos e oportunidades para a organização devido às alterações climáticas	Relatório Consolidado de Gestão - 13. Riscos e Incertezas do negócio Relatório do Governo Societário - C. Organização Interna, Controlo interno e gestão de riscos 4. Promover a I&D+I e Alavancar o Desempenho Económico 5. Promover a Responsabilidade Ambiental - 5.1. Eficiência Energética e Alterações Climáticas - 5.2. Gestão Sustentável do Sobreiro e Biodiversidade
201-3	Planos de benefícios oferecidos pela organização	4. Promover a I&D+I e Alavancar o Desempenho Económico - 4.1. Desempenho Económico
201-4	Benefícios financeiros significativos recebidos pelo governo	4. Promover a I&D+I e Alavancar o Desempenho Económico - 4.1. Desempenho Económico, Incentivos Financeiros
TÓPICO: GRI 202 - PRESENÇA NO MERCADO		
202-1	Rácio entre o salário mais baixo e o salário mínimo local, por género, nas unidades operacionais importantes	4. Promover a I&D+I e Alavancar o Desempenho Económico - 4.1. Desempenho Económico, Rácio entre o salário mais baixo e o salário mínimo nacional
TÓPICO: GRI 204 - PRÁTICAS DE COMPRA		
204-1	Proporção de despesas com fornecedores locais	2. Caracterização da Corticeira Amorim - 2.3. Cadeia de Fornecedores, Compras de cortiça (milhares de euros)
TÓPICO: GRI 205 - ANTI CORRUPÇÃO		
205-1	Operações avaliadas quanto a riscos relacionados com a corrupção	2. Caracterização da Corticeira Amorim - 2.2. Pessoas e Cultura, Corrupção e Suborno
205-3	Incidentes confirmados de corrupção e ações tomadas	2. Caracterização da Corticeira Amorim - 2.2. Pessoas e Cultura, Corrupção e Suborno

GRI ref.	Descrição	Valor / Localização da informação																
GRI 300 – DIVULGAÇÕES AMBIENTAIS																		
TÓPICO MATERIAL: GRI 302 - ENERGIA																		
103 - Formas de Gestão																		
	Formas de gestão genéricas	a – Os temas materiais da Corticeira Amorim, tiveram como base, o cruzamento dos resultados da auscultação de stakeholders com a perspetiva interna da Empresa. Com relação direta com o aspeto energia, o tema "Eficiência Energética e Alterações Climáticas" foi considerado um tema de materialidade elevada (matriz de materialidade – 1. Sobre o Relatório de Sustentabilidade). b – A Corticeira Amorim tem promovido ao longo dos anos diversas iniciativas relacionadas com o consumo de energia (5. Promover a Responsabilidade Ambiental). c – A Corticeira Amorim realiza a medição e monitorização dos indicadores associados a este aspeto e reporta-os neste Relatório (5. Promover a Responsabilidade Ambiental - 5.1. Eficiência Energética e Alterações Climáticas).																
302-1	Consumo de energia dentro da organização	5. Promover a Responsabilidade Ambiental - 5.1. Eficiência Energética e Alterações Climáticas, Energia																
302-2	Consumo de energia fora da organização	5. Promover a Responsabilidade Ambiental - 5.1. Eficiência Energética e Alterações Climáticas, Atividade a Montante e a Jusante da Cadeia de Valor																
302-3	Intensidade energética	5. Promover a Responsabilidade Ambiental - 5.1. Eficiência Energética e Alterações Climáticas, Intensidade Energética																
302-4	Redução do consumo de energia	5. Promover a Responsabilidade Ambiental - 5.1. Eficiência Energética e Alterações Climáticas, Intensidade Energética																
302-5	Redução nos requisitos energéticos de produtos e serviços	5. Promover a Responsabilidade Ambiental - 5.1. Eficiência Energética e Alterações Climáticas, Energia																
TÓPICO: GRI 303 - ÁGUA																		
303-1	Total de captações de água discriminado por fonte	<table border="1"> <thead> <tr> <th>Consumo de água (m3)</th> <th>2017</th> <th>2016</th> <th>2015</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Rede pública</td> <td>30 259</td> <td>31 073</td> <td>31 022</td> </tr> <tr> <td>Água subterrânea</td> <td>453 863</td> <td>440 664</td> <td>442 692</td> </tr> <tr> <td>Total</td> <td>484 122</td> <td>471 737</td> <td>473 714</td> </tr> </tbody> </table>	Consumo de água (m3)	2017	2016	2015	Rede pública	30 259	31 073	31 022	Água subterrânea	453 863	440 664	442 692	Total	484 122	471 737	473 714
Consumo de água (m3)	2017	2016	2015															
Rede pública	30 259	31 073	31 022															
Água subterrânea	453 863	440 664	442 692															
Total	484 122	471 737	473 714															
TÓPICO: GRI 304 - BIODIVERSIDADE																		
304-1	Localização e área dos terrenos pertencentes, arrendados ou administrados pela organização, no interior de zonas protegidas, ou a elas adjacentes, e em áreas de alto índice de biodiversidade fora das zonas protegidas.	5. Promover a Responsabilidade Ambiental - 5.2. Gestão Sustentável do Sobreiro e Biodiversidade, Biodiversidade																
304-2	Impactos significativos das atividades, produtos e serviços da organização sobre a biodiversidade	5. Promover a Responsabilidade Ambiental - 5.2. Gestão Sustentável do Sobreiro e Biodiversidade, Biodiversidade																
TÓPICO MATERIAL: GRI 305 - EMISSÕES																		
103 - Formas de Gestão																		
	Formas de gestão genéricas	a – Os temas materiais da Corticeira Amorim, tiveram como base, o cruzamento dos resultados da auscultação de stakeholders com a perspetiva interna da Empresa. Com relação direta com o aspeto emissões, o tema "Eficiência Energética e Alterações Climáticas" foi considerado um tema de materialidade elevada (matriz de materialidade – 1. Sobre o Relatório de Sustentabilidade). b – A Corticeira Amorim tem promovido ao longo dos anos diversas iniciativas relacionadas com o consumo energia e emissões (5. Promover a Responsabilidade Ambiental). c – A Corticeira Amorim realiza a medição e monitorização dos indicadores associados a este aspeto e reporta-os neste Relatório (5. Promover a Responsabilidade Ambiental - 5.1. Eficiência Energética e Alterações Climáticas - 5.2. Gestão Sustentável do Sobreiro e Biodiversidade).																
	Formas de gestão específicas	Algumas unidades da Corticeira Amorim estão abrangidas pela regulamentação do Sistema de Gestão de Consumos Intensivos de Energia (SGGIE).																
305-1	Emissões indiretas de GEE (âmbito 1)	5. Promover a Responsabilidade Ambiental - 5.1. Eficiência Energética e Alterações Climáticas, Emissões																
305-2	Emissões indiretas de GEE (âmbito 2)	5. Promover a Responsabilidade Ambiental - 5.1. Eficiência Energética e Alterações Climáticas, Emissões																
305-3	Outras emissões indiretas de GEE (âmbito 3)	5. Promover a Responsabilidade Ambiental - 5.1. Eficiência Energética e Alterações Climáticas, Atividade a Montante e a Jusante da Cadeia de Valor																
305-4	Intensidade de emissões de GEE	5. Promover a Responsabilidade Ambiental - 5.1. Eficiência Energética e Alterações Climáticas, Intensidade Carbónica																
305-5	Redução de emissões de GEE	5. Promover a Responsabilidade Ambiental - 5.1. Eficiência Energética e Alterações Climáticas, Energia, Emissões																
TÓPICO: GRI 306 – EFLUENTES E RESÍDUOS																		
306-2	Resíduos produzidos, por tipo e por método de tratamento	5. Promover a Responsabilidade Ambiental - 5.1. Eficiência Energética e Alterações Climáticas, Resíduos																

GRI ref.	Descrição	Valor / Localização da informação																																																																		
TÓPICO: GRI 307 – CONFORMIDADE AMBIENTAL																																																																				
307-1	Incumprimento das leis e regulamentos ambientais	Não existem multas, nem sanções não-monetárias pelo não cumprimento das leis e regulamentos ambientais.																																																																		
TÓPICO: GRI 308 – AVALIAÇÃO DE FORNECEDORES EM MATÉRIA AMBIENTAL																																																																				
307-1	Impactos ambientais negativos na cadeia de fornecedores e ações tomadas	2. Caracterização da Corticeira Amorim - 2.3. Cadeia de Fornecedores, Procurement e Aprovisionamento 2. Caracterização da Corticeira Amorim - 2.2. Pessoas e Cultura, Carta de Princípios do Conselho Empresarial para o Desenvolvimento Sustentável (BCSD) e Direitos Humanos																																																																		
GRI 400 – DIVULGAÇÕES SOCIAIS																																																																				
TÓPICO MATERIAL: GRI 401- EMPREGO																																																																				
103 - Formas de Gestão																																																																				
	Formas de gestão genéricas	Uma vez que a Gestão do Capital Humano envolve os seguintes aspetos "Emprego", "Relações Laborais", "Formação e Educação", "Diversidade e Igualdade de Oportunidades e Não Discriminação", "Igualdade de Remuneração entre Homens e Mulheres", "Saúde, Higiene e Segurança", todos estes aspetos são considerados materiais para resposta ao GRI Standards. Sendo que para efeitos de resposta às Formas de Gestão Genéricas se deve considerar o presente parágrafo. a – Os temas materiais da Corticeira Amorim, tiveram como base, o cruzamento dos resultados da auscultação de stakeholders com a perspetiva interna da Empresa. Com relação direta com o aspeto emprego, o tema "Gestão do Capital Humano" foi considerado um tema de materialidade elevada (matriz de materialidade – 1 Sobre o Relatório de Sustentabilidade). b – A Corticeira Amorim tem promovido ao longo dos anos diversas iniciativas relacionadas com o Desenvolvimento do Capital Humano (6. Promover o Bem-estar - 6.1. Gestão do Capital Humano e 6.2. Saúde, Higiene e Segurança). c – A Corticeira Amorim realiza a medição e monitorização dos indicadores associados a este aspeto e reporta-os neste Relatório (6. Promover o Bem-estar Interno - 6.1. Gestão do Capital Humano e 6.2. Saúde, Higiene e Segurança).																																																																		
	Formas de gestão específicas	O trabalho realizado na cadeia de fornecedores da Corticeira Amorim ocorre em conformidade com estruturas institucionais e jurídicas. As condições de trabalho na cadeia de fornecedores da Corticeira Amorim satisfazem a legislação laboral em vigor em cada geografia onde seja desenvolvida a atividade.																																																																		
401-1	Número e taxa de novas contratações e taxa de rotatividade por faixa etária, género e região	6. Promover o Bem-Estar - 6.1. Gestão do Capital Humano, Emprego																																																																		
TÓPICO MATERIAL: GRI 402 - RELAÇÕES LABORAIS																																																																				
402-1	Prazos mínimos de aviso prévio em caso de alterações operacionais	Normativos com referência a avisos prévios relativos ao local de trabalho (em particular os que devem presidir à sua eventual alteração) cumpridos pela Corticeira Amorim.																																																																		
TÓPICO MATERIAL: GRI 403 - SAÚDE E SEGURANÇA NO TRABALHO																																																																				
103 - Formas de Gestão																																																																				
	Formas de gestão específicas	O trabalho realizado na cadeia de fornecedores da Corticeira Amorim ocorre em conformidade com estruturas institucionais e jurídicas. As condições de trabalho na cadeia de fornecedores da Corticeira Amorim satisfazem a legislação laboral em vigor em cada geografia onde seja desenvolvida a atividade.																																																																		
403-2	Rádios de acidentes, doenças profissionais, dias perdidos, absentismo e número de óbitos relacionados com o trabalho, por região e género	6. Promover o Bem-Estar - 6.2. Saúde, Higiene e Segurança Rádios de acidentes, doenças profissionais, dias perdidos, absentismo e número de óbitos relacionados com o trabalho, por região																																																																		
		<table border="1"> <thead> <tr> <th></th> <th>2017</th> <th>2016</th> <th>2015</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Índice de frequência de acidentes</td> <td>21,1</td> <td>26,9</td> <td>24,2</td> </tr> <tr> <td>Portugal</td> <td>22,2</td> <td>26,2</td> <td>23,9</td> </tr> <tr> <td>Resto do Mundo</td> <td>14,1</td> <td>32,2</td> <td>28,7</td> </tr> <tr> <td>Taxa de doenças ocupacionais</td> <td>1,62</td> <td>1,18</td> <td>0,67</td> </tr> <tr> <td>Portugal</td> <td>1,51</td> <td>1,35</td> <td>0,77</td> </tr> <tr> <td>Resto do Mundo</td> <td>2,35</td> <td>0,00</td> <td>0,00</td> </tr> <tr> <td>Taxa de dias perdidos</td> <td>547</td> <td>583</td> <td>571</td> </tr> <tr> <td>Portugal</td> <td>515</td> <td>573</td> <td>556</td> </tr> <tr> <td>Resto do Mundo</td> <td>750</td> <td>659</td> <td>741</td> </tr> <tr> <td>Taxa de absentismo</td> <td>3,4%</td> <td>3,3%</td> <td>3,0%</td> </tr> <tr> <td>Portugal</td> <td>3,5%</td> <td>3,4%</td> <td>2,9%</td> </tr> <tr> <td>Resto do Mundo</td> <td>3,4%</td> <td>3,3%</td> <td>3,0%</td> </tr> </tbody> </table> Número de acidentes e número de óbitos, trabalhadores indiretos, por género (âmbito Portugal) <table border="1"> <thead> <tr> <th></th> <th>2017</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Número de acidentes no local de trabalho</td> <td>13</td> </tr> <tr> <td>Feminino</td> <td>0</td> </tr> <tr> <td>Masculino</td> <td>13</td> </tr> <tr> <td>Nº de óbitos no local de trabalho</td> <td>0</td> </tr> <tr> <td>Feminino</td> <td>0</td> </tr> <tr> <td>Masculino</td> <td>0</td> </tr> </tbody> </table>		2017	2016	2015	Índice de frequência de acidentes	21,1	26,9	24,2	Portugal	22,2	26,2	23,9	Resto do Mundo	14,1	32,2	28,7	Taxa de doenças ocupacionais	1,62	1,18	0,67	Portugal	1,51	1,35	0,77	Resto do Mundo	2,35	0,00	0,00	Taxa de dias perdidos	547	583	571	Portugal	515	573	556	Resto do Mundo	750	659	741	Taxa de absentismo	3,4%	3,3%	3,0%	Portugal	3,5%	3,4%	2,9%	Resto do Mundo	3,4%	3,3%	3,0%		2017	Número de acidentes no local de trabalho	13	Feminino	0	Masculino	13	Nº de óbitos no local de trabalho	0	Feminino	0	Masculino	0
	2017	2016	2015																																																																	
Índice de frequência de acidentes	21,1	26,9	24,2																																																																	
Portugal	22,2	26,2	23,9																																																																	
Resto do Mundo	14,1	32,2	28,7																																																																	
Taxa de doenças ocupacionais	1,62	1,18	0,67																																																																	
Portugal	1,51	1,35	0,77																																																																	
Resto do Mundo	2,35	0,00	0,00																																																																	
Taxa de dias perdidos	547	583	571																																																																	
Portugal	515	573	556																																																																	
Resto do Mundo	750	659	741																																																																	
Taxa de absentismo	3,4%	3,3%	3,0%																																																																	
Portugal	3,5%	3,4%	2,9%																																																																	
Resto do Mundo	3,4%	3,3%	3,0%																																																																	
	2017																																																																			
Número de acidentes no local de trabalho	13																																																																			
Feminino	0																																																																			
Masculino	13																																																																			
Nº de óbitos no local de trabalho	0																																																																			
Feminino	0																																																																			
Masculino	0																																																																			
TÓPICO MATERIAL: GRI 404- FORMAÇÃO E EDUCAÇÃO																																																																				
404-1	Média de horas de formação anual por colaborador, género e categoria profissional	6. Promover o Bem-Estar - 6.1. Gestão do Capital Humano, Formação e Educação																																																																		

GRI ref.	Descrição	Valor / Localização da informação
TÓPICO MATERIAL: GRI 405 - DIVERSIDADE E IGUALDADE DE OPORTUNIDADES		
103 - Formas de Gestão	Formas de gestão específicas	A Corticeira Amorim preconiza uma política de gestão e motivação de pessoas que promove a não discriminação de qualquer natureza, a igualdade de oportunidades no âmbito do recrutamento, na promoção e formação dos seus colaboradores, na remuneração e nas condições de trabalho.
405-1	Mão-de-obra por género e faixa etária e outros indicadores de diversidade	6. Promover o Bem-Estar - 6.1. Gestão do Capital Humano, Emprego
405-2	Rácio do salário e remuneração entre mulheres e homens, por categoria funcional	6. Promover o Bem-Estar - 6.1. Gestão do Capital Humano, Igualdade de Remuneração entre Homens e Mulheres
TÓPICO: GRI 413 - COM UNIDADES LOCAIS		
413-1	Operações com programas implementados de envolvimento da comunidade local, avaliação de impactos e desenvolvimento local	6. Promover o Bem-Estar - 6.3. Bem-Estar dos Colaboradores e 6.4. Envolvimento com a Comunidade e 6.5. Mecenato e doações
TÓPICO: GRI 414 - AVALIAÇÃO SOCIAL DE FORNECEDORES		
414-2	Impactos sociais negativos na cadeia de fornecimento e ações tomadas	2. Caracterização da Corticeira Amorim - 2.3. Cadeia de Fornecedores, Procurement e Aprovisionamento 2. Caracterização da Corticeira Amorim - 2.2. Pessoas e Cultura, Carta de Princípios do Conselho Empresarial para o Desenvolvimento Sustentável (BCSD) e Direitos Humanos

Mozelos, 19 de fevereiro de 2018

O Conselho de Administração da CORTICEIRA AMORIM, S.G.P.S., S.A.

António Rios de Amorim
Presidente

Nuno Filipe Vilela Barroca de Oliveira
Vice-Presidente

Fernando José de Araújo dos Santos Almeida
Vogal

Cristina Rios de Amorim Baptista
Vogal

Luísa Alexandra Ramos Amorim
Vogal

Juan Ginesta Viñas
Vogal

Relatório Independente de Garantia Limitada de Fiabilidade sobre o Relatório de Sustentabilidade

Ao Conselho de Administração de
Corticeira Amorim, S.G.P.S., S.A.

Introdução

1. Fomos contratados pelo Conselho de Administração de Corticeira Amorim, S.G.P.S., S.A. para procedermos à revisão independente do "Relatório de Sustentabilidade" incluído no "Relatório Anual Consolidado 2017", relativamente às atividades desenvolvidas em matéria de sustentabilidade no período de 1 de janeiro de 2016 a 31 de dezembro de 2017.

Responsabilidades

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração a preparação do "Relatório de Sustentabilidade" bem como a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado, que permita que a informação apresentada esteja isenta de distorções materiais devido a fraude ou erro.
3. A nossa responsabilidade consiste em emitir um relatório de garantia limitada de fiabilidade, profissional e independente, baseado nos procedimentos realizados e descritos na secção "Âmbito" abaixo.

Âmbito

4. O trabalho que realizámos foi planeado e executado de acordo com a Norma Internacional sobre Trabalhos de Garantia de Fiabilidade (ISAE 3000 - Revista) - "Trabalhos de Garantia de Fiabilidade que não sejam Auditorias ou Exames Simplificados de Informação Financeira Histórica" emitida pelo *International Auditing and Assurance Standards Board*, para um nível de garantia limitada de fiabilidade.
5. Num trabalho de garantia limitada de fiabilidade, os procedimentos executados consistem principalmente em indagações e procedimentos analíticos, incluindo a realização de testes numa base de amostragem, e por conseguinte, e proporcionam menor segurança do que um trabalho destinado à obtenção de uma garantia razoável de fiabilidade. Nestas circunstâncias, os nossos procedimentos consistiram em:
 - ▶ Indagações ao órgão de gestão para compreender o modo como está estruturado o sistema de informação e o conhecimento dos intervenientes sobre as matérias incluídas no relato;
 - ▶ Revisão dos processos, critérios e sistemas aplicados para recolher, agregar, apresentar e validar os dados relativos aos anos de 2016 e 2017;
 - ▶ Execução, numa base de amostragem, de testes aos cálculos efetuados pelo órgão de gestão, bem como testes de comprovação da informação quantitativa e qualitativa incluída no relato;
 - ▶ Confirmação da observância por parte dos responsáveis de determinadas unidades operacionais das instruções de recolha, agregação, validação e relato de informação de desempenho; e
 - ▶ Verificação da conformidade da informação constante do "Relatório de Sustentabilidade" com o resultado do nosso trabalho.
6. Relativamente às normas de reporte de sustentabilidade da Global Reporting Initiative - *GRI Standards 2016*, o nosso trabalho consistiu na aferição da auto-avaliação feita pelo órgão de gestão sobre a opção de aplicação das *GRI Standards 2016* e do cumprimento do disposto no artigo 508-G do Código das Sociedades Comerciais (divulgação de informação não financeira) e no artigo 245-A, al. r) do Código dos Valores Mobiliários (divulgação da política de diversidade relativamente aos órgãos de administração e de fiscalização).

Qualidade e independência

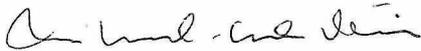
7. Aplicámos a Norma Internacional de Controlo de Qualidade 1 (ISQC1) e, como tal, mantemos um sistema de controlo de qualidade, incluindo políticas e procedimentos documentados relativos ao cumprimento com requisitos éticos, normas profissionais e requisitos legais e regulamentares aplicáveis e cumprimos com os requisitos de independência e ética do Código de Ética do *International Ethics Standards Board for Accountants (IESBA)* e do Código de Ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas (OROC).

Conclusão

8. Com base no trabalho efetuado, nada chegou ao nosso conhecimento que nos leve a concluir que os sistemas e processos de recolha, agregação, validação e relato da informação constante do "Relatório de Sustentabilidade" não estão a funcionar de forma apropriada e que a informação divulgada não esteja isenta de distorções materialmente relevantes. Adicionalmente, concluímos que o "Relatório de Sustentabilidade" inclui os dados e a informação requeridos para uma opção "de acordo essencial", tal como definido pelas normas *GRI Standards 2016*, pelo artigo 508-G do Código das Sociedades Comerciais e pelo artigo 245-A al. r) do Código dos Valores Mobiliários.

Porto, 16 de março de 2018

Ernst & Young Audit & Associados - SROC, S.A.
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas (nº 178)
Representada por:



Rui Manuel da Cunha Vieira - ROC nº 1154
Registado na CMVM com o nº 20160766

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DA POSIÇÃO FINANCEIRA

m ilhães de euros

	Notas	31 dezembro 2017	31 dezembro 2016
Ativo			
Ativos Fixos Tangíveis	IX	227.905	197.454
Propriedades de Investimento	IX	5.678	7.100
Goodwill	IX	9.848	0
Investimentos em Associadas	VI e X	11.006	9.450
Ativos Intangíveis	IX	4.077	3.776
Outros ativos financeiros	XI	2.520	3.940
Impostos diferidos	XII	13.146	10.004
Ativos Não Correntes		274.180	231.723
Inventários	XIII	359.141	268.691
Clientes	XIV	167.604	141.876
Imposto sobre o Rendimento	XV	13.297	4.214
Outros Ativos	XVI	38.180	29.249
Caixa e equivalentes	XVII	17.005	51.119
Ativos Correntes		595.228	495.150
Total do Ativo		869.407	726.873
Capital Próprio			
Capital social	XVIII	133.000	133.000
Reservas e outras componentes do capital próprio	XVIII	224.439	175.347
Resultado Líquido do Exercício		73.027	102.703
Interesses que não controlam	XIX	29.524	15.892
Total do Capital Próprio		459.991	426.943
Passivo			
Dívida Remunerada	XX	48.094	38.609
Outros empréstimos obtidos e credores diversos	XXII	36.774	10.072
Provisões	XXIX	41.320	30.661
Impostos diferidos	XII	7.187	6.856
Passivos Não Correntes		133.375	86.198
Dívida Remunerada	XX	61.695	48.399
Fornecedores	XXI	157.096	109.985
Outros empréstimos obtidos e credores diversos	XXII	55.019	49.631
Imposto sobre o Rendimento	XV	2.231	5.717
Passivos Correntes		276.042	213.732
Total do Passivo e Capital Próprio		869.407	726.873

(para ser lido em conjunto com as notas às Demonstrações Financeiras consolidadas em anexo)

DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DE RESULTADOS POR NATUREZAS

m ilhães de euros

4T17 (não auditado)	4T16 (não auditado)		Notas	2017	2016
170.139	150.554	Vendas	VIII	701.609	641.411
83.892	67.392	Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas		333.030	294.350
2.833	-4.633	Variação de produção		4.932	-12.358
30.846	25.814	Fornecimento e serviços externos	XXIII	116.524	103.001
33.352	29.163	Gastos com pessoal	XXIV	125.630	113.291
- 1.349	- 1.293	Ajustamentos de imparidade de ativos	XXV	2.290	729
4.580	2.575	Outros rendimentos e ganhos	XXVI	12.348	9.596
2.568	518	Outros gastos e perdas	XXVI	7.822	4.932
28.242	26.901	Cash Flow operacional corrente (EBITDA corrente)		133.594	122.347
7.852	8.249	Depreciações/Amortizações	IX	29.599	26.310
20.390	18.651	Resultados operacionais correntes (EBIT corrente)		103.995	96.037
-1.341	-623	Resultados não recorrentes	XXV	-2.913	-4.353
555	-467	Gastos financeiros	XXVII	1.471	-860
555	266	<i>Juros suportados e outros gastos financeiros</i>		1.471	1.646
-	-733	<i>Provisões</i>		-	-2.506
74	28	Rendimentos financeiros	XXVII	191	88
81	78	Ganhos (perdas) em associadas	X	1.039	2.384
-	47.577	Ganho na alienação de associadas	X	0	47.577
18.650	66.178	Resultados antes de impostos		100.842	142.592
1.344	17.700	Imposto sobre os resultados	XII	24.263	37.880
17.306	48.478	Resultados após impostos		76.579	104.713
642	999	Interesses que não controlam	XIX	3.551	2.010
16.664	47.479	Resultado líquido atribuível aos acionistas da Corticeira Amorim		73.027	102.703
0,125	0,357	Resultado por ação - básico e diluído (euros por ação)	XXXII	0,549	0,772

(para ser lido em conjunto com as notas às Demonstrações Financeiras consolidadas em anexo)

DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DO RENDIMENTO INTEGRAL

m milhares de euros

4T17	4T16		Notas	2017	2016
17.306	48.479	Resultado Líquido consolidado do período (antes de Int. que não controlam)		76.579	104.713
Itens que poderão ser reclassificados para resultados:					
332	-1.233	Variação do Justo Valor dos instrumentos financeiros derivados	XII	1.575	-938
1.261	1.666	Variação das diferenças de conversão cambial e outras	XII	-4.298	1.635
-298	265	Outro rendimento integral de associadas contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial	XII	625	66
573	53	Outro rendimento integral	XII	448	53
1.868	751	Outros rendimentos integrais líquidos de imposto		-1.650	816
19.174	49.230	Total do rendimento integral		74.929	105.529
Atribuível a:					
18.349	47.139	Acionista da Corticeira Amorim		71.599	102.205
825	2.091	Interesses que não controlam		3.330	3.324

(para ser lido em conjunto com as notas às Demonstrações Financeiras consolidadas em anexo)

(os itens nesta Demonstração estão apresentados líquidos de impostos. Imposto sobre o rendimento relacionado com as outras componentes do rendimento integral apresentado na nota XII)

DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DOS FLUXOS DE CAIXA

m milhares de euros

4T17 (não aud. itado)	4T16 (não aud. itado)		Notas	2017	2016
ATIVIDADES OPERACIONAIS					
168.193	167.717	Recebimentos de clientes		705.476	653.850
-127.212	-130.770	Pagamentos a fornecedores		-539.882	-492.569
-34.230	-30.116	Pagamentos ao Pessoal		-121.914	-112.431
6.751	6.831	Fluxo gerado pelas operações		43.680	48.850
-8.808	-14.446	Pagamento/recebimento do imposto s/o rendimento		-24.608	-25.655
11.826	1.119	Outros rec./pag. relativos à atividade operacional		55.778	36.702
9.769	-6.496	FLUXOS DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		74.850	59.897
ATIVIDADES DE INVESTIMENTO					
Recebimentos provenientes de:					
148	1.105	Ativos fixos tangíveis		1.990	1.520
-189	53.670	Investimentos financeiros		145	53.676
-16	34	Outros ativos		576	151
90	37	Juros e Proveitos relacionados		431	76
250	150	Dividendos		500	306
Pagamentos respeitantes a:					
-15.624	-10.108	Ativos fixos tangíveis		-42.758	-33.562
341	-282	Investimentos financeiros		-31.421	-319
-991	-898	Ativos intangíveis		-1.508	-1.729
-15.991	43.708	FLUXOS DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS		-72.045	20.119
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO					
Recebimentos provenientes de:					
0	12.022	Empréstimos obtidos		5.250	20.400
297	1.170	Subsídios de investimento		12.004	2.204
1.706	516	Outros		3.534	3.057
Pagamentos respeitantes a:					
-6.806	0	Empréstimos obtidos		-24.486	-28.398
-1.219	-589	Juros e gastos similares		-2.263	-1.743
-10.640	-10.741	Dividendos		-35.366	-32.804
-180	-876	Subsídios de investimento		-995	-4.034
-122	-374	Outros		-469	-688
-16.964	1.128	FLUXOS DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		-42.791	-42.006
-23.186	38.340	Variações de caixa e seus equivalentes		-39.986	38.010
-514	2.047	Efeito das diferenças de câmbio		-3.065	2.032
-114	0	Variação de perímetro		2.317	0
18.463	-5.005	Caixa e seus equivalentes no início do período	XVII	35.383	-4.659
-5.348	35.383	Caixa e seus equivalentes no fim do período	XVII	-5.348	35.383

(para ser lido em conjunto com as notas às Demonstrações Financeiras consolidadas em anexo)

DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO

m ilhams de euros

Capital próprio atribuível aos accionistas da Corticeira Amorim, SGPS, S.A.

	Notas	Capital	Prémios de Emissão de Ações	Derivados designados como de cobertura	Reservas cambiais	Reserva legal	Outras reservas	Resultado líquido	Interesses que não controlam	Total do Capital Próprio
Balço em 1 de janeiro de 2016		133.000	38.893	-169	1.145	14.294	98.590	55.012	13.368	354.133
Afetação do resultado do exercício anterior	XVIII	-	-	-	-	1.909	53.103	-55.012	-	0
Dividendos distribuídos	XVIII	-	-	-	-	-	-31.920	-	-799	-32.719
Alterações de perímetro	XIX	-	-	-	-	-	-	-	-	0
Resultado Líquido consolidado do período	XV III e X X	-	-	-	-	-	-	102.703	2.010	104.713
Varição do Justo Valor dos instrumentos financeiros derivados	XVIII	-	-	-938	-	-	-	-	-	-938
Varição das diferenças de conversão cambial	XV III e X X	-	-	-	1.106	-	-	-	529	1.635
Outro rendimento integral de associadas	X	-	-	-	23	-	43	-	-	66
Outro rendimento integral		-	-	-	0	-	-732	-	785	53
Rendimentos integrais totais do período		0	0	-938	1.129	0	-689	102.703	3.324	105.529
Balço em 31 de dezembro de 2016		133.000	38.893	-1.107	2.274	16.203	119.084	102.703	15.893	426.943
Balço em 1 de janeiro de 2017		133.000	38.893	-1.107	2.274	16.203	119.084	102.703	15.893	426.942
Afetação do resultado do exercício anterior	XVIII	-	-	-	-	2.567	100.136	-102.703	-	0
Dividendos distribuídos	XVIII	-	-	-	-	-	-34.580	-	-575	-35.155
Alterações de perímetro	XIX	-	-	-	-	-	-	-	12.800	12.800
Alterações da percentagem de interesse mantendo controlo	XIX	-	-	-	-	-	1.278	-	-1.923	-645
Acordo para aquisição de interesses que não controlam	VI	-	-	-	-	-	-18.880	-	-	-18.880
Resultado Líquido consolidado do período	XV III e X X	-	-	-	-	-	-	73.027	3.551	76.579
Varição do Justo Valor dos instrumentos financeiros derivados	XVIII	-	-	1.575	-	-	-	-	-	1.575
Varição das diferenças de conversão cambial	XV III e X X	-	-	-	-3.981	-	-	-	-317	-4.298
Outro rendimento integral de associadas	X	-	-	-	662	-	-37	-	-	625
Outro rendimento integral		-	-	-	-	-	352	-	96	448
Rendimentos integrais totais do período		0	0	1.575	-3.319	0	315	73.027	3.330	74.928
Balço em 31 de dezembro de 2017		133.000	38.893	468	-1.045	18.770	167.353	73.027	29.524	459.991

(para ser lido em conjunto com as notas às Demonstrações Financeiras consolidadas em anexo)

I - NOTA INTRODUTÓRIA

A CORTICEIRA AMORIM, S.G.P.S., S.A. (adiante designada apenas por CORTICEIRA AMORIM, designação que poderá também abranger o conjunto da CORTICEIRA AMORIM SGPS e suas participadas) resultou da transformação da CORTICEIRA AMORIM, S.A., numa sociedade gestora de participações sociais ocorrida no início de 1991 e cujo objeto é a gestão das participações do Grupo Amorim no sector da cortiça.

A CORTICEIRA AMORIM não detém direta ou indiretamente interesses em propriedades onde se faça o cultivo e exploração do sobreiro, árvore fornecedora da cortiça, principal matéria-prima usada nas suas unidades transformadoras. A aquisição da cortiça faz-se num mercado aberto, onde interagem múltiplos agentes, tanto do lado da procura como da oferta.

A atividade da CORTICEIRA AMORIM estende-se desde a aquisição e preparação da cortiça, até à sua transformação num vasto leque de produtos derivados de cortiça. Abrange também a comercialização e distribuição, através de uma rede própria presente em todos os grandes mercados mundiais.

A CORTICEIRA AMORIM é uma empresa Portuguesa com sede em Mozelos, Santa Maria da Feira, sendo as ações representativas do seu capital social de 133.000.000 Euros cotadas na Euronext Lisbon - Sociedade Gestora de Mercados Regulamentados, S.A.

A sociedade Amorim Capital, S.A. era detentora, à data de 31 de dezembro de 2016, de 67.830.000 ações da CORTICEIRA AMORIM, correspondentes a 51,00% do capital social. Em virtude da fusão dessa sociedade com a Amorim - Investimentos e Participações, S.G.P.S, S.A., essas ações passaram a ser detidas por esta sociedade. Desta forma, a sociedade Amorim - Investimentos e Participações, S.G.P.S, S.A. era detentora, à data de 31 de dezembro de 2017, de 67.830.000 ações da CORTICEIRA AMORIM, correspondentes a 51,00% do capital social. A CORTICEIRA AMORIM é incluída no perímetro de consolidação da Amorim - Investimentos e Participações, S.G.P.S, S.A., sendo esta a sua empresa-mãe e controladora. A Amorim - Investimentos e Participações, S.G.P.S, S.A. é detida a 100% pela Família Amorim.

Estas demonstrações financeiras consolidadas foram aprovadas em Conselho de Administração do dia 19 de fevereiro de 2018. Os acionistas têm a capacidade de alterar as demonstrações financeiras após a data de emissão.

Exceto quando mencionado, os valores monetários referidos nestas Notas são apresentados em milhares de euros (mil euros = k euros = K€).

II - RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

As principais políticas contabilísticas usadas na preparação das demonstrações financeiras consolidadas foram consistentemente usadas em todos os períodos apresentados nestas demonstrações e de que se apresenta em seguida um resumo.

a. Bases de apresentação

De acordo com o Dec. Lei nº35/2005, de 17 de fevereiro, posteriormente alterado pelo Dec. Lei nº98/2015 de 2 de junho, o qual transpôs para a legislação portuguesa as disposições do Regulamento (CE) nº 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho de 19 de julho de 2002, estas demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiros (IAS/IFRS) emitidas pelo “International Accounting Standards Board” (“IASB”) e Interpretações emitidas pelo “International Financial Reporting Interpretations Committee” (“IFRIC”) ou pelo anterior “Standing Interpretations Committee” (“SIC”), adotadas pela UE, em vigor em 1 de janeiro de 2017. As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos das empresas incluídas na consolidação, mantidas de acordo com os princípios contabilísticos locais, ajustados no processo de consolidação de modo a que estejam em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) tal como adotadas na União Europeia em vigor

a 31 de dezembro de 2017. Estas têm por base o custo histórico, exceto nos instrumentos financeiros mensurados ao justo valor de acordo com a IAS 39.

b. Consolidação

• Empresas do Grupo

As demonstrações financeiras consolidadas incluem, com referência a 31 de dezembro de 2017, os ativos, os passivos e os resultados das empresas do Grupo, entendido como o conjunto da CORTICEIRA AMORIM e das suas subsidiárias, as quais são apresentadas na Nota VI.

Uma entidade é classificada como subsidiária quando é controlada pelo Grupo. O controlo é atingido apenas se o Grupo tiver, cumulativamente:

- (a) poder sobre a investida;
- (b) exposição ou direitos a resultados variáveis por via do seu relacionamento com a investida; e
- (c) a capacidade de usar o seu poder sobre a investida para afetar o valor dos resultados para os investidores.

Geralmente, presume-se que existe controlo quando o Grupo detém a maioria dos direitos de voto. Para suportar esta presunção e nos casos em que o Grupo não detém a maioria dos direitos de voto da investida, todos os factos e circunstâncias relevantes são tidos em conta nas avaliações sobre a existência de poder e controlo, tais como:

- (a) Acordos contratuais com outros detentores de direitos de voto;
- (b) Direitos provenientes de outros acordos contratuais; e
- (c) Os direitos de voto existentes e potenciais.

A existência de controlo por parte do Grupo é reavaliada sempre que haja uma alteração de factos e circunstâncias que levem a alteração num dos três elementos caracterizadores de controlo mencionados acima.

As subsidiárias são incluídas na consolidação pelo método da consolidação integral, desde a data em que o controlo é adquirido e até à data em que o mesmo efetivamente termina.

Os saldos e transações intra-grupo, e os ganhos não realizados em transações entre empresas do Grupo são eliminados. Perdas não realizadas são também eliminadas exceto se a transação revelar evidência de imparidade de um bem transferido.

As políticas contabilísticas das subsidiárias são alteradas sempre que necessário de forma a garantir consistência com as políticas adotadas pelo Grupo.

Uma alteração no interesse participativo numa subsidiária que não envolva perda de controlo é contabilizada como sendo uma transação entre acionistas. Se o Grupo perde o controlo sobre a subsidiária, os ativos correspondentes (incluindo goodwill), passivos, interesses que não controla e outros componentes de capital próprio são desreconhecidos e eventuais ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração dos resultados. O investimento mantido é reconhecido ao justo valor no momento da perda de controlo.

Nas situações em que o Grupo detém, em substância, o controlo de entidades criadas com um fim específico, ainda que não possua participações de capital diretamente nessas entidades, as mesmas são consolidadas pelo método de consolidação integral.

Os ativos líquidos das subsidiárias consolidadas pelo método integral atribuíveis às ações ou partes detidas por pessoas estranhas ao Grupo são inscritos na demonstração da posição financeira consolidada na rubrica de Interesses que não controlam.

Os interesses detidos por pessoas estranhas ao Grupo sobre o resultado líquido das subsidiárias são identificados e ajustados por dedução ao resultado atribuível aos acionistas do Grupo e inscritos na demonstração dos resultados consolidados na rubrica de Interesses que não controlam.

• Participações financeiras em associadas e entidades controladas conjuntamente

Empresas associadas são as empresas sobre as quais a CORTICEIRA AMORIM exerce uma influência significativa, entendido como o poder de participar na determinação das políticas operacionais e financeiras, sem que contudo seja

exercido controlo ou controlo conjunto. Geralmente presume-se que existe influência significativa quando a percentagem de participação é superior a 20%.

A classificação das participações financeiras em entidades controladas conjuntamente é determinada com base na existência de acordos contratuais que demonstrem e regulem o controlo conjunto, o qual é assim entendido quando as decisões sobre as atividades relevantes do empreendimento requerem acordo unânime entre as partes.

O Grupo não possui qualquer interesse em operações controladas conjuntamente, tal como definidas na IFRS 11.20.

A avaliação da existência de influência significativa ou controlo conjunto tem em consideração o mesmo tipo de factos e circunstâncias aplicáveis na avaliação de controlo sobre subsidiárias.

Estas participações financeiras são consolidadas pelo método da equivalência patrimonial, isto é, as demonstrações consolidadas financeiras consolidadas incluem o interesse do Grupo no total de ganhos e perdas reconhecidos da associada/entidade controlada conjuntamente, desde a data em que a influência significativa/controlo conjunto começa até à data em que efetivamente termina. Os dividendos recebidos destas entidades são registados como uma diminuição do valor dos investimentos financeiros.

A participação do Grupo relativa aos ganhos e perdas das suas associadas/entidades controladas conjuntamente é reconhecida na demonstração dos resultados, e a sua parcela de movimentos de Reservas Pós-aquisição são reconhecidos em Reservas. Os movimentos acumulados pós-aquisição são ajustados de acordo com os movimentos acumulados no investimento financeiro. Quando a participação do Grupo nas perdas de uma associada/entidade controlada conjuntamente iguala ou ultrapassa o seu investimento, incluindo qualquer transação de recebimentos não segura, o Grupo deixa de reconhecer mais perdas, exceto se tiver incorrido em obrigações ou tiver efetuado pagamentos em nome da associada/entidade controlada conjuntamente.

Qualquer excesso do custo de aquisição de um investimento financeiro sobre a participação do Grupo no justo valor dos ativos, passivos e passivos contingentes identificados à data da aquisição da empresa associada/entidade controlada conjuntamente é reconhecido como goodwill, o qual é incluído no valor da participação financeira e a sua recuperação é avaliada anualmente como parte integrante do investimento financeiro. Se o custo de aquisição for inferior ao justo valor do valor líquido dos bens da associada/entidade controlada conjuntamente adquirida, a diferença é registada diretamente na demonstração dos resultados.

Ganhos não realizados em transações entre o Grupo e as suas associadas/entidade controlada conjuntamente são eliminados na extensão da participação do Grupo nas associadas/entidades controladas conjuntamente. Perdas não realizadas são também eliminadas, exceto se a transação revelar evidência de imparidade de um bem transferido.

As políticas contabilísticas de associadas/entidades controladas conjuntamente são alteradas sempre que necessário, de forma a garantir consistência com as políticas adotadas pelo Grupo.

Após a aplicação do método da equivalência patrimonial, o Grupo avalia a existência de indicadores de imparidade; caso existam, o Grupo calcula o valor recuperável do investimento e reconhece uma perda por imparidade se este for inferior ao valor contabilístico do investimento, na linha “Ganhos (perdas) em associadas” da demonstração de resultados.

Após a perda de influência significativa ou controlo conjunto, o Grupo reconhece inicialmente o investimento retido ao justo valor, e a diferença entre o valor contabilístico e o justo valor retido somado da receita da venda, é reconhecida na demonstração dos resultados.

- **Efeito Cambial**

Sendo o euro a divisa legal em que está estabelecida a empresa-mãe, e sendo esta a divisa em que são conduzidos cerca de dois terços dos negócios, o euro é considerada a moeda funcional e de apresentação de contas da CORTICEIRA AMORIM.

Nas subsidiárias cuja divisa de reporte seja o euro, todos os ativos e passivos expressos em outras divisas foram convertidos para euros, utilizando as taxas de câmbio das datas de balanço. As diferenças resultantes das taxas de câmbio em vigor nas datas das transações e as das datas das respetivas liquidações foram registadas como ganho ou perda do exercício pelo seu valor líquido.

Os valores ativos e passivos das demonstrações financeiras das subsidiárias cuja divisa de reporte seja diferente do euro foram convertidas para euros, utilizando os câmbios das datas de balanço, sendo a conversão dos respetivos rendimentos e gastos feita à taxa média do respetivo exercício/período.

A diferença cambial resultante é registada no capital próprio na rubrica “Diferenças de Conversão Cambial” que é parte integrante das “Reservas e outras componentes do capital próprio”.

Sempre que uma subsidiária que reporte numa divisa diferente do euro seja alienada ou liquidada o valor da diferença de conversão cambial acumulado em capital próprio é reconhecido na demonstração de resultados como um ganho ou perda na alienação ou liquidação.

- **Concentrações de atividades empresariais e goodwill**

O método de aquisição é o método utilizado para reconhecer a entrada das subsidiárias da Corticeira Amorim aquando da respetiva aquisição.

No método de aquisição a diferença entre: (i) a retribuição transferida juntamente com os interesses que não controlam e com o justo valor dos interesses de capital próprio anteriormente detidos e (ii) a quantia líquida dos ativos identificáveis adquiridos e dos passivos assumidos, é reconhecida, à data da aquisição como goodwill, se positiva ou como ganho, se for negativa.

A retribuição transferida é mensurada pelo justo valor calculado como sendo o valor agregado dos justos valores, à data de aquisição, dos ativos transferidos, passivos incorridos e instrumentos de capital próprio emitidos pela Corticeira Amorim. Para efeitos da determinação do *goodwill*/ganhos da concentração, a retribuição transferida é expurgada de qualquer parte da retribuição que respeite a outra transação (ex.: remuneração para prestação de serviços futuros ou para liquidação de relações pré-existentes) cuja margem é reconhecida separadamente em resultados.

A retribuição transferida inclui o justo valor, à data de aquisição, de qualquer retribuição contingente. Alterações subsequentes neste valor são reconhecidas: (i) como capital próprio se a retribuição contingente estiver classificada como capital próprio, (ii) como gastos ou rendimentos nos resultados ou como outro rendimento integral se a retribuição contingente estiver classificada como ativo ou passivo financeiro no âmbito da IAS 39 e (iii) como gastos nos termos da IAS 37 ou outras normas aplicáveis, nos restantes casos.

Os custos relacionados com a aquisição não fazem parte da retribuição transferida pelo que não afetam a determinação do *goodwill*/ganho da aquisição, sendo reconhecidos como gastos no exercício em que ocorrem.

Na data de aquisição são reavaliadas a classificação e designação de todos os ativos adquiridos e passivos transferidos, de acordo com as IFRS, com exceção das locações e contratos de seguro que são classificados e designados tendo por base os termos contratuais e condições à data do início do contrato.

Os ativos que resultem de indemnizações contratuais por parte do vendedor relativas ao desfecho de contingências relacionadas, no todo ou em parte, com um passivo específico da entidade concentrada, passam a ter que ser reconhecidos e mensurados usando os mesmos princípios e pressupostos dos passivos relacionados.

A determinação do justo valor dos ativos adquiridos e passivos adquiridos tem em conta o justo valor dos passivos contingentes que resultem duma obrigação presente originada por um evento passado (se o justo valor puder ser medido de modo fiável), independentemente de ser expectável uma provável saída de fluxos.

Para cada aquisição, a Corticeira Amorim pode optar por mensurar os “interesses que não controlam” ao respetivo justo valor ou pela respetiva quota-parte nos ativos e passivos transferidos da adquirida. A opção por um ou outro método influencia a determinação da quantia de goodwill a reconhecer. Quando a concentração de atividades empresariais é efetuada em fases, o justo valor na data de aquisição anterior dos interesses detidos é remensurado para o justo valor na data em que o controlo é obtido, por contrapartida de resultados do período em que o controlo é atingido, afetando a determinação do *goodwill*.

Sempre que uma concentração não está concluída na data de relato, serão ajustadas retrospectivamente, durante o período limite de um ano a contar da data de aquisição, as quantias provisórias reconhecidas à data de aquisição e/ou reconhecidos ativos e passivos adicionais se novas informações forem obtidas sobre factos e circunstâncias que existiam à data da aquisição e que se tivessem sido conhecidos teriam resultado no reconhecimento desses ativos e passivos nessa data.

Considera-se que o *goodwill* tem vida útil indefinida pelo que não é amortizável sendo sujeito a testes de imparidade anualmente independentemente de haver ou não indicações de estar em imparidade.

Para efeitos da realização dos testes de imparidade, o *goodwill* é alocado, à data da aquisição, a cada uma das unidades geradoras de caixa de que se espera beneficiem da combinação de negócios, independentemente dos restantes ativos e passivos também associados à unidade geradora de caixa. Quando a operação, ou parte dela, associada a uma unidade geradora de caixa é alienada, o goodwill alocado é também desreconhecido e incluído no apuramento do ganho/perda da alienação, sendo calculado como base no seu valor relativo.

O *goodwill* relativo a investimentos em empresas sediadas no estrangeiro encontra-se registado na moeda de reporte dessas empresas, sendo convertido para euros à taxa de câmbio em vigor na data de balanço.

Acordo para aquisição de interesses que não controlam

A Corticeira Amorim opta por tratar as múltiplas transações numa concentração de atividades empresariais como aquisições em separado.

Quando existe um acordo para aquisição de participação adicional numa determinada subsidiária e os factos e circunstâncias indicam que a Corticeira Amorim não detém controlo sobre as ações sujeitas ao acordo, a Corticeira Amorim opta pela abordagem do reconhecimento integral dos interesses que não controlam, na qual os interesses que não controlam continuam a ser reconhecidos em capital próprio até ao momento em que o acordo subsequente é concretizado. O valor reconhecido dos interesses que não controlam altera-se devido a alocação de resultados, variações em outros rendimentos integrais e dividendos declarados no período de reporte tal como referido na nota II alínea b).

Simultaneamente, registado um passivo financeiro. O passivo financeiro para o acordo é contabilizado em conformidade com o IAS 39. No reconhecimento inicial, a correspondente contrapartida é efetuada em uma rubrica de Capital próprio atribuível à empresa-mãe. As alterações subsequentes no valor do passivo financeiro que resultem da remensuração do valor presente de exercício são reconhecido no resultado atribuível à empresa-mãe.

Quando o acordo é concretizado a Corticeira Amorim contabiliza o aumento da sua percentagem de controlo. Simultaneamente, o passivo financeiro é desreconhecido por contrapartida de rubrica de Capital próprio atribuível à empresa-mãe que foi inicialmente debitada.

c. Ativos Fixos Tangíveis

Os ativos fixos tangíveis são registados ao custo de aquisição líquido das respetivas depreciações e de perdas de imparidade acumuladas.

Custos subsequentes são incluídos na quantia escriturada do bem ou reconhecidos como ativos separados, quando for provável que benefícios económicos futuros, que excedam o nível de desempenho originalmente avaliado do ativo existente, fluirão para a empresa e o custo do ativo para a empresa possa ser mensurado com fiabilidade. Todos os outros dispêndios subsequentes são reconhecidos como um gasto no período em que sejam incorridos.

Os encargos financeiros relacionados com financiamentos destinados à produção/aquisição de ativos que exigem um período de tempo substancial para que estejam prontos a ser utilizados são adicionados ao custo destes ativos.

As depreciações são calculadas segundo o método das quotas constantes, de acordo com os seguintes períodos, que refletem satisfatoriamente a respetiva vida útil esperada:

	<u>Número de anos</u>
Edifícios	20 a 50
Equipamento básico	4 a 10
Equipamento de transporte	4 a 7
Equipamento administrativo	4 a 8

A depreciação inicia-se no momento em que esse ativo se qualifique para o seu uso pretendido. Os valores residuais e as vidas úteis esperadas são revistas periodicamente e ajustadas, se apropriado, à data do reporte.

As despesas correntes com a manutenção e reparação são registadas como custo no exercício em que decorrem. As beneficiações que aumentem o período de vida útil estimado, ou das quais se espera um aumento material nos benefícios futuros decorrentes da sua efetivação, são capitalizadas.

Em caso de perda de imparidade, o valor do ativo fixo tangível é ajustado em consonância, sendo o respetivo ajuste considerado uma perda do exercício.

Os ganhos e perdas registados na venda de um ativo fixo tangível são incluídos no resultado do exercício.

d. Ativos Intangíveis

Os ativos intangíveis são inicialmente mensurados ao custo de aquisição. Subsequentemente são mensurados ao custo de aquisição deduzido de amortizações e perdas por imparidades acumuladas.

As despesas de investigação são reconhecidas como gastos do exercício quando incorridas.

As despesas com o desenvolvimento de projetos só serão capitalizadas a partir do momento em que demonstre a sua viabilidade técnica, a empresa tenha a intenção e a capacidade de o concluir, usar ou vender e que dele se esperem benefícios económicos futuros.

As amortizações são calculadas segundo o método das quotas constantes, e registadas a partir do momento em que o ativo se qualifique para o uso pretendido.

	<u>Número de anos</u>
Propriedade industrial	10 a 20
<i>Software</i>	3 a 6

As vidas úteis esperadas são revistas periodicamente e ajustadas, se apropriado, à data do reporte.

e. Propriedades de Investimento

As propriedades de investimento compreendem o valor de terrenos e edifícios não afetos à atividade produtiva.

As propriedades de investimento são originalmente registadas ao custo histórico de aquisição acrescido das despesas imputáveis à compra ou produção, incluindo, quando pertinente, os encargos financeiros que lhes tenham sido atribuídos durante o respetivo período de construção ou instalação. Subsequentemente as propriedades de investimento são mensuradas ao custo de aquisição, deduzido das depreciações e das perdas de imparidade acumuladas, até ao valor residual.

Os períodos e o método de depreciação das propriedades de investimento são os indicados na nota para o ativo fixo tangível.

As propriedades são desreconhecidas quando alienadas. No momento em que propriedade de investimento passe a ser utilizada na atividade do grupo, é reclassificada para ativo fixo tangível. Nos casos em que terrenos e edifícios deixem de estar afetos à atividade do grupo, será registada uma reclassificação de ativo fixo tangível para propriedade de investimento.

f. Imparidade de ativos não financeiros

Os ativos com vidas úteis indefinidas não são amortizados, sendo testados anualmente para imparidade, ou mais frequentemente se existirem eventos ou alterações de circunstâncias que representem indícios de imparidade.

Os ativos sujeitos a depreciação são avaliados para efeitos de imparidade sempre que um acontecimento ou alteração de circunstâncias indique que o seu valor possa não ser recuperável.

Para a determinação da existência de imparidade, os ativos são alocados ao nível mais baixo para o qual existem fluxos de caixa separados identificáveis (unidades geradoras de caixa).

Na aferição de imparidade são consideradas as fontes quer internas quer externas de informação. São realizados testes se o nível de rentabilidade das unidades geradoras de caixa se apresenta consistentemente abaixo de um limiar mínimo, a partir do qual existe risco de imparidade dos ativos. São ainda realizados testes de imparidade sempre que a gestão toma decisões de alterações significativas das operações (por exemplo, descontinuação total ou parcial da atividade).

Os testes de imparidade são realizados internamente. Sempre que são realizados testes de imparidade, os *cash-flows* futuros são descontados a uma taxa específica para a unidade geradora de caixa, a qual contempla o risco do mercado onde ela opera.

O grupo recorre a peritos externos (avaliadores) apenas para determinar o valor de mercado de terrenos e edifícios em situações de descontinuação das operações, em que os mesmos deixam de ser recuperados pelo uso.

São reconhecidas perdas de imparidade pela diferença entre o valor contabilístico e o valor recuperável. O valor recuperável corresponde ao montante mais elevado entre o justo valor menos custos de venda e o valor de uso do ativo.

As perdas por imparidade, se existentes, são alocadas especificamente aos ativos individuais que integram a unidade geradora de fluxos de caixa.

Os ativos não financeiros, exceto *goodwill*, relativamente aos quais tenham sido reconhecidas perdas de imparidade, são revistos a cada data de reporte para reversão dessas perdas.

g. Outros ativos financeiros

Esta rubrica é essencialmente relativa a aplicações financeiras correspondentes a investimentos em instrumentos de capital próprio disponíveis para venda, que não têm cotação bolsista e cujo justo valor não é estimável com fiabilidade, sendo por isso mensurados ao custo. Os dividendos, se existentes, são reconhecidos em resultados no período em que ocorrem, quando o direito ao recebimento é estabelecido.

h. Inventários

Os inventários encontram-se valorizados pelo menor dos valores de aquisição ou produção e de mercado. O custo de aquisição engloba o respetivo preço de compra adicionado dos gastos suportados direta e indiretamente para colocar o bem no seu estado atual e no local de armazenagem. O custo de produção inclui o custo das matérias-primas incorporadas, mão-de-obra direta, outros gastos diretos e gastos gerais de produção fixos (com base na capacidade normal de utilização).

As quantidades existentes no final do exercício/período foram determinadas a partir dos registos contabilísticos confirmados por contagem física. As saídas de matérias-primas e subsidiárias são valorizadas ao custo médio de aquisição e as de produtos acabados e em curso ao custo médio de produção que inclui os custos diretos e indiretos de fabrico incorridos nas próprias produções.

Sempre que o valor de realização líquido é inferior ao custo de aquisição ou de produção, essa diferença é expressa pelas perdas por imparidade em inventários, as quais serão reduzidas ou anuladas quando deixarem de existir os motivos que as originaram.

As matérias-primas apresentam na generalidade dos casos utilização alternativa sem perda significativa de valor (por exemplo através de mudanças de calibre, reprocessamento ou utilização como matéria-prima nas restantes unidades). Nestes casos é feita uma análise específica de imparidade sendo as situações de imparidade muito reduzidas.

Os produtos intermédios e acabados não são tão suscetíveis de aproveitamento alternativo. Nestes casos, a quantia pela qual se espera que os inventários se venham a realizar é influenciada pela antiguidade desses mesmos inventários. Assim, para além da análise específica (forma prioritária de determinação do valor realizável), o grupo aplica um critério baseado na rotação para estimar a redução de valor esperada destes materiais em função da sua antiguidade.

i. Clientes e outras dívidas a receber

As dívidas de clientes e outras a receber são inicialmente mensuradas ao justo valor, sendo subsequentemente mensuradas ao custo amortizado, ajustadas subsequentemente por eventuais perdas por imparidade de modo a que reflitam o seu valor realizável. As referidas perdas são registadas na conta de resultados no exercício em que se verificarem.

Os valores a médio e longo prazo, se existentes, são atualizados usando uma taxa de desconto semelhante à taxa de juro de financiamento do devedor para períodos semelhantes.

As dívidas de clientes e outras contas a receber são desreconhecidas quando os direitos ao recebimento dos fluxos monetários originados por esses investimentos expiram ou são transferidos, assim como todos os riscos e benefícios associados à sua posse.

j. Imparidade de ativos financeiros

O grupo avalia a cada data de reporte a existência de imparidade nos ativos financeiros ao custo amortizado.

Um ativo financeiro está em imparidade se eventos ocorridos após o reconhecimento inicial tiverem um impacto nos *cash flows* estimados do ativo que possa ser razoavelmente estimado.

A perda por imparidade corresponde à diferença entre o valor contabilístico e o valor esperado dos *cash flows* futuros (excluindo perdas futuras que não tenham ainda sido incorridas), descontados à taxa de juro efetiva do ativo no momento do reconhecimento inicial. O montante apurado é reduzido ao valor contabilístico do ativo e a perda reconhecida na Demonstração de Resultados.

Por regra a Corticeira Amorim agrupa os ativos financeiros de acordo com características de risco de crédito semelhantes, sendo as imparidades estimadas com base na experiência de perdas históricas.

No final de cada período é realizada uma análise à qualidade dos créditos sobre clientes. Dadas as características do negócio é considerado que os saldos vencidos até 90 dias não são suscetíveis de registo de imparidade. Os saldos vencidos entre 90 e 120 dias são considerados como podendo gerar uma imparidade de cerca de 30% e os saldos entre 120 e 180 dias 60%. Todos os saldos vencidos há mais de 180 dias, bem como todos os saldos considerados duvidosos darão origem a uma imparidade total.

Esta regra não se sobrepõe à análise de cada caso específico. A análise dos casos específicos é determinada às contas a receber individualmente significativas, tendo em conta a informação histórica dos clientes, o seu perfil de risco e outros dados observáveis de forma a aferir se existe prova objetiva de imparidade para essas contas a receber.

A imparidade dos Outros Ativos Financeiros é verificada através da análise das demonstrações financeiras aprovadas das empresas, bem como pela avaliação dos fluxos de caixa futuros esperados da sua atividade.

Caso a perda de imparidade venha a diminuir num período futuro, são revertidas as perdas anteriormente reconhecidas por contrapartida da Demonstração de Resultados.

k. Caixa e equivalentes

O montante incluído em “Caixa e equivalentes” compreende os valores de caixa, depósitos à ordem e a prazo e outras aplicações de tesouraria com vencimento inferior a três meses, e para os quais os riscos de alteração de valor não é significativo. Na Demonstração de Fluxos de Caixa, inclui ainda os valores a descoberto de contas de depósitos bancários.

l. Fornecedores e outros empréstimos obtidos e credores diversos

As dívidas a fornecedores e relativas a outros empréstimos obtidos e credores diversos são registadas inicialmente ao justo valor e subsequentemente mensuradas ao custo amortizado de acordo com o método da taxa de juro efetiva. São classificadas como passivo corrente exceto se a CORTICEIRA AMORIM tiver o direito incondicional de diferir o seu pagamento por mais de um ano após a data de reporte.

O grupo contrata operações de *confirming* com instituições financeiras, as quais serão enquadráveis como *reverse factoring agreements*. Estes acordos não são utilizados para gerir as necessidades de liquidez do grupo na medida em que se mantém o pagamento na data do vencimento das faturas (nessa data os valores adiantados são pagos à instituição financeira pelo grupo). Por esse motivo, e por não originarem gasto financeiro para o grupo, os valores das faturas adiantadas aos fornecedores que aderem a estes contratos são mantidos no Passivo, na conta de Fornecedores, sendo os pagamentos no momento do vencimento tratados como pagamentos operacionais. As operações de *confirming* de fornecedores são classificadas como operacional na Demonstração dos Fluxos de Caixa.

Os passivos são desreconhecidos quando as obrigações subjacentes se extinguem pelo pagamento, são canceladas ou expiram.

m. Dívida remunerada

Inclui o valor dos empréstimos onerosos obtidos. Eventuais despesas atribuíveis à entidade emprestadora são deduzidas à dívida e reconhecidos ao longo do período de vida do empréstimo, de acordo com a taxa de juro efetiva.

Os juros de empréstimos obtidos são geralmente reconhecidos como custo à medida em que são incorridos. No caso particular de investimentos em ativo fixo tangível, os juros correspondentes à dívida resultante desse mesmo projeto, serão capitalizados integrando assim o valor registado para esse ativo específico. Essa contabilização será descontinuada no momento em que esse ativo se qualifique para o seu uso pretendido, ou quando esse mesmo projeto se encontre suspenso.

n. Impostos diferidos e imposto sobre o rendimento

O imposto sobre o rendimento do exercício compreende o imposto corrente e o imposto diferido. O imposto corrente é determinado com base no resultado líquido contabilístico, ajustado de acordo com a legislação fiscal, considerando para efeitos fiscais cada uma das filiais isoladamente, à exceção dos constituintes de regimes fiscais especiais. A gestão avalia periodicamente o impacto das situações em que a legislação fiscal possa originar diferentes interpretações.

Os impostos diferidos são calculados com base no método da responsabilidade do balanço e refletem as diferenças temporárias entre o montante dos ativos e passivos consolidados para efeitos de reporte contabilístico e os respetivos montantes para efeitos de tributação.

Os ativos e passivos por impostos diferidos são calculados e anualmente avaliados às taxas de tributação em vigor ou anunciadas para estarem em vigor à data expectável da reversão das diferenças temporárias.

Os ativos por impostos diferidos são reconhecidos unicamente quando existem expectativas razoáveis de lucros fiscais futuros suficientes para a sua utilização. No final de cada exercício é efetuada uma reapreciação dos ativos por impostos diferidos, sendo os mesmos desreconhecidos sempre que deixe de ser provável a sua utilização futura.

Os passivos por impostos diferidos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis, exceto as relacionadas com i) o reconhecimento inicial do *goodwill*; ou ii) o reconhecimento inicial de ativos e passivos, que não resultem de uma concentração de atividades empresariais, e que à data de transação não afetem o resultado contabilístico ou fiscal.

Os impostos diferidos são registados como gasto ou rendimento do exercício, exceto se resultarem de valores registados diretamente em capital próprio, situação em que o imposto diferido é também registado na mesma rubrica.

Não são reconhecidos impostos diferidos passivos em relação às diferenças temporárias tributáveis associadas a investimentos em subsidiárias, associadas e participações em *joint-ventures*, quando o momento da reversão das diferenças temporárias pode ser controlado e é provável que as diferenças temporárias não se reverterão no futuro previsível.

o. Benefícios a empregados

A generalidade dos empregados portugueses da CORTICEIRA AMORIM está abrangida unicamente pelo regime geral da segurança social. Os empregados em subsidiárias estrangeiras, (cerca de 27% do total de empregados da CORTICEIRA AMORIM), ou estão cobertos unicamente por regimes locais de segurança social, ou beneficiam de regimes complementares de contribuição definida.

No plano de contribuição definida, os contributos são reconhecidos como um gasto com o pessoal quando exigíveis.

A CORTICEIRA AMORIM reconhece um passivo e o respetivo custo no exercício relativamente aos bónus atribuíveis a um conjunto alargado de quadros. Estes benefícios são baseados em fórmulas que têm em conta, não só o cumprimento de objetivos individuais, bem como o cumprimento por parte da CORTICEIRA AMORIM de um nível de resultados fixado previamente.

p. Provisões, ativos contingentes e passivos contingentes

São reconhecidas provisões quando a CORTICEIRA AMORIM tem uma obrigação presente, legal ou implícita, resultante de um evento passado, e é provável que desse facto resulte uma saída de recursos e que esse montante possa ser estimado com fiabilidade.

Não são reconhecidas provisões para perdas operacionais futuras. São reconhecidas provisões para reestruturação sempre que para essa reestruturação haja um plano detalhado e tenha havido comunicação às partes envolvidas.

As principais rubricas de provisões foram registadas tendo por base o seu valor nominal. As provisões para processos fiscais em curso são anualmente aumentadas pelo cálculo de juros e coimas, definidos por lei. Na generalidade dos restantes casos, face à incerteza quanto ao momento do ex-fluxo de recursos para fazer face à responsabilidade, não é possível estimar fiavelmente o efeito do desconto, o qual não se estima material.

Quando existe uma obrigação presente, resultante de um evento passado, mas da qual não é provável que resulte uma saída de recursos, ou esta não pode ser estimada com fiabilidade, essa situação é tratada como um passivo contingente, o qual é divulgado nas demonstrações financeiras, exceto se considerada remota a possibilidade de saída de recursos.

Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiros, sendo divulgados quando for provável a existência de um influxo económico futuro de recursos.

q. Rédito

Os rendimentos decorrentes de vendas compreendem o valor, líquido de imposto sobre o valor acrescentado, obtido pela venda de produtos acabados e mercadorias diminuído do valor das devoluções, abates e descontos concedidos,

incluindo os relativos a pronto pagamento. São ainda ajustados pelos valores de correções relativos a exercícios anteriores relativos a vendas.

Os serviços prestados são imateriais e correspondem, na generalidade, à recuperação de custos incorridos associados à venda de produtos.

O rendimento relativo a uma venda é reconhecido quando os riscos e vantagens significativos decorrentes da posse do ativo transacionado são transferidos para o comprador e o seu montante possa ser estimado com fiabilidade, sendo o respetivo valor atualizado quando recebível a mais de um ano.

r. Subsídios governamentais

Os subsídios recebidos referem-se na generalidade a investimentos em ativos fixos tangíveis. Se a fundo perdido são considerados como rendimentos a reconhecer quando recebidos, sendo apresentados como outros rendimentos e ganhos na demonstração de resultados durante o período de vida útil estimado para os ativos em causa. Se reembolsáveis e vencendo juros são considerados em Outros empréstimos obtidos.

Os subsídios reembolsáveis que vencem juros a condições “fora de mercado” são mensurados ao justo valor no momento do reconhecimento inicial. Para cada subsídio, a determinação do justo valor no momento inicial corresponde ao valor atual dos pagamentos futuros associados ao subsídio, descontados à taxa de financiamento da empresa à data do reconhecimento, para empréstimos de prazos semelhantes.

O diferencial entre o valor nominal e o justo valor no momento inicial está incluído na linha “Subsídios não reembolsáveis”, incluída em Outros empréstimos obtidos e credores diversos, sendo posteriormente reconhecida em resultados, em “Outros rendimentos e ganhos” durante o período de vida útil estimado para os ativos em causa. Posteriormente estes subsídios são mensurados ao custo amortizado.

Os subsídios recebidos são classificados como atividade de financiamento na Demonstração dos Fluxos de Caixa.

s. Locações

Sempre que um contrato indicié a transferência substancial dos riscos e dos benefícios inerentes ao bem em causa para a CORTICEIRA AMORIM, a locação será classificada como financeira.

Todas as outras locações são consideradas como operacionais, sendo os respetivos pagamentos registados como custos do exercício.

Sempre que a CORTICEIRA AMORIM se qualifica como locatária de locações financeiras, os bens em regime de locação são reconhecidos como Ativos Fixos Tangíveis, sendo depreciados pelo período menor entre o termo dos contratos e a vida útil dos bens.

t. Instrumentos financeiros derivados

A CORTICEIRA AMORIM utiliza instrumentos financeiros derivados, tais como contratos de câmbio à vista e a prazo, opções e *swaps*, somente para cobertura dos riscos financeiros a que está exposta. A CORTICEIRA AMORIM não utiliza instrumentos financeiros derivados para especulação. A empresa adota a contabilização de acordo com contabilidade de cobertura (*hedge accounting*) respeitando integralmente o disposto nos normativos respetivos. A negociação dos instrumentos financeiros derivados é realizada, em nome das empresas individuais, pelo departamento de tesouraria central (Sala de Mercados), obedecendo a normas aprovadas pela respetiva Administração. Os instrumentos financeiros derivados são reconhecidos ao seu justo valor. No que diz respeito ao reconhecimento, a contabilização faz-se da seguinte forma:

- **Coberturas de Justo Valor**

Para as relações de cobertura classificadas como cobertura de justo valor e que são determinadas pertencerem a uma cobertura eficaz, ganhos ou perdas resultantes de remensurar o instrumento de cobertura ao justo valor são reconhecidos em resultados, juntamente com variações no justo valor do item coberto que são atribuíveis ao risco coberto.

- **Coberturas de Fluxos de Caixa**

Para as relações de cobertura classificadas como cobertura de fluxos de caixa e que são determinadas pertencerem a uma cobertura eficaz, ganhos ou perdas no justo valor do instrumento de cobertura são reconhecidas no capital próprio, sendo transferidos para resultados no período em que o respetivo item coberto afeta resultados; a parte ineficaz será reconhecida diretamente nos resultados.

- **Cobertura de um Investimento Líquido**

Atualmente, a empresa não considera a realização de coberturas cambiais sobre investimentos líquidos em unidades operacionais estrangeiras (subsidiárias).

A CORTICEIRA AMORIM tem bem identificada a natureza dos riscos envolvidos, documenta exaustiva e formalmente as relações de cobertura, garantindo através dos seus sistemas de informação, que cada relação de cobertura seja acompanhada pela descrição da política de risco da empresa; objetivo e estratégia para a cobertura; classificação da relação de cobertura; descrição da natureza do risco que está a ser coberto; identificação do instrumento de cobertura e item coberto; descrição da mensuração inicial e futura da eficácia; identificação da parte do instrumento de cobertura, se houver, que será excluída da avaliação da eficácia.

A empresa considerará o desreconhecimento nas situações em que o instrumento de cobertura expirar for vendido, terminar ou exercido; a cobertura deixar de preencher os critérios para a contabilidade de cobertura; para a cobertura de fluxos de caixa, a transação prevista deixa de ser altamente provável ou deixa de ser esperada; por razões de gestão a empresa decide cancelar a designação de cobertura.

u. Capital próprio

As ações ordinárias são classificadas como capital próprio.

Sempre que são adquiridas ações da CORTICEIRA AMORIM, os montantes pagos pela aquisição são reconhecidos em capital próprio a deduzir ao seu valor, numa linha de “Ações Próprias”.

v. Resultados não recorrentes

Os resultados operacionais não recorrentes que pela sua materialidade ou natureza possam distorcer o desempenho financeiro da Corticeira Amorim, bem como a sua comparabilidade, são apresentados em linha separada da Demonstração Consolidada dos Resultados por Naturezas. Estes resultados incluem, entre outros, gastos de reestruturação, gastos de transação para a aquisição de subsidiárias e gastos para a saída de determinados países.

w. Eventos subsequentes

A Corticeira Amorim reconhece nas demonstrações financeiras os eventos que, após a data do balanço, proporcionem informação adicional sobre as condições que existiam a data do balanço, incluindo as estimativas inerentes ao processo de preparação das demonstrações financeiras. O grupo não reconhece os eventos que, após a data do balanço, proporcionem informação sobre condições que ocorram após a data do balanço.

III - GESTÃO DE RISCO FINANCEIRO

A atividade da CORTICEIRA AMORIM está exposta a uma variedade de riscos financeiros: risco de mercado (incluindo risco cambial, risco taxa de juro e risco preço matéria-prima), risco de crédito, risco de liquidez e risco de capital.

Risco de mercado

a. Risco cambial

A Administração da CORTICEIRA AMORIM estabeleceu uma política de cobertura de risco cambial que aponta para uma cobertura total dos ativos resultantes das suas vendas nas principais divisas e dos passivos resultantes das suas compras em USD. Relativamente às encomendas até 90 dias os responsáveis das Unidades de Negócio decidirão conforme a evolução efetiva dos mercados cambiais. Para as coberturas relativas a encomendas a mais de 90 dias que os responsáveis das UN considerarem relevantes a decisão será do âmbito da Administração da CORTICEIRA AMORIM.

Atendendo à relação entre o montante da exposição do grupo a ativos e passivos financeiros em moeda estrangeira, e aos nocionais das coberturas contratadas, à data de 31 de dezembro de 2017, qualquer variação que tivesse ocorrido no câmbio das principais divisas face ao Euro (em particular o USD), não teria efeito material nos resultados consolidados do grupo. Relativamente ao efeito sobre as encomendas cobertas, este seria registado em Capitais Próprios. Em termos de cobertura de investimento líquido em subsidiárias/associadas, dado a CORTICEIRA AMORIM não considerar a realização de coberturas cambiais sobre os mesmos, qualquer variação cambial face aos câmbios de fecho, teria um efeito imediato no valor dos Capitais Próprios. Dada a relativa imaterialidade do valor dos investimentos líquidos em subsidiárias cuja moeda funcional não é o euro, o efeito não foi materialmente significativo. O valor registado em diferenças de conversão cambial, onde está incluído o efeito da não cobertura destes investimentos, atingiu em 31 de dezembro de 2017 o valor de -1.045 K€ € (31 dezembro de 2016: 2.274 K€).

b. Risco Taxa de Juro

A 31 de dezembro 2016 e de 2017, do total da dívida remunerada, 25 M€ venciam juros a taxa fixa por um período de 10 anos.

O risco taxa de juro resulta, essencialmente, dos empréstimos obtidos não correntes a taxa variável (23,1 M€ em 31/12/2017 e 13,6 M€ em 31/12/2016).

À data de 31 de dezembro de 2017, se as taxas de juro tivessem sido 0,1 pontos percentuais mais altas, mantendo-se as restantes variáveis constantes, o resultado antes de imposto seria mais baixo em cerca de 85 milhares de euros (62 milhares de euros em 2016) fruto do aumento dos custos financeiros com dívida remunerada a taxa variável.

c. Risco Preço Matéria-Prima

Atenta a criticidade, transversal a todas as UN, deste fator, a gestão da compra, armazenagem e preparação da única variável comum a todas as atividades da CORTICEIRA AMORIM que é a matéria-prima (cortiça) encontra-se reunida numa UN autónoma, o que, entre outros objetivos permite preparar, debater e decidir no seio do Conselho de Administração a orientação ou a política de aprovisionamento plurianual a desenvolver.

A equipa de compra de cortiça do Grupo é constituída por um conjunto de pessoas altamente especializadas, atuando essencialmente nos mercados de Portugal, Espanha e Norte de África. O objetivo da equipa de compradores é maximizar a relação qualidade/preço da cortiça comprada e simultaneamente assegurar a compra da quantidade suficiente para o nível de produção desejado.

O mercado de cortiça é um mercado aberto onde o preço é determinado pela lei da oferta e da procura. O preço oferecido pela CORTICEIRA AMORIM é determinado negócio a negócio, e depende essencialmente da qualidade estimada da cortiça. A CORTICEIRA AMORIM não tem capacidade de definir o preço de compra da campanha, sendo este resultado do funcionamento do mercado.

Estando a compra concentrada num determinado período do ano, no qual se garante o abastecimento de matéria-prima para todo o ano seguinte, os preços de venda dos produtos acabados e margens do negócio são definidos tendo em atenção o custo de aquisição da matéria-prima.

Risco de crédito

O risco de crédito resulta, no essencial, dos saldos a receber de clientes resultantes de transações comerciais. O risco de crédito cliente é avaliado pelas Direções Financeiras das empresas operacionais, tendo em conta o histórico de relação comercial, a sua situação financeira, bem como outras informações que possam ser obtidas através da rede de negócios da CORTICEIRA AMORIM. Os limites de crédito estabelecidos são regularmente analisados e revistos, se necessário. O risco de crédito está naturalmente diminuído face à dispersão das vendas por um número muito elevado de clientes, espalhados por todos os continentes, não representando qualquer um mais do que 3% das vendas totais.

Na generalidade não são exigidas garantias aos clientes. A CORTICEIRA AMORIM não recorre ao seguro de crédito.

O risco de crédito resulta ainda dos saldos de disponibilidades e instrumentos financeiros derivados. A CORTICEIRA AMORIM analisa previamente o rating das instituições financeiras de modo a minimizar o risco de incumprimento das contrapartes.

O montante máximo do risco de crédito é o que resulta do não recebimento da totalidade dos ativos financeiros (dezembro 2017: 224 milhões de euros e dezembro 2016: 224 milhões de euros).

O Caixa e Equivalentes da Corticeira Amorim encontra-se disperso por mais 80 subsidiárias, sendo que a subsidiária que temo maior peso corresponde a 15% do Caixa e Equivalentes. Ao nível da qualidade de risco de crédito, associada a Caixa e Equivalentes, em 31 de dezembro de 2017, a Corticeira Amorim seleciona instituições financeiras cujo rating não coloca em causa a realização destes ativos. As contrapartes mais relevantes têm o seguinte rating: S&P (A-3 | A-2); Moody's (Ba1 | P2); Fitch (F3 | F2).

Risco de Liquidez

O departamento financeiro da CORTICEIRA AMORIM analisa regularmente os *cash flows* previsionais de modo a assegurar que existe liquidez suficiente para o grupo satisfazer as suas necessidades operacionais e, em simultâneo, dar cumprimento às obrigações associadas às várias linhas de financiamento. Os excedentes de liquidez são investidos em depósitos remunerados de curto prazo. Desta forma, assegura-se a necessária flexibilidade na condução dos seus negócios.

Os *cash flows* não descontados estimados por maturidade contratual para os passivos financeiros são como seguem:

	milhões de euros				
	Ate 1 ano	De 1 a 2 anos	De 2 a 4 anos	Mais de 4 anos	Total
Divida remunerada	48.399	3.140	10.469	25.000	87.008
Outros emp. obtidos e credores div.	44.509	3.138	6.061	873	54.581
Fornecedores	109.985				109.985
Total a 31 de dezembro de 2016	202.894	6.278	16.530	25.873	251.575
Divida remunerada	61.695	10.170	12.914	25.011	109.790
Outros emp. obtidos e credores div.	49.654	11.331	15.851	9.592	86.429
Fornecedores	157.096				157.096
Total a 31 de dezembro de 2017	268.445	21.501	28.765	34.603	353.314

A cobertura do risco de liquidez, é feita, no essencial, pela existência de um conjunto de linhas de crédito imediatamente disponíveis, e, eventualmente, pela existência de depósitos bancários.

Com base nos fluxos de caixa esperados, a reserva de liquidez, composta no essencial por linhas de crédito não utilizadas, terá a seguinte evolução estimada no exercício de 2018.

	milhões de euros
	2018
Saldo inicial	176
Fluxo das atividade operacionais	132
Pagamentos de investimentos	-50
Pagamentos de juros e dividendos	-26
Pagamentos de imposto sobre o rendimento	-28
Fluxo financeiro (inclui var. linhas de crédito)	-14
Saldo final	190

Nota: inclui os dividendos propostos para a AG de 13 de Abril 2018

O fluxo financeiro pressupõe que no final de 2018, o nível de linhas de crédito não utilizadas é igual ao do início do ano e o caixa e equivalentes será aproximadamente 10 M€.

Risco de capital

O objetivo primordial da Administração é assegurar a continuidade das operações, proporcionando uma adequada remuneração aos Acionistas e os correspondentes benefícios aos restantes Stakeholders da CORTICEIRA AMORIM. Para a prossecução deste objetivo é fundamental uma gestão cuidadosa dos capitais empregues no negócio, procurando assegurar uma estrutura ótima dos mesmos, conseguindo desse modo a necessária redução do seu custo. No sentido de manter ou ajustar a estrutura de capitais considerada adequada, a Administração pode propor à Assembleia Geral dos Acionistas as medidas consideradas necessárias e que podem passar por ajustar o *pay-out* relativo aos dividendos a distribuir, transacionar ações próprias, aumentar o capital social por emissão de ações e venda de ativos entre outras medidas.

O indicador utilizado para monitorar a estrutura de capitais é o rácio de Autonomia Financeira. A Administração estabelece como alvo um nível não inferior a 40% de Autonomia Financeira, atendendo às características da empresa e do sector económico em que se enquadra. Considera ainda que, conforme as condições objetivas da conjuntura económica em geral e do sector em particular, aquele rácio não deverá desviar-se significativamente do intervalo 40%-50%.

A Autonomia Financeira apresentou a seguinte evolução:

	milhares de euros		
	31 dezembro 2017	31 dezembro 2016	31 dezembro 2015
Capital Próprio	459.991	426.943	354.133
Ativo	869.407	726.873	667.219
Autonomia Financeira	52,9%	58,7%	53,1%

Justo valor de ativos e passivos financeiros

Em 31 de dezembro de 2017, os instrumentos financeiros mensurados pelo justo valor eram instrumentos financeiros derivados e o acordo para a aquisição de participação adicional de uma subsidiária na Bourrassé. Os derivados usados pela CORTICEIRA AMORIM, não sendo transacionados em mercado, não têm cotação (derivados negociados “*over the counter*”).

De acordo com o normativo contabilístico, é estabelecido uma hierarquia de justo valor que classifica em três níveis os dados a utilizar nas técnicas de mensuração pelo justo valor dos ativos e passivos financeiros:

- Dados de Nível 1 - preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos;
- Dados de Nível 2 - dados distintos de preços cotados, que sejam observáveis para o ativo ou passivo, direta ou indiretamente;
- Dados de Nível 3 - dados não observáveis relativamente ao ativo ou passivo.

Durante o exercício, não ocorreram transferências entre os níveis referidos acima.

O valor dos instrumentos financeiros derivados reconhecido na Demonstração da posição financeira da CORTICEIRA AMORIM, à data de 31 de dezembro de 2017, ascendem a 800 K€ no ativo (31/12/2016: 0 K€) e 265 K€ no passivo (31/12/2016: 2.989 K€), conforme notas XVI e XXII. O acordo para a aquisição de participação adicional de uma subsidiária encontra-se descrito na Nota VI.

A CORTICEIRA AMORIM recorre a *forwards outright*s e opções para cobertura do risco cambial, conforme evidenciado na nota XXX. Na avaliação dos instrumentos de cobertura do risco cambial, são usadas técnicas de valorização que usam inputs observáveis (Nível 2). O justo valor é calculado através de um modelo proprietário da CORTICEIRA AMORIM desenvolvido pela Reuters, usando o método dos cash-flows atualizados para os *forwards outright*s, enquanto que para as opções é usado o modelo de cálculo Black & Scholes.

Resumo do justo valor dos instrumentos financeiros derivados:

m milhares de euros

Natureza	Hierarquia	Tipo	31.12.2017		31.12.2016	
			Nocional	Justo Valor	Nocional	Justo Valor
		Cobertura de Fluxos de Caixa	0	416	0	0
		Cobertura de JV	16.168	445	0	0
		Derivados de Negociação	0	-61	0	0
		Nível2 Total	16.168	800	0	0
		Ativo Total	16.168	800	0	0
		Cobertura de Fluxos de Caixa	14.866	0	27.296	1.395
		Cobertura de JV	8.051	266	14.287	996
		Derivados de Negociação	0	-1	17.599	597
		Nível2 Total	22.917	265	59.182	2.989
		Acordo para aquisição de participação adicional em subsidiária	20.000	19.035	-	-
		Nível3 Total	20.000	19.035	-	-
		Passivo Total	42.917	19.300	59.182	2.989

Os principais inputs utilizados na valorização são: curva de taxas de câmbio *forward* e estimativas de volatilidade das moedas.

IV - ESTIMATIVAS E PRESSUPOSTOS CRÍTICOS

No decurso dos registos contabilísticos necessários à determinação do valor do património e do rédito, as empresas constituintes da CORTICEIRA AMORIM fazem uso de estimativas e pressupostos relativos a eventos cujos efeitos só serão plenamente conhecidos em exercícios futuros. Na sua maioria tem-se verificado que os valores registados foram confirmados no futuro. Todas as variações que, eventualmente, surjam serão registadas nos exercícios em que se determinem os seus efeitos definitivos.

As vidas úteis utilizadas representam melhor estimativa para o período esperado de utilização dos bens. São revistas periodicamente e ajustadas se necessário, conforme referido na Nota II. c.

O valor de 13.146 K€ em Impostos Diferidos Ativos (31/12/2016: 10.004 K€) será recuperado caso se materializem os planos de negócio previstos para as empresas geradoras daquele ativo (Nota XII).

As provisões constituídas para processos e outras contingências fiscais têm por base a melhor estimativa da gestão das perdas que poderão existir no futuro associadas a esses processos (Nota XXIX).

V - PROCESSO DE ELABORAÇÃO DAS CONTAS CONSOLIDADAS

A descrição dos principais elementos do sistema de controlo interno e de gestão de riscos do grupo relativamente ao processo de elaboração das contas consolidadas é a que segue:

O processo de preparação da informação financeira está dependente dos intervenientes no processo de registo das operações e dos sistemas de suporte. Existe no grupo um Manual de Procedimentos de Controlo Interno e um Manual Contabilístico, implementados ao nível do Grupo CORTICEIRA AMORIM. Estes manuais contêm um conjunto de regras e políticas destinadas a garantir que no processo de preparação da informação financeira são seguidos princípios homogéneos, e a assegurar a qualidade e fiabilidade da informação financeira.

A implementação das políticas contabilísticas e procedimentos de controlo interno relacionados com a preparação da informação financeira é alvo de avaliação pela atividade da auditoria interna e externa.

Todos os trimestres, a informação financeira consolidada por unidade de negócio é avaliada, validada e aprovada pela Direção de cada uma das unidades de negócio do grupo.

Antes da sua divulgação, a informação financeira consolidada da Corticeira Amorim é aprovada pelo Conselho de Administração e apresentada ao Conselho Fiscal.

VI - EMPRESAS INCLUÍDAS NA CONSOLIDAÇÃO

Empresa		Localização	País	2017	2016
Matérias-Primas					
Amorim Natural Cork, S.A.		Vale de Cortiças - Abrantes	PORTUGAL	100%	100%
Amorim Florestal, S.A.		Ponte de Sôr	PORTUGAL	100%	100%
Amorim Florestal Espanha, SL		San Vicente Alcántara	ESPAÑA	100%	100%
Amorim Florestal Mediterrâneo, SL		Cádiz	ESPAÑA	100%	100%
Amorim Tunisie, S.A.R.L.		Tabarka	TUNÍSIA	100%	100%
Augusta Cork, S.L.		San Vicente Alcántara	ESPAÑA	100%	100%
Comatral - C. de Maroc. de Transf. du Liège, S.A.		Skhirat	MARROCOS	100%	100%
SIBL - Société Industrielle Bois Liège		Jijel	ARGÉLIA	51%	51%
Société Nouvelle du Liège, S.A. (SNL)		Tabarka	TUNÍSIA	100%	100%
Société Tunisienne d'Industrie Bouchonnaire	(c) (g)	Tabarka	TUNÍSIA	55%	45%
Vatrya - Serviços de Consultadoria, Lda		Funchal - Madeira	PORTUGAL	100%	100%
Rolhas					
Amorim & Irmãos, SGPS, S.A.		Santa Maria Lamas	PORTUGAL	100%	100%
ACI Chile Corchos, S.A.	(d)	Santiago	CHILE	100%	-
ACIC USA, LLC		California	E. U. AMÉRICA	100%	100%
Agglotap, S.A.		Girona	ESPAÑA	91%	91%
All Closures In, S.A.		Paços de Brandão	PORTUGAL	75%	75%
Amorim & Irmãos, S.A.		Santa Maria Lamas	PORTUGAL	100%	100%
Amorim Argentina, S.A.		Buenos Aires	ARGENTINA	100%	100%
Amorim Australasia Pty Ltd		Adelaide	AUSTRALIA	100%	100%
Amorim Bartop, S.A.		Vergada	PORTUGAL	75%	75%
Amorim Cork América, Inc.		California	E. U. AMÉRICA	100%	100%
Amorim Cork Beijing Ltd.		Beijing	CHINA	100%	100%
Amorim Cork Bulgaria EOOD		Plovdiv	BULGARIA	100%	100%
Amorim Cork Deutschland GmbH & Co KG		Mainzer	ALEMANHA	100%	100%
Amorim Cork Espanha, S.L.		San Vicente Alcántara	ESPAÑA	100%	100%
Amorim Cork Itália, SPA		Conegliano	ITALIA	100%	100%
Amorim Cork South Africa (Pty) Ltd		Cape Town	ÁFRICA DO SUL	100%	100%
Amorim France, S.A.S.		Champfleury	FRANÇA	100%	100%
Amorim Top Series France, S.A.S.		Gensac La Pallue	FRANÇA	100%	100%
Amorim Top Series, S.A.		Vergada	PORTUGAL	75%	75%
Bouchons Prioux		Epernay	FRANÇA	91%	91%
Chapuis, S.L.		Girona	ESPAÑA	100%	100%
Corchera Gomez Barris	(c)	Santiago	CHILE	50%	50%
Corchos de Argentina, S.A.	(b)	Mendoza	ARGENTINA	50%	50%
Corpack Bourrasse, S.A.	(e)	Santiago	CHILE	60%	-
Equipar, Participações Integradas, Lda.		Coruche	PORTUGAL	100%	100%
S.A.S. Ets Christian Bourassé	(e)	Tosse	FRANÇA	60%	-
FP Cork, Inc.		California	E. U. AMÉRICA	100%	100%
Francisco Oller, S.A.		Girona	ESPAÑA	92%	92%
Hungarocork, Amorim, RT		Budapeste	HUNGRIA	100%	100%
Indústria Corchera, S.A.	(c)	Santiago	CHILE	50%	50%
Korken Schiesser Ges.M.B.H.		Viena	AUSTRIA	69%	69%
Olimpiadas Barcelona 92, S.L.		Girona	ESPAÑA	100%	100%
Portocork América, Inc.		California	E. U. AMÉRICA	100%	100%
Portocork France, S.A.S.		Bordéus	FRANÇA	100%	100%
Portocork Internacional, S.A.		Santa Maria Lamas	PORTUGAL	100%	100%
Portocork Itália, s.r.l		Milão	ITALIA	100%	100%
Sagrera et Cie		Reims	FRANÇA	91%	91%
S.A. Oller et Cie		Reims	FRANÇA	92%	92%
S.C.I. Friedland		Céret	FRANÇA	100%	100%
S.C.I. Prioux		Epernay	FRANÇA	91%	91%
Socori, S.A.	(e)	Rio Meão	PORTUGAL	60%	-
Sodiliège	(e)	Cognac	FRANÇA	75%	-
Société Nouvelle des Bouchons Trescases	(b)	Perpignan	FRANÇA	50%	50%
Trefinos Australia		Adelaide	AUSTRALIA	91%	91%
Trefinos Italia, s.r.l		Treviso	ITALIA	91%	91%
Trefinos USA, LLC		Fairfield, CA	E. U. AMÉRICA	91%	91%
Trefinos, S.L		Girona	ESPAÑA	91%	91%
Victory Amorim, SI	(c)	Navarrete - La Rioja	ESPAÑA	50%	50%
Wine Packaging & Logistic, S.A.	(b)	Santiago	CHILE	50%	50%

Empresa		Localização	País	2017	2016
Revestimentos					
Amorim Revestimentos, S.A.		S. Paio de Oleiros	PORTUGAL	100%	100%
Amorim Benelux, BV		Tholen	HOLANDA	100%	100%
Amorim Deutschland, GmbH - AR	(a)	Delmenhorts	ALEMANHA	100%	100%
Amorim Flooring, SA		S. Paio de Oleiros	PORTUGAL	100%	100%
Amorim Flooring (Switzerland) AG		Zug	SUIÇA	100%	100%
Amorim Flooring Austria GesmbH		Viena	AUSTRIA	100%	100%
Amorim Flooring Investments, Inc.		Hanover - Maryland	E. U. AMÉRICA	100%	100%
Amorim Flooring North America Inc.		Hanover - Maryland	E. U. AMÉRICA	100%	100%
Amorim Flooring Rus, LLC		Moscovo	RÚSSIA	100%	100%
Amorim Flooring UK, Ltd	(d)	Manchester	REINO UNIDO	100%	-
Amorim Japan Corporation		Tóquio	JAPÃO	100%	100%
Amorim Revestimientos, S.A.		Barcelona	ESPAÑA	100%	100%
Cortex Korkvertriebs GmbH		Fürth	ALEMANHA	100%	100%
Dom KorKowy, Sp. Zo. O.	(c)	Kraków	POLÓNIA	50%	50%
Timberman Denmark A/S		Hadsund	DINAMARCA	51%	51%
Aglomerados Compósitos					
Amorim Cork Composites, S.A.		Mozelos	PORTUGAL	100%	100%
Amorim (UK) Ltd.		Horsham West Sussex	REINO UNIDO	100%	100%
Amorim Comp Cork, Lda		Mozelos	PORTUGAL	100%	100%
Amorim Cork Composites LLC		São Petersburgo	RÚSSIA	100%	100%
Amorim Cork Composites Inc.		Trevor - Wisconsin	E. U. AMÉRICA	100%	100%
Amorim Deutschland, GmbH - ACC	(a)	Delmenhorts	ALEMANHA	100%	100%
Amorim Industrial Solutions - Imobiliária, S.A.		Corroios	PORTUGAL	100%	100%
Amosealtex Cork Co., Ltd	(b) (f)	Xangai	CHINA	50%	30%
Chinamate (Shaanxi) Natural Products Co. Ltd		Shaanxi	CHINA	100%	100%
Chinamate Development Co. Ltd		Hong Kong	CHINA	100%	100%
Compruss - Investimentos e Participações Lda		Mozelos	PORTUGAL	100%	100%
Corticeira Amorim - France SAS		Lavardac	FRANCE	100%	100%
Florconsult - Consultoria e Gestão, Lda		Mozelos	PORTUGAL	100%	100%
Postya - Serviços de Consultadoria, Lda.		Funchal - Madeira	PORTUGAL	100%	100%
Isolamentos					
Amorim Isolamentos, S.A.	(f)	Vendas Novas	PORTUGAL	100%	80%
Holding Cortiça					
Corticeira Amorim, SGPS, S.A.		Mozelos	PORTUGAL	100%	100%
Ginpar, S.A. (Générale d' Invest. et Participation)		Skhirat	MARROCOS	100%	100%
Amorim Cork Research, Lda.		Mozelos	PORTUGAL	100%	100%
Amorim Cork Services, Lda.		Mozelos	PORTUGAL	100%	100%
Amorim Cork Ventures, Lda		Mozelos	PORTUGAL	100%	100%
Ecochic portuguesas - footwear and fashion products, Lda	(g)	Mozelos	PORTUGAL	12%	24%
Corecochic - Corking Shoes Investments, Lda	(g)	Mozelos	PORTUGAL	50%	-
Gröwancork - Estruturas isoladas com cortiça, Lda	(b)	Mozelos	PORTUGAL	25%	25%
PrimaLynx - Sustainable Solutions, Lda.	(b) (h)	Mozelos	PORTUGAL	24%	24%
TDCork - Tapetes Decorativos com Cortiça, Lda	(b) (h)	Mozelos	PORTUGAL	25%	25%
Soc. Portuguesa de Aglomerados de Cortiça, Lda		Montijo	PORTUGAL	100%	100%
Supplier Portal Limited	(d)	Hong Kong	CHINA	100%	-

Juridicamente são uma só empresa: Amorim Deutschland, GmbH & Co. KG.

- (a) -
- (b) - Consolida pelo Método de Equivalência Patrimonial.
- (c) - Consolida pelo método integral porque a administração da CORTICEIRA AMORIM SGPS, SA detém direta ou indiretamente, o controlo das atividades relevantes.
- (d) - Empresa constituída em 2017.
- (e) - Empresa adquirida em 2017.
- (f) - Aumento da percentagem de interesse
- (g) - Corecochic foi constituída em 2017 e consolida pelo Método de Equivalência Patrimonial. Passou a deter a Ecochic que por esta via também consolida pelo Método de Equivalência Patrimonial.
- (h) - Sociedades que já existiam em 2016 e que por lapso não estavam discriminadas na nota VI do R&C 2016.

Para as entidades consolidadas pelo método integral, a percentagem dos direitos de voto detidos por “Interesses que não controlam” é igual à percentagem de detenção de capital social.

Aquisição de BOURRASSÉ

Em 19 julho de 2017, a Corticeira Amorim, através da subsidiária Amorim Irmãos, S.G.P.S., S.A., celebrou um acordo para aquisição do capital social da sociedade S.A.S. ETS CHRISTIAN BOURRASSÉ, com sede em Tosse (França). A S.A.S. ETS CHRISTIAN BOURRASSÉ detém integralmente o capital da sociedade SOCORI - SOCIEDADE DE CORTIÇAS DE RIOMEÃO, S.A. (Riomeão, Portugal) e da sociedade CORPACK BOURRASSÉ S.A. (Santiago, Chile) - as três em conjunto designadas por BOURRASSÉ.

Nos termos do acordo celebrado, a Amorim & irmãos, SGPS, S.A. adquiriu, num primeiro momento, 60% do capital social da S.A.S. ETS CHRISTIAN BOURRASSÉ, pelo montante de 29 M€. O acordo prevê a aquisição subsequente até 2022 dos restantes 40% por um preço que, tomando por referência o valor já pago pelos primeiros 60%, dependerá ainda da evolução da performance da BOURRASSÉ nos próximos anos.

Atualmente, a BOURRASSÉ conta com uma equipa de cerca de 450 colaboradores que trabalham todos os dias para produzir e distribuir mais de 700 milhões de rolhas vendidas a mais de 3.300 clientes (diretos e indiretos). O Grupo desenvolve a sua atividade sobretudo em França, Espanha, Itália e Chile.

O grupo optou por mensurar os interesses que não controlam pela respetiva quota-parte nos ativos e passivos da adquirida.

Estas empresas foram incorporadas no consolidado a partir de 1 de julho de 2017.

Ativos e passivos da adquirida

Os justos valores dos ativos e passivos identificados no âmbito desta transação são evidenciados no quadro abaixo:

m. milhões de euros	
Justo valor reconhecido na data de aquisição	
Ativo fixo tangível	21
Inventários	37
Clientes	14
Devedores	5
Impostos diferidos	1
Ativo	78
Fornecedores	5
Credores	3
Provisões	1
Dívida financeira líquida	35
Impostos diferidos	0
Passivo	45
Ativo líquido	33
60% dos ativos líquidos identificáveis	19
Goodwill	10
Interesses que não controlam na data da aquisição	13

Os principais ajustamentos ao justo valor efetuados no âmbito deste processo foram ao nível dos Inventários, provisões e impostos diferidos. Para os restantes ativos e passivos não foram identificadas diferenças significativas entre o justo valor e o respetivo valor contabilístico. O goodwill apresentado no valor de 9,7 M€ representa o valor remanescente que não foi possível identificar na adquirida e corresponde a sinergias e o complementar da atividade da Corticeira Amorim. Não é expectável que o goodwill reconhecido nas contas seja dedutível para efeitos fiscais.

O justo valor dos interesses que não controlam da BOURRASSÉ foram calculados de acordo com os termos estabelecidos no contrato de compra. À data da aquisição, o grupo reconheceu um passivo financeiro no montante de 19,0 M€, correspondente ao valor atual estimado do acordo para aquisição dos interesses que não controlam.

O contributo da Bourrassé para os resultados da Corticeira Amorim foi o seguinte: vendas: 25,9 M€, EBITDA: 3,1 M€ e EBIT: 1,8 M€. Estima-se que os contributos da Bourrassé para os resultados, caso tivesse sido adquirida em 1 de janeiro de 2017, seriam os seguintes: vendas: 57,7 M€, EBITDA: 7,3 M€ e EBIT: 5,3 M€.

Os custos com esta transação totalizando 349 milhares de euros foram registados como gastos não recorrentes (Nota XXV).

Aquisição de SODILIÈGE

Em 11 setembro de 2017, a Corticeira Amorim, através da subsidiária AMORIM BARTOP - INVESTIMENTOS E PARTICIPAÇÕES, S.A., celebrou um acordo para a aquisição da sociedade S.A.S. SODILIÈGE, localizada em Merpins, Cognac (França). A Corticeira Amorim concluiu a aquisição de 100% do capital social da SODILIÈGE, tendo assumindo, ainda, o compromisso de adquirir as instalações fabris e administrativas onde a SODILIÈGE desenvolve a sua atividade. O montante global desta operação ascende a 3 M€ correspondendo o valor de compra dos 100% do capital social a 1,8 M€.

A SODILIÈGE produz e distribui rolhas capsuladas (bartops) para bebidas alcoólicas e espirituosas tais como o *cognac* e o *armagnac*. Possui um portefólio de rolhas capsuladas de elevada qualidade e diversidade, produzindo rolhas à medida das especificações dos seus clientes, com cápsulas em materiais distintos como o metal (*zamac* ou estanho), o vidro, a madeira, a porcelana ou o plástico. A empresa possui tecnologia de injeção de plástico.

No exercício económico de 2016, a SODILIÈGE registou um volume de negócios de 3,2 M€, dispondo de uma equipa altamente especializada composta por 12 colaboradores.

O grupo optou por mensurar os interesses que não controlam pela respetiva quota-parte nos ativos e passivos da adquirida.

A SODILIÈGE foi incorporada no consolidado em 30 de setembro de 2017.

Ativos e passivos da adquirida

Os justos valores dos ativos e passivos identificados no âmbito desta transação são evidenciados no quadro abaixo:

milhões de euros	
Justo valor reconhecido na data de aquisição	
Ativo fixo tangível	0,3
Inventários	0,7
Clientes	0,6
Devedores	0,2
Imp diferidos	0,3
Ativo	2,0
Fornecedores	0,4
Credores	0,1
Dívida financeira líquida	0,0
Passivo	0,5
Ativo líquido	1,5
75% dos ativos líquidos identificáveis	1,1
Goodwill	0,2
Interesses que não controlam na data da aquisição	0,1

Não foram identificadas diferenças significativas entre o justo valor e o respetivo valor contabilístico. O *goodwill* apresentado representa o valor remanescente que não foi possível identificar na adquirida. Não é expectável que o *goodwill* reconhecido nas contas seja dedutível para efeitos fiscais.

O justo valor dos interesses que não controlam resultam da participação ter sido adquirida por uma subsidiária que não é detida a 100%.

Os custos com esta transação totalizando 123 milhares de euros foram registados como gastos não recorrentes (Nota XXV).

VII - CÂMBIOS UTILIZADOS NA CONSOLIDAÇÃO

Câmbios consolidação		Taxa de Fecho 31/dez/17	Taxa Média jan-dez 17	Taxa Média jan-dez 16	Taxa de Fecho 31/dez/16
Argentine Peso	ARS	22,3054	18,7356	16,3224	16,6673
Australian Dollar	AUD	1,5346	1,4732	1,4883	1,4596
Lev	BGN	1,9557	1,9557	1,9557	1,9557
Brazilian Real	BRL	3,9729	3,6054	3,8561	3,4305
Canadian Dollar	CAD	1,5039	1,4647	1,4659	1,4188
Swiss Franc	CHF	1,1702	1,1117	1,0902	1,0739
Chilean Peso	CLP	737,330	732,134	748,099	703,620
Yuan Renminbi	CNY	7,8044	7,6290	7,3522	7,3202
Danish Krona	DKK	7,4449	7,4386	7,4452	7,4344
Algerian Dinar	DZD	137,539	125,091	120,725	115,821
Euro	EUR	1,0000	1,0000	1,0000	1,0000
Pound Sterling	GBP	0,8872	0,8767	0,8195	0,8562
Hong Kong Dollar	HKD	9,3720	8,8048	8,5904	8,1519
Forint	HUF	310,330	309,193	311,438	309,830
Yen	JPY	135,010	126,711	120,197	123,400
Moroccan Dirham	MAD	11,2091	10,9494	10,8274	10,6392
Zloty	PLN	4,1770	4,2570	4,3632	4,4103
Ruble	RUB	69,3920	65,9383	74,1446	64,3000
Tunisian Dinar	TND	2,9444	2,7198	2,3720	2,4185
Turkish Lira	TRL	4,5464	4,1206	3,3433	3,7072
US Dollar	USD	1,1993	1,1297	1,1069	1,0541
Rand	ZAR	14,8054	15,0490	16,2645	14,4570

VIII - RELATOS POR SEGMENTOS

A CORTICEIRA AMORIM está organizada nas seguintes Unidades de Negócio: Matérias-Primas, Rolhas, Revestimentos, Aglomerados Compósitos e Isolamentos.

Não existem diferenças entre a mensuração de lucros e prejuízos e ativos e passivos dos segmentos relatáveis, associadas a diferenças de políticas contábilísticas ou políticas de imputação de custos suportados centralmente ou ativos e passivos utilizados conjuntamente.

Para efeitos do Relato por Segmentos foi eleito como segmento principal o segmento das Unidades de Negócio (UN), já que corresponde totalmente à organização do negócio, não só em termos jurídicos, como em termos da respetiva análise. As unidades de negócio correspondem aos segmentos operacionais e o reporte por segmentos foi apresentado de acordo com a forma como os mesmos são analisados pelo Conselho de Administração da CORTICEIRA AMORIM no seu processo de tomada de decisões.

No quadro seguinte apresenta-se os principais indicadores correspondentes ao desempenho de cada uma das referidas UN, bem como a reconciliação, sempre que possível, para os indicadores consolidados:

m milhares de euros

2017	Matérias -Primas	Rolhas	Revesti mentos	Compó sitos	Isola mentos	Holding	Ajusta mentos	Consoli dado
Vendas Clientes Exterior	11.210	472.080	118.180	90.441	9.648	49	-	701.609
Vendas Outros Segmentos	144.864	4.978	3.356	8.336	941	2.516	-164.991	-
Vendas Totais	156.074	477.058	121.536	98.777	10.589	2.566	-164.991	701.609
EBITDA corrente	22.375	91.350	8.284	15.010	1.680	-5.189	85	133.594
Ativo não corrente	23.304	149.493	40.313	33.153	4.037	1.406	22.474	274.180
Ativo corrente	183.573	291.801	65.469	42.016	7.514	1.675	3.180	595.228
Passivo	60.772	170.560	39.798	31.163	2.263	10.282	94.578	409.417
Investimento Tangível e Intangível	6.131	22.475	9.729	4.661	460	284	0	43.739
Depreciações	-4.741	-17.250	-4.309	-2.669	-524	-106	0	-29.599
Ganhos (perdas) em associadas	0	1.668	-30	-181	0	-418	0	1.039

2016	Matérias -Primas	Rolhas	Revesti mentos	Compó sitos	Isola mentos	Holding	Ajusta mentos	Consoli dado
Vendas Clientes Exterior	9.406	417.592	113.772	91.463	9.086	93	-	641.411
Vendas Outros Segmentos	139.228	5.174	3.355	8.622	2.355	2.693	-161.426	-
Vendas Totais	148.634	422.766	117.128	100.085	11.440	2.785	-161.426	641.411
EBITDA corrente	18.328	75.604	12.732	16.989	2.157	-3.266	-196	122.347
Ativo não corrente	23.995	125.629	35.148	31.354	4.103	1.980	9.515	231.723
Ativo corrente	149.332	206.643	93.820	38.933	6.611	647	-837	495.150
Passivo	42.432	110.112	29.968	27.625	2.155	9.946	77.692	299.930
Investimento Tangível e Intangível	3.529	22.423	3.797	2.557	350	920	-	33.575
Depreciações	-3.482	-13.319	-5.598	-3.266	-568	-78	-	-26.310
Ganhos (perdas) em associadas	-3	271	49.706	0	0	-13	0	49.961

Ajustamentos = despolamentos inter-segmentos e valores não alocados a segmentos

EBITDA = Resultado antes de depreciações, juros, interesses que não controlam e imposto sobre rendimento

Foram considerados como únicos gastos que não implicam desembolsos materialmente relevante o valor das provisões e ajustamentos de imparidades de ativos.

Os ativos do segmento não incluem os valores relativos a IDA e saldos não comerciais com empresas do grupo.

Os passivos dos segmentos não incluem IDP, empréstimos bancários e saldos não comerciais com empresas do grupo.

A opção pela divulgação do EBITDA permite uma melhor comparação do desempenho das diferentes Unidade de Negócio, dado as estruturas financeiras não homogéneas apresentadas pelas diferentes Unidade de Negócio. Este tipo de divulgação é também coerente com a distribuição de funções existentes, já que tanto a função financeira, no sentido estrito de negociação bancária, como a função fiscal, utilização de instrumentos como, por exemplo, o RETGS, são da responsabilidade da Holding.

A UN Rolhas tem nas diferentes famílias de rolhas o seu principal produto, sendo os países produtores e engarrafadores de vinho os seus principais mercados. De destacar nos mercados tradicionais, a França, Itália, Alemanha, Espanha e Portugal. Nos novos mercados do vinho o destaque vai para os USA, Austrália, Chile, África do Sul e Argentina.

A UN Matérias-primas é de longe a mais integrada no ciclo produtivo da CORTICEIRA AMORIM, sendo mais de 95% das suas vendas dirigidas para as outras UN, sendo de destacar as vendas de prancha e discos para a UN Rolhas.

As restantes Unidades de Negócio produzem e comercializam um conjunto alargado de produtos que utilizam a matéria-prima sobrance da produção de rolhas, bem como a matéria-prima cortiça que não é suscetível de ser utilizada

na produção de rolhas. De destacar como produtos principais os revestimentos de solo, cortiça com borracha para a indústria automóvel e para aplicações antivibráticas, aglomerado expandido para isolamento térmico e acústico, aglomerados técnicos para a indústria de construção civil e calçado bem como os granulados para a fabricação de rolhas aglomeradas, técnicas e de champanhe.

Os principais mercados dos Revestimentos e Isolamentos concentram-se na Europa e os dos Aglomerados Compósitos nos EUA. Todas as Unidades de Negócio realizam o grosso da sua produção em Portugal, estando, por isso, neste país a quase totalidade do capital investido. A comercialização é feita através de uma rede de distribuição própria que está presente em praticamente todos os grandes mercados consumidores e pela qual são canalizados cerca de 70% das vendas consolidadas.

Os investimentos do exercício concentraram-se na sua quase totalidade, em Portugal. Os ativos no estrangeiro atingem cerca de 318 milhões de euros e são compostos na sua grande maioria pelo valor de inventários (99 milhões), clientes (109 milhões) e ativo fixo tangível (54 milhões).

Dos ativos não correntes, há a destacar o valor de 174 milhões de euros (2016: 144 M€) de ativos fixos tangíveis localizados em Portugal, 5,7 milhões (2016: 6,9 M€) de propriedades de investimento (estrangeiro: 0,0 M€ vs 0,2 M€ em 2016), 2,0 milhões (2016: 2,2 M€) de ativos intangíveis (estrangeiro: 2,0 M€ vs 1,6 M€ em 2016) e 1,0 milhões (2016: 2,5 M€) de outros ativos financeiros (estrangeiro: 1,6 M€ vs 1,5 M€ em 2016).

Distribuição das vendas por mercado:

m ilhães de euros

Mercados	2017		2016	
União Europeia	439.000	62,6%	388.983	60,6%
<i>dos quais: Portugal</i>	40.152	5,7%	30.331	4,7%
Resto Europa	28.655	4,1%	23.279	3,6%
Estados Unidos	129.785	18,5%	133.421	20,8%
Resto América	50.849	7,2%	47.642	7,4%
Australásia	41.621	5,9%	37.292	5,8%
África	11.698	1,7%	10.795	1,7%
TOTAL	701.609	100%	641.411	100%

IX - ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS, INTANGÍVEIS, PROPRIEDADES DE INVESTIMENTO E GOODWILL

	Terrenos e Edifícios	Equipamento Básico	Outros Ativos Fixos Tangíveis	Ativos Fixos Tangíveis em curso	Adiantamentos por conta de Ativos Fixos Tangíveis	Ativos Fixos Tangíveis	Ativos Intangíveis	Propriedade de investimento
Valores Brutos	239.478	362.075	31.936	9.894	15	643.399	6.332	15.486
Depreciações e Ajustamentos	-149.761	-273.869	-29.418	0	0	-453.048	-3.843	-10.478
ABERTURA (1 de janeiro 2016)	89.717	88.205	2.518	9.894	15	190.350	2.489	5.008
AUMENTO	7.043	20.616	1.686	2.584	3.400	35.330	1.646	0
DEPRECIACÕES / IMPARIDADES	-5.168	-17.806	-2.175	0	0	-25.149	-433	-644
DIMINUIÇÕES-ALIENAÇÕES-ABATES	-409	-2.063	-125	-343	-15	-2.955	0	-4
RECLASS. / OUT. MOVIM. / AJUST.	-1.766	7.314	26	-6.366	0	-792	69	2.776
DIFERENÇAS DE CONVERSÃO	303	322	42	3	0	670	5	-35
Valores Brutos	232.385	375.088	33.346	5.773	3.400	649.992	8.053	30.897
Depreciações e Ajustamentos	-142.664	-278.499	-31.374	0	0	-452.537	-4.277	-23.797
FECHO (31 de dezembro 2016)	89.720	96.589	1.972	5.773	3.400	197.454	3.776	7.100
Valores Brutos	232.385	375.088	33.346	5.773	3.400	649.992	8.053	30.897
Depreciações e Ajustamentos	-142.664	-278.499	-31.374	0	0	-452.537	-4.277	-23.797
ABERTURA (1 de janeiro 2017)	89.720	96.589	1.972	5.773	3.400	197.454	3.776	7.100
ENTRADAS	9.792	9.529	813	1.085	0	21.220	-11	0
AUMENTO	4.012	15.118	3.061	20.011	0	42.203	1.535	0
DEPRECIACÕES / IMPARIDADES	-5.790	-20.177	-1.766	0	0	-27.733	-1.206	-232
DIMINUIÇÕES-ALIENAÇÕES-ABATES	68	-5.695	-634	-58	0	-6.320	113	-624
RECLASS. / OUT. MOVIM. / AJUST.	1.213	2.811	740	1.260	-3.400	2.624	-111	-545
DIFERENÇAS DE CONVERSÃO	-986	-465	-60	-31	0	-1.542	-19	-21
Valores Brutos	256.656	402.649	33.620	28.040	0	720.964	10.217	22.127
Depreciações e Ajustamentos	-158.628	-304.938	-29.493	0	0	-493.059	-6.140	-16.449
FECHO (31 de dezembro 2017)	98.029	97.711	4.126	28.040	0	227.905	4.077	5.678

As perdas de imparidade reconhecidas em 2017 e 2016 tiveram como contrapartida a linha de “Depreciações/Amortizações” na demonstração consolidada dos resultados por naturezas.

O valor de 5.678 K€ em Propriedades de Investimento (31 dezembro 2016: 7.100 K€) refere-se no essencial a terrenos e edifícios não afetos à atividade produtiva.

Os dispêndios reconhecidos na quantia escriturada de ativos fixos tangíveis não tiveram qualquer representatividade. Durante o período, não foram capitalizados juros.

O justo valor das Propriedades de Investimento no caso dos terrenos e edifício de Corroios (determinado com base numa avaliação independente) corresponde ao valor registado na contabilidade. Esta rubrica inclui ainda um imóvel (Interchampagne com valor de 1.552 K€) com uma avaliação recente que corresponde ao valor contabilístico. As restantes Propriedades de Investimento incluem um imóvel com valor contabilístico de 1.000 K€ cujo rendimento, atualizada a uma WACC de mercado corresponderá aproximadamente ao valor pelo qual estão registadas nas demonstrações financeiras.

Os Ativos Intangíveis incluem essencialmente projetos de desenvolvimento autónomo de produtos e soluções inovadoras.

Detalhe do *goodwill* conforme o seguinte quadro:

m ilhães de euros				
2017	Abertura	Aumento	Diminuição	Fecho
Bourrassé	0	9.745		9.745
Sodiliège	0	103		103
Goodwill	0	9.848	0	9.848

Conforme referido na alínea f) do ponto II, os testes de imparidade são realizados anualmente. Foram projetados cash-flows, tendo por base no orçamento e planos aprovados pela gestão. Os pressupostos de crescimento tiveram em atenção o crescimento esperado para o mercado do vinho, champanhe e espumante, bem como a evolução da quota de mercado das subsidiárias neste negócio. Nos referidos testes, foram utilizadas taxas de crescimento de 4% para o período 2018-2022 e de 2% para os exercícios seguintes. A taxa de desconto utilizada foi de 7,8%.

X - INVESTIMENTOS EM ASSOCIADAS

m ilhães de euros		
	2017	2016
Saldo inicial	9.450	13.304
Entradas / Saídas	393	-6.005
Resultados	1.039	2.384
Dividendos	-500	-300
Diferenças de Conversão Cambial	662	23
Outros	-37	43
Saldo Final	11.006	9.450

As associadas são entidades através das quais o grupo atua nos mercados onde estão sediadas (no segmento de rolhas, exceto a US Floors até à sua alienação no segmento Revestimentos), funcionando como canais de distribuição de produtos. A atuação nestes mercados é feita através de vários canais, pelo que estes investimentos, sendo importantes, não são considerados estratégicos.

A totalidade dos dividendos recebidos em 2017 e 2016 é relativa à associada Trescases.

Em 2017 e 2016 o valor em Diferença de Conversão Cambial refere-se às associadas Corchos de Argentina.

m ilhães de euros				
2017				
	Part. Financ.	Goodwill	Total	Contributo p/ resultado
Trescases	4.437	1.715	6.152	1.037
Wine Packaging & Logistic	1.319	0	1.319	-181
Corchos Argentina	3.473	0	3.473	811
Outros	62	0	62	-628
Saldo Final	9.291	1.715	11.006	1.039

m ilhães de euros				
2016				
	Part. Financ.	Goodwill	Total	Contributo p/ resultado
US Floors	0	0	0	2.129
Trescases	3.899	1.715	5.614	-238
Wine Packaging & Logistic	1.523	0	1.523	-445
Corchos Argentina	2.152	0	2.152	954
Outros	161	0	161	-16
Saldo Final	7.735	1.715	9.450	2.384

As Associadas mais relevantes são, respetivamente a Trescases, Corchos de Argentina e Wine Packaging and Logistics.

Apresenta-se de seguida um sumário das respetivas informações financeiras:

2017	Trescases	Corchos Argentina	Wine Packaging	Outros
	K €	K ARS	K CLP	K €
Ativo corrente	18.208	210.879	974.750	nd
Ativo não corrente	1.286	9.420	7.366.917	nd
Ativo	19.494	220.299	8.341.667	nd
Capital Próprio	10.349	120.455	2.946.375	63
Passivo corrente	9.144	99.844	2.088.337	nd
Passivo não corrente	0	0	3.306.955	nd
Vendas	36.749	242.251	1.632.127	nd
Resultado operacional	2.339	68.859	-3.176	nd
Resultado líquido	1.567	33.326	-358.840	-628
Rendimento integral	1.567	33.326	-358.840	nd

2016	Trescases	Corchos Argentina	Wine Packaging	Outros
	K €	K ARS	K CLP	K €
Ativo corrente	17.744	126.338	1.128.313	nd
Ativo não corrente	982	5.384	7.995.122	nd
Ativo	18.726	131.722	9.123.435	nd
Capital Próprio	9.783	74.383	3.347.803	160
Passivo corrente	8.943	57.339	2.378.768	nd
Passivo não corrente	0	0	3.396.864	nd
Vendas	33.524	216.438	646.831	nd
Resultado operacional	2.243	50.685	599.358	nd
Resultado líquido	1.509	32.945	614.878	-16
Rendimento integral	1.509	32.945	614.878	nd

Além das associadas detalhadas acima, o grupo tem influência significativa num conjunto de outras associadas individualmente imateriais incluído na coluna de “Outros” no quadro anterior.

XI - OUTROS ATIVOS FINANCEIROS

Os ativos incluídos na rubrica de Outros ativos financeiros referem-se no essencial a instrumentos de capital próprio disponíveis para venda, que não têm cotação em mercado ativo e cujo justo valor não é estimável com fiabilidade, sendo por isso mensurados ao custo. Os ativos foram adquiridos com a finalidade principal de venda ou revenda, consoante o caso, e em determinados casos assegurando a manutenção e sobrevivência de entidades que a Corticeira Amorim considera parceiras para o seu negócio. A gestão efetiva das operações e ativos subjacentes continua a ser assegurada exclusivamente pelos parceiros, servindo a participação financeira como mera “garantia” do investimento efetuado.

XII - IMPOSTOS DIFERIDOS / IMPOSTO SOBRE OS RESULTADOS

A diferença entre os impostos imputados à demonstração consolidada dos resultados do exercício e dos exercícios anteriores e os impostos já pagos e a pagar relativamente a esses exercícios está reconhecida na demonstração consolidada dos resultados na rubrica de Impostos diferidos, de acordo com os princípios definidos na nota II n), e ascende a 4.096 K€ (31/12/2016: 1.318 K€).

O efeito na demonstração da posição financeira consolidada provocado por esta diferença ascende no ativo a 13.146 K€ (31/12/2016: 10.004 K€) e no passivo a 7.187 K€ (31/12/2016: 6.856 K€), conforme registado nas respetivas rubricas.

O valor do imposto diferido relacionado com itens registados diretamente em Capital Próprio foi de 273 K€ (saldo devedor) e refere-se a registos de contabilidade de cobertura. Não houve outros registos de imposto referentes a outras movimentações de Capital Próprio.

É convicção da Administração, expressa nos modelos de previsão possíveis a esta data, que o montante de Impostos Diferidos Ativos reconhecidos corresponde ao valor expectável de materialização futura no que aos prejuízos fiscais diz respeito.

	m ilhães de euros	
	2017	2016
Associados a ajust. de Inventários e terceiros	5.946	5.743
Associados a Prejuízos Fiscais	1.921	1.494
Associados a A. F. Tangíveis/Intangíveis/P. Inv.	1.577	1.329
Associados a Outras dif. temporárias dedutíveis	3.701	1.438
Impostos Diferidos - Ativos	13.146	10.004
Associados a Ativos Fixos Tangíveis	3.898	4.236
Associados a Outras dif. temporárias dedutíveis	3.289	2.620
Impostos Diferidos - Passivos	7.187	6.856
Imposto Corrente do Exercício	-28.359	-39.198
Imposto Diferido do Exercício	4.096	1.318
Imposto sobre o Rendimento	-24.263	-37.880

A diferença entre a variação ocorrida na posição financeira e o valor de gasto na Demonstração de Resultados (4.096 K€) é justificada pelo efeito cambial nos saldos de balanço das subsidiárias não euro, pela variação do valor de impostos diferidos relativo a outros rendimentos integrais de 273 K€ (crédito) e pela integração das novas sociedades no perímetro do consolidado.

No quadro seguinte pretende-se justificar a taxa de imposto efetiva contabilística partindo da taxa a que estão sujeitas a generalidade das empresas portuguesas:

Reconciliação da taxa de imposto	2017	2016
Taxa genérica de imposto	21,0%	21,0%
Efeito imposto adicional em Portugal	5,1%	3,3%
Efeito benefícios fiscais	-2,6%	-1,6%
Efeito provisão para contingências	0,1%	-0,3%
Efeito custos e proveitos não fiscais	0,2%	-0,3%
Efeito taxas tributação diferente (subsidiárias estrangeiras)	1,5%	0,7%
Efeito reconhecimento / não rec. de Imp. Diferidos (subs estr)	0,0%	-0,1%
Equivalência patrimonial	-1,0%	-1,7%
Efeito tributação adicional mais valia alienação US Floors	0,0%	5,7%
Efeito excesso estimativa de imposto e outras	-0,2%	0,2%
Taxa de imposto efetiva contabilística ⁽¹⁾	24,1%	26,9%

(1) IRC sobre Res. Antes Impostos

Durante o exercício foi pago o montante de 24.608 K€ (2016: 25.401 K€) relativo ao imposto sobre o rendimento. Deste montante, foi pago em Portugal o valor de 20.898 K€ (2016: 20.625 K€). Em termos de imposto sobre o rendimento, a diminuição da taxa efetiva deveu-se principalmente ao facto da alienação da US Floors, Inc. em 2016, ter sido realizada por uma subsidiária sediada nos EUA, onde o nível de tributação é mais elevado. O valor aproximado do imposto relativo à alienação da US Floors foi de 17,7 M€.

A CORTICEIRA AMORIM e um conjunto alargado das suas subsidiárias com sede em Portugal, passaram a ser tributadas, a partir de 1 de janeiro de 2001, pelo Regime Especial de Tributação de Grupos de Sociedades (RETGS) previsto no artigo 69.º do CIRC. A opção pela aplicação de referido regime é válida por um período de cinco exercícios, findo o qual pode ser renovada nos mesmos termos.

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais da CORTICEIRA AMORIM e das filiais com sede em Portugal estão sujeitas a revisão e possibilidade de correção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos nos termos gerais.

A Administração da CORTICEIRA AMORIM e das empresas filiais entende que as correções resultantes de revisões ou inspeções por parte das autoridades fiscais, aquelas declarações de impostos não terão um efeito significativo nas demonstrações financeiras consolidadas apresentadas para o período.

A taxa de imposto aplicável às subsidiárias portuguesas é de 21%.

A atividade das subsidiárias do grupo localizadas fora de Portugal está sujeita ao regime geral de tributação nos respetivos países e estados. Durante o exercício de 2017 não ocorreram alterações significativas na taxa de imposto aplicável às subsidiárias nos países nos quais o grupo tem operações relevantes. Para 2018 está previsto a alteração da taxa de imposto às empresas nos EUA.

O único valor de imposto diferido relacionado com itens creditados / debitados diretamente em capital próprio é relativo ao justo valor dos instrumentos financeiros de cobertura e ascende a 273 milhares euros (195 milhares de euros em 2016).

O valor de impostos diferidos é essencialmente relativo a diferenças temporárias realizáveis no curto prazo. A recuperação dos ativos por impostos assenta em perspetivas futuras que preveem taxas de rentabilidade normais para as empresas e crescimentos em linha com os das unidades de negócios.

Os reportes fiscais existentes são relativos a subsidiárias estrangeiras. O valor total de reportes eleva-se a 19 M€, dos quais se considera como de utilização previsível cerca de 7,8 M€. Este reporte tem prazo de utilização para além de 2022.

Montante de impostos relacionado com as outras componentes do rendimento integral:

	m ilhães de euros		
	2017		
	antes de impostos	impostos	liquido de impostos
Itens que poderão ser reclassificados para resultados:			
Varição do Justo Valor dos instrumentos financeiros derivados	1.848	-273	1.575
Varição das diferenças de conversão cambial	-4.298	0	-4.298
Outro rendimento integral de associadas contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial	625	0	625
Outras variações	448	0	448
Outros rendimentos integrais	-1.378	-273	-1.651
	m ilhães de euros		
	2016		
	antes de impostos	impostos	liquido de impostos
Itens que poderão ser reclassificados para resultados:			
Varição do Justo Valor dos instrumentos financeiros derivados	-1.133	195	-938
Varição das diferenças de conversão cambial	1.635	0	1.635
Outro rendimento integral de associadas contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial	66	0	66
Outras variações	53	0	53
Outros rendimentos integrais	621	195	816

XIII - INVENTÁRIOS

	m ilhães de euros	
	2017	2016
Mercadorias	11.054	5.731
Produtos Acabados e Intermédios	109.086	97.346
Subprodutos, Desperdícios, Resíduos e Refugos	153	230
Produtos e Trabalhos em Curso	24.910	15.126
Matérias Primas, Subsidiárias e de Consumo	212.042	153.391
Adiantamentos por conta de Compras	8.101	2.347
Imparidade de Mercadorias	-745	-734
Imparidade de Produtos Acabados e Intermédios	-4.415	-3.567
Imparidade de Mat.-Primas, Subs., de Consumo e Sub Prod.	-1.045	-1.179
Total Inventários	359.141	268.691

	m ilhães de euros	
Evolução das perdas por imparidade	2017	2016
Saldo inicial	5.480	4.073
Aumentos	1.710	2.220
Diminuições	985	812
Saldo Final	6.206	5.480

As Matérias-primas incluem essencialmente amadia e falcas (UN Matérias-primas), Produtos e trabalhos em curso incluem essencialmente cortiça cozida e discos (UN Matérias-primas) e os produtos acabados incluem essencialmente uma diversidade de tipologias de rolhas (UN Rolhas), revestimentos (UN Revestimentos) e produtos compósitos (UN Aglomerados compósitos).

Os aumentos e diminuições das imparidades afetam o valor do custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas na demonstração de resultados. Nos aumentos de 2017, está incluído o efeito de entrada de perímetro que foi de 532 K€.

XIV - CLIENTES

	m ilhães de euros	
	2017	2016
Valor Bruto	179.464	153.874
Ajustamentos de Imparidade	-11.860	-11.998
Clientes	167.604	141.876

Evolução das perdas por imparidade	2017	2016
Saldo inicial	11.998	12.429
Aumentos	2.692	1.993
Diminuições	2.456	1.182
Outros	-375	-1.242
Saldo Final	11.860	11.998

Os aumentos e diminuições foram reconhecidas na rubrica de ajustamento de imparidade de ativos na demonstração dos resultados. Nos aumentos de 2017, está incluído o efeito de entrada de perímetro que foi de 391 K€.

No final de cada período é realizada uma análise à qualidade dos créditos sobre clientes. Dadas as características do negócio é considerado que os saldos vencidos até 90 dias não são suscetíveis de registo de imparidade. Os saldos vencidos entre 90 e 120 dias são considerados como podendo gerar uma imparidade de cerca de 30% e os saldos entre 120 e 180 dias 60%. Todos os saldos vencidos há mais de 180 dias, bem como todos os saldos considerados duvidosos darão origem a uma imparidade total. Esta regra não se sobrepõe à análise de cada caso específico.

A análise dos saldos não vencidos e vencidos é a seguinte:

	milhões de euros	
	2017	2016
Não vencidos	134	115
Vencidos entre 0 - 90 dias	29	24
Vencidos entre 90 - 120 dias	3	2
Vencidos entre 120 - 180 dias	5	3
Vencidos acima de 180 dias e duvidosos	9	9
Imparidade	12	12

XV - IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO

	milhares de euros	
	2017	2016
IRC - PEC / imp. mínimo	240	66
IRC - Pagamentos por conta / imp. a recuperar	12.853	3.966
IRC - Retenções na fonte	204	182
IRC - Pagamento RERD	2.587	2.587
IRC - Pagamento RERD imparidade	-2.587	-2.587
IRC - Pagamento PERES	5.383	5.383
IRC - Pagamento PERES imparidade	-5.383	-5.383
Imposto sobre o Rendimento (Ativo)	13.297	4.214
Imposto sobre o Rendimento (Passivo)	2.231	5.717

O valor do RERD refere-se ao pagamento realizado ao abrigo do regime excecional de regularização de dívidas fiscais e à Segurança Social (DL 151-A/2013) (RERD). A administração da CORTICEIRA AMORIM decidiu aderir parcialmente a este regime, tendo sido pago em dezembro de 2014 um valor de 4.265 K€. Este pagamento refere-se a processos relativos a imposto selo (1.678 K€) e IRC (2.587 K€). O valor relativo a imposto selo foi provisionado. O valor de IRC refere-se a processos que estavam já provisionados, incluindo juros de mora.

Durante 2016 a CORTICEIRA AMORIM foi notificada que o seu recurso relativo ao processo fiscal referente ao Imposto de Selo pago no RERD foi ganho na sua quase totalidade. O valor da reversão das respetivas provisões foi de 1,7 M€, afetando este valor positivamente o resultado financeiro. Como estes processos foram incluídos no RERD de 2013, e consequentemente pagos à data, a CORTICEIRA AMORIM foi ressarcida em cerca de 1,2 M€.

No final de 2016, foi aprovado pelo Decreto-Lei n.º 67/2016 um Plano Especial de Redução do Endividamento ao Estado (PERES). A CORTICEIRA AMORIM decidiu aderir parcialmente aquela medida. Assim, em dezembro foram pagos cerca de 7,4 M€ relativos a relativos a Imposto de Selo/IVA (2 M€) e Imposto sobre o rendimento (IRC) no valor de 5,4 M€.

De notar que a CORTICEIRA AMORIM não era devedora de valores ao fisco e à Segurança Social, sendo os valores em causa relativos a processos em contencioso. Os processos escolhidos para adesão são processos antigos, cujos valores de juros de mora e coimas a pagar, em caso de insucesso, seriam elevados.

O RERD e o PERES permitiram o pagamento do capital e o perdão de juros de mora e outros encargos. Dado que a adesão ao RERD e ao PERES não implicam obrigatoriamente o abandono da defesa dos processos, os referidos processos continuam em curso. A CORTICEIRA AMORIM vai continuar a defender a sua posição nos mesmos.

O valor do passivo desta rubrica inclui a estimativa do imposto sobre o rendimento a pagar por algumas subsidiárias estrangeiras aquando da apresentação da declaração fiscal relativa ao exercício de 2017.

XVI - OUTROS ATIVOS

	m milhares de euros	
	2017	2016
Adiantamentos a fornecedores / fornec.	5.568	3.558
Devedores por acréscimo de rendimento	1.415	773
Gastos a reconhecer	1.367	1.224
Instrumentos financeiros derivados	800	0
IVA a receber	23.078	18.898
IS/IVA - Pagamento PERES	2.051	2.051
IS/IVA - Pagamento PERES imparidade	-2.051	-2.051
Outros devedores diversos	5.951	4.796
Outros ativos correntes	38.180	29.249

No final de 2017 e 2016 não havia valores em atraso a receber relativos ao IVA.

XVII - CAIXA E EQUIVALENTES

	m milhares de euros	
	2017	2016
Caixa	357	463
Depósitos à ordem	12.695	47.938
Depósitos a prazo	3.809	2.588
Outros	143	131
Caixa e equivalentes conforme D.F. Posição Financeira	17.005	51.119
Descobertos bancários	-22.353	-15.736
Caixa e equivalentes conforme D. F. Caixa	-5.348	35.383

XVIII - CAPITAL E RESERVAS

• Capital Social

No final do período, o capital social está representado por 133.000.000 de ações ordinárias, escriturais, que conferem direito a dividendos, com o valor nominal unitário de 1 Euro.

O Conselho de Administração pode decidir aumentar o capital social, por uma ou mais vezes, nas modalidades permitidas por lei, até ao montante de 250.000.000 de Euros.

• Ações Próprias

A 31 de dezembro de 2017, não havia ações próprias em carteira.

Durante o ano 2017 não se realizaram aquisições de ações próprias.

• Reserva legal e Prémio de emissão

A Reserva Legal e o Prémio de Emissão estão sujeitos ao regime da reserva legal e só podem ser utilizadas para (Art. 296^a CSC):

- Cobrir a parte do prejuízo acusado no balanço do exercício que não possa ser coberto pela utilização de outras reservas;
- Cobrir a parte dos prejuízos transitados do exercício anterior que não possa ser coberto pelo lucro do exercício nem pela utilização de outras reservas;
- Incorporação no capital.

O valor constante das rubricas Reserva legal e Prémio de emissão são os provenientes da empresa-mãe.

• Outras reservas

O valor de Outras reservas é constituído pelo valor proveniente da conta Reservas e Resultados transitados da empresa-mãe, bem como pelos valores de resultados acumulados e não distribuídos das subsidiárias da CORTICEIRA AMORIM.

Relativamente às contas individuais da CORTICEIRA AMORIM, o valor distribuível como dividendos, considerando os resultados líquidos do exercício, elevam-se aos 66,5 M€.

• Dividendos

Nas Assembleias Gerais da CORTICEIRA AMORIM, realizadas no dia 7 de abril de 2017 e 29 de novembro de 2017, foram aprovadas distribuições de dividendos equivalentes a 0,18 e 0,08 euros por ação.

	<small>m milhares de euros</small>	
	2017	2016
Dividendo atribuído	34.580	31.920
Apropriação de dividendos Ações Próprias	0	0
Dividendos distribuídos	34.580	31.920

Versão simplificada da demonstração das alterações do Capital Próprio:

	m ilhães de euros	
	2017	2016
Saldo inicial	426.942	354.133
Dividendos distribuídos	-34.580	-31.920
Varição dos derivados designados como de cobertura	1.575	-938
Varição das diferenças de conversão cambial	-3.319	1.635
Alterações da percentagem de interesse mantendo controlo	1.278	-
Acordo para aquisição de interesses que não controlam	-18.880	-
Outras	315	-1.196
Resultado Líquido Exercício	73.027	102.703
Varição dos Int. que não controlam (nota XIX)	13.632	2.525
Saldo Final	459.991	426.942

XIX - INTERESSES QUE NÃO CONTROLAM

	m ilhães de euros	
	2017	2016
Saldo inicial	15.892	13.368
Entradas	12.800	0
Saídas	-1.923	0
Resultados	3.551	2.010
Dividendos	-575	-799
Diferenças de Conversão Cambial	-317	529
Outros	96	785
Saldo Final	29.524	15.892

O valor referenciado como Dividendos corresponde aos montantes pagos pelas entidades aos Interesses que não controlam.

	2017			2016		
	Contributo p/ Balanço	Contributo p/ Resultado	Dividendos pagos	Contributo p/ Balanço	Contributo p/ Resultado	Dividendos pagos
Amorim Isolamentos	0	0	0	1.923	241	140
Amorim Top Series	2.787	1.293	0	1.494	721	0
Ets. Christian Bourrassé	5.467	-271	0	0	0	0
Francisco Oller	2.130	177	34	2.030	177	34
Industria Corchera	6.687	242	31	6.672	242	135
Socori	7.227	509	0	0	0	0
Timberman	1.214	620	197	798	429	197
Trefinos	1.768	191	136	1.713	196	136
Victory Amorim	861	207	145	799	138	158
Outros	1.384	584	32	462	-134	0
Saldo Final	29.524	3.551	575	15.892	2.010	799

Resumo dos indicadores das principais subsidiárias com interesses que não controlam:

2017	m ilhams de euros									
	Bourrassé	Socori	Trefinos	Francisco Oller	Amorim Isolamentos	Amorim Bartop	Amorim Top Series	Industria Corchera	Timberman	Victory Amorim
	K €	K €	K €	K €	K €	K €	K €	K CLP	K DKK	K €
Ativo corrente	15.477	1.373	15.137	16.953	-	73	22.422	10.959.251	33.409	2.578
Ativo não corrente	2.283	656	13.515	21.079	-	5.800	3.221	2.535.011	2.042	648
Ativo	17.760	2.028	28.652	38.032	-	5.874	25.643	13.494.262	35.451	3.226
Capital Próprio	4.182	1.466	20.294	25.591	-	3.742	15.148	9.677.996	19.595	1.724
Passivo corrente	9.513	549	6.853	9.380	-	7	9.885	3.816.266	15.608	1.351
Passivo não corrente	4.065	13	1.505	3.060	-	2.125	610	0	248	151
Vendas	17.498	763	31.294	25.440	-	0	32.406	16.036.230	123.425	6.226
Resultado operacional	500	-262	2.927	2.094	-	-325	6.785	992.605	12.002	549
Resultado líquido	-677	-193	2.879	1.623	-	-261	5.172	602.182	9.173	415
Rendimento integral	-677	-193	2.879	1.623	-	-261	5.172	602.182	9.173	415
Fluxos de Caixa operacional	4.702	-1.716	2.992	1.922	-	-325	1.946	1.833.015	3.868	264
Fluxos de Caixa de investimento	-393	-377	-1.761	-3.041	-	-1.800	-1.488	45.060	132	-5
Fluxos de Caixa de financiamento	-4.143	1.294	-1.946	1.341	-	2.125	1.411	-879.271	-3.927	-264
Variação líquida de Caixa e equivalentes	166	-799	-714	222	-	-0	1.868	998.803	73	-4

2016	m ilhams de euros									
	Bourrassé	Socori	Trefinos	Francisco Oller	Amorim Isolamentos	Amorim Bartop	Amorim Top Series	Industria Corchera	Timberman	Victory Amorim
	K €	K €	K €	K €	K €	K €	K €	K CLP	K DKK	K €
Ativo corrente	-	-	14.624	13.719	7.811	4	17.839	11.080.563	30.425	1.883
Ativo não corrente	-	-	12.779	18.517	4.179	4.000	2.149	4.079.123	2.412	660
Ativo	-	-	27.403	32.236	11.990	4.005	19.987	15.159.686	32.838	2.544
Capital Próprio	-	-	18.595	24.289	9.403	4.003	9.976	9.070.950	13.499	1.599
Passivo corrente	-	-	7.408	5.673	1.939	2	9.722	6.088.736	18.876	944
Passivo não corrente	-	-	1.400	2.274	648	0	289	0	463	0
Vendas	-	-	29.561	23.903	11.463	0	28.554	14.583.429	107.261	5.191
Resultado operacional	-	-	3.058	2.747	1.589	-2	7.859	512.925	7.360	373
Resultado líquido	-	-	2.524	2.170	1.205	-2	5.976	259.801	5.211	276
Rendimento integral	-	-	2.524	2.170	1.205	-2	5.976	259.801	5.211	276
Fluxos de Caixa operacional	-	-	3.544	2.786	2.743	-1	1.460	574.592	3.912	277
Fluxos de Caixa de investimento	-	-	-2.665	-3.876	-321	-4.000	-1.475	-241.633	194	-83
Fluxos de Caixa de financiamento	-	-	-452	960	-2.096	3.955	44	-452.558	-4.189	-321
Variação líquida de Caixa e equivalentes	-	-	426	-130	326	-46	29	-119.600	-83	-127

XX - DÍVIDA REMUNERADA

No final do período, a dívida remunerada tinha a seguinte composição:

	m ilhães de euros	
	2017	2016
Descobertos e empréstimos bancários	60.903	40.399
Loações Financeiras	612	0
Factoring	180	0
Papel comercial	0	8.000
Dívida remunerada corrente	61.695	48.399

Destes totais cerca de 15% é denominada em divisa não euro (Dez. 2016: 31%).

	m ilhães de euros	
	2017	2016
Empréstimos bancários	47.362	38.492
Subsídios reembolsáveis	94	117
Loações Financeiras	638	0
Dívida remunerada não corrente	48.094	38.609

No final do período, esta dívida era denominada em euros em 100% (Dez 2016: 100%).

A 31 de dezembro de 2017, a maturidade da dívida remunerada não corrente era a seguinte:

	m ilhães de euros
Vencimento entre 01/01/2019 e 31/12/2019	10.170
Vencimento entre 01/01/2020 e 31/12/2020	5.923
Vencimento entre 01/01/2021 e 31/12/2021	6.991
Vencimento após 01/01/2022	25.011
Total	48.094

Da dívida remunerada, corrente e não corrente, 84.789 K€ vencem juros a taxa variável. Os 25.000 K€ de dívida remanescente vencem juros a taxa fixa. O custo médio registado no período para o conjunto das linhas de crédito utilizadas situou-se nos 1,80% (2017: 1,67%).

De salientar que no final do primeiro trimestre 2015 a CORTICEIRA AMORIM efetivou um contrato de empréstimo com o BEI. Este empréstimo, no montante de 35 M€, a dez anos, com carência de quatro anos, foi negociado a uma taxa *all-in* inferior a qualquer financiamento existente à data. Com esta facilidade a CORTICEIRA AMORIM conseguiu alongar substancialmente os prazos da sua dívida, e ao mesmo tempo baixar consideravelmente a sua taxa média de dívida remunerada.

À data de fecho de contas de 2017, a CORTICEIRA AMORIM tinha linhas de financiamento cuja documentação contratual de suporte incluía *covenants* genericamente usados neste tipo de contratos, nomeadamente: *cross-default*, *pari passu* e, em alguns casos, *negative pledge*.

Com data de 31 de dezembro de 2017, quatro subsidiárias estrangeiras da CORTICEIRA AMORIM apresentam 7,0 M€ de dívida coberta por garantias reais sobre Ativos. Esses Ativos encontram-se registados na Demonstração da posição financeira dessas subsidiárias.

A CORTICEIRA AMORIM tinha utilizado naquela data financiamentos aos quais estavam associados *covenants* financeiros. Estes consubstanciavam-se, essencialmente, no cumprimento de rácios que permitem acompanhar a

situação financeira da empresa, nomeadamente a sua capacidade para garantir o serviço da dívida, nomeadamente o rácio que relaciona a Dívida com o EBITDA gerado pela Sociedade (Dívida remunerada líquida/EBITDA corrente) - e também a estrutura do Balanço.

A 31 de dezembro de 2017, estes rácios registavam os seguintes valores:

Dívida remunerada líquida / EBITDA corrente (X)	0,69
Autonomia Financeira	52,9%

Os rácios acima mencionados cumpriam larga e integralmente as exigências constantes dos contratos que formalizavam os referidos financiamentos. Na eventualidade do seu não cumprimento, haveria a possibilidade de tal circunstância conduzir ao reembolso antecipado dos montantes tomados.

Para além do referido cumprimento informa-se que a capacidade de assegurar o serviço de dívida estava ainda reforçada pela existência, à data de 31 de dezembro de 2017, de 157 milhões de euros de linhas de crédito aprovadas, mas não utilizadas.

XXI - FORNECEDORES

	m ilhães de euros	
	2017	2016
Fornecedores c/c	72.581	56.514
Fornecedores - <i>confirming</i>	76.440	47.409
Fornecedores - Recepção e Conferência	8.075	6.062
Fornecedores	157.096	109.985

Do valor total, cerca de 53% refere-se a saldos provenientes da UN Rolhas (Dez 2016: 51%) e 26% refere-se a saldos provenientes da UN Matérias-Primas (Dez 2016: 23%).

XXII - OUTROS EMPRÉSTIMOS OBTIDOS E CREDORES DIVERSOS

	m ilhães de euros	
	2017	2016
Subsídios reembolsáveis	15.717	8.702
Acordo para aquisição de interesses que não controlam (Nota VI)	19.035	0
Outros credores diversos	2.022	1.370
Outros emp. obtidos e credores diversos - Não Correntes	36.774	10.072
Subsídios reembolsáveis	1.540	1.175
Credores por acréscimo gastos - remunerações a liquidar	16.913	12.832
Credores por acréscimo gastos - fornecimentos e serviços	4.122	3.023
Credores por acréscimo gastos - outros	9.222	7.496
Subsídios não reembolsáveis	5.342	5.244
Outros rendimentos a reconhecer	23	-123
IVA a pagar	6.831	6.970
Estado e S. Social - retenções e outros	6.143	5.438
Outros credores diversos	4.882	7.576
Outros emp. obtidos e credores diversos - Correntes	55.019	49.631

Em Outros Credores Diversos está incluído o montante de 265 K€ (2016: 2.989 K€), o qual se refere ao valor dos derivados de cobertura de risco cambial.

O valor de 36.472 K€ de Outros empréstimos obtidos e credores diversos - Não correntes tinha o seu vencimento de 1 a 2 anos (11.029 K€), de 2 a 4 anos (15.851 K€) e a mais de 4 anos (9.592 K€).

	m ilhães de euros	
Subsídios não reembolsáveis	2017	2016
Saldo Inicial	5.244	5.148
Reconhecimento de rendimentos no exercício	-3.222	-2.028
Recebimentos	1.927	0
Reclassificações / Transferências / Entradas	1.391	2.125
Saldo Final	5.342	5.244

	m ilhães de euros	
Subsídios reembolsáveis	2017	2016
Saldo Inicial	9.877	12.175
Pagamentos do exercício	-995	-4.034
Recebimentos do exercício	10.077	2.204
Reclassificações / Transferências	-1.702	-468
Saldo Final	17.257	9.877

O valor de transferências é essencialmente relativo a montantes de benefícios reembolsáveis entretanto convertidos para não reembolsáveis em algumas subsidiárias e ao reconhecimento do juro pela mensuração a custo amortizado.

A generalidade dos apoios recebidos pela Corticeira Amorim destinam-se a investimentos dirigidos ao aumento da capacidade produtiva e modernização das instalações industriais, melhoria na qualidade dos produtos fabricados, ou de melhoria energética e de aproveitamento da sua principal matéria-prima (cortiça).

Os projetos que deram origem à maioria dos subsídios garantiram apoios classificados como reembolsáveis; estes são, normalmente, objeto de avaliação, já em fase considerada de cruzeiro, e se se cumprirem metas acordadas, parte, ou mesmo a totalidade, do subsídio é convertido em não reembolsável.

Não existem valores por receber associados a subsídios classificados como não reembolsáveis, nem condições que faltem cumprir para o seu reconhecimento.

XXIII - FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

	m ilhães de euros	
	2017	2016
Comunicação	1.431	1.415
Sistemas de Informação	4.835	4.885
Seguros	998	916
Subcontratos	3.765	2.669
Electricidade	13.386	12.153
Vigilância	1.113	1.004
Honorários	1.569	1.143
Ferramentas e Utensílios de Desgaste Rápido	2.097	1.557
Combustíveis, Água e Fluidos	1.704	1.673
Royalties	1.097	1.159
Rendas e Alugueres	5.285	4.948
Transportes	25.216	22.854
Despesas de Representação	1.107	1.009
Deslocações e Estadas	5.014	4.375
Comissões	7.949	7.072
Trabalhos Especializados	10.844	8.390
Publicidade e Propaganda	8.246	6.321
Conservação e Reparação	10.226	8.920
Outros	10.773	11.094
Gastos capitalizados	-130	-555
Fornecimentos e Serviços Externos	116.524	103.001

XXIV - GASTOS COM PESSOAL

	m ilhães de euros	
	2017	2016
Remunerações dos Órgãos Sociais	830	680
Remunerações do Pessoal	97.699	87.853
Encargos sobre Remunerações	19.996	17.830
Indemnizações	3.818	2.038
Outros Custos com o Pessoal	3.348	5.154
Gastos capitalizados	-61	-264
Gastos com Pessoal	125.630	113.291
Numero Médio Trabalhadores	4.202	3.655
Numero Final Trabalhadores	4.248	3.602

As Remunerações dos Órgãos Sociais referem-se às remunerações auferidas na Corticeira Amorim, SGPS, SA e quaisquer das suas subsidiárias e incluem as auferidas pelo Conselho Fiscal e Mesa de Assembleia Geral. Os valores constantes deste quadro são os registados nos livros das sociedades, referindo-se, assim aos valores custeados durante os exercícios.

No final do ano, o número de trabalhadores da Bourrassé e Sodiliège é de 399.

O valor dos gastos relativos a planos de benefícios de contribuição definida foi de 334 K€ (2016: 360 K€).

XXV - AJUSTAMENTOS DE IMPARIDADE DE ATIVOS E RESULTADOS NÃO RECORRENTES

	m ilhães de euros	
	2017	2016
Valores a receber	205	594
Inventários	-189	-190
Ativos fixos tangíveis / intangíveis / outros	2.274	325
Ajustamentos de imparidade de Ativos	2.290	729

Os ajustamentos de valores a receber incluem os relativos a clientes e devedores.

	m ilhães de euros	
	2017	2016
Gastos de reestruturação na UN Revestimentos	-2.441	0
Provisão processos judiciais laborais, alfandegários e B. Central Argentino	0	-2.550
Custeio <i>directors non-competee</i> / Gasto Pessoal SIBL	0	-1.803
Gastos de transação de Bourrassé e Sodiliège	-472	0
Resultados não recorrentes	-2.913	-4.353

O valor mais significativo de gastos não recorrentes que foi registado em 2017 é relativo a gastos de reestruturação da UN Revestimentos em Portugal e na Alemanha para preparar a entrada em funcionamento do investimento da nova prensa. Estão também incluídos em não recorrentes os gastos incorridos essencialmente com consultores e advogados para a aquisição da Bourrassé e Sodiliège.

O valor mais significativo de gastos não recorrentes que foi registado em 2016 é relativo às provisões para processos judiciais laborais, alfandegários e com o Banco Central da Argentina. Devido às dificuldades que existiam na subsidiária desativada há mais de quatro anos, foi tomada a decisão de preparar a sua liquidação, tendo sido reapreciada pela gestão a probabilidade de perdas nos referidos processos.

Adicionalmente, foi reconhecido o gasto relativo a uma cláusula de *directors non-competee*, bem como o efeito de compensação relativa à gerência de uma subsidiária do Norte de África.

XXVI - OUTROS RENDIMENTOS E GASTOS OPERACIONAIS

	m ilhães de euros	
	2017	2016
Cobertura risco cambial: dif. câmbio (Nota XXX)	0	3.079
Cobertura risco cambial: var. JV instrum. finan. (Nota XXX)	0	-2.299
Ganhos em ativos fixos tangíveis / Prop. invest.	289	493
Reversões de provisões	682	179
Subsídios à exploração	164	566
Subsídios ao investimento	3.222	1.923
Rendimentos suplementares	3.000	1.537
Rendimentos de imóveis	182	172
Trabalhos para a própria entidade	174	25
Outros	4.637	3.922
Outros rendimentos e ganhos	12.348	9.596

	m ilhães de euros	
	2017	2016
Cobertura risco cambial: dif. câmbio (Nota XXX)	-1.967	0
Cobertura risco cambial: var. JV instrum. finan. (Nota XXX)	1.746	0
Impostos	1.814	1.432
Provisões do período	122	117
Perdas em ativos fixos tangíveis / Prop. invest.	103	256
Serviços bancários	491	688
Dívidas incobráveis	1.893	357
Perdas em inventários	63	128
Donativos e quotizações	471	367
Outros	2.642	1.588
Outros gastos e perdas	7.822	4.932

XXVII - GASTOS E RENDIMENTOS FINANCEIROS

	milhares de euros	
	2017	2016
Juros Suportados - empréstimos bancários	1.093	1.156
Juros Suportados - outras entidades	254	490
Imposto de Selo	84	-2.589
Outros	41	84
	1.471	-860
Juros Obtidos - depósitos bancários	136	29
Juros Obtidos - outros empréstimos	19	3
Juros Obtidos - juros mora	4	5
Juros Obtidos - outros juros	32	50
	191	88
Gastos Financeiros Líquidos	1.280	-947

Em 2016, no valor de Imposto de Selo e Outros estão incluídas reversão de imparidade de um processo pago no RERD que foi ganho, redução de provisões em processos findos e de juros de mora de processos pagos no PERES de 2,7 M€.

Em Juros Suportados - Outras Entidades está incluído um valor de 18 K€ (2016: 11 K€) relativo ao diferencial de juros *swap*, bem como o valor de 98 K€ (2016: 335 K€) de juros de desconto relativos a empréstimos não remunerados.

XXVIII - TRANSAÇÕES COM ENTIDADES RELACIONADAS

A CORTICEIRA AMORIM consolida diretamente na AMORIM - INVESTIMENTOS E PARTICIPAÇÕES, S.G.P.S., S.A. com sede em Mozelos (Santa Maria da Feira), holding do Grupo Amorim.

A 31 de dezembro de 2017 a participação do AMORIM - INVESTIMENTOS E PARTICIPAÇÕES, S.G.P.S., S.A. na CORTICEIRA AMORIM era de 51%, correspondente a 51% dos direitos de voto.

As transações da CORTICEIRA AMORIM com empresas relacionadas resumem-se, no essencial, à prestação de serviços por parte de subsidiárias da AMORIM - INVESTIMENTOS E PARTICIPAÇÕES, S.G.P.S., S.A., (Amorim Serviços e Gestão, S.A., Amorim Viagens e Turismo, Lda., OSI - Sistemas Informáticos e Electrotécnicos, Lda.). O total das prestações de serviços destas empresas ao conjunto das empresas da CORTICEIRA AMORIM foi de 8.528 K€ (2016: 8.110 K€).

As vendas da Quinta Nova, S.A., subsidiária da AMORIM - INVESTIMENTOS E PARTICIPAÇÕES, S.G.P.S., S.A., às empresas do universo CORTICEIRA AMORIM atingiram os 55 K€ (2016: 72 K€). As compras atingiram os 120 K€.

As compras de amadia efetuadas no exercício a empresas detidas pelos principais acionistas indiretos da CORTICEIRA AMORIM atingiram o valor de 1.430 K€ (2016: 852 K€), correspondendo a menos de 2% das compras totais da matéria-prima cortiça.

Os saldos a 31/12/2017 e de 2016 são os decorrentes do período normal pagamento (entre 30 e 60 dias) e por isso considerados imateriais.

Os serviços são normalmente negociados com as entidades relacionadas numa base de *cost plus* num intervalo entre 2% e 5%.

Durante o exercício não se registaram transações, nem existem saldos com as partes relacionadas Amorim Investimentos e Participações, S.G.P.S., S.A.

O total de remunerações de curto prazo do pessoal-chave (inclui comissão executiva da SGPS e diretores gerais das Unidades de Negócios) da CORTICEIRA AMORIM atingiu no exercício o valor de 3.231 K€ (2016: 3.394 K€). O valor de

benefícios pós-emprego, outros benefícios de longo prazo, benefícios de cessação de emprego e de pagamentos com base em ações, é nulo.

XXIX - PROVISÕES E GARANTIAS

– Provisões:

	m ilhães de euros	
	2017	2016
Contingências fiscais	36.347	26.172
Garantias a clientes	408	536
Outros	4.565	3.954
Provisões	41.320	30.661

Durante o exercício as provisões em Balanço aumentaram 10,7 M€. O aumento da provisão para contingências fiscais foi de 10.2 M€ e a provisão para outros eventos aumentou em 0,5 M€.

O principal aumento da rubrica de provisões para contingências fiscais relaciona-se com a provisão para fazer face aos benefícios fiscais tiveram um aumento de 7,7 M€.

Os processos fiscais em curso relacionam-se, na sua quase totalidade, com situações ocorridas nas empresas portuguesas. Os processos em aberto, tanto em fase judicial, como em fase graciosa, e que podem afetar desfavoravelmente a CORTICEIRA AMORIM, referem-se aos exercícios de 1997, 1998, 1999, e de 2003 a 2015. O exercício de 2015 foi o último exercício revisto pelas autoridades fiscais portuguesas. De referir, no entanto, que o apuramento dos benefícios fiscais não se pode dar como concluído, dado que as suas condicionantes se prolongam por vários exercícios.

Estes processos têm origem, basicamente, em questões relacionadas com a prestação de garantias não remuneradas entre empresas do Grupo, em empréstimos entre empresas do Grupo (Imposto de Selo), com a dedutibilidade de juros de sociedades gestoras de participações sociais (SGPS), com a não aceitação de gastos como gastos fiscais e com perdas relativas a liquidações de subsidiárias.

A natureza dos valores reclamados é relativa a liquidações de IRC, Imposto de Selo e, residualmente IVA.

O valor das provisões para impostos refere-se a processos fiscais em aberto, em fase judicial ou não, bem como a situações que poderão vir a ser questionadas em inspeções futuras.

No final de cada exercício, é efetuada uma análise dos processos fiscais em curso, sendo o desenvolvimento processual dos mesmos tido em conta e, assim, aferida a necessidade de provisionar novas situações, ou de reverter, ou reforçar provisões já existentes. As provisões correspondem a situações que, pelo seu desenvolvimento processual, ou pela doutrina / jurisprudência entretanto surgida, indiciam uma probabilidade de terem um desfecho desfavorável para a CORTICEIRA AMORIM e em que, a verificar-se tal desfecho, o ex-fluxo pode ser estimado com fiabilidade.

De notar que durante o período não houve desenvolvimentos dignos de registo nos processos referidos atrás.

O valor dos processos fiscais à data de fecho das contas de 2017 totaliza 10,4 M€, para os quais estavam reconhecidas provisões de 8,8 M€, correspondentes a 85% daquele valor.

Para além das provisões fiscais atrás referidas, a CORTICEIRA AMORIM tem registado uma provisão para fazer face aos benefícios fiscais a requerer relativamente a 2017 e requeridos em exercícios anteriores. A exigência de certificação dos gastos elegíveis nos projetos SIFIDE, a exigência de manutenção dos postos de trabalho durante cinco anos nos projetos RFAI, bem como outras condicionantes à efetivação dos benefícios, tem levado a CORTICEIRA AMORIM ao reconhecimento de provisões de modo a contemplar futuros e prováveis incumprimentos das referidas exigências. Esta provisão no final de 2017 apresenta o valor de 21,0 M€.

De referir ainda que a CORTICEIRA AMORIM tem vindo a constituir provisões devido à incerteza sobre a aceitação por parte das autoridades tributárias da existência de reportes fiscais em duas subsidiárias espanholas. O valor da provisão no final de 2017 era de 3,3 M€.

O total do passivo contingente, resultante dos processos fiscais não provisionados e de outras contingências não registadas no passivo, eleva-se a 4,6 M€.

A CORTICEIRA AMORIM efetuou em 2013 pagamentos relativos a impostos e segurança social no montante de 4,6 M€, dos quais o mais importante se refere ao pagamento instituído pelo DL 151-A/2013 (RERD) no valor de 4,3 M€, pagamento esse que não implica o abandono por parte da CORTICEIRA AMORIM da defesa dos respetivos processos. Em 2016 ocorreu a decisão final de um dos processos pagos relativo a impostos de selo tendo sido ganho parcialmente pela CORTICEIRA AMORIM que recebeu 1,2 M€ do valor pago de 1,7 M€. Desta forma, o valor que continuar em aberto de processos em curso pagos no âmbito do RERD é de 2,6 M€.

Conforme já foi referido em 2016 foi pago no âmbito do PERES, um montante de 7,4 M€, pagamento esse que não implica o abandono por parte da CORTICEIRA AMORIM da defesa dos respetivos processos.

Para além destes processos, a CORTICEIRA AMORIM tem um largo número de outros processos a seu favor, os quais se referem, no essencial, a pagamentos relativos a tributações autónomas, taxas de inspeção e benefícios fiscais. O valor destes processos monta aos 1,4 M€, valor esse que não se encontra registado como integrando o seu ativo. O total dos ativos contingentes eleva-se assim aos 11,8 M€.

Considera-se adequado os montantes de 36,4 M€ de provisões existentes para fazer face a contingências relativas a impostos e de 4,9 M€ para outras contingências.

		m ilhens de euros					
		Contingências Fiscais			Garantias Clientes	Outros	
		IRC	IS	Outros			
Saldo inicial 2016		26.806	3.080	8	364	1.969	32.227
Constituição	Outros Gastos - Nota XXVI					191	191
	Gastos Não Recorrentes					2.550	2.550
	Vendas				171		171
	Imposto sobre o Rendimento	6.765					6.765
Reversão	Gastos Financeiros - Nota XXVII		-1.477				-1.477
	Outros Rendimentos - Nota XXVI	-6				-174	-180
	Imposto sobre o Rendimento	-1.582					-1.582
Transferencia para imparidade PERES		-5.880	-1.542				-7.422
Diferença conversao cambial		-2				-4	-6
Utilização						-576	-576
Saldo final 2016		26.100	62	8	535	3.957	30.661

		Contingências Fiscais			Garantias Clientes	Outros	
		IRC	IS	Outros			
Saldo inicial 2017		26.100	62	8	535	3.957	30.661
Constituição	Outros Gastos - Nota XXVI	9				113	122
	Gastos Não Recorrentes					400	400
	Imposto sobre o Rendimento	11.197					11.197
	Outros					39	39
Reversão	Outros Rendimentos - Nota XXVI	-431				-250	-682
	Vendas				-127		-127
	Imposto sobre o Rendimento	-1.309					-1.309
Diferença conversão cambial		-9				2	-6
Variação de perímetro		720				317	1.037
Utilização						-13	-13
Saldo final 2017		36.276	62	8	408	4.565	41.320

– **Garantias:**

No decurso da sua atividade operacional, a CORTICEIRA AMORIM prestou garantias a terceiros que montavam em 31/12/2017 a 3.470 K€ (Dez. 2016: 4.714 K€).

m ilhães de euros

Beneficiário	Montante	Motivo
Agências Governamentais	2.958	Apoios a investimentos
Diversos	511	Diversos
TOTAL	3.470	

A 31 de dezembro de 2017, o total de rendas vincendas referentes a contratos de aluguer de longa duração de equipamento de transporte ascende a 1.699 K€. O total de rendas vincendas relativas a equipamento e software informático ascende a 431 K€. O total das rendas vencem em 2018 (227 K€), 2019 (459 K€), 2020 (683 K€), 2021 (685 K€) e 2022 e seguintes (76 K€).

Os compromissos relativos à compra de cortiça atingem os 29.924 K€ (2018: 25.007 K€; 2019: 4.052 K€ e 2020: 866 K€).

XXX - CÂMBIOS CONTRATADOS COM INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

A 31 de dezembro de 2017, existiam contratos de opções e *forwards outright* relativos a divisas usadas nas transações da CORTICEIRA AMORIM distribuídos da seguinte forma:

m ilhães de euros

	2017		2016	
USD	30.183	90%	30.881	90%
ZAR	3.038	9%	3.279	10%
HUF	326	1%	162	0%
Contratos Forward - posições longas	33.547	100%	34.322	100%
USD	3.353	100%	-	-
Contratos Forward - posições curtas	3.353	100%	-	-
USD	-	-	24.860	100%
Opções - posições longas	-	-	24.860	100%
USD	2.185	100%	-	-
Opções - posições curtas	2.185	100%	-	-

É expectável que as transações altamente prováveis em moeda estrangeira que foram alvo de cobertura de risco cambial ocorram durante o primeiro semestre de 2018. O valor reconhecido em capital "em Ajustamentos de Contabilidade de Cobertura" será reconhecido na demonstração de resultados no mesmo período.

A quantia reconhecida no rendimento integral relativa a variações de justo valor de coberturas de fluxos de caixa eficazes foi de 1.575 mil euros (2016: -938 milhares de euros).

Relativamente às coberturas de justo valor, durante o exercício de 2017 foram reconhecidos ganhos de 1.967 K€ nos instrumentos de cobertura (2016: perda de 2.299 K€) e perda de 1.745 K€ nos itens cobertos (2016: ganho de 3.079 K€).

XXXI - REMUNERAÇÕES DOS AUDITORES

O total de honorários suportados pelo conjunto de empresas da CORTICEIRA AMORIM relativamente a serviços prestados pelas empresas do universo da EY atingiu os 289 mil euros (os auditores da Corticeira Amorim em 2016 eram a PricewaterhouseCoopers cujo os honorários foram 443 mil euros), e detalha-se como se segue:

Natureza do Serviço			Auditoria	Revisão de	Outros	TOTAL
			e revisão	informação		
			de contas	financeira	serviços	
				garantia de		
				fiabilidade		
EYSROC	Corticeira Amorim	Valor	22.200	14.000	0	36.200
		%	61%	39%	0%	100%
	Entidades que integram o grupo	Valor	111.400	0	0	111.400
		%	100%	0%	0%	100%
	Total	Valor	133.600	14.000	0	147.600
		%	91%	9%	0%	100%
Empresas da rede global EY	Corticeira Amorim	Valor	0	0	0	0
		%	0%	0%	0%	0%
	Entidades que integram o grupo	Valor	61.640	0	79.700	141.340
		%	44%	0%	56%	100%
	Total	Valor	61.640	0	79.700	141.340
		%	44%	0%	56%	100%
Total	Corticeira Amorim	Valor	22.200	14.000	0	36.200
		%	61%	39%	0%	100%
	Entidades que integram o grupo	Valor	173.040	0	79.700	252.740
		%	68%	0%	32%	100%
	Total	Valor	195.240	14.000	79.700	288.940
		%	68%	5%	28%	100%

A rubrica de revisão de informação financeira intercalar e outros serviços de garantia de fiabilidade inclui a revisão limitada das demonstrações financeiras consolidadas para o período de seis meses findo em 30 de junho de 2017 e a revisão independente do relatório de informação não financeira - relatório de sustentabilidade.

Os outros serviços incluem serviços de *due diligence* financeira e fiscal e apoio no benchmarking e identificação de recomendações sobre a estratégia de uma das UN da Corticeira Amorim.

No âmbito destes serviços, estas Entidades não assumem a liderança dos projetos subjacentes, a qual é sempre assumida pelo departamento apropriado da Corticeira Amorim, não se colocando, portanto, questões relativas à independência da atuação das mesmas.

XXXI - SAZONALIDADE DA ATIVIDADE

A atividade da CORTICEIRA AMORIM estende-se por um leque bastante alargado de produtos e por um mercado que abrange os cinco continentes e mais de 100 países. Não se considera, por isso que haja uma sazonalidade notória na sua atividade dado a extrema variedade de produtos e mercados. Tradicionalmente tem-se observado, no entanto, que a atividade do primeiro semestre e em especial a do segundo trimestre, é superior à média dos restantes trimestres, alternando o terceiro e o quarto trimestre como o trimestre mais fraco de vendas.

XXXII - OUTRAS INFORMAÇÕES

- a) O resultado líquido por ação é calculado atendendo ao número médio do exercício das ações emitidas deduzidas das ações próprias. Não havendo direitos de voto potenciais, o resultado por ação básico não difere do diluído.

	2017	2016
Acções emitidas	133.000.000	133.000.000
Nº médio de acções próprias	0	0
Nº médio de acções em circulação	133.000.000	133.000.000
Resultado líquido (mil euros)	73.027	102.703
Resultado por acção (euros)	0,549	0,772

- b) IFRS Divulgações - Novas normas a 31 de dezembro de 2017:

1. Impacto da adoção das alterações às normas que se tornaram efetivas a 1 de janeiro de 2017:

- a) **IAS 7** (alteração), ‘Revisão às divulgações’ (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2017). Esta alteração introduz uma divulgação adicional sobre as variações dos passivos de financiamento, desagregados entre as transações que deram origem a movimentos de caixa e as que não, e a forma como esta informação concilia com os fluxos de caixa das atividades de financiamento da Demonstração do Fluxo de Caixa. A adoção desta alteração não teve impacto significativo nas demonstrações financeiras consolidadas da Entidade.
- b) **IAS 12** (alteração), ‘Imposto sobre o rendimento - Reconhecimento de impostos diferidos ativos sobre perdas potenciais’ (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2017). Esta alteração clarifica a forma de contabilizar impostos diferidos ativos relacionados com ativos mensurados ao justo valor, como estimar os lucros tributáveis futuros quando existem diferenças temporárias dedutíveis e como avaliar a recuperabilidade dos impostos diferidos ativos quando existem restrições na lei fiscal. A adoção desta alteração não teve impacto significativo nas demonstrações financeiras consolidadas da Entidade.
- c) **IFRS 12** (emendas) - Divulgações de interesses em outras entidades (incluída nas melhorias anuais relativas ao ciclo 2014-2016). Clarifica que os requisitos de divulgação da IFRS 12, para além dos previstos nos parágrafos B10 a B16, são aplicáveis aos interesses de uma entidade em subsidiárias, joint-ventures ou associadas (ou parte do seu interesse em joint-ventures ou associadas) que sejam classificadas (ou que estejam incluídas num grupo para venda que esta classificado) como detidas para venda. A adoção desta emenda não teve impacto significativo nas demonstrações financeiras consolidadas da Entidade.

2. Normas (novas e alterações) publicadas, cuja aplicação é obrigatória para períodos anuais que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2018, que a União Europeia já endossou:

- a) **IFRS 9** (nova), ‘Instrumentos financeiros’ (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2018). A IFRS 9 substitui os requisitos da IAS 39, relativamente: (i) à classificação e mensuração dos ativos e passivos financeiros; (ii) ao reconhecimento de imparidade sobre créditos a receber (através do modelo da perda esperada); e (iii) aos requisitos para o reconhecimento e classificação da contabilidade de cobertura
- b) **IFRS 15** (nova), ‘Rédito de contratos com clientes’ (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2018). Esta nova norma aplica-se apenas a contratos para a entrega de produtos ou prestação de serviços, e exige que a entidade reconheça o rédito quando a obrigação contratual de entregar ativos ou prestar serviços é satisfeita e pelo montante que reflete a contraprestação a que a entidade tem direito, conforme previsto na “metodologia das 5 etapas”.
- c) **Alterações à IFRS 15**, ‘Rédito de contratos com clientes’ (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2018). Estas alterações referem-se às indicações adicionais a seguir para determinar as obrigações de desempenho de um contrato, ao momento do reconhecimento do rédito de uma licença de

propriedade intelectual, à revisão dos indicadores para a classificação da relação principal versus agente, e aos novos regimes previstos para simplificar a transição.

- d) **IFRS 16** (nova), ‘Locações’ (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2019). Esta nova norma substitui o IAS 17, com um impacto significativo na contabilização pelos locatários que são agora obrigados a reconhecer um passivo de locação refletindo futuros pagamentos da locação e um ativo de “direito de uso” para todos os contratos de locação, exceto certas locações de curto prazo e de ativos de baixo valor. A definição de um contrato locação também foi alterada, sendo baseada no “direito de controlar o uso de um ativo identificado”.
- e) **IFRS 4** (alteração), ‘Contratos de seguro (aplicação da IFRS 4 com a IFRS 9)’ (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2018). Esta alteração atribui às entidades que negociam contratos de seguro a opção de reconhecer no Outro rendimento integral, em vez de reconhecer na Demonstração dos resultados, a volatilidade que pode resultar da aplicação da IFRS 9 antes da nova norma sobre contratos de seguro ser publicada. Adicionalmente é dada uma isenção temporária à aplicação da IFRS 9 até 2021 às entidades cuja atividade predominante seja a de seguradora. Esta isenção é opcional e não se aplica às demonstrações financeiras consolidadas que incluam uma entidade seguradora.
- f) **IFRS 1**, Adoção pela primeira vez das IFRS (emenda, incluída nas melhorias anuais relativas ao ciclo 2014-2016). Elimina a isenção de curto prazo prevista para os adotantes pela primeira vez nos parágrafos E3-E7 da IFRS 1, porque já serviu o seu propósito (que estavam relacionados com isenções de algumas divulgações de instrumentos financeiros previstas na IFRS 7, isenções ao nível de benefícios de empregados e isenções ao nível das entidades de investimento).
- g) **IAS 28**, Investimentos em associadas e entidades conjuntamente controladas (emenda, incluída nas melhorias anuais relativas ao ciclo 2014-2016). Vem clarificar que: i) Uma empresa que é uma empresa de capital de risco, ou outra entidade qualificável, pode escolher, no reconhecimento inicial e investimento a investimento, mensurar os seus investimentos em associadas e/ou joint-ventures ao justo valor através de resultados; ii) Se uma empresa que não é ela própria uma entidade de investimento detém um interesse numa associada ou joint-venture que é uma entidade de investimento, a empresa pode, na aplicação do método da equivalência patrimonial, optar por manter o justo valor que essas participadas aplicam na mensuração das suas subsidiárias. Esta opção é tomada separadamente para cada investimento na data mais tarde entre o reconhecimento inicialmente do investimento nessa participada; essa participada tornar-se uma entidade de investimento; e essa participada passar a ser uma empresa-mãe.
- h) Emendas à **IFRS 10** - Demonstrações financeiras consolidadas e **IAS 28** - Investimentos em associadas e empreendimentos conjuntos. Estas emendas vêm eliminar um conflito existente entre as referidas normas, relacionado com a venda ou com a contribuição de ativos entre o investidor e a associada ou entre o investidor e o empreendimento conjunto. Em dezembro de 2015 o IASB decidiu diferir a data de aplicação desta emenda até que sejam finalizadas quaisquer emendas que resultem do projeto de pesquisa sobre o método da equivalência patrimonial.

Impactos estimados

IFRS 15 - Rédito de Contratos com Clientes

A IFRS 15 baseia-se no princípio de que o rédito é reconhecido na data da transferência do controlo para o cliente, sendo o valor da transação alocado às diferentes obrigações de desempenho assumidas perante o cliente e sujeitas a ajustamento na mensuração sempre que a contraprestação seja variável ou sujeita a efeito financeiro significativo.

A nova norma substituirá todos os atuais requisitos de reconhecimento do rédito prescritos nas IFRS e deverá ser aplicada de forma retrospectiva, para períodos iniciados em ou após 1 de janeiro de 2018, adotado um dos seguintes métodos:

- aplicação retrospectiva completa: implica a reexpressão de todos os períodos comparativos; ou
- aplicação retrospectiva modificada: reconhecimento do efeito acumulado, no primeiro período de aplicação da norma, como um ajustamento ao capital próprio, no balanço de abertura do período em que a norma é adotada.

A adoção antecipada é permitida. A CORTICEIRA AMORIM irá adotar a nova norma na data efetiva requerida (1 de janeiro de 2018), usando o método retrospectivo modificada.

Conforme o preconizado na norma, a CORTICEIRA AMORIM efetuou uma análise interna abrangendo os 5 passos, a seguir discriminados:

- Identificação de contratos estabelecidos com clientes;

- Identificação de compromissos de desempenho incluídos nos contratos;
- Determinar preço da transação;
- Regra de alocação do preço de transação aos compromissos de desempenho preconizados nos contratos;
- Critério de reconhecimento do rédito.

Para avaliar o impacto a CORTICEIRA AMORIM analisou as transações efetuadas pelas empresas do Grupo. De aplicação transversal a todas as Unidades de Negócio, as transações efetuadas pelas empresas do universo CORTICEIRA AMORIM poderão assumir diversas características:

- Formalizadas via contrato específico que define os termos da transação;
- Informal, no sentido de não existir um contrato escrito, mas cujos termos de transação são definidos na encomenda do cliente e no pedido de aceitação de encomenda emitida pela empresa do Grupo que participa na transação. A aceitação da encomenda formaliza os termos em que a transação irá ser efetuada. Em ambas as situações, os termos da transação são perfeitamente identificados.

Foi efetuada a identificação de contratos estabelecidos com clientes:

- As partes aprovaram os termos do contrato e comprometem-se a desempenhar as respetivas obrigações contratuais;
- Os direitos e obrigações são perfeitamente identificáveis;
- Encontram-se estabelecidos os termos de pagamento;
- Contrato dispõe de substância comercial;
- Em função da análise de risco do cliente, é altamente provável o recebimento do produto da venda.

A CORTICEIRA AMORIM verificou o cumprimento destes critérios nas transações estabelecidas. Desta forma, resultante da análise efetuada, a CORTICEIRA AMORIM estima que a adoção do novo normativo não terá impacto material na apresentação financeira consolidada da CORTICEIRA AMORIM.

Outras normas

O Grupo esta a apurar o impacto resultante da aplicação da IFRS 16, não estimando impactos materiais decorrentes da aplicação dos restantes normativos.

3. Normas (novas e alterações) e interpretações publicadas, cuja aplicação é obrigatória para períodos anuais que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2017, mas que a União Europeia ainda não endossou:

3.1 - Normas

- IAS 40** (alteração) ‘Transferência de propriedades de investimento’ (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2018). Esta alteração ainda está sujeita ao processo de endosso pela União Europeia. Esta alteração clarifica que os ativos só podem ser transferidos de e para a categoria de propriedades de investimentos quando exista evidência da alteração de uso. Apenas a alteração da intenção da gestão não é suficiente para efetuar a transferência.
- IFRS 2** (alteração), ‘Classificação e mensuração de transações de pagamentos baseados em ações’ (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2018). Esta alteração ainda está sujeita ao processo de endosso pela União Europeia. Esta alteração clarifica a base de mensuração para as transações de pagamentos baseados em ações liquidadas financeiramente (*cash-settled*) e a contabilização de modificações a um plano de pagamentos baseado em ações, que alteram a sua classificação de liquidado financeiramente (*cash-settled*) para liquidado com capital próprio (*equity-settled*). Para além disso, introduz uma exceção aos princípios da IFRS 2, que passa a exigir que um plano de pagamentos baseado em ações seja tratado como se fosse totalmente liquidado com capital próprio (*equity-settled*), quando o empregador seja obrigado a reter um montante de imposto ao funcionário e pagar essa quantia à autoridade fiscal.
- IFRS 9** (alteração), ‘Elementos de pré-pagamento com compensação negativa’ (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2019). Esta alteração ainda está sujeita ao processo de endosso pela União Europeia. Esta alteração introduz a possibilidade de classificar ativos financeiros com condições de pré-pagamento com compensação negativa, ao custo amortizado, desde que se verifique o cumprimento de condições específicas, em vez de ser classificado ao justo valor através de resultados.

- d) **IAS 28** (alteração), ‘Investimentos de longo-prazo em associadas e empreendimentos conjuntos’ (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2019). Esta alteração ainda está sujeita ao processo de endosso pela União Europeia. Esta alteração clarifica que os investimentos de longo-prazo em associadas e empreendimentos conjuntos (componentes do investimento de uma entidade em associadas e empreendimentos conjuntos), que não estão a ser mensurados através do método de equivalência patrimonial, são contabilizados segundo a IFRS 9, estando sujeitos ao modelo de imparidade das perdas estimadas, antes de qualquer teste de imparidade ao investimento como um todo.
- e) **Melhorias às normas 2015 - 2017** (a aplicar aos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2019). Este ciclo de melhorias ainda está sujeito ao processo de endosso pela União Europeia. Este ciclo de melhorias afeta os seguintes normativos: IAS 23, IAS 12, IFRS 3 e IFRS 11.
- f) **IFRS 17** (nova), ‘Contratos de seguro’ (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2021). Esta norma ainda está sujeita ao processo de endosso pela União Europeia. Esta nova norma substitui o IFRS 4 e é aplicável a todas as entidades que emitam contratos de seguro, contratos de resseguro e contratos de investimento com características de participação discricionária. A IFRS 17 baseia-se na mensuração corrente das responsabilidades técnicas, a cada data de relato. A mensuração corrente pode assentar num modelo completo (*building block approach*) ou simplificado (*premium allocation approach*). O reconhecimento da margem técnica é diferente consoante esta seja positiva ou negativa. A IFRS 17 é de aplicação retrospectiva.

3.2 - Interpretações

- a) **IFRIC 22** (nova), ‘Operações em moeda estrangeira e contraprestação antecipada’ (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2018). Esta interpretação ainda está sujeita ao processo de endosso pela União Europeia. Trata-se de uma interpretação à IAS 21 ‘Os efeitos de alterações em taxas de câmbio’ e refere-se à determinação da “data da transação” quando uma entidade paga ou recebe antecipadamente a contraprestação de contratos denominados em moeda estrangeira. A “data da transação” determina a taxa de câmbio a usar para converter as transações em moeda estrangeira.
- b) **IFRIC 23** (nova), ‘Incerteza sobre o tratamento de Imposto sobre o rendimento’ (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2019). Esta interpretação ainda está sujeita ao processo de endosso pela União Europeia. Trata-se de uma interpretação à IAS 12 - ‘Imposto sobre o rendimento’, referindo-se aos requisitos de mensuração e reconhecimento a aplicar quando existem incertezas quanto à aceitação de um determinado tratamento fiscal por parte da Administração fiscal relativamente a Imposto sobre o rendimento. Em caso de incerteza quanto à posição da Administração fiscal sobre uma transação específica, a entidade deverá efetuar a sua melhor estimativa e registar os ativos ou passivos por imposto sobre o rendimento à luz da IAS 12, e não da IAS 37 - “Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes”, com base no valor esperado ou o valor mais provável. A aplicação da IFRIC 23 pode ser retrospectiva ou retrospectiva modificada.

Não se estimam impactos significativos decorrentes da adoção futura destas normas, alterações e interpretações nas demonstrações financeiras consolidadas da Corticeira Amorim.

- c) Classificação de ativos e passivos financeiros

Os ativos financeiros inserem-se, essencialmente, na categoria de Empréstimos e Contas a receber. Por sua vez os passivos financeiros são, essencialmente, Passivos a custo amortizado.

Detalhe dos ativos e passivos financeiros:

milhares de euros

	Empréstimos concedidos e contas a receber	Justo Valor por resultados	Derivados designados como de cobertura	Ativos disponíveis para venda	Total
Clientes	141.876				141.876
Outros ativos	27.227			3.940	31.166
Caixa e equivalentes	51.119				51.119
Total a 31 de dezembro de 2016	220.222	0	0	3.940	224.162
Clientes	167.604				167.604
Outros ativos	36.012	-61	861	2.520	39.332
Caixa e equivalentes	17.005				17.005
Total a 31 de dezembro de 2017	220.621	-61	861	2.520	223.941

milhares de euros

	Justo valor por resultados	Derivados designados como de cobertura	Outros passivos financeiros a custo amortizado	Total
Divida remunerada			87.008	87.008
Outros empr.obtidos e credores div.	597	2.392	51.593	54.581
Fornecedores			109.985	109.985
Total a 31 de dezembro de 2016	597	2.392	248.586	251.574
Divida remunerada			109.789	109.789
Outros empr.obtidos e credores div.	-1	266	86.163	86.428
Fornecedores			157.096	157.096
Total a 31 de dezembro de 2017	-1	266	353.048	353.313

Os valores a receber de Clientes denominados em USD (8,0%), CLP (6,2%), AUD (1,8%), ZAR (1,0%), sendo o remanescente quase totalmente denominada em Euros. Desde que a atividade no mercado argentino passou a ser conduzida através da associada Corchos Argentina, os saldos de clientes denominados em pesos argentinos (ARS) deixaram de existir. As diferenças de câmbios registadas resultam, no essencial das divisas de clientes denominados em divisa diferente do Euro, bem como dos empréstimos em divisa usados como instrumentos de cobertura de risco cambial.

É entendimento da Corticeira Amorim que o justo valor das classes de instrumentos financeiros apresentados não difere de forma significativa do seu valor contabilístico, atendendo às condições contratuais de cada um desses instrumentos financeiros.

Os ativos e passivos correntes, dada a sua natureza de curto prazo, tem um valor contabilístico é semelhante ao justo valor

A dívida remunerada não corrente é maioritariamente remunerada a taxa variável. O único empréstimo remunerado a taxa fixa foi contratado durante o exercício de 2015. Não tendo existido variações significativas nas taxas de juro de referência, a taxa então negociada não difere substancialmente das condições correntes de mercado, pelo que o justo valor não difere significativamente do valor contabilístico.

No caso dos Outros Empréstimos Obtidos e Credores Diversos (essencialmente Subsídios Não Remunerados mensurados ao justo valor no reconhecimento inicial), atendendo à magnitude do diferencial de atualização inicial por reconhecer em resultados, aos prazos de vencimento e aos níveis atuais de taxa de juro, o diferencial entre o valor contabilístico e o justo valor não é significativo.

XXXIII. EVENTOS SUBSEQUENTES

Conforme comunicação ao mercado de 10 de janeiro de 2018 a CORTICEIRA AMORIM, S.G.P.S., S.A., através da sua participada AMORIM BARTOP - Investimentos e Participações, S.A - que integra a Unidade de Negócios (UN) Rolhas, desenvolvendo e produzindo rolhas capsuladas para o segmento de bebidas espirituosas - celebrou um acordo para a aquisição da sociedade ELFVERSON & Co AB, com sede em Pårýd, Suécia.

Nos termos do acordo celebrado, são adquiridos 70% do capital social da ELFVERSON & Co AB, pelo montante de cerca de 5,5 M€. Sobre os restantes 30% recai uma opção de venda por parte da vendedora (a sociedade sueca Vätterledens Invest AB) e uma opção de compra por parte da AMORIM BARTOP - Investimentos e Participações, S.A., exercíveis a partir de 2020, por um preço que, tendo por base o valor já pago pelos primeiros 70%, dependerá ainda da evolução da performance da ELFVERSON & Co AB nos próximos anos.

Para além deste evento e até à data de emissão este relatório, não ocorreram outros factos relevantes que possam vir a afetar materialmente a posição financeira e os resultados futuros da Corticeira Amorim e do conjunto das empresas filias incluídas na consolidação.\

Mozelos, 19 de fevereiro de 2018

O Conselho de Administração da CORTICEIRA AMORIM, S.G.P.S., S.A.

António Rios de Amorim

Presidente

Nuno Filipe Vilela Barroca de Oliveira

Vice-Presidente

Fernando José de Araújo dos Santos Almeida

Vogal

Cristina Rios de Amorim Baptista

Vogal

Luísa Alexandra Ramos Amorim

Vogal

Juan Ginesta Viñas

Vogal

Certificação Legal das Contas

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras consolidadas anexas de Corticeira Amorim, SGPS, S.A. (o Grupo), que compreendem a Demonstração Consolidada da Posição Financeira em 31 de dezembro de 2017 (que evidencia um total de 869.407 milhares de euros e um total de capital próprio de 459.991 milhares de euros, incluindo um resultado líquido atribuível aos detentores de capital do Grupo de 73.027 milhares de euros), a Demonstração Consolidada de Resultados por Naturezas, a Demonstração Consolidada do Rendimento Integral, a Demonstração Consolidada das Alterações no Capital Próprio e a Demonstração Consolidada dos Fluxos de Caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras consolidadas que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira consolidada de Corticeira Amorim, SGPS, S.A. em 31 de dezembro de 2017, o seu desempenho financeiro consolidado e os seus fluxos de caixa consolidados relativos ao ano findo naquela data, de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro, tal como adotadas na União Europeia.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas” abaixo. Somos independentes das entidades que compõem o Grupo nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Matérias relevantes de auditoria

As matérias relevantes de auditoria são as que, no nosso julgamento profissional, tiveram maior importância na auditoria das demonstrações financeiras consolidadas do ano corrente. Essas matérias foram consideradas no contexto da auditoria das demonstrações financeiras consolidadas como um todo, e na formação da opinião, e não emitimos uma opinião separada sobre essas matérias.

Descrevemos de seguida as matérias relevantes de auditoria do ano corrente:

1. Validação de saldos iniciais

Descrição dos riscos de distorção material mais significativos

Fomos nomeados como Auditores do Grupo Corticeira Amorim pela primeira vez em abril de 2017.

Tratando-se de uma auditoria de primeiro ano, torna-se necessário um conjunto adicional de procedimentos que não são executados em auditorias recorrentes.

O Grupo Corticeira Amorim é líder mundial de produtos de cortiça, com um negócio

Síntese da nossa resposta aos riscos de distorção material mais significativos

A nossa abordagem de auditoria incluiu a execução dos seguintes procedimentos:

- ▶ Desenvolvemos um plano de transição que incluiu o planeamento de um conjunto de atividades para garantir uma transição eficaz do anterior Auditor. As atividades planeadas incluíram, entre outras, um entendimento inicial do Grupo e das suas operações, incluindo informações sobre a sua história, estratégia, riscos de negócio, estrutura dos sistemas de informação, ambiente de controlo, incluindo as atividades de controlo interno e o processo de preparação do relato



Descrição dos riscos de distorção material mais significativos

verticalizado e presença em mais de 70 países. A diversidade das operações e a dispersão geográfica levou-nos a desenvolver um conjunto de procedimentos de modo a colmatar a ausência de conhecimento acumulado sobre o Grupo e assim estabelecer um planeamento e uma estratégia de auditoria que nos permitisse endereçar de forma apropriada os riscos significativos.

Síntese da nossa resposta aos riscos de distorção material mais significativos

financeiro, para nos permitir uma melhor avaliação dos riscos de auditoria;

- ▶ Reunimos com os Diretores das várias Unidades de Negócio do Grupo, e visitámos as principais unidades industriais em Portugal;
- ▶ Avaliámos as políticas contabilísticas adotadas pelo Grupo e os julgamentos efetuados pelo Conselho de Administração, bem como a sua consistência;
- ▶ Efetuámos a revisão dos papéis de trabalho do anterior Auditor;
- ▶ Procedemos à revisão detalhada dos ajustamentos de consolidação do ano findo em 31 de dezembro de 2016; e
- ▶ Efetuámos a revisão dos principais processos fiscais em curso, incluindo a revisão da avaliação efetuada pelo Grupo para as provisões e passivos contingentes divulgados nas demonstrações financeiras de 2016, envolvendo os nossos especialistas fiscais.

Adicionalmente, considerámos o impacto das conclusões da nossa auditoria, à medida que foi progredindo, na avaliação da correção dos saldos iniciais.

2. Aquisição da Bourrassé

Descrição dos riscos de distorção material mais significativos

Em julho de 2017, o Grupo adquiriu 60% do capital social da S.A.S.ETS Christian Bourrassé ("Bourrassé"), por um valor total de 29 milhões de euros.

Esta aquisição foi material para o Grupo, atendendo à quota de mercado da Bourrassé, e o seu registo contabilístico envolveu julgamentos na alocação do preço da transação ao justo valor dos ativos identificáveis adquiridos e dos passivos assumidos, determinados, no caso de terrenos e edifícios, com o apoio de especialistas externos em avaliações imobiliárias, tendo sido apurado um goodwill de 9,7 milhões de euros.

O contrato de aquisição prevê ainda a aquisição subsequente, até 2022, dos restantes 40% por um preço que é variável em função do desempenho das unidades de negócio da Bourrassé. Foi reconhecido o passivo financeiro correspondente nos termos

Síntese da nossa resposta aos riscos de distorção material mais significativos

A nossa abordagem de auditoria incluiu a execução dos seguintes procedimentos:

- ▶ Analisámos o contrato de aquisição e verificámos o pagamento do preço;
- ▶ Lemos o relatório da *due diligence* financeira e fiscal contratada pelo Grupo e realizada previamente à aquisição;
- ▶ Testámos o reconhecimento inicial ao justo valor dos ativos identificáveis adquiridos e dos passivos assumidos com base nos resultados das avaliações externas de terrenos e edifícios bem como em resultado da homogeneização de políticas e critérios contabilísticos;
- ▶ Testámos a inclusão da Bourrassé nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data da aquisição;
- ▶ Obtivemos as conclusões dos auditores da Bourrassé;
- ▶ Avaliámos os julgamentos efetuados na mensuração do passivo financeiro; e
- ▶ Avaliámos os pressupostos utilizados nos modelos de avaliação aprovados pelo Conselho de Administração e que serviram de base ao teste de imparidade do goodwill,

Descrição dos riscos de distorção material mais significativos

indicados na Nota II b) das notas às demonstrações financeiras consolidadas.

Síntese da nossa resposta aos riscos de distorção material mais significativos

nomeadamente as projeções de fluxos de caixa, a taxa de desconto, a taxa de inflação, a taxa de crescimento na perpetuidade e as análises de sensibilidade.

Também aferimos sobre a adequabilidade das divulgações aplicáveis (IFRS 3), incluídas nas Notas II b) e VI das notas às demonstrações financeiras consolidadas.

3. Inventários

Descrição dos riscos de distorção material mais significativos

Em 31 de dezembro de 2017, os Inventários ascendem a 359.141 milhares de euros, líquidos de perdas por imparidade de 6.206 milhares de euros, e representam cerca de 41% do total do ativo.

São compostos por cortiça, rolhas e outros produtos transformados derivados da cortiça, que se encontram dispersos por várias localizações.

Conforme divulgado na Nota II h) das notas às demonstrações financeiras consolidadas, os inventários encontram-se valorizados ao menor entre o custo e o valor realizável líquido. O Grupo aplica um critério para o registo de perdas por imparidade de inventários baseado na rotação. Esta metodologia baseia-se em pressupostos definidos com base em julgamentos do Conselho de Administração para determinar as percentagens adequadas para o registo de perdas por imparidade para cada categoria de inventários.

Síntese da nossa resposta aos riscos de distorção material mais significativos

A nossa abordagem de auditoria incluiu a execução dos seguintes procedimentos:

- ▶ Efetuámos um entendimento do processo de inventários e testámos a eficácia operacional dos controlos implementados relacionados com a existência e a valorização dos inventários nas subsidiárias relevantes;
- ▶ Assistimos às contagens físicas dos inventários em todas as subsidiárias e geografias relevantes, realizados perto do final do ano, com um foco na identificação de indicadores de imparidade de inventários por obsolescência ou dano e na correta classificação dos mesmos;
- ▶ Verificámos as condições contratuais de aquisição para uma amostra alargada de contratos com fornecedores da principal matéria-prima;
- ▶ Efetuámos procedimentos de revisão analítica da valorização de produto acabado e em curso e testámos em detalhe o processo de custeio de inventários através da seleção de uma amostra representativa de fichas de produto;
- ▶ Testámos os pressupostos subjacentes à determinação das perdas por imparidade de inventários, à luz da informação disponível sobre a rotação dos inventários, inventários obsoletos e consumo/vendas nos últimos 24 meses; e
- ▶ Avaliámos a consistência dos critérios utilizados face aos exercícios anteriores.

Também aferimos sobre a adequabilidade das divulgações aplicáveis (IAS 2), incluídas nas Notas II h) e XIII das notas às demonstrações financeiras consolidadas.

4. Provisões e contingências

Descrição dos riscos de distorção material mais significativos	Síntese da nossa resposta aos riscos de distorção material mais significativos
<p>Conforme divulgado na Nota XXIX das notas às demonstrações financeiras consolidadas, o Grupo identificou diversas contingências de natureza fiscal e legal. São registadas provisões para contingências fiscais e legais sempre que se considera que é provável um desfecho desfavorável, de acordo com o preconizado no IAS 37. A avaliação da probabilidade de desfecho é suportada no parecer de assessores jurídicos e fiscais.</p> <p>A 31 de dezembro de 2017, o montante de provisões apresentado nas demonstrações financeiras consolidadas ascende a 41.320 milhares de euros. A estimativa das eventuais quantias a despender requer um elevado grau de julgamento por parte do Conselho de Administração e é por isso considerada uma matéria relevante.</p>	<p>A nossa abordagem de auditoria incluiu a execução dos seguintes procedimentos:</p> <ul style="list-style-type: none">▶ Procedemos à compreensão e avaliação dos processos de monitorização de contingências fiscais, bem como revimos toda a documentação existente;▶ Analisámos os processos fiscais que se encontram em curso, bem como as potenciais contingências fiscais, com o apoio dos nossos especialistas fiscais;▶ Inquirimos o Conselho de Administração e os diretores das áreas legal e fiscal sobre as bases das suas estimativas e julgamentos;▶ Analisámos as respostas aos pedidos de informação efetuados aos advogados externos; e▶ Avaliámos a consistência dos critérios utilizados face aos exercícios anteriores. <p>Também aferimos sobre a adequabilidade das divulgações aplicáveis (IAS 37), incluídas nas Notas II p) e XXIX das notas às demonstrações financeiras consolidadas.</p>

Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras consolidadas

O órgão de gestão é responsável pela:

- ▶ preparação de demonstrações financeiras consolidadas que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa do Grupo de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro, tal como adotadas na União Europeia;
- ▶ elaboração do Relatório de Gestão, incluindo o Relatório de Governo Societário, nos termos legais e regulamentares;
- ▶ criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro;
- ▶ adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- ▶ avaliação da capacidade do Grupo de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira do Grupo.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.



Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- ▶ identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras consolidadas, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- ▶ obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno do Grupo;
- ▶ avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- ▶ concluimos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade do Grupo para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que o Grupo descontinue as suas atividades;
- ▶ avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras consolidadas, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- ▶ obtemos prova de auditoria suficiente e apropriada relativa à informação financeira das entidades ou atividades dentro do Grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela orientação, supervisão e desempenho da auditoria do Grupo e somos os responsáveis finais pela nossa opinião de auditoria;
- ▶ comunicamos com os encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria;
- ▶ das matérias que comunicamos aos encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização, determinamos as que foram as mais importantes na auditoria das demonstrações financeiras consolidadas do ano corrente e que são as matérias relevantes de auditoria. Descrevemos essas matérias no nosso relatório, exceto quando a lei ou regulamento proibir a sua divulgação pública; e
- ▶ declaramos ao órgão de fiscalização que cumprimos os requisitos éticos relevantes relativos à independência e comunicamos todos os relacionamentos e outras matérias que possam ser percecionadas como ameaças à nossa independência e, quando aplicável, as respetivas salvaguardas.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do Relatório de Gestão com as demonstrações financeiras consolidadas, e as verificações previstas no n.º 4 e n.º 5 do artigo 451 do Código das Sociedades Comerciais, bem como a verificação de que a demonstração não financeira foi apresentada.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o Relatório de Gestão

Dando cumprimento ao artigo 451, n.º 3, al. e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o Relatório de Gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras consolidadas auditadas e, tendo em conta o conhecimento e apreciação sobre o Grupo, não identificámos incorreções materiais.

Sobre a demonstração não financeira prevista no artigo 66-B do Código das Sociedades Comerciais

Dando cumprimento ao artigo 451, n.º 6, do Código das Sociedades Comerciais, informamos que o Grupo incluiu no seu Relatório Anual Consolidado a demonstração não financeira prevista no artigo 66-B do Código das Sociedades Comerciais.

Sobre o Relatório de Governo Societário

Dando cumprimento ao artigo 451, n.º 4, do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o Relatório de Governo Societário inclui os elementos exigíveis ao Grupo nos termos do artigo 245-A do Código dos Valores Mobiliários, não tendo sido identificadas incorreções materiais na informação divulgada no mesmo, cumprindo o disposto nas al. c), d), f), h), i) e m) do referido artigo.

Sobre os elementos adicionais previstos no artigo 10 do Regulamento (UE) n.º 537/2014

Dando cumprimento ao artigo 10 do Regulamento (UE) n.º 537/2014 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de abril de 2014, e para além das matérias relevantes de auditoria acima indicadas, relatamos ainda o seguinte:

- ▶ Fomos eleitos auditores de Corticeira Amorim, SGPS, S.A. (Entidade-mãe do Grupo) pela primeira vez na assembleia geral de acionistas realizada em 7 de abril de 2017 para um mandato compreendendo os exercícios de 2017 a 2019;
- ▶ O órgão de gestão confirmou-nos que não tem conhecimento da ocorrência de qualquer fraude ou suspeita de fraude com efeito material nas demonstrações financeiras. No planeamento e execução da nossa auditoria de acordo com as ISA mantivemos o ceticismo profissional e concebemos procedimentos de auditoria para responder à possibilidade de distorção material das demonstrações financeiras consolidadas devido a fraude. Em resultado do nosso trabalho não identificámos qualquer distorção material nas demonstrações financeiras consolidadas devido a fraude;
- ▶ Confirmamos que a opinião de auditoria que emitimos é consistente com o relatório adicional que preparámos e entregámos ao órgão de fiscalização do Grupo nesta data; e
- ▶ Declaramos que não prestámos quaisquer serviços proibidos nos termos do artigo 77, n.º 8, do Estatuto da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas e que mantivemos a nossa independência face ao Grupo durante a realização da auditoria.

Porto, 16 de março de 2018

Ernst & Young Audit & Associados - SROC, S.A.
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas
Representada por:



Rui Manuel da Cunha Vieira - ROC n.º 1154
Registado na CMVM com o n.º 20160766

CORTICEIRA AMORIM, S.G.P.S., SA

RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL – EXERCÍCIO DE 2017

Senhores Accionistas,

Nos termos da Lei e do mandato que nos conferiram, submetemos à vossa apreciação o Relatório sobre a actividade fiscalizadora desenvolvida e damos o nosso Parecer sobre o Relatório de Gestão e as Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas apresentadas pelo Conselho de Administração da CORTICEIRA AMORIM, S.G.P.S., SA relativamente ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2017.

I - ACTIVIDADE DESENVOLVIDA

O Conselho Fiscal acompanhou regularmente a evolução da actividade da Sociedade e das suas principais subsidiárias e vigiou pela observância da Lei e do Contrato de Sociedade, tendo procedido à fiscalização da administração da Sociedade, da eficácia dos sistemas de gestão de riscos, de controlo interno e de auditoria interna e da preparação e divulgação da informação financeira individual e consolidada. Além disso, procedeu à monitorização da regularidade dos registos contabilísticos, da exactidão dos documentos de prestação de contas individuais e consolidadas e das políticas contabilísticas e critérios valorimétricos adoptados pela sociedade, por forma a verificar que os mesmos conduzem a uma adequada expressão do património e dos seus resultados individuais e consolidados e fluxos de caixa.

No exercício das suas competências, o Conselho Fiscal reuniu regularmente com os representantes da Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, no sentido de acompanhar os trabalhos de auditoria efectuados, desde a fase de planeamento até às respectivas conclusões, para além de avaliar a sua independência. Nesta vertente, o Conselho Fiscal analisou as propostas que lhe foram presentes para prestação de serviços que não de auditoria pela Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, tendo aprovado aquelas que respeitavam a serviços permitidos, não afectavam a independência da Sociedade de Revisores Oficiais de Contas e cumpriam os demais requisitos legais. Como lhe compete, o Conselho acompanhou as transações realizadas com accionistas detentores de participações qualificadas, tendo também acompanhado o funcionamento do sistema de participação de irregularidades.

O Conselho reuniu igualmente com os representantes departamentais com funções de relevo na preparação das contas individuais e consolidadas, bem assim como com o Auditor Interno e com os responsáveis pelos Serviços Jurídicos, de todos tendo recebido total colaboração. O Conselho Fiscal reuniu igualmente com o Conselho de Administração e com a Comissão Executiva, de quem obteve esclarecimento para todas as questões suscitadas, bem como uma compreensão dos planos e objectivos da Sociedade.

O Conselho Fiscal analisou as Certificações Legais das Contas e Relato Sobre as Auditorias das Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas relativas ao exercício de 2017, que compreendem a Demonstração Consolidada e Individual da Posição Financeira em 31 de Dezembro de 2017, a Demonstração Individual e Consolidada dos Resultados por Naturezas, a Demonstração Individual e Consolidada do Rendimento Integral, a Demonstração Individual e Consolidada das Alterações no Capital Próprio e a Demonstração Individual e Consolidada dos Fluxos de Caixa e os respectivos anexos, documentos esses que não apresentam quaisquer reservas. O Conselho Fiscal analisou igualmente (1) a Confirmação de Independência e (2) o Relatório Adicional, que lhe foram remetidos pela Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, ambos reportados à data da conclusão dos trabalhos de auditoria.

O Conselho Fiscal analisou também o Relatório de Governo da Sociedade, competindo-lhe apenas atestar se o mesmo inclui todos os elementos referidos no art nº 245-A do Código de Valores Mobiliários, o que o Conselho Fiscal verificou.

II - PARECER

No âmbito das competências do Conselho Fiscal, declara-se que, tanto quanto é do nosso conhecimento e convicção, os documentos de prestação de contas atrás referidos, foram preparados em conformidade com as normas contabilísticas aplicáveis, dando uma imagem verdadeira e apropriada do activo e do passivo, da situação financeira e dos resultados da CORTICEIRA AMORIM, S.G.P.S., SA e do GRUPO por ela liderado, e que o relatório de gestão expõe fielmente a evolução dos negócios, do desempenho e da posição do GRUPO, contendo uma adequada descrição dos principais riscos e incertezas com que se defrontam. Atesta-se ainda que o Relatório do Governo da Sociedade, inclui os elementos referidos no art 245-A do Código de Valores Mobiliários.

Nestes termos, tendo em consideração as diligências desenvolvidas, os pareceres e as informações recebidas do Conselho de Administração, dos Serviços da Sociedade, do Revisor Oficial de Contas e Auditor Externo, o Conselho Fiscal é de parecer que:

1. Nada obsta à aprovação do Relatório de Gestão Individual e Consolidado relativo ao exercício de 2017;
2. Nada obsta à aprovação das Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas do exercício de 2017;
3. Nada obsta à aprovação da proposta de aplicação de resultados apresentada pelo Conselho de Administração, que se encontra devidamente fundamentada.

Mozelos, 19 de Março de 2018

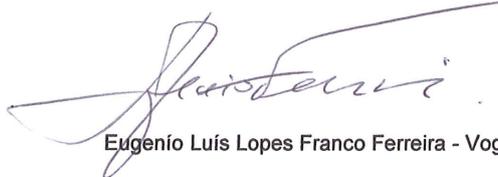
O Conselho Fiscal



Manuel Carvalho Fernandes - Presidente



Ana Paula Africano de Sousa e Silva - Vogal



Eugenio Luis Lopes Franco Ferreira - Vogal



Sobre a Corticeira Amorim SGPS, S.A.:

Tendo iniciado a sua atividade no século XIX, a Corticeira Amorim tornou-se na maior empresa transformadora de produtos de cortiça do mundo, gerando um volume de negócios superior a 700 milhões de euros em mais de 100 países, através de uma rede de dezenas de empresas subsidiárias. Investindo milhões de euros anualmente em I&D, a Corticeira Amorim é uma empresa empenhada na promoção desta matéria-prima única, desenvolvendo um portefólio variado de produtos 100% naturais que são usados por algumas das indústrias mais tecnológicas e exigentes do mundo, como são exemplo as indústrias de vinhos & espirituosos, aeroespacial, automóvel, construção, desporto, design de interiores e de moda.

A abordagem da Corticeira Amorim à escolha de matérias-primas e os seus processos de produção sustentáveis estão na base de uma interdependência singular entre a indústria e um importante ecossistema, o montado - um exemplo paradigmático em termos de desenvolvimento social, económico e ambiental sustentável.



AMORIM

Corticeira Amorim, SGPS, S.A.
Sociedade Aberta
Edifício Amorim I
Rua de Meladas, n.º 380
4536-902 Mozelos VFR
Portugal

corticeira.amorim@amorim.com

www.corticeiraamorim.com

Instagram: [@Amorimcork](https://www.instagram.com/Amorimcork)

Capital Social: € 133 000 000,00

Matriculada na Conservatória do Registo

Comercial de Santa Maria da Feira - Portugal

Nº de Registo e NIPC: PT 500 077 797

LEI: 213800J5M11TDEP3LQ76



ASSEMBLEIA GERAL ANUAL DE 13 DE ABRIL DE 2018 - 12 HORAS

QUINTO PONTO DA ORDEM DE TRABALHOS

PROPOSTA

O Conselho de Administração
da
Corticeira Amorim, S.G.P.S., S.A.,

Tendo em conta o resultado líquido positivo, apurado segundo as contas individuais no final do exercício de 2017, no valor de € 54.490.619,19 (cinquenta e quatro milhões, quatrocentos e noventa mil, seiscentos e dezanove euros e dezanove cêntimos),

propõe

que os Senhores Acionistas deliberem aprovar que o referido resultado líquido positivo, no valor de € 54.490.619,19 (cinquenta e quatro milhões, quatrocentos e noventa mil, seiscentos e dezanove euros e dezanove cêntimos), tenha a seguinte aplicação:

- para Reserva Legal: € 2.724.531,00 (dois milhões, setecentos e vinte e quatro mil, quinhentos e trinta e um euros);
- para Dividendos: € 24.605.000,00 (vinte e quatro milhões, seiscentos e cinco mil euros), correspondente a um valor de € 0,185 (dezoito cêntimos e meio) por ação;
- para Reservas Livres: € 27.161.088,19 (vinte e sete milhões, cento e sessenta e um mil, oitenta e oito euros e dezanove cêntimos).

Meladas - Mozelos - Santa Maria da Feira

19 de fevereiro de 2018

Corticeira Amorim, S.G.P.S., S.A.

O Conselho de Administração

Fernando Almeida

CORTICEIRA AMORIM, S.G.P.S., S.A.
Sociedade Aberta
Edifício Amorim
Rua de Meladas, N° 380 - Apartado 20
4536-902 MOZELOS VFR - PORTUGAL
Telef. 22 747 5400 - Fax: 22 747 5410/11
E-mail: corticeira.amorim@amorim.com

Capital Social: € 133.000.000,00
Pessoa Colectiva e Matricula N° 500 077 797
Conservatória do Registo Comercial de Santa Maria da Feira



ASSEMBLEIA GERAL ANUAL DE 13 DE ABRIL DE 2018 - 12 HORAS

SEXTO PONTO DA ORDEM DE TRABALHOS

PROPOSTA

Amorim - Investimentos e Participações, S.G.P.S., S.A.,
na qualidade de acionista da Corticeira Amorim, SGPS, SA

Considerando,

- a) a atuação criteriosa e ordenada, do Conselho de Administração, no interesse da sociedade;
- b) a forma como o relatório está elaborado, esclarecendo os aspetos mais relevantes da sociedade;
- c) a ação desenvolvida pelo Conselho Fiscal e pelo Revisor Oficial de Contas, no decurso do exercício;

propõe,

nos termos e para os efeitos do disposto no artigo quatrocentos e cinquenta e cinco do Código das Sociedades Comerciais, que os Senhores Acionistas expressem um voto de confiança àqueles órgãos e a cada um dos seus membros.

Meladas - Mozelos - Santa Maria da Feira

26 de março de 2018

Amorim - Investimentos e Participações, S. G.P.S., S.A.,

A Administração

**AMORIM - INVESTIMENTOS
E PARTICIPAÇÕES, S.G.P.S., S.A.**

Edifício Amorim

Rua de Meladas, Nº 380 - Apartado 20

4536-902 MOZELOS VFR - PORTUGAL

Telef. 22 747 5400 - Fax: 22 747 5410/11

E-mail: amorim@amorim.com

Capital Social: € 89.800.000,00

Pessoa Colectiva e Matrícula N.º 504 231 561

Conservatória do Registo Comercial de Santa Maria da Feira

ASSEMBLEIA GERAL ANUAL DE 13 DE ABRIL DE 2018 - 12 HORAS

SÉTIMO PONTO DA ORDEM DE TRABALHOS

PROPOSTA

O Conselho de Administração da
Corticeira Amorim, S.G.P.S., S.A.,

propõe

que a Assembleia Geral delibere, sob a égide do Artigo 319º do Código das Sociedades Comerciais, a aquisição pela sociedade de ações próprias, nos termos seguintes:

- a) Número máximo de ações a adquirir: até ao limite correspondente a 10% (dez por cento) do capital social;
- b) Prazo durante o qual a aquisição pode ser efetuada: 18 (dezoito) meses a contar da presente deliberação;
- c) Formas de aquisição: aquisição na Bolsa ou Fora da Bolsa;
- d) Contrapartidas mínima e máxima das aquisições: o preço de aquisição das ações deverá conter-se entre o valor mínimo de € 2,00 (dois euros) e máximo de € 8,00 (oito euros).

Meladas - Mozelos - Santa Maria da Feira

19 de fevereiro de 2018

Corticeira Amorim, S.G.P.S., S.A.,

O Conselho de Administração



Fernando Almeida

am



CORTICEIRA AMORIM, S.G.P.S., S.A.
Sociedade Aberta

Edifício Amorim

Rua de Meladas, N° 380 - Apartado 20

4536-902 MOZELOS VFR - PORTUGAL

Telef. 22 747 5400 - Fax: 22 747 5410/11

E-mail: corticeira.amorim@amorim.com

Capital Social: € 133.000.000,00

Pessoa Colectiva e Matricula N° 500 077 797

Conservatória do Registo Comercial de Santa Maria da Feira

ASSEMBLEIA GERAL ANUAL DE 13 DE ABRIL DE 2018 - 12 HORAS

OITAVO PONTO DA ORDEM DE TRABALHOS

PROPOSTA

O Conselho de Administração da
Corticeira Amorim, S.G.P.S., S.A.,

propõe

que a Assembleia Geral delibere, sob a égide do Artigo 320º do Código das Sociedades Comerciais, a alienação pela sociedade de ações próprias, nos termos seguintes:

- a) Número de ações a alienar: até ao limite correspondente a 10% (dez por cento) do capital social;
- b) Prazo durante o qual a alienação pode ser efetuada: 18 (dezoito) meses a contar da presente deliberação;
- c) Formas de alienação: alienação na Bolsa ou Fora da Bolsa;
- d) Contrapartida das alienações: o preço mínimo de alienação será de € 5,00 (cinco euros) por ação.

Meladas - Mozelos - Santa Maria da Feira
19 de fevereiro de 2018

Corticeira Amorim, S.G.P.S., S.A.,
O Conselho de Administração



Fernando Almeida



am



Amorim

CORTICEIRA AMORIM, S.G.P.S., S.A.
Sociedade Aberta
Edifício Amorim
Rua de Meladas, N° 380 - Apartado 20
4536-902 MOZELOS VFR - PORTUGAL
Telef. 22 747 5400 - Fax: 22 747 5410/11
E-mail: corticeira.amorim@amorim.com



ASSEMBLEIA GERAL ANUAL DE 13 DE ABRIL DE 2018 - 12 HORAS

NONO PONTO DA ORDEM DE TRABALHOS

PROPOSTA

O Conselho de Administração
da
Corticeira Amorim, S.G.P.S., S.A.,

propõe

que os Senhores Acionistas deliberem aprovar a política de remunerações, respetivamente dos membros dos órgãos sociais e dos demais dirigentes, descrita nas Declarações da Comissão de Remunerações e do Conselho de Administração.

Meladas - Mozelos - Santa Maria da Feira
19 de fevereiro de 2018

Corticeira Amorim, S.G.P.S., S.A.
O Conselho de Administração

Fernando Almeida

CORTICEIRA AMORIM, S.G.P.S., S.A.
Sociedade Aberta

Edifício Amorim
Rua de Meladas, N° 380 - Apartado 20
4536-902 MOZELOS VFR - PORTUGAL
Telef. 22 747 5400 - Fax: 22 747 5410/11
E-mail: corticeira.amorim@amorim.com

Capital Social: € 133.000.000,00
Pessoa Colectiva e Matrícula N° 500 077 797
Conservatória do Registo Comercial de Santa Maria da Feira

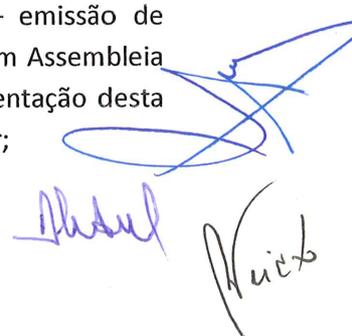
Declaração da Comissão de Remunerações sobre a Política de Remunerações dos Membros dos Órgãos Sociais

CORTICEIRA AMORIM, S.G.P.S., S.A.

Assembleia Geral Anual de 13 de abril de 2018

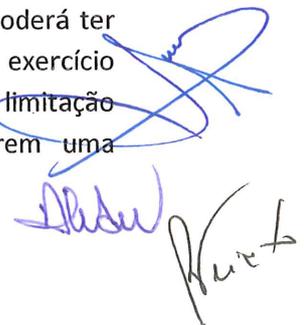
Considerando:

1. que, nos termos estatutários, compete à Comissão de Remunerações da CORTICEIRA AMORIM fixar as remunerações fixas e variáveis a atribuir aos membros do Conselho de Administração, fixando ainda a remuneração a atribuir aos membros da Mesa da Assembleia Geral, do Conselho Fiscal e do Revisor Oficial de Contas;
2. que a Comissão de Remunerações considera que a política e as remunerações praticadas nos exercícios anteriores claramente propiciam:
 - no caso dos membros do Conselho de Administração - o alinhamento entre os interesses dos beneficiários de tais remunerações e os interesses da Sociedade, fomentando um adequado equilíbrio entre a remuneração atribuída e o desempenho evidenciado em prol da rentabilidade a médio/longo prazo da Sociedade;
 - no caso dos membros dos demais órgãos sociais – o exercício das respetivas funções de forma profissional, empenhada e independente, em prol da integral salvaguarda das competências que, por Lei ou pelos Estatutos da Sociedade, lhes estão atribuídas;
3. que a Sociedade acolhe o quadro recomendatório inscrito no Código de Governo Societário emanado pela CMVM como um importante referencial de boas práticas e que tal Código preconiza que o Conselho de Administração submeta à apreciação da Assembleia Geral uma declaração sobre a política de remunerações dos Dirigentes da Sociedade;
4. que a Lei n.º 28/2009, de 19 de Junho, determina que nas entidades de interesse público a comissão de remuneração deve submeter anualmente a aprovação da Assembleia Geral uma declaração sobre política de remuneração dos membros dos órgãos de administração e de fiscalização;
5. que a Comissão de Remunerações julga que a adoção desta prática – emissão de Declaração sobre Política de Remunerações para apreciação e aprovação em Assembleia Geral de Acionistas – favorece a compreensão das principais linhas de orientação desta política em benefício da transparência na fixação das remunerações a atribuir;



A Comissão de Remunerações da CORTICEIRA AMORIM propõe que os Senhores Acionistas apreciem e aprovem a seguinte política de remunerações:

1. A remuneração dos **Membros da Mesa Assembleia Geral e do Conselho Fiscal** reveste a forma de senha de presença, devendo ser fixada para todo o mandato, tendo em conta as características da Sociedade e as práticas de mercado;
2. A remuneração do **Revisor Oficial de Contas** reveste a forma de prestação de serviços, devendo ser fixada anualmente, tendo em conta as características da Sociedade e as práticas de mercado;
3. Os **Membros do Conselho de Administração** da Sociedade devem ser remunerados tomando em consideração:
 - o estipulado nos acordos remuneratórios celebrados entre a Sociedade e cada Membro do Conselho de Administração;
 - a observância de princípios de equidade interna e de competitividade externa, tomando também em consideração o que os principais grupos económicos portugueses vêm divulgando relativamente às respetivas políticas e práticas remuneratórias;
 - sempre que tal seja adequado e exequível, tal remuneração deverá ser composta essencialmente por uma remuneração fixa atribuível a membros executivo e não executivos, à qual acresça uma remuneração variável atribuível aos membros executivos sob a forma de prémio de desempenho;
 - a atribuição da componente variável da remuneração prevista no ponto anterior deverá corresponder a um prémio, que resultará da avaliação da performance de curto prazo e do contributo do desempenho anual para a sustentabilidade económica a médio/longo prazo da Organização;
 - o montante efetivo da retribuição variável dependerá sempre da avaliação a realizar anualmente pela Comissão de Remunerações sobre o desempenho dos membros do Conselho de Administração, analisando o respetivo contributo quer para os resultados obtidos no exercício económico em apreço quer para o cumprimento das metas e implementação das estratégias definidas pela Sociedade a médio/longo prazo: a evolução dos resultados e o nível de concretização dos objetivos estratégicos de inovação, solidez financeira, criação de valor, competitividade e crescimento;
 - o pagamento da componente variável da remuneração, se existir, poderá ter lugar, no todo ou em parte, após o apuramento das contas de exercício correspondentes a um triénio, havendo, portanto, a possibilidade de limitação da remuneração variável, no caso de os resultados evidenciarem uma



deterioração relevante do desempenho da Sociedade no último exercício apurado ou quando esta seja expectável no exercício em curso;

- aos membros do Conselho de Administração está vedada a possibilidade de celebrar contratos, quer com a Sociedade, quer com as suas subsidiárias e/ou participadas, que possam mitigar o risco inerente à variabilidade da remuneração que lhes for fixada pela Sociedade.

4. Não é política da Sociedade atribuir aos membros dos seus órgãos sociais:

- planos de atribuição de ações, e/ou de opções de aquisição de ações ou com base nas variações do preço as ações;
- sistema de benefícios de reforma.

Mozelos, 13 de março de 2018

A Comissão de Remunerações da CORTICEIRA AMORIM, S.G.P.S., S.A.

José Manuel Ferreira Rios
Presidente da Comissão de Remunerações

Jorge Alberto Guedes Peixoto
Vogal da Comissão de Remunerações

Abdul Rehman Omarmiã Mangá
Vogal da Comissão de Remunerações

Declaração do Conselho de Administração sobre a Política de Remunerações dos Dirigentes da Sociedade

CORTICEIRA AMORIM, SGPS, S.A.

Assembleia Geral Anual de 13 de abril de 2018

Considerando:

1. que compete ao Conselho de Administração da CORTICEIRA AMORIM fixar as remunerações fixas e variáveis a atribuir aos seus Dirigentes;
2. que o Conselho de Administração considera que a política e as remunerações praticadas nos exercícios anteriores, claramente propicia o alinhamento entre os interesses dos beneficiários de tais remunerações e os interesses da Sociedade, fomentando um adequado equilíbrio entre a remuneração atribuída e o desempenho evidenciado em prol da rentabilidade a médio/longo prazo da Sociedade;
3. que a Sociedade acolhe o quadro recomendatório inscrito no Código de Governo Societário emanado pela CMVM como um importante referencial de boas práticas e que tal Código preconiza que o Conselho de Administração submeta à apreciação da Assembleia Geral uma declaração sobre a política de remunerações dos Dirigentes da Sociedade;
4. que o Conselho de Administração julga que a adopção desta prática – emissão de Declaração sobre Política de Remunerações para apreciação e aprovação em Assembleia Geral de Acionistas – favorece a compreensão das principais linhas de orientação desta política em benefício da transparência na fixação das remunerações a atribuir;

O Conselho de Administração da CORTICEIRA AMORIM propõe que os Senhores Accionistas apreciem e aprovem a seguinte política de remunerações:

1. Os **Dirigentes** da Sociedade devem ser remunerados tomando em consideração:
 - o estipulado nos respectivos contratos de trabalho;
 - a observância de princípios de equidade interna e de competitividade externa;
 - que, sempre que tal seja adequado e exequível, tal remuneração poderá ser composta por uma remuneração fixa à qual acresça uma remuneração variável em função da contribuição, objectiva e mensurável através da metodologia implementada de *balanced scorecard*, dos Dirigentes, em termos individuais e/ou colectivos, para o desenvolvimento sustentável da actividade e para a

rentabilidade a médio/longo prazo da Sociedade: a evolução dos resultados e o nível de concretização dos objetivos estratégicos de inovação, solidez financeira, criação de valor, competitividade e crescimento;

- que a remuneração variável deverá consubstanciar-se na atribuição de um bónus, cujo montante será determinado em função dos níveis de desempenho alcançados pela Sociedade;
- que a remuneração variável a atribuir se situe entre os 0% e os 50% da remuneração fixa anual.

2. Os **Membros da Mesa da Assembleia Geral, do Conselho de Administração, do Conselho Fiscal e o Revisor Oficial de Contas** devem auferir a remuneração conforme for deliberado pela Comissão de Vencimentos da Sociedade.

Mozelos, 19 de fevereiro de 2018

O Conselho de Administração da CORTICEIRA AMORIM, S.G.P.S., S.A.

António Rios de Amorim
Presidente

Nuno Filipe Vilela Barroca de Oliveira
Vice-Presidente

Fernando José de Araújo dos Santos Almeida
Vogal

Cristina Rios de Amorim Baptista
Vogal

Lúisa Alexandra Ramos Amorim
Vogal

Juan Ginesta Viñas
Vogal

Handwritten signatures in blue ink corresponding to the names listed on the left. The signatures are: António Rios de Amorim, Nuno Filipe Vilela Barroca de Oliveira, Fernando José de Araújo dos Santos Almeida, Cristina Rios de Amorim Baptista, Lúisa Alexandra Ramos Amorim, and Juan Ginesta Viñas. A small number '2' is written at the end of the signature line for Nuno Filipe Vilela Barroca de Oliveira.